



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2064

Sexta-feira - 19 de Agosto de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garopaba.....	184	Peritiba.....	359
Alto Bela Vista.....	6	Garuva	186	Pinheiro Preto	360
Antônio Carlos	8	Gaspar	188	Planalto Alegre.....	363
Arroio Trinta.....	10	Governador Celso Ramos	192	Ponte Serrada	364
Ascurra.....	11	Grão Pará	196	Porto Belo.....	367
Aurora	39	Guaraciaba	199	Porto União.....	402
Balneário Piçarras.....	40	Guaramirim	201	Pouso Redondo	430
Balneário Rincão	41	Guarujá do Sul	202	Presidente Nereu.....	431
Barra Bonita.....	42	Herval d'Oeste	203	Princesa	433
Barra Velha.....	45	Ibiam	204	Rio do Sul.....	435
Bela Vista do Toldo.....	46	Ilhota	225	Rio Fortuna.....	449
Benedito Novo	47	Imbituba	226	Salto Veloso.....	450
Biguaçu	50	Indaial.....	228	Santa Rosa do Sul	452
Blumenau	54	Iomerê	230	Santiago do Sul.....	453
Bom Jesus do Oeste	70	Ipumirim	246	São Bento do Sul.....	458
Braço do Trombudo	73	Irineópolis	247	São Carlos	462
Brunópolis	76	Itapiranga.....	250	São Domingos.....	463
Brusque.....	77	Itapoá	251	São João do Oeste	467
Caçador.....	86	Ituporanga	252	São João do Sul	468
Camboriú.....	87	Jaraguá do Sul	253	São José.....	469
Campo Alegre	88	Joaçaba	271	São José do Cedro.....	474
Campos Novos.....	95	Lages	276	São Lourenço do Oeste.....	475
Canoinhas.....	97	Lauro Muller	277	São Miguel da Boa Vista	478
Capinzal	109	Lebon Regis	278	São Pedro de Alcântara.....	479
Catanduvas.....	110	Lindóia do Sul	302	Schroeder	483
Caxambu do Sul.....	111	Mafrá	303	Seara	486
Celso Ramos.....	120	Maracajá	304	Sombrio.....	487
Chapadão do Lageado	121	Massaranduba.....	305	Sul Brasil	495
Chapecó	123	Meleiro	329	Tigrinhos	496
Cocal do Sul.....	132	Modelo	330	Timbó	497
Concórdia	133	Mondaí.....	332	Três Barras	500
Coronel Freitas.....	158	Navegantes.....	333	Trombudo Central.....	502
Correia Pinto.....	159	Nova Trento	340	Tunápolis.....	503
Corupá	160	Novo Horizonte	346	Turvo	507
Curitibanos	161	Palhoça	347	Urussanga	510
Doutor Pedrinho.....	162	Palma Sola.....	350	Vargem Bonita	511
Flor do Sertão	175	Palmitos	351	Videira.....	525
Forquilha	176	Papanduva.....	352	Vitor Meireles.....	528
Fraiburgo.....	177	Paulo Lopes	353	Xanxerê.....	532
Frei Rogério	180	Penha.....	355	Xaxim.....	535

Consórcios

CIS Nordeste	536
--------------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA N 0022016

GABINETE DO PREFEITO

Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

Estabelece critérios para a organização e apresentação da prestação de contas anual de gestão dos administradores das unidades jurisdicionadas do Município de Água Doce – SC.

DA RESPONSABILIDADE

Art. 1º. Estão obrigadas a prestar contas anualmente, conforme previsto na Instrução Normativa n. TC - 0020/2015, Portaria n. TC 0362/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, as seguintes unidades jurisdicionadas do Município de Água Doce:

- a) Unidade gestora representativa da Prefeitura Municipal;
- b) Câmara de Vereadores;
- c) Fundos Especiais constituídos como unidades gestoras: Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Complementar de Assistência ao Servidor – SIMA

Art. 2º. A prestação de contas anual é de responsabilidade do dirigente e/ou gestor máximo de órgão, entidade ou fundo.

Parágrafo Único: É de responsabilidade do dirigente e/ou gestor a definição da equipe de trabalho, devendo acompanhar sua elaboração durante o exercício financeiro.

Art. 3º. A prestação de contas será organizada pelo dirigente e/ou gestor, em forma de relatório de gestão, de acordo com as instruções dos Anexos II, V e VI, da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. É de responsabilidade da Coordenadoria do Controle Interno, analisar a prestação de contas, por meio do relatório de gestão, sob os ditames mínimos do ANEXO VII, da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, alterado pela Portaria n. TC – 0362/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DA EQUIPE DE TRABALHO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 5º. A Equipe de Trabalho de Prestação de Contas será composta por servidores efetivos indicados pelos dirigentes e ou/gestores das unidades jurisdicionadas e os contadores do município.

Parágrafo Único: Esta equipe de trabalho terá a finalidade de repassar informações das unidades jurisdicionadas aos dirigentes e ou/gestores na organização da prestação anual de contas de gestão.

Art. 6º. O chefe do Poder Executivo expedirá portaria de nomeação dos servidores formando a Equipe de Trabalho de Prestação de Contas.

DO PRAZO

Art. 7º. O relatório de gestão deverá ser encaminhado pelo dirigente e/ou gestor à Coordenação do Controle Interno, referente aos meses de janeiro a dezembro, até o dia 20 de dezembro do exercício corrente.

Art. 8º. A Coordenadoria do Controle Interno encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente, os relatórios de gestão analisados, de acordo com o Anexo VII, da Instrução Normativa n. TC- 0020/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 9º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 18 de agosto de 2016.

Novelli Sganzerla

Prefeito Municipal

Cármem Lúcia Piccoli Nichetti

Coordenadora do Controle Interno

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2015

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 70/2015, para construção de Creche Tipo 2 no Município de Água Doce- Programa Proinfância do FNDE , que entre si celebraram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e de outro lado a empresa LORENZATTO e PELIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME estabelecida na Rua Assis Brasil,112 – Centro Lindóia do Sul - SC, CNPJ n. 18.430.521/0001-55, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Denilson Lorenzatto, brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 037.170.289-52, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 16/05/2017

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 16 de agosto de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

DENILSON LORENZATTO

Lorenzatto e Pelizzari Projetos e Constr. LTDA ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Luciani Cristina Alves

CPF: 024.141.529-23

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

BALANCETE FINANCEIRO FMA JULHO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Julho
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	80.487,35	ORÇAMENTÁRIAS	51.558,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	34.156,10	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	51.558,32
RECEITA PATRIMONIAL	21.470,51	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.437,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.474,39	INVESTIMENTOS	-3.879,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	19.386,35		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.647,31	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	119.551,19
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	55.694,99	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	43,81
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	54.952,32	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	59.088,99
		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	60.418,39
SALDOS ANTERIORES	2.087.742,28	SALDOS ATUAIS	2.107.767,43
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.020.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.045.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	67.742,28	BANCO C/ MOVIMENTO	62.767,43
TOTAL	2.278.876,94	TOTAL	2.278.876,94

AGUA DOCE, 03/08/2016

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMAS JULHO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Julho
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	3.660,58	ORÇAMENTÁRIAS	4.593,40
RECEITA PATRIMONIAL	773,71	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.593,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.886,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.746,42
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.604,98
		INVESTIMENTOS	-7.758,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	33.102,54	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	49.384,03
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	453,37	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	868,55
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	12.499,44	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	28.055,77
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	20.149,73	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	20.459,71
SALDOS ANTERIORES	105.564,84	SALDOS ATUAIS	99.350,53
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	103.301,97	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	75.455,21
BANCO C/ MOVIMENTO	2.262,87	BANCO C/ MOVIMENTO	23.895,32
TOTAL	153.327,96	TOTAL	153.327,96

AGUA DOCE, 03/08/2016

ROSEMARY INÊS HEBERLE
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMS JULHO/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Julho
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	173.055,86	ORÇAMENTÁRIAS	512.365,96
RECEITA TRIBUTÁRIA	594,94	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	509.667,96
RECEITA PATRIMONIAL	11.124,46	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	316.886,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	160.580,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	223.812,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	755,54	INVESTIMENTOS	-31.032,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.698,00
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.698,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	537.011,33		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	537.011,33		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.150.629,66	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.259.903,53
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	55.429,38	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	85.389,60
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	548.449,47	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	582.422,66
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	546.750,81	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	576.047,27
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	16.044,00
SALDOS ANTERIORES	1.318.837,08	SALDOS ATUAIS	1.407.264,44
BANCO C/ MOVIMENTO	1.318.837,08	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	222.913,43
		BANCO C/ MOVIMENTO	1.184.351,01
TOTAL	3.179.533,93	TOTAL	3.179.533,93

AGUA DOCE, 03/08/2016

ROSEMARY INês HEBERLE
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2239, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 682, de 17 de dezembro de 2015;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), na seguinte ação orçamentária:

07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO
07.01	Urbanismo – Serviços de Infraestrutura Urbana
15	URBANISMO
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0026	Manutenção das Áreas Urbanas
15.452.0026.2.048	Manutenção Sistema Iluminação Pública
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0342	Aplicações Diretas
	R\$ 18.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior será utilizado recursos decorrentes do:

Excesso de arrecadação, no vínculo abaixo:
a) "0.1.0342" - Recursos Vinculados à COSIP
R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 12 de Agosto de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 103, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, LISNÉIA RAQUEL PALLAS, matrícula 289, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, no período de cinco (5) dias, a contar de 15 de agosto de 2016, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Gilberto Dalmora CRM 5485.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 15 a 19 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 12 de agosto de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 104, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, DESIGNA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

Considerando: a aplicação de advertência verbal em fevereiro deste ano pelo não cumprimento da jornada de trabalho;
Considerando: as comunicações de ofícios da Gerência de Saúde e Assistência Social relatando novo descumprimento da jornada de trabalho;
Considerando: a comunicação nº 0687/2016/GEPES/DIAF/SSP da Gerência de Gestão de Pessoas do Estado de Santa Catarina; e
Considerando: os termos do Ofício TCE/DAP nº 8476/2016, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, solicitando que sejam apuradas, no âmbito da Administração Municipal de Alto Bela Vista, possível acumulação de cargos, empregos e funções públicas.
Considerando ainda: a necessidade inicial de apuração dos fatos em questão e a prerrogativa administrativa que permite a revisão de seus atos pela Municipalidade, desde que não causem prejuízo às partes envolvidas;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar a presente sindicância e nomear os servidores nominados no art. 2º para compor a Comissão destinada a apurar fatos tidos como irregulares atribuídos ao servidor ALEX SANDRO VERGARA BORGES, consistentes na cumulação de cargos, empregos e funções públicas e no descumprimento de sua jornada de trabalho, por violação aos incisos XVI e XVII, do art. 37 e ao § 6º, do art. 40, ambos da Constituição Federal, aos Prejulgados 1644 e 1778 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao inciso X, do art. 119, ao inciso I, do art. 120, e ao art. 121 e parágrafo único, todos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Bela Vista, estando sujeito as sanções previstas nos incisos I, II e III, do art. 149, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Bela Vista.

Art. 2º Ficam designados os servidores Cassiano Martinazzo - Diretor de Administração, Tarcisio Gosenheimer – Controlador Interno, Tania Catarina Nilson – Auxiliar Administrativo e Franciane Carina Zis – Contadora, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de sindicância instituída no artigo anterior.

Art. 3º A Comissão deverá apresentar suas conclusões no prazo de 30 dias, podendo haver prorrogação de prazo, pelo mesmo período, desde que devidamente justificado.

Art. 4º As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão de Sindicância, são aqueles definidas nos arts. 147 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2005.

Art. 5º Torna hígidos todos os atos até o presente momento praticados pela comissão nomeada através da Portaria nº 076 de 23 de junho de 2016.

Art. 6º Pelo desempenho do presente mandato, os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Art. 7º Revoga-se a Portaria nº 076 de 23 de junho de 2016 e demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 12 de agosto de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 311/2016

PORTARIA Nº 311/2016.

Dispensa servidor que especifica e da outras providências.

Adelino Bonifacio Kretzer – Prefeito Municipal em Exercício de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e respeitando na integralmente o art. 12º da Lei Municipal 1.464/2014, bem como o art. 9º da Lei Federal 11.350/2006 e;

Considerando a realização do concurso público 001/2016 para preenchimento do cargo de Agente Comunitário de Saúde, o qual foi devidamente homologado em 14/06/2016;

Considerando que a própria lei municipal traz em seu bojo a obrigatoriedade na realização de concurso público para a efetivação dos aprovados;

Considerando que as servidoras abaixo nomeadas não foram admitidas nos termos do art. 37, II, da Carta Maior, razão pela qual torna nula a nomeação;

Considerando por fim que não há ato jurídico válido quando a administração contrata servidor por tempo indeterminado sem a aprovação em concurso público.

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, CARLA REGINA BESEN KLEIN, do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 21 de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 19 de agosto de 2016.

PORTARIA N 309/2016

PORTARIA Nº 309/2016.

Exonera servidor efetivo

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, HELENA GELSLEISTER KOERICH, do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40H, a partir de 19 de agosto de 2106.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 19 de agosto de 2016.

PORTARIA N 310/2016

PORTARIA Nº 310/2016.

Dispensa ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, KAROLINY DE SOUZA, do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 19 de agosto de 2016, pelo término de seu contrato temporário.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 19 de agosto de 2016.

PORTARIA N 312/2016

PORTARIA Nº 312/2016.

Nomear servidor para cargo efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício de Antonio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, CARLA REGINA BESEN KLEIN, para o cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 22 de agosto de 2016, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para atuar na Área III.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 19 de agosto de 2016.

PORTARIA N 313/2016

PORTARIA Nº 313/2016.

Concede Auxilio Funeral.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com o artigo 222 da Lei nº 558 de 30 de novembro de 1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, AUXILIO FUNERAL, à Família de GILBERTO HOFFMANN, servidor público municipal Aposentado, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II, no valor de R\$ 6.800,21 (seis

mil, oitocentos reais e vinte e um centavos) equivalente ao último provento.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de agosto de 2016.
ADELINO BONIFACIO KRETZER
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 19 de agosto de 2016.

PORTARIA N 314/2016

PORTARIA Nº 314/2016.

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558 de 30 de novembro de 1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor JOSE FRANCISCO HAMMES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 01 de setembro de 2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2008 a janeiro/2013.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de agosto de 2016.
ADELINO BONIFACIO KRETZER
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 19 de agosto de 2016.

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0019/2016 - DL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0048/2016 - DL
Dispensa de Licitação Nº 0019/2016 - DL
Setor(es) Solicitante(s): SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, com fundamento conforme Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: Aquisição de Jogos Pedagógicos para utilização na CMEI PROFABI - Centro Municipal de Educação Infantil Professora Fabiana Aparecida Nunes Possato. nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0019/2016 - DL
Fornecedor: JVC COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA (07.834.581/0001-06)
Valor Total: R\$ R\$ 3.015,00 (três mil e quinze reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 19 de Agosto de 2016
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 12/2016 FMS

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000012/2016

Às 9 horas do dia 18/08/2016 na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENÇO
RENATO MOSER
ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO

, designados no Decreto nº 5375 de 2015, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participantes as empresas MAURO MARCIANO COMERCIO DE, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME, INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP, ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA E CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço. Foram ofertadas as seguintes propostas:

Item: 00001 ACICLOVIR 200MG

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4350
--	--------

Item: 00002 ACICLOVIR CREME 50MG/G

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,4400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,9930

Item: 00003 ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0160
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0180
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0230

Item: 00004 ACIDO FOLICO 5MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0470
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0480
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0480
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0480

Item: 00005 ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1600
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1700
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,1750
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1760
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1840
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,2080

Item: 00006 ALBENDAZOL 400MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4780
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,6200
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,7290
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7930

Item: 00007 ALBENDAZOL 40MG/ML - SUSPENSÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1200
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,4150

Item: 00008 ALENDRONATO DE SODIO 70MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,2860
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,3000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,3050
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3580
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,3630

Item: 00009 ALOPURINOL 100 MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0480
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0500
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0510
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0520
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0560
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0640

Item: 00010 ALOPURINOL 300 MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1300
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1300
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1350
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1380
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1570

Item: 00011 ALPRAZOLAM 2MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1590
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2000
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,2060
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2060

Item: 00012 ALPRAZOLAM 1MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1240
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1450
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1540
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1660

Item: 00013 AMINOFILINA 100MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0410

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0510
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0580
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0580
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0630

Item: 00014 AMINOFILINA 24MG/ML 10ML - FRASCO/AMPOLA

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9520

Item: 00015 AMOXICILINA 500MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1350
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1390
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1440
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1820

Item: 00016 AMOXICILINA 50MG/ML - PÓ PARA SUSP. ORAL

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,5800
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,6400
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,7000
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	2,8400
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	2,9000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,1560

Item: 00017 AMPICILINA 500MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2360

Item: 00018 AMPICILINA - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - 50MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	2,9000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,1200
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,1200

Item: 00019 ATENOLOL 50MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0370
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0370
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0370
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0380
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0380
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0400

Item: 00020 AZITROMICINA 500MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5440
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7160

Item: 00021 AZITROMICINA SUSP ORAL 40MG/ML

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,5900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,6940
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,7300

MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	2,8980
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,0400

Item: 00022 BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI - FRASCO/AMPOLA

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	3,6000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	3,9900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	5,0000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,9000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	6,7500
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	9,0000

Item: 00023 BENZOILMETRONIDAZOL SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,8500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,2990

Item: 00024 BESILATO DE ANLODIPINO 5MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0220
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0220
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0230
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0240
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0250
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0260

Item: 00025 BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5520
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5600
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,6000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6500

Item: 00026 BROMAZEPAN 3MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0440
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0490
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0550
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0560
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0570

Item: 00027 BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML (EQUIVALENTE A 0,202MG/ML DE IPRATROPIO) - SOLUÇÃO INALANTE

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,6850
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,6880
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,7000
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,7100
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7140

Item: 00028 BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML - SOLUÇÃO INALANTE

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,4000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,7000

Item: 00029 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,4300
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5440

Item: 00030 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML - SOLUÇÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	13,6050

Item: 00031 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SODICA, SOLUCAO INJETAVEL, 4MG/ML + 500MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,5600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,5650
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	1,6600
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	1,7250
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,7800

Item: 00032 CAFÉÍNA 30MG + CARISOPRODOL 125MG + DICLOFENACO SÓDICO 50MG + PARACETAMOL 300MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1380
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1380
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1470
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1680
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1780

Item: 00033 CAPTOPRIL 25MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0170
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0170
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0180
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0230
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0240

Item: 00034 CARBAMAZEPINA 200MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0600
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0750
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0770
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0800
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0830
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0840
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0880

Item: 00035 CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SOLUÇÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	6,3000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	6,5000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	6,7500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,8030

Item: 00036 CARBONATO DE CALCIO 500MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0400
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0500

Item: 00037 CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 500MG + 400UI

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1890

Item: 00038 CARBONATO DE LITIO 300MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1600
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,1930
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2040
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2050

Item: 00039 CARVEDILOL 3,125MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0950
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1250
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1670

Item: 00040 CARVEDILOL 6,25MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1010

Item: 00041 CARVEDILOL 12,5MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1200

Item: 00042 CARVEDILOL 25MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1990
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2010

Item: 00043 CEFALOXINA 500MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6700
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8160

Item: 00044 CEFALOXINA 50GM/ML - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	5,8500
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	5,9900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,1220
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	6,3000
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	6,3480
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	6,4500

Item: 00045 CETOCONAZOL CREME 20MG 30GR

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,4400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,4500
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4900

Item: 00046 CILOSTAZOL 50MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2840
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4320

Item: 00047 CILOSTAZOL 100MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8510

Item: 00048 CINARIZINA 75MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1400
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1840
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1980
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,2210

Item: 00049 CITALOPRAM 20MG

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1590
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1600
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1850
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1980
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2000

Item: 00050 CLONAZEPAM 2MG

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0600
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0620
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0680
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0690
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0780
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0910

Item: 00051 CLONAZEPAM 2,5MG/ML - SOLUÇÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,3600
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	1,4200
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1,6250
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	1,7940
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,8900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0000

Item: 00052 CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/5ML XAROPE

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,5650
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,5800

Item: 00053 CLORIDRATO DE AMBROXOL 30MG/5ML XAROPE

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,5650
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,5800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,7900

Item: 00054 CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2720
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2980
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,3040
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,3200

CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,3360
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,3560

Item: 00055 CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0320
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0340
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0380
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0390
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0390
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0420
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0420

Item: 00056 CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1950
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2250
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2590

Item: 00057 CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 0,50% (FRASCO AMPOLA 20ML).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,0820

Item: 00058 CLORIDRATO DE BUPICAVAÍNA + EPINEFRINA, 0,5%+ 0,005MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 20ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	26,2860

Item: 00059 CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 0,3% COLIRIO

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	7,8000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	26,5850

Item: 00060 CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1630
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1800
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,2100
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2100
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2100
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2490

Item: 00061 CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7480
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,7490

Item: 00062 CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,2000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2450
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2480

Item: 00063 CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG

Fornecedor	Proposta
------------	----------

DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2090
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2100
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,2200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2310

Item: 00064 CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1000

Item: 00065 CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA SOLUCAO ORAL 40MG/ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,5100
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	5,8000

Item: 00066 CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0410
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0450
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0470
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0500
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0560
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0600

Item: 00067 CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2780
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2950
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3400

Item: 00068 CLORIDRATO DE LIDOCAINA GEL 2% - 30G

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,6900
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,7500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,7500
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,9000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9050

Item: 00069 CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,8370
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,4400

Item: 00070 CLORIDRATO DE LIDOCAINA + EPINEFRINA - 2%+ 0,005MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,9930

Item: 00071 CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0590
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0600
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0600
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0610
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0620
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0620
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0620
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0750

Item: 00072 CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0520
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0520
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0620
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0710
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0730
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0730
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0740

Item: 00074 CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0880

Item: 00075 CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 05 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3200

Item: 00076 CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOLUCAO ORAL 4MG/ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5440
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,5500
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5950
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6300

Item: 00077 CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4760
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4980
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5590

Item: 00078 CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1630

Item: 00079 CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1810
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1950
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1990
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2100
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2130
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2150

Item: 00080 CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + DIMENIDRINATO 50MG/ML + 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,4970
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,6500

Item: 00082 CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0760
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1000

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6130
--	--------

Item: 00083 CLORIDRATO DE PROMETAZINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 25MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,3610
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,4900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,5300

Item: 00084 CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0140
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0140
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0160
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0160
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0220

Item: 00085 CLORIDRATO DE RANITIDINA 150MG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0700
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0750
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0820
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0820
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0880

Item: 00086 CLORIDRATO DE RANITIDINA, SOLUCAO INJETAVEL, 25MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5040
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5170

Item: 00087 CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1560
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1590
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1750
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1920

Item: 00088 CLORIDRATO DE TETRACAINA + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 1% + 0,1% - COLÍRIO

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	8,4630

Item: 00089 CLORIDRATO DE TIORIDAZIDA 50MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4080
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4760
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,4780

Item: 00090 CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0940
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1600
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2100

Item: 00091 CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9520
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,9600

Item: 00092 CLORIDRATO OU HEMITARTARATO DE EPINEFRINA 1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,9930

Item: 00093 CLORTALIDONA 12,5MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0940

Item: 00094 CLORTALIDONA 25MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0870
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1220

Item: 00095 COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6U + 0,01GR - POMADA

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	10,4900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	14,0000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	14,1500
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	14,2000
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	14,8000

Item: 00096 COLCHICINA 0,5MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0390
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2100
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2370
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3200

Item: 00097 COMPLEXO B

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0420
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0460
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0480
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0500

Item: 00098 COMPLEXO B INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9250
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,9550

Item: 00099 DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	8,8900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	8,9200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	8,9800

Item: 00100 DESLANOSIDEO 0,2MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,5510

Item: 00101 DEXAMETASONA 0,1% CREME

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6800
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,6850
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8980

Item: 00102 DIAZEPAM 10MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0400
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0410
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0440
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0440
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0450

Item: 00103 DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6530

Item: 00104 DICLOFENACO POTASSICO 50MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0450
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0550
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0560
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0600
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0620

Item: 00105 DICLOFENACO RESINATO, SUSPENSÃO ORAL, 15MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,1770
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,6300
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,9000

Item: 00106 DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6120
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6300
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,6980
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,7560
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,7600

Item: 00107 DIGOXINA 0,25MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0390
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0410
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0410
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0420
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0470
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0500

Item: 00108 DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4220

Item: 00109 DIOSMINA + HISPERIDINA, COMPRIMIDO, 450MG + 50MG.

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,4160
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4250
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4400

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4490
--	--------

Item: 00110 DIPIRONA SODICA 500MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0670
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0780
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0800
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0830
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0840
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0840
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0890

Item: 00111 DIPIRONA SODICA 500MG/ML INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA) 02ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4350
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,4900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5000
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5200
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5400
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,6080

Item: 00112 DIPIRONA SÓDICA, SOLUÇÃO ORAL, 500MG/ML.

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,6300
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,6350
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6390
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,7100
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,7250

Item: 00114 ESPIRONOLACTONA 25MG

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1250
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1350
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1390
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1390

Item: 00115 ESTOLATO DE ERITROMICINA 500MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4760

Item: 00116 ESTOLATO DE ERITROMICINA 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	4,6400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,2520

Item: 00117 ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625MG/G

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5750

Item: 00118 FENOBARBITAL 100MG

Fornecedor	Proposta
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0880
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0910
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0920

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0950
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0990
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1000
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1040
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1200

Item: 00119 FENOBARBITAL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,6800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,2000

Item: 00120 FITA PARA HGT

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5030
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,5500
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5700
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6200

Item: 00121 FLUCONAZOL 150MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,2200
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2700

Item: 00122 FLUNARIZINA 10MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1020

Item: 00123 FLUOCINOLONA ACETONIDA + SULFATO DE POLIMIXINA B+ SULFATO DE NEOMICINA + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 0,250MG/ML + 10.000UI/ML + 3,5MG/ML + 20MG/ML - SOLUÇÃO OTOLÓGICA.

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	3,4500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,2000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	4,9400

Item: 00124 FOSFATO DE CODEINA + PARACETAMOL 7,5MG + 500MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,4100
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4760

Item: 00125 FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,7700
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8160
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,8750

Item: 00126 FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA, SOLUÇÃO ORAL, 4,02MG/ML (EQUIVALENTE A 3MG/ML DE PREDNISOLONA).

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	3,4300
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,4880
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	3,7380
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	3,8000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,0680

Item: 00127 FUROSEMIDA 10MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4560
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4760
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4900

Item: 00128 GLIBENCLAMIDA 5MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0220
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0240
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0270
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0270
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0280

Item: 00129 GLICLAZIDA 30MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,0850

Item: 00130 GLICOSE 50% INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2450

Item: 00131 GLIMEPIRIDA 2MG

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0830
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0850
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0880
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0910

Item: 00132 GLIMEPIRIDA 4MG

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,2210
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4080
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4780
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,6250

Item: 00133 HALOPERIDOL 5MG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1180
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1180
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1260
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1660

Item: 00134 HALOPERIDOL 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8160
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,0000

Item: 00135 HIDROCLOROTIAZIDA 25MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0150
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0160
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0170
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0200
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0260
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0270
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0280

Item: 00136 HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,7500
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,0000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,5850

Item: 00137 IBUPROFENO 600MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0710
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0750
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0760
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0770
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0780
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0850

Item: 00138 IBUPROFENO 50MG/ML SOLUCAO ORAL

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	1,0770
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,1560
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,2000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,2000

Item: 00139 LEVOFLOXACINO 500MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8980
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,0800
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	1,3200
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,5600

Item: 00140 LEVOTIROXINA 25MCG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1050
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1950

Item: 00141 LEVOTIROXINA 50MCG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1050
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1200
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1560
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2390

Item: 00142 LEVOTIROXINA 75MCG

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1870
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2610

Item: 00143 LEVOTIROXINA 100MCG

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1050
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1200
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1300
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1760

Item: 00144 LISINOPRIL 10MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2450
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4000

Item: 00145 LORATADINA 10MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0530
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0540
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0560
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0570

Item: 00146 LORATADINA, XAROPE, 1MG/ML.

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,8500
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	1,8900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,0800
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,0900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,3670

Item: 00147 LORAZEPAN 2MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0700
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0780
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0800

Item: 00148 LOSARTANA POTASSICA 50MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0360
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0380
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0410
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0420
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0450
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0480
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0490
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0500

Item: 00149 MALEATO DE ENALAPRIL 10MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0360
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0360
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0410
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0490
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0540

Item: 00150 MALEATO DE ENALAPRIL 20MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0440
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0550
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0600
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0610

Item: 00151 MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 25MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4080

Item: 00152 MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 100MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,7900
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8840

Item: 00153 METILDOPA 250MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1560
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1630
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1660
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1780
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1800
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2100

Item: 00154 METRONIDAZOL 250MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0980
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1310

Item: 00155 METRONIDAZOL, GEL VAGINAL, 100MG/G.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,1500
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,7900

Item: 00156 MIDAZOLAM 15ML/3ML F.A IM/IV/RETAL - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2930

Item: 00157 MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0750
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0750
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0800

Item: 00158 MONONITRATO DE ISOSSORBIDA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10MG/ML (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0410

Item: 00159 MORFINA 30MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,6800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,7960

Item: 00160 MORFINA INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA) 10MG/ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,7690

Item: 00161 NIFEDIPINO 20MG CAPSULA OU COMP

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0340
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0340
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0380

Item: 00162 NIMESULIDA 100MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0610
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0650
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0690
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0690
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0700

Item: 00163 NISTATINA - CREME VAGINAL 25.000 UI/G

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4900
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,5700

Item: 00164 NISTATINA 100.000UI/ML - SUSPENSÃO ORAL

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,2980
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4000

Item: 00165 NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,6000
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	4,9800
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	5,2800
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	5,3000
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	5,6750
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	5,7500

Item: 00166 NORFLOXACINO 400MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2040

Item: 00167 OLEO MINERAL

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,8500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,1200
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,2500

Item: 00168 OMEPRAZOL 20MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0390
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0400
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0420
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0430
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0470
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0480
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0500

Item: 00169 OMEPRAZOL SÓDICO 40MG, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,5310
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	6,6000

Item: 00170 PARACETAMOL 500MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0500
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0510
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0520

LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0550
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0600

Item: 00171 PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUCAO ORAL

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5800
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,6130
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,6300
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,6350
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6800
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,7100

Item: 00172 PERMETRINA 1% LOCAO

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2240
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,3400
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,4500

Item: 00173 PERMETRINA 5% LOÇÃO

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,4800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4800

Item: 00174 PIROXICAM 20MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0870
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0950
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1200
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1260

Item: 00175 POLIVITAMINICOS

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0420
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1250
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1360
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1600

Item: 00176 PREDNISONA 5MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2800

Item: 00177 PREDNISONA 20MG

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1960
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2100
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,2200
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2230
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8300

Item: 00178 PROPATILNITRATO 10MG

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5110

Item: 00179 RIFAMICINA SV SÓDICA 10MG/ML USO TÓPICO

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,7210
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,0000

Item: 00180 RISPERIDONA 1MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2390
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2450
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,2500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3200

Item: 00181 RISPERIDONA 2MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2480
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2600
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2860
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3400

Item: 00182 SAIS PARA REIDRATACAO ORAL PO

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5000
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5460
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,5500
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7570

Item: 00183 SIMETICONA 40MG

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0830
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0980
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1000
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,1020
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1100
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1110

Item: 00184 SIMETICONA GOTAS 75MG/ML

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,8100
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,8800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2930

Item: 00185 SINVASTATINA 20MG

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0600
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0750
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0750
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0780
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0840

Item: 00186 SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, 500MG (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	6,2100
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	6,6500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	6,8000
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	6,9800
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	8,1630

Item: 00187 SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, 100MG (FRASCO AMPOLA).

Fornecedor	Proposta
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	3,1100
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	3,4500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,6400
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,9460

Item: 00188 SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G, CREME DERMATOLOGICO, 30G.

Fornecedor	Proposta
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,4500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	3,5400
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	3,7630
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	3,9100
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,0950
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	4,2700

Item: 00189 SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 800MG + 160MG

Fornecedor	Proposta
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,2370
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2570

Item: 00190 SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA (40MG+8MG)ML

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8160
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,9800
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1,1250
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,2600

Item: 00191 SULFATO DE ATROPINA 0,50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7760

Item: 00192 SULFATO DE NEOMICINA + BACITRACINA ZÍNCICA 5MG/G+ 250UI/G - POMADA

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1700
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1900
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,2000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,4420

Item: 00193 SULFATO DE SALBUTAMOL 120,5MCG/DOSE (EQUIVALENTE A 100MCG/DOSE DE SALBUTAMOL) - AEROSSOL ORAL

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	6,9800
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	7,2000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	7,4830
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	8,0040
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	8,5800

Item: 00194 SULFATO DE SALBUTAMOL 0,4MG/ML XAROPE

Fornecedor	Proposta
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1200
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,1290
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,3000

Item: 00195 SULFATO DE TERBUTALINA 0,5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,6500

Item: 00196 SULFATO FERROSO 40MG

Fornecedor	Proposta
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0400
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0410
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0440
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0450
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0450

Item: 00197 TENOXICAM 20MG PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL (FRASCO/AMPOLA)

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	4,7900
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	4,8000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,1700
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	5,4000

Item: 00198 TOBRAMICINA, COLÍRIO, 3MG/ML.

Fornecedor	Proposta
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,4290
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,6600

Item: 00199 VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 288MG (EQUIVALENTE A 250MG ÁCIDO VALPRÓICO) - CÁPSULA OU COMPRIMIDO

Fornecedor	Proposta
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2650
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2980
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2990
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,3040

Item: 00200 VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 57,624MG/ML (EQUIVALENTE A 50MG ÁCIDO VALPRÓICO/ML) - XAROPE

Fornecedor	Proposta
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,9500
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,2600
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	2,3000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4490
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,4800

Item: 00201 VARFARINA SODICA 5MG

Fornecedor	Proposta
MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0970
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1200
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,1230
LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1230
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1360

Em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente aos itens

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
2	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,4400	0,0000
3	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0160	0,0000
4	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0440	0,0000
5	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1600	0,0000
6	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4780	0,0000
7	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,1200	0,0000
8	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2640	0,0000
9	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0470	0,0000
10	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1280	0,0000
11	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1590	0,0000
12	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1199	0,0000
13	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0410	0,0000
14	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9520	0,0000

15	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1240	0,0000
16	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,3900	0,0000
18	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	2,9000	0,0000
19	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0340	0,0000
20	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5400	0,0000
21	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	2,5000	0,0000
22	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	3,6000	0,0000
23	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,8500	0,0000
24	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0220	0,0000
25	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4800	0,0000
26	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0440	0,0000
27	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,6850	0,0000
28	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	2,4000	0,0000
29	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,4300	0,0000
31	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4900	0,0000
32	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1350	0,0000
33	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0160	0,0000
34	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,0600	0,0000
35	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	6,3000	0,0000
36	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0400	0,0000
37	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1890	0,0000
38	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1600	0,0000
39	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0950	0,0000
40	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1010	0,0000
41	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1200	0,0000
42	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1850	0,0000
43	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6700	0,0000
44	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	5,8000	0,0000
45	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,3300	0,0000
46	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2840	0,0000
47	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5900	0,0000
48	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1400	0,0000
49	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1530	0,0000
50	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0599	0,0000
51	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,3600	0,0000
52	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,4700	0,0000
53	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,3800	0,0000
54	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2720	0,0000
55	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0320	0,0000
56	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1900	0,0000
57	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,0820	0,0000
58	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	26,2860	0,0000
59	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	7,8000	0,0000
60	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1630	0,0000
61	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7480	0,0000
62	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,2000	0,0000
63	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2090	0,0000
64	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9800	0,0000
65	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,5100	0,0000
66	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0410	0,0000
67	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2780	0,0000
68	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,6900	0,0000
69	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,8370	0,0000
70	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,9930	0,0000
71	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0550	0,0000
72	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0520	0,0000
75	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3200	0,0000
76	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,5300	0,0000
77	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4760	0,0000
78	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1630	0,0000
79	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,1600	0,0000
80	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,4970	0,0000
82	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0760	0,0000
83	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,3610	0,0000

84	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0140	0,0000
85	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0700	0,0000
86	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5000	0,0000
87	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1500	0,0000
89	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,4080	0,0000
90	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0930	0,0000
91	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9520	0,0000
92	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,9930	0,0000
93	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0900	0,0000
94	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0870	0,0000
95	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	10,4900	0,0000
96	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2100	0,0000
97	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0420	0,0000
98	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9250	0,0000
99	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	8,8900	0,0000
101	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6800	0,0000
102	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0380	0,0000
103	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6530	0,0000
104	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0450	0,0000
105	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,1770	0,0000
106	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6120	0,0000
107	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0385	0,0000
108	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4220	0,0000
109	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,4160	0,0000
110	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0670	0,0000
111	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4350	0,0000
112	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,6100	0,0000
114	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1240	0,0000
115	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4760	0,0000
116	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	4,6400	0,0000
117	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4000	0,0000
118	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0850	0,0000
119	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,6800	0,0000
120	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4990	0,0000
121	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,2200	0,0000
123	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3,4000	0,0000
124	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,4100	0,0000
125	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,7700	0,0000
126	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	3,4300	0,0000
127	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4560	0,0000
128	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0220	0,0000
130	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2450	0,0000
131	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,0810	0,0000
132	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,2210	0,0000
133	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1180	0,0000
134	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8160	0,0000
135	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0150	0,0000
136	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,7500	0,0000
137	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0680	0,0000
138	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,0700	0,0000
139	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8980	0,0000
140	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1000	0,0000
141	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1000	0,0000
142	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1870	0,0000
143	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	0,1000	0,0000
144	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2450	0,0000
145	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0520	0,0000
146	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	1,8400	0,0000
147	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0700	0,0000
148	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0360	0,0000
149	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0360	0,0000
150	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0440	0,0000
152	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,7900	0,0000
153	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,1560	0,0000

154	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0980	0,0000
155	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,1500	0,0000
156	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2930	0,0000
157	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0730	0,0000
159	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1,6800	0,0000
160	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,7690	0,0000
161	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0320	0,0000
162	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0580	0,0000
163	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4900	0,0000
164	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	2,2980	0,0000
165	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	4,9800	0,0000
167	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,8500	0,0000
168	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0379	0,0000
169	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	6,5310	0,0000
170	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0470	0,0000
171	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,5600	0,0000
172	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,2240	0,0000
173	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,4800	0,0000
174	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0870	0,0000
175	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,0420	0,0000
177	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,1960	0,0000
179	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,7210	0,0000
180	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2200	0,0000
181	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2480	0,0000
182	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,5000	0,0000
183	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0830	0,0000
184	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	0,8100	0,0000
185	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0600	0,0000
186	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	6,2100	0,0000
187	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	3,1100	0,0000
188	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,4500	0,0000
189	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,2370	0,0000
190	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8160	0,0000
191	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7760	0,0000
192	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1700	0,0000
193	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	6,9800	0,0000
194	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL	1,1200	0,0000
195	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,6500	0,0000
196	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	0,0390	0,0000
197	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	4,7900	0,0000
198	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,4000	0,0000
199	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,2650	0,0000
200	LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP	1,9500	0,0000
201	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME	0,0970	0,0000

Posteriormente os envelopes de documentação das empresas vencedoras foram abertos para análise e verificação, sendo as licitantes consideradas habilitadas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente:

Pregoeiro

THADEU BADALOTTI

Equipe de Apoio

SOLANGE MARIA LOURENÇO

ELAINE G. D. COELHO

RENATO MOSER

Representantes presentes:

CRISTIANO GARCIA DE FREITAS

FELIPE GONÇALVES HILLESHEIM

RENAM JOSÉ GIACOMEL

DOUGLAS MARTIN

ARLEI DONIZETE FRANDI

RICARDO LUIZ MUCIO

JULIO CEZAR TONDOLO

Aurora

PREFEITURA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO 06/2016

RESULTADO DE JULGAMENTO

Pregão Presencial - 6/2016

Processo Administrativo: 09/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do processo licitatório para contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada a instituição de ensino superior especializada em elaboração e aplicação de concurso público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do MUNICÍPIO DE AURORA – administração direta e indireta e formação de cadastro reserva. O vencedor foi a empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE CNPJ: 08.072.361/0001-55

Aurora - SC, 17 de agosto de 2016

VILMAR ZANDONAI

Prefeito

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 286/2016

PORTARIA N.º 286/2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Art. 89, VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DETERMINA, em atendimento ao Art. 73, V, d, da Lei 9.504/1997, que seja contratada como Médica Obstetra, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde, a Senhora RAFAELA FABENI HABKOST, brasileira, maior, portadora do CPF nº 060.033.089-31, CI nº. 3.801.100 SSP/SC, CRM nº. 13744/SC, configurando contratação necessária ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, nos termos da legislação eleitoral.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 17 de agosto de 2016.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 31/08/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para Locação, Montagem e Desmontagem de Sonorização para Palco em ambiente aberto para o evento de "7 de Setembro", no Município de Balneário Rincão/SC..

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 18 de Agosto de 2016.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

EXTRATO DE CONTRATO - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 042/FMS/2016; ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e Eletrodomésticos, para uso das Unidades ESF da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/

FMS/2016. No valor global de: R\$ 17.296,00 (Dezessete mil duzentos e noventa e seis reais). ASSINATURA: 17/08/2016; VIGÊNCIA: 31/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Roberto de Oliveira Ruszczak.

CONTRATO Nº. 043/FMS/2016; TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e Eletrodomésticos, para uso das Unidades ESF da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/FMS/2016. No valor global de: R\$ 14.409,00 (Quatorze mil quatrocentos e nove reais). ASSINATURA: 17/08/2016; VIGÊNCIA: 31/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Luis Eduardo da Silva.

CONTRATO Nº. 044/FMS/2016; GILMAR SANI ME: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e Eletrodomésticos, para uso das Unidades ESF da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/FMS/2016. No valor global de: R\$ 12.310,00 (Doze mil trezentos e dez reais). ASSINATURA: 17/08/2016; VIGÊNCIA: 31/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Guilherme Alexandre.

CONTRATO Nº. 045/FMS/2016; REFRIMIX REFRIGERAÇÃO EM AR CONDICIONADO - EIRELI - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e Eletrodomésticos, para uso das Unidades ESF da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/FMS/2016. No valor global de: R\$ 17.296,00 (Dezessete mil duzentos e noventa e seis reais). ASSINATURA: 17/08/2016; VIGÊNCIA: 31/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcio de Lima da Silva.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO TP 021SAMAE2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO AO AVISO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 021/SAMAE/2016

A Presidente da comissão permanente de licitações do Balneário Rincão e sua Equipe de Apoio tornam público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Tomada de Preço Nº. 021/SAMAE/2016, que tem como objeto fechamento do almoxarifado da Estação de Tratamento de Água do Samae de Balneário Rincão e Reservatórios, onde se lê:

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 01/08/2016 às 14 horas.

PROTOCOLO: 22/08/2016 até às 13h50min horas.

Leia-se

DATA DA ABERTURA: 22/08/2016 às 14:30hrs.

PROTOCOLO: 22/08/2016 às 14:25min.

TAMARA SCARPARI MAGAGNIN

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Barra Bonita

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº23/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 23/2016

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização das Unidades de Saúde Central e da Linha Treze de Maio

FORNECEDOR: DEDETIZADORA IDEAL LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua 7 de Setembro 2422, centro, 89900-000
CNPJ: 20.202.320/0001-31
Valor Contratado: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)

Barra Bonita - SC, 18 de agosto de 2016.

ALINE FILIPE
Gestora FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº24/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 24/2016

OBJETO: Aquisição de camisas para campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

FORNECEDOR: ZOOM CREATIVEFASHION
ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO, centro, 89900-000
CNPJ: 10.590.496/0001-54
Valor Contratado: R\$ 1.780,00 (um mil e setecentos reais)

Barra Bonita - SC, 18 de agosto de 2016.

ALINE FILIPE
Gestora FMS

PORTARIA N.º 249, DE 16 DE AGOSTO DE 2016. "PRORROGA CONTRATO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 249, de 16 de agosto de 2016.

"Prorroga contrato de servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 039/2011, e resultado do

Processo Seletivo Simplificado edital 02/2016.

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato da Senhora, Senilda Alves dos Santos, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para substituição da servidora Neusa de Fatima Ferreira que se encontra em licença, pelo período de 16 a 19 de agosto de 2016, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 16 de agosto de 2016.
Darci Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA N.º 250, DE 18 DE AGOSTO DE 2016. "ADMITE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS" PORTARIA N.º 250, de 18 de agosto de 2016.

"Admite servidor e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário o senhor, Fabio Moacir Martinelli, para ocupar o Cargo de Professor, Anexo II, Grupo I, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 10 horas semanal, para atuar na disciplina de Língua Estrangeira Inglês, com exercício E.I.M. Aguas do Araçá em substituição a servidora, Luana Friederichs, que se encontra em licença para tratamento de saúde, pelo período que a mesma permanecer em licença, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 18 de agosto de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei .

Servidor Responsável

RELAÇÃO DA PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2016

RELAÇÃO DA PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

A comissão especial municipal de auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Processo Seletivo Nº. 002/2016, torna público o AFERIMENTO da pontuação da prova de títulos dos candidatos, pela comprovação de requisitos do referido Edital, conforme abaixo:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADO		
INSC.	CANDIDATO	TOTAL TÍTULOS
422248	Andressa Ferronato	0,50
436914	Ariane Devicari	0,60
436310	Bernardete Aparecida Furlan Buratti	0,70
420885	Catia Fronza	0,40
426462	Claudete Faust	0,70
435206	Delia Claudete Guaragni Bonatto	0,50
421678	Diana Márcia Wieczorek Caneppele	1,00
434583	Fabiana Michelle Schauble Maciel	0,20
420106	Geane Marcia Christofoli	0,50
438867	Josiane da Silva	0,60
421199	Kielin Zelinda Frare de Giacometi	0,60
436213	Marcia Bogus	0,90
422740	Margarete Lisaki	0,50
423965	Marta Margarete Chies Stertz	0,20
435836	Roque Francisco Ribeiro	0,70
436978	Rosane Marlene Tonello Dresch	0,80
430522	Samara Guggiel Ramos	0,20
438253	Simone Bedin	0,40
430273	Tatiane Schroeder Silva	0,70
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO		
INSC.	CANDIDATO	TOTAL TÍTULOS
436224	Maytê Graciela Kinsel	0,20
PROFESSOR ANOS INICIAIS – HABILITADO		
INSC.	CANDIDATO	TOTAL TÍTULOS
436309	Bernardete Aparecida Furlan Buratti	0,70
435196	Delia Claudete Guaragni Bonatto	0,50
421677	Diana Márcia Wieczorek Caneppele	1,00
437483	Elaine Neumann Paula	0,80
436367	Fabiana Michelle Schauble Maciel	0,20
436168	Jézica Guaragni	0,30

421198	Kielin Zelinda Frare de Giacometti	0,60
437892	Luciana Maria Zantedeschi Bernat	0,80
436212	Marcia Bogus	0,90
424046	Marta Margarete Chies Stertz	0,20
435456	Naiara Kosloski	0,50
435835	Roque Francisco Ribeiro	0,70
438252	Simone Bedin	0,40
430272	Tatiane Schroeder Silva	0,70
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO		
INSC.	CANDIDATO	TOTAL TÍTULOS
438148	Josiane da Silva	0,60
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO		
INSC.	CANDIDATO	TOTAL TÍTULOS
428016	Adriano Dall Agnol	0,20
438241	Elis Carla Guerra	0,50
433631	Giovani Macedo	0,40
436953	Grazieli Loff	0,50
426090	Jacson Tiago de Luca	0,80
427486	Karin Krzyzanovski	0,20
426093	Paloma Mezzomo	0,50
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO		
INSC.	CANDIDATO	TOTAL TÍTULOS
419551	Sidinei R. A. da Silva Janowitz	0,00
PROFESOR DE CIÊNCIAS – HABILITADO		
INSC.	CANDIDATO	TOTAL TÍTULOS
428447	Viviane do Carmo Kinsel Juver	0,40
PROFESSOR DE HISTÓRIA – HABILITADO		
INSC.	CANDIDATO	TOTAL TÍTULOS
438231	Patrícia Maria Vani Zanotti	0,10
419552	Sidinei R. A. da Silva Zanowitz	0,50
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA		
INSC.	CANDIDATO	TOTAL TÍTULOS
437674	Neura Maria Schnardie Deres	0,70

Barra Bonita/SC, 16 de Agosto de 2016.
 Jessica Bergmann Delcira Gubert
 Presidente Membro

Tais Deres
 Membro

Barra Velha

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO PMBV

Barra Velha 04 de julho de 2016.

NOTIFICAÇÃO

À Dra. ANA CAROLINA LUCENA CRAVO GOMES, brasileira, advogada, portadora da Carteira de Identidade RG n. 6311899-SSP e do CPF n. 319.530.408-29, residente e domiciliada na Rua Barão do Rio Branco, n. 760, Apto 1004, Centro, CEP: 89251-400– município de Jaraguá do Sul (SC). Por meio desta, o Município de Barra Velha, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Av. Governador Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, CEP 88390-000, inscrito no CNPJ sob o n. 83.102.830/0001-57, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, NOTIFICA-O para exercer, caso queira, suas obrigações de pagamento, com relação à DÍVIDA ATIVA de natureza tributária referente à decisão apresentada pela no Processo Instaurado Através da Portaria 0757/2015, no montante de R\$66.744,65 (sessenta e seis mil setecentos e quarenta quatro reais e sessenta e cinco), no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento deste.

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016 - PREF

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 031/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preço do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço unitário. O objeto é a seleção e contratação de empresa especializada de engenharia, para EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AUGUSTO KUHLER, contando com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma de obra em anexo, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 10h00min do dia 05/09/2016.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 05/09/2016 às 10h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 19 de Agosto de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 56/2016****ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

DATA: 18/08/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 56/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE BUEIROS E DA REDE DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 56/2016, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio SERGIO DARIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016. Compareceu ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado somente a empresa DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME. A empresa participante apresentou seu credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.5 do Edital, credenciando respectivamente seu representante legal ROSANE GRAMKOW RADDATZ. Foi analisada a Declaração de Habilitação apresentada pela empresa acima mencionada, e concluiu-se que a mesma cumpre a exigência do item 3.6 do Edital. A licitante apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura do envelope identificado como de Proposta de Preço, sendo a proposta nele contida disponibilizada aos presentes para ser rubricada e conferida. Após a análise da proposta, relativamente as imposições do Edital, a mesma foi considerada classificada, ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Ato continuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com a licitante, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante participante. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante está HABILITADA e DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os itens do presente certame à empresa vencedora. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior. Benedito Novo, 18 de agosto de 2016, às 9h40m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTE PRESENTE:

ROSANE GRAMKOW RADDATZ

ANEXO DA ATA DA SESSÃO
Pregão Presencial nº 000056/2016**Proposta inicial apresentada:**

Item: 00001 TUBO DE CONCRETO DIAMETRO 0,40 MT X 1,00 MT

Fornecedor	Proposta
DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	25,8000

Item: 00002 TUBO DE CONCRETO DIAMETRO 0,50 MT X 1,00 MT

Fornecedor	Proposta
DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	40,9000

Valores de lances e negociações:

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
-------	---------------	-----------	---------------

1	DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	25,8000	24,5000
2	DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	40,9000	39,9000

Vencedor:

Itens	Vencedor	Marca	Qtd	Vlr Unit.	Vlr Total
00001	DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	DRAGAO	500	24,50	12.250,00
00002	DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	DRAGAO	150	39,90	5.985,00
Total do Fornecedor: 18.235,00					
Total de Itens: 18.235,00					

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 57/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 18/08/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 15:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 57/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE LAMINAS PARA ENXADA ROTATIVA MEC-RUL

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 57/2016, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio SERGIO DARIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016. Protocolaram os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas JULIO SILVESTRI FILHO ME e TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA. Em relação ao credenciamento os representantes das licitantes não se fizeram presentes na sessão. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.6 do Edital. As licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, sendo as propostas neles contida disponibilizadas aos licitantes presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. A fase dos lances e de negociação direta com as licitantes restou prejudicada, pois nenhum dos representantes das licitantes se fez presente na sessão. Em seguida o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR o respectivo item do presente certame à empresa vencedora. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior. Benedito Novo, 18 de agosto de 2016, às 15h43m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

ANEXO DA ATA DA SESSÃO

Pregão Presencial nº 000057/2016

Propostas iniciais apresentadas:

Item: 00001 LAMINA PARA ENXADA ROTATIVA MEC-RUL TIPO C DIR/ESQ

Fornecedor	Proposta
JULIO SILVESTRI FILHO ME	19,4900
TRATOR PECAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA	25,0000

Lances e negociações efetuados:

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	JULIO SILVESTRI FILHO ME	19,4900	0,0000

Vencedor:

Itens	Vencedor	Marca	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total
00001	JULIO SILVESTRI FILHO ME	METISA	400,00	19,49	7.796,00
Total do Fornecedor: 7.796,00					
Total de Itens: 7.796,00					

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS PE 55/2016

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

DATA: 18/08/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 11:00 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2016

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 55/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS/MATERIAL PERMANENTE ELETROELETRÔNICOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS RELACIONADOS AO PROCESSO Nº 25000.140770/2014-29 E PROPOSTA Nº 10624.466000/1140-03, FIRMADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENEDITO NOVO

No dia e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se em sessão pública o Pregoeiro JOÃO ULLER e a Equipe de Apoio SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016, para recebimento e abertura dos envelopes contendo os documentos apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 55/2016.

Dando início à sessão, o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes contendo os documentos apresentados pelas empresas METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (05.788.117/0001-03); DUCA MÓVEIS LTDA (85.354.306/0003-60); E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI (05.368.504/0001-82) e M.H.M DO COUTO-COMERCIAL ME 97.533.241/0001-38, conforme exigido no item 8.3.3 do Edital.

Após análise e rubrica verificou-se que os documentos apresentados se mostraram em acordo com o exigido no Edital.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 18/08/2016, às 11:20 horas.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOÃO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

TERMO DE ESCLARECIMENTO CV 64/2016

TERMO DE ESCLARECIMENTO

EDITAL DE CONVITE Nº 64/2016

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, esclarece aos interessados que questionaram, que houve erro de digitação no descritivo dos itens 2.1 e 2.2, onde menciona Ferro de Construção com 6mt de comprimento, trata-se de Ferro de Construção com 12mt de comprimento.

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que ainda se fizerem necessários.

Publique-se.

Benedito Novo/SC, 18 de agosto de 2016.

JOÃO ULLER LADEMIR KUMMROW
Pregoeiro Assessor Jurídico

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 137/2016

DECRETO Nº 137/2016 DE: 17 DE AGOSTO DE 2016.

Altera dotação objeto de limitação de empenho.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3589/2015 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a dotação objeto de limitação de empenho estabelecida pelo Decreto Municipal nº 23/2016, conforme abaixo especificado:

1. DOTAÇÃO LIBERADA

FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1901.28.845.0000.0006	Indenização, Restituições e Devolução de Convênios	500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	500,00

2. DOTAÇÃO BLOQUEADA ADICIONALMENTE

FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.04.121.0002.2007	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão	500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	500,00

Art. 2º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 17 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 2101/2016

PORTARIA nº 2101 de 18 de agosto de 2016

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Wanessa Coral Colonetti, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2102/2016

PORTARIA nº 2102 de 18 de agosto de 2016

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Diógenes Moreira Heerdt, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2103/2016

PORTARIA nº 2103 de 18 de agosto de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Marineuza Maria dos Santos, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 337-1, ocupante do cargo efetivo de Professor II – Educação Infantil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades na Escola Básica Municipal Donato Alípio de Campos, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Assumir turmas na ausência do professor regente, quando solicitado;

X – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 29/07/2016 a 24/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/07/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2104/2016

PORTARIA nº 2104 de 18 de agosto de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Mabel Cristina Ternes Corrêa, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 3876-1, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Educação Fundamental, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades na Escola Básica Municipal Donato Alípio de Campos, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Assumir turmas na ausência do professor regente, quando solicitado;

X – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 16/08/2016 a 16/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2105/2016

PORTARIA nº 2105 de 18 de agosto de 2016

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Jorge Luiz da Silva, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7126-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no CREAS, exercendo a função de Recepcionista.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 15/08/2016 a 15/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2106/2016

PORTARIA Nº 2106/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILANGE MARIA NUNES MULLER, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme

processo nº 7630/2016 em anexo no período de 11/08/2016 a 16/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2107/2016

PORTARIA Nº 2107/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JUCELY KARLA DA CONCEIÇÃO, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7521/2016 em anexo no período de 09/08/2016 a 12/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2108/2016

PORTARIA Nº 2108/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOICE SOUZA FARIAS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7632/2016 em anexo no período de 13/08/2016 a 27/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2109/2016

PORTARIA Nº 2109/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ FERNANDO CHALTEIN OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7564/2016 em anexo no período de 11/08/2016

a 17/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2110/2016

PORTARIA Nº 2110/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KLEBER ODAIR SILVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7524/2016 em anexo no período de 22/07/2016 a 22/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2111/2016

PORTARIA Nº 2111/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LOURDES BENTO DE OLIVEIRA GRESPI, ocupante do Cargo comissionado de DIRETOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7634/2016 em anexo no período de 15/08/2016 a 17/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2112/2016

PORTARIA nº 2112 de 18 de agosto de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 2078/2016, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2078 de 16 de agosto de 2016, que designava o servidor Thiago de Lara Vieira para responder pela FAMABI, a partir de 15/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e / seus efeitos são retroativos a 15/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

Thaysa Nunes Johanson
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2113/2016

PORTARIA nº 2113 de 18 de agosto de 2016

Designa o (a) Servidor (a) para responder pela Superintendência da Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) MAuricéia Grasielle Machado Corrêa, ocupante do cargo comissionado de Diretor Jurídico Operacional, detentor da matrícula 15861-1, do quadro de pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu, para responder pela Superintendência da Fundação Municipal do Meio Ambiente no período de 15/08/2016 até 02/10/2016, cumulativamente com as funções que já exerce.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2016.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – SC
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001-2016 - ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público a RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL Nº 001/2016 – ADMINISTRAÇÃO que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL.

A Retificação do Edital completo estará disponível a partir do dia 18 de Agosto de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos:

1. No sítio de internet do Município de Biguaçu - SC: (www.bigua.sc.gov.br);
2. No sítio de internet da UNISUL: (www.unisul.br/concursos).

Biguaçu - SC, 17 de Agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – SC
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2016 - SAÚDE

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público a RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL Nº 002/2016 – SAÚDE que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL.

A Retificação do Edital completo estará disponível a partir do dia 18 de Agosto de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos:

- 7.1 No sítio de internet do Município de Biguaçu - SC: (www.bigua.sc.gov.br);
- 7.2 No sítio de internet da UNISUL: (www.unisul.br/concursos).

Biguaçu - SC, 17 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016 - EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – SC
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003-2016 - EDUCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público a RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL Nº 003/2016 – EDUCAÇÃO que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL.

A Retificação do Edital completo estará disponível a partir do dia 18 de Agosto de 2016 nos seguintes endereços eletrônicos:

- 7.1 No sítio de internet do Município de Biguaçu - SC: (www.bigua.sc.gov.br);
- 7.2 No sítio de internet da UNISUL: (www.unisul.br/concursos).

Biguaçu - SC, 17 de Agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.315/2016

LEI N. 8.315, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA OS ANEXOS DAS LEI N. 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA) E LEI N. 8.124 DE 29 DE JUNHO DE 2015 (LDO).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 11.335.000,00 (onze milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 173.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Oper.Espec. 04.03.28.846.0000.2012 – Execução de Sentenças/Precatórios

Modalidade 3.3.90 (45) Aplicações Diretas R\$ 1.800.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administrativo da Sefaz

Modalidade 3.1.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0602 – Diretoria de Receita

Oper. Esp. 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 4.6.91 (99) Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0603 – Diretoria de Atendimento ao empreendedor

Atividade 06.03.04.122.0002.2319 – Manut. Ativ. Atendimento ao Empreendedor

Modalidade 3.1.90 (103) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo Financeira

Atividade 09.01.12.122.0004.2035 – Manut. Ativ. Administrativa da Seme

Modalidade 3.3.90 (151) Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (182) Aplicações Diretas R\$ 1.113.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.3.90 (207) Aplicações Diretas R\$ 3.878.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1201 – Diretoria de Regularização Fundiária

Atividade 12.01.16.482.0005.2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária

Modalidade 3.1.90 (424) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.241.0010.2289 – Apoio Financeiro a Associação Casa São Simeão

Modalidade 3.3.50 (434) Transf. Inst.Priv. S/Fins Lucr. R\$ 76.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2299 – Manut. Ativ. Conselhos Tutelares

Modalidade 3.1.90 (460) Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria administrativo Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Administrativo Financeira da Semudes

Modalidade 3.3.90 (467) Aplicações Diretas R\$ 255.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administrativas da Seplan

Modalidade 3.3.90 (498) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1303 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inform.

Atividade 13.03.15.127.0005.2066 – Manut. Ativ. Cartografia, Cadastro Mult. Inform.

Modalidade 3.3.90 (514) Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1304 – Diretoria de Fiscalização

Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manut. Ativ. Fiscalização

Modalidade 3.3.90 (517) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1306 – Diretoria de Análise de Projetos

Atividade 13.06.15.125.0005.2069 – Manut. Ativ. Análise de Projetos

Modalidade 3.3.90 (523) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1307 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 – Manut. Ativ. Desenvolvimento

de Projetos
Modalidade 4.4.90 (527) Aplicações Diretas R\$ 33.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Atividade 15.06.20.606.0003.2096 – Apoio Financ. A cooperativa Prove de Blumenau – Cooperprove
Modalidade 3.3.50 (739) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava
Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administrativas da Idivi
Modalidade 3.3.90 (663) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação
Atividade 02.01.04.122.0002.2005 – Aporte de Capital p/Empresa de Economia Mista
Modalidade 4.5.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete
Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administrativas do Gabinete
Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita
Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita
Modalidade 3.1.90 (91) Aplicações Diretas R\$ 490.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas
Projeto 11.02.15.451.0006.1074 – Implementação de Corredores Exclusivos de Ônibus
Modalidade 4.4.90 (326) Aplicações Diretas R\$ 1.370.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1137 – Exec. Obras Infra Estr. e Urb. Margem Esq. Rio Itajaí Açu
Modalidade 4.4.90 (364) Aplicações Diretas R\$ 726.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1138 – Elab/Proj/Exec. Pav. Sup. Qual. Rua Arnoldo Hemmer – Pac Pav
Modalidade 4.4.90 (368) Aplicações Diretas R\$ 814.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1142 – Elab. Proj/Super/Fisc/Asses. Tec. Obras Infra Estrut.
Modalidade 4.4.90 (370) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1157 – Lig. Viária Rua Alwin Schrader c/Paraguay Progr. Mobil.Sust.Banu
Modalidade 4.4.90 (393) Aplicações Diretas R\$ 3.480.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1161 – Superv/Proj/Melh/Ampl. Corredor Est. Norte Progr. Mob. Sust. Bnu
Modalidade 4.4.90 (398) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1169 – elab/Proj/Exec. Obras Pav. Vias Transp. Col. E Estr. Pac2
Modalidade 4.4.90 (404) Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1201 – Diretoria de Regularização Fundiária
Atividade 12.01.16.482.0005.2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária
Modalidade 3.3.90 (425) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1202 – Diretoria de Habitação

Projeto 12.02.16.482.0005.1129 - Execução de Obras/Serviços do Programa Pro-Moradia
Modalidade 3.3.90 (427) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 12.02.16.482.0005.2284 – Manut. Ativ. Habitação
Modalidade 3.3.90 (432) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica

Proteção 12.04.08.244.0010.1144 – Projetos Especiais p/Exec. Ações de Assistência Social
Modalidade 4.4.90 (441) Aplicações Diretas R\$ 27.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 12.04.08.244.0013.2296 – Execução de Ações em Decor-rência Emergencial/Calamidade Pública
Modalidade 3.3.90 (450) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Modalidade 3.3.91 (451) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Projeto 12.05.08.243.0004.1134 – Construção/Implementação de Casas Lares
Modalidade 4.4.90 (455) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Manut. Ativ. Atenção à Crian-ça e ao Adolescente
Modalidade 3.3.90 (458) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Administrativo Financeira da Semudes
Modalidade 3.1.90 (465) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Modalidade 3.1.91 (466) Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete
Projeto 13.01.15.451.0006.1163 – Estudos e Elaboração de Projeto
Modalidade 3.3.90 (500) Aplicações Diretas R\$ 724.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Atividade 15.06.20.606.0003.2095 – Manut. Ativ. Fundo Municipal Desenvolvimento Rural
Modalidade 4.4.90 (637) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 4.664.134,00(quatro milhões, seis-centos e sessenta e quatro mil, cento e trinta e quatro reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 25.01.18.542.0009.2137 – Manut. Ativ. Faema

Modalidade 3.1.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 430.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2313 – Manut. Impl. Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

Modalidade 3.3.50 (1) Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2155 – Manut. Implem. Serv. Proteção Social de Média Complexidade

Modalidade 3.3.50 (33) Aplicações Diretas R\$ 96.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2328 – Manut. Implementação dos Benefícios Eventuais

Modalidade 3.3.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 218.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2168 – Pab Fixo – Piso de Assistência Básica

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 2.398.134,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.301.0009.2173 – Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 53.000,00

Fonte de Recursos 0267.00067

33 – SERVIÇO AUT. MUNIC. TRANSITO E TRANSPORTE – SETERB

3301 – Gabinete do Diretor Presidente

Atividade 33.01.04.122.0002.2212 – Manut. Ativ. Gabinete Diretor Presidente do Seterb

Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3302 – Diretoria Administrativo Financeira

Modalidade 33.02.04.122.0002.2213 – Manut. Ativ. Administrativas e Financeiras do Seterb

Modalidade 3.1.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 750.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3303 – Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Transito

Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 4º - Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1074 – Implementação de Corredores Exclusivos de Ônibus

Modalidade 4.4.90 (326) Aplicações Diretas R\$ 1.830.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Manut. Implementação de Ações de Proteção Básica

Modalidade 3.3.50 (21) Aplicações Diretas R\$ 368.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 – Manut. Implem. Serv. Proteção Especial Alta Compl. C/Famílias

Modalidade 3.3.50 (46) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2223 – Projetos Especiais p/Exerc. De Ações do FMS

Modalidade 3.3.50 (57) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto 31.01.10.301.0009.1052 – Obras do Progr. Invest. Da Rede de Serviços de Saúde

Modalidade 4.4.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.301.0009.2171 – Proesf – Progr. Expansão e Consol. Estrat. Saúde da Família

Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Modalidade 4.4.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.301.0009.2231 – Cis – Consórcio Intermunicipal de Saúde

Modalidade 3.3.93 (52) Aplicações Diretas R\$ 53.000,00

Fonte de Recursos 0267.00067

Atividade 31.01.10.301.0009.2263 – Atenção Domiciliar – Emad/ Equipes Multiprof. De Apoio – Emaq

Modalidade 3.1.90 (57) Aplicações Diretas R\$ 726.476,00

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 609.676,00

Modalidade 4.4.90 (59) Aplicações Diretas R\$ 61.982,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Código: 02.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 173.000,00

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade: 03 – Diretoria de Contencioso Judicial

Código: 04.03.28.846.

Programa: 0000 – Operação Especial

Ação: 2012 – Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios

Produto: Sentença Judicial/Precatório

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 1.800.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 04 – Diretoria de Patrimônio

Código: 05.04.04.122

Programa: 0002 - - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 06.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2022 – Manut. Ativ. Administrativa da Sefaz

Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 400.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Receita
Código: 06.02.28.843.
Programa: 0000 – Operação Especial
Ação: 0001 – Serviços e Encargos da Dívida
Produto: Pagamento da Dívida Interna
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 3.000.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Atendimento ao Empreendedor
Código: 06.03.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2319 – Manut. Ativ. Atendimento ao Empreendedor
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 90.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 – Diretoria Administrativo Financeira
Código: 09.01.12.122.
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2035 – Manut. Ativ. Administrativa da Seme
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 26.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Educação Básica
Código: 09.03.12.361.
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 1.113.000,00

Código: 09.03.12.365.
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 3.878.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade: 01 – Diretoria de Regularização Fundiária
Código: 12.01.16.482.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Proteção Básica
Código: 12.03.08.241.
Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão
Ação: 2289 – Apoio Financeiro a Associação Casa São Simeão
Produto: Entidade Beneficiada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 76.000,00

Unidade: 05 – Diretoria da Criança e do Adolescente
Código: 12.05.08.243.
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2299 – Manut. Ativ. Conselhos Tutelares
Produto: Conselho Mantido
Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 140.000,00

Unidade: 06 – Diretoria Administrativo Financeira
Código: 12.06.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2300 – Manut. Ativ. Administrativo Financeira da Semudes
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 255.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 13.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2064 – Manut. Ativ. Administrativa da Seplan
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 60.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inform.
Código: 13.03.15.127.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2066 – Manut. Ativ. Cartografia. Cadastro Mult. Infor.
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 14.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Fiscalização
Código: 13.04.15.125.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2261 – Manut. Ativ. Fiscalização
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Unidade: 06 – Diretoria de Analise de Projetos
Código: 13.06.15.125.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2069 – Manut. Ativ. Análise de Projetos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 7.000,00

Unidade: 07 – Diretoria de Desenvolvimento de Projetos
Código: 13.07.15.451.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2281 – Manut. Ativ. Desenvolvimento de Projetos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 33.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Unidade: 06 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Código: 15.06.20.606.
Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
Ação: 2096 – Apoio Financeiro A Cooperativa Prove de Blumenau - Cooperprove
Produto: Entidade Beneficiada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Órgão: 17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA
Unidade: 01 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava
Código: 17.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2122 – Manut. Ativ. Administrativa da Idivi

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 150.000,00

Órgão: 25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente

Código: 25.01.18.542.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2137 – Manut. Ativ. Faema

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 430.000,00

Órgão: 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Código: 29.01.08.243.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2313 – Manut. Impl. Ações Voltadas a Criança a ao Adolescente

Produto: Crianças/Adolescentes Atendidos

Unidade: Criança/Adolescentes

Valor Próprio (2016): R\$ 69.000,00

Código: 29.01.08.244.

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2155 – Manut. Implem. Serv. Proteção Social de Média Complexidade

Produto: Família Atendida

Unidade: Famílias

Valor Próprio (2016): R\$ 96.000,00

Ação: 2328 – Manut. Implem. Dos Benefícios Eventuais

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 218.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.301.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2168 – Pab Fixo – Piso de Assistência Básica

Produto: Usuário SUS Atendido

Unidade: Usuário

Valor Vinculado (2016): R\$ 2.398.134,00

Ação: 2173 – Assistência Farmacêutica Básica

Produto: Acesso Racional de Medicamentos a População

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2016): R\$ 53.000,00

Órgão: 33 – SERVIÇO AUT.MUNIC. TRANSITO E TRANSPORTE P SETERB

Unidade: 01 – Gabinete do Diretor Presidente

Código: 33.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2212 – Manut. Ativ. Gabinete Diretor Presidente do Seterb

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Unidade: 02 – Diretoria Administrativo Financeira

Código: 33.02.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2213 – Manut. Ativ. Administrativas e Financeiras do Seterb

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 750.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Transito

Código: 33.03.06.125.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 600.000,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Código: 02.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2005 – Aporte de Capital p/Empresa de Economia Mista

Produto: Empresa Aportada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 500.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Código: 01 – Administrativo do Gabinete

Programa: 05.01.04.122.

Ação: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 02 – Diretoria de Receita

Código: 06.02.04.129.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2023 – Manut. Ativ. Receita

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 490.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 – Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.15.451.

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 1074 – Implementação de Corredores Exclusivos de Ônibus

Produto: Obra Executada

Unidade: Km

Valor Próprio (2016): R\$ 3.200.000,00

Ação: 1137 – Exec. Obras Infra Estr. e Urb. Margem Esq. Rio Itajaí Açu

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 726.000,00

Ação: 1138 – Elab/Proj/Exec. Obras Pav. Sup. Qual. Rua Arnaldo Hemmer Pac

Produto: Pav. De Ruas

Unidade: M

Valor Próprio (2016): R\$ 814.000,00

Ação: 1142 – elab.Proj/Super/Fisc/Asses.Tec. Obras Infra Estrut.

Produto: projeto, Execução, Supervisão, Fiscalização, Asses. Técnico

Unidade: mês

Valor Próprio (2016): R\$ 2.000.000,00

Ação: 1157 – Lig. Viária Rua Alwin Schrader C/Paraguay Prog. Mobil. Sust. Bnau

Produto: Obras Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 3.480.000,00

Ação: 1161 – Superv/Proj/Melh/Ampl. Corredor Est. Norte Progr. Mobil. Sust. Bnau

Produto: Superv. Proj. Obra Executada

Unidade: Km

Valor Próprio (2016): R\$ 650.000,00

Ação: 1169 - Elab/Proj/Exec. Obras Pav Vias Transp. Col. E Estr Pac2

Produto: Projeto, Execução, Supervisão e Qualificação

Unidade: M

Valor Próprio (2016): R\$ 140.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 01 – Diretoria de Regularização Fundiária

Código: 12.01.16.482.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 15.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Habitação

Código: 12.02.16.482.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 1129 – Execução de Obras/Serviços do Programa Pro-Moradia

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Ação: 2284 – Manut. Ativ. Habitação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 8.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Proteção Básica

Código: 12.04.08.244.

Programa: 0010 – Inclusão social e Valorização do Cidadão

Ação: 1144 – projetos Especiais p/Execução de Ações de Assistência Social

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 27.000,00

Programa: 0013 – Programa S.O.S Blumenau

Ação: 2296 – Execução de Ações em Decorrencia Emergencial/Calamidade Pública

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 20.000,00

Unidade: 05 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Código: 12.05.08.243.

Programa: 0004 – promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 1134 – Construção de Casa Lares

Produto: Construção Casa Lar

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 1.000,00

Ação: 2297 – Manut. Ativ. Atenção à Criança e ao Adolescente

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 20.000,00

Unidade: 06 – Diretoria Administrativo Financeira

Código: 12.06.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2300 – Manut. Ativ. Administrativo Financeira

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 190.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 13.01.15.451.

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 1163 – Estudos e Elaboração de Projetos

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 724.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Unidade: 06 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Código: 15.06.20.606.

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 2095 – Manut. Fundo Municipal Desenvolvimento Rural

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Órgão: 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Código: 29.01.08.244.

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2152 – Manut. Implementação de Ações de Proteção Básica

Produto: Família Atendida

Unidade: Famílias

Valor Próprio (2016): R\$ 368.000,00

Ação: 2159 – Manut. Implem. Serv. Proteção Especial Alta Complex. c/Famílias

Produto: Família Atendida

Unidade: Famílias

Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Ação: 2223 – Projetos Especiais p/Execuções De Ações do FMAS

Produto: Projeto Executado

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 5.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.301.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 1052 – Obras do Progr. Invest. Da Rede de Serviços de Saúde

Produto: Obra Executada

Unidade: m2

Valor Vinculado (2016): R\$ 500.000,00

Ação: 2171 – Proesf – Progr. Expansão e Consol. Estr. Saúde da Família

Produto: Estratégia Saúde da Família Fortalecida

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2016): R\$ 500.000,00

Ação: 2231 – CIS Consórcio Intermunicipal de Saúde

Produto: Participação em Consórcio

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2016): R\$ 53.000,00

Ação: 2263 – Atenção Domiciliar – Emaq/Equipes Multiorif. De Apoio - Emaq

Produto: Atendimento aos Usuários Acamados

Unidade: usuários do SUS

Valor Vinculado (2016): R\$ 1.398.134,00

Art. 7º Fica diminuída no Anexo II da Lei Municipal nº 8.124, de 29 de junho de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2016, a seguinte ação:

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.301.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2171 – Proesf – Progr. Expansão e Consol. Estrat. Saúde da Família

Unidade Medida: unidade

Qtde: 3,00

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.071/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.071, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 657, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os dispositivos da Lei Complementar nº 657, de 13 de novembro de 2007, que "Dispõe sobre a publicidade exposta diretamente ou direcionada para logradouros públicos no âmbito do município de Blumenau e dá outras providências", descritos neste artigo, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 13.

Parágrafo único. O cartaz publicitário somente poderá ser instalado na fachada dos edifícios a partir do 5º pavimento, desde que sua dimensão não ultrapasse a fachada do edifício e não tenha quadros sobrepostos, sendo inaplicável a esse tipo de cartaz o limite de tamanho previsto no artigo 11. (NR).

.....

Art. 24.

III – em viadutos e túneis;

..... (NR).

.....

Art. 31.

I – no inciso III do art. 3º:

..... (NR).

Art. 38. Considera-se infrator o proprietário da ferramenta de comunicação e, na sua falta, o anunciante ou o proprietário do terreno." (NR).

Art. 2º Ficam revogados o art. 10, o § 2º do art. 12 e os incisos VIII e IX do art. 24, da Lei Complementar nº 657, de 13 de novembro de 2007.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.072/2016

LEI COMPLEMENTAR N. 1.072, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

AJUSTA O QUADRO PERMANENTE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO PODER EXECUTIVO, QUE CONSTITUI O ANEXO I-E DA LEI COMPLEMENTAR N. 661, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º No Quadro Permanente de Profissionais de Saúde do Poder Executivo, que constitui o Anexo I-E da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, instituído pela Lei Complementar n. 1.047, de 1º de abril de 2016:

I – ficam criados 42 (quarenta e dois) cargos de Médico, categoria 13, grupo ocupacional especialista, vinte horas semanais;

II – ficam extintos:

a) 10 (dez) cargos de Médico, categoria 13, grupo ocupacional especialista, quarenta horas semanais;

b) 44 (quarenta e quatro) cargos de Médico, categoria 13, grupo ocupacional especialista, dez horas semanais.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.025/2016

DECRETO N. 11.025, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AS ÁREAS COM RESTRIÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "n", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012, e nas Leis Complementares n. 615, de 15 de dezembro de 2016 – que “dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Blumenau” –, e n. 751, de 23 de março de 2010, que “dispõe sobre o Código de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Blumenau e dá outras providências”;

CONSIDERANDO os termos do Memorando n. 132, de 01 de agosto próximo passado, da Diretoria de Geologia, Análise e Riscos Naturais da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão – SEDECI;

DECRETA:

Art. 1º As áreas com restrição de uso e ocupação do solo a que se refere o art. 41 da Lei Complementar n. 751, de 23 de março de 2010 (Código de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo), ficam definidas nos Anexos I e II que fazem parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Fica estabelecida na forma do Anexo I deste Decreto a delimitação das áreas:

I – com Restrição de Construção e Ocupação - ARCO;

II – de Influência de Aeródromo - AIA;

III – não edificável e não aterrável – ANEA;

IV – de Preservação Permanente - APP;

V – Unidades de Conservação;

VI – de Proteção Cultural - APC;

VII – delimitadas como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS.

Art. 3º Fica estabelecida na forma do Anexo II deste Decreto a delimitação das Áreas com Potencial de Risco – APRs a que se refere o inciso VIII do art. 41 da Lei Complementar n. 751, de 23 de março de 2010 (Código de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo).

Parágrafo único. O mapa a que se refere o caput fica sujeito a constantes atualizações através de sistemática de detalhamento progressivo, mediante a realização de estudos complementares destinados à identificação da área total suscetível aos processos analisados, delimitação das zonas de perigos e estimativa de riscos, em conformidade com as diretrizes definidas em ato próprio do órgão municipal de proteção e defesa civil.

Art. 4º As APRs classificam-se em:

I – Área de Alerta Especial I: quando verificada a incidência de ocupação em zona de alta suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa;

II – Área de Alerta Especial II: quando verificada a incidência de ocupação em bacia hidrográfica suscetível a corridas de massa e enxurradas;

III – Área de Alerta Especial III: quando verificada a incidência de ocupação em bacia hidrográfica suscetível a enxurradas;

IV – Área de Alerta: quando verificada incidência de ocupação em zona de média suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa;

V – Área de Atenção: quando verificada incidência de ocupação em zona de baixa suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa;

VI – Área de Alta Suscetibilidade: área não ocupada, de alta

suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa;

VII – Área de Média Suscetibilidade: área não ocupada, de média suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa;

VIII – Área de Baixa Suscetibilidade: área não ocupada, de baixa suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa.

Parágrafo único. Fica estabelecida no Anexo III deste Decreto a Nota Técnica Explicativa sobre a elaboração, uso e informações complementares da Carta das Áreas com Potencial de Risco - APRs.

Art. 5º A aprovação de projetos de parcelamento do solo urbano, concessão de alvarás de novas edificações, regularizações, habite-se, reforma com ampliação, obras de segurança e similares, obras de terraplanagem de grande porte e licenças de localização e funcionamento, ficam sujeitas à análise prévia do órgão municipal de proteção e defesa civil, quando localizados em:

I - Área de Alta Suscetibilidade;

II - Áreas de Alerta Especial (I, II e III).

Art. 6º As intervenções estruturais, tais como, novas edificações, reforma com ampliação, obras de terraplanagem de grande porte, obras de estabilização/contenção de taludes, obras de segurança e similares, deverão:

I – fundamentar-se em rigorosa avaliação geotécnica, em consonância às normas técnicas vigentes e ato próprio dos órgãos competentes, quando localizadas em encosta ou talude artificial, ou parte deles, com inclinação igual ou superior a 16º (dezesseis graus) ou 30% (trinta por cento) ou quando localizadas em zonas de perigo alto ou muito alto a movimentos gravitacionais de massa;

II - fundamentar-se em rigorosa avaliação geotécnica e hidrológico-hidráulica, em consonância às normas técnicas vigentes e ato próprio dos órgãos competentes, quando localizadas em zonas de perigo alto ou muito alto a corridas de massa e enxurradas;

III - fundamentar-se em rigorosa avaliação hidrológico-hidráulica, em consonância às normas técnicas vigentes e ato próprio dos órgãos competentes, quando localizadas em zonas de perigo alto ou muito alto a enxurradas.

§ 1º As obras de terraplanagem são definidas e classificadas de acordo com o seu porte, conforme ato próprio do órgão municipal de meio ambiente.

§ 2º A determinação da inclinação de que trata o inciso I do caput deste artigo deverá ser realizada considerando as diretrizes estabelecidas em ato próprio do órgão municipal de proteção e defesa civil.

§ 3º As rigorosas avaliações geotécnicas e hidrológico-hidráulicas de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo, deverão considerar, minimamente:

I – a avaliação da interferência das intervenções propostas sobre a suscetibilidade dos terrenos, considerando todos os processos potencialmente perigosos que possam incidir sobre a área de intervenção;

II - quando necessário, a proposição e execução de medidas preventivas estruturais (obras de segurança) e não estruturais (plano de contingência, monitoramento, alerta e alarme e similares) destinadas à redução dos riscos;

III – a apresentação junto aos respectivos memoriais/relatórios de

projeto, dos elementos de análise e avaliação de risco (zoneamento de perigos e estimativa de riscos) considerando o efeito das intervenções propostas sobre o grau de risco, em conformidade com as diretrizes definidas em ato próprio do órgão municipal de proteção e defesa civil.

Art. 7º São vedadas as intervenções estruturais tais como, novas edificações, reforma com ampliação, obras de terraplanagem de grande porte, obras de estabilização/contenção de taludes, obras de segurança e similares quando localizadas em áreas de perigo alto ou muito alto e que não atendam às condições previstas na forma do art. 6º deste Decreto.

Art. 8º O uso e ocupação de bens imóveis localizados em áreas de perigo, e que resulte na formação de situações de risco, ficam condicionados:

I – para as áreas com risco moderado e alto, à adoção de medidas não estruturais destinadas à redução dos riscos (planos de contingência);

II – para as áreas com risco moderado, alto e muito alto, quando for viável técnica e economicamente, à adoção de medidas estruturais destinadas à redução dos riscos (obras de segurança).

Parágrafo único. As diretrizes para a definição do grau de risco e das estratégias de gerenciamento de riscos serão estabelecidas em ato próprio do órgão municipal de proteção e defesa civil.

Art. 9º Quando necessária, a remoção de edificações localizadas em áreas de perigo será precedida de:

I – vistoria ao local e elaboração de laudo técnico que demonstre os riscos do meio físico em relação à ocupação e integridade física de seus ocupantes ou de terceiros;

II - notificação ao responsável, acompanhada do laudo técnico a que se refere o inciso I e, quando for o caso, de informações sobre as alternativas oferecidas pelo Poder Público para a assistência provisória ou definitiva aos ocupantes;

III - declaração, firmada pelo responsável da ocupação e, minimamente, por uma testemunha devidamente qualificada, de reconhecimento quanto à inviabilidade técnica ou financeira para a implantação de medidas que garantam a redução dos riscos.

Parágrafo único. Para os efeitos do inciso I do caput deste artigo, consideram-se as situações classificadas, minimamente em nível preliminar, como de perigo ou risco alto ou muito alto, conforme diretrizes definidas em ato próprio do órgão municipal de proteção e defesa civil.

Art. 10. O responsável técnico por intervenções estruturais no território municipal deverá avaliar as condições de estabilidade e segurança dos terrenos frente aos perigos associados a processos geodinâmicos e hidrodinâmicos e, quando necessário, adotar as providências cabíveis para evitar a formação de situações de risco na área de influência da intervenção, garantindo a segurança individual e coletiva da população.

Art. 11. Caberá à Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral, elaborar e atualizar o Plano de Implantação de Obras de Interesse Público para a redução dos riscos de desastres naturais.

Art. 12. Caberá à Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão – SEDECI, com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral:

I – promover a análise e cartografia de perigo e risco;

II – realizar a comunicação e as notificações das situações de risco;

III – promover o desenvolvimento, implantação e atualização periódica de planos de contingência, através de estratégias de monitoramento, alerta, alarme e evacuação, vinculadas à cartografia de riscos, ao ALERTABLU e aos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPEDECs);

IV – adotar medidas que impeçam a reocupação de áreas desocupadas através dos procedimentos previstos na forma do art. 9º deste Decreto.

Parágrafo único. As notificações de situações de risco, de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser firmadas pelo responsável da ocupação e, no mínimo, por uma testemunha devidamente qualificada.

Art. 13. Caberá à Comissão Especial para Gestão de Riscos e Desastres Naturais - CEGERD, com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral, a definição de diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares e de realocação de população, quando localizados em áreas de potencial risco maior.

Art. 14. É de competência do titular da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão – SEDECI a edição de instruções complementares a este Decreto, relativas ao gerenciamento de riscos, e instituir os procedimentos necessários à aplicação de suas disposições.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n. 9.853, de 19 de novembro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Os Anexos deste Decreto encontram-se na íntegra na página <https://leismunicipais.com.br/>

DECRETO Nº 11.029/2016

DECRETO N. 11.029, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

CRIA E DENOMINA “CRAS REGIÃO VII” CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, “f” e “o”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”,

CONSIDERANDO os termos do Memorando GAB n. 112, de 11 de agosto de 2016, subscrito pelo titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, um Centro de Referência de Assistência Social denominado “CRAS Região VII”.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto

correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.030/2016

DECRETO N. 11.030, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NO DECRETO N. 10.928, DE 05 DE ABRIL DE 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "f" e "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que "dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências",

CONSIDERANDO os termos do Memorando GAB n. 112, de 11 de agosto de 2016, subscrito pelo titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES,

DECRETA:

Art. 1º O caput e os incisos III, V e VI do art. 1º do Decreto n. 10.928, de 05 de abril de 2016, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Os Centros de Referência de Assistência Social, unidades destinadas à articulação dos serviços socioassistenciais e à prestação de serviços, programas e projetos de proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, criados pelos Decretos ns. 9.630, de 13.02.2012, 9.631, de 13.02.2012, 9.634, de 27.02.2012, 9.637, de 07.03.2012, 9.638, de 07.03.2012, 9.639, de 07.03.2012 e 11.029, de 15.08.2016, são denominados CRAS Região I a VII e observarão a seguinte distribuição territorial: [...]

III - CRAS Região III: Fortaleza, Fortaleza Alta, Itoupava Norte, Itoupava Seca, Nova Esperança e Tribess;

[...]

V - CRAS Região V: Escola Agrícola, Passo Manso, Salto, Salto Weisbach, Victor Konder e Vila Nova;

VI - CRAS Região VI: Itoupava Central, Itoupavazinha e Vila Itoupava;"

Art. 2º O art. 1º do Decreto n. 10.928, de 05 de abril de 2016, passa a vigorar acrescido do inciso VII, com a seguinte redação:

"Art. 1º [...]

[...]

VII – CRAS Região VII: Fidélis, Badenfurt, Testo Salto e Salto do Norte."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.031/2016

DECRETO Nº11.031, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO UMA ÁREA DE TERRAS PERTENCENTE A SOCIEDADE DESPORTIVA VASTO VERDE, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DO PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação o terreno pertencente a Sociedade Desportiva Vasto Verde, situado nesta cidade, no bairro da Velha, na Rua Gustavo Budag, fundos, contendo a área de 94,06m², integrante do terreno matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº2.753, inscrito no cadastro técnico municipal sob 4-1-20-7-612, demarcado pela linha perímetrica cuja descrição inicia-se no vértice P1, de coordenadas N 7.021.272,84 m. e E 688.581,96 m.; deste, segue com azimute de 57°41'45" e distância de 10,00 m., confrontando com terras do Município de Blumenau, até o vértice P2, de coordenadas N 7.021.278,18 m. e E 688.590,42 m.; deste, segue com azimute de 154°14'18" e distância de 9,48 m., confrontando com terras de Vilson Julio Rosa, até o vértice P3, de coordenadas N 7.021.269,65 m. e E 688.594,54 m.; deste, segue com azimute de 237°23'29" e distância de 9,93 m., confrontando com terras da Sociedade Desportiva Vasto Verde, até o vértice P4, de coordenadas N 7.021.264,30 m. e E 688.586,17 m.; deste, segue com azimute de 333°46'32" e distância de 9,52 m., confrontando com terras do Município de Blumenau, até o vértice P1, de coordenadas N 7.021.272,84 m. e E 688.581,96 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51º WGr, tendo como o Datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O imóvel descrito no artigo primeiro fica destinado ao prolongamento da Rua Humberto de Campos – VP 07.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.028/2016

DECRETO Nº11.028, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DESTINADO AO ALARGAMENTO DA RUA WALTER THOMSEN um IMÓVEL, PERTENCENTE A LIVIA THOMSEN STARKE situado na rua WALTER THOMSEN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de terras pertencente a Livia Thomsen Starke, que faz parte do todo inscrito no cadastro técnico municipal sob nº42.389, matriculado no 2º ofício de Registro de Imóveis dessa

Comarca sob o nº1.093, no bairro Vila Nova, contendo 152,52m², fazendo frente em 38,00m com o lado ímpar da Rua Walter Thomsen, fundos em 38,26m com terras remanescentes de Lívia Thomsen Starke; extremado pelo lado direito em 4,02m com terras de Missão Evangélica Cristã e pelo lado esquerdo em 4,00m com terras de Nova Trento Empreendimentos Imobiliários Ltda., sem benfeitorias.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo é destinado ao alargamento da Rua Walter Thomsen.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.969/2016

PORTARIA Nº 19.969, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLY KROGER PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA ZIMMERMANN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 298/2016, de 10/08/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR,

a contar de 04 de julho de 2016, a servidora pública municipal MARLY KROGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretária Escolar do Centro de Educação Infantil "Professora Maria Zimmermann", concedendo-lhe a gratificação de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.970/2016

PORTARIA Nº 19.970, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

PROMOVE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MIRTES DENISE THEISS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com os arts. 6º, 8º, II, 28 e 29, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e de conformidade com o Decreto nº 8.603, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

READAPTAR

MIRTES DENISE THEISS, servidora pública municipal desde 04 de outubro de 2000, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, com jornada de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal

de Saúde - SEMUS, no cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Grupo Ocupacional Funcional GF, Categoria 05, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento I, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, sem prejuízo de sua remuneração e carga horária, a contar de 01 de setembro de 2016, de conformidade com o Expediente emitido pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal - SESOSP, nos autos do Processo de Readaptação nº 2015/10/1172.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.984/2016

PORTARIA Nº 19.984, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

DISPENSA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo a solicitação contida nos Memorandos n. 68 – SEGG, de 11/08/2016 e n.202 -SECTUR, de 11/08/2016, resolve:

DISPENSAR, a contar de 01 de agosto de 2016, as servidoras públicas municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, das seguintes funções gratificadas de confiança:

ANDRÉIA MARIA ALBANO MAFRA, Professor, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Implantação, FGC-60%, designada pela Portaria nº 19.730, de 16/05/2015;

NEIDE DA VEIGA, Digitador, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Ações Promocionais e Divulgação, FGC-70%, designada pela Portaria nº 19.197, de 30/10/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.985/2016

PORTARIA Nº 19.985, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo à solicitação contida nos Memorandos nº 202/2016 - SECTUR, de 11/08/2016 e 069/2016, de 11/08/2016, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de agosto de 2016, as servidoras públicas municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013:

ANDRÉIA MARIA ALBANO MAFRA, matrícula n. 200662, ocupante

do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Ações Promocionais e Divulgação, símbolo FGC-70%, junto à Secretaria Municipal de Turismo;

NEIDE DA VEIGA, matrícula n. 153834, ocupante do cargo de provimento efetivo de Digitador, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Governamental, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Implantação, símbolo FGC-60%, naquela Secretaria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.986/2016

PORTARIA Nº 19.986, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

CAMILA DOS SANTOS, do cargo em comissão de Assessor Especial de Auditoria de Gestão, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeada pela Portaria nº 16.501, de 02 de janeiro de 2013, no dia 22 de agosto de 2016;

TIAGO ALEXANDRE BOTTOS, do cargo em comissão de Diretor de Habitação, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeado pela Portaria nº 19.415, de 15 de fevereiro de 2016, no dia 17 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.987/2016

PORTARIA Nº 19.987, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

TIAGO ALEXANDRE BOTTOS, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, no dia 18 de agosto de 2016;

CRISTIANO CARLOS BAIFUS, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Habitação, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 18 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2016

Homologação: Pregão Presencial nº 094/2016 - Data da homologação: 11/08/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO 1.000 KG DE PANO TIPO: DE LIMPEZA TAMANHO: 40 X 40 CM E 3.000 KG DE PANO TIPO: DE LIMPEZA TAMANHO: 60 X 70 CM.

EMPRESA VENCEDORA: Tayu Química Eireli EPP

Item 01: Valor unitário R\$16,52.

Item 02: Valor unitário R\$17,16.

PORTARIA Nº 665/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 665

EXONERA DANIEL MARCOS KIECKBUSCH DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

EXONERAR

DANIEL MARCOS KIECKBUSCH, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO da Fundação Municipal do Meio Ambiente, símbolo CC-2, nomeado anteriormente pela Portaria nº 619, de 05 de novembro de 2015, a contar de 16 de Agosto de 2016.

Blumenau (SC), 15 de Agosto de 2016.

FERNANDO LEITE
Presidente FAEMA

PORTARIA Nº 343/2016 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 343/2016

Concede exoneração a Dalva Aparecida Rodrigues da Silva, do cargo em comissão de Gerente de Arquivos Históricos, Símbolo, CC-3.

RODRIGO ROGERIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº. 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, do cargo em comissão de Gerente de Arquivos Históricos, Símbolo CC-3, lotada no Departamento de Cultura, nomeada pela Portaria nº 333/2016, de 20 de abril de 2016, a partir do dia 15 de agosto de 2016.

Blumenau, 15 de agosto de 2016
 RODRIGO ROGERIO RAMOS
 Presidente

EXTRATO Nº 252/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 252/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
 e
 Sercompe Computadores Ltda

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos de rede para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 106/2016 e Ata nº. 134/2016 firmado em 15 de agosto de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)
1	20499	25	Peça	Switch de acesso contendo 48 (quarenta e oito) portas, com as seguintes características:	HPE Hewlett Packard Enterprise	7.255,52
2	36570	12	Peça	Módulo Mini-GBIC de 10Gbps 10Km, com as seguintes características:	HPE Hewlett Packard Enterprise	4.854,88
3	36571	22	Peça	Módulo Mini-GBIC de 1Gbps 10Km, com as seguintes características:	HPE Hewlett Packard Enterprise	1.311,52
Fabricante			Hewlett Packard Enterprise			
Modelo/Versões e Códigos do Fabricante			Item 1: Marca: Hewlett Packard / Modelo: JG976A HPE 5130-48G-4SFP+EI BR Switch. Marca Hewlett Packard / Modelo: JD095C HPE X240 10G SFP+SFP+0,65m DAC Cable. Item 2: Marca: Hewlett Packard/Modelo:JDO94B HP X130 10G SFP+LC LR Transceiver Item 3: Marca: Hewlett Packard / Modelo: JD119B HP X120 1G SFP LC LX Transceiver			
Preço Global (em R\$)			268.500,00			
Preço Global (em reais, por extenso)			Duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais.			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamentos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 15/08/2016.

EXTRATO Nº 254/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 254/2016
 Dispensa de Licitação nº. 044/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de kits de teste Mini Vidas para o laboratório de análises clínicas (LAC) da Universidade. Contratada: Logiteknica Comércio de Produtos para Saúde e Logística Ltda-Me (CNPJ nº. 07.570.445/0001-56). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias consecutivos após a entrega, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 12.215,88 (doze mil, duzentos e quinze reais e oitenta e oito centavos)/01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 12 de agosto de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
 Reitor da FURB

EXTRATO Nº 256/2016 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 256/2016
Dispensa de Licitação nº. 212/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a compra de peças anatômicas de suínos para a disciplina de Técnicas Cirúrgicas e Anestésicas do curso de medicina da Universidade. Contratada: Abatedouro Irmãos Glau Ltda (CNPJ nº. 81.866.303/0001-93). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)/01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 16 de agosto de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 257/2016 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 257/2016
Dispensa de Licitação nº. 171/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de materiais para uso do departamento de odontologia da Universidade. Contratada: Dental Med Sul Artigos Odontológicos (CNPJ 02.477.571/0001-47) e Dental Tedesco Comércio de Material Odontológico EIRELI EPP (CNPJ 09.122.247/0001-55). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 564,26 (quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos)/01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 17 de agosto de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL

MD 2.581

RESOLUÇÃO MD Nº 2.581
DISPÕE SOBRE AS ELEIÇÕES DO PROGRAMA "VEREADOR MIRIM"
PARA O ANO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O processo de eleição do Programa Vereador Mirim, para o ano de 2016, será orientado e dirigido pela Câmara Municipal de Blumenau com a participação das Unidades Escolares, e obedecerá às disposições desta Resolução da Mesa Diretora, atualizado o disposto no artigo 1º da Resolução MD nº 2.473, de 30 de março de 2016 e nos termos do artigo 7º, do Decreto Legislativo nº 382, de 23 de agosto de 1999.

Art. 2º As eleições serão realizadas entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016, com início às 8:00 horas e término às 16:00 horas, nas dependências das escolas credenciadas.

§1º Haverá intervalo mínimo de 1 (uma) hora, no período compreendido entre as 11:30 horas e 13:30 horas, a critério do educandário.

§ 2º As unidades escolares serão responsáveis pela lisura do processo eleitoral e pelo cumprimento das condições estabelecidas nesta Resolução MD.

§ 3º A Câmara Municipal de Blumenau disponibilizará sistema eletrônico de votação e atas eleitorais, mediante a disponibilização,

pelas unidades escolares, de microcomputador desktop (de mesa) com sistema operacional Windows XP ou mais atualizado, compreendendo monitor, CPU, mouse, caixas de som e teclado.

§ 4º Em caso de impossibilidade na utilização do sistema eletrônico, a Câmara Municipal de Blumenau disponibilizará cédulas, atas e urnas eleitorais, cabendo às unidades escolares a guarda e responsabilidade sobre os bens cedidos durante o período em que estiverem em suas posses.

§ 5º A apuração dos votos ocorrerá nos respectivos educandários, a partir do encerramento da votação, e será mantida em sigilo até a homologação dos resultados pela Comissão Eleitoral da Câmara Municipal de Blumenau.

§ 6º Os relatórios, as atas e as cédulas eleitorais de cada educandário devem permanecer em envelopes lacrados até o início do escrutínio geral dos votos, no dia 14 de novembro, a partir das 9 horas.

Art. 3º A homologação das inscrições e a definição da data para realização da eleição em cada escola, que se dará por meio de sorteio, ocorrerão no dia 06 de setembro, em reunião com os representantes dos educandários, às 14:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Blumenau, e a listagem será publicada no site oficial.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de realização das eleições por determinada escola na data sorteada, poderá haver alteração, mediante permuta com outra escola que concorde, desde que tal anuência seja informada à Câmara Municipal de Blumenau até o dia 12 de setembro, com documento comprobatório.

Art. 4º Caberá aos educandários:

I – até o dia 05 de setembro, promover a sua inscrição para as Eleições da Câmara Mirim 2016 por meio de formulário disponível no site da Câmara Municipal de Blumenau, até o dia 05 de setembro;

II – até o dia 23 de setembro:

a) após a inscrição da escola ter sido homologada, realizar a inscrição dos candidatos por meio de formulário padrão, pelo site oficial, fornecendo dados pessoais e fotografia do candidato;

b) entregar termo de autorização dos responsáveis pelos candidatos mirins completamente preenchido e assinado, conforme modelo padrão disponível no site da Câmara Municipal de Blumenau, na recepção da Câmara Municipal de Blumenau, aos cuidados do setor Vereador Mirim;

c) encaminhar à Câmara Municipal de Blumenau as listas completas dos alunos do 5º (quinto) ao 9º (nono) ano do ensino fundamental, devendo ser apresentadas em planilhas dos programas Microsoft WORD ou EXCEL, via e-mail (eleicaomirim@camarablu.sc.gov.br), contendo a relação de nomes completos, sem abreviação, separadas por turmas e em ordem alfabética;

III – formar a Mesa de Votação, no dia das eleições, a qual será composta por um presidente e dois mesários, respectivamente um professor ou coordenador, que será o presidente, um aluno e um servidor público a ser indicado pela Câmara Municipal de Blumenau, sendo este responsável pelo sistema de controle de votação.

Parágrafo único. Estarão aptos a votar os alunos que estejam cursando entre o 5º (quinto) e o 9º (nono) ano do ensino fundamental, sem restrição mínima ou máxima de idade.

Art. 5º Compete à Câmara Municipal de Blumenau a divulgação, aos educandários, da listagem definitiva dos alunos aptos a votar, bem como a homologação e divulgação do resultado final das eleições, por meio da Comissão Eleitoral.

Art. 6º As escolas credenciadas no Programa Vereador Mirim, para efeitos de eleição, serão divididas em 3 (três) grupos, a fim de que seja estabelecida proporcionalidade na representação dos alunos no Município.

Parágrafo único. Os grupos e as vagas serão divididos da seguinte forma:

I – Grupo A: formado por escolas que contenham até 160 (cento e sessenta) alunos aptos a votar, que ocuparão 5 (cinco) vagas;

II – Grupo B: formado por escolas que contenham de 161 (cento e sessenta e um) a 400 (quatrocentos) alunos aptos a votar, que ocuparão 6 (seis) vagas;

III – Grupo C: formado por escolas que contenham mais de 400 (quatrocentos) alunos aptos a votar, que ocuparão 4 (quatro) vagas.

Art. 7º A escola inscrita deverá apresentar, obrigatoriamente, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) candidatos.

§ 1º Havendo mais de 9 (nove) candidatos no educandário, este deverá realizar processo seletivo interno, a fim de resguardar a igualdade entre todos os participantes.

§ 2º Após o dia 23 de setembro de 2016, as escolas não poderão mais substituir os candidatos, salvo por motivo relevante

devidamente comprovado, a critério da Comissão Eleitoral, até 20 (vinte) dias antes da eleição.

§ 3º Caso ocorra a desistência de algum candidato, deixando a escola de conter o número mínimo estabelecido pelo caput deste artigo, esta será automaticamente excluída do processo de eleição.

Art. 8º Para o pleito de 2016, poderão candidatar-se alunos do 5º (quinto) ao 8º (oitavo) ano do Ensino Fundamental, que até o dia 11 de novembro não tenham completado 15 (quinze) anos.

Art. 9º A escolha dos vereadores mirins será feita pelo critério do índice de comparecimento às urnas no dia da eleição.

§ 1º O índice de comparecimento às urnas é verificado pela seguinte fórmula: quantidade de alunos votantes, multiplicada por 100 (cem) e dividido pela quantidade total de alunos aptos a votar na unidade escolar.

§ 2º As escolas que, em cada um dos 3 (três) grupos de que trata o parágrafo único do artigo 6º, obtiverem os maiores índices de comparecimento, obterão uma vaga na Câmara Mirim.

§ 3º A cadeira da unidade escolar que garantir uma vaga pelo índice de comparecimento será ocupada pelo candidato ao mandato de Vereador Mirim que atingir o maior percentual em sua escola, sendo a seguinte a fórmula de cálculo percentual por candidato: quantidade de votos recebidos pelo aluno multiplicado por 100 (cem) e dividido pela quantidade de eleitores da unidade escolar.

§ 4º Os candidatos de cada unidade escolar que ficarem na segunda colocação serão considerados suplentes, podendo ocupar a vereança mirim quando o titular trocar de escola, desistir ou perder o mandato ou licenciar-se para tratamento de saúde.

§ 5º Havendo empate nas apurações, com relação ao critério de índice de comparecimento às urnas, os critérios de desempate se darão na seguinte ordem:

I – unidade escolar com maior número de alunos;

II – unidade escolar que permaneceu o maior número de legislaturas sem eleger vereador mirim.

§ 6º Havendo empate entre os candidatos, os critérios de desempate se darão na seguinte ordem:

I – o candidato que estiver na série superior;

II – o candidato de maior idade.

§ 7º Constituem justificativas de ausência às eleições:

I – atestado médico por doença;

II – falecimento de familiar, com atestado ou certidão de óbito.

III – participação em jogos, representando o Município, com convocação ou justificativa da Fundação Municipal de Desportos;

IV – mudança de educandário, mediante comprovação.

§ 8º Nos casos previstos nos incisos I e II do § 7º, o prazo para apresentação dos respectivos comprovantes será de 02 (dois) dias úteis, após o dia da respectiva eleição.

§ 9º As ausências justificadas na forma do § 7º, não serão contabilizadas para efeito de proporcionalidade.

Art. 10. O resultado oficial das eleições será divulgado até 14:00 horas do dia 16 de novembro de 2016.

Art. 11. Os alunos eleitos serão diplomados em dezembro de 2016, no Plenário da Câmara Municipal de Blumenau, e o mandato se estende até 31 de dezembro de 2017.

Art. 12. A Comissão Eleitoral, responsável por dirimir questões surgidas no decorrer do processo eleitoral, será composta pelos seguintes servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau:

I – Presidente – Diogo Leonardo Roedel de Souza;

II – Relator – Ramsés Oliveira Costa;

III – Membro – Sandra Regina Nóbrega Kuchenbecker;

IV – Membro – Carla Montibeller.

Parágrafo único. Havendo empate na deliberação da Comissão Eleitoral, prevalecerá o voto do Presidente, ou, na ausência deste, o voto do Relator.

Art. 13. Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 17 DE AGOSTO DE 2016.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10-03/2015

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Associação dos Surdos de Blumenau.

OBJETO: prestação de serviços de tradução e interpretação simultânea da língua portuguesa oral para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) durante as sessões ordinárias, sessões extraordinárias, sessões solenes, audiências públicas e demais programas da grade da TVL que divulguem as atividades da Câmara Municipal de Blumenau

VALOR: R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa N.º 10-03/2015, de 29/10/2015 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 03/11/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 03/2015

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.

OBJETO: Serviços de recrutamento, seleção e administração do Programa de Estágio da Câmara Municipal de Blumenau.

VALOR: R\$32.229,60 (trinta e dois mil duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), com custo unitário mensal de estagiário no valor de R\$41,32 (quarenta e um reais e trinta e dois centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 15/2015, de 08/06/15 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 13/08/2017.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1024/16 DE 16 DE AGOSTO DE 2016 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

LEI MUNICIPAL Nº 1024/16 DE 16 DE AGOSTO DE 2016

Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Bom Jesus do Oeste/SC com o objetivo de assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos individuais e sociais.

Art. 2º. Caberá aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos quanto à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º. Para os efeitos desta lei, considera-se pessoa com deficiência, além daquelas citadas na Lei n. 10.690, de 16 de julho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

I – deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III – deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV – deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;

6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

V – deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências;

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será um órgão de caráter deliberativo relativo à sua área de atuação, com os seguintes objetivos:

I – elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

II – zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

III – acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV – acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

V – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VI – propor a elaboração de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VII – propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII – acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

IX – manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de

entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

X – avaliar anualmente o desenvolvimento da política Municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência de acordo com a legislação em vigor, visando à sua plena adequação;

XI – elaborar o seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto por 16 membros, titulares e suplentes, respectivamente, representantes dos seguintes órgãos ou entidades:

I – oito representantes de entidades da sociedade civil organizada, ligadas à defesa e/ou ao atendimento da pessoa com deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, um ano, eleitas dentre os seguintes segmentos:

- a) Dois representantes de entidades que atuam na área de Associações Esportivas e Culturais;
- b) Dois representantes de entidades Religiosas;
- c) Dois representantes de entidades de Clubes de Mães;
- d) Dois representantes de entidades que atuam na área de APPs (Associação de Pais e Professores);

II – oito representantes de entidades governamentais distribuídas nos seguintes segmentos:

- a) Dois representantes da Secretaria de Educação;
- a) Dois representantes de Administração e Fazenda;
- b) Dois representantes da Saúde e Assistência Social;
- c) Dois representantes da Secretaria da Agricultura;

Obs. O número de conselheiros variará de acordo com a realidade de cada local.

Cabe salientar que a paridade do conselho é fundamental.

§ 1º Cada representante terá um suplente com plenos poderes para o substituir provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.

§ 2º O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será eleito entre seus pares.

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será de dois anos, permitida a recondução por mais um período.

Art. 7º Os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão nomeados pelo Poder Executivo através de Decreto, respeitando os segmentos do I e II do artigo 5º.

Art. 8º As funções de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

Art. 9º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, apresentada ao referido Conselho, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito.

Art. 10. Perderá o mandato o conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão de origem da sua representação;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento interno do Conselho;
- III – apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Comissão Executiva;
- IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V – for condenado por sentença irrecurável em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 11. Perderá o mandato a instituição que:

I – extinguir sua base territorial de atuação no Município de Bom Jesus do Oeste/SC;

II – tiver constatada em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no Conselho;

III – sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará, sob sua coordenação uma Conferência Municipal a cada dois anos, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.

§ 1º A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composta por delegados representantes dos órgãos, entidades e instituições de que trata o artigo 6º.

§ 2º A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será convocada pelo respectivo Conselho no período de até noventa dias anteriores à sua realização.

§ 3º Em caso de não-convocação por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no prazo referido no parágrafo anterior, a iniciativa poderá ser realizada por 1/5 das instituições registradas em referido Conselho, que formarão comissão paritária para a organização e coordenação da Conferência.

Art. 13. Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

- I – avaliar a situação da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência;
- II – fixar as diretrizes gerais da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência no biênio subsequente ao de sua realização;
- III – avaliar e reformar as decisões administrativas do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quando provocada;
- IV – aprovar seu regimento interno;
- V – aprovar e dar publicidade a suas resoluções, que serão registradas em documento final.

Art. 14. O Poder Executivo fica obrigado a prestar o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 15º. – Esta Lei entrará em vigência na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 16º. – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste, ao 16º dia do mês de agosto do ano de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito

PORTARIA Nº 147/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 147/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO DE PROFESSOR II – SERIES INICIAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Camila Vivan, portadora do CPF sob nº. 023.174.111-11, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor II – Series Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento base o piso Nacional do Magistério proporcional a carga horária exercida, a partir de 15 de agosto de 2016, conforme Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, de acordo com classificação de Edital de Chamamento Público nº 002/2016, em substituição a Servidora Sra. Solange Andreia Bonni De Bastiani que está afastada por licença maternidade até dia 10/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com na data retroativa de 15/08/2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 15 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 148/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 148/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO DE AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Fabiane Scapin Walker, classificada em Chamamento Público, para ocupar o cargo de Agente de Saúde Pública, em caráter temporário emergencial, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Municipais nº 755/2010, em substituição a servidora afastada por licença médica, sendo a nomeação a partir de 18/08/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 149/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 149/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR licença para tratamento de Saúde a Sra. CARMEN MARIA LENHARD, inscrita na matrícula nº 337-9, conforme atestado médico, por tempo indeterminado e/ou até resultado de nova perícia médica agendada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 150/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 150/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, licença prêmio a Servidora Publica Municipal Sra. LORENI SALETE DIEL, portadora do CPF sob nº. 824.153.829-49, matrícula nº 181-3, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Professora, a que faz jus no período aquisitivo de 07/02/2007 a 07/02/2012, que será gozada de 01/09/2016 a 29/11/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 27/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 37/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 27/2016

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 05.09.2016, estará selecionando a melhor proposta para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA 4ª FESTA DA INTEGRAÇÃO, A SER REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2016, COM ESTRUTURAS E SHOWS ARTÍSTICOS, conforme especificações constantes no ANEXO 01 do Edital, informações pelo fone 47 3547-017, pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 de agosto de 2016.

Romildo Teske - Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 5/2016 - SRP FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 5/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 5/2016 - SRP FMAS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 06.09.2016, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para o Fundo Municipal da Assistência Social de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 18 agosto de 2016. Romildo Teske - Prefeito Municipal.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 7/2016 – FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 7/2016 – FMS

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 07/2016 FMS. Processo licitatório 12/2016 FMS. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria para a Secretaria de Saúde, conforme detalhado no anexo I do Edital. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame:

EMPRESA	ITENS	VALOR R\$
ADELAR JOSE TOLFO ME CNPJ: 17.362.821/0001-70	1	11.000,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 18/08/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2015 PMBT

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2015

Número do Registro de Preços: 39/2015 Data do Registro: 19/11/2015 Válido até: 19/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Serviço de Som de Rua para Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

1 Serviço de som de rua (15316) HORA TIPO EXPORTAÇÃO SOME LUZES LTDA - ME (9233) 0 44,5000 1

Tipo Exportaçã

Página: 2/2

Válido até: 19/11/2016

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2015
PROCESSO Nº 62/2015

(9233) - TIPO EXPORTAÇÃO SOME LUZES LTDA - ME

Braço do Trombudo, 19 de Novembro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, convida a todos os Munícipes para participarem de Audiência Pública para elaboração e discussão da Revisão do Plano Plurianual 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, a realizar-se em 25/08/2016, a partir das 14:30 horas, no Centro de Referência de Assistência Social.

Brunópolis/SC, 18 de agosto de 2016.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1790/2016

PORTARIA Nº 1790/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ELISIANE VANATT FUZÃO, matrícula nº 477257-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 12/08/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1783/2016

PORTARIA Nº 1783/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. VANDA ALVES FEITOSA, matrícula nº 374121-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 11/08/2016 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 11/08/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de Agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1791/2016

PORTARIA Nº 1791/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. ELISIANE VANATT FUZÃO, matrícula nº 477257-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 10/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1758/2016

PORTARIA Nº 1758/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. VANDA ALVES FEITOSA, matrícula nº 374121-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 06/08/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06/08/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 11.213 A, 11 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.213 A, 11 DE AGOSTO DE 2016.

Exonera Agente Político.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária Municipal nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Carlos Henrique Beuting do cargo de Agente Político, Símbolo AP, Secretário de Obras e Serviços Públicos, a partir de 11 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.215, 11 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.215, 11 DE AGOSTO DE 2016.

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, por motivo de aposentadoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora ROSELI DE SOUZA II, matrícula nº 407860, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.223, 12 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.223, 12 DE AGOSTO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e

alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rúbio Silva Steingraber do cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.228, 16 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.228, 16 DE AGOSTO DE 2016.

Substitui membros representantes de entidades governamentais e não-governamentais no Conselho Municipal de Turismo.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substitui membros representantes de entidades governamentais e não-governamentais no Conselho Municipal de Turismo, conforme segue:

I – Entidades governamentais:

a) Representantes da Secretaria de Turismo:

Titular: Rolf Kastner

Suplente: Ademir José Moraes

Titular: Gabriela Buss

Suplente: Aline Gohr

b) Representantes da Fundação Cultural de Brusque – FCB:

Titular: Sandra da Conceição Bossa

Suplente: Milton da Silva Junior

II – Entidades não-governamentais:

a) Representante de Empresas de Diversão (FenajEEP):

Titular: Vilmar Walendowsky

b) Representante da Uniasselvi:

Titular: Isabele Domingues Schlossmacher

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.230, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 11.230, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Beatriz Fernandes Belilla para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 11.231, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 11.231, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Carlos Alexandre Reis do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, Diretor, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 1732/2016

PORTARIA Nº 1732/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o(a) servidor(a) Sr(a). ZULEICA GOTTARDI, matrícula nº 10898-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 02/08/2016 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 17/08/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1762/2016

PORTARIA Nº 1762/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o(a) servidor(a) Sr(a). MARIA GORETI GOULART, matrícula nº 16063-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 09/08/2016 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 24/08/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1770/2016

PORTARIA Nº 1770/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. FRANCIELE MEDEIROS SEDREZ, matrícula nº 1074237-04, exercendo as funções de Monitor Escolar I, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 10/08/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1785/2016

PORTARIA Nº 1785/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. ANA LUCIA BATISTA, matrícula nº 4155459-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 11/08/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 995/2016

PORTARIA Nº 995/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. MARIA DE LOURDES OLIVEIRA, matrícula nº 723010-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 16/05/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº. 7848, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 7848, DE 18 DE Agosto DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 921.200,00 (Novecentos e vinte e um mil e duzentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.3.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 35.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.3.37.65 Outras Transf. Do FNDE - Manut. Educação Infantil
VALOR R\$ 21.200,00 I
0.3.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 15.000,00
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvovl. Ensino Fund. Valor. Magistério
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.3.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 60.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 590.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.12.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura
VALOR R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 590.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.12.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura
VALOR R\$ 200.000,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

71.266-3	B.b. PMB/Manut. Educação Infantil	0.1.37.65	8.136,40
		0.3.37.65	69.634,86
TOTAL GERAL			77.771,26

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.31.54/0.3.31.54	0,00

DDO à Pagar	0.1.31.54/0.3.31.54	0,00
Restos à Pagar	0.1.31.54/0.3.31.54	0,00
TOTAL	0.1.31.54/0.3.31.54	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.37.65	77.771,26
Valor Utilizado Decreto nº 7.790/2016	0.3.37.65	20.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7.806/2016	0.3.37.65	20.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7.830/2016	0.3.37.65	16.200,00
Valor a Utilizar	0.3.37.65	21.571,26

21.493-0	B.Brasil Sal. Educação	0.1.36.00	843.447,21
		0.3.36.00	187.056,77
TOTAL GERAL			1.030.503,98

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	398.070,89
DDO à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	9.382,09
Restos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	5.333,00
TOTAL	0.1.36.00/0.3.36.00	412.785,98

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.36.00	617.718,00
Valor Utilizado Decreto nº 7798/2016	0.3.36.00	400.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7828/2016	0.3.36.00	100.000,00
Valor a Utilizar	0.3.36.00	117.718,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18/082016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA SONIA KNIHS CRESPI

Prefeito Municipal Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretario de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2016 FMA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 091/2016FMA

Tomada de Preço nº 005/2016

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria para a elaboração do plano decenal de garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

Recorrente: PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA.

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, conhecer do recurso apresentado pela empresa PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA, e no mérito julga-lo improcedente, com fundamento no artigo 41 da Lei 8666/93 e artigo 37, XXI da Constituição Federal.

17/08/2016

RAFAEL LUIZ PINTO

Diretor de Licitações e Contrato

PORTARIA Nº 1784/2016

PORTARIA Nº 1784/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. DENISE DUBIELLA, matrícula nº 444308-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11/08/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 11.224, 15 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.224, 15 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rúbio Silva Steingraber para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, Padrão CC-III, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.225, 15 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.225, 15 DE AGOSTO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Mery Ester Wachholz do cargo de provimento em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.226, 15 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.226, 15 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Lucimar Bernardino da Costa para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria da Saúde, a partir de 15 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2016.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.227, 16 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.227, 16 DE AGOSTO DE 2016.

Prorroga até 31 de outubro de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão instituída por meio da Portaria nº 10.804/2016, para apuração de eventuais irregularidades nas concessões de benefícios de aposentadorias, efetivados até o exercício de 2004.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 4º da Portaria nº 10.804/2016, e considerando a justificativa apresentada pelo Presidente da Comissão, por meio do Ofício nº 031/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até 31 de outubro de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão instituída por meio da Portaria nº 10.804, de 15 de abril de 2016, para apuração de eventuais irregularidades nas concessões de benefícios de aposentadorias, efetivados até o exercício de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.229, 16 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.229, 16 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia membros representantes do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque – COMAD.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3745/14,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque – COMAD, conforme segue:

I – Entidades Governamentais:

a) Fundação Municipal de Esportes:

Titular: Rosnei Hoffmann Scherer

Suplente: Edson Garcia

b) Fundação Cultural de Brusque:

Titular: Maria Duarte Debrassi

Suplente: Nicole Ferreira

c) Secretaria de Saúde/Caps-ad:

Titular: Jorge Odelio Scheneider

Suplente: Flavia Zen Martins Nakao

d) Secretaria de Educação:

Titular: Josiane Reis

Suplente: Tatiane Ventura

e) Procuradoria-Geral do Município:

Titular: Luiz Giancesini

Suplente: Silvia Maria Ferreira

f) Secretaria de Assistência Social:

Titular: Fabiana Demetrio

Suplente: sem indicação

II – Representantes do Poder Executivo Estadual e Federal, Poder Judiciário:

a) Polícia Civil:

Titular: José Eduardo Janeczko

Suplente: Américo Aurino

b) Polícia Militar:

Titular: Capitão PM Ciro Adriano da Silva

Suplente: Soldado PM Guilherme André Sedrez

c) 16ª Secretaria Regional do Estado:

Titular: Sem indicação

Suplente: Sem indicação

d) Tiro de Guerra 05-005:

Titular: Subtenente Tomas Jacinto Rodrigues

Suplente: 1º Sargento Julio Cesar Ramos

e) Poder Judiciário da Comarca de Brusque:

Titular: Ariene Luise Bolognini

Suplente: Suelen Medeiros

III – Representantes da Sociedade Organizada:

a) Associação Empresarial:

Titular: Maria Valzete Ludvig Walendowsky

Suplente: sem indicação

b) Sistema S: SESC/SESI:

Titular: Geisa Carla Franschini

Suplente: Sandra Margarete Ferreira de Freitas

c) Sistema S: SENAC/SENAI:

Titular: Lucimar Vieira Nass

Suplente: Cintia Cardoso

d) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção Brusque:

Ordem dos Advogados do Brasil-OAB

Titular: Lilian da Silva Mafra

Suplente: Oswaldo da Silveira Mayer Junior

e) Profissionais da Política de Saúde:

Titular: Karla Patricia Casemiro

Suplente: Denys Deucher Tomio

f) Profissionais da política de Assistência Social:

Titular: Thais Pereira Souza de Costa

Suplente: Lilian Gisele Pereira

g) Entidades de Ensino Superior: UNIFEDE:

Titular: Prof. José Carlos Schmitz

Suplente: Prof. João Derli de Souza Santos

h) Associação Hospitalar: Azambuja:

Titular: Rubia Carturano

Suplente: Suelen Becker Milanio

i) Ensino Educacional Particular:

Titular: Fabricio Bado

Suplente: Otto Hermann Grim

j) Usuários da Política sobre Drogas:

Titular: Carlos Alberto Stofelli

Suplente: Edinei Patel

k) Entidades Religiosas:

Titular: Pe. Magnus José Baron Canepelli

Suplente: Sem suplência

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 1694/2016

PORTARIA Nº 1694/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o afastamento decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. JANE SILVIA BENVENUTI, matrícula nº 311340-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 28/07/2016 de 05 (cinco) dias, sendo seu afastamento no dia 28/07/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de Julho de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwanberger
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12-2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12-2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016 - FMS

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR – SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 01/09/2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 01/09/2016.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 17 de agosto de 2016.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO
Secretaria de Saúde

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13-2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13-2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 - FMS

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR – SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 05/09/2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 05/09/2016.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 18 de agosto de 2016.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO
Secretaria de Saúde

Camboriú

PREFEITURA

RESULTADO PR 089/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 089/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"FRACASSADA PARA O ITEM 36"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO Nº 009/2016

ADITIVO Nº 009/2016

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 029/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO DARIO MUNHOZ

CONTRATADO: DARIO MUNHOZ, no Cargo Público e exercendo a Função de Motorista da Saúde, portador do CPF/MF nº 040.903.999-39, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, snº, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002. Contratação Temporária para atuar em substituição ao Servidor Público Municipal Titular Sr. Claudio Athayde, que encontrasse afastado por Processo Administrativo.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 19 de agosto de 2016;

Término: 17 de outubro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC., 19 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	DARIO MUNHOZ Contratado
--	----------------------------

Testemunhas:

1. _____
2. _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos pesados (caminhões) da frota do município de Campo Alegre – SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAULI OFICINA MECÂNICA DIESEL LTDA, CNPJ: 75.822.783/0001-98, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 66/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	345	Hora	Mão de obra para mecânica, conserto e troca de peças de caminhões.	34,0788	11.757,19
02	340	Hora	Mão de obra para mecânica, caixa de câmbio, diferencial e motor de caminhão.	38,9473	13.242,08
03	1	Km	Taxa de deslocamento para serviço no local.	0,7303	0,73
VALOR TOTAL PARA O LOTE 01				R\$ 25.000,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

PAULI OFICINA MECÂNICA DIESEL LTDA
Representante legal

DECRETO Nº 9.947 DE 18 DE AGOSTO DE 2016**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.947 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta.

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0002.2043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319004.00.896 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 2.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0002.2043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de agosto de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.948 DE 19 DE AGOSTO DE 2016**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.948 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Incisos VII e IX do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com DARIO MUNHOZ, no Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, Registro no Sistema sob nº 955611, Regime Jurídico Especial Administrativo, Contrato Temporário previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3, Sub-Nível 31, Referência A no valor de R\$ 1.136,17 (um mil, cento e trinta e seis reais, dezessete centavos) mensais.

Parágrafo único – A Contratação de que trata o caput deste artigo pelo período de 19 de agosto de 2016 a 17 de outubro de 2016, em substituição ao Servidor Público Municipal Titular CLAUDIO ATHAYDE, Matrícula Funcional nº 000819, Registro no Sistema sob nº 955488, encontrar-se em Processo Administrativo Disciplinar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 112/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 112/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 112/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 2.258,46 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais, quarenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 18 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2016.

EXTRATO DE CONTRATO 101/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2016

Objeto: Aquisição de 1.700 (mil e setecentos) litros de gasolina comum para os veículos Fiat Uno MFT9079, Montana MHM3317, Peugeot MJ16113, Fiat Palio Weekend OKE2194 e motos MLJ2724 e MJE1732, conforme descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 105/2015.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	06.00	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social
Unidade	06.02	Serviço de Bem Estar Social
Função	8	Assistência Social
Subfunção	243	Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	24	Conselho Tutelar
Projeto	2.036	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	13.01	Serviço de Saneamento Ambiental
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	77	Águas de Campo Alegre
Projeto	2.124	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.01	Coordenadoria de Cultura
Função	13	Cultura

Subfunção	392	Difusão Cultural
Programa	82	Cultura Descentralizada e Democratizada
Projeto	2.107	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Vigência: 17/08/2016 a 31/12/2016.

Do valor total: R\$ 6.086,00 (seis mil e oitenta e seis reais).

Contratada: POSTO PLANALTO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 13.376 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.376 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação ao Servidora Pública Municipal, SILVANIRA TELMA, Matrícula Funcional nº 000226, Registro no Sistema sob nº 102000, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de março de 2016.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "E", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "F", no valor de R\$ 3.278,60 (três mil, duzentos e setenta e oito reais, sessenta centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ R\$ 424,89 (quatrocentos e vinte e quatro reais, oitenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de março de 2016, já descontado o valor de R\$ 52,51 (cincoenta e dois dez reais, cinquenta e um centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 105,03 (cento e cinco reais, três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

18 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.377 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.377 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação ao Servidora Pública Municipal, ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000526, Registro no Sistema sob nº 954626, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de abril de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível

de Vencimento 2, Referência "B", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "C", no valor de R\$ 3.000,39 (três mil reais, trinta e nove centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ R\$ 424,89 (quatrocentos e vinte e quatro reais, oitenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 de abril de 2015, já descontado o valor de R\$ 163,44 (cento e sessenta e três reais, quarenta e quatro centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 326,88 (trezentos e vinte e seis reais, oitenta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.378 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.378 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÕES, HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressões Funcionais, a Servidora Pública Municipal, ROSA APARECIDA BAGNHUCK FRANCO, Matrícula Funcional nº 279, Registro no Sistema sob nº 315770, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Conceder Progressão Horizontal pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 12, Referência F para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência A no valor de R\$ 1.198,43 (um mil, cento e noventa e oito reais, quarenta e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 12 de março de 2016.

Art.3º) Conceder Progressão pela avaliação por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência B no valor de R\$ 1.234,35 (um mil, duzentos e trinta e quatro reais, trinta e cinco centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 12 de março de 2016.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 159,84 (cento e cinquenta e nove reais, oitenta e quatro centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de março de 2016, já descontado o valor de R\$ 19,76 (dezenove reais, setenta e seis centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 39,51 (trinta e nove reais, cinquenta e um centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.379 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.379 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÕES, HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressões Funcionais, a Servidora Pública Municipal, IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000179, Registro no Sistema sob nº 300310, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais,

lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Conceder Progressão Horizontal pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência B para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 1.271,41 (um mil, duzentos e setenta e um reais, quarenta e um centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 01 de maio de 2016.

Art.3º) Conceder Progressão pela avaliação por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 13 Referência D no valor de R\$ 1.309,56 (um mil, trezentos e nove reais, cinquenta e seis centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 01 de maio de 2016.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 101,86 (cento e um reais, oitenta e seis centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de maio de 2016, já descontado o valor de R\$ 12,59 (doze reais, cinquenta e nove centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 25,18 (vinte e cinco reais, dezoito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.380 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.380 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÕES, HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressões Funcionais, a Servidora Pública Municipal, EVA SANDRA UHLIG FÜCKNER, Matrícula Funcional nº 000578, Registro no Sistema sob nº 954762, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Conceder Progressão Horizontal pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência B para o Nível 1 Sub-Nível 11 Referência C no valor de R\$ 891,71 (oitocentos e noventa e um reais, setenta e um centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 01 de julho de 2016.

Art.3º) Conceder Progressão pela avaliação por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência C para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência D no valor de R\$ 918,47 (novecentos e dezoito reais, quarenta e sete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 01 de julho de 2016.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 46,90 (quarenta e seis reais, noventa centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de julho de 2016, já descontado o valor de R\$ 5,80 (cinco reais oitenta centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 11,59 (onze reais, cinquenta e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
18 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.381 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.381 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÕES, HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressões Funcionais, a Servidora Pública Municipal, JÉSSICA FISCHER, Matrícula Funcional nº 000443, Registro no Sistema sob nº 954381, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Odontólogo I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) Conceder Progressão Horizontal pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 62, Referência A para o Nível 6 Sub-Nível 62 Referência B no valor de R\$ 4.265,63 (quatro mil, duzentos e sessenta e cinco reais, sessenta e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 06 de julho de 2016.

Art.3º) Conceder Progressão pela avaliação por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 6 Sub-Nível 62, Referência B para Nível 6 Sub-Nível 62 Referência C no valor de R\$ 4.393,59 (quatro mil, trezentos e noventa e três reais, cinquenta e nove centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 01 de julho de 2016.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 224,47 (duzentos e vinte e quatro reais, quarenta e sete centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de julho de 2016, já descontado o valor de R\$ 27,74 (vinte e sete reais, setenta e quatro centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 55,49 (cincoenta e cinco reais, quarenta e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

18 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 18/2016

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06 de setembro de 2016 às 15h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços, do tipo Menor Preços Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDO NAS RUAS ZENÓBIO FALCÃO E ELÍSIO JOSÉ BIOLCHI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. CONVÊNIO MINISTÉRIO DAS CIDADES. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br. Campos Novos, 19 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.570/16 DE 15/08/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.570/16 DE 15/08/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 6.702,00 (Seis mil, setecentos e dois reais) nos seguintes projetos/atividades:

17.512.0036.1.040 – Obras, Reformas e Ampliação do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos
4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
.....R\$6.702,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 15 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1514/16

PORTARIA Nº 1514/16 de 09/08/16/16

DISPENSA A SERVIDORA ELAINE CRISTINA RODRIGUES ARRUDA DE SOUZA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DO GEM JARDIM BELA VISTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar a servidora ELAINE CRISTINA RODRIGUES ARRUDA DE SOUZA, das funções de SECRETÁRIA DO GEM JARDIM BELA VISTA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 10 de agosto de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de agosto
de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1515/16

PORTARIA Nº 1515/16 de 10/08/16

NOMEIA A SERVIDORA ELAINE CRISTINA RODRIGUES ARRUDA DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO DO GEM JARDIM BELA VISTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELAINE CRISTINA RODRIGUES ARRUDA DE SOUZA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao GEM JARDIM BELA VISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
10 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1516/16

PORTARIA Nº 1516/16 de 10/08/16

NOMEIA A SERVIDORA LETÍCIA FURTADO TITON PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DO GEM JARDIM BELA VISTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora LETÍCIA FURTADO TITON, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto ao GEM JARDIM BELA VISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
10 de agosto de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1517/16

PORTARIA Nº 1517/16 de 15/08/2016
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LILIANE DA SILVA DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária ANDREA CRISTIANE PIRES, encontra-se em licença para mandato eletivo,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LILIANE DA SILVA DE LIMA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
15 de agosto de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

TOMADA DE PREÇO Nº11/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº40/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº11/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

2-OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PEÇAS DE POLIETILENO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO – PRFV, INCLUSIVE EXECUÇÃO DE REPAROS NAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL DA E.T.A DO MUNICIPIO.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 14:00hs do dia 12/09/2016, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

Campos Novos - SC, 15 de Agosto de 2016
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

TOMADA DE PREÇO Nº12/2016

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 42/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº12/2016, tipo

MENOR PREÇO GLOBAL.

2-OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO FRONTAL NA SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE DE CAMPOS NOVOS, JUNTAMENTE COM SERVIÇOS COMPLEMENTARES CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO QUANTITATIVOS, TERMO DE REFERENCIA E PROJETOS ANEXOS, OBRA LOCALIZADA NA RUA CAETANO CARLOS 466 CENTRO.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 09:00hs do dia 12/09/2016, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

Campos Novos - SC, 17 de AGOSTO de 2016.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 88/2016 (ELETRÔNICO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/16

HOMOLOGAÇÃO: 17/08/16

CONTRATADO: VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS, TAIS COMO BATEDEIRA, TUNEL LUDICO EM POLIETILENO, CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBE, GANGORRA EM POLETILENO, ENTRE OUTROS, DESTINADOS AOS C.E.I.S MUNICIPAIS E 01 APARELHO DE AR CONDICIONADO 30.000

BTUS DESTINADO AO C.E.I RODOLFO LINZMEYER - TERMO DE COMPROMISSO PROINFÂNCIA PAR/FNDE 201300420/2013. VALOR DA DESPESA: R\$ 3.097,00 (três mil e noventa e sete reais) DATA: 18/08/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 25/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/16

HOMOLOGAÇÃO: 18/08/16

CONTRATADO: RETIFICA MOTOCAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA AMBULANCIA FORD TRANSIT PLACA MKF 1239, Nº 128 E NA VAN PEUGEOT PLACA ETM 7065, Nº 118, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais)

DATA: 18/08/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/16

HOMOLOGAÇÃO: 18/08/16

CONTRATADO: MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA AMBULANCIA FORD TRANSIT PLACA MKF 1239, Nº 128 E NA VAN PEUGEOT PLACA ETM 7065, Nº 118, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.990,00 (um mil novecentos e noventa reais)

DATA: 18/08/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 101/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/16

HOMOLOGAÇÃO: 18/08/16

CONTRATADO: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 176 BOLAS DE BORRACHA, Nº 10, 51

BOLAS PARA HANDEBOL E 51 BOLAS PARA FUTSAL, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.720,70 (cinco mil setecentos e vinte reais e setenta centavos)

DATA: 18/08/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/16

HOMOLOGAÇÃO: 18/08/16

CONTRATADO: ROCA COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 176 BOLAS DE BORRACHA, Nº 10, 51 BOLAS PARA HANDEBOL E 51 BOLAS PARA FUTSAL, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais) DATA: 18/08/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 70/2016 (ELETRÔNICO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/16

HOMOLOGAÇÃO: 17/08/16

CONTRATADO: INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 PROCESSADOR, 15 LICENÇAS MICROSOFT WINDOWS 7, 04 HD SATA 500 GB E 20 CABOS USB 1,8 MTS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 174,10 (cento e setenta e quatro reais e dez centavos)

DATA: 18/08/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/16

HOMOLOGAÇÃO: 17/08/16

CONTRATADO: DEXCEL INFORMATICA LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 PROCESSADOR, 15 LICENÇAS MICROSOFT WINDOWS 7, 04 HD SATA 500 GB E 20 CABOS USB 1,8 MTS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais)

DATA: 18/08/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 41/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 41/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 41/2016. Data de assinatura: 16/03/2016. Contratada: ROGERIO RIBEIRO DA SILVA, CNPJ sob 143.243.24/0001-90. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO

DE GUARDA DOS VEICULOS E MOTOS APREENDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 73/2008. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Vigência: 16/03/2016 até 31/12/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 42/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 42/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 42/2016. Data de assinatura: 17/03/2016. Contratada: CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME, CNPJ sob 17360860000139. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OLOCAÇÃO DE MEIO FIO, NA RUA ALMEIDA CARDOSO, TRECHO ENTRE AS RUAS ARTHUR URGARDT ATÉ A RUA KURT MENDES,. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.330,00 (mil trezentos e trinta reais). Vigência: 17/03/2016 até 31/12/2016. Processo Licitatório n.º 113/2015, PREGÃO PRESENCIAL n.º 69/2015

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 43/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 43/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 43/2016. Data de assinatura: 17/03/2016. Contratada: VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ sob 03.393.652/0001-21. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE HORAS DE SERVIÇO DE ROLO COMPACTADOR E ESCAVADEIRA HIDRAULICA, DESTINADO AO DETRACAN. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. R\$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais). Vigência: 17/03/2016 até 31/12/2016. Processo Licitatório n.º 17/2016, PREGÃO PRESENCIAL n.º 10/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 44/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 44/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 44/2016. Data de assinatura: 17/03/2016. Contratada: CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME, CNPJ sob 17360860000139. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLOCAÇÃO DE MEIO FIO, EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. R\$ 3.518,80 (três mil quinhentos e dezoito reais e oitenta centavos). Vigência: 17/03/2016 até 31/12/2016. Processo Licitatório n.º 113/2015, PREGÃO PRESENCIAL n.º 69/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 45/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 45/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 45/2016. Data de assinatura: 22/03/2016. Contratada: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE SANTA CATARINA, CNPJ sob 82.519.190/0001-12. Objeto Contratado: CONTRATO DE LOCAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DO BLOCO DE NOTAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Vigência: 01/04/2016 até 31/12/2016. Processo Licitatório n.º 54/2016, Dispensa de Licitação n.º 06/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 46/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 46/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 46/2016. Data de assinatura: 22/03/2016. Contratada: CENTRO EMPRESARIAL DE CANOINHAS, CNPJ sob 00773005000157. Objeto Contratado: CONTRATO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONDOMINIO DO PRÉDIO CENTRO EMPRESARIAL DE CANOINHAS, REFERENTE A LOCAÇÃO DAS SALAS Nº 107 E 108 DO PRÉDIO, (CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº PMC 45/2016 COM A LOCATÁRIA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE SANTA CATARINA). Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) sendo R\$ R\$ 700,00 (setecentos reais) por mês. Vigência: 01/04/2016 até 31/12/2016. Processo Licitação n.º 54/2016, Dispensa de Licitação n.º 06/2016

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 47/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 47/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 47/2016. Data de assinatura: 28/03/2016. Contratada: CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME, CNPJ sob 17360860000139. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS NO BARRACÃO DE RECICLAGEM. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 4.726,25 (quatro mil setecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos). Vigência: 28/03/2016 até 31/12/2016. Processo Licitatório n.º 113/2015, PREGÃO PRESENCIAL n.º 69/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 49/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 49/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 49/2016. Data de assinatura: 29/03/2016. Contratada: CHV SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ sob 10720438000106. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 30 HORAS DE TRATOR DE ESTEIRAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Vigência: 29/03/2016 até 30/06/2016. Processo Licitatório n.º 144/2015, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL n.º 88/2015. Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 50/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 50/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 50/2016. Data de assinatura: 30/03/2016. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ sob 00.456.865/0001-67. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO A CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, O TREINAMENTO E SERVIÇOS TÉCNICOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 562.785,05 (quinhentos e sessenta e dois mil setecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos). Vigência: 01/04/2016 até 31/03/2017. Processo Licitatório n.º PMC 50/2016, Pregão Presencial n.º PMC 30/2016. Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 51/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 51/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 51/2016. Data de assinatura: 30/03/2016. Contratada: METALURGICA LAMB – EIRELI - ME, CNPJ sob 14.037.993/0001-80. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À EDIFICAÇÃO DE 19 ABRIGOS PARA PASSAGEIROS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 108.876,67 (cento e oito mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos), Vigência: 30/03/2016 até 30/06/2016. Tomada de Preços n.º PMC 02/2016. Processo Administrativo n.º PMC 07/2016. Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 52/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 52/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 52/2016. Data de assinatura: 30/03/2016. Contratada: INVIOVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA, CNPJ sob 14689898000161. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO NO PRÉDIO DO BARRACÃO DE RECICLAGEM, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais). Vigência: 30/03/2016 até 31/12/2016. Processo Licitatório n.º 47/2016, PREGÃO PRESENCIAL n.º 28/2016. Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 53/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 53/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 53/2016. Data de assinatura: 30/03/2016. Contratada: VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ sob 03393652000121. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE SERVIÇO DE ROLO COMPACTADOR, ESCAVADEIRA HIDRAULICA, RETROESCAVADEIRA, EM DIVERSOS LOCAIS NO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais). Vigência: 30/03/2016 até 30/06/2016. Processo Licitatório n.º 17/2016, PREGÃO PRESENCIAL n.º 10/2016. Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 54/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 54/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 54/2016. Data de assinatura: 31/03/2016. Contratada: SUSI NAZARE MARIANI WALTRICK SOMMARIVA - ME, CNPJ sob 13228279000107. Objeto Contratado: PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE 10.000m³ DE CASCALHO NA JAZIDA DE LARANJEIRAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 108.000,00 (cento e oito mil). Vigência: 31/03/2016 até 30/06/2016. Processo Licitatório n.º 137/2015, PREGÃO PRESENCIAL n.º 83/2015. Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 55/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 55/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 55/2016. Data de assinatura: 01/04/2016. Contratada: SINALIZAÇÕES SÃO MIGUEL LTDA ME, CNPJ sob 12106617000175. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA 5 MIL M² PINTURA DE FAIXA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E 5MIL M² DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DE FAIXA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 59.950,00 (cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta reais), Vigência: 01/04/2016 até 30/06/2016. Processo Licitatório n.º 216/2015, PREGÃO PRESENCIAL n.º 133/2015 Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 56/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 56/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 56/2016. Data de assinatura: 01/04/2016. Contratada: CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME, CNPJ sob 17360860000139. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSENTAMENTO DE 840M² LAJOTA SEXTAVADA DESTINADA EM DIVERSAS RUAS DO DISTRITO DE MARCILIO DIAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 6.762,00 (seis mil setecentos e sessenta e dois reais). Vigência: 01/04/2016 até 30/06/2016. n.º 113/2015, de PREGÃO PRESENCIAL n.º 69/2015.
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 57/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 57/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 57/2016. Data de assinatura: 04/04/2016. Contratada: MAUREN MARI MUSSI DREVECK - EIRELI -ME, CNPJ sob 03843825000166. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL, COM INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS - CRECI, PARA REALIZAR AVALIAÇÃO DA LANCHONETE DA RODOVIÁRIA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 150,00. Vigência: 04/04/2016 até 30/06/2016.
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 58/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 58/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 58/2016. Data de assinatura: 06/04/2016. Contratada: RETIFICA MOTOCAR LTDA, CNPJ sob 03393652000121. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE 100.000M³/KM RODADOS PARA TRANSPORTE DE MATERIAL (PEDRA, AREIA, CASCALHO E OUTROS) PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO/RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS COM CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCADO E TRAÇADO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil). Vigência: 06/04/2016 até 30/06/2016. Processo Licitatório n.º 17/2016, PREGÃO PRESENCIAL n.º 10/2016.
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 59/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 59/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 59/2016. Data de assinatura: 06/04/2016. Contratada: RETIFICA MOTOCAR LTDA, CNPJ sob 83849109000125. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NO CAMINHÃO FORD CARGO 2422E, PLACA MGN 6362, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais). Vigência: 06/04/2016 até 30/06/2016. Processo Licitatório n.º PMC 37/2016, Pregão Presencial n.º PMC 21/2016 .
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 25/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 4.450,00

Processo / Ano: 30/2016

Processo Administrativo:

Licitação.....: 25/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NA AMBULANCIA FORD TRANSIT PLACA MKF 1239, Nº 128 E NA VAN PEUGEOT PLACA ETM 7065, Nº 118, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 111041895 - PEÇAS PARA VEICULO FORD TRANSIT 2.4 PUMA, PLACAS MKF 1239 - Unidade: CJ								
11325	MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA.		1,000	0,0000	1.624,5271	1.624,53	Venceu	1 *****
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	1.651,7205	1.651,72	Perdeu	2
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	1.767,3092	1.767,31	Perdeu	3
Item.....: 2 - 411047469 - MÃO DE OBRA PARA AMBULÂNCIA, PLACAS MKF 1239, Nº 128 - Unidade: CJ								
11325	MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA.		1,000	0,0000	365,4729	365,47	Venceu	1 *****
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	348,2795	348,28	Perdeu	2
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	372,6908	372,69	Perdeu	3
Item.....: 3 - 42609 - PEÇAS PARA VAN PEUGEOT PLACA ETM 7065 - Unidade: CJ								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	1.579,9312	1.579,93	Venceu	1 *****
11325	MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA.		1,000	0,0000	1.573,8533	1.573,85	Perdeu	2
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	1.624,9300	1.624,93	Perdeu	3
Item.....: 4 - 40268 - MÃO DE OBRA PARA VAN PEUGEOT PLACA ETM 7065 - Unidade: CJ								
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	880,0688	880,07	Venceu	1 *****
11325	MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA.		1,000	0,0000	916,1467	916,15	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

4.450,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 30/2016

Licitação.....: 25/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NA AMBULANCIA FORD TRANSIT PLACA MKF 1239, Nº 128 E NA VAN PEUGEOT PLACA ETM 7065, Nº 118, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	-	40268	-	MÃO DE OBRA PARA VAN PEUGEOT PLACA ETM 7065	-	Unidade: CJ		
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		1,000	0,0000	905,0650	905,07	Perdeu	3

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -/...../.....	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHECK -/...../.....	SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -/...../.....	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -/...../.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -/...../.....	28.754/SC
TAYNÁ MACHADO -/...../.....	CRC/SC 037083-03

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 101/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 148/2016		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:				
Licitação.....: 101/2016 - PR				6.545,70				
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 176 BOLAS DE BORRACHA, Nº 10, 51 BOLAS PARA HANDEBOL E 51 BOLAS PARA FUTSAL, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 29835 - BOLA DE BORRACHADA Nº10 - Unidade: UN								
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME		176,000	0,0000	16,9000	2.974,40	Venceu	1 *****
17197	ROCA COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA		176,000	0,0000	17,0000	2.992,00	Perdeu	2
Item.....: 2 - 29849 - BOLA DE HANDEBOL H1L 40-51CM 230-270G - Unidade: UN								
17197	ROCA COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA		25,000	0,0000	33,0000	825,00	Venceu	1 *****
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME		25,000	0,0000	40,2300	1.005,75	Perdeu	2
Item.....: 3 - 29848 - BOLA DE HANDEBOL HL2 54 CM 320 A 340 G MATRIZADA - Unidade: UN								
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME		26,000	0,0000	35,6000	925,60	Venceu	1 *****
17197	ROCA COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA		26,000	0,0000	36,0000	936,00	Perdeu	2
Item.....: 4 - 29878 - BOLA PARA FUTSAL 62 CM, 410 - 440 G, - Unidade: UN								
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME		51,000	0,0000	35,7000	1.820,70	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 148/2016

Licitação.....: 10/1/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 176 BOLAS DE BORRACHA, Nº 10, 51 BOLAS PARA HANDEBOL E 51 BOLAS PARA FUTSAL, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 6.545,70

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	- 29878	- BOLA PARA FUTSAL 62 CM, 410 - 440 G, - Unidade: UN						
17197	ROCA COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA		51,000	0,0000	36,0000	1.836,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MARCIANO FERNANDES CORREA -
MARCIANO FERNANDES CORREA -	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	VANESSA LANGER -
VANESSA LANGER -	

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 70/2016 (ELETRÔNICO)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:				
Licitação.....: 70/2016 - PE				1.194,10				
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 PROCESSADOR, 15 LICENÇAS MICROSOFT WINDOWS 7, 04 HD SATA 500 GB E 20 CABOS USB 1,8 MTS, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311046175 - PROCESSADOR EQUIVALENTE OU SUPERIOR AO INTEL CORE i5 COM 04 - Unidade: UN								
17195	DEXCEL INFORMATICA LTDA - ME		1,000	0,0000	1.020,0000	1.020,00	Venceu	1 *****
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 311046174 - LICENCA WINDOWS 7 PRO 64 BITS - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17195	DEXCEL INFORMATICA LTDA - ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 311045995 - HD SATA 3-500 GB OU SUPERIOR-6GB/S 7.200 RPM - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17195	DEXCEL INFORMATICA LTDA - ME		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 311045259 - CABO USB PARA IMPRESSORA 1,8 MTS - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	8,7050	174,10	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano: 104/2016

Licitação.....: 70/2016 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 PROCESSADOR, 15 LICENÇAS MICROSOFT WINDOWS 7, 04 HD SATA 500 GB E 20 CABOS USB 1,8 MTS. DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 1.194,10

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	- 311045259 - CABO USB PARA IMPRESSORA 1,8 MTS - Unidade: UN							
17195	DEXCEL INFORMATICA LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	MEMBRO SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 88/2016 (ELETRONICO)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 125/2016		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 3.097,00				
Licitação.....: 88/2016 - PE								
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS, TAIS COMO BATEDEIRA, TUNEL LUDICO EM POLIETILENO, CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBE, GANGORRA EM POLETILENO, ENTRE OUTROS, DESTINADOS AOS C.E.I.S MUNICIPAIS E 01 APARELHO DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS DESTINADO AO C.E.I RODOLFO LINZMEYER - TERMO DE COMPROMISSO PROINFÂNCIA PAR/FNDE 201300420/2013.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411047306 - CARRO COLETOR DE LIXO, COM RODAS, CAPACIDADE 120 L - Unidade: UN								
17196	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 25422 - LIQUIDIFICADOR COM NO MINIMO 02 VELOCIDADES - Unidade: UN								
17196	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 40316 - MAQUINA DE LAVAR ROUPAS CAP. 8 KG - Unidade: UN								
17196	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 9293 - FERRO ELÉTRICO - Unidade: UN								
17196	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5 - 6284 - BATEDEIRA - Unidade: UN								
17196	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6 - 6580 - CADEIRA PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL (CRECHE I). - Unidade: UN								
17196	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 7 - 28436 - APARELHO DE AR CONDICIONADO - Unidade: UN								
17196	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

3.097,00

Processo / Ano: 125/2016
Licitação.....: 88/2016 - PE
Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS, TAIS COMO BATEDEIRA, TUNEL LUDICO EM POLIETILENO, CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBE, GANGORRA EM POLETILENO, ENTRE OUTROS, DESTINADOS AOS C.E.I.S MUNICIPAIS E 01 APARELHO DE AR CONDICIONADO 30.000 BTUS DESTINADO AO C.E.I RODOLFO LINZMEYER - TERMO DE COMPROMISSO PROINFÂNCIA PAR/FNDE 2013000420/2013.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 8	-	6610	- TUNEL LUDICO EM POLIETILENO - Unidade: UN					
17196	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP		2,000	0,0000	1,548,5000	3.097,00	Venceu	1 *****
Item.....: 9	-	6398	- GANGORRA COM 03 LUGARES - Unidade: UN					
17196	VITANET - COMERCIAL EIRELI - EPP		4,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0199/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº...: 0199/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A Valor : 7.589,96 (sete mil quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos) Vigência : Início: 18/08/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Processo Licitatório Nº 0093/2016 Modalidade...: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº 0022/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de livros (impressos) de literatura infanto-juvenil para os alunos das séries finais do Ensino Fundamental (6º e 7º anos) com orientação dos professores, no âmbito das escolas municipais, desenvolverem trabalhos conforme Projeto da II Jornada Literária, para posteriormente serem apresentados no referido evento. Recursos Municipais e Federais</p>	
Capinzal, 18 de Agosto de 2016	

PMC TERMO ADITIVO 001/2016 C167

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Aditivo Nº : TA 001/2016 C167 - Contrato Nº: 0167/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: RIQUETI VITALE ENGENHARIA LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 19/08/2016 Término: 19/09/2016 Licitação : Processo Licitatório Nº 0077/2016 Modalidade...: Convite para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0002/2016 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original findando em 19/09/2016, conforme parecer técnico, documentos e parecer jurídico em anexo.</p>	
Capinzal, 19 de Agosto de 2016	

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0077/2016 - PREGÃO Nº 0052/2016 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0077/2016
PREGÃO Nº 0052/2016

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, visando o desenvolvimento das atividades do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 31 de agosto de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 19 de agosto de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 18 de agosto de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO DIRETOR 2016 CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 193, I, da Lei Municipal nº 1.156/08, torna público e convoca toda população a participar de “Audiência Pública” para apresentação da proposta de alteração do Plano Diretor de Caxambu do Sul/SC.

A referida Audiência Pública será realizada no dia 31 de Agosto de 2016, quarta-feira, às 08h30min, tendo como local as dependências do Centro de Convivência dos Idosos, sito na Rua Heitor José Pizzolatto nº 145, centro, na cidade de Caxambu do Sul – SC.

Caxambu do Sul, SC, 18 de Agosto de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 105/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000105/16 de 18 de Agosto de 2016

Outros no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001386/16 de 15 de Agosto de 2016.
DECRETA :

Art. 1º -
Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.01 - Departamento de Educação
04.01.12.361.0006.2.012-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 150.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de Agosto de 2016
VILMAR FOPPA
PREFEITO

DECRETO 106/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000106/16 de 18 de Agosto de 2016

Outros no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas

atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001387/16 de 8 de Agosto de 2016.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 192.110,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.03 - Departamento de Esportes	
04.03.27.812.0007.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	7.000,00
04.01 - Departamento de Educação	
04.01.12.361.0006.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
04.01.12.361.0006.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	90.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.01 - Departamento de Serviços Urbanos	
09.01.18.541.0012.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	38.110,00
09.01.15.452.0012.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	7.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.04 - Gabinete do Prefeito

02.04.04.122.0002.2.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

03.02 - Departamento Financeiro

03.02.04.123.0004.2.005-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.110,00

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

09.01.15.452.0012.2.024-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de Agosto de 2016
VILMAR FOPPA
PREFEITO

EXTRATO ATA RP 37/2016

Estado de Santa Catarina										
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL										
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS										
Ata Nº.:	37/2016									
Deten- tora:	EUNICE LESSA CHIARELLO ME.									
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL/SC, ANO DE 2016.									
Fornecedor: 166 - EUNICE LESSA CHIARELLO ME										
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário		Preço T Total			
5	AMIDO DE MILHO 500G embalagem resistente, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	pt	VALAR	70,000	2,5000	175,00				
6	APRESUNTADO SUINO 200G, fatiado de boa qualidade, embalado a vácuo e submetido ao processo de cozimen- to, prazo de validade mínimo de 5 dias a contar da data de entrega.	un	AURORA	350,000	4,9500	1.732,50				
10	BEBIDA LACTEA 01 LITRO, com data de fabricação e validade de no mínimo 1 mês, a contar da data de entrega.	pt	CARLITOS	500,000	3,1500	1.575,00				
16	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª, em pct de 1kg com selo de inspeção sanitária, com registro nos órgãos vigentes.	kg		BOVINA	800,000	13,8000	11.040,00			
18	CARNE SUINA TIPO PERNIL SEM PELE, congelada sem tempero,	kg		SUINA	250,000	11,9000	2.975,00			
	com selo de inspeção sanitária e com registro nos órgãos vigentes.									

Vigência : Início : 17/08/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 38/2016.

CAXAMBU DO SUL, 17 de Agosto de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 38/2016

Estado de Santa Catarina									
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL									
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS									
Ata Nº.:	38/2016								
Deten- tora:	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP.								
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL/SC, ANO DE 2016.								
Fornecedor: 2334 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME.									
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total			
1	ABOBRINHA TIPO ITALIANA		kg	real	70,000	5,9000	413,00		
2	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G INSTANTANEO, ENRIQUECIDO COM 06 VITAMINAS NO MÍNIMO, EMBALAGEM COM 400G,		pt	apti	90,000	4,1500	373,50		
	PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO 10 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.								
3	AÇÚCAR CRISTAL EM EMBAL. DE 05 KG, não refinado, pacote com 5kg, origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, em		pt	estrela	60,000	14,8800	892,80		
	fabricação e validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega.								

4	ALHO	kg	real	10,000	29,9000	299,00	
7	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 EMBAL. DE 05 KG, beneficiado, longo fino, com selo da ABIAP, prazo de validade mínimo de 5 meses, a contar da data de entrega.	pt	bonsay	100,000	14,9300	1.493,00	
8	BANANA CATURA, de primeira qualidade, com grau de amadurecimento médio.	kg	real	900,000	2,6900	2.421,00	
9	Batata inglesa	kg	real	150,000	4,3500	652,50	
11	BETERRABA	kg	real	200,000	4,2500	850,00	
14	BISCOITO SORTIDO 720G C/ no mínimo 4 sabores, cada um dos sabores em quantidades semelhantes, tipos: rosquinha, rosquinha	un	prodasa	300,000	7,4900	2.247,00	
	glacê, coco, baunilha e caramelo, com validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.						
15	CAFÉ EM PÓ EMBAL. DE 500 GR, prazo de validade de no mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	un	amigo	50,000	8,8600	443,00	
17	CARNE DE FRANGO PEITO SEM OSSO, congelada e sem tempero, com selo de inspeção sanitária e com registros nos órgãos vigentes.	kg	aurora	350,000	12,8000	4.480,00	
19	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRECOXA, sem dorso, congelada e sem tempero, com selo de inspeção sanitária e com registro nos órgãos vigentes.	kg	nat	800,000	5,9600	4.768,00	
20	CEBOLA	kg	real	180,000	2,9800	536,40	
21	CENOURA	kg	real	150,000	3,8900	583,50	
22	COLORAU 500G, em embalagem plastica polietileno resistente, prazo de validade de 10 meses a contar da data de entrega.	pt	daju	80,000	3,4900	279,20	
23	DOCE DE LEITE 400G prazo de validade minima de 10 meses a	un	mineiro	75,000	4,6800	351,00	
	contar da data de entrega.						
24	ERVILHA EMBAL 200G, em conserva com conservantes artificiais, peso liquido, com validade mínima de 1 ano a contar da data de entrega.	lt	stella	90,000	2,2500	202,50	
25	EXTRATO DE TOMATE 350 GR, peso liquido, com prazo de validade mínimo de 2 anos a contar da data de entrega.	lt	stellla	90,000	3,3000	297,00	
28	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 EMBAL. DE 01 KG, novo, de primeira qualidade, com prazo de validade mínima de 5 meses a contarda data de entrega	un	rei da mesa	45,000	8,9000	400,50	
29	FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMBAL. DE 01 KG, novo de primeira qualidade, com prazo de validade minima de 5 meses a contar da data de entrega.	pt	rei da mesa	85,000	6,7900	577,15	
30	FERMENTO EM PÓ 250G, lacrado, com prazo de validade minimo de 5 meses a contarda data de entrega.	un	monopol	35,000	4,9900	174,65	
31	FERMENTO BILOGICO SECO P/ PÃO EMB. DE 125G, com prazo de validade minimo de 5 meses a contar da data de entrega.	un	apti	20,000	5,4500	109,00	
33	MAÇÃ NACIONAL	kg	real	650,000	5,8000	3.770,00	
34	MARGARINA VEGETAL EMBAL. DE 01 KG, com registro no ministério da agricultura, devendo constar data de fabricação e prazo de validade mínimo de 9 meses a contar da data de entrega.	un	prime	30,000	4,4900	134,70	
36	MAMÃO FORMOSA	kg	real	600,000	4,8900	2.934,00	
37	MORANGA CABOTIÁ	kg	real	80,000	3,9800	318,40	
39	OVO DE GALINHA	dz	real	100,000	6,4500	645,00	
40	QUEIJO MUSARELA FATIADO EM KG, prazo de validade minimo de 15 dias a contar da data de entrega.	un	carlitos	120,000	39,9000	4.788,00	
41	Repolho de boa qualidade	un	real	80,000	3,4900	279,20	

43	CEREAL MATINAL 300G, flocos de milho açucarados, com prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	pt	gold flakes	200,000	5,9900	1.198,00
44	TOMATE	kg	real	250,000	4,3400	1.085,00
45	VINAGRE DE UVA EM EMBALAGEM DE 750 ml, com prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	un	koller	125,000	3,1900	398,75

Vigência : Início : 17/08/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 38/2016.

CAXAMBU DO SUL, 17 de Agosto de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 39/2016

Estado de Santa Catarina								
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL								
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS								
Ata Nº.:		39/2016						
Detentora:		AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.						
Objeto :		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL/SC, ANO DE 2016.						
Fornecedor: 1341 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.								
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total		
12	BISCOITO DOCE MARIA 370 GR, embalada em porções, prazo de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	pt		2131 PRODA	300,000	3,9500	1.185,00	
13	BOLACHA ÁGUA E SAL PCT DE 370GR, em embalagem plástica e resistente, prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega.	un		2092 PRODA	200,000	4,2700	854,00	
26	FARINHA DE MILHO EMB. 05KG, com prazo de validade minimo de 5 meses a contar da data de entrega.	pt		DALLA	30,000	11,2600	337,80	
27	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMB. 05KG, com prazo de validade minima de 5 meses a contar da data de entrega.	pt		2877 GARDE	50,000	11,8500	592,50	
32	LEITE INTEGRAL TIPO C 01 LITRO, embalagem tetra pack, longa vida, com prazo de validade minimo de 2 meses a contar da data de entrega.	un		2284 PIRACA	1.800,000	4,0900	7.362,00	
35	MILHO VERDE EMBAL. DE 200G, peso liquido, com prazo de validade minimo de 2 anos a contar da data de entrega.	un		STELLA DOR	90,000	2,2000	198,00	
38	OLÉO DE SOJA EM EMBAL. DE 900 ML, prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	un		1685 COCAM	150,000	3,9500	592,50	
42	SAL REFINADO IODADO EMBAL. DE 01 KG, com prazo de	pt		GARCA	40,000	1,2900	51,60	
	validade minimo de 10 meses a contar da data de entrega.							

Vigência : Início : 17/08/2016 Término : 31/12/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 38/2016.

CAXAMBU DO SUL, 17 de Agosto de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

LEI 1385/2016

LEI Nº 1.385/2016.

Altera a Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, que autoriza o ingresso do Município de Caxambu do Sul no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no art. 71 da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Caxambu do Sul no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Caxambu do Sul, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005

Art. 4º Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice

monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010 passa a ter a seguinte redação:

Art. 32

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.205, de 07 de junho de 2010 passa a ter a seguinte redação:

Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul/SC, 17 de Agosto de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

LEI 1386/2016

LEI Nº 1.386/2016

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2016 DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.012 – Manutenção Geral do Transporte Escolar

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.22 Aplicações Diretas/ Transferências de Convênios - Educação

Valor:

150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Art. 2º. - Para fazer frente às suplementações de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso DR 0.1.22 – Transferências de Convênios – Educação, no importe de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 17 de Agosto de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

LEI 1387/2016

LEI Nº 1.387/2016

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2016 DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 192.110,00 (Cento e noventa e dois mil cento e dez reais), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.010 – Manutenção Geral da Secretaria de Educação

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.012 – Manutenção Geral do Transporte Escolar

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.22 Aplicações Diretas/ Transferência de Convênios - Educação

Valor: 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.03 - Departamento de Esportes

Função: 27 – Desporto e Laser

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 007 – ESPORTE É VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO

Atividade: 2.016 – Manutenção Geral do Departamento de Esportes

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 7.000,00 (Sete mil reais)

Órgão: 09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 012 – SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Atividade: 2.024 – Manutenção Geral dos Serviços Urbanos

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 7.000,00 (Sete mil reais)

Órgão: 09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 012 – SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Atividade: 2.026 – Coleta Seletiva de Lixo

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 38.110,00 (Trinta e oito mil cento e dez reais)

Art. 2º. - Para fazer frente às suplementações de que trata o art.

1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da Anulação de Dotações Orçamentárias nas seguintes Fontes de Recursos DR 0.1.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação; DR 0.1.22 - Transferência de Convênios – Educação; e DR 0.1.00 – Recursos Ordinários, no importe de R\$ 192.110,00 (Cento e noventa e dois mil, cento e dez reais), conforme segue:

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Projeto: 1.010 – Construção de Salas de Aula na Escola Municipal Bairro Antena

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: 30.000,00 (Trinta mil reais)

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.010 – Manutenção Geral da Secretaria de Educação

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: 20.000,00 (Vinte mil reais)

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.013 – Manutenção Geral da Pré Escola

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

Valor: 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Projeto: 1.009 – Construção de Mini Ginásio de Esportes p/ Escola Mun. Bairro Antena

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.22 Aplicações Diretas/ Transferências de Convênios - Educação

Valor: 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02.04 – Gabinete do Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

Atividade: 2.002 – Manutenção Geral do Gabinete

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor:

..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.02 – Departamento Financeiro

Função: 04 – Administração

Subfunção: 123 – Administração Financeira

Programa: 004– ADMINISTRAÇÃO CONTABIL E FINANCEIRA

Atividade: 2.005 – Manutenção Geral do Setor de Finanças

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 10.110,00 (Dez mil cento e dez reais)

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.03 - Departamento de Esportes

Função: 27 – Desporto e Laser

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 007 – ESPORTE É VIDA, SAÚDE E INTEGRAÇÃO

Atividade: 2.016 – Manutenção Geral do Departamento de Esporte

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recurso Ordinário

Valor: 7.000,00 (Sete mil reais)

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.02 - Departamento de Cultura

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 008 – CULTURA, UM ESPAÇO PARA TODOS

Atividade: 2.017 – Manutenção Geral do Departamento de Cultura

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 8.000,00 (Oito mil reais)

Órgão: 09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 012 – SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Atividade: 2.024 – Manutenção Geral dos Serviços Urbanos

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00 Aplicações Diretas/ Recursos Ordinários

Valor: 7.000,00 (Sete mil reais)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 17 de Agosto de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 01/2016

DECRETO LEGISLATIVO 01/2016

“Declara extinto o mandato eletivo do Prefeito Municipal de Caxambu do Sul/SC”

Elisandra Lucatelli Santin, presidente da Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 19, III, XIV e XVI da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o recebimento do ofício 001/2016 do Exmo. Sr. Vice-Prefeito Municipal Sr. Acir Lourenço Rossetto onde comunica o Legislativo sobre a decisão nos autos do processo nº 1001433-23.2016.8.24.0000 que determina o imediato cumprimento da pena de perda do mandato do Exmo. Sr. Prefeito Vilmar Foppa e requereu o cumprimento do disposto na decisão;

Considerando o disposto no art. 19, XIV e XVI da Lei Orgânica Municipal e art. 6º, I do Decreto-Lei 201/67 que determina ser competência do Presidente da Câmara de Vereadores a extinção do mandato do Prefeito no caso de cassação de direitos políticos, condenação por crime funcional ou eleitoral;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado a extinção do mandato eletivo do Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. Vilmar Foppa, nos termos do art. 19, XVI da Lei Orgânica do Município de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º - Fica declarado vago o cargo que deverá ser ocupado nos termos do art. 67 da Lei Orgânica do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina pelo Vice-Prefeito.

Art. 3º - Expeça-se ofício ao Cartório da 35ª Zona Eleitoral, comunicando a extinção do mandato do Prefeito, Vilmar Foppa, bem como cópia dos documentos que embasaram o presente decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul, SC, 18 de agosto de 2016.

Elisandra Lucatelli Santin

Presidente da Câmara de Vereadores

De Caxambu do Sul/SC

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO 106/2016**

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**

Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
404	106/2016	19/08/2016	31/12/2016	62/2016	Não	53.730,00		REFORMA TELHADO GARAGE INOVAR CONSTRUCAO, COMPRA E VENDA DE IMC	REFORMA TELHADO GARAGE INOVAR CONSTRUCAO, COMPRA E VENDA DE IMC
Objeto: REFORMA DA COBERTURA DA GARAGEM MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE E MEIO AMBIENTE									
Total: 1									

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 322/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 322/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, Lei Municipal nº 0654 de 11.03.2016 e de acordo com a Ata nº001/2016, do Conselho Municipal do Idoso,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que irão compor o Conselho Municipal do Idoso do Município de Chapadão do Lageado — SC, com a finalidade de coordenar a implantação da Política Municipal do Idoso no âmbito do Município de Chapadão do Lageado.

I – Representantes da Secretaria da Assistência Social

a) Titular: Claudirene Ferreira

b) Suplente: Adriana Martins

c) Titular: Simone Iara da Silveira

d) Suplente: Deize Regina dos Santos Cruz

II – Representante da Secretaria da Saúde

a) Titular: Ângela da Silva Paul

b) Suplente: Cleide Joanita Machado Franzen

III - Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

a) Titular: Eva Aparecida Kempner Abreu

b) Suplente: Claudia Lopes Sypriani

IV- Representante da Secretaria de Administração e Planejamento

a) Titular: Neusa Francisco Luckmann

b) Suplente: Guilhermino Bilk

V – Representantes dos órgãos não governamentais

a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Titular: Geni Knabben Rodrigues

Suplente: Valderi Manoel Rodrigues

b) Grupo de Idosos Amigos Para Sempre:

Titular: Diva Becker dos Santos

Suplente: Ivo Borges dos Santos

Titular: Osmar Manoel de Souza

Suplente: Izabel da Cunha Klettenberger

c) Associação de Micro Bacias Rio Lageado:

Titular: Nicolau Artulino da Silva

Suplente: Otilia Kersbaumer Ferreira

d) Associação de Mulheres Agricultoras do Rio Saltinho (Casa das Massas):

Titular: Salete Chiquio Bittencourt

Suplente: Herminia Rengel Demétrio

Art. 2º O Conselho Municipal do Idoso será composto de:

I - Diretoria

a) Presidente: Osmar Manoel de Souza

b) Vice-Presidente: Diva Becker dos Santos

II – Secretaria Executiva

- a) 1ª Secretária: Simone Yara da Silveira
- b) 2ª Secretária: Deize Regina dos Santos Cruz

Art. 3º O mandato dos Conselheiros nomeados por esta portaria será de 02 (dois) anos.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir do dia 28.07.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 33.026, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 33.026, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivo de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O artigo 5º do Decreto nº. 32.116, de 16 de fevereiro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de março de 2016."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 15 de agosto de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.027, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 33.027, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 30.535, de 30 de março de 2015, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade de Chapecó - CONCIDADE de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do art. 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. A alínea "v", do inciso II do artigo 1º do Decreto nº. 30.535, de 30 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

II - ..

..

v) Suplente: CARLOS ALBERTO BONIN;"

Art. 2º. A alínea "g" do inciso V do artigo 1º do Decreto nº. 30.535, de 30 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

V - ..

..

g) Titular: IZELDA TERESINHA ORO;"

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 15 de agosto de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.028, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 33.028, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 31.222, de 22 de julho de 2015 que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Os itens 1 e 2 das alíneas "c" e "d" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 31.222, de 22 de julho de 2015 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

I - ..

..

c)

..

1. Titular: Deize Aparecida de Almeida;

2. Suplente: Simone Pederssetti."

d)

..

1 - Titular: João Carlos dos Santos;

2 - Suplente: Licia Jussara Nedel Pértile."

Art. 2º. As alíneas "b" e "g" do inciso IV do artigo 1º do Decreto nº. 31.222, de 22 de julho de 2015 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

IV - ..

..

b) Serviço Social do Comércio/SESC:

1. Titular: Auriane Parisotto;

2. Suplente: Mirian Menegatti.

g) Universidade da Melhor Idade/UMIC:

1. Titular: Sandra Maria Toffolo;

2. Suplente: Alvani Brisola dos Santos."

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 15 de agosto de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.029, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 33.029, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Altera dispositivos do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA :

Art. 1º. As alíneas "b" e "e" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, passam a vigorar com a seguinte

redação:

"Art. 1º.

...

I -

....

b)

....

1. Titular: Leda de Lucca

2. Suplente: Daniela Moratelli Cunha;

e)

....

1. Titular: Karen Del Claro Rigo

2. Suplente: Kerli Braun."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 15 de agosto de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.030, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 33.030, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 32.742, de 08 de junho de 2016, que Cria a Comissão Intersectorial para discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Chapecó/SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. As alíneas "a" e "b" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 32.742, de 08 de junho de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

I -

a) Karina de Witt;

b) Marcilei Beatris Fank."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 15 de agosto de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.031, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 33.031, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 31.774, de 03 de dezembro de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal Anti-drogas - COMAD e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O item 1 da alínea "e" do inciso II do artigo 1º do Decreto

nº. 31.774, de 03 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

II -

e)

1. Titular: MORGANA LUISA DA SILVA;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 15 de agosto de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.032, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 33.032, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

DECRETA :

Art. 1º. Em complemento ao disposto no Decreto nº 31.986, de 18 de janeiro de 2016, fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 26 de agosto de 2016, excetuando-se os serviços considerados essenciais.

§ 1º Não será facultado o ponto para os servidores públicos municipais que fazem parte dos serviços da Central de Resgate Social, do Abrigo Municipal, da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, do Aeroporto Municipal Serafin Enoss Bertaso, do Terminal Rodoviário de Passageiros Raul Ires Pigatto Bartolamei, do Centro de Informações Turísticas, aos Agentes Municipais de Trânsito, aos Guardas Municipais, aos serviços de Vigilância, aos servidores que atuam no Terminal Urbano João Destri, aos servidores públicos municipais que atuam no Centro de Convivência do Idoso CL Aurino Mantovani e no Albergue João Piltz e aos servidores que atuam no Serviço de Atenção Móvel de Urgência - SAMU.

§ 2º Não será facultado o ponto, na Secretaria de Saúde, para os servidores públicos municipais que atuam na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Pronto Atendimento Efapi, CAPS 24 horas e Unidade de Acolhimento onde o horário de expediente será normal e na Farmácia Central com horário de expediente das 08hs às 20hs.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 15 de agosto de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044/2016

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, nos respectivos cargos, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: MEDICO ORTOPEDISTA		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
2º	11256	MARCELO ANSOLIN POZZO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 10 de agosto de 2016

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2016

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, nos respectivos cargos, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: ENFERMEIRO		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
23º	326070	DANIEL SOARES TAVARES
24º	314937	DEBORA ROSA BORGES
25º	316477	MICHELA LETICIA DA SILVA PERTILE
CARGO: MEDICO ESF		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
17º	342896	CLEOMAR PAVÃO WAGNER
18º	339674	THALES LUIZ BRUST BUZZETTO
19º	346580	LILIA ROSA LEYVA URQUIZA
CARGO: FISIOTERAPEUTA		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
1º	338021	BIBIANA REIS CARVALHO
CARGO: TELEFONISTA		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
1º	340314	MAINANDA MOMOLI

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 10 de agosto de 2016

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2016

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, nos respectivos cargos, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: ENFERMEIRO		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
26º	335047	BRUNA VANTI DA ROCHA
CARGO: PSICOLOGO		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
4º	335114	DIEGO EMANUEL CLIVATTI DA SILVA
CARGO: FARMACEUTICO		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
4º	336311	JAKELINE THATIANE COQUEIRO BARROS
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
4º	333491	FABIANE RIBEIRO
CARGO: MOTORISTA		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INSCRI-ÇÃO	NOME
2º	340325	FELIPE CAPELLO GUOLLO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 12 de agosto de 2016

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO**EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Chapecó, através da Secretaria Municipal de Habitação, TORNA PÚBLICA a DESCLASSIFICAÇÃO dos(as) Srs. (as) abaixo relacionados (as), pré-selecionados(as) para o Loteamento Monte Castelo, localizado na Linha Monte Alegre, projeto do programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC, seguindo os critérios estabelecidos pela Portaria 140, de 05 de Março de 2010 do Ministério das Cidades e Resolução 001/09 de 02 de Junho de 2009 do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para a efetivação no referido programa e abertura de vagas para os suplentes sorteados.

Citamos ainda, que as informações referentes às desclassificações serão repassadas junto à Secretaria Municipal de Habitação.

MONTE CASTELO 1

Class	Nome	Cód. Dom.
28	AGUIOMARA DA SILVA	88
29	MARGIT RIBEIRO DOS SANTOS	14455

MONTE CASTELO 3

Class	Nome	Cód. Dom
23	ALVARO LUIZ BOTTA	601
25	SALETE RODRIGUES DOS SANTOS KOSVOSKI	1546
26	CHLISTIANE AGNACHELI RIGO	14242
27	SELVINO BAGINSKI	13184
28	EDITE SERAPIO FERREIRA	2679
29	LUCILENE BRANDEL MASSANEIRO	2037
30	GILSON DA CRUZ SCHMITT	14099

MONTE CASTELO 5

Class	Nome	Cód. Dom.
43	DINES LIPRERI	74502
44	IVANETE GONCALVES DA ROZA OLIVEIRA	2097
45	VANDERLEI BARBOSA	13543

Chapecó - SC, 18 de agosto de 2016.

TATIANE CRISTINE BODIGHEIMER

Secretária de Habitação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Habitação, NOTIFICA os (as) Srs. (as) abaixo relacionados (as), pré-selecionados(as) para o Loteamento Monte Castelo, localizado na Linha Monte Alegre, projeto do programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC a comparecerem na Secretaria Municipal de Habitação, localizada na Rua Clevelândia, n. 727 – E, Arena Condá, Ala Sul, Bairro Centro, Chapecó –SC no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a publicação desta notificação, a fim de regularizar sua inscrição e trazer a documentação necessária para a efetivação no referido programa.

Cadastro de Reserva - Sorteio realizado em 13 Abril de 2012

MONTE CASTELO 1

Class	Nome	Cód. Domiciliar
30	CLARICE APARECIDA MENDES	13444
31	ROMUALDO RODRIGUES ORTIZ	12815
32	MARTA RODRIGUES	2193

MONTE CASTELO 3

Class	Nome	Cód. Domiciliar
31	LENOIR BOLZ-1556	1556
32	ADENI ANA LUCIETTO DA SILVA-	3248
33	CLARICE DA ROCHA ORTIZ	799
34	CATARINA MARIA DIAS-14284	14284

MONTE CASTELO 5

Class	Nome	Cód. Domiciliar
46	ELVINA MARIANI-1605	1605

Chapecó - SC, 18 de Agosto de 2016.
TATIANE CRISTINE BODIGHEIMER
Secretária de Habitação

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
Secretaria de Articulação Institucional

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 017/2016

CONVENIENTE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

CONVENIADO– CTG – Herança Gaúcha

OBJETO – O presente convênio tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do 9º Rodeio Artístico Cidade de Chapecó e 16º Festival Nacional da Cultura Gaúcha.
DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio se dá a partir da data de 18/08/2016 à 22/08/2016.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 16 de Agosto de 2016 – Diógenes Lang, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Jair Luis Trizoto, Presidente do CTG Herança Gaúcha.

LEI Nº. 6.885, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº. 6.885, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre autorização para alienação, mediante leilão, de bens móveis e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante leilão, os bens móveis descritos no Anexo único da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 05 de agosto de 2016.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.886, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº. 6.886, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº. 6.852, de 18 de abril de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do artigo 1º da Lei nº. 6.852, de 18 de abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alienação mediante doação com encargos à empresa RISSI FACHADAS E ESQUADRIAS LTDA., do seguinte bem imóvel:"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 05 de agosto de 2016.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.887, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº. 6.887, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Suplementar, Anulação de Dotações no Orçamento Programa do Exercício de 2016.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar - Anulação de Dotações, movimentando o valor de até R\$ 12.367.866,23 (doze milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED

06.06 - Secretaria de Educação

(162) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.121-1010 - Aplicação Direta
..... 2.500.000,00

(168) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.122-1010 - Aplicação Direta
..... 2.000.000,00

07 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE

07.07 - Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente

(198) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.201-1000 - Aplicação Direta
..... 770.000,00

09 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA

09.09 - Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura

(257) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.251-1000 - Aplicação Direta
..... 1.000.000,00

(285) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.281-1000 - Aplicação Direta
..... 2.000.000,00

13 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

13.13 - Encargos Gerais do Município

(373) 4.6.90.00.00.00.00.00.0.972-1000 - Aplicação Direta
..... 2.000.000,00

(372) 3.2.90.00.00.00.00.00.0.972-1000 - Aplicação Direta
..... 700.000,00

31 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO

31.31 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

(417) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.523-1000 - Aplicação Direta
..... 1.100.000,00

32 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

32.32 - Secretaria de Assistência Social

(447) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.545-1000 - Aplicação Direta
..... 297.866,23

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.02 - Gabinete do Prefeito

(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.021-1000 - Aplicação Direta
..... 500.000,00

(22) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.018-1020 - Aplicação Direta

..... 300.000,00
 (20) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.018-1000 - Aplicação Direta
 2.800.000,00
 (21) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.018-1010 - Aplicação Direta
 300.000,00
 (27) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.021-1000 - Aplicação Direta
 5.462,00
 (41) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.031-1000 - Aplicação Direta
 300.000,00

03 - SECRETARIA DA FAZENDA

03.03 - Secretaria da Fazenda

(43) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.011-1000 - Aplicação Direta
 50.000,00

04 - SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER

04.04 - Secretaria de Juventude Esporte e Lazer

(60) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.022-1000 - Aplicação Direta
 100.000,00

05 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

05.05 - Secretaria de Defesa do Cidadão

(104) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.065-1000 - Aplicação Direta
 300.000,00
 (81) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.031-1000 - Aplicação Direta
 111.000,00
 (87) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.033-1000 - Aplicação Direta
 50.000,00
 (84) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.032-1000 - Aplicação Direta
 111.000,00
 (101) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.064-1000 - Aplicação Direta
 600.000,00

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED

06.06 - Secretaria de Educação

(186) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.135-1000 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lu 21.000,00
 (133) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.112-1190 - Aplicação Direta
 348.000,00
 (187) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.135-1000 - Aplicação Direta
 92.000,00

07 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE

07.07 - Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente

(225) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.215-1000 - Aplicação Direta
 28.000,00
 (192) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.205-1000 - Aplicação Direta
 68.000,00
 (188) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.201-1000 - Aplicação Direta
 80.000,00

09 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA

09.09 - Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura

(251) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.271-1000 - Aplicação Direta
 128.708,81
 (242) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.255-1000 - Aplicação Direta
 12.000,00
 (240) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.254-1340 - Aplicação Direta
 6.000,00
 (237) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.253-1000 - Aplicação Direta
 12.359,35
 (235) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.252-1000 - Aplicação Direta
 10.000,00
 (232) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.251-1000 - Aplicação Direta
 39.686,33

10 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔMICO

10.10 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

(301) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.301-1000 - Aplicação Direta

..... 62.300,00
 (295) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.302-1000 - Aplicação Direta
 100.000,00
 (292) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.301-1000 - Aplicação Direta
 203.433,15

11 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO

11.11 - Secretaria de Habitação

(318) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.333-1000 - Aplicação Direta
 10.000,00
 (316) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.332-1000 - Aplicação Direta
 10.000,00

11 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO

11.11 - Secretaria de Habitação

(313) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.331-1000 - Aplicação Direta
 36.111,08
 (336) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.342-1000 - Aplicação Direta
 68.000,00
 (327) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.331-1000 - Aplicação Direta
 80.000,00
 (321) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.334-1000 - Aplicação Direta
 14.358,64

12 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

12.12 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano

(340) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.404-1000 - Aplicação Direta
 31.450,00
 (339) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.403-1000 - Aplicação Direta
 5.000,00
 (338) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.402-1000 - Aplicação Direta
 100.000,00
 (337) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.401-1000 - Aplicação Direta
 10.000,00

13 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

13.13 - Encargos Gerais do Município

(371) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.971-1000 - Aplicação Direta
 1.943.794,64
 (374) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.975-1000 - Aplicação Direta
 2.926.000,00

31 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO

31.31 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

(376) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.502-1000 - Aplicação Direta
 96.336,00

32 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

32.32 - Secretaria de Assistência Social

(454) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.549-1000 - Aplicação Direta
 90.000,00
 (453) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.548-1000 - Aplicação Direta
 15.471,00
 (451) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.547-1000 - Aplicação Direta
 20.000,00
 (425) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.543-1000 - Aplicação Direta
 65.395,23
 (423) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.542-1000 - Aplicação Direta
 50.000,00
 (421) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.541-1000 - Aplicação Direta
 57.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
 em 05 de agosto de 2016.
 LUCIANO JOSÉ BULIGON
 Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.888, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº. 6.888, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Altera a Lei nº 5.093, de 26 de outubro de 2006.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 5.093, de 26 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Conjunto Habitacional Realeza e São Francisco do Bairro Seminário, inscrita no CNPJ sob nº 03.569.145/0001-04, com sede e foro jurídico no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 05 de agosto de 2016.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.889, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº. 6.889, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Denomina CEIM no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Centro de Educação Infantil Municipal Adelina Dall'Igna Carlesso, o CEIM situado no Loteamento Alice II, Bairro Efapi, nesta Cidade de Chapecó - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 05 de agosto de 2016.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.890, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº. 6.890, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Declara de Utilidade Pública a Duavesso Cia. De Teatro e Contação de História.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Duavesso Cia de Teatro e Contação de História, inscrita no CNPJ sob nº 12.056.760/0001-08, com sede e foro jurídico no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 05 de agosto de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

RESUMO DE DECRETOS - 19/08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
32987	03/08/2016	Revoga, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, da servidora pública municipal DANIELA MARAN FERNANDES
32988	03/08/2016	Revoga, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, do servidor público municipal PAULO HENRIQUE FACHINELLO
32989	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.889, de 12 de julho de 2016, que nomeou GEISA FRANCIELI BONATTO, para ocupar o cargo de Psicólogo, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32990	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.874, de 12 de julho de 2016, que nomeou ANNER DEANDERSON XAVIER ROCHA, para ocupar o cargo de Médico, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32991	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.867, de 12 de julho de 2016, que nomeou KALINKA SANA DOLCAN, para ocupar o cargo de Médico, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32992	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.872, de 12 de julho de 2016, que nomeou KAZUE FONDO OTAK, para ocupar o cargo de Médico, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32993	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.870, de 12 de julho de 2016, que nomeou LUANA SILVA BESSA GUIMARÃES, para ocupar o cargo de Médico, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32994	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.851, de 12 de julho de 2016, que nomeou PATRICIA SIQUEIRA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32995	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.857, de 12 de julho de 2016, que nomeou TATIANE MARA PUNTEL, para ocupar o cargo de Enfermeiro, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32996	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.846, de 12 de julho de 2016, que nomeou VANESSA MOREIRA DE MAGALHÃES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Administração, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32997	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.877, de 12 de julho de 2016, que nomeou NELSON GASPARIN JÚNIOR, para ocupar o cargo de Médico, em virtude da não possuir a habilitação legal para o cargo

32998	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.855, de 12 de julho de 2016, que nomeou LEIA BORGES VIEIRA DA ASSUNÇÃO, para ocupar o cargo de Enfermeiro, em virtude da não possuir a habilitação legal para o cargo
32999	09/08/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.847, de 12 de julho de 2016, que nomeou FRANCIELI PAULA FINCATO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem, em virtude da não possuir a habilitação legal para o cargo
33000	09/08/2016	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, ao servidor público municipal ALEXSANDRO MARCOS ROSA
33001	09/08/2016	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, à servidora pública municipal FRANCINE CELLA DACROCE
33002	15/08/2016	Prorroga, a pedido, Licença Especial, à servidora pública municipal MARCELINA LUCHO VAN CAENEGHEM
33003	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de BARBARA GIMENEZ DE SOUZA
33004	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de SANDI FELICETE
33005	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de LILIAN CRISTINA GALÃO DA COSTA
33006	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de INGRID PUJOL HANZEN
33007	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de SANDRA MARA SCARANTO
33008	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de JOSIANE MATOS CARNEIRO
33009	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de DIANE NEGRI
33010	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de POLIANA WEBBER FONTANA
33011	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de JULIANE STIEHL LINS
33012	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de ANA MARIA DELLA ROCCA
33013	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de DENISE MARCON
33014	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de RAFAEL DALL OSTO
33015	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de DIEGO POZZER
33016	15/08/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal MARIA BERNARDETE SCAPIN CADORE
33017	15/08/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição à servidora pública municipal JOAQUINA GONÇALVES DA LUZ
33018	15/08/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal ZOLEIDE MACIEL
33019	15/08/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal GREICE D AVILA COELHO
33020	15/08/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal NELCINDA MARIA ARCEGO VENTURA
33021	15/08/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, à servidora pública municipal NOELI GOMES DE OLIVEIRA SANTOS

33022	15/08/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ALTAIR DOMINGOS ZENI
33023	15/08/2016	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ANTONIO NELSON CARLESSO
33024	15/08/2016	Exoneração de LUCIANO LEMES DA LUZ
33025	15/08/2016	Reverte a Aposentadoria por Invalidez Permanente concedida à servidora pública municipal SIRLEIDE APARECIDA DO ROSÁRIO PIEROZAN
33033	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de FREDDY FUERTE GUTIERREZ
33034	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de GLENIO MARCHEZAN GUTJAHR
33035	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de MICHEL DOS SANTOS KUSKOSKI
33036	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de TARCISIO BORGMANN
33037	15/08/2016	Nomeação por aprovação em concurso público de JALINI PAVÃO
33038	16/08/2016	Revoga, a pedido, Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem vencimentos, do servidor público municipal DIRCEO SIQUEIRA
33039	16/08/2016	Concede, a pedido, licença para o desempenho de mandato classista junto ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapecó e Região - SITESPM-CHR, à servidora pública municipal MARIA APARECIDA DA ROCHA
33040	16/08/2016	Nomeação de HARRI WALTER HUBNER
33041	16/08/2016	Nomeação de IVO MATEUS
33042	16/08/2016	Nomeação de LUCIANE MARIA LUCCAS SCHNAIDER
33043	16/08/2016	Nomeação de MAIARA FERREIRA DA SILVA
33044	16/08/2016	Exoneração de IVANDRA CARLA ANDRETTA
33045	16/08/2016	Nomeação de IVANDRA CARLA ANDRETTA
33046	16/08/2016	Nomeação de JULIANA JORIATTI
33047	16/08/2016	Nomeação de JANETE RAGAZZON
33048	16/08/2016	Nomeação de RAFAEL FONTANA CIGERZA

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 68 DE 2016**

Portaria Nº 68/16

Concede gratificação de incentivo à qualificação profissional ao servidor efetivo do Poder Legislativo Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o que dispõe o artigo 58 da Lei Complementar nº 130 de 05 de dezembro de 2001 e o Decreto 16.568, de 22 de janeiro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor do Poder Legislativo JACKSON ANTERO DA SILVA ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Administração a gratificação de incentivo à qualificação profissional de 60% (sessenta por cento) do valor das matrículas e mensalidades, conforme regulamento.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de agosto de 2016.

Gabinete do Presidente, em 17 de agosto de 2016

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/FMS/2016 - DESERTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/FMS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/FMS/2016

Objeto: Aquisição de CONJUNTO ODONTOLÓGICO, no atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, para o ESF do Bairro Horizonte.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Informações complementares: A licitação foi declarada deserta pelo não comparecimento de interessados em participar do certame. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 18 de agosto de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

LEI N. 1.314

LEI N. 1.314, de 17 de agosto de 2016.

ALTERA O CAPUT DO ART. 1º, DA LEI Nº. 1.291, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º O caput do art. 1º, da Lei nº. 1.291, de 10 de dezembro de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente ao Serviço Social do Comércio – SESC/SC, pelo prazo de 20 (vinte) anos, uma fração ideal de 5.000,00 m2 (cinco mil metros quadrados) do imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, com área total de 9.426,40m2 (nove mil, quatrocentos e vinte e seis metros e quarenta centímetros quadrados), localizado na Rua Conselheiro Stefano Napolini, do Loteamento Jardim Bela Vista, descrito e caracterizado conforme Levantamento Topográfico parte integrante desta lei, o qual resta, ainda, desafetado para a consecução dos fins a que se destina, passando a integrar a categoria de bens de uso dominical”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de agosto de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, SC, por intermédio da Gestora em exercício, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de equipamentos diversos para equipar a Estratégia da Saúde da Família Novo Horizonte e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, sofreu alterações.

O prazo para protocolo dos envelopes e abertura da licitação continuam marcados para a mesma data e horário, Protocolo para dia 01 de setembro de 2016, até às 09h00min, e a abertura da licitação, no dia 01 de setembro de 2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras, situada à Rua Doutor Maruri, nº 1342, 2 andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2016.

MARIA CRISTINA BERTA

Gestora do FMS, em exercício.

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS O&S Nº 15/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2016 - PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de repasseamento asfáltico em CBUQ, de diversas ruas localizadas neste Município, de acordo com os Memoriais Descritivos e Projetos, constantes no Anexo "D" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 08/09/2016, às 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/09/2016, às 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 08/09/2016, às 10h00min.

Abertura: dia 08/09/2016, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.

br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 17 de agosto de 2016

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016-FMC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016 - FMC

Objeto: Contratação de empresa para execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, dos aparelhos condicionadores de ar, instalados na Fundação Municipal de Cultura e na Galeria Municipal de artes, neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 01/09/2016.

Abertura: dia 02/09/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2016.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente da FMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Link de internet dedicado 5 Mbps com no mínimo 1 IP válido e fixo, com garantia de 99% de banda, para o Aeroporto Municipal de Concórdia Olavo Cecco Rigon, conforme descrições constantes dos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 02/09/2016.

Abertura: dia 02/09/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2016.
 MAURI MARAN
 Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

DECRETO Nº 610/2016
 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 610/2016, DE 28 DE JULHO DE 2016.
 Concede Promoção por Desempenho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 33 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de agosto de 2016, aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Desempenho, correspondente a 7% (sete por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	PERÍODO AQUISITIVO
1	92576-04	Adilson Pastore	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
2	90964-00	Adriana Bussolaro Tochetto	Professor 10.12	26.1.2013 a 25.1.2016
3	90964-04	Adriana Bussolaro Tochetto	Professor 10.12	14.6.2013 a 13.6.2016
4	91944-00	Adriana dos Santos Gabriel	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
5	91944-01	Adriana dos Santos Gabriel	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
6	34843-10	Adriana Priamo	Professor 10.12	15.6.2013 a 14.6.2016
7	91308-04	Aliandro Fontana dos Santos	Professor 10.12	12.2.2013 a 11.2.2016
8	61557-01	Aline Laba de Souza Pinto	Professor 10.12	12.2.2013 a 11.2.2016
9	73172-06	Carine Ines Turmena	Professor 10.12	4.3.2013 a 3.3.2016
10	58939-02	Caroline Finger	Professor 10.12	1º.6.2013 a 31.5.2016
11	95192-00	Catia Regina Kowacic	Professor 10.10	1º.3.2013 a 29.2.2016
12	95192-01	Catia Regina Kowacic	Professor 10.10	2.2.2013 a 1º.2.2016
13	91723-01	Cladisnei Clarice Gruhlke	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
14	91723-00	Cladisnei Clarice Gruhlke	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
15	97365-00	Clair Nelsi Sonntag	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
16	98949-01	Clarice Fabonato	Professor 10.12	16.3.2013 a 15.3.2016
17	17353-04	Cleoni Conceição Borges	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
18	88072-04	Cleonice Bison	Professor 10.12	12.2.2013 a 11.2.2016
19	60119-04	Cleusa Rosane Magnani	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
20	56308-02	Daniela Magedanz	Professor 10.12	20.6.2013 a 19.6.2016
21	104353-05	Denise Clara Schuck	Professor 10.12	1º.7.2013 a 30.6.2016
22	92029-00	Dilce Lurdes Gehlen	Especialista em Educação 10.15	2.2.2013 a 1º.2.2016
23	50490-08	Dilvana Albiero Giacomini	Professor 10.12	5.4.2013 a 4.4.2016
24	92215-02	Diolaine Suzin Camargo	Professor 10.12	12.2.2013 a 11.2.2016
25	92355-00	Dirlene Munaretto	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
26	92355-01	Dirlene Munaretto	Professor 10.12	13.5.2013 a 12.5.2016
27	81647-07	Divania Inez Botega Casadei	Professor 10.12	13.2.2013 a 12.2.2016
28	411256-01	Ducineia Schneberger Batista	Professor 10.12	4.2.2013 a 3.2.2016
29	90271-01	Edi Maria Ravanelli	Professor 10.12	3.5.2013 a 2.5.2016
30	90271-00	Edi Maria Ravanelli	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
31	58432-03	Edi Trindade	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
32	503894-00	Elaine Redin	Professor 10.12	4.3.2013 a 3.3.2016
33	40967-01	Eliane Beatriz Balsan Camillo	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
34	40967-00	Eliane Beatriz Balsan Camillo	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
35	41149-11	Eliane Franchini	Professor 10.12	8.2.2013 a 7.2.2016
36	100099-07	Eliane Maria Müller da Silva	Professor 10.12	1º.3.2013 a 29.2.2016
37	95060-04	Eliane Mattiello Rossetto	Professor 10.12	4.2.2013 a 3.2.2016
38	90891-03	Elis Regina Albiero Palinski	Professor 10.12	8.3.2013 a 7.3.2016
39	56049-00	Elisangela Veber Sabi	Professor 10.10	2.2.2013 a 1º.2.2016
40	24309-00	Elmo Antonio Richardi	Professor 10.13	2.2.2013 a 1º.2.2016
41	100269-01	Eluizia Martins de Araujo	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	PERÍODO AQUISITIVO
42	77585-04	Fernanda Fornari	Professor 10.12	1º.7.2013 a 30.6.2016
43	61140-02	Gelsi Bergamo	Professor 10.12	9.2.2013 a 8.2.2016
44	91774-00	Gilse Teresinha Mezacasa Borile	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
45	92959-00	Goretti Parisotto	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
46	88161-04	Iara Eliane Saatkamp Wunder	Professor 10.12	1º.6.2013 a 31.5.2016
47	56014-00	Ieda Maria Naibo Moro Rios	Professor 10.10	16.2.2013 a 15.2.2016
48	25208-07	Ilka Siebauer de Azeredo e Silva	Professor 10.12	3.5.2013 a 2.5.2016
49	61271-06	Inacia Vieira Pereira Ribeiro	Professor 10.12	12.2.2013 a 11.2.2016
50	105384-03	Indianara Zagonel de Souza Begnini	Professor 10.12	4.2.2013 a 3.2.2016
51	89087-00	Ineide Hilda Wunder Piassa	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
52	91588-00	Ines Bellini Carniel	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
53	97527-05	Ines Liamar Wolff Pereira Rogovski	Professor 10.12	13.2.2013 a 12.2.2016
54	97748-03	Ivanete Prior Vivan	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
55	92975-01	Ivete Albina Coldebella Ferreira	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
56	99961-04	Ivete Maria Hermes	Professor 10.12	12.2.2013 a 11.2.2016
57	43800-00	Ivete Valcarenghi Ferreira	Professor 10.10	2.2.2013 a 1º.2.2016
58	91650-00	Ivone Marxreiter Bedin	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
59	105309-00	Jandira Saiba	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
60	91634-01	Joice Goreti dos Santos	Professor 10.10	2.2.2013 a 1º.2.2016
61	91634-00	Joice Goreti dos Santos	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
62	40517-08	Joise Carla Finger	Professor 10.12	3.5.2013 a 2.5.2016
63	91529-00	Jose Laercio Gregianin	Especialista em Educação 11.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
64	102300-01	Joselaine Cervelin Cavassin	Professor 10.12	6.2.2013 a 5.2.2016
65	40886-00	Jucelia Borsati	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
66	98108-04	Jussara Aparecida da Silva Gava	Professor 10.12	2.4.2013 a 1º.4.2016
67	86142-04	Leila Rizolli	Professor 10.12	4.1.2013 a 3.1.2016
68	88455-00	Liane Maria de Carli Petry	Professor 10.10	2.4.2013 a 1º.4.2016
69	95176-01	Lilian Cecchet	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
70	54631-05	Loiri Zerbielli Breitenbach	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
71	96687-00	Luciana Vanusa Rubert Nunes	Professor 10.12	20.2.2013 a 19.2.2016
72	94900-00	Lucivania Baranoski Silva	Professor 10.10	2.2.2013 a 1º.2.2016
73	103420-06	Magali Aparecida de Souza	Professor 10.12	5.6.2013 a 4.6.2016
74	91979-01	Mara Rosane Saatkamp	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
75	68640-00	Marcia Casagrande	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
76	92843-00	Marcia Simone Dal Bosco Bet	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
77	104728-04	Margarida Moresco da Silva	Professor 10.12	13.2.2013 a 12.2.2016
78	61590-00	Margudt Hassmer Pottratz	Professor 10.10	13.2.2013 a 12.2.2016
79	104310-05	Maria do Socorro Gomes Araujo	Professor 10.12	1º.4.2013 a 31.3.2016
80	40690-00	Maria Luiza Alves Favaretto	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
81	91898-03	Marilane Teresinha Rover Balbinot	Professor 10.12	13.2.2013 a 12.2.2016
82	92665-02	Marilei Fiorentin Bosetti	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
83	91936-00	Marilei Guimarães Vendruscolo	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
84	7714-05	Marilei Lurdes Bison Magentanz	Professor 10.12	2.3.2013 a 1º.3.2016
85	10251-03	Marilisa Zonin	Professor 10.12	1º.3.2013 a 29.2.2016
86	41092-00	Marines Fatima Colombo	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
87	5894-00	Marines Girardi	Professor 10.13	17.2.2013 a 16.2.2016
88	99147-04	Marisa Bortoletti Richardi	Professor 10.12	12.2.2013 a 11.2.2016
89	100080-01	Marisa Ceci Nunes Carvalho	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
90	54267-02	Marisa Ricardo de Oliveira	Professor 10.12	1º.3.2013 a 29.2.2016
91	26603-00	Marisete Kirsch da Silva	Professor 10.10	13.2.2013 a 12.2.2016
92	93874-01	Marisete Salvadego	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
93	91952-00	Maristela Suppi Rodrigues dos Santos	Professor 10.13	2.2.2013 a 1º.2.2016
94	96644-00	Maristela Teresinha Zolet da Campo	Professor 10.13	2.2.2013 a 1º.2.2016
95	45039-02	Maritania da Silva	Professor 10.12	2.6.2013 a 1º.6.2016
96	49182-03	Maritania Poleto	Professor 10.12	4.2.2013 a 3.2.2016
97	43087-05	Marizete Sperandio	Professor 10.12	2.3.2013 a 1º.3.2016
98	92622-00	Marlei Salete Radin	Especialista em Educação 11.12	18.5.2013 a 17.5.2016
99	92592-00	Marli Teresinha Rosenbach	Professor 10.10	17.2.2013 a 16.2.2016
100	91855-00	Marta Cechin Alberti	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
101	90298-00	Mauricio Alves de Santana	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	PERÍODO AQUISITIVO
102	41211-00	Merli Thome	Professor 10.10	17.2.2013 a 16.2.2016
103	40959-00	Miria Fatima Rafaloski	Professor 10.12	10.7.2013 a 9.7.2016
104	21970-01	Nadia Dirlei Redecker	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
105	31143-03	Neidi Mara Janke	Professor 10.12	4.3.2011 a 2.12.2015
106	93149-00	Neiva Woloszyn	Professor 10.12	16.2.2013 a 15.2.2016
107	34819-01	Nelci Bernardt	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
108	61816-00	Nelson Domingos Corezzolla	Professor 10.13	9.2.2013 a 8.2.2016
109	88706-00	Neuza Maria Antonioli Gonçalves	Professor 10.10	16.2.2013 a 15.2.2016
110	96946-01	Nilse de Lourdes Zagonel Rubini	Professor 10.13	2.2.2013 a 1º.2.2016
111	96946-00	Nilse de Lourdes Zagonel Rubini	Professor 10.13	1º.2.2013 a 31.1.2016
112	92207-00	Raquel Celeste Fazolo	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
113	41050-05	Raquel Cristina Coldebella Moretto	Professor 10.12	6.5.2013 a 5.5.2016
114	93971-00	Renata Fortes Gaertner	Professor 10.11	1º.2.2013 a 31.1.2016
115	100595-07	Rosane Fatima da Conceição Branco	Professor 10.12	13.2.2013 a 12.2.2016
116	67091-00	Rosane Fatima Sebem	Especialista em Educação 11.12	15.2.2013 a 14.2.2016
117	60569-01	Rosangela Lunge	Professor 10.13	1º.2.2013 a 31.1.2016
118	91448-00	Rose Mari Zanfonato	Especialista em Educação 11.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
119	41254-00	Roseneli Radin Munaretto	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
120	96563-04	Sandra Helena Poletto	Professor 10.12	15.3.2013 a 14.3.2016
121	92380-00	Sandra Maria Cecchi	Professor 10.12	1º.2.2013 a 31.1.2016
122	91910-00	Sandra Regina Bonassi Colombo	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
123	103390-01	Sergio Roberto Comassetto	Professor 10.12	8.2.2013 a 7.2.2016
124	92703-09	Silvana de Vargas	Professor 10.12	13.2.2013 a 12.2.2016
125	91332-00	Simone Cristina Romani	Professor 10.10	10.7.2013 a 9.7.2016
126	91499-00	Silvana Maria Baldi	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
127	96970-00	Sirlei Ferreira Longo Bortoli	Professor 10.12	26.1.2013 a 25.1.2016
128	64882-00	Sirlei Miranda Marquetti	Professor 10.10	1º.2.2013 a 31.1.2016
129	35157-01	Tania Maria da Silva	Professor 10.12	1º.7.2013 a 30.6.2016
130	53449-01	Tatiane Milani Biazus Cortina	Professor 10.12	2.2.2013 a 1º.2.2016
131	41319-01	Vania Balbinot Bernardi	Professor 10.12	8.4.2013 a 7.4.2016
132	88633-00	Wilson Domingos Rubini	Professor 10.13	2.1.2013 a 1º.1.2016
133	52884-14	Zenilda Guarezi Salini	Professor 10.12	4.3.2013 a 3.3.2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 611/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 611/2016, DE 28 DE JULHO DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor JALMIR MARIO GIOTTO JUNIOR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor JALMIR MARIO GIOTTO JUNIOR, do cargo de provimento em comissão de Controlador da Divisão Administrativa, a partir de 1º de agosto de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 612/2016**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 612/2016, DE 28 DE JULHO DE 2016.

Designa a servidora LOURDES CADORIN para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora LOURDES CADORIN, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, com a incumbência de monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, através de parcerias voluntárias, inclusive encargos especiais, com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, no período de 25 de julho a 4 de agosto de 2016, em face do afastamento da servidora Ani Carina Doss Girardi, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de julho de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	NEUSA APARECIDA DAHMER Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 613/2016**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 613/2016, DE 1º DE AGOSTO DE 2016.

Altera dispositivos da alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 60/2016, de 27 de janeiro de 2016 e alteração, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia – COMTUR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.014, de 5 de novembro de 1997 e alterações e no Decreto nº 3.960, de 28 de abril de 1998 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 60/2016, de 27 de janeiro de 2016 e alteração, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia – COMTUR, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o item 1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"1. ROSELI PECHINI DE SIQUEIRA RODIGHIERI, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Secretária-Executiva;" (NR)

II – o item 3 passa a vigorar com a seguinte redação:

"3. MOACIR VALCARENCHI, Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 614/2016**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 614/2016, DE 1º DE AGOSTO DE 2016.

Dá nova redação ao inciso V do art. 1º do Decreto nº 293/2014, de 7 de abril de 2014 e alterações, que designam membros para integrar a Coordenadoria Municipal da Mulher de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.639, de 20 de março de 2014 e no Decreto nº 5.928, de 15 de setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º O inciso V do art. 1º do Decreto nº 293/2014, de 7 de abril de 2014 e alterações, que designam membros para integrar a Coordenadoria Municipal da Mulher de Concórdia, passa a vigorar

com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

V – representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo: GLAUCIA MAGALHÃES DA SILVA;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	NEUSA APARECIDA DAHMER Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 615/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 615/2016, DE 1º DE AGOSTO DE 2016.

Altera dispositivos do art. 2º do Decreto nº 18/2016, de 13 de janeiro de 2016, que constitui e designa Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, c/c o disposto na Lei 4.818, de 24 de novembro de 2015.

DECRETA :

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 18/2016, de 13 de janeiro de 2016, que constitui e designa Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – a alínea “b” do inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) suplente: INDIANARA PALHANO RENOSTO BRUSCO;” (NR)

II – a alínea “a” do inciso IV passa a vigorar com a seguinte redação:

“a) titular: GLAUCIA MAGALHÃES DA SILVA;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	NEUSA APARECIDA DAHMER Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 616/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 616/2016, DE 1º DE AGOSTO DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor MARCIO COLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor MARCIO COLLA, do cargo de provimento efetivo de Agente da Autoridade de Trânsito, a partir de 1º de agosto de 2016.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 617/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 617/2016, DE 1º DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia o servidor JOSE ANTONIO SARETTA para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor JOSE ANTONIO SARETTA, ocupante do cargo de Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no período de 2 a 22 de agosto de 2016, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 618/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 618/2016, DE 1º DE AGOSTO DE 2016.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANI ADELIR TURATO TIRONI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2016, à servidora ROSANI ADELIR TURATO TIRONI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 11 de julho de 2010 a 10 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 619/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 619/2016, DE 1º DE AGOSTO DE 2016.

Designa o servidor LAUDIR PALLAS para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor LAUDIR PALLAS, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Cemitérios, para responder pelo

cargo de Chefe do Departamento de Engenharia e Arquitetura, no período de 1º a 30 de agosto de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 620/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 620/2016, DE 1º DE AGOSTO DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor NELSO PAULO MINKS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor NELSO PAULO MINKS, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Peças, a partir de 1º de agosto de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON Diretora Administrativa

DECRETO Nº 621/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 621/2016, DE 2 DE AGOSTO DE 2016.
Dispõe sobre o desligamento da servidora VERA DA CRUZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora VERA DA CRUZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 622/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 622/2016, DE 2 DE AGOSTO DE 2016.
Concede promoção vertical a servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS, designada pelo Decreto nº 90/2015, de 29 de janeiro de 2015.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedida às servidoras de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionadas, Promoção Vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I – JACIELE TOCHETTO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

II – MARA ADRIANA LEMKE, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 623/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 623/2016, DE 2 DE AGOSTO DE 2016.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LETICIA FARINA PUNTEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2016, à servidora LETICIA FARINA PUNTEL, ocupante do cargo de Enfermeiro, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de julho de 2011 a 3 de julho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 624/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 624/2016, DE 3 DE AGOSTO DE 2016.

Designa a servidora ANALU SLONGO para responder pelo cargo de Assessora de Comunicação Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ANALU SLONGO, ocupante do cargo de Diretora de Divulgação, para responder pelo cargo de Assessora de Comunicação Social, no período de 2 a 22 de agosto de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 1, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 625/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 625/2016, DE 5 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia JAIME VINICIUS ZANELLA para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Turismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JAIME VINICIUS ZANELLA, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Turismo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 8 de agosto de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOSÉ ANTONIO SARETTA Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em exercício
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 626/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 626/2016, DE 5 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia DANIELA LUNKES para exercer o cargo de Controladora da Divisão Administrativa.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora DANIELA LUNKES, para exercer o cargo de Controladora da Divisão Administrativa – Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 8 de agosto de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LEONIR GRIGOLLO Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 627/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 627/2016, DE 5 DE AGOSTO DE 2016.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora PATRICIA LUANA ZAIONS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora PATRICIA LUANA ZAIONS, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 104698-05 e 104698-07, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Mundo da Criança, com dedicação exclusiva, a partir de 5 de agosto de 2016, enquanto perdurar o afastamento da titular, em licença maternidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 628/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 628/2016, DE 8 DE AGOSTO DE 2016.

Designa a servidora JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS para responder pelo cargo de Diretora Técnica.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, ocupante do cargo de Engenheiro, para responder pelo cargo de Diretora Técnica, no período de 8 a 22 de agosto de 2016, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, gratificação de 80% (oitenta por cento) do nível 2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6130 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.130, DE 5 DE AGOSTO DE 2016.
Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.890, de 5 de agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	14	FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade Orçamentária	14.01	Fundo Municipal para Infância e Adolescência
Projeto/Atividade	08.0243.0066.2152	Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente – FIA
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 73.035,65
Fonte de Recursos	06.000000	Recursos Ordinários – Superávit do Exercício Anterior R\$ 2.300,00
Fonte de Recursos	06.060001	FIA – Demais Recursos – Superávit do Exercício Anterior R\$ 398,88
Fonte de Recursos	06.090000	FIA – Imposto de Renda – Superávit do Exercício Anterior R\$ 27.016,89
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 156.250,00
Elemento	4.4.50.00.00.00.00.00	Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	06.090000	FIA – Imposto de Renda – Superávit do Exercício Anterior R\$ 10.000,00
TOTAL ANULADO		
..... R\$ 269.001,42		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações consignadas nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	14	FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
Unidade Orçamentária	14.01	Fundo Municipal para Infância e Adolescência	
Projeto/Atividade	08.0243.0066.2152	Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente – FIA	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 73.035,65	
Fonte de Recursos	06.000000	Recursos Ordinários – Superávit do Exercício Anterior R\$ 2.300,00	
Fonte de Recursos	06.060001	FIA – Demais Recursos – Superávit do Exercício Anterior R\$ 398,88	
Fonte de Recursos	06.090000	FIA – Imposto de Renda – Superávit do Exercício Anterior R\$ 37.016,89	
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 156.250,00	
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 269.001,42	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6131 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.131, DE 5 DE AGOSTO DE 2016.
Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.891, de 5 de agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental	
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2017	Ações do Ensino Fundamental – SEMED	
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos	03.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit Exercício Anterior R\$ 40.100,22	
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil	
Projeto/Atividade	12.0365.0025.1007	Modernização e Organização Administrativa – CMEIs – SEMED	
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas	

Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 32.230,14
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0451.0042.1009	Modernização Urbanística – SEMURB
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira Hídricos– Su- perávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 272.330,26		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 40.100,22
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 32.230,14
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0452.0039.2029	Ações dos Serviços Urbanos – SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira-Hídricos– Su- perávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 272.330,36		

Art. 3º Ficam suplementadas com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0306.0019.2014	Ações da Merenda Escolar – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 150.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2019	Ações da Merenda para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit Exercício Anterior R\$ 160.000,00
Projeto/Atividade	12.365.0021.2609	Ações da Merenda para Pré-Escola – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit Exercício Anterior R\$ 90.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 400.000,00		

Art. 4º Ficam suplementadas com o excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação
		R\$ 187.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$ 187.000,00		

Art. 5º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6132

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.132, DE 8 DE AGOSTO DE 2016.

Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações e na Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia, para o período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 2016, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado, a partir de 19 de agosto de 2016, o Decreto nº 6.111, de 9 de maio de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa
ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS – Da 0h (zero hora) às 7h (sete horas)

Período: 19 de agosto a 31 de dezembro de 2016.

DIA	AGO/2016 Farmácia	SET/2016 Farmácia	OUT/2016 Farmácia	NOV/2016 Farmácia	DEZ/2016 Farmácia
1º		Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
2		São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769
3		Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914
4		Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
5		Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
6		Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
7		Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000
8		Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
9		Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969
10		SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336
11		SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357
12		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16
13		São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3
14		Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
15		Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1

DIA	AGO/2016 Farmácia	SET/2016 Farmácia	OUT/2016 Farmácia	NOV/2016 Farmácia	DEZ/2016 Farmácia
16		Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2
17		Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451
18		RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357
19	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
20	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769
21	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914
22	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
23	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
24	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
25	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000
26	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
27	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969
28	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336
29	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357
30	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16

DIA	AGO/2016 Farmácia	SET/2016 Farmácia	OUT/2016 Farmácia	NOV/2016 Farmácia	DEZ/2016 Farmácia
31	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451		Santa Luzia – Rua do Comércio, 244		Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3

LEI COMPLEMENTAR Nº 724
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 724, DE 5 DE AGOSTO DE 2016.

Altera dispositivos do Anexo I – Lista de Serviços para Cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Anexo I – Lista de Serviços para Cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia, terá dispositivos alterados, na forma abaixo:

I – o subitem 16.01 passa a vigorar com a seguinte redação:

“

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Movimento Econômico (%)
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal	7,30	2

” (NR)

II – o subitem 26.01 passa a vigorar com a seguinte redação:

“

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFIR Municipal ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Movimento Econômico (%)
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	7,30	5

” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria
Administrativa), em 5 de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4890 **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 4.890, DE 5 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	14	FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade Orçamentária	14.01	Fundo Municipal para Infância e Adolescência
Projeto/Atividade	08.0243.0066.2152	Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente – FIA
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 73.035,65
Fonte de Recursos	06.000000	Recursos Ordinários – Superávit do Exercício Anterior R\$ 2.300,00
Fonte de Recursos	06.060001	FIA – Demais Recursos – Superávit do Exercício Anterior R\$ 398,88
Fonte de Recursos	06.090000	FIA – Imposto de Renda – Superávit do Exercício Anterior R\$ 27.016,89
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 156.250,00
Elemento	4.4.50.00.00.00.00.00	Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	06.090000	FIA – Imposto de Renda – Superávit do Exercício Anterior R\$ 10.000,00
TOTAL ANULADO		
..... R\$ 269.001,42		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações consignadas nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	14	FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
Unidade Orçamentária	14.01	Fundo Municipal para Infância e Adolescência	
Projeto/Atividade	08.0243.0066.2152	Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente – FIA	
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 73.035,65	
Fonte de Recursos	06.000000	Recursos Ordinários – Superávit do Exercício Anterior R\$ 2.300,00	
Fonte de Recursos	06.060001	FIA – Demais Recursos – Superávit do Exercício Anterior R\$ 398,88	
Fonte de Recursos	06.090000	FIA – Imposto de Renda – Superávit do Exercício Anterior R\$ 37.016,89	
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 156.250,00	
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 269.001,42	

Art. 3º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.766, de 1º de junho de 2015 e 4.835, de 18 de dezembro de 2015, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de agosto de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4891 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.891, DE 5 DE AGOSTO DE 2016.
Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2017	Ações do Ensino Fundamental – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit Exercício Anterior R\$ 40.100,22
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0025.1007	Modernização e Organização Administrativa – CMEIs – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 32.230,14
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0451.0042.1009	Modernização Urbanística – SEMURB
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira Hídricos– Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 272.330,26

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 40.100,22
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 32.230,14
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0452.0039.2029	Ações dos Serviços Urbanos – SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira-Hídrica- Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 272.330,36

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0306.0019.2014	Ações da Merenda Escolar – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 150.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2019	Ações da Merenda para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit Exercício Anterior R\$ 160.000,00
Projeto/Atividade	12.365.0021.2609	Ações da Merenda para Pré-Escola – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit Exercício Anterior R\$ 90.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$ 400.000,00		

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com o excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 187.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$ 187.000,00		

Art. 5º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.766, de 1º de junho de 2015, e 4.835, de 18 de dezembro de 2015, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4892**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 4.892, DE 9 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre o sistema de energias renováveis em áreas públicas no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal implementar sistemas de energias renováveis como energia solar ou eólica em todas as estruturas e áreas públicas do Município de Concórdia.

Parágrafo único. Os locais prioritários para o início da implantação do sistema deverão ser a Praça Dogelo Goss, Parque de Exposições Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Centro Administrativo e as estruturas da rede pública municipal de ensino e de saúde.

Art. 2º Deverá ser analisada a viabilidade de utilização destas tecnologias para todas as edificações a serem construídas, adequadas, ampliadas ou reformadas pela municipalidade, a partir da sanção desta Lei, inclusive com a utilização da tecnologia LED na iluminação.

Art. 3º O Executivo Municipal fica responsável pela regulamentação do projeto de energias renováveis em áreas públicas no Município de Concórdia.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4893**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 4.893, DE 9 DE AGOSTO DE 2016.

Declara de Utilidade Pública Municipal a Sociedade Casa de Apoio Mão Solidária.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Sociedade Casa de Apoio Mão Solidária, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com seu estatuto devidamente registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e de Títulos e Documentos do Município e Comarca de Concórdia – SC, sob o nº 5828, no livro A-28, protocolado sob o nº 51785, de 09 de agosto de 2010, com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição no CNPJ sob o nº 12.505.298/0001-70.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 144/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 144/2016, DE 5 DE AGOSTO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- o Adendo nº 14/2016 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB;
- a CI DRH 407/2016, de 2 de agosto de 2016, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARINALVA GASPARETTO, ocupante do cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 8 de julho de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 145/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 145/2016, DE 9 DE AGOSTO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CARINA LUISA MÜLLER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1096303-00, integrante do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento) sobre o vencimento-base, correspondente à habilitação em pós-graduação, na área específica de atuação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 146/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 146/2016, DE 9 DE AGOSTO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 11695/2016, em 27 de junho de 2016, do qual se extrai que o servidor MAURI JOSE DUPONT teria faltado com a devida cordialidade e presteza no atendimento de pacientes da Policlínica Concórdia;
- que o servidor, em tese, infringiu o disposto no art. 151, V, "a" e XI c/c art. 152, V e XVIII da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;
- o Parecer da Assessoria Jurídica, de 20 de julho de 2016, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 166, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor MAURI JOSE DUPONT, ocupante do cargo de

Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico – GT.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogais:

a) ADINAN CANDIDO POLO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

b) MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriturário;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 147/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 147/2016, DE 9 DE AGOSTO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 1210/2016, protocolizada em 9 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora VALQUIRIA WEINGARTNER PEREIRA, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 102342-00 e 102342-01, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 9 a 23 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 148/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 148/2016, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	104353-05	Denise Clara Schuck	Professor, código 10.12
2	92355-00	Dirlene Munaretto	Professor, código 10.10
3	92355-01	Dirlene Munaretto	Professor, código 10.12

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
4	81647-07	Divania Inez Botega Casadei	Professor, código 10.12
5	36366-02	Eleandra Antonia Pinto	Professor, código 10.12
6	36366-07	Eleandra Antonia Pinto	Professor, código 10.12
7	1597-01	Elizete Borges Machado da Silva	Professor, código 10.12
8	15954-00	Janete Dalmaso Toerhorst	Professor, código 10.12
9	46817-08	Loreni Freitag da Silva	Especialista em Educação, código 11.12
10	90808-05	Sonia Pizzatto Rodio	Professor, código 10.12
11	90808-09	Sonia Pizzatto Rodio	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de agosto de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 149/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 149/2016, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – CASSIA BORTOLI RONCAGLIO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 52965-01, a partir de 16 de agosto de 2016;

II – ELISANGELA REJANE OLKOSKI GRAUER SUTIL, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, a partir de 17 de agosto de 2016;

III – MAURO FRIGO, ocupante do cargo de Diretor de Compras, a partir de 22 de agosto de 2016;

IV – TAMYRA HACK, ocupante do cargo de Engenheiro, a partir de 16 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 150/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 150/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, na CI SEMURB 389/2016, protocolizada em 12 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora IDETE MARIA POZZO HERMANN, ocupante do cargo de Desenhista, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 15 a 24 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 07/2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Julho
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	273.029,16
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	265.444,62
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	223.241,93
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.202,69
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.584,54
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.584,54
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.417,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.417,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	592.547,48	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	607.039,56
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31.946,31	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31.895,54
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	273.029,16	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	287.572,01
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	287.572,01	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	287.572,01
SALDOS ANTERIORES	456.769,38	SALDOS ATUAIS	480.665,14
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	401.296,33	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	461.296,33
BANCO C/ MOVIMENTO	55.473,05	BANCO C/ MOVIMENTO	19.368,81
TOTAL	1.360.733,86	TOTAL	1.360.733,86

CONCORDIA, 11/08/2016

MAURO MENDES
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Coronel Freitas

PREFEITURA

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº830854/2016/MDA/CAIXA- PROCESSO Nº 2623.1031651-34/2016.

ADENDO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal MAURI J. ZUCCO, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações na data de abertura do edital do Processo Licitatório nº. 57/2016, Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

1 DA ALTERAÇÃO DE DESCRIÇÃO DE ITENS DO EDITAL:

Onde -se Lê :

Item 2: DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO, CAPACIDADE DE 4000 LITROS, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO, SISTEMA DE BOMBA LO-BULAR, ACIONADO POR CARDAM, EQUIPADO COM PNEUS MÍNIMO 7.50 X 16. NOVO.

Leia-se:

Item 2: DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO, CAPACIDADE DE 4000 LITROS, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO, SISTEMA DE BOMBA LO-BULAR, ACIONADO POR CARDAM, EQUIPADO COM PNEUS NOVOS MÍNIMO 7.50 X 16 MÍNIMO 12 LONAS COM RODADO TANDER

2- DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

Em consequência das alterações efetuadas, fica alterada a data para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de recebimento e, abertura dar-se-á até as 09h00min do dia 01 de SETEMBRO de 2016, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro – Coronel Freitas - SC

3 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016.

Coronel Freitas-SC, 18 de AGOSTO de 2016

MAURI J. ZUCCO

Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 06/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Concorrência Nº 06/2016

Objeto: CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Tipo: Melhor Lance ou Oferta

Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 26/09/2016

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 26/09/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 18 de Agosto de 2016

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 22/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 22/2016 – PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JOSÉ DO PATROCÍNIO, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. Menor Preço global. Abertura dos envelopes: 05.09.2016 às 14:30 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 19 de agosto de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1094/16

DECRETO Nº 1094/16

LIBERA A UTILIZAÇÃO DAS CITADAS VIAS MUNICIPAIS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DA PROGRAMAÇÃO DO DIA DA BANANA, PARA A ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ – ASBANCO E A COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR RIO NOVO – COOPER RIO NOVO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO pedido formulado pela Associação dos Bananicultores de Corupá – ASBANCO e a Cooperativa da Agricultura Familiar Rio Novo – COOPER RIO NOVO;

CONSIDERANDO que trata-se de uma festa tradicional, com a participação de vários grupos e famílias de agricultores, justificando o nome do evento,

CONSIDERANDO que são objetivos da administração pública o fomento da preservação cultural, ao turismo, a boa convivência societária, entre outros; e

DECRETA:

Art. 1º - Fica liberada a utilização das citadas vias, nos horários próximos a utilização das mesmas, com os participantes dos devidos eventos, sendo:

I - DIA 20.08.2016 - EVENTO BANANA BIKE

Concentração na praça municipal, Avenida Getúlio Vargas com largada às 07 horas e 30 minutos, seguindo via Rua Jorge Lacerda, via Rua XV de Novembro, seguindo sentido ao Bairro Ano Bom, passando a Sociedade Águia Dourada, até o Portal de Divisa com São Bento do Sul, seguindo sentido usina, passando pela Sociedade Floresta e voltando sentido Bompland, seguindo até fundos da Rua Vidal Ramos, passando em frente a Escola Teresa Ramos, via Avenida Getúlio Vargas sentido ao Auto Posto Fama, seguindo pela Rua Francisco Mees, passando o trevo sentido a localidade de Rio Novo Alto, retornando pela Vila Isabel sentido a Rua Roberto Seidel, com chegada na Praça Artur Müller prevista para às 13 horas e 30 minutos.

II - DIA 21.08.2016 – EVENTO TRILHÃO CHAVE 13

Concentração na Rua Hercílio Luz, largada prevista para às 09 horas e 30 minutos, sentido Avenida Getúlio Vargas, via Rua Vicente Brugnati, até o entroncamento com a Rua Nereu Ramos, seguindo sentido a Rua Jaraguá, via Rua Duque de Caxias, via Avenida Getúlio Vargas, seguindo para a Rua Roberto Seidel, entrando na Rua Henrique Fuck e retornando previsto para às 13 horas via Rua Roberto Seidel, com fluxo reduzido de participantes até os arredores da Praça Artur Müller.

Parágrafo único: Tendo como responsáveis o Senhor Marcos Martini, Presidente da Associação dos Bananicultores de Corupá – ASBANCO e o Senhor Valmor Raul de Farias, Presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar – COOPER RIO NOVO.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação dos Bananicultores de Corupá – ASBANCO e a Cooperativa da Agricultura Familiar – COOPER RIO NOVO.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

17 de agosto de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE DIRETORIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE DIRETORIA

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na pessoa da Secretária Municipal de Educação e Cultura Joelma Aparecida Vargas, CONVOCA através do presente edital, todos os ex Associados da Associação de Pais e Professores das entidades abaixo relacionadas para Assembleia Geral Ordinária sobre assuntos gerais das APPs abaixo relacionadas,

ü APP do Núcleo Municipal Frei Valentim, CNPJ: 78.497.807/0001-79;

ü APP João Batista Pozzo (APP JO), CNPJ: 01.683.916/0001-56;

ü APP Escola Isolada Municipal Lions, CNPJ: 78.477.197/0001-41;

ü APP Escola Isolada Alfredo Goeten, CNPJ: 01.745.359/0001-50;

ü APP Escola Isolada Estadual Santa Cruz, CNPJ: 01.829.208/0001-80;

ü APP Escola Municipal Guarda Mor, CNPJ: 01.565.757/0001-95;

ü APP Escola Isolada Municipal Industrial J Bettega, CNPJ: 78.477.387/0001-69;

ü APP Escola Isolada Municipal Industrial J Bettega, CNPJ: 01.542.344/0001-95;

ü APP Escola de Campo José dos Santos Maciel, CNPJ: 01.523.304/0001-04;

ü APP Escola de Campo Machado de Assis, CNPJ: 01.777.229/0001-08;

ü APP Escola Isolada Rui Barbosa, CNPJ: 00818882000105;

A Assembleia Geral Ordinária será realizada nas Dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, às 13h30min, no dia 12 de Setembro de 2016, com a seguinte ordem do dia:

1- Eleição da Diretoria dos respectivos Núcleos Municipais e Escolas do Campo, em cumprimento ao disposto no artigo 24º do Estatuto, e aprovação da alteração estatutária.

2- Somente poderão participar da Assembleia Geral os Associados que estejam quites com as obrigações associativas. (art. 27º do Estatuto).

3- A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação às 13h30min, com a presença da maioria absoluta dos Associados e, em segunda convocação, com qualquer número, não sendo inferior a 50%, aptos a votar, meia hora depois.

Curitibanos, 17 de agosto, de 2016.

Secretária Municipal de Educação e Cultura
Joelma Aparecida Vargas

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE EXTINTORES VEICULARES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 31/08/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 31/08/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br

Curitibanos, 18 de Agosto de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

ATA DE ANÁLISE DO RECURSO 25-2016

ATA DE ANÁLISE DE RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO DE LICITANTE

Licitação: 25/2016 – Tomada de Preços

Aos quinze dias de agosto de 2016, na Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designados pela Portaria nº 123, de 27 de novembro de 2015, para análise do recurso apresentado pela empresa HABITARK ENGENHARIA LTDA contra a decisão de sua inabilitação no certame.

Confirmado a tempestividade do recurso e a intimação da outra licitante a respeito deste, bem com a apresentação de impugnação aos termos recursal, a Comissão de Licitações encaminharam os autos para diligência junto a Assessoria Jurídica da municipalidade, a qual exarou o parecer juntado aos autos, nesta data.

Deste modo, considerando-se que compete a Comissão de Licitações a análise prévia do recurso, podendo reconsiderar sua decisão a respeito da inabilitação da empresa Recorrente, no prazo de cinco dias, ou, neste mesmo prazo, encaminhar os autos do processo para o Sr. Prefeito Municipal para julgamento, bem como que o parecer jurídico orienta pela manutenção da decisão recorrida, a Comissão de Licitações decide rever a decisão sobre a inabilitação da empresa HABITARK ENGENHARIA LTDA, por descumprimento do item 6.3, XII, do Edital [Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra de construção civil, observadas as características do objeto da licitação (ponte), comprovado através de Acervo Técnico emitido pelo CREA/CAU], ou seja, será aceito o recurso da empresa HABITARK ENGENHARIA LTDA, mantendo-a no processo licitatório, já que se entende que a mesma possui condições de executar este projeto, o qual é apenas uma extensão da ponte já existente. Outro motivo, sendo o mais relevante para a comissão manter a empresa no certame, é para que houvesse ampla concorrência e consequentemente preço melhor ao município, objetivo maior da licitação, encaminhando-se o processo a Autoridade Superior da Administração, para que profira sua decisão a respeito do recurso.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitações, para os fins legais.

NEUZA FATIMA GIRELLI	ODETE GIRELLI MARCARINI	MARIO BENÍCIO VIVIANI
Presidente(a)	Secretário(a)	Membro

DECRETO Nº 034/2016

DECRETO Nº 034, de 08 de agosto de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

04.001.15.451.0020.1016	SEC. DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS		
04.001.15.451.0020.1016	SEC. DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS		
04.001.15.451.0020.1016	PAVIMENTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE RUAS E PRAÇAS		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00	
TOTAL		20.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		20.000,00	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro R\$ 20.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 08 de agosto de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 08 de agosto de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 035/2016

DECRETO Nº 035, de 15 de agosto de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.177,33.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 2.177,33 (dois mil cento e setenta e sete reais e trinta e três reais), do Superavit Financeiro e Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3370600	CAMINHO DA ESCOLA	2.055,83	
1370600	CAMINHO DA ESCOLA	121,50	
TOTAL		2.177,33	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		2.177,33	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro R\$ 2.055,83

Excesso de Arrecadação R\$ 121,50

TOTAL R\$ 2.177,33

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de agosto de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 15 de agosto de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 036/2016

DECRETO nº 036, de 15 de Agosto de 2016.

Revoga o Processo Licitatório – Tomada de Preços nº 25/2016, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, e com fundamento no art. 37, "caput" e inciso XXI, da Constituição Federal, e nos artigos 22, 23, 41, 43, 44, 45, 48 e 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e alterações posteriores; e

Considerando-se o que dispõe a Súmula 473/STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial");

Considerando-se que o Edital da Licitação não foi suficientemente claro em relação a descrição do objeto e dos critérios para aferição da qualificação técnica dos licitantes, oportunizando a contestação administrativa de sua interpretação e evidenciando possibilidades irrefutáveis de judicialização do certame, com comprometimento da tramitação normal do processo licitatório e instauração de insegurança jurídica

sobre o êxito da contratação para atendimento da necessidade pública evidenciada, em correspondente prejuízo ao Interesse Público; Considerando-se que a Assessoria Jurídica do Município, tendo analisado o processo, manifesta-se, em Parecer Jurídico fundamentado, pela revogação do processo licitatório, para posterior saneamento dos problemas verificados, mediante alteração, complemento ou correção do edital, e relançamento da licitação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório – Tomada de Preços nº 25/2016, por motivo de conveniência ou oportunidade, determinando-se a revisão dos termos de seu Instrumento Convocatório, especialmente para melhoria da descrição do objeto e dos critérios para aferição da qualificação técnica dos licitantes, com posterior relançamento da licitação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de Agosto de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 15 dias do mês de Agosto de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

EDITAL TOMADA DE PREÇOS N° 27-2016**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS****LICITAÇÃO N° 27/2016**

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA OBRA DE ARTE (AMPLIAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO BENEDITO NA RUA DA GLÓRIA, NÚCLEO URBANO SALTO DONNER, NO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC), EM CONCRETO ARMADO E PRÉ-MOLDADO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL.

MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ nº 79.373.775/0001-62, torna público que fará realizar na sua sede, situada na Rua Brasília, nº 02, centro, nesta cidade, no Setor de Compras, LICITAÇÃO sob a modalidade de TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, tipo "menor preço global", para contratação da melhor proposta para execução da obra em epígrafe, de acordo com as disposições infra, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, e pelas especificações e condições a seguir:

1 - DATA E HORÁRIOS:

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 06/09/2016

HORÁRIOS: até às 09:00 horas para entrega dos dois invólucros;

10:00 horas para início da Sessão Pública de abertura do invólucro nº 01 - da documentação – e demais atos da licitação.

2 - DO OBJETO:

2.1 – A presente licitação destina-se a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA OBRA DE ARTE (AMPLIAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO BENEDITO), EM CONCRETO ARMADO E PRÉ-MOLDADO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, como segue:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo Total com BDI
01	1,00	UNID.	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA OBRA DE ARTE (AMPLIAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO BENEDITO NA RUA DA GLÓRIA, NÚCLEO URBANO SALTO DONNER, NO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC), EM CONCRETO ARMADO E PRÉ-MOLDADO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, POR EMPREITADA GLOBAL, CONFORME ANEXOS DO EDITAL (PROJETOS E MEMORIAL DESCRITIVO)	R\$ 91.284,90
TOTAL GLOBAL MÁXIMO				R\$ 91.284,90

2.2 - Ao efetuar a proposta, o Licitante deverá estar ciente que está concordando com os termos do presente edital e, entende a Administração, que o mesmo tomou conhecimento do local da obra e da situação existente e que dispõe de equipamento e pessoal para execução da obra, conforme memorial descritivo geral.

2.2.1 – Para os fins deste Instrumento Convocatório, a parcela de maior relevância técnica e de valor significativo no objeto, é a execução da obra de arte em si (ou, conforme orçamento de materiais e serviços em anexo, a execução da infra e meso-estrutura e da supra-estrutura da obra licitada), pois dentro da engenharia, a obra de arte, como estrutura especial executada para vencer barreiras, tem valor técnico muito grande.

2.3 - A proposta deverá ser formulada respeitando os valores máximos unitários e global DOS QUANTITATIVOS, estipulados nos anexos, mesmo que a Licitação seja do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", sob pena de desclassificação.

3 - DA DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL:

3.1 – Juntamente com o Edital será disponibilizado:

- Modelo de Declaração (item 6.3, XIV) (Anexo I);
- Minuta do Contrato (Anexo II);
- Termo de Renúncia (Anexo III);
- Memorial descritivo, estimativa de custos, cronograma físico financeiro e projetos.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1 – Serão admitidas para participar desta licitação, interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior a data de recebimento das propostas, e ainda aqueles que cumprirem ao estabelecido no item 6.1 do edital, observada a necessária qualificação, não se admitindo consórcio ou sub-contratação.

4.2 – É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração direta do Município de Douror Pedrinho ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso.

4.3 – A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições do presente edital, de seus anexos e das normas que o integram, bem como no enquadramento destas condicionantes no objetivo social da empresa.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA:

5.1 – As licitantes deverão entregar, até a data, hora e local mencionados no item 1 deste edital, 02 (dois) invólucros distintos e fechados, contendo o primeiro – nº 01 – a Habilitação (documentos), e o segundo – nº 02 – a proposta comercial.

5.1.1 – Os invólucros deverão ser identificados, quanto ao seu conteúdo, constando preferencialmente:

EMPRESA: _____

E-MAIL DE CONTATO: _____

INVÓLUCRO Nº 01 – HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS)

TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2016

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO – SC

EMPRESA: _____

E-MAIL DE CONTATO: _____

INVÓLUCRO Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2016

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO – SC

5.2 – Não será concedida prorrogação de prazo para a apresentação dos envelopes de habilitação e da proposta, e nem permitidos adendos, troca ou complementos após a data e horário previstos no item 1 deste edital, sendo inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar todos os documentos necessários, ou desclassificadas as propostas em desacordo com o Edital, observadas as disposições deste Instrumento Convocatório e da Lei nº 8.666/93.

5.2.1 – É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos invólucros de habilitação e/ou proposta.

5.2.2 – Excetua-se da disposição dos itens anteriores, a aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo da necessidade de apresentação integral dos documentos no invólucro nº 01, inclusive da habilitação fiscal, mesmo com validade vencida ou que demonstrem situação irregular perante o Fisco.

5.3 – Se no dia previsto para apresentação da documentação e sua abertura não houver expediente na Prefeitura, as mesmas serão recebidas e abertas no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, obedecendo ao mesmo horário inicialmente previsto.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – Invólucro nº 01:

6.1 – PARA EMPRESAS NÃO PORTADORAS DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO:

- os documentos abaixo relacionados (6.3), exceto do inciso "I", que constituem a habilitação deverão ser apresentados também até 3 (três) dias antes do prazo constante no item 1 deste edital, em uma única via, podendo ser original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por funcionário do Setor de Compras desta Prefeitura, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para fins de cadastro e emissão do certificado de registro cadastral, ou serem entregues juntamente com os demais documentos de habilitação, exceto

o item "I", nas condições do item 5, fundado no parágrafo 9º do art. 22 da Lei nº 8.666/93.

6.2 – PARA EMPRESAS PORTADORAS DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO:

- os documentos abaixo relacionados (6.3), exceto dos inciso II e IV, que constituem a habilitação deverão ser apresentados até a data e horário constante no item 1 deste edital, nas condições do item 5.

6.3 - Dos Documentos de Habilitação:

I – Certificado de registro cadastral de fornecedor do Município de Doutor Pedrinho/SC;

II – Registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício;

III - Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

IV – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

V - Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

VIII – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício (2015);

IX – Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não anterior a 60 dias da data constante no item 1 deste edital, ou de acordo com o prazo de validade constante da mesma;

X – Registro ou inscrição na entidade profissional competente. A licitante deverá apresentar seu registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou no CAU - Conselho Regional de Arquitetura, através da Certidão de Pessoa Jurídica, em original ou cópia autenticada dentro de seu prazo de validade, providenciando-se posteriormente visto no CREA/CAU-SC no caso de empresas de outros Estados;

XI - Declaração formal da empresa licitante com indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

XII – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A licitante deverá, comprovar, possuir em seu quadro de pessoal (observar o item 6.3.2), na data prevista para a entrega da proposta, engenheiro ou arquiteto detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviço de engenharia para obra de arte (ponte), observadas as características gerais do objeto da licitação, comprovado através de Acervo Técnico emitido pelo CREA/CAU;

XIII – Declaração assinada pelo Responsável Técnico da licitante e pelo representante legal da mesma de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

XIV - Declaração de cumprimento ao art. 7º, inciso XXXIII, da CF (conforme modelo de que trata o Anexo I deste edital).

6.3.1 – As provas de regularidade fiscal que não constarem prazo de validade serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão. Acaso esteja implementado a emissão de certidão de regularidade conjunta da Fazenda Nacional, incluindo a regularidade com as contribuições previdenciárias, será considerado válido o mesmo documento para as duas exigências.

6.3.2 - O(s) acervo(s) ou atestado(s) só será(ão) aceito(s) se o profissional em pauta integrar o quadro da licitante na data marcada para a entrega dos envelopes, comprovado mediante apresentação da ficha de registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho, cópia da CTPS ou contrato de prestação de serviços, e para dirigente de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou do contrato social.

6.4 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos apresentados pela Internet, deverão ser apresentados em via Original. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do Processo Licitatório.

6.4.1 - Documentos emitidos pela internet ficarão sujeitos a confirmação de sua autenticidade, mediante diligência conduzida pela Comissão de Licitações.

6.5 - Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes do item 6.3 para Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo novamente na fase de Habilitação.

7 – DA PROPOSTA – Invólucro nº 02:

7.1 - A proposta deverá ser dirigida em idioma nacional, com valores em reais, apresentada em original, rubricada em todas as páginas, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, carimbada e assinada por representante legal da empresa, constando orçamento detalhado do preço unitário dos materiais e mão-de-obra.

7.2 – No preço deverão estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: responsabilidade técnica total, garantia (art. 618 do CC), pessoal, encargos sociais, materiais, sinalizações, transporte, seguros, ferramental e equipamentos necessários, incluindo material de proteção individual e tributos de qualquer natureza.

7.3 – O proponente deverá apresentar junto a proposta de preços, o Cronograma Físico-Financeiro, individualizando os itens (título da discriminação dos serviços) correspondentes as unidades de serviço a executar, etc., onde cada barra deverá ter perfeitamente definidos seus prazos de início e conclusão. Deverá ser indicada a distribuição de percentuais globais simples PGS (somatória do PG do mês) e os percentuais acumulados PGA (soma do PGS do mês e anteriores).

7.4 – A proposta deve informar validade por um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data fixada para o seu recebimento e abertura, prevalecendo este prazo em caso de omissão.

7.5 – Os quantitativos e itens apresentados no Projeto Básico e demais anexos deste Edital são estimados, ficando a encargo do licitante sua conferência, bem como seu complemento para integral execução do objeto licitado, sem aditivo de preços. O valor da proposta não poderá sofrer nenhuma correção/atualização no preço originalmente proposto, para execução integral da obra desta licitação.

7.5.1 – O pagamento de cada medição será realizado na forma do item 09 deste Edital.

7.5.2 – É de responsabilidade da licitante, por meio de seu Responsável Técnico, tomar conhecimento prévio de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento destas na execução da obra ou pleitear qualquer aditivo de preço em razão disso.

7.6 – Com base em levantamento de preços e serviços, a Administração estabelece o teto máximo de valores globais da referida obra em R\$ 91.284,90 (noventa e um mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos).

7.6.1 – Na formulação de sua proposta, o proponente deverá observar também o preço máximo dos itens que compõe o quantitativo, conforme fixado no Demonstrativo de Orçamento da obra.

7.7 – A licitante vencedora fica responsável pela matrícula da obra junto ao INSS e pelo recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) decorrentes da execução do objeto desta Licitação, devendo comprovar, mediante cópia das guias mensais, o seu pagamento mensal durante o prazo de contratação, bem como manter em dia sua regularidade fiscal, para fins de recebimento dos valores de cada medição aprovada.

7.7.1 – Sobre o valor de cada pagamento, será retido na fonte o Imposto Sobre Serviços, conforme estabelece a legislação local, bem como, se for o caso, a contribuição social relativa a seguridade social.

8 – DA ABERTURA E JULGAMENTO:

8.1 - A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

VI - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

8.1.1 - A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão. Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

8.1.2 - É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

8.1.3 - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II) e abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação,

salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.1.4 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

8.2 - As documentações e as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas pela Comissão Permanente de Licitações do Município, conforme preceitua este edital.

8.2.1 - A abertura dos invólucros nº 01 e 02 far-se-á em sessão pública, na qual cada componente poderá se fazer representar na mesa dos trabalhos, por seu dirigente ou pessoa devidamente credenciada por procuração com firma reconhecida. Nesta ocasião, todas as folhas constantes nos invólucros serão rubricadas pelos membros da Comissão e pelos representantes das proponentes presentes, que não o próprio. Após a abertura dos invólucros nº 01, os invólucros nº 02 ficarão em poder da Comissão devidamente rubricados no fecho.

8.2.2 - O exame da documentação do invólucro nº 01 será realizada pela comissão designada, resultante daí a habilitação ou inabilitação da licitante, conforme atenda integralmente ou não as exigências documentais para habilitação, ressalvadas a aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.2.1 - Antes de efetuar o julgamento da habilitação, a Comissão de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.3 - Da habilitação ou inabilitação do licitante e do julgamento das propostas cabem recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, conforme estabelece o art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações.

8.2.4 - Somente os concorrentes habilitados passarão a fase de abertura das propostas – invólucros nº 02. A licitante inabilitada receberá de volta seu invólucro da proposta, intacto, mediante recibo ou declaração constante na ata, quando declarará, se assim o entender, quanto à desistência do prazo recursal.

8.2.5 - Abertas as propostas, estas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas providências posteriores ou prorrogações em relação as exigências e formalidades previstas neste edital, ressalvada a aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006. Também não será admitida desistência da proposta após a fase de habilitação.

8.2.5.1 - Analisadas as propostas, a Comissão de Licitações fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

8.2.5.2 - Procedida à classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações suspenderá o julgamento das propostas e retomará a análise da habilitação fiscal desta proponente, acaso tenha apresentado irregularidade na primeira avaliação, intimando-a para promover, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período mediante requerimento justificado, a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.5.3 - Regularizada a habilitação fiscal pela licitante, a mesma será declarada vencedora do certame.

8.2.5.4 - Acaso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se a penalidade estabelecida neste Edital.

8.2.5.5 - Procedida à classificação provisória e verificado que o melhor preço não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do § 1º do art. 44 da LC nº 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

8.2.5.6 - Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, a Comissão de Licitações procederá da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.2.5.7 - O prazo para apresentação de nova proposta será de dois dias úteis, contados da intimação da licitante, sob pena de decadência do direito de inovar em seu preço.

8.2.5.8 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.3 - Em cada fase do julgamento, é direito da Comissão realizar diligências visando esclarecer o processo e realizar tantas reuniões públicas quantas forem necessárias.

8.4 - após a análise das propostas apresentadas a Comissão declarará vencedora a proponente que tendo atendido a todas as exigências do edital, apresentar o menor preço global;

8.5 - Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Se persistir empate entre os concorrentes, o desempate será feito mediante sorteio em ato público.

09 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1 - O pagamento de cada etapa será efetuado de acordo com a execução físico-financeira, após a aprovação de cada Boletim de Medição, mediante apresentação da relação de empregados e das guias de recolhimento de INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como, dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade, porém fica condicionado à liquidação da despesa e a disponibilidade financeira na conta própria. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentar a proposta vencedora da licitação.

9.1.1 – O preço não poderá sofrer nenhuma correção/atualização, permanecendo aquele originalmente proposto para execução integral da obra desta licitação.

9.2 - Será retido na fonte o imposto sobre serviços (ISS) incidente sobre o valor total da Nota Fiscal, de acordo com a legislação local, bem como, se for o caso, a contribuição social relativa a seguridade social.

10 – DO PRAZO:

10.1 – O prazo para assinatura do contrato será comunicado à licitante vencedora, pelo município, após esgotados os prazos recursais. O início da obra dar-se-á em até 15 (quinze) dias após a emissão da ordem de serviço pelo Município de Doutor Pedrinho.

10.2 – O contrato para execução terá vigência até 31/12/2016, podendo ter seu prazo prorrogado justificadamente, por meio de termo aditivo.

11 - DAS MEDIÇÕES:

11.1 - As medições serão realizadas em conformidade com a execução do cronograma físico-financeiro e aprovadas por uma Comissão de Fiscalização, acompanhamento da obra, de recebimento das etapas e definitivo do objeto, composta pelo Secretário de Obras, por servidor efetivo e pela Assessoria de Engenharia deste município, exceto em casos excepcionais, por outro agente designado a critério do Município.

12 - DAS PENALIDADES:

12.1 – O licitante, qualificado como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, incidirá em multa de 2% (dois por cento) da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da LC nº 123/2006.

12.2 - O contrato estabelecerá multas de:

I - 5% do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela Administração;

II – 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da obra e/ou na entrega da obra;

III – 10,0% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por parte da Contratada.

12.3 – A multa aplicada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município, da caução, ou cobrada administrativa ou judicialmente, após a notificação.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

13.1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Edital, a licitante vencedora obriga-se:

a) a aceitar acréscimos ou supressões que o Município realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante autorização por escrito da Secretaria de Obras do Município;

b) pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os materiais, transporte, ferramental e equipamentos necessários para execução dos serviços nos locais indicados no memorial descritivo anexo ao edital;

c) a refazer, a suas expensas, todo e qualquer serviço por má execução, trabalho defeituoso, acabamento insatisfatório ou executado fora das especificações técnicas, de acordo com o parecer da comissão de que trata o item 14 deste Edital, bem como responder, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo;

d) a fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente a segurança, medicina e higiene do trabalho;

e) apresentar a guia paga e a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento do INSS mensalmente, individualizada para obra, bem como a matrícula da obra e, ao final, a respectiva Certidão Negativa de Débito - CND;

f) confeccionar e instalar placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação ou aprovação da primeira medição;

g) deverá fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços objeto desta licitação e da execução da obra, impreterivelmente

no dia da assinatura do instrumento contratual;

h) manter o Diário de Obras sempre em dia e apresentar a cada semana para a Comissão fiscalizadora designada;

i) guardar e disponibilizar, para eventuais fiscalizações futuras dos Órgãos de Controle da Administração Pública, todos os documentos fiscais e jurídicos da empresa e das obras executadas na forma deste processo licitatório.

j) fornecer declaração informando o CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa licitante, impreterivelmente até o dia da assinatura do instrumento contratual;

k) fornecer declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (que veda pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria e assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas na LDO, comprovadas pelo proponente), impreterivelmente até o dia da assinatura do instrumento contratual.

14 – DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DA OBRA, RECEBIMENTO DAS ETAPAS E DEFINITIVO DA OBRA:

14.1 - Compete a comissão;

a) fiscalizar os serviços contratados, direta ou indiretamente, o que, em nenhuma hipótese, eximirá a licitante Contratada das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;

b) efetuar a medição dos serviços e/ou sua aprovação inicial, zelando pela qualidade e correção dos serviços executados;

c) solicitar o afastamento de profissional com comportamento inaceitável, a critério do município;

d) ter acesso livre para fiscalização e vistoria da obra.

14.2 – O Município poderá designar engenheiro responsável para efetuar o contido nas alíneas “a” até “d” do item anterior.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 – Os participantes da Licitação tem ciência que este projeto de obra de arte (ponte) é de autoria do Município de Doutor Pedrinho/SC, devendo ser utilizado única e exclusivamente para execução no local especificado, proibindo-se qualquer tipo de comercialização, reprodução ou reutilização, sob pena de incursão nos termos da Lei nº 9.610/98.

15.2 – O presente Edital e seus anexos, incluindo a minuta do contrato, são complementares entre si, qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

15.3 – Para os casos omissos no presente edital, prevalecerão os termos da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações em vigor.

15.4 – O Município reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação, sem que deste ato caiba qualquer indenização.

15.5 – Os recursos administrativos deverão obedecer ao disposto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações.

15.6 – As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão à conta das seguintes dotações do Orçamento-Programa 2016 do Município de Doutor Pedrinho/SC:

Código Dotação	Descrição
04	SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS
01	SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS
1009	CONST. REFORMAS DE PONTES, PONTILHOES E GALERIAS
44905199	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS

15.7 – Todas as alterações ou prorrogações do edital, serão publicadas na Imprensa Oficial (DOM/SC), se, aos interessados diretos não for dado ciência nos documentos respectivos.

15.8 – Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do telefone (47) 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 18 de agosto de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho - SC.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO (quanto ao cumprimento às normas relativas ao trabalho de menores)

DECLARAÇÃO

_____, (Nome da Empresa), CNPJ/MF nº _____
_____, sediada na _____

____ (Endereço Completo), DECLARA que não possui, em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

(Local e Data)

(Nome, Cargo/Função e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2016

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço à Rua _____, nº __, Bairro _____, cidade de _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA OBRA DE ARTE, de conformidade com a Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 27/2016, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis, e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA OBRA DE ARTE (AMPLIAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO BENEDITO NA RUA DA GLÓRIA, NÚCLEO URBANO SALTO DONNER, NO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC), EM CONCRETO ARMADO E PRÉ-MOLDADO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, POR EMPREITADA GLOBAL, tudo de conformidade com o Processo Licitatório nº 27/2016, Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo e regime de execução:

O início da obra dar-se-á em até 15 (quinze) dias após a emissão da ordem de serviço pelo MUNICÍPIO.

O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2016, prazo este prorrogável justificadamente, por meio de termo aditivo, na forma da Lei nº 8.666/93.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 27/2016, adotando-se o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ _____ (_____), de conformidade com a proposta vencedora da Licitação de Tomada de Preços p/Obras e Serviços de Engenharia nº 27/2016.

Os quantitativos e itens apresentados no Projeto Básico e demais anexos do Edital são estimados, ficando a encargo da CONTRATADA sua conferência, bem como seu complemento para integral execução do objeto licitado, sem aditivo de preços. O valor deste contrato não poderá sofrer nenhuma correção/atualização, mantidas as condições originais da proposta vencedora, para execução integral da obra/serviço licitado.

É de responsabilidade da CONTRATADA, por meio de seu Responsável Técnico, tomar conhecimento prévio de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e deste contrato, não podendo alegar desconhecimento destas na execução da obra ou pleitear qualquer aditivo de preço em razão disso.

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Pagamento:

O pagamento de cada etapa será efetuado de acordo com a execução físico-financeira, após a aprovação de cada Boletim de Medição, mediante apresentação da relação de empregados e das guias de recolhimento de INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como, dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade do MUNICÍPIO, porém fica condicionado à liquidação da despesa e a disponibilidade financeira na conta própria. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentar a proposta vencedora da licitação.

Será retido na fonte o imposto sobre serviços (ISS) incidente sobre o valor total da Nota Fiscal, de acordo com a legislação local, bem como, se for o caso, a contribuição social relativa a seguridade social.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento-Programa 2016 do MUNICÍPIO:

Código Dotação	Descrição
04	SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS

01	SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS
1009	CONST. REFORMAS DE PONTES, PONTILHOES E GALERIAS
44905199	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – Do Direito de Fiscalização:

O MUNICÍPIO exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, conforme previsto no Edital da licitação, sendo que isto em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das suas responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

Os atos da fiscalização a ser efetuada pelo MUNICÍPIO será apresentado por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Responsabilidade da CONTRATADA:

Sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no Edital de licitação ou neste instrumento, a CONTRATADA responsabilizar-se-á, ainda:

- a) pela aceitação dos acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO realizar por escrito, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- b) pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os materiais, transporte, ferramental e equipamentos necessários para execução dos serviços nos locais indicados no memorial descritivo anexo ao Edital da licitação;
- c) em refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço reprovado por má execução, trabalho defeituoso, ou com acabamento insatisfatório, bem como por execução fora das especificações técnicas, além de responder, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo;
- d) em fornecer e obrigar os empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individual, bem como as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;
- e) em apresentar as guias de encargos sociais devidamente pagas, inclusive a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento da Previdência Social (INSS);
- f) em fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços objeto da licitação, e da execução da obra, estes na ocasião da assinatura do presente instrumento contratual;
- g) em providenciar o certificado de matrícula da obra junto ao INSS, e pela entrega da respectiva CND na conclusão da obra, se for o caso;
- h) em confeccionar e instalar as placas indicativas, sinalizadores, as barreiras, os sinais vermelhos, os sinais de perigo, os sinais de desvio dentre outros, sendo que estes materiais deverão ser quantitativamente suficientes para garantir a segurança das pessoas e da execução da obra;
- i) atender todas as orientações e cumprir as recomendações e notificações do agente designado pelo MUNICÍPIO ou da Comissão responsável pela fiscalização, acompanhamento da obra, recebimento das etapas e definitivo da obra;
- j) manter o Diário de Obras sempre em dia e apresentá-lo a cada semana para os agentes do MUNICÍPIO; e
- k) guardar e disponibilizar, para eventuais fiscalizações futuras dos Órgãos de Controle da Administração Pública, todos os documentos fiscais e jurídicos da empresa e das obras executadas na forma deste instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo MUNICÍPIO, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I – o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;

II – o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início e/ou na entrega da obra;

III – o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por culpa ou iniciativa da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa dos valores devidos pelo MUNICÍPIO, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para o MUNICÍPIO.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo MUNICÍPIO, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do MUNICÍPIO, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o MUNICÍPIO, e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo do MUNICÍPIO). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Acompanhamento Do Contrato:

Será designado uma comissão para acompanhar e fiscalizar o presente contrato, dela fazendo parte o Engenheiro Civil que assessora o MUNICÍPIO, ressalvado a aplicação do disposto no Edital da Licitação nº 27/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Município de Doutor Pedrinho (SC), ____ de _____ de 2016.

MUNICÍPIO CONTRATADA
HARTWIG PERSUHN - PREFEITO REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ANEXO III

TERMO DE RENÚNCIA (Modelo)

À
Comissão de Licitações do MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

TERMO DE RENÚNCIA

A proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 27/2016 do MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu representante legal, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, e demais regulamentações, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitações, que julgou:

() as propostas;

() os documentos de habilitação.

Desta forma, renunciamos, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório.

Local, ____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

JULGAMENTO DE RECURSO 25-2016

LICITAÇÃO nº 25/2016 – TOMADA DE PREÇOS

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES QUE INABILITOU A EMPRESA LICITANTE:

Recorrente: HABITARK ENGENHARIA LTDA

Diante da análise do recurso administrativo e dos autos da licitação, em especial pelas razões de mérito e de direito apontadas no Parecer Jurídico, confirmo a decisão adotada pela Comissão de Licitações em 20/07/2016 quanto à inabilitação da empresa HABITARK ENGENHARIA LTDA, frente ao desatendimento da exigência editalícia prevista no item 6.3, XII, do certame em epígrafe, bem como rejeito a reconsideração daquela decisão na forma da Ata emitida pela Comissão de Licitações nesta data.

Desta forma, conheço do recurso administrativo apresentado pela recorrente acima identificada e, no mérito, nego-lhe provimento.

P.R.I.

Retorne os autos à Comissão de Licitações para cumprimento deste despacho, inclusive com intimação dos licitantes, cientificada que será editado ato para revogação do certame.

Doutor Pedrinho (SC), 15 de Agosto de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1097/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1097/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 22/2016

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO, JARDINAGEM, LIMPEZA E MANUTENÇÃO GERAIS NO PERÍMETRO URBANO E PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 22 de agosto de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:00 horas do dia 31 de agosto de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 12 dias do mês de agosto de 2016.

ROGERIO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1098/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1098/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 23/2016

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE EXAMES LABORATORIAIS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTADAS NA TABELA AMB92 ANEXADA NO EDITAL.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 22 de agosto de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 31 de agosto de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 12 dias do mês de agosto de 2016.

ROGERIO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 123/PMF/2016

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 123/PMF/2016

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 123/PMF/2016. A retificação se dá na inclusão do seguinte documento de habilitação, como se segue:

7.1.7. Habilitação Técnica

a. Apresentar licença ambiental vigente do órgão ambiental competente. Conforme Resolução Consema nº 14 de 2012.

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Mantém-se a data de abertura do processo licitatório: 22 de agosto de 2016 às 09:00 horas, conforme edital.

Forquilha, 18 de agosto de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 66/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 66/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 38/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA TRÊS BRAÇAS LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestar serviços de revestimento asfáltico de Parte na Rodovia Emma de Cesaro Cavaler Minatto, no Município de Forquilha/SC, conforme proposta nº 16044/2015 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma junto ao Município de Forquilha, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Em razão dos motivos supracitados, fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de execução do contrato 38/PMF/2016 de 14/08/2016 para 12/11/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 10/02/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 12 de agosto de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 10/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 07/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 15/02/2017

3ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16PMF101

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF101
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
Valor : 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)
Vigência : Início: 12/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 18 de Agosto de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF102

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF102
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP
Valor : 6.326,00 (seis mil trezentos e vinte e seis reais)
Vigência : Início: 15/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 118/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE CAFÉ E AÇÚCAR, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).

Fraiburgo, 18 de Agosto de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0022-2016 DOM

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0022/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0022/2016
Processo Administrativo Licitatório nº 0233/2016 – PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de piso de concreto armado, polido, medindo 448,00 m², para instalação de Equipamentos para Academia de Saúde ao Ar Livre, na Avenida Carlos Maister, no Bairro das Nações, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 06.09.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até às 09:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 09:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus. Fraiburgo(SC), 18 de agosto de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito.

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0023-2016 DOM

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0023/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0023/2016
Processo Administrativo Licitatório nº 0238/2016 – PMF
Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de sistema preventivo de incendio e construção de estrutura elevada para caixa d'água, para regularização do prédio do Centro de Educação Infantil Faxinal dos Carvalhos, localizada na Fb 280, na localidade do Faxinal interior do município, dentro das normas do corpo de bombeiros, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 09.09.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até às 09:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 09:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus.

Fraiburgo(SC), 18 de agosto de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0019_2016-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0236/2016 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0019/2016
Objeto: Contratação de serviços de Elaboração de Diagnóstico Socioambiental no Perímetro Urbano do município, visando nortear as políticas urbanas a partir da identificação de áreas urbanas consolidadas, áreas de interesse ecológico relevante e áreas de risco. O referido estudo vai apresentar os principais elementos da área de interesse, de modo a subsidiar as ações para o desenvolvimento urbano e regional, em consonância com as Leis Municipais; nos termos da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009; Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e sob as orientações do Parecer Técnico do Ministério Público de Santa Catarina no 34/2014/GAM/CIP. Contratada: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, inscrita no CNPJ sob nº 12.075.748/0001-32. Valor Total: R\$ 40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais). Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura. Data da Assinatura: 18/08/2016. Fundamento legal: Artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6017/07.

Fraiburgo(sc), 18 de agosto de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0123_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0123/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de calçado ocupacional de uso profissional tipo bota para os Bombeiros do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo – FUNREBOM. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 05.09.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de agosto de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0124_2016-RP 0077 PMF-DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0124/2016– PMF

Registro de Preços Nº 0077/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa para prestação de serviços de lavagem de postes, praças e prédios públicos (ficará a cargo do município a disponibilidade de água e energia elétrica), pintura de postes ornamentais com material a ser fornecido pelo município, pintura de praças e prédios públicos, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo). Vigência da Ata: setembro de 2016 a fevereiro de 2017. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 01.09.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 18 de agosto de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

CT16PMF112**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF112

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA

Valor : 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência : Início: 16/08/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 111/2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E CADEIRAS PARA USO NA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

Fraiburgo, 18 de Agosto de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF136**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº..... : TA16PMF136 - Contrato Nº: CT15PMF114

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Vigência : Início: 04/08/2016 Término: 05/10/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Nº.: 17/2015.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º INCISO I DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO CIVIL SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.2) DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA

DE 05.10.2016.

Fraiburgo, 18 de Agosto de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF142**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF142 - Contrato Nº: CT15PMF126

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Vigência : Início: 09/08/2016 Término: 07/10/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Nº.: 20/2015.

Objeto : O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, II E 2º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, CONFORME SOLICITAÇÃO DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 07.10.2016.

Fraiburgo, 18 de Agosto de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF143**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF143 - Contrato Nº: CT14PMF145

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME

Valor : 38.355,86 (trinta e oito mil trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)

Vigência : Início: 10/08/2016 Término: 20/09/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Nº.: 17/2014.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA (ANEXO AO PROCESSO), SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, RESULTANDO EM ACRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 38.355,86 (TRINTA E OITO MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS).

Fraiburgo, 18 de Agosto de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF144

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF144 - Contrato Nº: CT14PMF145
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME
Valor : 12.653,77 (doze mil seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos)
Vigência : Início: 10/08/2016 Término: 20/09/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 17/2014.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA (ANEXO AO PROCESSO), SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, RESULTANDO EM DECRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 12.653,77 (DOZE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS).

Fraiburgo, 18 de Agosto de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF145

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF145 - Contrato Nº: CT16PMF55
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA
Valor : 5.773,68 (cinco mil setecentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos).
Vigência : Início: 15/08/2016 Término: 25/08/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2016.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA (ANEXO AO PROCESSO), SR. ANDRE CARLOS CHELLI, RESULTANDO EM DECRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 5.773,68 (CINCO MIL, SETECENTOS E SETENTA E TRES REASI E SESENTA E OITO CENTAVOS).

Fraiburgo, 18 de Agosto de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº 830/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).**

DECRETO Nº. 830/2016, 15 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12º, inciso II, da lei nº 838/2015 de 26/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	2.074	Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
138	3.3.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
	TOTAL		R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	2.074	Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
137	4.4.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
	TOTAL		R\$ 20.000,00

Frei Rogério, 15 de agosto de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 831/2016 "RATIFICA A RESOLUÇÃO N. 0058/2016 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO-AMURC E HOMOLOGA O VALOR DA TERRA NUA-VTN PARA FINS DE INCIDÊNCIA DO ITR 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 831/2016 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

"RATIFICA A RESOLUÇÃO N. 0058/2016 DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO-AMURC E HOMOLOGA O VALOR DA TERRA NUA-VTN PARA FINS DE INCIDÊNCIA DO ITR 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de cumprimento dos termos do Convênio fixado entre o Município de Frei Rogério e a Receita Federal do Brasil-RFB, no tocante a municipalização do ITR;

CONSIDERANDO as decisões adotadas pelo Conselho Deliberativo da Associação dos Municípios da Região do Contestado-AMURC no tocante a fixação do valor consolidado regionalmente para a Terra Nua-VTN, para fins de incidência do ITR 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla publicidade dos valores de referência para a formação do Valor da Terra Nua-VTN para o ano de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam ratificados os termos da Resolução n. 0058/2016 da Associação dos Municípios da Região do Contestado-AMURC, e homologados os valores de referência para a formação do Valor da Terra Nua-VTN constantes do anexo II da referida Resolução, com base nas Instruções Normativas n. 1.562/2015 e 1.640/2016 da Receita Federal do Brasil/RFB.

Art. 2º - Fica fazendo parte inseparável do presente Decreto a Resolução n. 0058/2016 e seus anexos, da Associação dos Municípios da Região do Contestado-AMURC.

Frei Rogério, 17 de agosto de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 0058/2016**RESOLUÇÃO 0058/2016**

"FIXA VALORES REFERENCIAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO E DECLARAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR 2016) MEDIANTE A FIXAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR DA TERRA NUA (VTN 2016/ITR) PARA OS MUNICÍPIOS DA AMURC (SANTA CECÍLIA, PONTE ALTA DO NORTE, SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, FREI ROGERIO E CURITIBANOS) EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO NORMATIVA 1.562/2015 E INSTRUÇÃO NORMATIVA 1.640/2016 DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Conselho Deliberativo da Amurc, Associação dos Municípios da Região do Contestado, em conformidade com as suas atribuições estatutárias, diante da necessidade de fixação do Valor da Terra Nua (VTN/ITR 2016) inerente à política de administração do Imposto Territorial Rural conforme fixa a Instrução Normativa 1.562/2015 e a Instrução Normativa 1.640/2016 da receita Federal do Brasil e considerando ainda:

1. Que a Instrução Normativa 1.562 da Receita Federal do Brasil requer dos entes municipais providências quanto a fixação do "Valor da Terra Nua", o VTN, para a justa e ordenada administração do Imposto Territorial Rural, o ITR, na condição de interesse estratégico no setor de arrecadação de tributos municipais e atendimento dos convênios fixados entre a União e os entes municipais;

2. Considerando as normatizações expressas na Instrução Normativa 1.640/2016 da Receita Federal do Brasil como obrigações conexas à Instrução Normativa 1.562/2015;

3. Considerando a dificuldade técnica enfrentada pelos municípios para a fixação isolada de metodologia adequada à aferição dos valores tangentes ao VTN em cada município e a exitosa prática metodológica de consolidação regional do VTN realizada pela Amurc no ano de 2015 na administração de parâmetros regionais de fixação do VTN; a ampla publicidade sobre valores de referência e processos de declaração do imposto;

4. Considerando que a matéria é de interesse estratégico dos municípios da Amurc em face de sua repercussão sobre a receita tributária municipal e que o tema tange matéria de interesse estratégico da Amurc em sua função de auxiliar os municípios na estruturação da gestão tributária e definição de estratégia regional de administração de tributos e incremento das receitas municipais;

5. Considerando que o Conselho Deliberativo da Amurc e o Colegiado de Secretários de Administração da Amurc promoveu debate sobre fixação do VTN para os municípios da Amurc, orientando pela atualização monetária dos valores mediante aplicação de índice nacional; que os colegiados atestaram pela manutenção dos parâmetros técnicos anteriormente fixamos para a fixação dos preços de referência e considerando que os levantamentos organizados pela Amurc tomaram em referência os seguintes dados:

a) A análise de preços de mercado realizada em fórum de debate convocado para analisar a matéria com face na prática de preços apresentada na região e a constatação de que não há variações significativas na prática de preços;

b) Os valores de mercado para comercialização de terras conforme disponibilizado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) reconhecidos como adequados para o referenciamento geral da matéria;

c) O levantamento de preços auferidos por LAUDO de corretor contratado pela Amurc no ano de 2015 com a finalidade de fixar valores indicativos à formação do VTN na região da Amurc, conforme os anexos I, II, III, IV e V da Resolução 1.562/2015;

d) Que a manutenção dos parâmetros de preços praticados exige unicamente a atualização monetária por intermédio da aplicação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor;

6. Considerando que a prática de mercado e preços praticados regionalmente no presente momento resta inalterada em relação ao período de 2015 permite manter em vigência o laudo técnico de referência utilizado no ano de 2015, aplicando sobre os valores neles estimados o INPC do período;

6. Considerando que atualização monetária dos valores de referência do VTN exige a aplicação do índice de 9,4929% (nove virgula quatro, nove, dois, nove) conforme fixado no site oficial do INPC disponível em <http://www.portalbrasil.net/inpc.htm> correspondendo ao acumulado no período de Agosto/2015 a Junho de 2016

A AMURC RESOLVE:

Art.1º. Ratificar como índice oficial de atualização do VTN (Valor da Terra Nua) inerente à declaração do Imposto Territorial Rural (ITR/2016) o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o INPC e fixando o percentual da atualização à razão de 9,4929% (nove virgula quatro, nove, dois, nove) conforme constante Anexos da presente resolução.

Art.2º. Aprovar como valores de referência para a formação do Valor da Terra Nua – VTN nos municípios integrantes da Amurc (Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Frei Rogério e Curitibaanos), os valores dispostos nas tabelas constantes dos ANEXOS I, II, III, IV e VI, partes integrantes e inseparáveis da presente Resolução, dando-lhe ampla publicidade e registro junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM.

Art.3º. Remeter a tabela em anexo, contendo informações sobre os Municípios de Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Frei Rogério e Curitibaanos para conhecimento da Receita Federal do Brasil – Delegacia de Lages.

Art.4º. Remeter cópia das informações aos Municípios da Amurc, recomendando a ratificação do mesmo por intermédio de ato oficial e público a ser confirmado junto a Receita Federal do Brasil em Lages, SC.

Art.5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibaanos, SC, 29 de Julho de 2016.

RUI BRAUN - Representante Legal da AMURC
DIRETOR EXECUTIVO DA AMURC

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e remetida à publicação oficial do DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – DOM e afixada em mural no dia 02 de Agosto de 2016. Contém em anexo cinco tabelas de valores do VTN dos municípios da Amurc.

Luana Ferreira
Assistente Administrativa da Amurc

ANEXO I

TABELA DE VALORES DO VTN DOS MUNICÍPIOS DA AMURC.
TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN
MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SC

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha) Índice de atualização: 9,4929%
---------------------------------	--

I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 17.737,00
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 12.217,00
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 10.894,00
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.109,00
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 7.664,00
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.598,00

ANEXO II
TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN
MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO - SC

QUALIFICAÇÃODOPERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 17.737,00
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 12.217,00

III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 10.894,00
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.109,00
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 7.664,00
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.598,00

ANEXO III
TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL - SC

QUALIFICAÇÃODOPERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 15.898,00
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 12.217,00
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 10.894,00
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.109,00
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 9.306,00

VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.598,00
---	-----------------

ANEXO IV

TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN
MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE - SC

QUALIFICAÇÃODOPERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 15.898,00
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 12.217,00
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 10.894,00
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.109,00
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 9.306,00
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.598,00

ANEXO V

TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN
MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA - SC

QUALIFICAÇÃODOPERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 15.898,00
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 12.217,00
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 10.894,00
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.109,00
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 9.306,00
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.598,00

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 125/2016; DL nº. 22/2016; Contratada: IRANI MACHADO; CPF: 743.622.329-15; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 4.432,55 (Quatro mil quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 18/08/2016.

DECRETO Nº 151/2016.

DECRETO N.º 151, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 90.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO
10.000,00

0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito
10.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
10.000,00

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
40.000,00

0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração
40.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
40.000,00

06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
10.000,00

04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade
10.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
10.000,00

12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
30.000,00

20606482.059 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca
30.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	10.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito	10.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	40.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	40.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	10.000,00
04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade	10.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	30.000,00
20606482.059 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca	30.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 67/2016. Processo nº 125/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: IRANI MACHADO; CPF N.º 743.622.329-15. Objeto: É objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de

educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública n.º 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 4.432,55 (Quatro mil quatrocentos e trinta e reais e cinquenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 18/08/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 36/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº01 AO CONTRATO Nº 36/2016; Processo n.º. 75/2016; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: BAUER ENGENHARIA LTDA S.S, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.764.139/0001-13; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 36/2016 até o dia 31/12/2016, conforme solicitado pela Secretaria de Infra Estrutura deste Município. Data da Assinatura: 18/08/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE GAROPABA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º termo aditivo. Contrato de Concessão para Prestação do Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Garopaba. Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: Antonio Sergio Fernandes, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.429.160/0001-90; Objeto: Prorrogar o prazo do Contrato de Concessão para Prestação do Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Garopaba, até o dia 31/12/2016, contados a partir da assinatura deste Termo aditivo. Data da Assinatura: 25/07/2016.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO FMS Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 007/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para a aquisição de refeições para os plantonistas (motoristas, técnicos de enfermagem e vigia noturno) da Unidade de Pronto Atendimento de Garuva, conforme informações contidas no edital.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 30/08/2016 às 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 17 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/2016

PORTARIA Nº 114, de 16 de agosto de 2016.
"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, processo nº. 1953/2016;
CONSIDERANDO, ofício 078/2016 da Secretaria de Educação;
CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença, por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 105 (cento e cinco) dias, conforme laudos médicos, à servidora pública municipal FERNANDA OLIVEIRA SALES, ocupante do cargo de Merendeira, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 27 de Junho de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119/2016

PORTARIA Nº 119 de 18 de agosto de 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 91/2016 de 30 de junho de 2016;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, desistência por escrito de candidatos;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para os cargos de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer, no prazo legal, no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 07:30 às 13:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade – (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia AUTENTICADA do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);

- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
- 18) Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);
- 19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);
- 20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
- 21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
- 22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho;
- 23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto a Cooperativa de Crédito - SICREDI, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
- 24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.
- 25) Ficha salário família (Fornecida pelo RH)

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram

nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Fica revogada a Portaria 113 de 16 de agosto de 2016.

ART. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

ANEXO I - Portaria 113/2016
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Professor Nível II - Anos Iniciais

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
173001169	GISELLE SANTOS LOPES	11º

Cargo: Professor Nível II - Educação Infantil

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
173000368	LEONI APARECIDA VALIATTI STONOGA	12º
173000322	SILMARA FRANCIELI ZOCCHETTO DA SILVA	13º

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 21/2016

RESOLUÇÃO Nº 21/2016

Dispõe sobre Exoneração de Servidor Jayson Edgar Correa.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 8º e 50, paragrafo 3º, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º - Exonera o Servidor Jayson Edgar Correa do Cargo de Assessor de Gabinete, nomeado pela Resolução 05/2016.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 18 de Agosto de 2016.

Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa

Gaspar

PREFEITURA

LEI Nº 3.719, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº 3.719, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A DESAPROPIAR IMÓVEIS COM A FINALIDADE DE EFETUAR A LIGAÇÃO ENTRE AS RUAS PREFEITO JÚLIO SCHARAMM E CLARA BITTENCOURT.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a desapropriar ou adquirir, por via judicial ou amigável, nos termos da alínea "i" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, os seguintes imóveis:

I – pertencentes a Ivo Carlos Duarte, inscrito no CPF sob o nº 162.238.889-53:

a) um imóvel situado na cidade de Gaspar, sito à Avenida Deputado Francisco Mastella, Bairro Sete de Setembro, contendo área de 1.364,07 m² (Um mil trezentos e sessenta e quatro metros e sete decímetros quadrados); inicia-se se no ponto 2; desse segue por linha seca confrontando com terras de Ivo Carlos Duarte, matrícula nº 19.754 com o azimute de 94°00'14", com o ângulo interno de 89°55'17" e a distância de 15,00 m até o ponto 18; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 183°55'31", com o ângulo interno de 90°04'43" e a distância de 19,68 m até o ponto 19; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 185°08'10", com o ângulo interno de 178°47'21" e a distância de 19,27 m até o ponto 20; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 187°05'13", com o ângulo interno de 178°02'57" e a distância de 25,34 m até o ponto 21; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 189°32'43", com o ângulo interno de 177°32'31" e a distância de 22,85 m até o ponto 22; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 192°14'58", com o ângulo interno de 177°17'45" e a distância de 3,64 m até o ponto 23; desse segue por linha seca confrontando com terras de Hamilton Artur Krauss, matrícula nº 14.552 com o azimute de 272°55'56", com o ângulo interno de 99°19'01" e a distância de 15,20 m até o ponto 7; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 12°14'58", com o ângulo interno de 80°40'59" e a distância de 5,74 m até o ponto 6; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 9°32'43", com o ângulo interno de 182°42'15" e a distância de 22,18 m até o ponto 5; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 7°05'13", com o ângulo interno de 182°27'29" e a distância de 24,77 m até o ponto 4; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 5°08'10", com o ângulo interno de 181°57'03" e a distância de 18,86 m até o ponto 3; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 3°55'31", com o ângulo interno de 181°12'39" e a distância de 19,54 m até o ponto 2; início da descrição do perímetro conforme escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar sob o nº R-6-14.553;

b) um imóvel situado na cidade de Gaspar sito à Avenida Deputado

Francisco Mastella, Bairro Sete de Setembro, contendo área de 812,20 m² (oitocentos e doze metros e vinte decímetros quadrados); inicia-se no ponto V3; desse segue por linha seca com o azimute de 93°58'31" com o ângulo interno de 89°21'20" e a distância de 3,45 m, confrontando com área a permutar, até o ponto V4; desse segue por linha seca com o raio de 15,24, com o ângulo interno de 154°17'11" e a distância de 14,16 m, confrontando com área a permutar, até o ponto V5; desse segue por linha seca com o azimute de 183°28'13" com o ângulo interno de 116°13'06" e a distância de 39,37 m, confrontando com a Avenida Deputado Francisco Mastella, até o ponto V6; desse segue por linha seca com o raio de 9,00, com o ângulo interno de 134°58'24" e a distância de 14,20 m, confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Gaspar, registrado sob a Matrícula n019.853, até o ponto V7; desse segue por linha seca com o azimute de 273°51'08" com o ângulo interno de 134°39'05" e a distância de 6,69 m, confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Gaspar, registrado sob a Matrícula n019.853, até o ponto V8; desse segue por linha seca com o azimute de 4°12'41" com o ângulo interno de 89°38'26" e a distância de 12,16 m, confrontando com a propriedade de Ivo Carlos Duarte, registrado sob a matrícula 27.049, até o ponto V16; desse segue por linha seca com o azimute de 3°19'20" com o ângulo interno de 180°53'21" e a distância de 24,93 m, confrontando com a propriedade de Ivo Carlos Duarte, registrado sob a matrícula 27.049 até o ponto V17; desse segue por linha seca com o azimute de 3°19'51" com o ângulo interno de 179°59'29" e a distância de 17,31 m, confrontando com a propriedade de Ivo Carlos Duarte, registrado sob a matrícula 27.049, até o ponto V3; início da descrição do perímetro, conforme escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar sob o nº 27.049;

II – pertencente a Hamilton Artur Krauss, inscrito no CPF sob o nº 351.820.759-87: um imóvel situado na cidade de Gaspar, sito à Avenida Deputado Francisco Mastella, Bairro Sete de Setembro, com área de 1.931,93 m² (um mil novecentos e trinta e um metros e noventa e três decímetros quadrados); inicia-se se no ponto 2; desse segue por linha seca confrontando com terras de Ivo Carlos Duarte com o azimute de 92°01'31", com o ângulo interno de 100°13'26" e a distância de 15,24 m até o ponto 35; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 192°14'58", com o ângulo interno de 79°46'34" e a distância de 17,84 m até o ponto 34; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 194°20'02", com o ângulo interno de 177°54'56" e a distância de 11,75 m até o ponto 33; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 196°15'13", com o ângulo interno de 178°04'49" e a distância de 10,21 m até o ponto 32; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 198°46'14", com o ângulo interno de 177°28'59" e a distância de 19,02 m até o ponto 31; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 201°30'33", com o ângulo interno de 177°15'41" e a distância de 18,96 m até o ponto 30; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 204°21'14", com o ângulo interno de 177°09'19" e a distância de 22,81 m até o ponto 29; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 207°22'01", com o ângulo interno de 176°59'13" e a distância de 15,72 m até o ponto 28; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 209°06'09", com o ângulo interno de 178°15'51" e a distância de 11,67 m até o ponto 27; desse segue

por linha seca confrontando com a Área Remanescente 02 com o azimute de 211°09'05", com o ângulo interno de 177°57'05" e a distância de 0,47 m até o ponto 26; desse segue por linha seca confrontando com a Rua Prefeito Júlio Schramm com o azimute de 272°05'22", com o ângulo interno de 119°03'43" e a distância de 17,16 m até o ponto 11; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 31°09'05", com o ângulo interno de 60°56'17" e a distância de 8,53 m até o ponto 10; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 29°06'09", com o ângulo interno de 182°02'55" e a distância de 11,18 m até o ponto 9; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 27°22'01", com o ângulo interno de 181°44'09" e a distância de 15,10 m até o ponto 8; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 24°21'14", com o ângulo interno de 183°00'47" e a distância de 22,05 m até o ponto 7; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 21°30'33", com o ângulo interno de 182°50'41" e a distância de 18,23 m até o ponto 6; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 18°46'14", com o ângulo interno de 182°44'19" e a distância de 18,33 m até o ponto 5; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de 16°15'13", com o ângulo interno de 182°31'01" e a distância de 9,63 m até o ponto 4; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente 01 com o azimute de

14°20'02", com o ângulo interno de 181°55'11" e a distância de 11,23 m até o ponto 3; desse segue por linha seca confrontando a Área Remanescente 01 com o azimute de 12°14'58", com o ângulo interno de 182°05'04" e a distância de 14,86 m até o ponto 2; início da descrição do perímetro, conforme escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar com o registro nº R-7-14.552.

Art. 2º As desapropriações dos imóveis descritos nos incisos do artigo 1º desta Lei possuem como finalidade efetuar a ligação entre as ruas Prefeito Júlio Schramm e Clara Bittencourt, evitando cruzamentos com a rodovia estadual, conforme previsão no Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Gaspar.

Art. 3º As despesas decorrentes da aquisição dos imóveis acima descritos correrão por conta da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 18 de agosto de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO MUNICIPAL

SEGUNDO ADITIVO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2016

Edital de Credenciamento 02/2016

Segundo Aditivo

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME DE GASPAR/SC e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Credenciamento nº 02/2016, em especial o ANEXO II - TABELA DE QUANTITATIVO DE VALORES, foi ALTERADO, dispondo no presente ADITIVO, as novas condições de sua realização.

1. Justificativa.

1.1. Foi identificado pelos técnicos da Fundação Municipal de Esportes que o Anexo II - TABELA DE QUANTITATIVO DE VALORES não contemplava os valores para modalidade esportiva handebol.

1.2. Como a referida modalidade faz parte do calendário de eventos esportivos do Município, é necessária a alteração do Edital para não prejudicar o calendário de eventos previstos para o exercício 2016.

2. Das alterações.

1. 2. 2.1. Fica alterada a partir da data de publicação deste Termo Aditivo, a Tabela Constante do Anexo II do Edital de Credenciamento nº 02/2016, ficando conforme disposto em Anexo.

3. Das disposições finais.

1. 2. 3. 3.1. As demais cláusulas e condições do Edital e Anexos permanecem inalteradas.

3.2. O presente Aditivo é parte integrante do Edital, independentemente de transcrição.

Gaspar, 18 de agosto de 2016.

MARCELO FONTES SCHRAMM

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar/SC

MARLENE ALMEIDA

Secretária Municipal de Educação de Gaspar/SC

ANEXO II

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2016

Tabela de Quantitativo de Valores

CATEGORIA ADULTO MUNICIPAL E REGIONAL							
MODALIDADE	PROFISSIONAL	PADRÃO	CATEGORIA				
			I	II	III	IV	V
ATLETISMO	ÁRBITRO GERAL	DIÁRIA	220,00	230,00	240,00	250,00	265,00
ATLETISMO	ÁRBITRO DE PROVA	DIÁRIA	100,00	105,00	110,00	115,00	120,00
BEACH SOCCER	ÁRBITRO/MESÁRIO	DIÁRIA	220,00	230,00	240,00	250,00	265,00

FUTSAL	ÁRBITRO/MESÁRIO	DIÁRIA	220,00	230,00	240,00	250,00	265,00
HANDEBOL	ÁRBITRO/MESÁRIO	DIÁRIA	220,00	230,00	240,00	250,00	265,00
SKATE	ÁRBITRO GERAL	DIÁRIA	220,00				
SKATE	ÁRBITRO	DIÁRIA	100,00				
TÊNIS DE MESA	ÁRBITRO GERAL	DIÁRIA	220,00	230,00	240,00	250,00	265,00
TÊNIS DE MESA	ÁRBITRO	DIÁRIA	100,00	105,00	110,00	115,00	120,00
VÔLEI DE PRAIA	ÁRBITRO/MESÁRIO	DIÁRIA	220,00	230,00	240,00	250,00	265,00
VOLEIBOL	ÁRBITRO/MESÁRIO	DIÁRIA	220,00	230,00	240,00	250,00	265,00
XADREZ	ÁRBITRO	DIÁRIA	220,00	230,00	240,00	250,00	265,00
FUTEBOL	ÁRBITRO	JOGO	250,00				
FUTEBOL	ÁRBITRO AUXILIAR	JOGO	100,00				
FUTEBOL	MESÁRIO	JOGO	50,00				
FUTEBOL SUÍÇO	ÁRBITRO	JOGO	120,00				
FUTEBOL SUÍÇO	MESÁRIO	JOGO	45,00				
JOGOS DE MESA	ÁRBITRO	DIÁRIA	100,00				
TACO	ÁRBITRO	DIÁRIA	100,00				
BOCHA	ÁRBITRO	DIÁRIA	220,00				
BOCHA	ÁRBITRO	JOGO	40,00				

CATEGORIA DE BASE MUNICIPAL E REGIONAL

MODALIDADE	PROFISSIONAL	PADRÃO	CATEGORIA				
			I	II	III	IV	V
ATLETISMO	ÁRBITRO DE PROVA	DIÁRIA	90,00	95,00	100,00	105,00	110,00
ATLETISMO	ÁRBITRO GERAL	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
BASQUETEBOL	ÁRBITRO	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
FUTEBOL	ÁRBITRO	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
FUTSAL	ÁRBITRO	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
HANDEBOL	ÁRBITRO	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
JUDÔ	ÁRBITRO GERAL	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
JUDÔ	ÁRBITRO	DIÁRIA	90,00	95,00	100,00	105,00	110,00
KARATÊ	ÁRBITRO GERAL	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
KARATÊ	ÁRBITRO	DIÁRIA	90,00	95,00	100,00	105,00	110,00
SKATE	ÁRBITRO GERAL	DIÁRIA	150,00				
SKATE	ÁRBITRO	DIÁRIA	90,00				
TÊNIS DE MESA	ÁRBITRO GERAL	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
TÊNIS DE MESA	ÁRBITRO	DIÁRIA	90,00	95,00	100,00	105,00	110,00
VÔLEI DE PRAIA	ÁRBITRO	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
VOLEIBOL	ÁRBITRO	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00
XADREZ	ÁRBITRO	DIÁRIA	150,00	155,00	165,00	175,00	180,00

a) É de responsabilidade do credenciado todas as despesas relativas à locomoção, alimentação e estadia que forem necessárias à prestação dos serviços.

b) Nos serviços prestados de arbitragem, há necessidade de emissão de NFSe, onde incidirá o ISS, INSS e IR de acordo com as tabelas vigentes;

c) Os padrões diárias serão determinadas para o pagamento de serviços realizados em uma competição que acontecerá durante determinada data, devendo ser cumprida a jornada necessária para a realização da programação.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2016 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 45/2016

Data vigência: 10/08/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 36/2016 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: METALÚRGICA PISA LTDA.

Objeto: Aquisição de telhas aluzinco e barras metálicas para o SAMAE.

Valor R\$ 10.608,92 (dez mil, seiscientos e oito reais e noventa e dois centavos)

=====

Gaspar (SC), em 10 de agosto de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2016 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 46/2016

Data vigência: 10/08/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 36/2016 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELLI - ME

Objeto: Aquisição de telhas aluzinco e barras metálicas para o SAMAE.

Valor R\$ 2.886,00 (dois mil, oitocentos e oitenta e seis reais)

=====

Gaspar (SC), em 10 de agosto de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA LEI ORGÂNICA 01-2016

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 01/2016

Revoga-se o art. 42, XXII da lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

Os Vereadores do município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe conferem o art. 56 da Lei Orgânica Municipal e o regimento interno da câmara, faz saber que o plenário aprovou e poder legislativo promulga e manda publicar a seguinte Emenda a Lei Orgânica do Município de Governador Celso Ramos – SC.

Art. 1º - Fica revogado o art. 42, inciso XXII lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 15 de agosto de 2016.

Mesa Diretora:

Presidente: Marcos Henrique da Silva

Vice Presidente: Acácio Patrocínio dos Santos

1º Secretário: Paulo Roberto dos Santos

2º Secretário: Anderson Ajair Santos

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS, CONEXÕES E HIDRÔMETROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 17 dias do mês de agosto do ano de 2016, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Samae de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista sn, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. Kleber leite, são registrados os preços das empresas, C.E.MACEDO COMERCIO DE AT.HID.EIRELLI-ME, estabelecida à Rua Carlos Essenfelder nº 1326, Boqueirão, Curitiba PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ nº07.965.552/0001-83, neste ato representado pelo Srº CARLOS EDUARDO MACEDO, Sócio proprietário, RSUL COMÉRCIO E INSTALADORA LTDA –ME, estabelecida à Rua Bajé nº 59, Anita Garibaldi, Joinville SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ nº24419.230/0001-58 neste ato representado pelo Srº PAULO CESAR BATISTA DE CARVALHO, Sócio Administrador e HIFERSANE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MAT. HIDR. LTDA-ME, estabelecida à Rua Alfredo Pinto n.º 876, Afonso Pena, São José dos Pinhais, PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ nº00.532.518/0001-76, neste ato representado pelo Srº MILTON DOS SANTOS, Sócio Proprietário, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS, CONEXÕES E HIDRÔMETROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 008/2016, objeto do Processo 17/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	LOTE 001	MARCA(S)	QUANT. COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	C.E.MACEDO E CIA LTDA				
01	Tubo PVC PBA Classe 12 JE 06 Metros 60MM	MULTILIT	120	35,4858	4.258,29
02	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 85	MULTILIT	120	65.3685	7.844,22
03	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 110	MULTILIT	120	128,8693	15.464,32
04	Tubo Defofo JEI 150 mm	AMANCO	12	270,8124	3.249,75
05	Tubo Defofo JEI 200 mm	AMANCO	12	457,5796	5.490,96
06	Tubo Defofo JEI 250 mm	AMANCO	12	691.0385	8.292,46

ITEM	LOTE 002	MARCA(S)	QUANT. COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	C.E.MACEDO E CIA LTDA				
01	Tubo PVC Classe 12 JEI PBA 6 m DE 75	TIGRE	120	66,6667	8.000,00

ITEM	LOTE 003	MARCA(S)	QUANT. COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	C.E.MACEDO E CIA LTDA				
01	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 20 mm	PLASTILIT	150	8,20	1.230,00
02	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 25 mm	PLASTILIT	200	9,20	1.840,00

03	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 32 mm	PLASTILIT	200	19,00	3.800,00
04	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 40 mm	PLASTILIT	150	26,00	3.900,00
05	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 50 mm	PLASTILIT	120	39,00	4.680,0
06	Tubo PVC Soldável 6 metros DE 60 mm	PLASTILIT	120	55,00	6.600,00
07	Tubo Esgoto PVC Branco DE 100	PLASTILIT	20	36,00	720,00
08	Tubo Esgoto PVC Branco DE 150	PLASTILIT	20	95,00	1.900,00

ITEM	LOTE 004 C.E.MACEDO E CIA LTDA	MARCA(S)	QUANT. COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Tubo para Ligação Predial PEAD DE 20 Rolo de 100m	AMANCO	100	183,75	18.375,00
02	Tubo para Ligação Predial PEAD DE 32 Rolo de 100m	AMANCO	20	481,25	9.625,00

ITEM	LOTE 005 RSUL COMERCIO E INSTALADORA HIDRAULICA LTDA-ME	MARCA(S)	QUANT. COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 63mm Rolo de 50mm	MAJESTIC	20	698,3043	13.966,00
02	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 75mm Rolo de 50mm	MAJESTIC	10	1.031,9051	10.319,05
03	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 90mm Rolo de 50mm	MAJESTIC	10	1.293,2869	12.932,87
04	Tubo PE 80 PEAD PN10 DE 110mm Rolo de 50mm	MAJESTIC	10	2.003,1994	20.031,99

ITEM	LOTE 006 C.E.MACEDO E CIA LTDA	MARCA(S)	QUANT.COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Luva de correr PVC JE PBA DE 60 mm	ASPERBRAS	100	6,7039	670,39
02	Luva de correr PVC JE PBA DE 85 mm	ASPERBRAS	20	10,894	217,88
03	Luva de correr PVC JE PBA DE 110 mm	ASPERBRAS	50	16,76	838,00
04	Redução PVC JE PB PBA DE 110x60	AMANCO	10	12,151	121,51
	Redução PVC JE PB PBA DE 85x60	AMANCO	15	7,961	119,42
	TEE PVC JE BBB PBA DE 85mm	AMANCO	20	25,1399	502,80

ITEM	LOTE 007 C.E.MACEDO E CIA LTDA	MARCA(S)	QUANT.COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Luva de correr PVC JE PBA DE 75mm	AMANCO	10	9,30	93,00
02	Luva simples PVC JE PBA DE 60	AMANCO	10	7,9726	79,73
03	Luva simples PVC JE PBA DE 85	AMANCO	10	11,2943	112,95
04	Luva simples PVC JE PBA DE 110	AMANCO	10	19,9315	199,32

ITEM	LOTE 008 C.E.MACEDO E CIA LTDA	MARCA(S)	QUANT.COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Joelho 90 Grau esgoto branco DE 100	PLASTILIT	12	3,00	36,00

ITEM	LOTE 009 HIFERSANE COMERCIO E INDUSTRIA DE MAT. HID. LTDA	MARCA(S)	QUANT. COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Adaptador para PEAD PN 10 DE 20 mmx3/4	HIFERSANE	700	1,2962	907,32
02	Adaptador para PEAD PN 10 DE 32 mmx1	ESSA	50	7,9764	398,82
03	Adaptador pead c/registro 20mmx3/4	HIFERSANE	300	3,9882	1.196,46
04	Cotovelo para PEAD DE 20mm	HIFERSANE	12	2,9911	35,89
05	Derivação "T"- PP DE 20mm	IPAL	25	9,9704	249,26
06	União para PEAD PN10 20mm	HIFERSANE	200	1,9941	398,82
07	União para PEAD PN10 32mm	ESSA	80	7,9764	638,11
08	União para PEAD PN10 40mm	ARANGUL	80	39,8818	3.190,54
09	União para PEAD PN10 63mm	ARANGUL	80	51,8463	4.147,70
10	Registro passeio horizontal PVC azul c/manopla 20mmx20mm	HIFERSANE	150	4,7858	717,87
11	Registro rápido passeio horizontal PVC azul c/manopla 20X3/4	HIFERSANE	100	4,7858	478,58
12	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 32mmx3/4	IPAL	350	4,4867	1.570,35
13	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 40mmx3/4	TIGRE	100	4,387	438,70
14	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 50mmx3/4	IPAL	100	4,7858	478,58
15	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 60mmx3/4	IPAL	300	4,8855	1.465,65
16	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 75mmx3/4	IPAL	50	4,9852	249,26
17	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 85mmx3/4	HIFERSANE	50	4,9852	249,26
18	Colar de tomadac/trvas de PVC DE 110mmx3/4	IPAL	100	5,9823	598,23
19	Registro esfera roscavel c/fecho borboleta 1/2	HIFERSANE	150	3,8885	583,28
20	Registro esfera roscavel c borboleta 3/4	HIFERSANE	100	3,8885	388,85
21	Registro esfera rosca extern c/borboleta DE 1/2	TIGRE	20	3,4897	69,79
22	Registro esfera rosca extern c/borboleta DE 3/4	HIFERSANE	120	3,5894	430,73

23	Kit cavalete de PVC completo ¾	HIFERSANE	1.200,00	22,932	27.518,40
24	Lacre para hidrômetro ¾	HIFERSANE	500	0,2991	149,55

ITEM	LOTE 010 C.E.MACEDO E CIA LTDA	MARCA(S)	QUANT.COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Adptador para PEAD PN 10 DE 63mmx2	POLIERG	20	21,9245	438,49
02	União para PEAD PN 10 40mm	POLIERG	80	15,7461	1.259,69
03	União para PEAD PN 10 63mm	POLIERG	80	29,8977	2.391,82

ITEM	LOTE 011 C.E.MACEDO E CIA LTDA	MARCA(S)	QUANT.COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 20mm	PLASTILIT	100	0,2202	22,02
02	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 25mm	PLASTILIT	500	0,2597	129,85
03	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 32mm	PLASTILIT	20	,07992	15,98
04	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 40mm	PLASTILIT	20	1,8482	36,96
05	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 50mm	PLASTILIT	20	1,6484	32,97
06	Adptador soldável curto com bolsa e rosca DE 60mm	PLASTILIT	20	2,8472	56,94
07	Bucha de redução roscavel DE 3/4x1/2	PLASTILIT	120	0,3197	38,36
08	Bucha de redução soldável curta DE 25x20	PLASTILIT	120	0,2298	27,58
09	Bucha de redução soldável curta DE 32x25	PLASTILIT	20	0,3796	7,59
10	Bucha de redução soldável curta DE 40x32	PLASTILIT	25	0,979	24,48
11	Cap soldável DE 75mm	HIFERSANE	20	7,4926	149,85
12	Cap soldável DE 85mm	KRONA	20	15,4847	309,69
13	Curva 90° soldável DE 20mm	KRONA	10	0,999	9,99
14	Curva 90° soldável DE 25mm	PLASTILIT	10	1,3986	13,99
15	Curva 90° soldável DE 32mm	PLASTILIT	10	2,997	29,97
16	Curva 90° soldável DE 40mm	PLASTILIT	10	4,4955	44,96
17	Curva 90° soldável DE 50mm	PLASTILIT	10	6,4936	64,94
18	Joelho 90° soldável com rosca 25x3/4	PLASTILIT	60	1,049	62,94
19	Joelho 90° soldável DE 20mm	PLASTILIT	50	0,1798	8,99
20	Joelho 90° soldável DE 25mm	PLASTILIT	50	0,2498	12,49
21	Joelho 90° soldável DE 32mm	PLASTILIT	50	1,0989	54,95
22	Joelho 90° soldável DE 40mm	PLASTILIT	50	2,0979	104,90
23	Joelho 90° soldável DE 50mm	PLASTILIT	80	1,5984	127,87
24	Joelho 90° soldável DE 60mm	PLASTILIT	20	8,4916	169,83
25	Joelho 90° soldável DE 110mm	TIGRE	8	33,9663	271,73
26	Luva de correr PVC soldável DE 20mm	TIGRE	100	1,7982	179,82
27	Luva de correr PVC soldável DE 25mm	TIGRE	150	2,1978	329,67
28	Luva de correr PVC soldável DE 32mm	TIGRE	200	3,4965	699,30
29	Luva de correr PVC soldável DE 40mm	TIGRE	50	4,9951	249,76
30	Luva de correr PVC soldável DE 50mm	TIGRE	50	6,1939	309,70
31	Luva de redução soldável DE 25x20	PLASTILIT	150	0,5994	89,91
32	Luva de redução soldável DE 32x25	PLASTILIT	20	1,0989	21,98
33	Luva de redução soldável DE 40x32	KRONA	20	1,1988	23,98
34	Luva de redução soldável DE 60x50	KRONA	20	4,1958	83,92
35	Luva soldável com rosca DE 25x3/4	PLASTILIT	200	0,6494	129,88
36	Luva soldável DE 20mm	PLASTILIT	500	0,1998	99,90
37	Luva soldável DE 25mm	PLASTILIT	500	0,2797	139,85
38	Luva soldável DE 32mm	PLASTILIT	200	0,8991	179,82
39	Luva soldável DE 40mm	PLASTILIT	15	1,6484	24,73
40	Luva soldável DE 50mm	PLASTILIT	100	1,7483	174,83
41	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 20mm	VIQUA	120	2,6973	323,68
42	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 25mm	VIQUA	250	3,4965	874,13
43	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 32mm	VIQUA	100	7,7923	779,23
44	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 40mm	VIQUA	37	9,4906	351,15
45	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 50mm	VIQUA	80	9,4906	759,25
46	Registro esfera c/fecho borboleta soldável DE 60mm	PLASTILIT	50	27,9723	1.398,62
47	TEE soldável com rosca DE 25x3/4	PLASTILIT	10	1,4985	14,99
48	TEE soldável DE 20mm	PLASTILIT	80	0,3497	27,98
49	TEE soldável DE 25mm	PLASTILIT	200	0,3596	71,92
50	TEE soldável DE 32mm	PLASTILIT	30	1,6484	49,45
51	TEE soldável DE 40mm	PLASTILIT	25	3,4965	87,41
52	TEE soldável DE 50mm	PLASTILIT	30	2,997	89,91
53	Adesivo para PVC bisnaga de 75 gramas	PULVITEC	1.500	2,4975	3.746,25
54	Fita veda rosca 18mmx50m	MULTIFITA	300	2,7972	839,16

ITEM	LOTE 012	MARCA(S)	QUANT.COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	C.E.MACEDO E CIA LTDA				
01	Anel PBA DN 50/60	WN	1.000	0,80	800,00
02	Anel PBA DN 65/75	WN	1.000	0,95	950,00
03	Anel PBA DN 75/85	WN	1.000	1,10	1.100,00
04	Anel PBA DN 125/140	WN	1.000	2,10	2.100,00

ITEM	LOTE 013	MARCA(S)	QUANT.COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	C.E.MACEDO E CIA LTDA				
01	Luva roscável 3/4	PLASTILIT	60	0,4205	25,23
02	Luva roscável 60	KRONA	30	4,5556	136,67

ITEM	LOTE 014	MARCA(S)	QUANT.COTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	C.E.MACEDO E CIA LTDA				
01	Hidrômetro unijato $\frac{3}{4}$ qn 1,5 m³/h	SAGA	200	52,093	10.418,60
02	Hidrômetro multijato $\frac{3}{4}$ qn 1,5 m³/h	SAGA	100	55,814	5.581,40

Governador Celso Ramos/SC, 17 de Agosto de 2016.

C.E.MACEDO COMERCIO DE MAT.HID.EIRELLI-ME
CARLOS EDUARDO MACEDO

RSUL COMÉRCIO E INSTALADORA LTDA –ME
PAULO CESAR BATISTA DE CARVALHO

HIFERSANE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MAT. HIDR. LTDA-ME
MILTON DOS SANTOS

SAMAE GOV.CELSO RAMOS
KLEBER LEITE

Grão Pará

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N 2045-2016-LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 2.045/2016,

(de 18 de agosto de 2016.)

“DISPÕE SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO PREVISTO NO INCISO XXXIII, DO CAPUT, DO ART. 5º, NO INCISO II, DO § 3º, DO ART. 37 E NO § 2º, DO ART. 216, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal em exercício de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos e as normas a serem adotados para garantir o acesso às informações da administração pública municipal, previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II, do § 3º, do art. 37 e no § 2º, do art. 216, da Constituição Federal, em conformidade com disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º. Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações do Poder Executivo assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, que será efetivado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Ficam subordinadas ao regime desta Lei as entidades privadas, relativamente aos recursos que receberem do Poder Executivo Municipal, mediante subvenções, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 3º. O acesso à informação disciplinado nesta Lei não se aplica:

I - às informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;

II - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancária, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça.

Art. 4º. Fica criado o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que ficará instalado na Prefeitura de Grão-Pará, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina.

Parágrafo único. Cabe ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC:

I - disponibilizar atendimento presencial ao público;

II - receber, autuar e processar, para respostas, os pedidos de acesso às informações;

III - orientar o interessado, quanto ao seu pedido, o trâmite, o prazo da resposta e sobre as informações disponíveis no sítio eletrônico www.graopara.sc.gov.br.

IV - zelar pelo atendimento dos prazos assinalados para apresentação de respostas;

V - elaborar relatório mensal dos atendimentos.

Art. 5º. Qualquer interessado, devidamente identificado, poderá ter acesso às informações referentes aos órgãos e às entidades municipais, preferencialmente, no site www.graopara.sc.gov.br e, na impossibilidade de utilização desse meio, apresentar o pedido no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

§ 1º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da resposta requerida.

§ 2º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, que não sejam de competência do órgão ou entidade municipal.

§ 3º. Na hipótese do inciso III do § 2º, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 6º. As informações solicitadas serão prestadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, no prazo de até 20 (vinte) dias.

§ 1º. O prazo referido no caput poderá ser prorrogado, por mais dez dias, mediante justificativa expressa do responsável pela prestação da informação, da qual será dada ciência ao requerente.

§ 2º. Não sendo possível o fornecimento da informação, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC deverá:

I - apresentar ao requerente as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

II - comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão, a entidade ou a organização, não pertencente à Administração Pública Municipal, que deve detê-la.

§ 3º. Quando não for autorizado o acesso, por se tratar de informação reservada ou sigilosa, o requerente será informado sobre a possibilidade de recurso.

§ 4º. Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, será informado ao requerente o lugar e a forma pela qual se poderá consultar e obter a referida informação, desonerando a Administração Municipal da obrigação de seu fornecimento direto,

salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, tais procedimentos.

Art. 7º. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º. Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§ 2º. Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original.

Art. 8º. As informações de interesse público serão disponibilizadas no sítio eletrônico www.graopara.sc.gov.br, os quais serão atualizados, rotineiramente, e deverá atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter formulário para requerimento de acesso à informação;

II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III - possibilitar a impressão de relatórios, planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

IV - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

V - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VI - indicar local que permita ao interessado comunicar-se pessoalmente com o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC; e

VII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da legislação própria.

Parágrafo único. É dever dos órgãos e entidades municipais promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

Art. 9º. Deverão ser disponibilizadas no endereço eletrônico www.graopara.sc.gov.br as seguintes informações de interesse público:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - receita orçamentária arrecadada;

IV - repasses ou transferências de recursos financeiros;

V - execução orçamentária e financeira detalhada em nível de grupo de despesa;

VI - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e

VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40, da Lei nº 12.527/2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

Parágrafo único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 10. No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de dez dias, a contar da sua ciência.

§ 1º. O recurso será apresentado no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que o encaminhará à autoridade que exarou a decisão impugnada, devendo se manifestar no prazo de dez dias.

§ 2º. Mantida novamente a negativa, o recurso será encaminhado à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Art. 11. Fica criada a Comissão Mista de Reavaliação de Informações com a seguinte representação:

I - um representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

II - um representante do Departamento de Informática;

III - um representante do Setor Jurídico do Município.

§ 1º. A indicação e nomeação dos membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações é da responsabilidade do Prefeito Municipal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º. O membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações poderá ser desligado da função nos casos de renúncia, falta injustificada a três reuniões consecutivas ou desligamento do órgão que representa.

§ 3º. A Presidência da Comissão Mista de Reavaliação de Informações será indicada pelo Prefeito Municipal dentre os seus membros, com mandato de um ano, podendo ser reconduzido.

Art. 12. Cabe à Comissão Mista de Reavaliação de Informações:

I - manter registro dos titulares de cada órgão e entidade do Poder Executivo Municipal, para decisão quanto ao acesso a informações e dados sigilosos ou reservados da respectiva área;

II - requisitar da autoridade que classificar informação como sigilosa, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;

III - rever a classificação de informações sigilosas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto na legislação federal sobre essa classificação;

IV - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação desta Lei;

V - manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão ou recusa de autoridade municipal, quanto ao acesso a informações.

Art. 13. Ao Presidente da Comissão Mista de Reavaliação de Informações cabe:

I - presidir os trabalhos da Comissão;

II - aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;

III - dirigir, intermediar as discussões, de forma que todos participem e coordenar os debates, interferindo para esclarecimentos;

IV - designar o membro secretário, para lavratura das atas de reunião;

V - convocar reuniões extraordinárias e as respectivas sessões; e

VI - remeter ao Secretário de Administração e Fazenda a ata com as decisões tomadas pelo colegiado, para serem encaminhadas ao Prefeito Municipal.

§ 1º. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações reunir-se-á, sempre que convocada pelo Presidente.

§ 2º. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações atuará junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 14. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desenvolverá atividades para:

I - promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - monitoramento dos prazos e procedimentos de acesso à informação;

IV - definição do formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

Art. 16. Na aplicação desta Lei serão observadas as questões sobre classificação de informações secretas, sigilosas e reservadas, o acesso a informações pessoais, a responsabilidade sobre o acesso e divulgação de informações e as disposições do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 18 de agosto de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 18 de agosto de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 104.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 104/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA - EPP
Valor : 9.300,00 (nove mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 18/08/2016 Término: 17/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (JOGO BRONZINA, PISTÃO COM ANEIS, BIELA MOTOR, JUNTAS, VALVULAS, FILTROS, CAMISA BLOCO E OUTROS); E SERVIÇOS (RETIFICAR VIRABREQUIM, MONTAGEM DO MOTOR, MANDRILHAR BUCHA COMANDO, LIMPEZA E TRATAMENTO DE PEÇAS E OUTROS) PARA O MOTOR PERKINS INTER. RETRO JCB 02 Nº DE SÉRIE JCB1000231.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 113.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2016
PROCESSO Nº 113/2016 HOMOLOGAÇÃO: 18/08/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS (JOGO BRONZINA, PISTÃO COM ANEIS, BIELA MOTOR, JUNTAS, VALVULAS, FILTROS, CAMISA BLOCO E OUTROS); E SERVIÇOS (RETIFICAR VIRABREQUIM, MONTAGEM DO MOTOR, MANDRILHAR BUCHA COMANDO, LIMPEZA E TRATAMENTO DE PEÇAS E OUTROS) PARA O MOTOR PERKINS INTER. RETRO JCB 02 Nº DE SÉRIE JCB1000231.

CONTRATADO: CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 95.16 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS MERENDA ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº95/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 116/16, Edital de Pregão Presencial Nº 95/16, Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para alunos das escolas da rede municipal de ensino, para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 01/09/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 01/09/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 18 de agosto de 2016.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 115.2016 PREGÃO PRESENCIAL 94.2016 AQUISIÇÃO DE PNEUS E RECAPAGENS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº94/2016. Edital de Retificação Processo Licitatório 115/2016.

Fica retificado o presente edital nos seguintes termos:

1º - No Preâmbulo do Edital onde se lê :

“. Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Ademar de Barros n, nº 85, Centro – Guaraciaba -SC, CEP 89920-000, até às 09:00 horas do dia 25 de agosto de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas do dia 25 de agosto de 2016.”

Leia-se: . Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Ademar de Barros n, nº 85, Centro – Guaraciaba -SC, CEP 89920-000, até às 09:00 horas do dia 31 de agosto de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas do dia 31 de agosto de 2016.

2º - O ANEXO I RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO , passa a vigorar com a seguinte redação:

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	PNEU NOVO 175/70 R 14 (RADIAL) TL/TT INDICE DE CARGA/VELOCIDADE 82/T-	UN		12,00	280,00	
2	PNEU NOVO 7.5 x16 BORRACHUDO (COMUM) 12 LONAS	UN		4,00	680,00	
3	PNEU NOVO 1000 R 20 (RADIAL) LISO 16 LONAS MISTO (TERRA/ASFALTO), CAPACIDADE DE CARGA (3000/2725), PROFUNDIDADE MÍNIMA DOS SULCOS 15,5mm-	UN		12,00	1.550,00	
4	PNEU NOVO 19.5x24 BORRACHUDO (COMUM) COM NO MÍNIMO 12 LONAS -	UN		4,00	3.000,00	
5	PNEU NOVO 205/70 R 15 (RADIAL) - TT INDICE DE CARGA / VELOCIDADE 96/T	UN		6,00	630,00	
6	PNEU NOVO 1400 R 24 BORRACHUDO (RADIAL) COM NO MÍNIMO 16 LONAS, PARA MOTONIVELADORA	UN		2,00	5.800,00	
7	PNEU NOVO 17.5 R 25 BORRACHUDO (RADIAL) COM NO MÍNIMO 16 LONAS, G3 PARA MOTONIVELADORA	UN		2,00	6.450,00	
8	PROTETOR ARO 20	UN		20,00	45,00	
9	PROTETOR ARO 24	UN		10,00	150,00	
10	CÂMARA DE AR 1000X20	UN		20,00	130,00	
11	CÂMARA DE AR 12.5/80 x18	UN		10,00	280,00	
12	RECAPAGEM DE PNEU 1300x24 BORRACHUDO - INCLUSO MONTEGEM/DESMONTAGEM E ATÉ 2 CONSERTOS	UN		6,00	1.230,00	
13	RECAPAGEM DE PNEU 23.1x26 BORRACHUDO DESENHO: ROLO COMPACTADORINCLUSO MONTEGEM/DESMONTAGEM E ATÉ 2 CONSERTOS	UN		2,00	2.850,00	
14	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R 22,5 LISO - INCLUSO MONTEGEM/DESMONTAGEM E ATÉ 2 CONSERTOS	UN		16,00	590,00	
15	RECAPAGEM DE PNEU 1400 R 24 BORRACHUDO - INCLUSO MONTEGEM/DESMONTAGEM E ATÉ 2 CONSERTOS	UN		6,00	1.550,00	
16	RECAPAGEM DE PNEU 12.5/80x18 BORRACHUDO - INCLUSO MONTEGEM/DESMONTAGEM E ATÉ 2 CONSERTOS	UN		6,00	950,00	
				Total		

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraciaba 18 de Agosto de 2016.

ROQUE LUIZ MENEHINI,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2016 - PMG

PROCESSO LICITATORIO N.º 107/2016- PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2016 – PMG
ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

1. Trata-se de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item para Aquisição de Ambulância com recursos oriundos do convênio nº 276/2016.
2. Os autos vieram para minha avaliação em razão de suspensão do certame pelo pregoeiro no dia da sessão quanto a exigência no termo de referência de marca e modelo específico da maca.
3. Verificando os autos, percebo que tal exigência não podia constar no termo de referência, o que macula os ditames do procedimento licitatório.
4. Outrossim, não há no termo de referência indicação quanto ao ano do veículo a ser entregue, o que pode acarretar em prejuízos a administração pública, pois pode ser entregue veículo de ano 2014 (por exemplo).
5. Assim, ANULO o presente processo licitatório e DETERMINO a abertura de novo processo licitatório com a correção dos vícios apontados, restando prejudicado o recurso interposto pela empresa LC Trade.

Guaramirim (SC), 12 de agosto de 2016.
PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
LAURO FRÖHLICH

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 111/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 111/2016 PMG
Processo Licitatório: 111/2016 PMG
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE DISCO DIAGRAMA PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 08/09/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 08/09/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18 de agosto de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA I: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 – FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA I:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 – FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial n.º 15/2016 – FMAS

1. ALTERAÇÃO ELEMENTOS DO EDITAL

Alterações no item 9 e no Anexo II do ato convocatório.

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição) A data de Recebimento dos Envelopes e Abertura da Sessão fica marcada para o dia 31/08/2016 às 09h, as demais informações permanecem inalteradas.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda feira a sexta feira das 08:00h às 14:00h e pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18 de agosto de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREF 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Conforme Ata nº. 01/2016 – PL nº 32/2016 – CA nº. 05/2016 para Concessão de Direito Real de Uso, com encargos e cláusula de reversão, de área de terra, situada na Linha Arara, município de Guarujá do Sul. ENCERRAMOS O REFERIDO PROCESSO LICITATORIO POR NÃO HAVER NENHUM INTERESSADO EM PARTICIPAR DO EVENTO OCASSIONANDO UMA LICITAÇÃO DESERTA.

Guarujá do Sul, 18 de agosto de 2016.
Claudio Inacio Weschenfelder;
Presidente da CPL.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 950/2016

PORTARIA Nº 950/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 18 de agosto de 2016, da servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (Matr. 2953), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO 007-2016 - FMS

CONTRATO 007/2016- FMS

Processo 006/2016 FMS

Que entre si fazem o FUNDO Município de SAÚDE DE Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.250.761/0001-18, situado na Av 20 de Julho, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa ANDREA APARECIDA BERTO “TREINA SAÚDE”, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 19.664.301/0001-48, sediado Rua Dorico Strapazon, nº 241, Bairro Vila De Carli – Videira- SC - CEP 89.560-000, neste ato representado por Andrea Aparecida Berto, inscrito no CPF 008.771.309-81, brasileira, empresária, residente e domiciliado na Rua Paulo Fioravante Penso, nº 343 – Videira- SC - CEP 89.560-000 doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso II com suas alterações posteriores é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Contratação de pessoa jurídica especializada para auxiliar nas tarefas de atualização e lançamento dos dados nos programas em atraso por mais de um ano.

CLÁUSULA SEGUNDA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais), a ser pago após entrega do material e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA

1. Após a solicitação formal por parte do Fundo Município de Saúde de Ibiam, com o envio da respectiva Autorização de Fornecimento-AF, no e-mail constante na proposta vencedora, o fornecedor terá um prazo máximo de até 30(trinta) dias, para fornecimento do item.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 18

Detalhamento complemento: 33903957

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei Federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos -trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total do objeto, respeitando o prazo da cláusula terceira.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 04 de Agosto de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO

ANDREA APARECIDA BERTO

“TREINA SAÚDE”

CNPJ: 19.664.301/0001-48

Testemunhas:

Eudes Vilmar Trindade

CPF nº509.352.839-00

Olivo Ceron

CPF nº 304.876.849-15

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral- OAB 34.173

CONTRATO 048-2016

CONTRATO 048/2016

Processo Licitatório nº 043/2016 – Tomada de Preço nº 005/2016

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000 CNPJ Nº: 01.612.745/0001-74, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. Gilmar Fontana, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 442.402.550-00 e portador da Carteira de Identidade nº 11R/ 1.300.506 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa, Martini e Franciscatto Engenharia Ltda, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 23.108.271/0001-60, com sede na Rua Dolores Duran, nº 393, Itoupava Norte, CEP 89.052-020, Blumenau – SC, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Ulysses Martini, CPF: 073.024.809-74, CI 4.584.982, de ora em diante denominado de CONTRATADO, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 043/2016 de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, na modalidade de Tomada de Preço nº 005/2016, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, e LC 123/06, 147/14 tem entre si ajustado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O presente contrato tem por objeto a Ampliação do Centro Multiplio Uso, com recursos próprios do Município de Ibiã, do orçamento financeiro de 2016. Conforme especificado no Edital, Memorial Descritivo, Projetos, Plantas, Orçamento Quantitativo e Cronograma Físico-Financeiro, e proposta da empresa vencedora.

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Total Orçado
1	1	GLO	Ampliação do Centro Múltiplo Uso, conforme projeto em anexo.	R\$ 219.000,00

1.1.1 - Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil ("...o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA.

2.1 – O objeto deste contrato deve ser entregue conforme cronograma –físico-financeiro da obra(anexo ao edital). Devendo ser dado início a construção da obra em no máximo até 7(sete) dias após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na execução de cada parcela da obra, poderá o Município cobrar multa de R\$ 500,00(Quinhentos reais) por dia de atraso. Combinado com as demais sanções constantes no edital e contrato deste processo.

2.1.2 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de termo aditivo.

2.1.3 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FEITA POR ESCRITO PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE LIQUIDADA PELA SECRETARIA COMPETENTE.

2.2 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

2.2.1- A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada pela Prefeitura de Ibiã.

2.2.2 - O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à Prefeitura de Ibiã(Setor de Licitações) de Ibiã e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visitado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização.

2.2.3 - O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Ibiã, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.2.4 – A forma de execução é por preço unitário, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas às normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLAUSULA TERCEIRA - PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura de Ibiã pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados no período, obedecendo rigorosamente o constante no cronograma físico financeiro da obra, de acordo com os preços correspondentes na planilha apresentada. Não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 219.000,00 sendo com custos e despesas com material R\$ 153.300,00, custo com pessoal de R\$ 65.700,00, BDI aplicado à obra 25% (vinte e cinco por cento). Será descontado no ato do pagamento o I.S.S. correspondendo a 3% (três por cento) sobre o

valor do contrato, exceto se o proponente for empresa cadastrada no município e já contribui com I.S.S.Q.N.; 11% de INSS sobre serviços. Os pagamentos dos serviços serão efetuados conforme boletim de medição expedido pelo engenheiro da AMARP e conforme Decreto 2.880/2015 mediante liquidação da correspondente nota fiscal pelo Secretário de Obras, sendo indispensável à apresentação de Diário de Obra (Os Diários de Obra deverão ser fornecidos ao Setor de Licitações da Prefeitura de Ibiam obrigatoriamente até 27 de cada mês, ou caso este dia seja em final de semana, deve-se considerar o último dia útil anterior ao dia 27, devidamente assinado pelo Engenheiro responsável pela Execução e pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização, caso falte alguma assinatura não serão aceitos, sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital). O pagamento somente será liberado mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, CNDT e Falência e concordata. A empresa vencedora deverá apresentar folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários serão observados o que dispõe a legislação vigente. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período OBS: O último pagamento fica condicionado a apresentação da Certidão Negativa de Débitos referente ao número da CEI cadastrado no INSS no início da obra.

3.2 - De cada valor, proveniente de medição, será feito o pagamento, mediante fatura, em moeda corrente nacional;

3.3 - Os quantitativos dos serviços relacionados no Orçamento anexo a este edital, para efeito de pagamento, deverão ser considerados apenas como previstos, não importando em obrigação da Prefeitura de autorizar sua execução integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes;

3.4 - Os resultados das medições dos serviços serão lançados em formulários apropriados;

3.5 - As Medições dos serviços serão obrigatoriamente assinadas com identificação pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização, e pela Secretária de Obras do Município.

3.6 - Os serviços serão aferidos mensalmente e a data da medição será a do dia 27 de cada mês, caso seja final de semana considerar-se-á o último dia útil anterior ao dia 27.

3.7 - Não serão admitidos adiantamentos e os pagamentos serão realizados conforme Decreto Municipal 2.880/2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do contrato.

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Prefeitura de Ibiam.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

– Os recursos financeiros deste processo são próprios do Município de Ibiam, na seguinte rubrica orçamentária:

Reduzido	Valor	Descrição	Complemento do Detalhamento
130	R\$ 195.000,00	Outras obras e instalações	44905199000000
97	R\$ 25.000,00	Outras obras e instalações	44905199000000

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante,

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SETIMA – DA RESCISÃO DAS MULTAS E DAS SANÇÕES

7.1 - Os preços que regerão o Contrato serão os constantes da Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora.

7.2 - Constará do contrato a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas por esta licitação.

7.3 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

7.4 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

7.5 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

7.6 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

7.7 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.8- A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

7.9 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.10- Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

7.11 - A Prefeitura Municipal de Ibiam aplicará as seguintes multas:

Multa de 500,00(Quinhentos reais) por dia de atraso ou serviços executados em desacordo com o edital, projeto, memorial descritivo, cronograma-físico-financeiro e outros anexos deste edital.

7.12 - Multa de 0,02% (dois centésimo por cento) do valor do contrato por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços, caso não

houver justificativa aceitável pelo referido atraso.

7.13 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura aplicará as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

7.14 - Advertência escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido, das demais sanções ou multas;

7.15 - 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, a critério da Administração de Ibiam quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada;

7.16 - 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

7.17 Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município de Ibiam, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

7.18 - Declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com o Município de Ibiam, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

7.19 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, nos seguintes casos:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na Cláusula Oitava deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub-empregar o total dos serviços a ela adjudicados.

8.3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalhare, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.6 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.7 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos da, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.8 - A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.9 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.10 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.11 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.12 - São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.13- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.14 - Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.15 - Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.16 - Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.17 - Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.18 - A Contratada se obriga a fornecer as "ARTs" complementares.

8.19 - Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.20 - Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.21 - Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.22 - Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.23 - Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.24 - Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.25 - A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.26 - A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.27 – Encaminhar Relatório/Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Licitações do Município de Ibiam (DEVIDAMENTE ASSINADO), localizado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam - SC, até o dia 27 de cada mês.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 - Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços para a Prefeitura de Ibiam.

9.2 - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 - Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DECIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, será notificada a comparecer para assinatura do contrato, devendo para isso efetuar na Prefeitura Municipal de Ibiam/SC., a título de Garantia de Execução, o recolhimento de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta.

10.2 A Garantia de Execução deverá ser feita em dinheiro;

10.3 Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, desistência ou paralisação da obra, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com o Município de Ibiam – SC.

10.4 A Garantia de Execução somente será levantada 60 (sessenta) dias após o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da contratada ou atraso na execução dos serviços (o prazo de execução é conforme cronograma físico-financeiro da obra) não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pelo Município de Ibiam/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre mediante formalização de Termo Aditivo.

11.2 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

11.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

12.1 - A fiscalização da obra será efetuada pela Prefeitura de Ibiam, através do Secretário de Obras e pelo Engenheiro responsável pela fiscalização, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

12.2 - A fiscalização se efetivará no local da obra.

12.3 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo da Prefeitura de Ibiam e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

12.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

12.5 - A Contratada fica obrigada a manter a obra e serviço por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

12.6 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Estes Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 005/2016, Processo Licitatório n. 043/2016 da Prefeitura do Município de Ibiam/SC, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

13.2 – A Administração Municipal de Ibiam providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de assinatura do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, LC 123/06 e LC 147/14.

Parágrafo único – Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 - O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

15.3 - E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Ibiam/SC, 22 de Julho de 2016.

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Martini e Franciscatto Engenharia Ltda
CNPJ: 23.108.271/0001-60
Gerente: Ulysses Martini
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Olivo Ceron
CPF:304.876.849-15

José Luiz Lizot
CPF:568.246.299-87

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral: OAB 34.173

CONTRATO 049-2016

CONTRATO 049/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 049/2016

PREGÃO PRESENCIAL No 029/2016

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Assistência Social Município de Ibiã-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 14.760.897/0001-66, com sede na Av. 20 de Julho, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Gilmar Fontana, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiã - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 422.402.559-00 e CI 1.300.506, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda - ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 10.954.970/0001-80, com sede na Rua Minas Gerais 533 e Presidente Médici, CEP: 89.801-200, neste ato representado por seu Gerente o Sr. Paulo André Testa, CPF: 870.781.989-72, CI 12/R 3.127.894., de ora em diante denominado de CONTRATADO, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 049/2016, Pregão Presencial nº 029/2016, sujeitando-se as normas da Lei 10.520/02 e Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o licenciamento de sistemas para gestão pública, conforme as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital 049/2016, incluindo a prestação de serviços técnicos especializados, a seguir indicados:

- a) Configuração e parametrização conforme procedimentos do Fundo de Assistência Social.
- b) Conversão dos dados existentes.
- c) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas licitados.
- d) Suporte técnico, após a implantação dos sistemas, quando solicitado.
- e) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- f) Integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta de preço da CONTRATADA e a Pregão Presencial nº 049/2016 e seus Anexos.

Parágrafo Único – a presente contratação não gera qualquer vínculo empregatício da CONTRANTE perante a CONTRATADA e seus subordinados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de implantação dos sistemas, podendo sofrer acréscimos ou supressões nos termos do art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. A critério do Fundo de Assistência Social e com anuência do contratado, poderá ocorrer prorrogações até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, consoante a autorização do artigo 57, IV da Lei Federal nº 8.666/1993. No primeiro ano os preços serão fixos e irrevogáveis, após este período os valores poderão ser corrigidos conforme índices do IGP-M dos últimos doze meses.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) O valor total deste contrato é de R\$ 13.416,00

- b) Pela locação mensal dos sistemas e pela prestação de serviços, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores abaixo especificados:

Independente da quantia de usuários constantes no anexo II deste edital, o Município pode solicitar a inclusão de novos usuários a qualquer momento. O valor a ser pago para cada novo usuário será de até 50% do valor constante na proposta vencedora, conforme cada sistema que terá o novo usuário.

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor unit	Valor total
01	Implantação do sistema e capacitação do sistema de gestão da assistência social, hospedagem do sistema em servidor virtual, implantação, treinamento dos usuários, suporte técnico e demais serviços descritos.	Uni	01	4.600,00	4.600,00
02	Hora técnica, para atendimento complementar, posterior à implantação e treinamento. Com despesas de descolamento, hospedagem e alimentação.	Hora	10	170,00	1.700,00
03	Locação e licença e mensal do sistema de gestão da assistência social, hospedagem do sistema em servidor virtual, suporte técnico e demais serviços descritos.	Mês	12	593,00	7.116,00

- c) O pagamento mensal da locação dos sistemas será efetuado conforme Cronograma Municipal de Pagamentos, após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica (nfe@ibiam.sc.gov.br) e a liquidação do setor competente. O pagamento será realizado somente para os itens autorizados pelo setor de compras, mediante a emissão da respectiva AF-Autorização de Fornecimento.

- d) O pagamento dos serviços de suporte técnico (in loco), após implantação será realizado em até dez dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

- e) Os serviços de implantação e treinamento inicial serão pagos em 02 (duas) parcelas iguais, a primeira delas vencendo-se no prazo de dez dias contados da conclusão dos treinamentos, e a segunda vencendo-se no prazo de dez dias contados da conclusão do processo de implantação.

- f) Os valores ofertados para locação dos sistemas, assistência técnica e alterações específicas da contratante somente serão reajustados

após o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

d) Em caso de atraso nos pagamentos, eventual correção monetária apenas incidirá após decorridos dozes meses de inadimplência.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unid. Orç: 0302- Fundo Municipal de Assistência Social, Recurso Federal (superávit Exercício Anterior)

Proj./Atividade: 2047 – Manutenções de assistência Social Geral.

Detalhamento: 339039110000 – Locação de Softwares – Red. 20

8.2. Para os próximos anos, a execução contratual ficará adstrita à existência de dotações orçamentárias respectivas nos exercícios futuros.

CLÁUSULA SEXTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

a) A CONTRATADA concede à CONTRATANTE o direito de uso de uma licença do(s) Sistema(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede.

b) É vedada a cópia dos sistemas, exceto para fazer backup. Os sistemas estão protegidos pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei nº.9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) software(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pela locação do(s) Sistemas(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados.

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes.

d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas.

e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo:

- assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas

- manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,

- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

f) Conferir os resultados obtidos na utilização dos sistemas licitados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro nos programas.

g) Caberá a CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a instalação dos sistemas do seu interesse e os serviços de assistência técnica necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas.

h) Usar os sistemas locados exclusivamente nas unidades gestoras, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.

i) Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Instalar e treinar os usuários da CONTRATANTE na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato no prazo máximo de 60 (SESSENTA) dias a contar da assinatura do contrato, que servirá como autorização para execução dos serviços nele dispostos.

b) Prestar suporte somente na operacionalização dos sistemas, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.

c) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

d) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos Sistemas, causadas por problemas originados dos códigos-fonte dos seus programas.

e) Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos Sistemas da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

f) Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.

g) Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

h) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.

i) Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

j) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.

l) Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação.

m) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato. Solucionar os problemas e ou disponibilizar um técnico no prazo máximo de até 24 horas, contados da solicitação formal por parte do Município de Ibiá.

CLÁUSULA NONA - DA MANUTENÇÃO

Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 029/2016

a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos.

b) Alterações de sistemas em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação federal e estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada conforme proposta apresentada pela vencedora, entendendo-se:

- a) Mudanças nos programas descritos no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 029/2016 para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE.
- b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE.
- c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos sistemas.
- d) Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.
- e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backups adequados para satisfazer as necessidades de segurança.
- f) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.
- g) Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, entre outros.

Parágrafo primeiro - As solicitações de manutenções ou alterações nos programas, serão enviadas pela CONTRATANTE, através de pessoa ou área responsável, à CONTRATADA, em seu domicílio, via fax ou correio eletrônico, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA repassará o programa alterado em sua forma executável, via internet, para os endereços pactuados da CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do sistema.

Parágrafo segundo - Este atendimento poderá ser realizado por telefone, fac-símile, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

Parágrafo terceiro - O suporte por telefone ou remoto deverão ser atendidos quando feito por servidor que possuam habilitação para a operação do sistema, do equipamento, do sistema operacional e utilitários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a 1) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b 1) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;
- c 3) a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d 4) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e 5) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f 6) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g 7) a dissolução da empresa;
- h 8) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

i 9) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

j 10) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

V - O descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente Contrato, além de rescisão do mesmo. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

VI - Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

VII - Rescindido ou distrato do contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar, em formato txt, cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual, acompanhada dos layouts e demais informações pertinentes e necessárias à conversão de dados, tudo isto sem prejuízo da obrigação de manter a base produzida arquivada por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias contados do trânsito em julgado do processo administrativo que determinou a extinção do vínculo contratual. Em paralelo, ficará a contratada obrigada a prestar, mediante justa remuneração, todo e qualquer serviço necessário à condução da máquina administrativa, evitando-se a paralisação total ou parcial de setores essenciais da administração pública enquanto não ultimado um novo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 029/2016, Processo Licitatório nº 049/2016, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, em 21 de Julho de 2016.

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal
Contratante

Precisa Gestão em Tec. e Serviços Ltda
CNPJ: 10.954.970/0001-80
Sócio Adm. Paulo André Testa
Contratado

Testemunhas
Eudes Vilmar Trindade
CPF: 509.352.839-00

Gisele Seffer A. de Anhaia
CPF: 041.877.919-81

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral – OAB/SC 34.173

CONTRATO 050-2016

CONTRATO 050/2016

Processo 052/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiã, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiã – SC, representado pelo Prefeito Municipal, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiã – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa CONNECTLINE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 19.946.345/0001-60, sediado Rua Dinarte Domingues, nº543, bairro Kobrasol na cidade de São José-SC, CEP 88.101-070 neste ato representado por seu Sócio Administrador, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso II com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Contratação de empresa especializada em realizar serviços com instalação das câmaras de segurança, manutenção e responsabilidade junto a Celesc com a locação dos postes por parte da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 05(cinco) dias, para prestar os serviços, conforme AF.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 7.912,99 (sete mil novecentos e doze reais e noventa e nove centavos). A ser pago após entrega do material, prestação dos serviços e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 55

Detalhamento complemento: 44905224 – equipamento de proteção e segurança.

Red. 59

Detalhamento complemento: 33903925 – Manutenção conservação de bens móveis de outras naturezas.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I,III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até 31/12/2016.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiã – SC, 01 de Agosto de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO municipal

CONNECTLINE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP

CNPJ nº 19.946.345/0001-60

Testemunhas:

José Luiz Lizot Olivo Ceron
CPF nº 568.246.299-87 CPF nº 304.876.849-15

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral- OAB 34.173

CONTRATO 051-2016

CONTRATO 051/2016

Processo 054/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa ALÔ BRASIL PESQUISAS, CONSULTORIA E MARKETING, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 09.185.766/0001-62, sediado Rua Tirol nº266, sala 01, centro, na cidade de Treze Tílias - SC, CEP 89.650-000 neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Pedro Pagliarini, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso II com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Contratação de empresa especializada em realizar serviços com identificação do grau de satisfação da população em relação aos serviços prestados pela atual administração.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 05(cinco) dias, para prestar os serviços, conforme AF.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). A ser pago após , prestação dos serviços e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 13

Detalhamento complemento: 33903905 – Manutenção das atividades Administrativas.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total dos serviços prestados.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 04 de Agosto de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO municipal

ALÔ BRASIL PESQUISAS, CONSULTORIA E MARKETING

CNPJ: 09.185.766/0001-62

Testemunhas:

José Luiz Lizot

Olivo Ceron

CPF nº 568.246.299-87

CPF nº 304.876.849-15

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral- OAB 34.173

CONTRATO 052-2016

CONTRATO 052/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 051/2016

PREGÃO PRESENCIAL No 031/2016

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Assistência Social inscrito no CNPJ 14.760.897/0001-66 e o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, L.A. C.N. Informática Ltda, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 11.924.851/0001-47, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 337, cidade de Campos Novos, neste ato representado por seu Gerente o Sr. Angelo Matos Da Cas, CPF: 015.867.539-83, CI 2.820.786, de ora em diante denominado de CONTRATADO, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 051/2016 e Pregão Presencial nº 031/2016, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento do(s) item(ns) a seguir:

Item	Descrição	uni	Quan	Valor unit	Valor total cotado
02	Arvore austriam de natal 2,10 metros de altura.	Uni	01	220,00	220,00
03	Botijão térmico com revestimento externo em aço inox e interno em alumínio, com poliuretano injetado, para temperaturas quentes e frias, com torneirinha abre e fecha, alça para transporte, capacidade 7 litros.	Uni	01	410,00	410,00
06	Chaleira inox 2,0 litros	Uni	01	78,00	78,00
07	Chaleira Inox 2,5 litros	Uni	01	52,00	52,00
09	Escorredor de louça cromado	Uni	02	135,00	270,00
10	Ferro Elétrico seco e a vapor, voltagem 220V potencia 1200W. (para curso oficinas patchcolagem)	Uni	01	80,00	80,00
11	Garrafa térmica 1,9 litros, para temperatura quente.	Uni	02	120,00	240,00
13	Poltrona com braços cromados, estrutura em madeira reflorestamento de eucalipto, compensado ou MDF; - Revestimento em tecido ou corano; - Design exclusivo; - Braços e pés em tubos de alumínio moldados; - Encosto fixo em espuma D-23 sobre percintas elásticas; - Assento fixo em espuma D-26 sobre percintas elásticas.	uni	02	470,00	940,00
15	Bebedoura torneira de água natural, torneira de água gelada; Pingadeira removível; abo elétrico; Dreno de água; Indicador luminoso de refrigeração iniciada , Indicador luminoso de refrigeração completa - Interruptor liga/desliga- Chave bivolt	uni	01	340,00	340,00
	TOTAL				R\$ 2.630,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Os itens, objeto desta licitação, devem ser entregues enfrente a sede administrativa, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam/SC, observadas as especificações mínimas descritas no item 2 e anexo I deste edital, no prazo de até 24(vinte e quatro) horas, contados após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na entrega da mercadoria poderá o Município cobrar multa de R\$ 500,00(quinzentos reais). A vigência do contrato de garantia é pelo período mínimo de 12 meses. A Proponente tem um prazo máximo de até 24 horas, para prestar assistência técnica, contados do envio da comunicação no e-mail da empresa. O não cumprimento do prazo para prestar os serviços de assistência técnica implica em multa diária de R\$ 500,00(quinzentos reais). Combinado com as demais sanções constantes no edital e contrato deste processo.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:

Órgão: 03- Fundos Municipais;
Unidade Orçamentária: 0302- Fundo Municipal de Assistência Social;
Atividade: 2047 – Manutenção Assistência Social Geral;
Reduzido: 09;
Detalhamento: 44905242 – Mobiliário em Geral.

Órgão: 03- Fundos Municipais;
Unidade Orçamentária: 0302- Fundo Municipal de Assistência Social;
Atividade: 2047 – Manutenção Assistência Social Geral;
Reduzido: 09;
Detalhamento: 44905212 – Aparelhos e utensílios domésticos

Órgão: 02- Chefia Executivo;
Atividade: 2018 – Manutenção das Atividades Administrativas;
Reduzido: 16 e 117;
Detalhamento: 44905234 – Maquinas e utensílios e Equipamentos diversos.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são próprios do Orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 2.880/2015. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência de no mínimo 12 meses, contados do recebimento dos itens.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 031/2016, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/maquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 3% (três por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 6% (seis por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, á autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 do Orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como

as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 031/2016, Processo Licitatório nº 051/2016, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 05 de Agosto de 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

L.A. C.N. INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 11.924.851/0001-47
Gerente: Angelo Matos da Cas
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Olivo Ceron
CPF: 304.876.849-15

José Luiz Lizot
CPF: 568.246.299-87

DECRETO Nº 2940/2016

DECRETO Nº 2940, DE 19 DE JULHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE REPASSE PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS BÁSICOS DE ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), no orçamento de 2016 do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 03 Fundos Municipais

Unidade: 0301 Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 1001 Saúde com Qualidade

Projeto/Atividade: 2039 Manut. das Ativ. Da Saúde

Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0133- Recursos Vinculados Conv. União

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação de repasse para estruturação da rede de serviços básicos de atenção básica da saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 19 DE JULHO DE 2016.

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

PORTARIA Nº 170/2016

PORTARIA Nº 170, 02 DE AGOSTO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora MÔNICA TRAGANCIN HOLLEWEGER, ocupante do cargo efetivo de Orientador Educacional – Nível 5 – Referência C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Emanueli Tragancin Holleweger - filha, de conformidade com o atestado médico do Dr. Rodrigo Otavio Baretta – CRM-SC 0008453.

Art. 2º. O período de afastamento é de 02(dois) dias,

conforme atestado médico, no período compreendido de 11.07.2016 a 12.07.2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de julho de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 171/2016

PORTARIA Nº 171, 02 DE AGOSTO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora LUCIMAR APARECIDA TREVISOL BAIROS, ocupante temporária do cargo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência A, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Priscila Irene Trevisol Bairos - filha, de conformidade com os atestados médicos do Dr. Fabiano Scortegagna Dupczak – CRM-SC 16768 e Dr. Oscar Guido Navia Torrico –CRM-SC 2911.

Art. 2º. O primeiro período de afastamento de 02 (dois) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 21.06.2016 a 22.06.2016.

Art. 3º. O segundo período de afastamento de 02 (dois) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 11.07.2016 a 12.07.2016.

Art. 4º. O terceiro período de afastamento de 02 (dois) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 13.07.2016 a 14.07.2016.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de junho de 2016.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 172/2016

PORTARIA Nº 172, DE 09 DE AGOSTO DE 2016

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 022, de 20 de agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 08.08.2016, o Contrato de Trabalho nº 022/2014, celebrado com ANTONIO OSMAR OLIVEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 173/2016

PORTARIA Nº 173, DE 09 DE AGOSTO DE 2016

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 020, de 19 de agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 08.08.2016, o Contrato de Trabalho nº 020/2014, celebrado com ILDO TREVISO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 174/2016

PORTARIA Nº 174, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

RETIFICA PORTARIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento do servidor protocolado em 12 de março de 2014;

Considerando que, houve equívocos no período aquisitivo da

licença prêmio concedida ao servidor Sérgio Moreira, uma vez que licença para tratamento de saúde e licença por motivo de doença em pessoa da família retardam a concessão da referida licença na proporção de 1 (um) dia para cada dia de licença obtida;

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar o período aquisitivo da licença prêmio concedida através da Portaria nº 143, de 01 de julho de 2014 ao servidor SÉRGIO MOREIRA, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Conceder ao servidor SÉRGIO MOREIRA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas – Nível 4 – Referência D, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 03.10.2013, retardada em 43 (quarenta e três) dias, conforme determina os §§ 2º e 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 175/2016

PORTARIA Nº 175, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

"NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO O SR. ANTONIO OSMAR OLIVEIRA, PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 8º e § 2º, do art. 10, ambos da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, combinado com o inciso I, do art. 8º, art. 20 e ss., ambos da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004; bem como o inciso II, do art. 37, da Constituição Federal; e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2016, homologado pelo Decreto nº 2911, de 30 de março de 2016, RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para o cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA – NÍVEL 2 – REFERÊNCIA A – Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, o Sr. ANTONIO OSMAR OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 770.580.899-49, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 10 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 176/2016

PORTARIA Nº 176, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

"NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO O SR. ILDO TREVISOL, PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o artigo 8º e § 2º, do art. 10, ambos da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, combinado com o inciso I, do art. 8º, art. 20 e ss., ambos da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004;

Considerando o inciso II, do art. 37, da Constituição Federal;

Considerando que o cargo estava sendo ocupado por servidor admitido em caráter temporário;

Considerando que há vaga para o cargo, a ser preenchida mediante a realização do concurso público;

Considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2016, homologado pelo Decreto nº 2911, de 30 de março de 2016;

Considerando o Parecer Jurídico, de agosto/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para o cargo de Provisório Efetivo de MOTORISTA – NÍVEL 2 – REFERÊNCIA A – Anexo 1 – Subanexo II – Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, o Sr. ILDO TREVISOL, brasileiro, casado, portador do CPF nº 898.096.619-91, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 10 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 177/2016

PORTARIA Nº 177, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

RETIFICA PORTARIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento do servidor protocolado em 09 de maio de 2014;

Considerando que, houve equívocos no período aquisitivo da licença prêmio concedida ao servidor Waldir Antonio Rampon, uma vez que licença para tratamento de saúde retarda a concessão da referida licença na proporção de 1 (um) dia para cada dia de licença obtida;

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar o período aquisitivo da licença prêmio concedida

através da Portaria nº 189, de 01 de setembro de 2014 ao servidor WALDIR ANTONIO RAMPON, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Conceder ao servidor WALDIR ANTONIO RAMPON, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas – Nível 4 – Referência E, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 01.09.2013, retardada em 11 (onze) dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 178/2016

PORTARIA Nº 178, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.873, de 18 de dezembro de 2015, que adotou o LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para o exercício de 2015;

Considerando o art. 1º, da Lei Municipal nº 376, de 12 de junho de 2008, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 405, de 22 de maio de 2009,

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 – Estatuto do Servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor ANTONIO OSMAR OLIVEIRA, servidor efetivo do cargo de MOTORISTA – NÍVEL 2 – REFERÊNCIA A, o pagamento de Gratificação pela dedicação exclusiva, por estar desempenhando suas funções de motorista junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Fica concedido ao servidor acima mencionado o pagamento do adicional de insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) do piso salarial dos funcionários do município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 179/2016

PORTARIA Nº 179, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e,

Considerando o Decreto nº 2.873, de 18 de dezembro de 2015, que adotou o LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho para o exercício de 2015;

Considerando o art. 1º, da Lei Municipal nº 376, de 12 de junho de 2008, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 405, de 22 de maio de 2009,

Amparado no art. 88, incisos VII, XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 52, inciso III e art. 61 e SS, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 – Estatuto do Servidor Público do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor ILDO TREVISOL, servidor efetivo do cargo de MOTORISTA – NÍVEL 2 – REFERÊNCIA A, o pagamento de Gratificação pela dedicação exclusiva, por estar desempenhando suas funções de motorista junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Fica concedido ao servidor acima mencionado o pagamento do adicional de insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) do piso salarial dos funcionários do município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 180/2016

PORTARIA Nº 180, 10 DE AGOSTO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93 da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da servidora, de 10 de agosto de 2016, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ODETE GONÇALVES WALTER WILLE, ocupante do cargo efetivo de Professor II – Nível 5 – REFERÊNCIA C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender a Maria Alves dos Santos Walter - mãe, de conformidade com o atestado médico de Antonio Euclides Pereira de Souza – CRM/SC 1035.

Art. 2º. O período de afastamento é de 03 (três) dias, conforme atestado médico, no período de 10.08.2016 a 12.08.2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 181/2016

PORTARIA Nº 181, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora FLÁVIA LENITA PELENTIR, servidora efetiva no cargo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com os Atestados Médicos do Dr. Rodrigo Specht – CRM/SC 8302, para o período de 01 a 15 de agosto de 2016.

§1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, o servidor estará em auxílio doença (INSS), a contar da data de 16 de agosto de 2016 e enquanto ela permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PREGÃO PRESENCIAL 006-2016 - FMS

MUNICÍPIO DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

O Município de Ibiã/SC torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para, Aquisição de um veículo para o Fundo Municipal da Saúde conforme Proposta Nº 11250.761000/1150-01, cujo o valor se encontra disponível na conta do Município. Entrega dos envelopes: até o dia 02/09/2016 até às 13:20min. Abertura dos envelopes: 02/09/2016 às 13:40min. Tipo de Avaliação: Menor Preço por Item. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06, com a nova redação dada pela LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.ibiam.sc.gov.br ou Fone (0**49)534-0044.

Ibiã, 18 de Agosto de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiã

Ilhota

PREFEITURA

INTIMAÇÃO CONSELHEIRA GILMARA SCHMITT INTIMAÇÃO

A Comissão Especial que ao final subscreve, ora designada para apurar prática de condutas irregulares na função de conselheira tutelar por parte da senhora Gilmara Schmitt, INTIMA Vossa Senhoria para comparecer em data e local abaixo descritos, munido de documento de identidade (RG), CPF e desta intimação, onde deverá prestar esclarecimentos do interesse da Comissão sobre o procedimento investigativo em questão.

Havendo recusa em receber esta intimação, a mesma será concluída na presença de 02 (duas) testemunhas presentes ao fato, onde será verbalizada a intimação e assinada por todos.

INTIMADO (A): Gilmara Schmitt

ENDEREÇO: Rodovia Jorge Lacerda – Barra de Luis Alves

DATA: 26/08/2016 às 09h00min horas.

LOCAL PARA APRESENTAÇÃO: Secretaria de Assistência Social

CONTRAFÉ

INTIMADO EM ____/____/2016/ Ciente: _____

() AUTOR(A); () VÍTIMA; () TESTEMUNHA;

PORTARIA Nº 525/2016

PORTARIA Nº 525/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder retorno da licença sem vencimento, ao Sr JEAN CARLOS FLORES DE OLIVEIRA, no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, com 200 horas mês, a partir de 18 de agosto de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 18 de agosto de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 526/2016

PORTARIA Nº 526/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 01/04/1993 á 31/03/2003, ao Sr PEDRO JOSE SCHNAIDER, no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, com 200 horas mês, a partir de 01 de agosto de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 18 de agosto de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 527/2016

PORTARIA Nº 527/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª VANESSA DOS SANTOS, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 22 de agosto de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 18 de agosto de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 076/2016

EDITAL SEAGP Nº 076/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Agosto a 18 de Setembro de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de agosto de 2016.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

EDITAL SEAGP Nº 076/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Enfermeiro 40h

Gicelia Pittigliani Jorge

EDITAL SEAGP Nº 077/2016

EDITAL SEAGP Nº 077/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Agosto a 18 de Setembro de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de agosto de 2016.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

EDITAL SEAGP Nº 077/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Enfermeiro 40h

Patricia Borges Martins

EXTRATO: SEMUSA 2016/11 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2016/11 – A/00

Contratada: CDI IMAGEM LTDA

CNPJ:10.409.163/0001-86

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTRÓPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS EM DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA DOS GRUPOS, NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.

Prazo: 02/08/2017

Valor: Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais especiais do SUS

Fundamento: Processo nº27/2016 Inexigibilidade 06/2016

Imbituba, 02 de Agosto de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal da Saúde

Credenciante

CDI Imagem Ltda

Representante legal

Credenciada

PORTARIA PMI/GGP Nº 458/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 458, de 17 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública Interino, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO, brasileiro, Advogado, OAB/SC nº 18.600, inscrito no CPF n.º 025.539.829-84, para exercer interinamente o cargo de Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de agosto de 2016.

Imbituba, 17 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2094/16

. DECRETO Nº 2094/16

. De 18 de agosto de 2016

ESTABELECE A REVISÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT ATUARIAL, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR nº 64/05 COM ALTERAÇÕES DADAS PELA LEI COMPLEMENTAR nº 147/13.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Leis Complementares nº 64/05, nº 147/13 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando o Cálculo Atuarial,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida a revisão do Plano de Amortização para equacionamento de déficit atuarial, em conformidade com o art. 2º da Lei Complementar nº 147/13, de 18 de outubro de 2013, nos termos do artigo seguinte.

Art. 2º - Conforme indicado no Parecer Atuarial do exercício de 2015 (base Dezembro/15), o valor do passivo atuarial do Município de Indaial/SC é de R\$ 203.821.089,01 (duzentos e três milhões, oitocentos e vinte e um mil e oitenta e nove reais e um centavo), que será amortizado por APORTES FINANCEIROS mensais sucessivos no curso de 34 (trinta e quatro) anos nos valores mensais de cada exercício financeiro conforme tabela abaixo:

ANO (exercício financeiro)	APORTE FINANCEIRO (mensal) Valores em reais (R\$)
2016	173.210,91
2017	241.211,07
2018	310.553,92
2019	381.259,49
2020	453.348,13
2021	526.840,41
2022	601.757,21
2023	678.119,65
2024	755.949,17
2025	835.267,47
2026	916.096,54
2027	998.458,66
2028	1.082.376,41
2029	1.167.872,68
2030	1.254.970,63
2031	1.343.693,75
2032	1.434.065,84
2033	1.526.111,01
2034	1.619.853,66
2035	1.715.318,56
2036	1.732.471,75
2037	1.749.796,47
2038	1.767.294,43
2039	1.784.967,38
2040	1.802.817,05
2041	1.820.845,22
2042	1.839.053,67
2043	1.857.444,21
2044	1.876.018,65

2045	1.894.778,84
2046	1.913.726,63
2047	1.932.863,89
2048	1.952.192,53
2049	1.971.714,46

Parágrafo Único - O Aporte Financeiro de que trata o caput entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de agosto de 2016 (art. 3º L.C 147/13).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1998/16.

Município de Indaial, 18 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito.

Publique-se na forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº 134/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 134/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRA - FUMPAV, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.485.892/0001-18, com sede na rua Alberto Francisco Junkes, nº 55, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Mário Jorge de Souza, brasileiro, sócio/diretor, inscrito no CPF sob 312.809.609/06 e Cédula de Identidade nº 614.210-9, residente à Rua Itapema, nº 54, na cidade Gaspar – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula sétima, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplanagem, drenagem pluvial, rede de tratamento de esgoto, rede de distribuição de água, pavimentação asfáltica em CBUQ, pavimentação de passeios em blocos de concreto intertravados, sinalização viária, do trecho 04 da Rua

Ribeirão das Pedras, com extensão de 1.239,50 metros (início: de-frente residência 1.702 – estaca 81+4,00 PP; término: interseção com a Rua Mal. Floriano Peixoto – estaca 143+3,50 PF), passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 3.807.369,68 (três milhões oitocentos e sete mil trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 15 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA Mário Jorge de Souza Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO 16/068

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI.

CT16/068

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada São Pedro, sala 01, Bairro Morro São Pedro na cidade de Bom Princípio-RS, inscrita no CNPJ sob o nº 15.823.601/0001-71, doravante denominado CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1– O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamento novo conforme especificações abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
01	01	Colhedora de milho de uma linha, com acionamento hidráulico, pneus novos, produção no mínimo 30 a 40 sacos por hora, rotação da tomada de força de no mínimo 540 rpm.	29.950,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1 – O pagamento do equipamento, objeto da presente licitação será feito em parcela única a favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento do equipamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recebimento do recurso de convênio com o governo do estado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas decorrentes do equipamento/objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Funcional	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
Comp. Elemento	44.90.52.40 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	0134 – RECURSOS DE CONVÊNIO
Reduzido	065

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

6.1 – O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração até 30.12.2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

7.1 – O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0046/2016 – Pregão Presencial nº 0035/2016.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- entregar o objeto licitado conforme proposta;
- arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil, trabalhista ou criminal;
- cumprir todas as cláusulas e as normas constantes do Processo de Licitação;

- d) entregar os objetos desta licitação, com seus manuais de orientação operacional e técnica, como todos os equipamentos, acessórios e especificações, conforme exigido pela legislação de trânsito ou disponibilizado pelo fabricante;
- e) isentar o MUNICÍPIO de qualquer responsabilidade, inclusive inerente ao transporte e à segurança dos equipamentos, ou de terceiros, até a efetiva entrega da mesma;
- f) garantir ao MUNICÍPIO as revisões periódicas, conforme normas do fabricante, que devem constar dos manuais e orientações técnicas, inclusive fornecendo as peças ou partes substituídas e cobertas pelo certificado de garantia;
- g) cumprir outras obrigações decorrentes do precedente processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho;
- h) oferecer garantia de um ano sem limites de horas, com assistência técnica;
- i) durante o período da garantia, todas despesas com revisões correrão por conta do vencedor do certame, sem nenhuma despesa para o município;
- j) a empresa vencedora da licitação deverá oferecer treinamento técnico operacional para servidor designado pelo Município, contendo noções básicas de operação e manutenção do equipamento.

CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

9.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem

como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, (SC) 15 de agosto de 2016.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO 16/069

CONTRATO DE SERVIÇOS DE GUINDASTE QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA GUINDASTES VIDEIRENSES LTDA - EPP.
CT16/069

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. MILTO LUIZ BORGA, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa GUINDASTES VIDEIRENSES LTDA - EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Fernando Egger nº 374, Centro na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.658.786/0001-03, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de pedras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1– O presente contrato tem como objeto a contratação de horas de guindaste, para uso no Município de Iomerê, conforme segue:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Horas	Guindaste hidráulico com operador	175,00	7.000,00

1.2 – O valor do contrato é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As horas serão contratadas parceladamente, conforme a necessidade, na forma e quantidades definidas pela Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos tubos objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal – Eletrônica e recebimento do Convênio com a Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado de Santa Catarina.

3.1.1 – O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: iomere@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase

de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2016:

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Funcional	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA
Complem. Elemento	3390.3024 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	164 – CONVÊNIO ESTADUAL
Reduzido	XX

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 30 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0048/2016 – Dispensa nº 0007/2016.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 – Quanto as horas de guindaste serão computadas a partir do início dos trabalhos no município.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 15 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

GUINDASTES VIDEIRENSES LTDA - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO 16/070

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA - ME.

CT16/070

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. MILTO LUIZ BORGIA doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pedro Penso, nº 355, Centro, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.524.852/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0034/2016, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0045/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.01.2017 conforme a necessidade e poderá ser adquirido maior quantidade ou menor de cada item.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 20.161,95 (vinte mil cento e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDA	DESCRIÇÃO	Unidade medida	VALOR UNITÁRIO R\$
135	250	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	KG	11,62
136	180	PÃO DOCE	KG	12,55
137	150	PÃO FRANCES	KG	9,63
149	40	BOLACHA CASEIRA DE FUBÁ	KG	19,85
150	40	BOLACHA CASEIRA AÇUCARADA	KG	19,85
151	55	BOLO CASEIRO DE CENOURA	KG	19,19
152	50	BOLO CASEIRO DE FUBÁ	KG	19,19
153	50	BOLO CASEIRO DE LARANJA	KG	19,19
154	40	BOLO CASEIRO DE ABACAXI	KG	19,19
155	40	BOLO CASEIRO DE BAUNILHA	KG	19,19
156	50	BOLO CASEIRO DE AIPIM/MILHO	KG	20,49
157	50	GROSTOLI	KG	19,03
161	160	PÃO TIPO CASEIRO	KG	12,17
162	140	PÃO CASEIRO INTEGRAL	KG	12,54
163	120	CUCA CASEIRA	KG	14,81

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	25 e 26

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- a) Fornecer os produtos licitados nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- b) Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta das proponentes vencedoras;
- c) Todos os proponentes deverão anexar às propostas a marca comercial dos itens cotados, para posterior conferência, quando da entrega;
- d) Os produtos somente serão aceitos se estiverem em bom estado de conservação e aparência;
- e) Os itens devem constar referência quanto ao prazo de validade e só serão aceitos com prazo mínimo de 5 (cinco) meses de vencimento;
- f) A licitante vencedora ficará obrigada a entregar os produtos, objeto desta licitação nos preços e prazos estipulados na sua proposta;
- g) A entrega dos gêneros alimentícios seguirá um cronograma expedido pela Secretaria de Educação, através do planejamento de cardápios realizados pela Nutricionista RT. Os horários de entrega a serem cumpridos são repassados anteriormente pela RT, prevalecendo sempre, o primeiro horário da manhã (até 9hs) e o primeiro horário da tarde (até 14hs);
- h) A Escola de Ensino Fundamental Laércio Caldeira de Andrade (Bom Sucesso), apresentará uma concentração na entrega dos gêneros semanais (de 1 até 2 vezes por semana).
- i) Os gêneros alimentícios de caráter menos perecível (carnes, açúcar, leite, etc...) seguirá um cronograma de entrega quinzenal/mensal.
- j) Os pães, frutas e verduras deverão ser entregues até as 9hs nas escolas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- a) Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- b) Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 16 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

JJMCL PANIFICADORA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO 16/071

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME.

CT16/071

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. MILTO LUIZ BORGIA doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Joaquim Moreira dos Santos, nº 855 Bairro Floresta, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.930.192/0001-84, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0034/2016, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0045/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.01.2017 conforme a necessidade e poderá ser adquirido maior quantidade ou menor de cada item.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 62.106,00 (sessenta e dois mil cento e seis reais), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDA	UNID. MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
1	450	KG	AÇUCAR REFINADO	ALTO ALEGRE	3,0830
2	8	KG	AMIDO DE MILHO	APTI	6,4000
3	350	KG	ARROZ PARBOILIZADO	D'AVÓ	2,7400
4	30	KG	ARROZ INTEGRAL	CELIA	4,7600
5	30	KG	ARROZ BRANCO	URBANO	3,5600
40	700	LT	BEBIDA LACTEA	VEZEZA	4,0600
41	1.200	LT	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	AURORA	4,2600
42	40	LT	LEITE SEM LACTOSE	AURORA	5,5800
43	40	UN	IOGURTE SEM LACTOSE	TIROL	2,8900
44	30	KG	BISCOITO SALGADO INTEGRAL	ORQUIDEA	13,1600
45	40	KG	BISCOITO SALGADO COM GERGELIM	ISABELA	13,6500
46	30	KG	BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL	PRODASA	11,5500
47	30	KG	BISCOITO SALGADO TIPO COQUETEL	ISABELA	14,7200
48	30	KG	BISCOITO DOCE SABOR MILHO	PARATI	13,1200
49	20	KG	BISCOITO DOCE TIPO BOLACHA MEL SEM GLACÊ	KRONE	13,4600
50	30	KG	BISCOITO DO TIPO KUKI	ISABELA	14,0900
51	40	KG	BISCOITO DOCE AO LEITE TIPO MARIA	PRODASA	12,1500
52	30	KG	BISCOITO DO TIPO MAISENA	PRODASA	11,5100
53	40	KG	BISCOITO DOCE, TIPO LAMINADO DE LEITE	PRODASA	11,5100
54	6	KG	BISCOITO SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE	JASMINE	36,9400
55	20	KG	CAFÉ SOLUVEL GRANULADO	AMIGO	63,7600
56	20	KG	CAFÉ MOIDO E TORRADO	CABOCLO	19,4200
57	8	CX	FILTROS DE PAPEL PARA PASSAR CAFÉ - 103	BRIGITTA	3,1300
58	0,5	KG	CANELA EM PÓ	GR	83,9600
59	5	KG	CACAU EM PÓ	GR	54,3300
60	0,5	KG	CANELA EM RAMA	GR	88,9100
61	0,5	KG	CRAVO DA INDIA	GR	113,6100
62	0,4	KG	NOZ MOSCADA MOÍDA	GR	143,2400
63	0,5	KG	OREGANO	GR	51,7600
64	5	KG	COLORAU	GR	7,4000
65	60	KG	SAL IODADO REFINADO	SOSAL	1,5800
66	35	KG	CEREAL MATINAL DE MILHO COM AÇUCAR	ALCAFOODS	17,8000
67	10	KG	CEREAL MATINAL DE MILHO SABOR CHOCOLATE	ALCAFOODS	20,2100
68	2	KG	CEREAL INFANTIL	NUTRIMENTAL	27,4300

69	20	KG	GRANOLA	BROSOFT	20,9800
70	1	KG	SEMENTE DE LINHAÇA MARROM EMBALADA	CAROL	23,4200
71	1	KG	SEMENTE DE GERGELIM	CAROL	57,6000
72	6	KG	GRÃO DE BICO	CAROL	19,0300
73	25	KG	LENTILHA	JUREIA	16,9800
74	3	KG	AVEIA EM FLOCOS	VITAO	13,6900
75	40	KG	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO	AURORA	28,8400
76	3	KG	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA	VITAO	16,4700
77	3	KG	FARINHA DE AVEIA	VITAO	17,1100
78	4	KG	FARINHA LACTEA	NUTRIMENTAL	37,1600
79	40	KG	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO	APTI	11,9300
80	2	KG	CHOCOLATE GRANULADO	GR	14,1700
86	3	KG	COCO RALADO SEM AÇUCAR	PREFERIDA	38,5000
87	10	KG	CREME DE LEITE TIPO UHT	PIRACANJUBA	14,8500
88	15	KG	LEITE CONDENSADO	PIRACANJUBA	14,5000
89	0,5	LT	ESSENCIA DE BAUNILHA AÇÚCAR - LÍQUIDO	HIKARI	129,0000
90	16	KG	DOCE DE LEITE	OLIVEIRA	10,8000
91	50	KG	EXTRATO DE TOMATE	QUERO	10,3300
92	7	KG	FERMENTO EM PÓ	DR OETKER	23,1300
93	120	UN	ÓLEO DE SOJA (LATA DE 900 ML)	COAMO	4,2300
94	50	LT	VINAGRE DE MAÇA	KOLLER	3,1500
95	6	LT	AZEITE DE OLIVA	DOM FIORELLO	47,2500
96	20	KG	SARDINHA ENLATADA EM OLEO	COQUEIRO	18,1100
97	40	KG	CARNE BOVINA COXÃO MOLE BIFE	FRINORA	25,9000
98	90	KG	CARNE BOVINA ACEM	FRINORA	18,9000
99	190	KG	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MOIDA	FRINORA	22,5000
100	20	KG	CARNE DO TIPO LIGUICINHA TOSCANA	NOBRE	14,8500
101	50	KG	CARNE BOVINA - MUSCULO	FRINORA	16,8500
102	40	KG	CARNE SUINA BISTECA	FRINORA	12,1500
103	20	KG	CARNE SUINA DO TIPO COSTELINHA FRESCA	FRINORA	14,1500
104	30	KG	CARNE LOMBO FATIADO	FRINORA	19,5000
105	220	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	AVE SERRA	6,7000
106	160	KG	PEITO DE FRANGO CONGELADO	AVE SERRA	10,2000
107	70	KG	DRUMET DE FRANGO	AVE SERRA	13,5000
108	25	KG	ERVILHA DO TIPO CONGELADO	LAR	19,8500
109	6	KG	ERVILHA SECA	JUREIA	8,3300
110	15	KG	MILHO PARA CANJICA BRANCA	JUREIA	6,6600
111	30	KG	MILHO VERDE CONGELADO	LAR	16,1200
112	60	KG	FEIJÃO PRETO	VO TITA	7,7600
113	10	KG	FEIJÃO CARIOCA	VO TITA	11,6400
114	30	KG	FEIJÃO VERMELHO	MAE VEIA	12,5300
115	15	KG	MILHO PARA PIPOCA	SEVENHANI	5,1100
116	6	KG	FARINHA DE MANDIOCA	SEVENHANI	5,8200
117	70	KG	FUBÁ	LIBARDONI	3,4500
118	100	KG	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	GARDENIA	2,8100
119	10	KG	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	GARDENIA	4,3400
120	10	KG	FARINHA DE POLVILHO DOCE	SEVENHANI	7,4000
121	10	KG	FARINHA DE POLVILHO AZEDO	SEVENHANI	7,4000
122	5	KG	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI	APTI	12,7400
123	10	KG	GELATINA EM PÓ SABOR CEREJA	APTI	12,7400
124	5	KG	GELATINA SABOR FRAMBOESA	APTI	12,7400
125	5	KG	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO	APTI	12,7400
126	10	KG	GELATINA SABOR MORANGO	APTI	12,7400
127	10	KG	GELATINA EM PÓ SABOR UVA	APTI	12,7400
128	70	KG	PÓ PARA PUDIM	APTI	11,7900
129	25	KG	SAGU	SEVENHANI	8,0200
130	50	KG	MACARRÃO COM VEGETAIS DE LETRINHAS	ISABELA	8,1000
131	25	KG	MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO	DONA BENTA	6,3800
132	6	KG	MACARRÃO SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE	URBANO	8,3500

133	100	DZ	OVOS	CORRENT	5,8600
134	50	KG	MARGARINA VEGETAL COM SAL	SOYA	6,2600
138	80	LT	SUCO UVA 100% NATURAL	DI FIORI	17,2500
139	80	LT	SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES	DI FIORI	13,2500
140	90	KG	QUEIJO MUZZARELA FATIADO	STA BARBARA	28,4200
141	7	KG	QUEIJO RALADO DO TIPO PARMESÃO	PARMEZZO	66,9400
142	65	KG	SALSICHA DO TIPO HOT DOG	PERDIGAO	8,9900
143	80	KG	PRESUNTO	JCW	27,2200
144	70	UN	BARRA DE CEREAL SABOR CASTANHAS	RITTER	1,3300
145	70	UN	BARRA DE CEREAL DE FRUTAS	RITTER	1,3400
146	70	UN	BARRA DE CEREAL SABOR COCO	RITTER	1,3400
147	70	UN	BARRA DE CEREAL DE AMENDOIM	RITTEER	1,3400
148	5	KG	CANJIQUELHA OU QUIRERA	JUREIA	5,9500
158	50	KG	TORTEI CASEIRO ENROLADO	EDYNEI	24,4200
159	60	KG	TORTEI CASEIRO PASTELZINHO	EDYNEI	24,4300
160	70	KG	AGNOLINE DO TIPO CASEIRO (recheio de frango)	EDYNEI	25,8900
164	30	KG	LASANHA CASEIRA	PINHEIRO PRETO	24,0000
165	100	KG	MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO ESPAGUETE GROSSO	PINHEIRO PRETO	22,5000
166	40	KG	MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO FURADO GROSSO	PINHEIRO PRETO	22,5000
167	40	KG	MACARRÃO CASEIRO CABELO DE ANJO	PINHEIRO PRETO	22,5000
168	20	KG	DOCE CASEIRO DE FRUTAS	COLONIAL	16,3200
169	5	KG	MEL NATURAL DE ABELHA	EXTRAMEL	26,7000

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	25 e 26

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- Fornecer os produtos licitados nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta das proponentes vencedoras;
- Todos os proponentes deverão anexar às propostas a marca comercial dos itens cotados, para posterior conferência, quando da entrega;
- Os produtos somente serão aceitos se estiverem em bom estado de conservação e aparência;
- Os itens devem constar referência quanto ao prazo de validade e só serão aceitos com prazo mínimo de 5 (cinco) meses de vencimento;
- A licitante vencedora ficará obrigada a entregar os produtos, objeto desta licitação nos preços e prazos estipulados na sua proposta;
- A entrega dos gêneros alimentícios seguirá um cronograma expedido pela Secretaria de Educação, através do planejamento de cardápios realizados pela Nutricionista RT. Os horários de entrega a serem cumpridos são repassados anteriormente pela RT, prevalecendo sempre, o primeiro horário da manhã (até 9hs) e o primeiro horário da tarde (até 14hs);
- A Escola de Ensino Fundamental Laércio Caldeira de Andrade (Bom Sucesso), apresentará uma concentração na entrega dos gêneros semanais (de 1 até 2 vezes por semana).
- Os gêneros alimentícios de caráter menos perecível (carnes, açúcar, leite, etc...) seguirá um cronograma de entrega quinzenal/mensal.
- Os pães, frutas e verduras deverão ser entregues até as 9hs nas escolas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 16 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

TEPEL COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO 16/072

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME.
CT16/072

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. MILTO LUIZ BORGIA doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 20.235.235/0001-70, com endereço na Av. Governador Ivo Silveira, nº 759, na cidade de Irani-SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0034/2016, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0045/2016, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.01.2017 conforme a necessidade e poderá ser adquirido maior quantidade ou menor de cada item.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 28.513,94 (vinte e oito mil quinhentos e treze reais e noventa e quatro centavos), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDA	UNID. MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$
6	1.100,000	KG	BANANA CATURRA	CHEIRO BOM	2,5300
7	580,000	KG	MAMÃO	CHEIRO BOM	3,7600
8	850,000	KG	LARANJA	CHEIRO BOM	2,7700
9	900,000	KG	MAÇA	CHEIRO BOM	6,2400
10	80,000	KG	MANGA	CHEIRO BOM	5,5500
11	420,000	KG	MELÃO	CHEIRO BOM	4,5600
12	1.100,000	KG	MELANCIA	CHEIRO BOM	2,3800
13	30,000	KG	ABACATE	CHEIRO BOM	6,4900
14	100,000	UN	ABACAXI PEROLA	CHEIRO BOM	7,5700
15	150,000	KG	BATATA INGLESA	CHEIRO BOM	5,0570
16	50,000	KG	ABOBRINHA DO TIPO PAULISTA	CHEIRO BOM	5,0200
17	150,000	KG	ABOBORA DO TIPO MORANGA	CHEIRO BOM	2,4600
18	80,000	KG	BATATA DOCE	CHEIRO BOM	4,2700
19	60,000	KG	BATATA SALSA	CHEIRO BOM	10,3700
20	100,000	KG	BETERRABA	CHEIRO BOM	4,1400
21	100,000	KG	CENOURA	CHEIRO BOM	4,1400
22	50,000	KG	CHUCHU	CHEIRO BOM	3,9500
23	40,000	KG	MANDIOCA	CHEIRO BOM	5,3100
24	80,000	KG	PEPINO	CHEIRO BOM	3,7000
25	280,000	KG	TOMATE	CHEIRO BOM	5,6700
26	135,000	KG	CEBOLA	CHEIRO BOM	3,4500
27	10,000	KG	RABANETE	CHEIRO BOM	7,7000
28	250,000	KG	REPOLHO	CHEIRO BOM	2,1400
29	50,000	UN	RADICHE	CHEIRO BOM	2,1400
30	100,000	MÇ	TEMPERO VERDE	CHEIRO BOM	2,1400
31	4,000	KG	ALHO FRESCO	CHEIRO BOM	20,1100
32	30,000	KG	VAGEM	CHEIRO BOM	6,1500
33	250,000	UN	ALFACE	CHEIRO BOM	1,9900
34	60,000	UN	ACELGA FRESCA	CHEIRO BOM	5,4800
35	30,000	MÇ	AGRIÃO	CHEIRO BOM	3,0700
36	100,000	UN	BROCOLIS	CHEIRO BOM	4,6300
37	40,000	UN	CHICORIA	CHEIRO BOM	2,1600
38	20,000	UN	COUVE FOLHA	CHEIRO BOM	4,0500
39	80,000	UN	COUVE FLOR	CHEIRO BOM	5,6100
81	2,000	KG	CHÁ MATE SABOR MAÇA	CHILENO	70,8000
82	3,000	KG	CHÁ DE PÊSSEGO	CHILENO	66,6000
83	1,000	KG	CHÁ SABOR ERVA CIDREIRA	CHILENO	75,3000
84	1,000	KG	CHÁ DE ERVA DOCE	CHILENO	84,6000
85	3,000	KG	CHÁ MATE	CHILENO	8,1000

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	25 e 26

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- a) Fornecer os produtos licitados nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- b) Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta das proponentes vencedoras;
- c) Todos os proponentes deverão anexar às propostas a marca comercial dos itens cotados, para posterior conferência, quando da entrega;
- d) Os produtos somente serão aceitos se estiverem em bom estado de conservação e aparência;
- e) Os itens devem constar referência quanto ao prazo de validade e só serão aceitos com prazo mínimo de 5 (cinco) meses de vencimento;
- f) A licitante vencedora ficará obrigada a entregar os produtos, objeto desta licitação nos preços e prazos estipulados na sua proposta;
- g) A entrega dos gêneros alimentícios seguirá um cronograma expedido pela Secretaria de Educação, através do planejamento de cardápios realizados pela Nutricionista RT. Os horários de entrega a serem cumpridos são repassados anteriormente pela RT, prevalecendo sempre, o primeiro horário da manhã (até 9hs) e o primeiro horário da tarde (até 14hs);
- h) A Escola de Ensino Fundamental Laércio Caldeira de Andrade (Bom Sucesso), apresentará uma concentração na entrega dos gêneros semanais (de 1 até 2 vezes por semana).
- i) Os gêneros alimentícios de caráter menos perecível (carnes, açúcar, leite, etc...) seguirá um cronograma de entrega quinzenal/mensal.
- j) Os pães, frutas e verduras deverão ser entregues até as 9hs nas escolas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- a) Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- b) Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 16 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 016/27

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RECUPERAÇÃO DA TOYOTA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA - ME – CT16/046. TA16/027

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Milto Borga, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Saul Brandalise, nº 962 Bairro Matriz na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.070.572/0001-40, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT16/046, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1. As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações e, considerando ofício recebido da empresa Contratada, justificando o atraso nos serviços objeto do contrato, decorrentes da necessidade de peças além daquelas previamente contratadas e, considerando ainda, a efetiva necessidade do uso das mesmas para conclusão dos serviços, resolvem aditar o contrato em epígrafe, nos seguintes termos:

Art. 2. Fica ajustado que a empresa Tieppo Auto Mecanica JJD Ltda – Me, fornecerá as peças objeto da relação anexa, nos preços ali descritos, para garantia do término do objeto do contrato, não ultrapassando o valor limite previsto na Lei n. 8.666/93.

Art. 3. Em razão do ajuste ora celebrado entre as partes contratantes, o contrato passa a vigorar com o valor adicional de R\$ 2.094,20.

Art. 4. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 01 de agosto de 2016.

Milto Borga Tieppo	Auto Mecânica JJD Ltda-ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO Nº 016/28

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E TANIA APARECIDA PAGLIARINI COMELLI – CT15FMAS/002. TA16/028

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Milto Luiz Borga, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, TANIA APARECIDA PAGLIARINI COMELLI, pessoa física, inscrita no cpf 789.463.109-44, residente na cidade de Iomerê, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT15FMAS/002, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1. Considerando que, a partir de 01 de agosto de 2016, o município tomará posse da área total do imóvel(casa) onde está instalado o Conselho Tutelar e, que, com isso, as despesas contratuais se tornam maiores, resolvem as partes, de comum acordo, que o Município contratante arcará com o pagamento das despesas de energia elétrica e água, a partir desta data.

Art. 2. Desde já ficando autorizada, por parte da Contratada, a transferência da titularidade das faturas, junto à Celesc e Casan, para o Município de Iomerê, ficando sob responsabilidade desta a quitação de débitos por ventura existentes até esta data, inclusive para fins de viabilizar a troca da titularidade.

Art. 3. O aditivo se faz necessário, em razão da necessidade de mais espaço físico para garantia das atividades do Conselho Tutelar, restando assim assegurado o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

Art. 4. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT15FMAS/002.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 01 de agosto de 2016.

Município de Iomerê	Tania Aparecida P. Comelli
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

HOMOLOGAÇÃO LOCAÇÃO GUINDASTE

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 7/2016 - DL
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 46/2016 Processo de Licitação: 48/2016 Data do Processo: 12/08/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 48/2016
b) Licitação Nr.: 7/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 12/08/2016
e) Data da Adjudicação: 12/08/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINDASTE COM OPERADOR.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

GUINDASTES VIDEIRENSE LTDA - EPP (3104)

1 LOCAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO GUINDASTE	HRS	40,00	0,0000	175,00	7.000,00
				Total do Fornecedor:	7.000,00
				Total Geral:	7.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (101) Saldo: 7.394,88

Iomerê, 12 de Agosto de 2016.

MILTO BORGIA - prefeito em exercício

HOMOLOGAÇÃO MERENDA ESCOLAR

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2016 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 43/2016 Processo de Licitação: 45/2016 Data do Processo: 27/07/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 45/2016
- b) Licitação Nr.: 34/2016-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 12/08/2016
- e) Data da Adjudicação: 12/08/2016 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.

				(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:				
		Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 24	- 004269 - JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERV.	3	0,0000	6.610,00
Lote: 28	- 004269 - JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERV.	9	0,0000	8.074,00
Lote: 30	- 004269 - JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERV.	3	0,0000	5.480,00
Total por Fornecedor:		15		20.164,00
Lote: 2	- 004765 - TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME	9	0,0000	18.895,00
Lote: 3	- 004765 - TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME	13	0,0000	6.015,00
Lote: 4	- 004765 - TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME	12	0,0000	3.125,00
Lote: 13	- 004765 - TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME	5	0,0000	525,60
Total por Fornecedor:		39		28.560,60
Lote: 1	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	5	0,0000	2.650,00
Lote: 5	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	4	0,0000	8.300,00
Lote: 6	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	4	0,0000	1.730,00
Lote: 7	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	7	0,0000	2.600,00
Lote: 8	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	3	0,0000	1.689,00
Lote: 9	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	8	0,0000	630,00
Lote: 10	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	4	0,0000	1.300,00
Lote: 11	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	4	0,0000	620,00

Iomerê, 12 de Agosto de 2016.

MILTO BORGA - prefeito em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
 Rua João Rech
 C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 34/2016 - PR

Processo Administrativo: 43/2016
 Processo de Licitação: 45/2016
 Data do Processo: 27/07/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Lote: 12	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	7	0,0000	1.950,00
Lote: 14	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	5	0,0000	718,80
Lote: 15	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	6	0,0000	1.990,00
Lote: 16	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	8	0,0000	9.505,50
Lote: 17	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	3	0,0000	4.051,00
Lote: 18	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	4	0,0000	1.130,00
Lote: 19	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	4	0,0000	1.035,00
Lote: 20	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	6	0,0000	750,00
Lote: 21	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	8	0,0000	1.600,00
Lote: 22	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	3	0,0000	615,00
Lote: 23	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	2	0,0000	900,00
Lote: 25	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	2	0,0000	2.440,00
Lote: 26	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	4	0,0000	5.790,00
Lote: 27	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	5	0,0000	405,00
Lote: 29	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	3	0,0000	4.500,00
Lote: 31	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	4	0,0000	4.770,00
Lote: 32	- 004816 - TEPEL COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	2	0,0000	460,00
Total por Fornecedor:		115		62.129,30
Total:		169		110.853,90

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (25), 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (26)

Iomerê, 12 de Agosto de 2016.

MILTO BORGA - prefeito em exercício

HOMOLOGAÇÃO MÁQUINA AGRÍCOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 35/2016 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 44/2016 Processo de Licitação: 46/2016 Data do Processo: 27/07/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 46/2016
b) Licitação Nr.: 35/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/08/2016
e) Data da Adjudicação: 12/08/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE UMA COLHEDORA DE MILHO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI - EPP (4922)

1 COLHEDORA DE MILHO - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.	UN	1,00	0,0000	29.950,00	29.950,00
				Total do Fornecedor:	29.950,00
				Total Geral:	29.950,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (66) Saldo: 29.901,00

Iomerê, 12 de Agosto de 2016.

MILTO BORGIA - prefeito em exercício

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 277/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ANAIR KERN, matrícula 2046-0, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 13/07/2015 a 12/07/2016 e gozo de 22/08/2016 a 31/08/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/08/2016.

Ipumirim - SC, 18 de agosto de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 279/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FABIANA PALUDO, matrícula 1971-2, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/04/2015 a 01/04/2016 e gozo de 22/08/2016 a 31/08/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/08/2016.

Ipumirim - SC, 18 de Agosto de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

PORTARIA Nº. 278/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FERNANDA PALUDO, matrícula 1639-0, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2014 a 30/06/2015 e gozo de 22/08/2016 a 31/08/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/08/2016.

Ipumirim - SC, 18 de Agosto de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3050/2016

Decreto nº 3.050/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.3.90.00.00.00.00.00.0260 (27)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 260 – Recursos PMAQ.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3051/2016

Decreto Nº 3.051/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada no montante de R\$ 22.800,00 (Vinte e dois mil e oitocentos reais) a dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.013 – Manutenção de Atividades de Educação Especial		
3.3.50.00.00.00.00.00.0100 (156)	Aplicações Diretas	R\$ 22.800,00

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.059 – Programa de Merenda Escolar – Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (48)	Aplicações Diretas	R\$ 22.800,00

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3054/2016

Decreto nº 3.054/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.044 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV		
3.3.90.00.00.00.00.00.0250 (13)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 250 – Recursos Transferências FNAS.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3055/2016

Decreto nº 3.055/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00.00.00.00.0218 (59)	Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 218 – Recursos Vigilância Sanitária.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3056/2016

DECRETO Nº 3056/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis (Fundo Municipal de Saúde), no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada no montante de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais) a dotação:

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.3.90.00.00.00.00.00.0260 (27)	Aplicações Diretas	R\$ 8.500,00

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
4.4.90.00.00.00.00.00.0260 (31)	Aplicações Diretas	R\$ 8.500,00

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3057/2016

DECRETO Nº 3.057/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada no montante de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) a dotação:

03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.003 – Manutenção de Convênios e Defesa Civil		
4.4.90.00.00.00.00.00.0263 (20)	Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na

fonte de recursos 263 – Recursos Convênios SSP SC.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 05/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de setembro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE, PARA O PERÍODO DE 01(UM) ANO. O Edital de Licitação já retificado encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de setembro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 19/2016**

Portaria Nº 19/2016

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder a Servidora ELENICE IZAURA NEPPEL WAISMANN, contadora o gozo das férias pelo período de 22/08/2016 à 05/09/2016, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 06/09/2016, convertendo 1/3 em abono pecuniário.

Referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 á 29/02/2016.

Gabinete da Presidência, em 18 de Agosto de 2016.

Sandra Renate Piekarzewicz Maydl

Presidente da Mesa

Itapiranga

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL Nº 132/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 132/2016, cujo objeto é a Contratação de empresa para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) inservíveis, não compactáveis, sendo de origem domiciliar, comercial e limpeza urbana da cidade de Itapiranga e coleta, transporte e destinação final de resíduos classe I (perigosos), da oficina de propriedade do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 31 de agosto de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 18 de agosto de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO
LICITATORIO DO PREGAO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2016

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitatório nº 127/2016, que tem como objeto: Aquisição de moveis especiais sob medida, destinados para o Centro Administrativo Municipal. Fica retificada, a redação do item 2.1., bem como a descrição do anexo VIII do edital. A data da sessão pública prevista para o dia 23/08/2016 às 14:00 horas, em razão da alteração ocorrida no edital, os prazos constantes do instrumento convocatório ficam prorrogados, a teor do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, para o dia 01/09/2016 às 09:00 horas.

Itapiranga, 18 de agosto de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO
LICITATORIO DO PREGAO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitatório nº 129/2016, que tem como objeto: Locação de estruturas metálicas e locação de geradores de energia elétrica, destinados para a realização de eventos no município de Itapiranga. Fica retificado, o anexo I do edital. A data da sessão pública prevista para o dia 26/08/2016 às 09:00 horas, em razão da alteração ocorrida no edital, os prazos constantes do instrumento convocatório ficam prorrogados, a teor do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, para o dia 31/08/2016 às 15:30 horas.

Itapiranga, 18 de agosto de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PREGÃO 43/16

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016

PROCESSO Nº 56/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min do dia 05 de setembro de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição materiais de construção para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 18 de agosto de 2016.

JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI
PREFEITO MUNICIPAL

IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO
DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

NOTIFICAÇÃO - PREGÃO Nº39/2016

NOTIFICAÇÃO

À

Empresa: GMAES TELECOM LTDA-ME	CNPJ/MF: 15.644.251/0001-86
--------------------------------	--------------------------------

O Município de Itapoá, através do Gabinete do Prefeito, vem NOTIFICAR quanto a licitação na modalidade PREGÃO Nº 39/2016 - PROCESSO Nº 51/2016 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) link dedicado de 20(vinte) Megabytes (MB), contínuo e ininterrupto, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, para apresentação de CONTRARRAZÕES aos Despachos e vistos, fls. nº 180 a 262, que pretende a anulação do certame. Passando na presente data a contar o prazo recursal previsto em edital, a partir da publicação em imprensa oficial do Município na data de 19/08/2016 com término em 26/08/2016, conforme abaixo descrito:

10. DOS RECURSOS (ART. 40, INCISO XV):

10.1. Das decisões proferidas pela Comissão de Licitação, caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

10.2. Dos atos praticados pela Administração decorrentes da presente licitação, cabem:

10.2.1. Recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;
- e) rescisão do contrato.

10.2.2. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico; (art. 109, II).

Acaso a empresa resolva declinar do direito de recurso favor enviar manifestação pelo e-mail licitacoes@itapoa.sc.gov.br, ou pelo fax: (47) 3443-8828.

Anexo recurso.

Itapoá, 18 de agosto de 2016.

JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 SOLICITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS REFERENTE AO RECURSO DO INVENTÁRIO DE FRANZIKCA PLETZ, RECURSO ESTADUAL DE BÁSICA E MÉDIA COMPLEXIDADE (INVESTIMENTO) IGD BF

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº40/2016

Processo: 54/2016

Objeto: SOLICITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS REFERENTE AO RECURSO DO INVENTÁRIO DE FRANZIKCA PLETZ, RECURSO ESTADUAL DE BÁSICA E MÉDIA COMPLEXIDADE (INVESTIMENTO) IGD BF.: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 31 de agosto de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 31 de agosto de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 19 de agosto de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 006-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº043-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa GETÚLIO NILO NOGUEIRA LENZI, inscrita no CNPJ sob n.82.739.434/0001-72, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.043/2013, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.99 e determinada a aplicação da penalidade de MULTA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EDITAL Nº 007-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº072-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 007/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, notifica ANDRÉ PIRES DE MELLO, inscrito no CNPJ sob n.057.773.279-07, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.072/2013, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.125 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EDITAL Nº 008-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº075-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 008/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa CENTRO DE ACONSELHAMENTO, ASSISTÊNCIA INTEGRAL E TREINAMENTO INSTITUTO LAÇOS DE SOLIDARIEDADE, inscrita no CNPJ sob n.08.297.768/0001-80, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.075/2013, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.09961/H e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EDITAL Nº 009-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº082-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa PADARIA E CONFEITARIA SILVA'S PAN LTDA, inscrita no CNPJ sob n.07.663.556/0001-07, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.082/2013, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.136 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EDITAL Nº 010-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº098-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CAMINHANDO LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob n.06.020.694/0001-05, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.098/2013, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.150 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EDITAL Nº 011-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº117-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa PANIFICADORA JARAGUÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob n.83.619.122/0001-98, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.117/2013, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.170 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EDITAL Nº 012-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº121-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa MARIA LÚCIA DOS SANTOS COZINHA INDUSTRIAL - ME, inscrita no CNPJ sob n.10.363.727/0001-97, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.121/2013, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.174 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EDITAL Nº 013-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº130-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa ANTONIO MARCOS MADUREIRO -ME, inscrita no CNPJ sob n.18.960.654/0001-22, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.130/2013, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.181 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EDITAL Nº 014-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº143-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, notifica CARLOS AUGUSTO SÁVIO inscrito no CNPJ sob n.063.198.469-09, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.143/2013, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.188 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EDITAL Nº 015-2016-PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº051-2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2016

A GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, notifica a empresa NEGUINHO AUTO PEÇAS LTDA -ME inscrita no CNPJ sob n.01.162.105/0001-00, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário n.051/2015, sendo julgado procedente o Auto de Infração n.010873/A e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação e, querendo o infrator, poderá oferecer defesa no prazo de 15(quinze)dias contados da efetivação da mesma.

Jaraguá do Sul/SC, 18 de agosto de 2016.

João Batista de Oliveira

Subgerente de Vigilância Sanitária

Portaria nº642/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: BRASTRAK INDÚSTRIA, COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS CORTANTES (lâminas, canto de lâminas, unhas, dentes e suporte) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 66/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário por item (R\$)
9	30	UN	Dente de manganês 9w-2451 do escarificador do trator de esteira d-8 – dureza mínima de 400hb com tratamento térmico.	190,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário para os exercícios de 2016 e 2017 será o seguinte:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.122.0300.2.302.3.3.90	Manutenção patrimonial/infraestrutura	3.3.90 – aplicações diretas	155	Próprios

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado

na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 7:30 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.
DATA DA ASSINATURA: 01/08/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Ludmila Sena Ostrouska.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: SUPREMO CIMENTOS S/A.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1, bombeado ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem em cabeceiras de pontes, subidas íngremes de ruas não pavimentadas, fabricação e colocação de galerias de concreto para manutenção ou ampliação de rede de drenagem pluvial, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 65/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Valor unitário por item R\$
01	1.080	M³	Concreto usinado FCK 30 MPA (bombeado) com brita 0 e 1.	290,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os seguintes:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.2.305.3.3.90	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – aplicações diretas	171	Próprios
15.452.0450.2.305.4.4.90	Manutenção de vias/passagens	4.4.90 – aplicações diretas	172	Próprios
15.452.0451.2.308.3.3.90	Manutenção da rede de drenagem	3.3.90 – aplicações diretas	173	Próprios

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas diretamente nos locais determinados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, dentro do perímetro urbano ou rural do município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Luis Henrique Marques Vidal Nabais.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de ARTEFATOS DE CONCRETO (lajotas e tijolinhos) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção de ruas pavimentadas com lajotas e/ou tijolinhos de concreto, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 73/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário por item (R\$)
03	2.700	M²	Lajota sextavada de concreto prensada 30x30x10cm, com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781. (código 8088)	28,10
04	300 10% do item 03	M²	Lajota sextavada de concreto prensada 30x30x10cm, com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781. (código 8088)	28,10
05	20.000	Unid.	Tijolinho de concreto prensado 25x15x8cm, com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781. (código 8115)	1,60

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário para os exercícios de 2016 e 2017 será o seguinte:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.2.305.3.3.90	Manutenção de vias/passagens	3.3.90 – aplicações diretas	171	Próprios

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal, sito a Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA: As empresas vencedoras dos itens, quando da entrega de cada quantidade solicitada pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos deverão apresentar DECLARAÇÃO contendo a data de fabricação dos produtos solicitados.

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Alisson Deglmann.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 214/2016 AO CONTRATO Nº 389/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 214/2016 AO CONTRATO Nº 389/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA ME.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para reforma no C.M.E.I Wolfgang Weege (área de 1.165,88m²), localizada na Rua Pastor Albert Schneider, 249, no Bairro Barra do Rio Cerro em Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 124/2015, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 13/05/2016 com término em 09/09/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 331.980,60 (trezentos e trinta e um mil novecentos e oitenta reais e sessenta centavos), correspondentes a 49,34% (quarenta e nove inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original; Em consequência do acréscimo, o valor total da obra fica em R\$ 1.004.764,85 (um milhão, quatro mil setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2016, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.365.0351.2.121.4.4.90	Manut. Patrimonial – Ed. Infantil	4.4.90 – Aplicações Diretas	140	Salário Educação

DA PRORROGAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 08 de novembro de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.583/2015, servidor público Engenheiro Dalton Uhlendorf, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 05/07/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Rogério Silvano André.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 215/2016 AO CONTRATO Nº 250/2015

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 215/2016 AO CONTRATO Nº 250/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 035/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: MAIS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EPP.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a elaboração de projetos executivos e complementares destinados para implantação de ciclovias no centro e nos bairros Nereu Ramos, Água Verde, Centenário, Amizade e Santa Luzia no município de Jaraguá do Sul SC, em conformidade com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso V da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Primeiro Termo Aditivo nº 400/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 125/2016, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 02/07/2016 com término em 29/10/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 05/07/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Éverson Luciano Silva.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 227/2016 AO CONTRATO Nº 160/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 227/2016 AO CONTRATO Nº 160/2014

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 019/2014-FMS.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.245/91 e Lei Federal nº 8.666/93.

LOCADORA: MMZG ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DO OBJETO: Locação de imóvel com área total de edificação de 419,24m², composto da matrícula: MI 66.453 (sala comercial), localizada no pavimento térreo do Residencial Maranello, situado na Rua 506 Feliciano Bortolini nº 1246, no bairro Barra do Rio Cerro, no município de Jaraguá do Sul/SC, destinado exclusivamente ao funcionamento do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial II – PAMA II.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 162/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 138/2016, fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses, compreendendo o período de 04/07/2016 e com término em 03/12/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO REAJUSTE E DO VALOR: O valor pactuado na cláusula segunda do contrato original, o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 162/2015, fica reajustado em 9,91% (nove inteiros e noventa e um centésimos por cento), referente ao INPC (IBGE) apurado no período de abril de 2015 a março de 2016, passando o valor mensal de R\$ 4.553,64 (quatro mil quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos) para o valor mensal de R\$ 5.004,91 (cinco mil e quatro reais e noventa e um centavos), totalizando o Termo Aditivo no valor de R\$ 25.024,55 (vinte e cinco mil e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de atenção básica – PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	PAB

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer, Mauro Butzke e Zenilde Maria Butzke.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO RESULTADO DO CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO
EXTRATO RESULTADO DO CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO

Censo Cadastral Previdenciário. REALIZAÇÃO: Ministério da Previdência Social – MPS, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Município de Jaraguá do Sul / SC e Consórcio SERCONPREV. RESULTADO:

Tipo de Beneficiário	Servidores Convocados – Quantitativo	Servidores recadastrados – Quantitativo	Servidores não recadastrados – Quantitativo
Ativo – Poder Executivo	3889	3652	237
Ativo – Poder Legislativo	15	15	0
Aposentado	524	519	5
Pensionistas	135	135	0

PORTARIA N.º 006/2016/SEMOB

PORTARIA N.º 006/2016/Semob

IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e artigo 4º, do Decreto Municipal nº 8.539/2012, e;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício nº 129/2016/Semob, de 29/07/2016, e seus anexos, firmado pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Ivan Andreias Wolter, o qual solicita a instauração de Sindicância Administrativa, em desfavor do servidor Alcebíades Alves Pires, tendo em vista a ocorrência do dia 17/06/2016, relatada na comunicação eletrônica do setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto na correspondência eletrônica encaminhada ao Secretário Ivan Andreias Wolter, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, pela servidora Michele Cristina de Amorim, agente administrativo, responsável pelo setor de Gestão de Pessoas, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, comunicando que após o Setor de Recursos Humanos ter solicitado ao Encarregado da Oficina, servidor Alcides Negherbon para providenciar as horas faltas de seus servidores, o mesmo informou que o servidor Alcebíades Alves Pires não compareceu ao trabalho no período vespertino, e que o referido servidor não possuía autorização da sua Chefia para se ausentar do trabalho; e complementou informando que o servidor Alcebíades Alves Pires tem o hábito de frequentar bares, estabelecidos nas proximidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em seu horário de trabalho.

CONSIDERANDO o conteúdo disposto na correspondência eletrônica encaminhada ao Secretário Ivan Andreias Wolter, pela servidora Michele Cristina de Amorim, responsável pelo setor de Gestão de Pessoas, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, comunicando que após recebido a denúncia do Encarregado da Oficina, a mesma, acompanhada do Técnico de Segurança, se deslocou em busca do servidor Alcebíades Alves Pires, nos bares estabelecidos nas proximidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; oportunidade em que o servidor Alcebíades Alves Pires foi flagrado no “Bar do Schultz”, estabelecido no bairro Jaraguá Esquerdo, “DANÇANDO”; e que o ocorrido foi no dia 17/06/2016, por volta das 16h10min;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no documento REF. CARTA DE ADVERTÊNCIA, datado de 08/04/2016, subscrito pelo Encarregado de Oficina, Sr. Alcides Negherbon, pelo Sr. Onésimo José Sell, então Diretor de Obras e Serviços Públicos, e mais 02 (duas) testemunhas, direcionado ao servidor Alcebíades Alves Pires, comunicando o servidor que está sendo advertido, na forma da Lei, em face do ocorrido no dia 07/04/2016, haja vista que o servidor se ausentou do local de trabalho, no horário de expediente (termo de ajuste de horário de trabalho, 2ª a 5ª feiras, 11h00 às 17h00 e as 6ª feiras às 16h00) no horário correspondente às 14h30min e retornou às 15h30min, sem autorização da chefia. E esclarece, “agindo assim V.Sª infringiu o artigo 174, inciso I, Do Regime Disciplinar – que impõe como dever do servidor, ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do superior – Da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 – Estatuto do servidor Público, regime pelo qual é regido como servidor público Municipal. Lembrando que na reincidência de fatos, como este, ou outra natureza serão tomadas as medidas que nos faculta a Lei.” Porém, o servidor recusou-se a assinar o recebimento;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no “Check List – Instaura S.A.”, preenchido e encaminhado pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Ivan Andreias Wolter, em 29/07/2016;

CONSIDERANDO os princípios básicos da administração pública, dispostos na Constituição Federal e aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO os princípios da racionalização administrativa e economia processual, bem como os princípios constitucionais do devido processo legal e o fato da sindicância tratar-se de procedimento preliminar a eventual Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Jaraguá do Sul, Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e as normas legais em vigor;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios da administração pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o relatado, solicitar a abertura de sindicância para averiguação dos fatos e tomada de providências;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa sob o nº 022/2016, em desfavor do servidor público ALCEBÍADES ALVES PIRES, matrícula 7013-1, ocupante do cargo de Mecânico I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, tendo em vista os indícios e denúncias apontados anteriormente, estando sujeito o servidor ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 154/2014 e outros diplomas legais infringidos.

Art. 2º Fica designada a SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelas servidoras VIVIANE STOLF, matrícula 8220-1, lotada na Secretaria Municipal da Saúde; ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108-1, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e CLARELI ADRIANO MALHEIRO, matrícula 7045-9, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para, sob a presidência da primeira, promover a apuração de fatos ensejadores de possível(is) falta(s) disciplinar(es), nos termos constantes da presente Portaria.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa.

Art. 3º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação a Controladoria-Geral do Município, para tomada das providências cabíveis.

Art. 4º A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, ato contínuo, solicitará a Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Art. 5º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá observar o seguinte rito:

I – lavratura do Termo de Abertura da Sindicância Administrativa;

II – indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

III – juntada, aos autos do processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV – notificação do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, para conhecimento do fato que lhe é imputado, ciência da data e horário da sua inquirição e acompanhamento do feito;

V – instrução do feito;

VI – apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguida da sua data de publicação; indicação do número sequencial da Sindicância Administrativa; dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, e resumo do objeto do processo;

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III do presente artigo deverão ser numeradas e rubricadas, pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, no canto superior direito, a partir da capa do processo;

§3º A juntada de qualquer documento ao processo deverá ser antecedida da indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere;

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

§5º Na fase instrutória, a qual se refere o inciso V do presente artigo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos;

Art. 6º As reuniões da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverão ser registradas em ata;

Art. 7º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art. 8º O Relatório Final Conclusivo deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I – da instauração do Processo de Sindicância Administrativa,

II – da instalação dos Trabalhos;

III – do conteúdo constante da instrução processual;

IV – da conclusão;

V – das recomendações, se for o caso e

VI – do encaminhamento à Controladoria-Geral do Município para a formalização do envio à autoridade instauradora.

§1º No condizente à instauração do Processo de Sindicância Administrativa, referido no inciso I do presente artigo, deverá constar referência à Portaria de Instauração, sua respectiva data de publicação, número sequencial da Sindicância Administrativa, descrição sucinta do fato apurado e os dados do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver.

§2º No condizente à instrução processual, constante do inciso III do presente artigo, deverá de forma concisa, constar referência às diligências promovidas, inclusive à oitiva de testemunhas e depoimento do(a) servidor(a) indiciado(a), quando houver, bem como referência à análise comparativa e valorativa promovida pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, destacando-se aquelas em que a

Comissão formou sua convicção.

§3º A Conclusão deverá conter, expressamente, quando for o caso, o nome do(a) servidor(a) em face do(a) qual foi instaurado o Processo de Sindicância Administrativa, sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, bem como a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s) ou menção à ausência de indícios de fatos tipificados na Lei Complementar nº 154/2014.

§4º Verificada a inobservância de procedimentos por quaisquer das unidades da Administração Pública, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa deverá consignar expressamente a recomendação necessária para a correção, adequação ou melhoria da atividade em razão das particularidades identificadas.

§5º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverá encaminhar todo o conteúdo diretamente a Controladoria-Geral do Município para a efetivação das providências necessárias.

Art. 9º Da sindicância instaurada pela autoridade administrativa poderá resultar:

- I – arquivamento do processo ou
- II – abertura de processo disciplinar.

Art. 10 A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art. 11 Os membros da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, deverão ser gratificados na forma da Lei Municipal nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações.

Parágrafo único – A gratificação de função será devida enquanto perdurarem as atividades e em nenhuma hipótese será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art. 12 As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 13 Publique-se na forma do artigo 91, §1º da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2016.

IVAN ANDREIAS WOLTER

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 16/2016

PORTARIANº 16/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no Decreto nº 10.841/2016 e na Portaria 10/2016 do Instituto Jourdan, e

Considerando o teor do ofício nº 069/2016/SEMAG de 14 de julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR o servidor Márcio Manoel da Silveira pelo servidor Marcelo Gumboski como representante da Diretoria de Desenvolvimento Econômico do Instituto Jourdan para compor a Comissão Técnica Preparatória para Revisão do Plano Diretor.

Art. 2º SUBSTITUIR o servidor Marcelindo Carlos Gruner pelo servidor Cristyan Roberto Kopeaki como representante da Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura para compor a Comissão Técnica Preparatória para Revisão do Plano Diretor.

Art. 3º RETIFICAR o disposto na Portaria 10/2016 do Instituto Jourdan no que diz respeito aos bairros correspondentes ao número de cada oficina, devendo ser considerado o que segue:

01ª OFICINA – Bairros Três Rios do Norte, João Pessoa, Santa Luzia e Vila Chartres
Ratificando a indicação da representante Silvana E. Pavanello

02ª OFICINA – Bairros Tifa Martins, São Luís e Jaraguá Esquerdo
Ratificando a indicação do representante Valmir Cristovão

03ª OFICINA – Bairros Amizade Czerniewicz, Nova Brasília e Centro
Ratificando a indicação do representante Antônio Adolfo Beloli

04ª OFICINA – Bairros Rau, Água Verde, Três Rios do Sul, Estrada Nova, Vila Lenzi e Chico de Paulo
Ratificando a indicação da representante Rosani Aparecida Buzzi

05ª OFICINA – Bairros Barra do Rio Molha, Vila Nova e Rio Molha

Ratificando a indicação do representante Agostinho F. Zimmermann

06ª OFICINA – Bairros Ilha da Figueira, Águas Claras e Boa Vista Substituindo o representante José Osvaldo Alves pelo Sr. Leonardo Adolfo Gonçalves

07ª OFICINA – Bairros Baependi, Centenário, Vila Lalau e Vieira

Ratificando a indicação dos representantes Adriana Lúcia Varela L. Delmanego e Adelmo Frtizen

08ª OFICINA – Bairros Jaraguá 84, Jaraguá 99, Garibaldi, Rio da Luz, Rio Cerro I, Rio Cerro II e Barra do Rio Cerro

Ratificando a indicação do representante Wellington de O. M. da Silva e desligando o Sr. Anori Benetti.

09ª OFICINA – Bairros Nereu Ramos, Três Rios do Sul, Ribeirão Grande do Norte, Ribeirão Cavalo, Braço do Ribeirão Cavalo, Tifa Monos e Santo Antônio

Ratificando a indicação do representante Danilo José Possamai e desligando o Valdemar Pereira Prestes

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de Agosto de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

PORTARIA Nº 711/2016

PORTARIANº 711/2016

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 8.509/2012, de 23/03/2012, alterado pelo Decreto Municipal Nº 8.908/2012, de 20/09/2012; e

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, avaliados pela COMISSÃO designada através do Decreto Municipal Nº 8.571/2012, e alterações, Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final da autoridade competente, que considerou o(a) servidor(a) "APTO(A) - Atende as expectativas", para o exercício do cargo público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 040/2016/CADEP, de 16/08/2016, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR as Avaliações de Desempenho de Estágio Probatório, considerando APTO(A) para exercer as atribuições do cargo público os servidores a seguir relacionados:

NOME	MAT.	CARGO	LOTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Raimundo do Amaral Soares	10367	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	12/03/13	12/03/16
Roberto Gomes da Silva	10365	Motorista de Veículos Pesados e Ambulância	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	11/03/13	11/03/16
Emerson de Oliveira Franca	7694	Motorista de Veículos Pesados e Ambulância	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	01/03/13	01/03/16
Silvio Sacoman	10366	Operador de Máquinas Leves	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	14/03/13	14/03/16
Rudimar Alexandre Oldoni	10359	Motorista de Veículos Pesados e Ambulância	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	18/03/13	18/03/16
Carlos Roberto Silveira Neto	10363	Operador de Máquinas Leves	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	12/03/13	12/03/16
Ademar Westrupp	10273	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	16/07/12	16/07/15
Silvio Colaço	10361	Motorista de Veículos Pesados e Ambulância	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	20/03/13	20/03/16
Clarice Reimer Zimath	8587	Administradora	Secretaria Municipal da Fazenda	07/01/13	07/01/16
Marinalva Batista	8402	Coordenadora Pedagógica	Secretaria Municipal da Educação	09/11/12	23/12/15
Elaine Cristina Engelmann dos Navegantes	10009	Auxiliar de Biblioteca	Secretaria Municipal da Educação	08/03/12	08/09/15
Gabriela Cabral	9811	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	17/02/12	17/08/15
Priscila Aparecida Rigo	10154	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	19/02/13	19/02/16

Roberta Moura Cidral de Oliveira	10274	Pedagoga	Secretaria Municipal da Educação	11/07/12	11/07/15
Graciele Fatima Ribeiro	9260	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	18/06/12	16/02/16
Kelin Luciane Giroto Schallenberger	8947	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	03/12/12	06/03/16
Israel Oliveira Santos	9512	Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal da Educação	16/03/13	16/03/16
Jane Andrea Satig da Silva	10134	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	01/03/12	02/09/15
Marli Terezinha Bento Cametin	10062	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	01/03/12	15/05/15
Juliana Rech	10091	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	12/01/13	12/01/16
Jose Valdemar Montibeller	10356	Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal da Educação	12/02/13	12/02/16
Clemair da Aparecida de Moraes Kolodie	10285	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	06/08/12	06/08/15
Gilberto João Feiten	9696	Motorista de Veículos Leves	Secretaria Municipal da Saúde	23/01/13	23/01/16
Ederson Alves Pereira	10252	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria Municipal da Saúde	25/06/12	25/06/15

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 712/2016

PORTARIANº 712/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1048/2016/Cogem, de 16/08/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 13/08/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, concernentes à Sindicância Administrativa Nº 013/2016, instaurada pela Portaria Nº 615/2016, de 14/07/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 713/2016

PORTARIANº 713/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 38 a 40, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 141/2016/Semob, de 08/08/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/08/2016, MILTON RIBEIRO, matrícula 2161, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, para exercer o cargo de provimento em comissão de SUBGERENTE DE MANUTENÇÃO DE BENS PÚBLICOS - Semob, da Gerência de Obras Gerais, Comunitárias e Conveniadas, da Diretoria de Obras e Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 714/2016

PORTARIANº 714/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face do Servidor JOHN KENNEDY CAMPOS MARINHO.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 866/2016/Semsa, datado de 01/08/2016, firmado pelo Sr. Dalton Fernando Fischer, Secretário Municipal da Saúde, o qual solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor John Kennedy Campos Marinho;

CONSIDERANDO os indícios de infrações praticadas pelo servidor John Kennedy Campos Marinho, dispostas no Memorando Nº 93/2015/DAB/Semsa, subscrito pela Sra. Nádia Renate da Silva, Diretora de Atenção Básica, junto à Secretaria Municipal da Saúde, a qual relata:

a) que recebeu relatos da chefia imediata do Posto de Saúde Germano Hornburg, no bairro Amizade, informando que o servidor John Kennedy Campos Marinho, ocupante do cargo de Dentista, por várias vezes faltou com respeito com seus colegas de trabalho, inclusive com sua chefia imediata;

b) que, em outra ocasião, em reunião ocorrida no dia 15/05/2015, na Unidade de Saúde do Bairro Amizade, a servidora Lucélia Baumgardt Kruger, Técnica de Enfermagem, sofreu ameaças advindas do servidor John Kennedy Campos Marinho, que proferiu palavras de baixo calão, ofendendo e humilhando, diante de todos, a servidora;

c) que, por diversas vezes, o servidor John Kennedy Campos Marinho ausentou-se do seu local de trabalho, em horário de expediente, para tratar de assuntos particulares;

d) que o servidor foi surpreendido pela sua chefia imediata cozinando pinhão, no consultório odontológico do Posto de Saúde, utilizando, para isso, a autoclave e material esterilizante;

CONSIDERANDO todo o conteúdo do Processo de Sindicância Administrativa Nº 016/2015, instaurado pela Portaria Nº 059/2015/Semsa, de 15/07/2015, base do presente, conduzida pela PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA (PCPSA);

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal John Kennedy Campos Marinho;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, IV, V, VI, VII, IX, XIV e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, V, XI e XIV, do artigo 174, do Capítulo II - Das Proibições, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do

Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Nº 013/2016, em face do servidor JOHN KENNEDY CAMPOS MARINHO, devendo os trabalhos serem conduzidos pela PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais VANESSA SCHWIRKOWSKY, matrícula 9450-1, lotada na Procuradoria-Geral do Município; DANIELLE WANESSA WEEGE, matrícula 9043-3, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e MICHELY REGINA BENEVENUTTI, matrícula 8075-6, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para, sob a presidência da primeira, apurar a responsabilidade funcional do servidor John Kennedy Campos Marinho, matrícula 2892-4, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, exercendo a função gratificada de Odontólogo - ESF, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, em virtude dos fatos anteriormente relatados, dispostos nos incisos I, IV, V, VI, VII, IX, XIV e XV, do artigo 173, e incisos I, V, XI e XIV, do artigo 174, todos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso, e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a

juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e sequencialmente a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à

autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias. Art.12. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser considerados, para efeito de reincidência, as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016-FMS**RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016-FMS**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 26/2016-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de reagentes, com concessão de uso gratuita em regime de comodato, de toda a aparelhagem automática para a completa execução dos testes, com fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, destinados ao Laboratório Municipal de Análises Clínicas, teve o seguinte resultado:

Lote	Item	Proponente vencedora	Qtd.	Unid	Descrição dos produtos	Valor global do lote (R\$)
01	01	REM IN-DÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	8.100	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO DE 3ª GERAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (AGHB), EM SORO OU PLASMA HUMANOS. Cadastro 23350	1.054.998,90
	02		8.100	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DOS ANTICORPOS FRENTE AO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (ANTI-HBS) EM SORO OU PLASMA HUMANO EM SORO OU PLASMA HUMANO. Cadastro 23351	
	03		6.300	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS TO-TAIS (ANTI HBC TOTAL), CONTRA O ANTÍGENO DO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANO. Cadastro 23352	
	04		6.300	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O ANTÍGENO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANOS. Cadastro 23353	
	05		8.100	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPO CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C EM SORO OU PLASMA HUMANO. Cadastro 23354	
	06		8.100	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DO VÍRUS HIV 1 E 2, PARA USO EM EQUIPAMENTO DE AUTOMAÇÃO, COM SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE EM TORNO DE 100% E 99%. Cadastro 23355	
	07		540	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO P/ DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO HBE (AGHBE) DO VÍRUS DA HEPATITE B. Cadastro 23357	
	08		540	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTICORPO FRENTE AO ANTÍGENO HBE DA HEPATITE B (ANTI-HBE) EM SORO OU PLASMA HUMANO. Cadastro 23358	
	09		5.400	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O TOXOPLASMA GONDII EM SORO OU PLASMA. OS RESULTADOS DEVEM SER EXPRESSADOS EM UI/ML. Cadastro 23359	
	10		5.400	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O TOXOPLASMA GONDII. Cadastro 23360	
	11		360	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO DA AVIDEZ DE ANTICORPOS IGG PARA O TOXOPLASMA GONDII EM AMOSTRAS DE SORO E PLASMA HUMANO. Cadastro 29460	
	12		3.600	Test	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUANTITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. Cadastro 23361	
	13		3.600	Test	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. Cadastro 23362	
	14		8.550	Test	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE ANTICORPOS IgG E IgM CONTRA TREPONEMA PALLIDUM (ANTI SIFILIS) EM SORO OU PLASMA. Cadastro 29461	
	15		2.250	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. Cadastro 29496	
	16		2.250	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. Cadastro 29497	

17	DESERTO	900 10% do item 01	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO DE 3ª GERAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (AGHBS), EM SORO OU PLASMA HUMANOS. Cadastro 23350	-X-X-X-X-
18		900 10% do item 02	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DOS ANTICORPOS FRENTE AO ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DA HEPATITE B (ANTI-HBS) EM SORO OU PLASMA HUMANO EM SORO OU PLASMA HUMANO. Cadastro 23351	
19		700 10% do item 03	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS TOTAIIS (ANTI HBC TOTAL), CONTRA O ANTÍGENO DO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANO. Cadastro 23352	
20		700 10% do item 04	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O ANTÍGENO CORE DO VÍRUS DA HEPATITE B EM SORO OU PLASMA HUMANOS. Cadastro 23353	
21		900 10% do item 05	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPO CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C EM SORO OU PLASMA HUMANO. Cadastro 23354	
22		900 10% do item 06	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DO VÍRUS HIV 1 E 2, PARA USO EM EQUIPAMENTO DE AUTOMAÇÃO, COM SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE EM TORNO DE 100% E 99%. Cadastro 23355	
23		60 10% do item 07	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO P/ DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTÍGENO HBE (AGHBE) DO VÍRUS DA HEPATITE B. Cadastro 23357	
24		60 10% do item 08	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA A DETERMINAÇÃO QUALITATIVA DO ANTICORPO FRENTE AO ANTÍGENO HBE DA HEPATITE B (ANTI-HBE) EM SORO OU PLASMA HUMANO. Cadastro 23358	
25		600 10% do item 09	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O TOXOPLASMA GONDII EM SORO OU PLASMA. OS RESULTADOS DEVEM SER EXPRESSADOS EM UI/ML. Cadastro 23359	
26		600 10% do item 10	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O TOXOPLASMA GONDII. Cadastro 23360	
27		40 10% do item 11	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO DA AVIDEZ DE ANTICORPOS IGG PARA O TOXOPLASMA GONDII EM AMOSTRAS DE SORO E PLASMA HUMANO. Cadastro 29460	
28		400 10% do item 12	Test	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUANTITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. Cadastro 23361	
29		400 10% do item 13	Test	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA. Cadastro 23362	
30		950 10% do item 14	Test	ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE ANTICORPOS IgG E IgM CONTRA TREPONEMA PALLIDUM (ANTI SIFILIS) EM SORO OU PLASMA. Cadastro 29461	
31		250 10% do item 15	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGG CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. Cadastro 29496	
32		250 10% do item 16	Test	TESTE IMUNOENZIMÁTICO PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS DA CLASSE IGM CONTRA CITOMEGALOVÍRUS EM SORO OU PLASMA. Cadastro 29497	

Jaraguá do Sul, SC, 11 de agosto de 2016.
 Rosinei Ap.Gretter Dias
 Pregoeira – Decreto 9.071/2013
 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2016**RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2016**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 73/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de ARTEFATOS DE CONCRETO (lajotas, tijolinhos e meio fio) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção de ruas pavimentadas com lajotas e/ou tijolinhos de concreto, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário por item (R\$)
01	SÓLIDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA	4.500	M²	Lajota sextavada de concreto prensada 25x25x8cm, com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781. (código 8089)	25,00
02	SÓLIDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA	500 10% do item 01	M²	Lajota sextavada de concreto prensada 25x25x8cm, com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781. (código 8089)	25,00
03	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	2.700	M²	Lajota sextavada de concreto prensada 30x30x10cm, com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781. (código 8088)	28,10
04	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	300 10% do item 03	M²	Lajota sextavada de concreto prensada 30x30x10cm, com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781. (código 8088)	28,10
05	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	20.000	Unid.	Tijolinho de concreto prensado 25x15x8cm, com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781. (código 8115)	1,60
6	SÓLIDOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA	1.000	Peças	Meio fio de concreto prensado 80x25x8cm, com resistência a compressão mínima de 25 Mpa atendendo a NBR 9781. (código 8090)	13,15

Jaraguá do Sul, SC, 10 de agosto de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 9.071/2013
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

SEMED - PORTARIA Nº 621/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 621/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 202/2016, de 02.05.2016, que admitiu MARCOS ROBERTO JOLY para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de ARTES, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 622/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 622/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 199/2016, de 27.04.2016, que admitiu LUCIANE BERTOLI para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 623/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 623/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 200/2016, de 29.04.2016, que admitiu DENIELLE SOARES DE SENE para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 624/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 624/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 198/2016, de 23.05.2016, que admitiu ADRIANA SAPLINSKI SPEZIA para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 625/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 625/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei

Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 201/2016, de 29.04.2016, que admitiu MARCICLEIDE MARIA DOS SANTOS para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 626/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 626/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 209/2016, de 27.04.2016, que admitiu DORALICE FUSSI RIBEIRO para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 627/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 627/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 204/2016, de 28.04.2016, que admitiu ELIANE TEREZINHA MARQUES DOS SANTOS para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 628/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 628/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 193/2016, de 27.04.2016, que admitiu BEATRIZ DE OLIVEIRA para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 629/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 629/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 191/2016, de 28.04.2016, que admitiu MERIELE BAIRROS para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 630/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 630/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 213/2016, de 03.05.2016, que admitiu ADRIANE DOS SANTOS CAMARGO NARDELLI para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

TOMADA DE PREÇOS Nº 63/2016

Tomada de Preços nº 63/2016

DESPACHO

Considerando o ingresso de recurso contra o julgamento das habilitações no Edital de Tomada de Preços nº 63/2016, ficam intimados os demais licitantes, para, querendo, manifestem suas contrarrazões no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, conforme previsão na Lei Federal 8.666/93.

Jaraguá do Sul (SC), 18 de agosto de 2016.
Sergio Felipe dos Santos
Presidente da Comissão de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 84/2016**

PORTARIA Nº 84/2016

Exonera Chefe de Gabinete.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, a SRA. ALAIS OLSKA. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 34/2016, de 02 de Fevereiro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 17 de agosto de 2016.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA

Presidente em exercício

PORTARIA Nº 85/2016

PORTARIA Nº 85/2016

Exonera Assessor Parlamentar.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, a SRA. FRANCISCA EMÍLIA SARAIVA TERTO. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 46/2012, de 10 de Outubro de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 17 de agosto de 2016.

JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA

Presidente em exercício

PORTARIA Nº 86/2016

PORTARIA Nº 86/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. LUCIANA KULKAMP LEHMANN, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 18 de agosto de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

PORTARIA Nº 87/2016

PORTARIA Nº 87/2016

Nomeia Assessora Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. MARIA ALINE DA SILVA, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 18 de agosto de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO PARA 2017

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes à participar da Audiência Pública para a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2017, que acontecerá no dia 25 de agosto de 2016, às 17h, nas dependências do Auditório da Câmara de Vereadores de Joaçaba, à Rua Tiradentes, 872, Centro.

Joaçaba, 18 de agosto de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

104/2013 PMJ TA 03

CONTRATO Nº 104/2013/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VENILTON ROGÉRIO TELES, e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA – ME, com sede administrativa na Rua Doze de Maio, nº 152 – Sala 02 – Vila Alemanha, na cidade de Luzerna - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Paulo Delfino Pinto, portador da C. I nº 863.685.846 e CPF nº 639.561.289-15, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 104/2013/PMJ, firmado em 19/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 63/2013/PMJ – Edital TP nº 13/2013/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a manutenção corretiva e preventiva dos semáforos implantados nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses a contar de 19 de agosto de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) para a execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 17 de agosto de 2016.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA
PAULO DELFINO PINTO

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

259/2015 PMJ TA 02

CONTRATO Nº 259/2015/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VENILTON ROGÉRIO TELES, e a empresa OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.627.484/0001-66, estabelecida na RUA FELIPE SCHMIDT, 2070 – SL 01, no Município de OURO/SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. ROSANA MARIA GALIO POGGERE, portadora da Carteira de Identidade nº 2.636.288-0 e inscrita no CPF sob o nº 018.631.599-67, residente e domiciliada na RUA OSVALDO CRUZ, 380, na cidade de OURO/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 259/2015/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 68/2015/PMJ – Edital TP nº 13/2015/PMJ, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção da iluminação pública do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 15 de setembro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

Os valores contratados ficam reajustados em 9,4929%, correspondentes a variação do INPC/IBGE no período de julho de 2015 a junho de 2016, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1.200	un	Lâmpada Vapor Sódio 70 W	EMPALUX	12,66	13,86	16.632,00
2	350	un	Lâmpada Vapor Sódio 150 W	EMPALUX	16,59	18,16	6.356,00
3	520	un	Lâmpada Vapor Sódio 250 W	EMPALUX	20,57	22,52	11.710,40
4	230	un	Lâmpada Vapor Sódio 400 W	EMPALUX	25,18	27,57	6.341,10
5	30	un	Lâmpada Vapor Metálico 150 W	EMPALUX	22,63	24,78	743,40
6	30	un	Lâmpada Vapor Metálico 150 W / 220 V – cor 830 UV filter – base g12 – modelo Powerball HCI-T	EMPALUX	37,54	41,10	1.233,00
7	45	un	Lâmpada Vapor Metálico 400 W	EMPALUX	26,64	29,17	1.312,65
8	25	un	Luminária Fechada Integrada LS7 - 70 W	POLLUX	156,00	170,81	4.270,25
9	10	un	Luminária Fechada Integrada LS15 - 150 W	POLLUX	160,00	175,19	1.751,90
10	10	un	Luminária Fechada Integrada LS25 - 250 W	POLLUX	260,00	284,68	2.846,80
11	10	un	Luminária Fechada Integrada LS40 - 400 W	POLLUX	260,00	284,68	2.846,80
12	593	un	Reator Lâmpada Vapor Sódio 70 W (Reator de uso externo)	DEMAPE	43,09	47,18	27.977,74
13	231	un	Reator Lâmpada Vapor Sódio 150 W (Reator de uso externo)	DEMAPE	64,36	70,47	16.278,57
14	256	un	Reator Lâmpada Vapor Sódio 250 W (Reator de uso externo)	DEMAPE	77,45	84,80	21.708,80
15	170	un	Reator Lâmpada Vapor Sódio 400 W (Reator de uso externo)	DEMAPE	116,76	127,84	21.732,80
16	1.200	un	Relé Fotoelétrica NF 5 A	TAKGTN	14,41	15,78	18.936,00
17	40	un	Luminária IP Fechada com policarbonato – com bocal E - 27	ALMIRANTE	66,48	72,79	2.911,60
18	60	un	Chave IP 1x50 NA 198/242 V relé	EXATRON	134,86	147,66	8.859,60
19	30	un	Chave IP 2F 2x30 A relé	EXATRON	158,65	173,71	5.211,30
20	22	un	Braço comum IP 25x1000 mm	ROMAGNOLLE	25,98	28,45	625,90
21	15	un	Braço especial IP 49x3000 mm	TOMAGNOLLE	83,73	91,68	1.375,20
22	70	m	Fio Caloria 1,5 mm²	CORFIO	0,54	0,59	41,30
23	180	rl	Fita isolante adesiva 9 mm x 20 metros	SOPRANO	3,20	3,50	630,00
24	80	un	Parafuso cabeça quadrada 16x250mm	ROMAGNOLLE	5,70	6,24	499,20
25	250	un	Conector Cunha Ampactin tipo III	INTELLI	2,20	2,41	602,50
26	110	un	Bocal de Porcelana E-27	DECORLUX	4,45	4,87	535,70
27	90	un	Bocal de Porcelana E-40	DECORLUX	7,78	8,52	766,80
28	1.200	mt	Cabo Flexível 2,5 mm²	CORFIO	0,89	0,97	1.164,00
29	10	un	Conector Paralelo Tipo Cunha 2/2	INTELLI	3,27	3,58	35,80
30	95	un	Parafuso cabeça quadrada 16x150 mm	ROMAGNOLLE	4,24	4,64	440,80
31	55	un	Parafuso cabeça quadrada 16x200 mm	ROMAGNOLLE	4,87	5,33	293,15
32	35	un	Parafuso cabeça quadrada 16x300 mm	ROMAGNOLLE	6,80	7,45	260,75

33	310	un	Base para Rele Fotoelétrico	TAKGTN	7,16	7,84	2.430,40
34	500	un	Conector Ampactinho Tipo II	INTELLI	3,32	3,64	1.820,00
35	40	un	Conector Ampactinho Tipo B	INTELLI	3,96	4,34	173,60
36	115	un	Conector tipo Piercing	INTELLI	3,78	4,14	476,10
37	03	un	Poste Dt 10/300	ARTELAGE	703,00	769,73	2.309,19
38	03	un	Poste Dt 10/150	ARTELAGE	495,00	541,99	1.625,97
39	03	un	Cinta para poste circular nº 190	ROMAGNOLLE	15,25	16,70	50,10
40	03	un	Cinta para poste circular nº 220	ROMAGNOLLE	20,22	22,14	66,42
41	135	sv	Serviços de manutenção da Chave Magnética (instalar, retirar ou substituir)		28,00	30,66	4.139,10
42	751	sv	Serviços e consertos em conexões (limpeza, reaperto ou substituição)		12,00	13,14	9.868,14
43	350	sv	Serviços para conserto e inspeção de circuito para localizar falha por ponto de iluminação publica (desmontar e consertar luminárias, refletores, conjunto de pétalas, conjunto de globos, etc.		18,00	19,71	6.898,50
44	1.000	sv	Serviços de manutenção de lâmpada em Luminária Aberta (instalar, retirar ou substituir)		14,00	15,33	15.330,00
45	962	sv	Serviços de manutenção de lâmpada em Luminária Fechada (instalar, retirar ou substituir)		19,00	20,80	20.009,60
46	80	sv	Serviços de manutenção de lâmpada em Luminária de poste acima de 11 metros com uso de guindauto (instalar, retirar ou substituir)		25,00	27,37	2.189,60
47	1.171	sv	Serviços de manutenção de Reator para Lâmpada Comum ou Especial (instalar, retirar ou substituir)		21,00	22,99	26.921,29
48	50	sv	Serviços de manutenção de Reator em poste acima de 11 metros com uso de guindauto (instalar, retirar ou substituir)		25,00	27,37	1.368,50
49	760	sv	Serviços de manutenção de Relê Fotoelétrico Individual (instalar, retirar ou substituir)		11,50	12,59	9.568,40
50	05	sv	Serviços de manutenção de Relê Fotoelétrico em poste acima de 11 metros com uso de guindauto (instalar, retirar ou substituir)		18,00	19,71	98,55
51	88	sv	Serviços de instalação ou troca de luminária completa (padrão)		22,00	24,09	2.119,92
52	05	sv	Serviços de instalação ou troca de Luminária Completa (ornamental)		50,00	54,75	273,75
53	06	sv	Serviços de instalação de poste com guindauto		199,00	217,89	1.307,34

Diante da prorrogação e do reajuste agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 295.976,28 (duzentos e noventa e cinco mil novecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 18 de agosto de 2016.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Venilton Rogério Teles - Secretário

ROSANA MARIA GALIO POGGERE
OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA-EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

DECRETO Nº 4.980 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.980 de 17 de AGOSTO de 2016.

SUBSTITUI MEMBROS DE COMISSÃO DE QUE TRATA O DECRETO Nº 4.259/2013 QUE DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA, PROCESSO ADMINISTRATIVO E Tomada de Contas Especial do Município de Joaçaba, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.298/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída, a servidora ROSÂNGELA PELICIONI, pelo servidor LUIZ FERNANDO VACCARI, na composição da Comissão Permanente nº 02, nomeada pelo Decreto n. 4.259/2013, junto às Comissões Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo do Município de Joaçaba, destinada a apuração de irregularidades e demais procedimentos previstos na Lei Complementar nº 76/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos e de apuração de irregularidades na execução de contratos administrativos na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, com abrangência em toda Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 17 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA JHL 244/2016

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 244/2016 DE 10.08.2016

ALUIR FLEMMING, Diretor Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no uso das atribuições legais:

Considerando, a missão do SIMAE na prestação de serviço de coleta e tratamento do esgoto sanitário nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna;

Considerando, o plano para expansão de redes de coleta de esgoto sanitário nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna;

Considerando, a necessidade de construção de nova Estação de Tratamento de Esgoto - ETE para destinação do esgoto sanitário proveniente dos bairros Santo Antonio, Morada do Sol e Estação Luzerna, no município de Herval d'Oeste e Bairro Caetano Branco, no município de Joaçaba;

Considerando, a necessidade de aquisição de imóvel com área, localização e condições adequadas para instalação da nova ETE, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão Especial encarregada de localizar e avaliar imóveis que atendam as condições técnicas para instalação da nova ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, observando-se as características topográficas da região.

Art. 2º. Ficam designados para compor a Comissão Especial que trata o artigo primeiro os seguintes servidores:

- a) André Francisco Fiorin;
- b) Paulo Cesar Lamin;
- c) Wilian Santor Sganzerla

Parágrafo único. A Comissão Especial constituída nos termos deste artigo será presidida pelo servidor Paulo Cesar Lamin.

Art. 3º. Fica a Comissão Especial, desde logo, autorizada a adotar todas as providências necessárias para localização e avaliação de imóveis que atendam a necessidade do SIMAE.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Joaçaba, 10 de agosto de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 250/2016

PORTARIA SIMAE JHL – 250/2016 DE 18/08/2016

ALUIR FLEMMING, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Com fundamento no item 10, n. 10.1, do Edital de CONCURSO PÚBLICO SIMAE/JHL/1/2014 e diante dos termos da Portaria JHL-Nº 152/2014 de 22 de agosto de 2014, PRORROGAR, por 02 (dois) anos, a validade do Concurso Público SIMAE/JHL/1/2014, de ingresso para provimento de Cargos Públicos do Quadro de Pessoal do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, a partir de 22 de agosto de 2016, sendo a validade do concurso prorrogada até 21 de agosto de 2018.

Joaçaba-SC, 18 de agosto de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 251/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 251/2016 DE 18/08/2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Allan Guimarães Borçato em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Wilian Sartor Sganzerla
André Francisco Fiorin
Marcos Antônio Fávero

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 18 de Agosto de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PREGÃO 0028/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0035/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0028/2016
PROTOCOLO JHL 1740/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0028/2016 – Licitação 0035/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PVC OCRE A SER UTILIZADO PELO SETOR DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESGOTO DO SIMAE, NO EXERCÍCIO DE 2016.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00min do dia 02/09/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 02/09/2016 às 14h10min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 19/08/2016 a 02/09/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 18 de agosto de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1 TERMO ADITIVO ARP 02-A/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02-A/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016

PROCESSO Nº 10/2016

O MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, através da Comissão de Licitação, lavra o presente, 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão Eletrônico 01/2016–SMS, que objetiva a Aquisição de Leites Especiais Para Saúde da Criança, Demandas Judiciais e Programa da AIDS, observados as seguintes Alterações:

Diante da aceitação expressa da Empresa, bem como da possibilidade de realização do procedimento de negociação previsto nos Arts. 18 e 19 do Decreto federal n. 7.892/2013, repetido no Decreto Municipal n. 8.928/2007, nos Arts. 9, §§ 3º 4º e 5º. Com anuência da Secretaria da Fazenda n. 218/2016 e com Parecer Jurídico n. 740/2016, fica Reajustado o Item 8 Leite UHT zero lactose, para dietas com restrição de lactose. Para crianças a partir de 1 ano. Não contém glúten. Unidade de 1 litro. - Marca: TERRA VIVA, passando de R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 5,07 (cinco reais e sete centavos).

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

EMPRESA:

BRUTHAN COMERCIAL LTDA – CNPJ 02.625.813/001-00 – RUA FELIPE NEVES, 631 BAIRRO CANTO FLORIANÓPOLIS/SC CEP 88.070-760

Lages, 11 de agosto de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ARP 12-A/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

PROCESSO Nº 04/2016

O MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através da Comissão de Licitação, lavra o 1º termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão 02/2016 – FMAS, que objetiva a Aquisição de Gêneros Alimentícios para os Abrigos da Secretaria Municipal de Assistência Social, observados as seguintes alterações:

Diante da possibilidade de realização do procedimento de negociação previsto nos Arts. 18 e 19 do Decreto federal n. 7.892/2013, repetido no Decreto Municipal n. 8.928/2007, nos Arts. 9, §§ 3º 4º e 5º, fica reajustado o item 127 leite integral, conforme ofício de lavra da Secretaria da Fazenda n. 226/2016 e com Parecer jurídico n. 733/2016 favorável, da seguinte forma: passando de R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos) para R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos).

As demais Cláusulas e Condições permanecem inalteradas.

EMPRESA,

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 82.894.718/0001-33, COM SEDE MARIO RIBEIRO RAMOS, 242 – SÃO CRISTÓVÃO – LAGE/SC CEP 88.509-340.

Lages, 10 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 13-A/2016 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

PROCESSO Nº 14/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Centro Pop, Bolsa Família, CRAS e Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 08/2016.

O valor registrado é de R\$ 2.085,90 (dois mil e oitenta e cinco reais e noventa centavos), sendo:

ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA – ME – CNPJ 21.593.746/0001-26 – RUA PADRE CRISTÓVÃO ARNAUD, 89 ESTREITO ALFREDO WAGNER/SC

Lages, 18 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 090/2016

DECRETO Nº 090/2016.

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo nº 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 004/2016, citados abaixo, para comparecerem pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Vetterlli, nº 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 07h00min às 13h00min:

· Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Roseli Fontanella Pacheco da Silva

- David Geraldo

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE AGOSTO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

EDITAL DE PREGAO Nº68/2016 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº68/2016 PMLM

PROCESSO Nº68 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 31 de agosto de 2016 às 09:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vetterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de pneu, recape de pneu, camaras de ar e protetores para o ano de 2016 para atender as secretarias do município de Lauro Muller - SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de agosto de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - AG DE DEFESA CIVIL

IBAM | Listagem Parcial de Classificação | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA | PAG: 1
17/08/2016 - 13:28

Médio completo
006 - AG. DE DEFESA CIVIL
No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP-AG DEFESA CIVIL	NM-LEG CONST E MUNICIPAL	NM-PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
1	JOSE AROLDO ANTUNES DOS SANTOS	16265-5	2	03/08/1971	170.00	70.00	50.00	290.00	0.000	290.000
2	ANDERSON LUIZ PRESTES	2834-7	2	30/04/1983	150.00	60.00	50.00	260.00	0.000	260.000
3	RONALDO ADRIANO ALVES DE OLIVEIRA	16159-4	0	03/08/1990	150.00	50.00	40.00	240.00	0.000	240.000
4	DORIVAL RIBEIRO DE CAMPO NETO	2585-2	0	29/07/1992	150.00	40.00	50.00	240.00	0.000	240.000
5	EVERALDO CAETANO DA SILVA	16261-2	0	03/03/1994	130.00	60.00	40.00	230.00	0.000	230.000
6	JOAO PAULO DE MELO BORGES	16127-6	0	15/06/1994	120.00	50.00	40.00	210.00	0.000	210.000
7	DANIEL OSNI DOS SANTOS	2640-9	1	03/11/1983	100.00	40.00	50.00	190.00	0.000	190.000
8	HELIO DE BAIRROS	16023-7	2	10/11/1975	160.00	70.00	30.00	260.00	0.000	Elimin.
9	ALLANDIEFFERSON DE SOUZA	16212-4	0	15/01/1993	160.00	60.00	20.00	240.00	0.000	Elimin.
10	JORGE LUIZ DE MELO BORGES	2584-4	0	03/10/1996	150.00	60.00	10.00	220.00	0.000	Elimin.
11	MAICON SZYNDROWSKI	16223-0	2	24/02/1979	120.00	30.00	40.00	190.00	0.000	Elimin.
12	JOSEMAR PACHECO DOS SANTOS	16158-6	2	29/11/1975	110.00	40.00	30.00	180.00	0.000	Elimin.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - AG SAUDE NSRA DE LOURDES

IBAM | Listagem Parcial de Classificação | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA | PAG: 1
17/08/2016 - 13:28

Médio completo
007 - AG SAUDE - NSRA DE LOURDES
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- AGENTE SAUDE	NM-LEG CONST E MUNICIPAL	NM- PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
1	JANE DE FATIMA GOIS RUTH	16142-0	2	03/01/1980	110.00	60.00	80.00	250.00	0.000	250.000
2	FRANCIELI FERNANDES DA SILVA	2550-0	1	25/10/1988	140.00	50.00	40.00	230.00	0.000	230.000
3	FRANCESCO RODIGHERI	16141-1	0	18/01/1997	110.00	60.00	60.00	230.00	0.000	230.000
4	ELIANE MARTINS DA SILVA COSTA	15911-5	4	29/04/1975	130.00	40.00	50.00	220.00	0.000	220.000
5	ELOISA DOS SANTOS CAMARGO	16211-6	0	18/06/1998	100.00	70.00	50.00	220.00	0.000	220.000
6	FRANCIELI APARECIDA KLUG	19515-4	1	16/08/1987	110.00	50.00	50.00	210.00	0.000	210.000
7	MARIANE FERNANDA GONSALVES DE ARAUJO	16087-3	1	13/07/1991	100.00	40.00	50.00	190.00	0.000	190.000
8	JANETE APARECIDA GRANEMANN	22513-4	1	16/10/1987	130.00	70.00	30.00	230.00	0.000	230.000
9	SALETE ALVES DOS SANTOS	16137-3	3	02/05/1973	130.00	50.00	30.00	210.00	0.000	210.000
10	EDNA CARVALHO DO VALE	16066-0	2	07/12/1985	130.00	50.00	30.00	210.00	0.000	210.000
11	PRISCILA HELEN DOS SANTOS	16178-0	1	13/09/1995	100.00	60.00	20.00	180.00	0.000	180.000
12	ALINE AMARO MAEBERG	19863-3	1	18/04/1996	80.00	50.00	50.00	180.00	0.000	180.000
13	ELIANA NERCOLLINI	15966-2	1	09/08/1961	90.00	60.00	20.00	170.00	0.000	170.000
14	ELAINE GONCALVES PEREIRA	16034-2	3	27/04/1986	90.00	50.00	30.00	170.00	0.000	170.000
15	LUCIANO DE SOUZA BAUER	16227-2	0	12/02/1994	90.00	50.00	30.00	170.00	0.000	170.000
16	JULIANA ALVES DOS SANTOS	16032-6	1	01/04/1991	60.00	20.00	60.00	140.00	0.000	140.000
17	THAIS GRANEMANN DOS SANTOS	16105-5	0	01/09/1996	70.00	40.00	10.00	120.00	0.000	120.000

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - AG SERVIÇOS GERAIS

IBAM		LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA			PAG: 1				
Listagem Parcial de Classificação					17/08/2016 - 13:30				
Fundamental incompleto									
016 - AG SERVIÇOS GERAIS									
No. de vagas: 1									
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP-AG SERV GERAIS	FC-PORT E CONHEC GERAIS	Objetivas	Títulos	Total
1	PAULO HENRIQUE CAETANO	16061-0	1	15/11/1994	80.00	100.00	180.00	0.000	180.000
2	VILARIN VERONEZE	15942-5	1	12/12/1961	80.00	50.00	130.00	0.000	130.000
3	DANIEL MOREIRA DE LIMA	16111-0	0	15/11/1970	60.00	50.00	110.00	0.000	110.000

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - ASSISTENTE SOCIAL

IBAM | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA | 17/08/2016 - 13:27 | PAG: 1

Listagem Parcial de Classificação

Superior completo
001 - ASSISTENTE SOCIAL
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- ASSISTENTE SOCIAL	NS-LEG CONST E MUNICIPAL	NS- PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
1	ROSENI MARIA DE SOUZA	18492-6	1	22/06/1976	160.00	90.00	60.00	310.00	0.000	310.000
2	MARISTELA VERGOPOLAN	15983-2	3	16/08/1973	150.00	70.00	70.00	290.00	0.000	290.000
3	MELIZA SABINI	2714-6	0	01/11/1991	140.00	60.00	80.00	280.00	0.000	280.000
4	ROSEMARI APARECIDA MAGUERROSKI	16078-4	1	11/10/1983	130.00	60.00	90.00	280.00	0.000	280.000
5	FABIANA RIBEIRO DE SOUZA	16097-0	0	18/04/1980	150.00	60.00	50.00	260.00	0.000	260.000
6	LARESSA GABRIELA WEBBER	16130-6	1	24/04/1994	160.00	50.00	40.00	250.00	0.000	250.000
7	FATIMA TERESINHA DANIELI	16080-6	1	04/10/1978	100.00	50.00	70.00	220.00	0.000	220.000
8	BRUNA EDINA DOS SANTOS	16257-4	0	09/12/1991	130.00	50.00	30.00	210.00	0.000	Elimin.
9	VITORIA NUNES DA SILVA	16075-0	4	22/09/1945	80.00	40.00	70.00	190.00	0.000	Elimin.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - AUX DE ENFERMAGEM

IBAM		LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA				PAG: 1			
Listagem Parcial de Classificação						17/08/2016 - 13:28			
Médio completo									
008 - AUX DE ENFERMAGEM									
No. de vagas: 2									
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP-AUX ENFERMAGEM	NM-LEG CONST E MUNICIPAL	NM-PORTUGUES	Objetivas	Títulos
1	ELOIR FOGUES	16084-9	2	24/08/1966	140.00	90.00	70.00	300.00	0.000
2	GIOSANE MOREIRA DE ALMEIDA	15930-1	1	20/05/1988	150.00	70.00	40.00	260.00	0.000
3	IDNEI JOSE GUEDES	16131-4	0	01/12/1988	100.00	80.00	80.00	260.00	0.000
4	LUCELIA HELENA VIEIRA	16163-2	3	20/10/1986	140.00	30.00	60.00	230.00	0.000
5	EDINEIA RODRIGUES DOS SANTOS	16088-0	0	09/12/1993	120.00	70.00	30.00	220.00	0.000
6	RAFAELA DA COSTA LOPES	2612-3	0	07/01/1993	90.00	60.00	60.00	210.00	0.000
7	GILVANE GUESSER BELLI	2748-0	1	14/12/1972	90.00	70.00	30.00	190.00	0.000
8	LUCIANA DE PAULA RIBEIRO	16018-0	1	12/08/1992	100.00	40.00	30.00	170.00	0.000

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - CONTROLADOR INTERNO

IBAM | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA | 17/08/2016 - 13:30 | PAG: 1
 Listagem Parcial de Classificação

Superior completo
 019 - CONTROLADOR INTERNO
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- CONTROLADOR INTERNO	NS-LEG CONST E MUNICIPAL	NS- PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
1	VALTER ALTEMAR ORTIZ DOS SANTOS	16252-3	2	30/11/1982	160.00	100.00	100.00	360.00	0.000	360.000
2	MARIZA GRANEMANN DE MELLO	16030-0	0	25/09/1972	170.00	90.00	80.00	340.00	0.000	340.000
3	RAFAEL AUGUSTO CASTILHOS	16046-6	2	21/05/1983	150.00	60.00	70.00	280.00	0.000	280.000
4	MARCELO BORBA DO VALLE	16074-1	0	05/09/1991	100.00	60.00	50.00	210.00	0.000	210.000
5	EMANOEL DIEGO OLIVEIRA ISRAEL	15978-6	0	06/09/1993	60.00	80.00	60.00	200.00	0.000	Elimin.
6	JULIANO DE PAULA CARNEIRO	16152-7	0	14/06/1984	110.00	70.00	10.00	190.00	0.000	Elimin.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - FISCAL DE TRIBUTOS

IBAM		LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA				PAG: 1				
Listagem Parcial de Classificação						17/08/2016 - 13:29				
Médio completo										
010 - FISCAL DE TRIBUTOS										
No. de vagas: 0										
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- FISCAL DE TRIBUTOS	NM-LEG CONST E MUNICIPAL	NM- PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
1	EDUARDO PIERDONA	16107-1	0	06/10/1990	90.00	60.00	70.00	220.00	0.000	Elimi
2	LUAN LARA DA SILVA	2866-5	0	27/02/1994	80.00	50.00	30.00	160.00	0.000	Elimi
3	RUHAN MOREIRA DOS SANTOS	16268-0	0	20/12/1996	60.00	30.00	40.00	130.00	0.000	Elimi

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - MECÂNICO

IBAM		LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA				PAG: 1			
Listagem Parcial de Classificação						17/08/2016 - 13:29			
Fundamental completo									
012 - MECANICO									
No. de vagas: 1									
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- MECANICO	FC-PORT E CONHEC GERAIS	Objetivas	Títulos	Total
1	FABIANO JAKSON BORTOLOZO	16024-5	2	23/07/1976	70.00	100.00	170.00	0.000	170.000
2	ANTONIO CARLOS SANTOS MELO	2869-0	2	19/12/1992	80.00	80.00	160.00	0.000	160.000
3	SAMUEL MEZZAROBBA LENZ	23603-9	0	16/11/1997	60.00	80.00	140.00	0.000	140.000

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - MOTORISTA

IBAM | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA | PAG: 1
 Listagem Parcial de Classificação | 17/08/2016 - 13:29

Médio completo
 013 - MOTORISTA
 No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- MOTORISTA	FC-PORT E CONHEC GERAIS	Objetivas	Títulos	Total
1	JHON LENON PEREIRA GOMES	16071-7	0	03/07/1992	90.00	100.00	190.00	0.000	190.000
2	ALCIONE ALVES DOS SANTOS	16040-7	4	06/11/1976	90.00	90.00	180.00	0.000	180.000
3	LEANDRO MEDEIRO	16246-9	2	02/03/1979	90.00	90.00	180.00	0.000	180.000
4	JOAO CARLOS RIZZO MOREIRA	16116-0	2	09/12/1975	80.00	90.00	170.00	0.000	170.000
5	PAULO CESAR GOES	22814-1	2	27/05/1985	80.00	90.00	170.00	0.000	170.000
6	RODRIGO DA SILVA	16179-9	1	17/04/1989	80.00	90.00	170.00	0.000	170.000
7	ADEMILSON OLIVEIRA DA LUZ	21365-9	2	22/01/1983	70.00	90.00	160.00	0.000	160.000
8	MATHEUS KOCH	2668-9	0	12/02/1995	70.00	90.00	160.00	0.000	160.000
9	JOSE ANTONIO COHLS	16085-7	3	10/10/1983	70.00	80.00	150.00	0.000	150.000
10	DIEGO ALEXANDRO DE OLIVEIRA DA CUNHA	16269-8	2	29/04/1984	70.00	80.00	150.00	0.000	150.000
11	PETER ALBERT LUIZ	2702-2	1	07/07/1991	70.00	80.00	150.00	0.000	150.000
12	OSNERI ALVES NUNES JUNIOR	16136-5	0	27/11/1992	60.00	90.00	150.00	0.000	150.000
13	ADILSO DA SILVA	2718-9	2	02/12/1978	70.00	70.00	140.00	0.000	140.000
14	ASSIS PRESTES LEMOS	15928-0	2	13/08/1967	50.00	90.00	140.00	0.000	140.000

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - MOTORISTA VEIC ESCOLAR

IBAM | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO - PREFEITURA | PAG: 1
Listagem Parcial de Classificação | 17/08/2016 - 13:29

Fundamental completo
014 - MOTORISTA VEIC. ESCOLAR
No. de vagas: 2

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	MOTORISTA VEIC ESCOLAR	CTP- MOTORISTA VEIC ESCOLAR	FC-PORT E CONHEC GERAIS	Objetivas	Titulos	Total
1	RODRIGO PONTES FERNANDES	22995-4	2	27/01/1983	80.00	80.00	100.00	180.00	0.000	180.000
2	MILTON TIBES DE LIMA	16286-3	4	01/11/1955	70.00	70.00	100.00	170.00	0.000	170.000
3	JOSE CLAUDIR BERTULINO	16017-2	3	06/08/1972	80.00	80.00	90.00	170.00	0.000	170.000
4	JEFERSON BIANQUI DA CRUZ	16051-2	1	27/05/1989	80.00	80.00	90.00	170.00	0.000	170.000
5	VALDEMIR GOMES	16025-3	5	16/03/1968	70.00	70.00	90.00	160.00	0.000	160.000
6	ANDERSON LUIZ DA COSTA	16135-7	1	22/03/1988	70.00	70.00	90.00	160.00	0.000	160.000
7	ANTONIO PIRES DE MORAES	2903-3	2	01/05/1966	60.00	60.00	90.00	150.00	0.000	150.000
8	JORGE LUIZ GUEDES	2768-5	1	31/10/1976	60.00	60.00	90.00	150.00	0.000	150.000
9	JOSE ADEMIRSON MELO	2799-5	3	27/09/1954	60.00	60.00	80.00	140.00	0.000	140.000
10	MARCELO KOJIKOSKI NETO	23492-3	1	14/09/1975	60.00	60.00	80.00	140.00	0.000	140.000
11	VOLNEI THIBES PINTO	23182-7	0	18/07/1971	50.00	50.00	80.00	130.00	0.000	130.000
12	ALMIR JUNIOR TEIXEIRA DE ARAUJO	16283-9	1	10/07/1991	20.00	20.00	100.00	120.00	0.000	Elimin.
13	JOEL ALMIR DE SOUZA	2760-0	2	04/06/1965	30.00	30.00	80.00	110.00	0.000	Elimin.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - NUTRICIONISTA

LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA

IBAM
Listagem Parcial de ClassificaçãoPAG: 1
17/08/2016 - 13:27Superior completo
003 - NUTRICIONISTA
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- NUTRICIONISTA	NS-LEG CONST E MUNICIPAL	NS- PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
1	CLEITON DA SILVA OLIVEIRA	16120-9	0	19/06/1987	170.00	80.00	100.00	350.00	0.000	350.000
2	THIAGO PEREZ JORGE	16035-0	0	24/08/1981	180.00	80.00	80.00	340.00	0.000	340.000
3	VANESSA KELLY HENKEL	16019-9	0	30/06/1986	170.00	70.00	100.00	340.00	0.000	340.000
4	PATRICIA YUMIKO MURAKAMI	15994-8	0	02/03/1989	180.00	60.00	90.00	330.00	0.000	330.000
5	GABRIELA REGINA PINTO	16273-6	0	01/06/1990	160.00	80.00	90.00	330.00	0.000	330.000
6	LAIS BERTOLDO	2601-8	0	12/11/1991	160.00	80.00	90.00	330.00	0.000	330.000
7	MARIANE ROSA	15973-5	0	20/02/1988	160.00	70.00	100.00	330.00	0.000	330.000
8	DANIELI KNOPIK	16275-2	0	21/05/1989	140.00	90.00	100.00	330.00	0.000	330.000
9	ANGELICA ALBERTI	16193-4	0	19/02/1994	170.00	90.00	60.00	320.00	0.000	320.000
10	TIAGO PEREIRA	16090-3	0	14/12/1992	170.00	70.00	80.00	320.00	0.000	320.000
11	ANNA TAYLE HUPPES	16195-0	1	11/06/1992	150.00	90.00	80.00	320.00	0.000	320.000
12	DAYANE OLIVEIRA DA SILVA LEME	16068-7	1	14/08/1992	150.00	80.00	90.00	320.00	0.000	320.000
13	JESSICA CARATTI SOARES	16196-9	0	05/01/1993	140.00	90.00	90.00	320.00	0.000	320.000
14	ELENICE SEGALA	2863-0	0	05/09/1993	120.00	100.00	100.00	320.00	0.000	320.000
15	LARISSA BISSONI DE SOUSA	16151-9	0	22/07/1989	160.00	70.00	80.00	310.00	0.000	310.000
16	PATRICIA PERTSCHY	2896-7	1	05/06/1985	150.00	70.00	90.00	310.00	0.000	310.000
17	LUIZ SERGIO DA SILVA FILHO	2764-2	1	11/09/1988	160.00	60.00	80.00	300.00	0.000	300.000
18	THALINE ARETUZA MUNIZ MACHADO	21822-7	0	08/05/1991	120.00	80.00	100.00	300.00	0.000	300.000
19	MARCIA DA COSTA PORTO	16191-8	1	20/04/1983	160.00	60.00	70.00	290.00	0.000	290.000
20	ANGELA CARLA FORESTI	16264-7	0	20/05/1992	150.00	70.00	70.00	290.00	0.000	290.000
21	NATALHA MARIA CHEFFER	2724-3	0	26/12/1993	140.00	70.00	80.00	290.00	0.000	290.000
22	JOSIANE BASTOS DE MORAIS	16190-0	0	03/09/1987	130.00	90.00	70.00	290.00	0.000	290.000
23	JESSICA RICARDO	20020-4	1	21/10/1989	130.00	90.00	70.00	290.00	0.000	290.000
24	BRUNA DA APARECIDA FRANCO	16277-9	2	06/10/1990	130.00	90.00	70.00	290.00	0.000	290.000
25	MARINA WERNER	2911-4	0	22/04/1994	130.00	90.00	70.00	290.00	0.000	290.000
26	TATIANE CRISTINA BIAVA DALLA COSTA	23485-0	0	12/05/1989	130.00	80.00	80.00	290.00	0.000	290.000
27	PRISCILA VIEIRA FELIPUS	2867-3	0	28/06/1992	130.00	70.00	90.00	290.00	0.000	290.000
28	TANICLER NUNES	16045-8	0	01/09/1986	120.00	80.00	90.00	290.00	0.000	290.000
29	LUZIANE FRANCISCA LOPES	22227-5	0	26/01/1981	150.00	70.00	60.00	280.00	0.000	280.000
30	JAQUELINE PIATI	2682-4	0	09/02/1987	140.00	70.00	70.00	280.00	0.000	280.000
31	VIVIAN BRAZ VIEIRA	2673-5	1	17/11/1980	130.00	80.00	70.00	280.00	0.000	280.000
32	JOELMA PASQUALLI	16247-7	1	15/02/1977	130.00	60.00	90.00	280.00	0.000	280.000
33	CAROLINA SANTOS DA SILVA SCHUCK	16230-2	0	02/04/1992	120.00	80.00	80.00	280.00	0.000	280.000
34	ANA CLAUDIA CAVALIERI FELIPUS	2876-2	0	01/01/1995	120.00	80.00	80.00	280.00	0.000	280.000
35	LUCIANA BARBOSA	16206-0	0	14/12/1974	120.00	70.00	90.00	280.00	0.000	280.000
36	ANA CLAUDIA LUNELLI MORO	23624-1	1	25/02/1985	120.00	70.00	90.00	280.00	0.000	280.000
37	EDUARDA CLARISSA DA SILVA	16108-0	0	03/05/1986	110.00	80.00	90.00	280.00	0.000	280.000
38	JANAINA SILVA BATISTA	2860-6	0	30/10/1988	160.00	50.00	60.00	270.00	0.000	270.000
39	BRUNA APARECIDA DA SILVA	23694-2	0	12/07/1993	140.00	70.00	60.00	270.00	0.000	270.000
40	LETICIA REGINA CORREA	16140-3	0	11/11/1988	130.00	70.00	70.00	270.00	0.000	270.000

IBAM | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA | PAG: 2
 Listagem Parcial de Classificação 17/08/2016 - 13:27

Superior completo
 003 - NUTRICIONISTA
 No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- NUTRICIONISTA	NS-LEG CONST E MUNICIPAL	NS- PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
41	NEIDE ARTIFON	15943-3	2	04/12/1982	120.00	80.00	70.00	270.00	0.000	270.000
42	CRISTIANE DE OLIVEIRA	16118-7	0	05/04/1991	120.00	70.00	80.00	270.00	0.000	270.000
43	TALITA DIREZIANSDY FONTANY LIMA	16089-0	0	25/02/1985	110.00	80.00	80.00	270.00	0.000	270.000
44	DAIANE CARLA TRENTIN	16186-1	0	26/02/1993	130.00	60.00	70.00	260.00	0.000	260.000
45	GISLAINE TURKE BRAUN	2761-8	0	19/07/1988	120.00	80.00	60.00	260.00	0.000	260.000
46	NAYRA ANGEL CORREA SUBTIL	2855-0	0	31/08/1993	120.00	70.00	70.00	260.00	0.000	260.000
47	GABRIELA MELLO	2875-4	0	27/08/1985	110.00	50.00	100.00	260.00	0.000	260.000
48	FELIPE ARIEL MARAFON	15926-3	0	15/05/1994	100.00	70.00	90.00	260.00	0.000	260.000
49	ANDRESSA SERAFINI MIRANDA	16154-3	0	01/03/1982	100.00	90.00	60.00	250.00	0.000	250.000
50	AMANDA BRUCH	16082-2	0	24/10/1981	110.00	70.00	60.00	240.00	0.000	240.000
51	SUZANE BEZNER	16091-1	0	23/02/1985	100.00	60.00	80.00	240.00	0.000	240.000
52	PATRYCIA CANDIDO	16226-4	0	19/10/1989	100.00	60.00	60.00	220.00	0.000	220.000
53	KARINE MARCIELY DE LIMA VENANCIO	16056-3	1	01/07/1989	100.00	60.00	50.00	210.00	0.000	210.000
54	TATIANE KAROLINE BASSANI PRZYVITOSKI	16041-5	0	08/09/1986	90.00	70.00	70.00	230.00	0.000	Elimin.
55	CARINE DEHLANO	2608-5	0	20/02/1989	70.00	80.00	70.00	220.00	0.000	Elimin.
56	GREICE MORESCO	16240-0	0	13/04/1986	80.00	60.00	70.00	210.00	0.000	Elimin.
57	KARINE CRISTINA HOLZ DA SILVA	16072-5	0	07/03/1990	50.00	60.00	50.00	160.00	0.000	Elimin.
58	TATIANE BARZOTTO DOVE	16117-9	1	28/04/1980	60.00	30.00	20.00	110.00	0.000	Elimin.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - OFICIAL ADMINISTRATIVO

IBAM | Listagem Parcial de Classificação | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA | 17/08/2016 - 13:29 | PAG: 1

Médio completo
011 - OFICIAL ADMINISTRATIVO
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP-OFFICIAL ADMINISTRATIVO	NM-LEG CONST E MUNICIPAL	NM-PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
1	EDER LEANDRO PRZYVITOSKI	16042-3	0	13/11/1981	160.00	70.00	70.00	300.00	0.000	300.000
2	CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS	2746-4	2	17/04/1989	150.00	90.00	50.00	290.00	0.000	290.000
3	JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI	16063-6	0	17/09/1983	120.00	100.00	70.00	290.00	0.000	290.000
4	JUNIOR JOSE GRANEMANN DE SOUZA	16126-8	0	22/09/1998	140.00	70.00	70.00	280.00	0.000	280.000
5	THALISSON DIEGO RIZZO	16020-2	0	09/08/1998	120.00	70.00	90.00	280.00	0.000	280.000
6	SILMARA APARECIDA MEIRELES DA SILVA GRANEMANN	16232-9	0	25/07/1988	130.00	90.00	40.00	260.00	0.000	260.000
7	RAFAEL MOREIRA LEMOS	16037-7	0	03/01/1997	130.00	60.00	60.00	250.00	0.000	250.000
8	PAULA MARIA SELHORST	15921-2	0	16/05/1994	120.00	60.00	40.00	220.00	0.000	220.000
9	BRUNO SANTOS DA SILVA	16036-9	0	14/12/1995	100.00	50.00	50.00	200.00	0.000	200.000
10	JEFERSON ALVES MAIBERG	16162-4	0	07/09/1993	140.00	60.00	30.00	230.00	0.000	Elimin.
11	ADILSON SILVA COELHO	15939-5	1	23/09/1979	130.00	60.00	30.00	220.00	0.000	Elimin.
12	JUSSARA TIZIAN	16174-8	0	24/12/1987	140.00	30.00	20.00	190.00	0.000	Elimin.
13	WILLIAM ANGELO RIZZO	16028-8	0	28/05/1994	100.00	40.00	30.00	170.00	0.000	Elimin.
14	VIVIANE APARECIDA DA SILVA	15981-6	1	08/03/1991	100.00	40.00	20.00	160.00	0.000	Elimin.
15	PERLA ALICE EDJANE AP DA LUZ	2609-3	2	12/02/1980	90.00	50.00	20.00	160.00	0.000	Elimin.
16	GUILHERME MEZZAROBBA LENZ	23542-3	0	06/01/2000	90.00	40.00	30.00	160.00	0.000	Elimin.
17	CAROLAYNE DA SILVA SANTIN	2810-0	0	13/05/1997	90.00	50.00	10.00	150.00	0.000	Elimin.
18	JISLAINE DE SOUZA FURTADO	2577-1	0	24/01/1998	80.00	30.00	40.00	150.00	0.000	Elimin.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - OP DE MAQUINAS PESADAS

IBAM		LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA				PAG: 1			
Listagem Parcial de Classificação						17/08/2016 - 13:29			
Fundamental completo									
015 - OP DE MAQUINAS PESADAS									
No. de vagas: 0									
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP-OP MAQ PESADAS	FC-PORT E CONHEC GERAIS	Objetivas	Títulos	Total
1	AGUINALDO ALVES DOS SANTOS	16138-1	0	09/04/1978	100.00	90.00	190.00	0.000	190.000
2	JONATHAN MINSKI	17540-4	0	27/02/1997	80.00	90.00	170.00	0.000	170.000
3	JOSE CAMARGO FERREIRA	16194-2	0	05/01/1971	60.00	100.00	160.00	0.000	160.000
4	MAURO TIBES VEIGA	2562-3	0	03/11/1978	60.00	70.00	130.00	0.000	130.000

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - PROF ARTES

IBAM | Listagem Parcial de Classificação | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA | 17/08/2016 - 13:28 | PAG: 1

Superior completo
004 - PROF. ARTES
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- PROF ARTES	NS-LEG CONSTE MUNICIPAL	NS- PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
1	JOCILEI MALLMANN DOS SANTOS	16148-9	0	23/11/1991	140.00	90.00	90.00	320.00	0.000	320.000
2	DERLI DE OLIVEIRA CORREA	16153-5	3	19/10/1968	150.00	70.00	50.00	270.00	0.000	270.000
3	DILAMAR MARTINS PINS PSCHIEDT	16092-0	2	21/06/1980	130.00	50.00	60.00	240.00	0.000	240.000
4	CRISLAINE REGINA MELO	16276-0	0	25/11/1989	80.00	50.00	60.00	190.00	0.000	Elimin.
5	GLECI APARECIDA DE MOURA	16110-1	0	08/02/1968	70.00	40.00	20.00	130.00	0.000	Elimin.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - PROF EDUC FISICA

IBAM | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA | 17/08/2016 - 13:28 | PAG: 1

Listagem Parcial de Classificação

Superior completo
005 - PROF. EDUC. FISICA
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP-PROF EDUCACAO FISICA	NS-LEG CONST E MUNICIPAL	NS-PORTUGUES	Objetivas	Títulos	Total
1	DAMIAN MAIBERG DE SOUZA	2758-8	0	30/05/1992	170.00	80.00	80.00	330.00	0.000	330.000
2	ALINE DO PRADO FRANCA	16095-4	0	28/12/1994	140.00	50.00	80.00	270.00	0.000	270.000
3	MARCO MAURICIO KRUEGER TRINDADE	16048-2	0	16/10/1988	110.00	60.00	80.00	250.00	0.000	250.000
4	LUCIMARA FERREIRA VAGNER	16272-8	0	28/12/1995	100.00	60.00	60.00	220.00	0.000	220.000
5	JUNIOR CESAR DE ALMEIDA	2733-2	2	06/01/1982	100.00	70.00	40.00	210.00	0.000	210.000
6	LEONARDO ANTONIO ALMEIDA DE MORAES	16184-5	2	17/11/1986	100.00	50.00	50.00	200.00	0.000	200.000
7	ALEX BRUNO GASPARELLO RIZZOLLI	16133-0	0	26/02/1983	110.00	70.00	30.00	210.00	0.000	Elimin.
8	MARCELO GONCALVES DE ARAUJO	16064-4	1	06/02/1985	90.00	60.00	60.00	210.00	0.000	Elimin.
9	JULIANA RODRIGUES DA SILVA	16122-5	0	26/07/1984	120.00	70.00	10.00	200.00	0.000	Elimin.
10	ROSANGELA MATTE DA SILVA KOJIKOSKI	2753-7	3	05/07/1977	100.00	20.00	20.00	140.00	0.000	Elimin.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL 2016 - SERV SERVIÇOS INTERNOS

IBAM		LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA				PAG: 1			
Listagem Parcial de Classificação						17/08/2016 - 13:30			
Fundamental incompleto									
018 - SERV. SERVIÇOS INTERNOS									
No. de vagas: 5									
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP-SERV INTERNOS	FC-PORT E CONHEC GERAIS	Objetivas	Títulos	Total
1	ROSANA APARECIDA RISSO	16114-4	3	06/04/1978	100.00	100.00	200.00	0.000	200.000
2	SIRLEI TEREZINHA BAUERLE	2688-3	1	08/12/1968	100.00	90.00	190.00	0.000	190.000
3	ANARA CRISTINA CORREA DE SOUZA	16100-4	2	18/06/1991	100.00	90.00	190.00	0.000	190.000
4	DOUGLAS ZILIARSKI	16282-5	2	15/02/1970	90.00	100.00	190.00	0.000	190.000
5	ELOIR TEREZINHA DE OLIVEIRA MORAES	2654-9	4	12/10/1966	100.00	80.00	180.00	0.000	180.000
6	DILACI DE FATIMA HOFFMANN MARTIOL	16218-3	2	11/07/1970	90.00	90.00	180.00	0.000	180.000
7	MARIA RODRIGUES DE MARAFIGO DA CRUZ	16236-1	2	07/05/1971	90.00	90.00	180.00	0.000	180.000
8	MARCIA FERNANDES DE PAULA	2632-8	4	27/02/1981	90.00	90.00	180.00	0.000	180.000
9	ALESSANDRA RODRIGUES DE SOUZA	16102-0	2	18/09/1997	90.00	90.00	180.00	0.000	180.000
10	LUCIMARA MEIBERG DE MARAFIGO	16059-8	1	20/11/1984	80.00	100.00	180.00	0.000	180.000
11	CAMILA DE LIMA	16088-1	2	22/12/1988	80.00	100.00	180.00	0.000	180.000
12	DULCINEIA DE OLIVEIRA WEBER	16143-8	1	21/11/1990	80.00	100.00	180.00	0.000	180.000
13	FABIOLA LUARA PELENTIR	16104-7	0	10/09/1997	80.00	100.00	180.00	0.000	180.000
14	VANESSA RODRIGUES DA SILVA	2548-8	1	14/05/1998	80.00	100.00	180.00	0.000	180.000
15	JOCELI DE FATIMA RIBEIRO ALVES DOS SANTOS	2629-8	6	25/07/1976	90.00	80.00	170.00	0.000	170.000
16	ANGELITA RIBEIRO SCHEFFMACHER PERETTI	20355-6	1	31/12/1977	90.00	80.00	170.00	0.000	170.000
17	VANESSA FATIMA MACIEL DUMAS	2706-5	3	13/03/1986	90.00	80.00	170.00	0.000	170.000
18	DILVA RODRIGUES DA SILVA	16103-9	2	18/03/1968	80.00	90.00	170.00	0.000	170.000
19	SANDRA APARECIDA SELINKA	2642-5	1	30/05/1974	80.00	90.00	170.00	0.000	170.000
20	JUSSARA BINELLO	20076-0	1	04/05/1989	80.00	90.00	170.00	0.000	170.000
21	VALDECI BORGES	16083-0	2	26/01/1971	70.00	100.00	170.00	0.000	170.000
22	ANGELA MARIA MEZZAROBBA LENZ	16050-4	3	08/03/1973	70.00	100.00	170.00	0.000	170.000
23	JANICE DA SILVA DIAS	16031-8	3	12/07/1983	70.00	100.00	170.00	0.000	170.000
24	ROSIANE APARECIDA PIRES DE MORAES	2655-7	1	12/01/1993	70.00	100.00	170.00	0.000	170.000
25	JAQUELINE RIBEIRO DE LIZ	16043-1	1	14/09/1995	70.00	100.00	170.00	0.000	170.000
26	ANA CRISTINA FERREIRA	16155-1	1	27/02/1996	70.00	100.00	170.00	0.000	170.000
27	ALZIRA RIBEIRO DA SILVA	16109-8	3	16/03/1962	80.00	80.00	160.00	0.000	160.000
28	PATRICIA DE OLIVEIRA	2559-3	3	24/08/1986	80.00	80.00	160.00	0.000	160.000
29	OSNIRA RODRIGUES DE LOURENA	23672-1	1	25/06/1967	70.00	90.00	160.00	0.000	160.000
30	ROSIMAR FOGACA PRATES DO AMARAL	16156-0	2	11/05/1988	70.00	90.00	160.00	0.000	160.000
31	DANIELE JACIARA TELLES DA COSTA	2710-3	0	01/08/1991	70.00	90.00	160.00	0.000	160.000
32	ALESSANDRA SCHULTZ DA SILVA	16003-2	1	15/10/1992	70.00	90.00	160.00	0.000	160.000
33	SARITA SCHULTZ DA SILVA	16038-5	2	13/12/1985	60.00	100.00	160.00	0.000	160.000
34	ALINE CORREIA DE SOUZA	2861-4	1	23/03/1993	60.00	100.00	160.00	0.000	160.000
35	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	16177-2	3	05/11/1965	80.00	70.00	150.00	0.000	150.000
36	SILVIA LEOCADIA KOCINSKI	2757-0	2	06/06/1975	80.00	70.00	150.00	0.000	150.000
37	MICHELE APARECIDADE OLIVEIRA	16007-5	0	25/04/1992	70.00	80.00	150.00	0.000	150.000
38	GRACIELI ALVES PEREIRA	2833-9	0	16/06/1996	70.00	80.00	150.00	0.000	150.000
39	RAQUEL DE LIMA GONCALVES	2845-2	1	14/06/1992	60.00	90.00	150.00	0.000	150.000
40	JANIA APARECIDA DA ROSA PADILHA	16086-5	2	14/12/1975	70.00	70.00	140.00	0.000	140.000

IBAM | LEBON REGIS 2016 - CONCURSO PUBLICO -PREFEITURA | PAG: 2
 Listagem Parcial de Classificação | 17/08/2016 - 13:30

Fundamental Incompleto
 018 - SERV. SERVIÇOS INTERNOS
 No. de vagas: 5

Class.	Nome do Candidato	No. Ins.	No. Filhos	Data Nascimento	CTP- SERVENTE SERV INTERNOS	FC-PORT E CONHEC GERAIS	Objetivas	Títulos	Total
41	NELIA GABRIEL DOS SANTOS	16115-2	3	01/03/1961	60.00	80.00	140.00	0.000	140.000
42	RUTHIANI FLOPAS	16239-6	4	28/06/1982	60.00	80.00	140.00	0.000	140.000
43	MARIA FRANCELINA PRESTES	2719-7	3	07/06/1971	50.00	90.00	140.00	0.000	140.000
44	SEBASTIAO LOPES	16169-1	1	22/03/1984	50.00	70.00	120.00	0.000	120.000
45	LEONIR ALVES MOREIRA	16160-8	2	01/04/1968	50.00	50.00	100.00	0.000	100.000

GABARITO DEFINITIVO CONCURSO 2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016

Este gabarito apresenta as respostas das provas objetivas realizadas domingo, 07 de agosto de 2016, após análise dos recursos.

GABARITO DEFINITIVO

CARGOS	QUESTÕES																																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
NÍVEL SUPERIOR																																								
ASSISTENTE SOCIAL	C	A	D	B	A	C	B	D	C	A	A	D	A	A	A	D	B	B	C	A	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	B	A	D	B	D	C	B	A	C	D
CONTROLADOR INTERNO	B	B	D	D	A	D	A	A	B	C	B	C	B	A	C	A	B	B	C	B	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	B	A	D	B	D	C	B	A	C	D
MÉDICO	B	B	C	C	B	C	C	C	B	D	A	C	A	D	B	A	C	A	B	B	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	B	A	D	B	D	C	B	A	C	D
NUTRICIONISTA	A	B	D	C	A	D	A		A	C	A	D	A	B	C	B	C	D	B	C	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	B	A	D	B	D	C	B	A	C	D
PROFESSOR ARTES	D	B	C	D	B	A	D	B	B	B	C	B	C	C	B	B	C	D	A	A	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	B	A	D	B	D	C	B	A	C	D
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	A	C	B	C	C	A	D	A	C	C	C	A	B	B	C	A	A	C	A	A	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	B	A	D	B	D	C	B	A	C	D
NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO																																								
AGENTE DE DEFESA CIVIL	B	A	A	C	D	B	D	C	B	C	A	B	D	D	B	C	A	C	A	D	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	D	A	B	C	A	A	D	C	D	B
AGENTE DE SAÚDE	D	A	C	B	C	A	D	B	D	A	B	C	D	C	A	D	B	D	B	C	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	D	A	B	C	A	A	D	C	D	B
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	D	A	C	D	D	C	B	A	B	A	C	B	A	C	C	D	B	C	C	D	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	D	A	B	C	A	A	D	C	D	B
FISCAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	D	D	B	C	C	B	A	B	A	D	C	A	D	D	C	A	C	B	D	C	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	D	A	B	C	A	A	D	C	D	B

CARGOS	QUESTÕES																																								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
FISCAL DE TRIBUTOS	B	A	C	C	D	C	D	D	C	A	D	B	B	D	C	B	B	B	C	A	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	D	A	B	C	A	A	D	C	D	B	
OFICIAL ADMINISTRATIVO	B	A	A	B	D	A	A	A	C	C	B	D	C	B	B	B	B		D	A	B	A	D	A	B	C	C	B	A	B	D	A	B	C	A	A	D	C	D	B	
NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO																																									
MECÂNICO	C	B	A	B	A	D	C	D	D	B	A	C	B	A	A	A	C	B	D	A																					
MOTORISTA	C	A	D	C	A	A	D	C	C	A	A	C	B	A	A	A	C	B	D	A																					
MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR	A	D	C	A	B	D	C	A	D	A	A	C	B	A	A	A	C	B	D	A																					
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	D	B	D	B	C	C	A	C	A	D	A	C	B	A	A	A	C	B	D	A																					
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO																																									
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	A	D	C	C	B	D	B	D	B	A	A	C	B	A	A	A	C	B	D	A																					
SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS	A	C	D	C	B	B	D	D	B	B	A	C	B	A	A	A	C	B	D	A																					

QUESTÃO ANULADA – PONTUA PARA TODOS DO CARGO.

SÍNTESE DE RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA GABARITO CONCURSO 2016

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2016

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO**

QUESTÕES ANULADAS
QUESTÃO 08 CARGO DE NUTRICIONISTA

CANDIDATOS REQUERENTES	Nº. DA QUESTÃO	STATUS DOS RECURSOS
FISCAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
ARY JUNIOR DIAS	05	INDEFERIDO PELA FORMA
	07	INDEFERIDO PELA FORMA
	08	INDEFERIDO PELA FORMA
	17	INDEFERIDO
ELAINE DIAS	05	INDEFERIDO
	07	INDEFERIDO
	08	INDEFERIDO
MÉDICO		
FÁBIO CASAGRANDE DO NASCIMENTO	09	INDEFERIDO
NUTRICIONISTA		
ANA CLAUDIA CAVALIERI FELIPUS	08	DEFERIDO
CLEITON DA SILVA OLIVEIRA	08	DEFERIDO
	19	INDEFERIDO
GABRIELA REGINA PINTO	08	DEFERIDO
MARINA WERNER	04	INDEFERIDO
	08	DEFERIDO
NATALHA MARIA CHEFFER	08	DEFERIDO
THIAGO PEREZ JORGE	08	DEFERIDO



PREFEITURA DE LEBON RÉGIS – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2016



Questão anulada pontua para todos do cargo.

As respostas individuais aos recursos estarão disponíveis para leitura e cópia a partir de 22/08/2016, na Prefeitura de Lebon Régis/SC.

Lebon Régis, 17 de agosto de 2016.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 251/2016, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 251/2016, de 17 de Agosto de 2016.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde no dia 17 de Agosto de 2016, ao Servidor Público Municipal Ederlei Diego Da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC, Em 17 de Agosto de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero

Auditor Interno

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 17.003.881/0001-05

JEAM SILVANO FERREIRA PROMOÇÕES DE VENDAS – ME

Nota Fiscal nº. 017 R\$ 700,00

VALOR TOTAL: R\$ 700,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois o supracitado forneceu livros para atualização do acervo da Procuradoria Geral do Município, de essencial importância para confecção de pareceres e assim dar atendimento aos requerimentos interposto à Administração Municipal. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 19 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JEISON MAIKEL KWITSCHAL

Procurador Geral do Município

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de peças e contratação de mão de obra destinadas a manutenção do veículo Volvo Placa MIZ 3564, através da Secretaria de Municipal de Agricultura e Interior, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 05/09/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 18 de agosto de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 63/2016

DECRETO Nº 63 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica do Município de Maracajá e em conformidade com o Art. 11 da Lei nº 920 de 10 de Abril de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, da seguinte forma:

ÁREA GOVERNAMENTAL:

a) Departamento Municipal de Educação;

Bruna dos Santos (Titular)

Cláudia Beatriz Medeiros (Suplente)

b) Departamento de Assistência e Bem Estar Social:

Suélen Calegari Monteiro Zandonadi (Titular)

Simoni Costa (Suplente)

c) Secretaria de Administração do Município:

Maria Helena Medeiros dos Santos (Titular)

Renan Machado Fregúlia (Suplente)

d) Departamento Municipal de Saúde:

Rosilane Dassoler (Titular)

Gorete Goularte Borges (Suplente)

e) Poder Legislativo Municipal:

Geovana Trevisol Teixeira (Titular)

Andréia Marques (Suplente)

ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL:

a) Sindicato de Trabalhadores Rurais:

José Carlos Ciquella (Titular)

Tairine Scarpari (Suplente)

b) Associação Municipal do Bem Estar Social - AMBES;

Eliete Freitas Vieira (Titular)

Vera Lúcia Silveira Cândido (Suplente)

c) Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Margarethi Maria Tomazi Rocha:

Marli de Fátima Diotti (Titular)

Géssica Pereira Velho (Suplente)

d) Associação de Moradores Nilda Rizzi:

Almir Manoel Monteiro (Titular)

Maria Eliete Martinello dos Santos (Suplente)

e) Igreja Católica de Maracajá:

Irmã Zelinda Benicá (Titular)

Valdelir Martins Dagostin (Suplente)

Parágrafo único - Em conformidade com o art. 12 da Lei Municipal nº 920 de 10 de Abril de 2013, o mandato deste Conselho será de 2 anos, com vigência inicial em 28/06/2016 e vigência final em 28/06/2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 28 de Junho de 2016.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 28 de Junho de 2016.

Rosane Savi Costa

Secretária de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 40.2016 (PMM) - ÓLEO DIESEL S10 E S500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016

VALIDADE: 12 MESES

Ao décimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MARIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, representando também o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500 VISANDO O ABASTECIMENTO DA FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR HANS HARTWIO GEHRMANN	75.415.075/0001-32
AGRICOPEL COM. DE DERIVADOS DE PETROLEO - LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR EDI SEBASTIÃO MULLER	81.632.093/0001-79
DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR DENISE SANTANA	05.872.409/0001-11

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500 VISANDO O ABASTECIMENTO DA FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 109584 - DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	ÓLEO DIESEL S10	LITRO	PETROBRAS/ IPIRANGA	170000	2,83	481.950,00
2	OLEO DIESEL - S500	LITRO	PETROBRAS/ IPIRANGA	225500	2,73	615.840,50

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.097.790,50

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 1.097.790,50 (UM MILHÃO, NOVENTA E SETE MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC) e pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC) e pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), que são os órgãos gerenciadores da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

5.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, no prazo MÁXIMO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS após requisições a serem fornecidas pelo órgão gerenciador desta ata de registro de preços.

5.1.2. Os combustíveis serão entregues no pátio da Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, local onde encontram-se os tanques de armazenamento.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas e faturadas de acordo com as ordens de compra.

5.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado 10 (DEZ) DIAS, a contar do recebimento do objeto e da documentação fiscal devidamente atestada pela Administração Municipal.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Os preços poderão ser reajustados ou deflacionados exclusivamente dentro dos percentuais estabelecidos pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.1.2. Entregar o objeto da licitação no local determinado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas na ordem de compra.

8.1.3. Ceder por empréstimo à Prefeitura de Massaranduba (SC):

a) Um reservatório com bomba (com filtro de linha que deverá ser trocado a cada 12 (doze) meses) de abastecimento de combustível com capacidade máxima de 2.000 (dois mil) litros para o item 01 especificado no Anexo II deste edital;

b) Um reservatório com bomba (com filtro de linha que deverá ser trocado a cada 12 (doze) meses) de abastecimento de combustível com capacidade máxima de 5.000 (cinco mil) litros para o item 02 especificado no Anexo II deste edital.

OBS: a licitante vencedora deverá efetuar a manutenção das bombas de abastecimento e tanques quando solicitado pela Prefeitura de Massaranduba (SC) sem custo adicional.

8.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega.

8.1.5. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Administração Municipal.

8.1.6. Responder por si e por seus sucessores, todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros.

8.1.7. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.1.8. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

8.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços desta licitação, sem prévia anuência da Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.1.10. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem acarretar ônus para a Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

10.1. A Prefeitura de Massaranduba (SC):

10.1.1. Reserva-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

10.1.2. Compromete-se a efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

10.1.3. Acompanhará e fiscalizará a entrega do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

10.1.3.1. Examinará a qualidade do produto a cada entrega efetuada pela licitante vencedora.

10.1.4. Aplicará à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

11.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal:

11.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

11.2.2. Cancelamento do registro na ata.

11.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

11.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

11.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

11.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

11.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

11.5.1. Advertência.

11.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

11.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

11.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

11.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

11.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

11.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

11.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

12.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

12.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

12.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

12.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

12.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

12.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

12.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

13.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

13.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	18	de	agosto	de	2016
--------------------	----	----	--------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

CONTRATANTE

DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

DENISE SANTANA

CONTRATADA

ATA 38.2016 - PNEU PARA MOTONIVELADORA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2016****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016****VALIDADE: DE 17/08/2016 À 17/08/2017**

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE**, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016**, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à **AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA AS MOTONIVELADORAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no **Anexo II** do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
BELLENZIER PNEUS LTDA	73.730.129/0001-29

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA AS MOTONIVELADORAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)** em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços.

Fornecedor: 178217 - BELLENZIER PNEUS LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	PNEU NOVO, 1.400 ARO 24, RADIAL, COM CARCAÇA DE AÇO EM MODELO G2, QUE SIRVA EM ARO COM ANEL E SEM ANEL, COM TALÃO BAIXO, PNEU COM 24 LONAS. DEVERÃO SERVIR NAS MOTONIVELADORAS NEW HOLLAND 140B E CATERPILLAR - DEVERÃO SERVIR NAS MOTONIVELADORAS NEW HOLLAND 140B E CARTEPILLAR	UNID	GOODYEAR SG2B OPÇÃO	12	3.677,00	44.124,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 44.124,00
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 44.124,00

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 meses é de **R\$ 44.124,00 (QUARENTA E QUATRO MIL E CENTO E VINTE E QUATRO REAIS)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2. O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016**.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016** e seus **Anexos**, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.4. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os itens deste procedimento licitatório deverão ser entregues pela licitante vencedora nos locais determinados pela Prefeitura de Massaranduba (SC) no prazo **MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS** após a solicitação/recebimento da ordem de compra.

4.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em quantidades estabelecidas em requisições a serem fornecidas pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

4.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste edital.

4.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

4.4.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda aplicação das penalidades previstas neste edital e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: **NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE.** Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

5.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.1.2. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.2. As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

5.3. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

5.4. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

6.1. A licitante vencedora obriga-se:

6.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Entregar o objeto da licitação no local determinado pela Prefeitura de Massaranduba (SC) em no **MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS** após a solicitação/recebimento da ordem de compra, deixando-os em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações solicitadas.

6.1.2.1. Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e com prazo de validade indicado na embalagem, quando for o caso.

6.1.2.2. Serão **recusados** os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

6.1.2.3. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante **deverá** reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem acarretar ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

6.1.3. Prover o adequado transporte e manuseio do objeto desta licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

6.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega.

6.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

6.1.6. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante vencedora.

6.1.7. O item deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir sua segurança durante o transporte e a nota fiscal deverá ser entregue juntamente ao mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

7.1. A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

7.1.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

7.1.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste edital.

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

7.1.4. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

8.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal.

8.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

8.2.2. Cancelamento do registro na ata.

8.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

8.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

8.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

8.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

8.5.1. Advertência.

8.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

8.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

8.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

8.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

8.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados a detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

8.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

9.2. Pela Administração Municipal, quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

9.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

9.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

9.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

9.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

9.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integra esta ata, o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016**, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 17 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
CONTRATANTE

BELLENZIER PNEUS LTDA
CONTRATADA

ATA 39.2016 - MATERIAIS DE LIMPEZA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016****VALIDADE: DE 18/08/2016 A 18/08/2017**

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE**, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, representando o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** bem como o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, homologado pela Autoridade supracitada, resolve registrar os valores oferecidos referentes à **AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no **Anexo II** do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP, neste ato representado por JULIANO DOS SANTOS	05.785.417/0001-20
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, neste ato representado por ANTONIO GERALDO KLEIN	07.483.630/0001-03
ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA, neste ato representado por MARINA AMORIN SILVEIRA	09.276.894/0001-11
M MOBILE EIRELE ME, neste ato representado por LUIZ AMARILDO MUELLER	15.764.033/0001-85
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, neste ato representado por ANDREI SCHMITZ	13.965.228/0001-68
COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME, neste ato representado por VERONICA SOLANGE RIGO SCHEER	18.138.763/0001-69
ZELI ODETE DA SILVA - ME, neste ato representado por EDENIR DE AQUINO RODRIGUES	19.232.159/0001-60
BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME, neste ato representado por CLAITON FERREIRA DE LIMA	14.722.310/0001-24
COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, neste ato representado por NEILON	10.712.308/0001-13

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
PAULO GILI	
L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP, neste ato representado por ARILSON JOSE ALVES	06.915.456/0001-68

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

FORNECEDOR: 176451 - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4	BALDE PLASTICO 15 LTS, COM ALCA DE METAL REFORCADO	UNID	ARQ PLAST	141	3,52	496,32
25	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA COM NO MÍNIMO 10 LITROS.	UNID	ARQ PLAST	127	2,13	270,51
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 766,83						
FORNECEDOR: 123331 - ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
34	PA PARA LIXO, PLASTICO	UNID	SIPLÁS	99	1,36	134,64
35	PALHA DE ACO NR. 2	UNID	INOVE	300	0,69	207,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 341,64						
FORNECEDOR: 188530 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
41	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO MEDIA (C), EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	PACOTE	RAYOVAC	220	5,46	1.201,20
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.201,20						
FORNECEDOR: 56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
16	ESCOVAO PARA CHAO COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM MATERIAL PLASTICO	UNID	CONDOR	119	2,99	355,81
43	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PEQUENA (AA); EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	PACOTE	PANASONIC	293	1,95	571,35
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 927,16						
FORNECEDOR: 212431 - ZELI ODETE DA SILVA - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL

1	AGUA SANITARIA, GALAO COM 5,0 LITROS (HIPOCLORITODE 2 A 3%), CONTEM CLORO ATIVO 2,0 A 2,5%. COMPOSICAO HIPOCLORITO DE SODIO E AGUA DESMINERALIZADA.MARCA PRÉ-QUALIFICADA: DA ILHA, QBOA.	GALAO	NOVO LAR	1220	4,30	5.246,00
3	AMACIANTE DE ROUPAS AZUL, GALAO COM 2,0 LTS. ATIVO, COADJUVANTES, EMULSAO DE SILICONE, DILUENTE, CONSERVANTE (5-CLORO-2METIL ISOTIAZOLIN-3-ONA E 2-METIL-4 ISOTIAZOLIN-3-ONA), PERFUME, PIGMENTO E AGUA. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMONIO	GALAO	BELLA DONA SOFIA	496	3,05	1.512,80
11	DESINFETANTE, FRAGRÂNCIA APENAS LAVANDO OU TALCO, GALÃO DE 5,0 LTS, DE BOA QUALIDADE. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO, ESSÊNCIA DE EUCALIPTO, CORANTE DE EUCALIPTO 0,4%	GALAO	LIRIO DO CAMPO	432	5,30	2.289,60
51	SABONETE LIQUIDO. COMPOSICAO ACIDO DODECIBENZENO SULFONICO, CORANTE, ESSENCIA AGUA, DIETANOLAMINA DE ACIDOS GRAXOS DE COCO, FRAGRANCIA ERVA-DOCE. EMBALAGEM DE 5 LITROS.	GALAO	VITA SEVE	447	10,15	4.537,05

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 13.585,45

FORNECEDOR: 176400 - M MOBILE EIRELE ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
12	DESODORIZADOR DE AR 360 ML/240 G. COMPOSICAO PERFUME. ALCOOL ETILICO, NITRITO DE SODIO, AGUA E PROPELENTE (PROPANO/BUTANO) ODORES SORTIDOS	UNID	FRESCH	561	6,29	3.528,69
22	LIMPA VIDROS, ACAA INSTANTANEA, COM SQUEEZE, FRASCOS DE 500 ML	UNID	DA ILHA	450	2,20	990,00
23	LIMPEZA PESADA 500 ML, CAIXA COM 24: DODECIL BENZENO SULFONATO DE SODIO, TENSOATIVOS NAO IONICOS, COADJUVANTES, SOLUBILIZANTE, SEQUESTRANTE, ETER GLICOLICO, ALCOOL, CORANTE,AGUA, PERFUME E CONSERVANTE	CAIXA	VEJA	382	145,00	55.390,00
26	LUSTRA MOVEIS 200ML, EMULSAO AQUOSA CREMOSA, PERFUMADO, PARA SUPERFICIE EM GERAL (EXCETO PISO) COMPOSTO DE CERA, SILICONE, SOLVENTE EMULSIFICANTE, CONSERVANTE, SEQUESTRANTE, PERFUME E AGUA, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO 200 ML	UNID	WORKER	147	1,74	255,78
31	NAFTALINA (NAFTALENO), APRESENTADO EM BOLA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA CONTENDO NO MÍNIMO 20G DO PRODUTO, ROTULO COM FORMULA, DATA DE FABR/VAL, Nº LOTE E PROCEDÊNCIAS.	PACOTE	SANY	720	0,81	583,20
48	SABAO EM BARRA GLICERINADO, 1 LINHA, PACOTE COM 5UNIDADES, PESO LIQUIDO 1 KG	KG	ZAVASKI	165	5,30	874,50
49	SABAO EM PO: TENSOATIVO, ALCALINIZANTE, COADJUVANTE, ANTIRREDEPOSITANTE, BRANQUEADOR OPTICO, CORANTEENZIMA, BRANQUEADOR, TAMPONANTE, PERFUME, AGUA, ALVEJANTE E CARGA, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO. EMBALAGEM DE 10KG	PACOTE	GIRANDO SOL	463	46,50	21.529,50
58	SAPONACEO CREMOSO LIMAO, FRASCO DE 300 ML	FRASCOS	SANY	278	2,40	667,20

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 83.818,87

FORNECEDOR: 225576 - L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
5	BOBINA DE PLASTICO PICOTADA 28 X 42, COM 100	BOBINAS	BOREDA	585	2,49	1.456,65
55	SACO P/ LIXO 60 LITROS FARDO C/ 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO.	FARDOS	IDEAL PLÁSTICOS	249	10,00	2.490,00
57	SACO PARA LIXO 40 LITROS, FARDO COM 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO	FARDOS	IDEAL PLÁSTICOS	228	8,34	1.901,52
60	SUPORTE PARA ROLO DE PAPEL HIGIÊNICO DE 300 A 400METROS EM PLÁSTICO ABS COM FECHADURA E CHAVE EM PLÁSTICO ABS, CONTENDO UM KIT PARA FIXAÇÃO NA PAREDE CONTENDO BUCHAS E PARAFUSOS. COR BRANCO COM FUNDO BRANCO. MEDIDAS: 27,5CM (ALTURA) X 27CM (LARGURA) X 12CM (PROFUNDIDADE).	UNID	BELL PLUS	62	14,89	923,18

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.771,35**FORNECEDOR: 212440 - BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME**

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
6	BORRIFADOR EM PLÁSTICO PARA USO GERAL COM CAPACIDADE PARA ATÉ 250 ML DE ÁGUA.	UNID	MARQPLAST	164	2,65	434,60
15	ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASO SANITARIO, DESENVOLVIDA EM POLIPROPILENO, CABO LONGO, CERDAS CURTAS E GROSSAS, SEM SUPORTE	UNID	SANIPRIN	114	2,36	269,04
18	ESPONJA DE LA DE ACO. PACOTE COM 60 GRAMAS	PACOTE	BONSAI	181	1,04	188,24
27	LUVA DOMESTICA DE LÁTEX NATURAL COM INTERIOR DE ALGODÃO, TAM P.	PAR	VOLK	234	1,88	439,92
30	LUVAS DESCARTAVEIS, MATERIAL PLASTICO. PACOTE COM100.	PACOTE	VOLK	1026	1,28	1.313,28
36	PANO DE CHAO DUPLO ESCURO COM MEDIDAS MINIMAS DE 48 CM X 68 CM.	UNID	MARTIMPANO	1030	1,79	1.843,70
42	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PALITO (AAA); EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	PACOTE	ELGIN	290	2,94	852,60
45	RODO DE ESPUMA DUPLA FACE, COM 30 CM, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM MATERIAL PLASTICO * ENTREGA DE 1 AMOSTRA	UNID	CANADA	581	3,75	2.178,75
46	RODO PLASTICO COM BORRACHA 30 CM, BORRACHA DUPLA,COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM MATERIAL PLASTICO	UNID	CANADA	140	3,48	487,20
47	RODO PLASTICO COM BORRACHA, 60 CM, BORRACHA DUPLA, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM MATERIAL PLASTICO	UNID	CANADA	154	7,83	1.205,82
50	SABONETE CREMOSO EM BARRA 90G, DIVERSAS FRAGRÂNCIAS	UNID	YPE	310	0,90	279,00
61	TOALHA DE CAMURÇA SINTÉTICA FEITA DE PVC, COM ALTO TEOR DE ABSORÇÃO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE.	UNID	MARTIMPANO	31	13,88	430,28

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 9.922,43**FORNECEDOR: 100153 - LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
------	---------	------	-------	------	-----------	-----------

2	ALCOOL 1 LITRO, CAIXA COM 12 UNIDADES, COMPOSICAOALCOOL ETILICO HIDRATADO 92,8 INPM	CAIXA	TUPI	392	59,80	23.441,60
7	CERA LIQUIDA AUTOBRILHO INCOLOR 750 ML, CX. C/ 12:DISPERSOES ACRILICAS, EMULSAO DE POLIETILENO, SOLVENTE, RESINA FUMARICA, PLASTIFICANTE, COADJUVANTE, CONSERVANTE, ATENUADOR DE ESPUMA, ESSENCIA E AGUA	CAIXA	GIRANDO SOL	53	65,00	3.445,00
10	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFICIES FIXAS A BASE DE HIPOCLORITO A 1%. GALÃO DE 5 LITROS.	GALAO	HOSPCLEAN	165	15,90	2.623,50
13	DETERGENTE 500 ML, CAIXA COM 24: TENSOATIVOS ANIONICOS, GLICERINA, COADJUVANTE, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, OPACIFICANTE, FRAGRANCIA E VEICULO. COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFANATO DE SODIO. CONTEM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL	CAIXA	BELLA DONA	286	25,00	7.150,00
17	ESCOVAS COM CERDAS DE NYLON PARA HIGIENE DE UNHAS	UNID	CONDOR	100	1,80	180,00
19	ESPONJA DE LOUCA PARA LIMPEZA, TIPO DUPLA FACE. MEDIDA MINIMA DE 109 MM X 73 MM E 20 MM, COM FORMATO RETANGULAR, POLIURETANO E FIBRA SINTETICA, NA COR VERDE/AMARELO	UNID	SUPERPRO	1840	0,58	1.067,20
20	FÓSFORO, CONFECCIONADO EM MADEIRA DE 1ª QUALIDADE, ACABAMENTO PERFEITO, COM PONTA ABRASIVA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 6 CM DE COMPRIMENTO TOTAL, ACONDICIONADOS EM CAIXAS RESISTENTES CONTENDO 40 PALITOS, REEMBALADOS EM PACOTES COM CAIXAS, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ SEU USO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXATAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCIDÊNCIA E QUANTIDADE. APROVADO INMETRO.	CAIXA	FIAT LUX	202	0,59	119,18
24	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA ACIONADO SEU LEVANTAMENTO COM PEDAL E COM RODINHAS COM NO MÍNIMO 96 LITROS.	UNID	UTIMIX	95	170,00	16.150,00
39	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO 300 METROS - PACOTE COM 8 UNIDADES. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: PAPEL HIGIÊNICO - DE PRIMEIRA QUALIDADE; FOLHA SIMPLES, 100 POR CENTO FIBRAS NATURAIS; ACABAMENTO PICOTADO; NA COR BRANCA, NEUTRO, MEDINDO 8 CENTÍMETROS DE LARGURA.	PACOTE	QUALILUX	661	19,00	12.559,00
40	PEDRA SANITARIA COM SUPORTE PLASTICO, 25 GRAMAS	UNID	SANY BRILL	1340	0,74	991,60
44	REFIL PARA DISPENSER DE ALCOOL GEL 70 720ML ANTISSEPTICO - ANTISSEPTICO PARA AS MÃOS DERMATOLOGICAMENTE TESTADO ELIMINA 99,9 DAS BACTÉRIAS USO HOSPITALAR.APROVADO INMETRO.	UNID	TUPI	665	8,20	5.453,00
53	SACO P/ LIXO 100 LITROS FARDO C/ 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO	FARDOS	NEWPLAS	334	20,90	6.980,60
63	TOUCA DESCARTÁVEL PRODUZIDO 100% EM POLIPROPILENO, COM ELÁSTICO EM SUA EXTREMIDADE PARA FIXAÇÃO NA CABEÇA. GRAMATURA APROXIMADA DE 20G/M. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	TALGE	951	6,85	6.514,35
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 86.675,03						
FORNECEDOR: 87564 - J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
9	COPOS DESCARTAVEIS 2500X180 ML, PADRAO ABNT, CAIXA	CAIXA	CRISTAL	408	49,00	19.992,00

	COM 2500 UNIDADES. MATERIAL PP.					
14	ESCOVA DE MAO, COM CABO PLASTICO	UNID	L.MANIA	176	1,60	281,60
28	LUVA DOMESTICA DE LATEX NATURAL COM INTERIOR DE ALGODAO, TAMANHO G	PAR	TALGE	551	1,60	881,60
29	LUVA DOMESTICA DE LATEX NATURAL, COM INTERIOR DE ALGODAO, TAMANHO M	PAR	TALGE	381	1,69	643,89
37	PANO DE PRATO EM TECIDO TIPO SACARIA, COM COSTURA FEITA NAS BORDAS, SEM PINTURA, COM ALTA ABSORÇÃO DE UMIDADE E TAMANHO APROXIMADO DE 40X60CM. *AMOSTRA: 1 UNIDADE	UNID	AGP	1056	1,14	1.203,84
38	PAPEL HIGIÊNICO NA COR BRANCA, MACIO. - FARDO C/ 64 ROLOS DE 30 MT. FOLHA SIMPLES PICOTADA.	FARDOS	DAMASPEL.	99	21,00	2.079,00
52	SABONETEIRA DISPENSER DE SABONETE LÍQUIDO OU ÁLCOOL GEL COLUMBUS CARACTERÍSTICAS: EM GEL / REFIL ATÉ 800ML. TIPO DE MATERIAL: FRENTE PLASTICO PS ALTO IMPACTO COM PS CRISTAL BASE PLASTICO PS ALTO IMPACTO. CARACTERÍSTICAS DO PS: BAIXA DENSIDADE / ALTA RESISTÊNCIA. MEDIDAS: ALTURA 28,5CM / LARGURA 12,5CM / PROFUNDIDADE 12,5CM. PESO: 448G. COR: FRENTE BRANCA / BASE CINZA. USO: SISTEMA DE ABERTURA: TRAVAS LATERAIS ACIONADAS POR PRESSÃO. TIPO DE SABONETE UTILIZADO: SABONETE GEL ENVASADOS EM REFIS DE 800 ML TIPO BAG IN BOX.	UNID	BRIOJARAGUA	194	16,98	3.294,12
54	SACO P/ LIXO 150 LITROS FARDO C/ 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO.	FARDOS	NAVEPLAST	92	37,50	3.450,00
62	TOALHA DE PAPEL, FOLHAS MEDINDO 20X22CM. FOLHA INTERCALADA, DUAS DOBRAS, 100% FIBRAS CELULÓSICAS, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, MACIO, COR CREME. PACOTE COM NO MÍNIMO 1.000 FOLHAS	PACOTE	DAMASPEL.	6810	4,10	27.921,00
64	VASSOURA NYLON PIAÇAÇA. COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO	UNID	L.MANIA	164	4,50	738,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 60.485,05

FORNECEDOR: 212628 - COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
8	CLORO, GALAO DE 5 LTS. COMPOSICAO: HIPOCLORITO DESODIO DE 4 OU 5% DE IONS DE CLOR ATIVO. CLORETO DE SODIO E AGUA	GALAO	POLLI BRILHO CLORO	659	13,65	8.995,35
21	INSETICIDA AEROSOL MATA BARATA E FORMIGA 300 ML	UNID	ULTRA INSET	230	6,70	1.541,00
32	ÓLEO DE EUCALIPTO (ESSÊNCIA 140 ML. COMPONENTE ATIVO ÁLCOOL ETÍLICO. APENAS FRAGRÂNCIA TALCO E LAVANDA).	UNID	COALA	404	11,15	4.504,60
56	SACO PARA LIXO 20 LITROS, FARDO COM 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO	FARDOS	PLASTBEL	193	6,00	1.158,00
59	SAPONACEO EM PO, FRASCO DE 300 G. COMPOSICAO TENSOATIVO ANIONICO ALCALINIZANTE, AGENTE ABRASIVO, AGENTE DE BRANQUEAMENTO E ESSENCIAS	FRASCOS	SANY	104	1,49	154,96
65	VASSOURA; TIPO CAIPIRA; PROPRIEDADES MÍNIMAS:CEPAEM PALHA; COM CERDAS DE PALHA COM NO MÍNIMO 30 CMDE LARGURA;3 FIOS E AMARRACAO COM ARAME; CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM	UNID	BRUXINHA	385	9,90	3.811,50

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 20.165,41
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 284.660,42

1.2 O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de **R\$ 284.660,42 (DUZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

2.2 Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto desta ata exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2 O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016**.

3.3 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016** e seus **Anexos**, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: **NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE**. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

4.2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.4 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA

5.1 A licitante vencedora deverá entregar os itens deste processo licitatório em no **MÁXIMO 04 (QUATRO) DIAS ÚTEIS** após a solicitação/emissão da ordem de compra, *nos locais a serem definidos através de requisições emitidas pela Prefeitura de Massaranduba (SC)*, dentro do prazo estipulado, respeitando as quantidades e especificações solicitadas.

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.3 A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste edital.

5.4 O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2 As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços; comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

6.2.1 Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2 Cancelamento do registro na ata.

6.2.3 Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a contar da intimação do ato.

6.4 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1 Advertência.

6.5.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8 A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1 O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os valores registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2 Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata.

8.2.2 A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3 A detentora der causa a rescisão administrativa decorrente deste registro de preços.

8.2.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega parcial dos itens desta ata.

8.2.5 Os valores registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6 Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

8.2.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o valor registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1 O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

10.1 A empresa vencedora obriga-se:

10.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2 Entregar o objeto da licitação nos locais determinados pelo Município, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas no Anexo II e Cronograma de Entrega;

10.1.3 Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitos mercadorias que tenham mais de $\frac{1}{4}$ da validade já transcorrida no ato da entrega dos mesmos.

10.1.4 Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

10.1.5 Todas as embalagens deverão conter o peso legível para conferência.

10.1.6 Será recusada a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto.

10.1.7 Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

10.1.8 Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Prefeitura;

10.1.9 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.10 Aceitar as condições de pagamento, previstas nesta ata.

10.1.11 Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

11.1 A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

11.1.1 Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

11.1.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste edital.

11.1.3 Acompanhar e fiscalizar o serviço.

11.1.4 Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Integra esta Ata, o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016**, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC, 18 de Agosto de 2016

MÁRIO FERNANDO REINKE

PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP

VANDERLEI SPEZIA
CONTRATADA

J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP

JULIANO DOS SANTOS
CONTRATADA

LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

ANTONIO GERALDO KLEIN
CONTRATADA

ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA

MARINA AMORIN SILVEIRA
CONTRATADA

M MOBILE EIRELE ME
LUIZ AMARILDO MUELLER
CONTRATADA

COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME
VERONICA SOLANGE RIGO SCHEER
CONTRATADA

ZELI ODETE DA SILVA - ME
EDENIR DE AQUINO RODRIGUES
CONTRATADA

BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME
CLAITON FERREIRA DE LIMA
CONTRATADA

COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
NEILON PAULO GILI
CONTRATADA

L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP
ARILSON JOSE ALVES
CONTRATADA

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ANDREI SCHMITZ
CONTRATADA

Meleiro

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 049-2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 049/2016

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 043/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de minhas atribuições legais, faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam acrescidos os parágrafos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º ao art. 402 da Lei Complementar 043/2016, que passa ter a seguinte redação:

“DA BASE DE CÁLCULO

Art. 402 - A taxa de licença para instalação e Localização será cobrada pelo Município de acordo com os valores constantes nas tabelas abaixo.

§ 6.º - A base de cálculo é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular do Poder de Polícia, dimensionado para cada licença requerida ou concedida, conforme o caso, e a Taxa aplicada em quantidade de Unidade Municipal de Referência Fiscal - UFM, conforme tabela do CNAE constante na Lei Complementar 043/2014.

§ 7.º - Para o cálculo da Taxa de Licença para Localização, Instalação e Funcionamento serão aplicados fatores corretivos, relativo à área em mts² e a localização do estabelecimento, conforme tabelas a seguir.

§ 8.º - A classificação de Micro Empreendedor, Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte e Empresa Normal, obedecerá a Tabela definida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), órgão competente para apreciar os valores por categoria.

TABELA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

Comércio e Prestação de Serviço	Micro Empreendedor Individual (MEI), Micro Empresa, EPP e Ltda	0,00
	Até 50mts²	0,60
	50,01 mts² a 100,00mts²	0,80
	100,01mts² a 200,00mts²	0,90
	200,01mts² a 300,00mts²	1,00
	300,00 mts² a 999999mts²	1,20
Autônomos	Nível III (Curso Superior)	0,70
	Nível II (Técnico e nível de segundo grau)	0,50
	Nível I (sem formação)	0,30

Localização (Bairros)	
Alto Rio Jundiá	0,80
Barra do Cedro	1,00
Barra Rio Cedro Baixo	0,80
Barra do Jundiá	0,80
Boca do Pique	0,80
Boa Vista	0,80
Centro	1,00
Estreito	0,80
Forquilha Rocha Machado	0,80
Industrial	1,00
Imigrantes	0,80
Jardim America	0,80
Jardim Itália	0,80
Jacaré	0,80
Limeira	0,80
Manoel Alves	0,80

Morro do Bodoque	0,80
Novo Paraíso	0,80
Novo Horizonte	0,80
Poço Verde	0,80
Pique do Meio	0,80
Rio Morto	0,80
Sanga Grande	0,80
Sapiranga	0,80
Sanga da Areia	0,80
Tranqueiras	0,80
Vila União	0,80
Vila São José	0,80
Zanette	0,80

§ 9.º- Altera os valores dados em UFM para os seguintes CNAE, constante da tabela inserida no caput do art. 402 da Lei Complementar 043/2014 como segue:

CNAE:

3312-1/03 a 3329-5/99 passa para 3 UFM

4724-5/00 e 4729-6/01 passa para 3 UFM

6911-7/01 passa para 5 UFM

6621-5/01 a 6630-4/00 passa para 5 UFM

7111-1/00 a 7120-1/00 passa para 4 UFM

8650-0/01 a 8690-9/99 passa para 4 UFM”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº416-2016

PORTARIA n.º 416/2016

TORNAR SEM EFEITO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

TORNAR

Art. 1.º Sem efeito a Portaria nº 415/2016, referente à concessão de férias à senhora CRISTIANI FELISBERTO SCARPARI – matrícula 1150, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem – E.S.F., referente ao período aquisitivo de 01/01/2015 a 31/05/2015.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18/08/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0230/2016

Decreto nº 230/2016 de 15/08/16

Dispõe sobre homologação do processo nº 1109/2016, adjudica o objeto da Dispensa de Licitação e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo de Dispensa de Licitação nº. 1109/2016, Modalidade Dispensa por Justificativa, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA SERVIDÃO LOURENÇO SPADA. ÁREA DE 395,40 m². COMPREENDENDO - EXECUÇÃO PINTURA LIGAÇÃO RR-2C (ANTES DA REPERFILAGEM) - FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE MASSA DE EXECUÇÃO CAP-20 - PINTURA FAIXA CONTÍNUA MEIO PISTA. DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA E ART ANEXOS A ESTE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA, COM RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR	8.776,06

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 15 de agosto de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Depto. de Licitações

ERRATA AO CONTRATO Nº 93/2016

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 93/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 828/2016

PREGÃO N. 042/2016

CONTRATO N. 93/2016

CONTRATADA: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME.

VALOR: R\$ 10.466,40.

O Prefeito de Modelo, SC, Clovis Lúcio Schlosser, torna público que o valor do contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório n. 828/2016, Pregão n. 042/2016, objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, PARA O SEGUNDO SEMESTRE

DE 2016, é de R\$ 10.466,40, POIS FOI SUPRIMIDA A QUANTIDADE DE PRODUTOS, na publicação anterior, constava o valor de R\$ 16.956,90.

Modelo (SC), 18 de Agosto de 2016.

Clovis Lúcio Schlosser – Prefeito Municipal

ERRATA AO CONTRATO Nº 94/2016

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 94/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 828/2016

PREGÃO N. 042/2016

CONTRATO N. 94/2016

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 4.389,05.

O Prefeito de Modelo, SC, Clovis Lúcio Schlosser, torna público que o valor do contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório n. 828/2016, Pregão n. 042/2016, objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2016, é de R\$ 4.389,05, POIS FOI SUPRIMIDA A QUANTIDADE DE PRODUTOS, na publicação anterior, constava o valor de R\$ 5.257,25.

Modelo (SC), 18 de Agosto de 2016.

Clovis Lúcio Schlosser – Prefeito Municipal

ERRATA AO CONTRATO Nº 95/2016

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 95/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 828/2016

PREGÃO N. 042/2016

CONTRATO N. 95/2016

CONTRATADA: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR: R\$ 5.604,90.

O Prefeito de Modelo, SC, Clovis Lúcio Schlosser, torna público que o valor do contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório n. 828/2016, Pregão n. 042/2016, objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2016, é de R\$ 5.604,90, POIS FOI SUPRIMIDA A QUANTIDADE DE PRODUTOS, na publicação anterior, constava o valor de R\$ 7.915,55.

Modelo (SC), 18 de Agosto de 2016.

Clovis Lúcio Schlosser – Prefeito Municipal

ERRATA AO CONTRATO Nº 96/2016

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 96/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 828/2016
PREGÃO N. 042/2016
CONTRATO N. 96/2016
CONTRATADA: SCS COMÉRCIO LTDA EPP
VALOR: R\$ 5.604,90.

O Prefeito de Modelo, SC, Clovis Lúcio Schlosser, torna público que o valor do contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório n. 828/2016, Pregão n. 042/2016, objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2016, é de R\$ 9.194,20, POIS FOI SUPRIMIDA A QUANTIDADE DE PRODUTOS, na publicação anterior, constava o valor de R\$ 17.653,00.

Modelo (SC), 18 de Agosto de 2016.
Clovis Lúcio Schlosser – Prefeito Municipal

ERRATA AO CONTRATO Nº 97/2016

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 97/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 828/2016
PREGÃO N. 042/2016
CONTRATO N. 97/2016
CONTRATADA: ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME
VALOR: R\$ 56.535,15.

O Prefeito de Modelo, SC, Clovis Lúcio Schlosser, torna público que o valor do contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório n. 828/2016, Pregão n. 042/2016, objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2016, é de R\$ 56.535,15, POIS FOI SUPRIMIDA A QUANTIDADE DE PRODUTOS, na publicação anterior, constava o valor de R\$ 66.447,75.

Modelo (SC), 18 de Agosto de 2016.
Clovis Lúcio Schlosser – Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº 001/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICIENTE DE MODELO

O Prefeito de Modelo, SC, Clovis Lucio Schlosser, torna público que formalizou termo aditivo ao Convênio nº004/2016 com ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICIENTE DE MODELO, objetivando A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONVÊNIO, NOS TERMOS DA JUSTIFICATIVA APRESENTADA E CONFORME PLANO DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI Nº8.666/93.

Modelo (SC), 18 de Agosto 2016.
Clovis Lucio Schlosser – Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº 002/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO MODELENSE DE ESPORTE DE MODELO.

O Prefeito de Modelo, SC, Clovis Lucio Schlosser, torna público que formalizou termo aditivo ao Convênio nº001/2016 com ASSOCIAÇÃO MODELENSE DE ESPORTE, objetivando A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONVÊNIO, PARA CUSTEIO NO VALOR DE R\$ 4.800,00 REAIS, PARA AS DESPESAS DE CAMPEONATOS E DEMAIS ATIVIDADES ESPORTIVAS DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº2.238/2015.

Modelo (SC), 18 de Agosto 2016.
Clovis Lucio Schlosser – Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 070/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 070/2016

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada para estruturação do Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Mondaí/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h55min do dia 31 de agosto de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 31 de agosto de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 18 de agosto de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA E CONVOCAÇÃO 3º COLOCADO PREGÃO 50/2016 PMN

ATA E CONVOCAÇÃO DO 3º COLOCADO PREGÃO 50/2016 PMN ABERTO O CERTAME NO DIA 19 DE JULHO DE 2016 COM TODAS AS EMPRESAS DE HIGIENE E LIMPEZA DEVIDAMENTE CREDENCIADAS. TODAS AS EMPRESAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL, SE ENQUADRANDO COM ME/EPP. APÓS OCORRIDO O PREGÃO HOUVE A FASE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS, ONDE OCORRERAM REPROVAÇÕES, SENDO ASSIM CHAMADO O 2º (SEGUNDO) COLOCADO.

A EMPRESA KELLY A.D.S. MINIOLLI COMÉRCIO DE PRODUTOS - ME NÃO APRESENTOU A AMOSTRA DO ITEM 6, SENDO NECESSÁRIO CHAMAR O 3º COLOCADO - EMPRESA BRUTHAM COMERCIAL LTDA. PROCEDEU-SE À ABERTURA DO ENVELOPE DA MESMA E CONSTATOU-SE A QUALIFICAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ESTA PREFEITURA. SENDO ASSIM, FICA AUTOMATICAMENTE CONVOCADA A EMPRESA BRUTHAM COMERCIAL LTDA, À APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DO ITEM 6.

Pregoeiras: Carla Claudino, Franciele Justino

Membros: Josezite dos Santos, Miroslava Marin, Tatiana De Alencar Carlini.

DECISÃO PEDIDO REEQUILÍBRIO PREGÃO 47/2015 PRODUVALE ITENS 14 15 16 111

DECISÃO- PEDIDO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS - INDEFERIMENTO

EMPRESA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 67.729.178-0001-49

Aos 17 (dezessete) dias, do mês de agosto de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e do decreto nº. 7.892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº47/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio solicitado pela empresa Produvale, dos itens 14, 15, 16 e 111 pelos fundamentos que passa a expor.

O recurso solicitando reequilíbrio de preços foi indeferido, pois, apesar do pequeno aumento dos itens, a margem de lucro recebido pela empresa não torna o fornecimento excessivamente oneroso, conforme dispõe entendimento do TCU:

"Equilíbrio econômico-financeiro. Contrato. Teoria da Imprevisão. Alteração Contratual. A ocorrência de variáveis que tornam excessivamente onerosos os encargos do contratado, quando claramente demonstradas, autorizam a alteração do contrato, visando ao restabelecimento inicial do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento na teoria da imprevisão, acolhida pelo Decreto-Lei 2.300/86 e pela atual Lei nº 8.666/93. (TCU, TC-500.125/92-9, Min. Bento José Bugarin, 27/10/94, BDA nº 12/96, Dez/96, p. 834)."(grifo nosso)

Por iguais razões, é importante citar o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

ACÓRDÃO:

"RECURSO ORDINÁRIO – FORNECIMENTO DE GASOLINA – AUMENTOS DE PREÇO JUSTIFICADOS PELA ALEGADA QUEBRA DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA ORIGINAL – IRREGULARIDADE - APELO CONHECIDO E IMPROVIDO – Tratando-se de mercado sensível a eventos variados, de ordem econômica, política ou militar, não se pode atribuir a toda e qualquer variação no custo do petróleo e derivados potencial para justificar a requisição de reequilíbrio da cláusula financeira original. Vistos, relatados e discutidos os autos. ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 04 de março de 2009, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Fulvio Julião Biazzi, Cláudio Ferraz de Alvarenga e Robson Marinho, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente conhecer do recurso ordinário e, quanto ao mérito, considerando que as razões apresentadas não se mostraram suficientes para abalar os fundamentos do r. decisório combatido, negar-lhe provimento, ficando mantido, integralmente, o v. acórdão recorrido. O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório do Conselheiro Relator. Publique-se. São Paulo, 12 de março de 2009." (grifamos);

Mantendo o entendimento, Maria Sylvia Zanella Di Pietro, quando trata dos fatos imprevisíveis nos diz:

"Todo acontecimento externo ao contrato, estanho à vontade das partes, imprevisível e inevitável, que causa um desequilíbrio muito grande, tornando a execução do contrato excessivamente onerosa para o contrato." Grifo nosso (Di Pietro, Maria S. Z., Direito..., cit., p.260)

O reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste tem que ser concedido com cautela, a fim de não se beneficiar a contratada em detrimento dos demais licitantes que agindo com prudência apresentaram quando da licitação preços mais condizentes com o mercado. Salienta-se também que, aumentos nos produtos, principalmente na atual situação financeira de nosso país, não pode ser considerado como fato imprevisível, e, nos casos de fatos previsíveis, a lei dispõe que deverá ser o aumento com consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, o que não se configura no pedido em questão, visto que:

Item 14: O valor apresentado na proposta foi de R\$0,479, o valor atual da compra é de R\$0,367, e o valor anterior da compra era de R\$0,33.

Item 15: O valor apresentado na proposta foi de R\$0,719, o valor atual da compra é de R\$0,55, e o valor anterior da compra era de R\$0,50.

Item 16: O valor apresentado na proposta foi de R\$0,959, o valor atual da compra é de R\$0,733, e o valor anterior da compra era de R\$0,66.

Item 111: O valor apresentado na proposta foi de R\$82,49, o valor atual da compra é de R\$36,00, e o valor anterior da compra era de R\$24,00.

Ressalta-se o entendimento de Célia Maria de Oliveira Passos de Albuquerque:

Deve restar evidente tamanho ônus "que inviabilize a manutenção da relação contratual, sendo insuportável ao particular arcar com os encargos decorrentes de tais fatos supervenientes". O "simples aumento de despesas inerentes ao fornecimento ou serviço por parte do contratado, seja em razão de dissídio coletivo, seja por

defasagem do preço ajustado em relação ao praticado no mercado, não bastam para que seja configurado o desequilíbrio, não impondo, portanto, a revisão" (ALBUQUERQUE, CELIA MARIA OLIVEIRA PASSOS DE. Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos da Administração Pública. ILC - Informativo de Licitações e Contratos - 34. 1996).

JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR (Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública. Renovar. RJ.) ressalta que "o rompimento que autoriza a alteração tanto pode decorrer de fato imprevisível", quanto de fato previsível de efeitos incalculáveis, "desde que suficientes para impedir ou retardar a execução do contrato; quanto a esta aptidão, é preciso distinguir o atraso ou impedimento suportável, que não geraria direito à revisão do pactuado porque se contém nos limites da álea ordinária (inerente a todo contrato), daquele que imporá ônus ou dano insuportável".

Como vimos, o reequilíbrio é possível desde que fatos supervenientes tornem excessivos os valores, tornando os preços registrados impossíveis de serem mantidos, o que não é o caso em questão.

De acordo com os argumentos apresentados, a possibilidade de execução do contrato, sendo o aumento previsível, esta comissão decide por indeferir os pedidos formulados.

Comissão

Pregoeira: Carla Claudino

Pregoeira Substituta: Franciele Justino

Equipe de Apoio :

Miroslava Marin

Tatiana de Alencar Carlini

Josezite dos Santos

Corroborando

Nádia Braz Bins

Secretária de Administração e Logística

DECRETO Nº 124 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 124 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação
13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF
88 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 62.000,00
03 – Diretoria de Projetos Educacionais
12.365.0007 – 2.056 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria

de Projetos Educacionais - EI

133 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 75.000,00
Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação

13 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica – EF

86 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 62.000,00

03 – Diretoria de Projetos Educacionais

12.365.0007 – 2.056 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais - EI

131 – 3.3.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 75.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 18 de Agosto de 2016.

Nádia Brás Bins

Secretária da Administração e Logística

DECRETO Nº 125 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 125 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 119.300,00 (Cento e dezenove mil e trezentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 06 – Bloco Assistência Farmacêutica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico

Programa: 48 – Farmácia Básica do Município

2.092 – Manutenção da Farmácia Básica

Fonte de Recursos – 013804 – Assistência Farmacêutica Básica

62 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 69.800,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 304 – Vigilância Sanitária

Programa: 43 – Vigilância Sanitária

2.088 – Manutenção dos Recursos de Média e Alta Complexidade em Vigilância Sanitária

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

116 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

T O T A L R\$ 119.300,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE: 06 – Bloco Assistência Farmacêutica
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico
Programa: 48 – Farmácia Básica do Município
2.092 – Manutenção da Farmácia Básica
Fonte de Recursos – 013804 – Assistência Farmacêutica Básica
60 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 69.800,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância em Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 304 – Vigilância Sanitária
Programa: 43 – Vigilância Sanitária
2.088 – Manutenção dos Recursos de Média e Alta Complexidade em Vigilância Sanitária
Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos
114 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.500,00

T O T A L R\$ 119.300,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 18 de Agosto de 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de Agosto de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA - EXTRATO CONTRATO FINANCIAMENTO.

Errata: Na publicação do Extrato de Contrato Nº 0400742-37/14 (abaixo) feito no site do Diário Municipal (DOM/SC), Edição nº 1516, na página 279, onde se lê : Bairro São Paulo, leia-se Bairro Nossa Senhora das Graças .

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO
Nº 0400742-37/14

Contrato de Financiamento que entre si fazem a Caixa Econômica Federal e o Município de Navegantes-SC, onde o objeto é a execução de obras de Pavimentação e Qualificação de via urbanas no Bairro São Paulo no Município de Navegantes/SC no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE. Valor total do contrato: R\$ 13.158.314,80 (treze milhões, cento e cinquenta e oito mil, trezentos e quatorze reais e oitenta centavos), sendo R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) de financiamento e R\$ 658.314,80 (seiscentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quatorze reais e oitenta centavos) de contrapartida financeira desta municipalidade.

Navegantes (SC) agosto de 2016

Errata: Na publicação do Extrato de Contrato Nº 0400738-78/14 (abaixo) feito no site do Diário Municipal (DOM/SC), Edição nº 1516, na página 279, onde se lê : Bairro Nossa Senhora das Graças, leia-se Bairro São Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO
Nº 0400738-78/14

Contrato de Financiamento que entre si fazem a Caixa Econômica Federal e o Município de Navegantes-SC, onde o objeto é a execução de obras de Pavimentação e Qualificação de via urbanas no Bairro Nossa Senhora das Graças no Município de Navegantes/SC no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE. Valor total do contrato: R\$ 9.856.852,68 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis reais, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos), sendo R\$ 9.250.000,00 (nove milhões e duzentos e cinquenta mil reais) de financiamento e R\$ 606.852,68 (seiscentos e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos) de contrapartida financeira desta municipalidade.

Navegantes (SC) 18 de agosto de 2016

ERRATA 01 PREGÃO PRESENCIAL 97/2016 PMN

ERRATA 01 - PREGÃO PRESENCIAL 97/2016 PMN

No item 2 Descrição dos Carnês do Termo de Referência, onde se lê:

2.1.4 - 1ª capa em papel offset 90grs, 5/1 cores;
2.1.11 - 2ª Capa ou contracapa em papel offset 90grs, 5/0 cores;
2.1.14 - Confecção e impressão de aproximadamente 50.000 (Cinquenta mil) carnês de IPTU.

Leia-se:

2.1.4 - 1ª capa em papel offset 120grs, 5/1 cores;
2.1.11 - 2ª Capa ou contracapa em papel offset 120grs, 5/0 cores;
2.1.14 - Confecção e impressão de aproximadamente 40.000 (Quarenta mil) carnês de IPTU.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 137/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 137/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.
CNPJ: 05.568.964/0001-54.

Vigência: 01/07/2016 – 31/08/2016.

Valor Total: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Licitação: Tomada de Preço nº 02/2015.

Recursos: Dotação: .2.012 3.3.90.00.00.00.

Objeto: Primeiro Termo Aditivo a renovação/prorrogação* do Contrato nº 130/2015, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ORIENTAÇÃO, PROJETOS E PROCESSOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 73/2015.

* Conforme solicitação Secretaria de Governo.

EXTRATO CONTRATUAL Nº165/2016 FMV

EXTRATO CONTRATUAL Nº 165/2016 FMV.

PROCESSO DLNº 08/2016 FMV.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO (RÁDIOS TRANSEPTOR PORTÁTIL E FIXO COM ACESSO AO S.M.E. E MANUTENÇÃO DO SISTEMA) PARA UTILIZAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES/SC, conforme dispensa de licitação nº 08/2015 FMV.

Empresa/Fornecedor: DIRETA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ | 83.066.118/0001-40

VALOR TOTAL: R\$ 3.200,00

VIGÊNCIA: 31/12/2016.

RECURSOS: 2.075 3.3.90.00.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93. Navegantes, 08 de agosto de 2016.

EXTRATOS**CONTRATOS****PMN****126/127/128/129/130/131/132/2016.**

Extrato Contratual PMN 126/2016

Contrato Nº...: 126/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Baltt Empreiteira, Transportes e Terraplanagem Ltda.

Vigência : Início: 30/06/2016 Término: 28/08/2016.

Licitação : Tomada de Preços nº 094/2014.

Valor Acres: R\$ 88.188,32

Valor Supr: R\$ 12.685,29.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Quinto Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência, o acréscimo e supressão de itens do Contrato nº 173/2014, referente à Execução da Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica (com fornecimento de materiais) da Rua Prefeito Manoel Evaldo Muller, localizada no Bairro Volta Grande, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 094/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Extrato Contratual PMN 127/2016

Contrato Nº...: 127/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

Vigência : Início: 30/06/2016 Término: 28/08/2016

Valor: R\$ 5.939,11.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Sexto Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência e acréscimo de itens do Contrato nº175/2014, referente à Execução da Obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DAS RUAS: SERVIDÃO SILVESTRA DA SILVA FERREIRA, RUA MARIA COSTA FERREIRA LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO PEDRO, RUA MARIA GAYA E BECO ORMILDA GAYA DA SILVA, LOCALIZADOS NO BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme TP nº 096/2014.

Extrato Contratual PMN 128/2016

Contrato Nº...: 128/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

Vigência : Início: 30/06/2016 Término: 28/08/2016

Licitação : Tomada de Preços nº 095/2014.

Valor Supressão: R\$ 15.841,25.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Quinto Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência e a Supressão de itens do Contrato nº174/2014, referente à Execução da Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Paver (com fornecimento de materiais) da Rua Antônio Hengel - Bairro Hugo de Almeida, e com Lajotas Sextavadas de Concreto

para a Rua Olindio Rodolfo de Souza - Bairro Escalvados e Rua Inácio A.Vieira - Bairro Porto Escalvados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 095/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Extrato Contratual 129/2016

Contrato Nº...: 129/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Belga Construções & Incorporações Ltda.

Vigência : Início:30/06/2016 Término: 28/08/2016

Licitação : Tomada de Preços nº 097/2014.

Valor Acréscimo: R\$ 9.360,61

Valor Supressão: R\$ 1.722,74.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Sexto Termo Aditivo a Prorrogação do Prazo de Vigência, o acréscimo e supressão de itens do Contrato nº 176/2014, referente à execução da Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) do Beco Etelvina Fião Pivatto e Beco Crispim - Bairro Volta Grande e Rua Vereador Luiz Costa, Rua Vereador José João da Silva, Vereador José Inácio da Silva e Rua Venceslau Teodoro da Silva - Loteamento Dauer, Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 097/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Extrato Contratual PMN 130/2016

Contrato Nº...: 130/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

Vigência : Início: 30/06/2016 Término: 28/08/2016

Valor acréscimo: R\$ 40.523,74.

Valor Supressão: 14.732,94.

Licitação : Tomada de Preços nº 091/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Quinto Termo Aditivo a Prorrogação do prazo de vigência, o acréscimo e supressão de itens do Contrato nº 170/2014, referente à Contratação de empresa especializada em Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica (com fornecimento de materiais) da Rua Francisco Schimidt, localizada no Bairro Gravatá, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 091/2014 - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Extrato Contratual PMN 131/2016.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

Vigência : Início: 04/07/2016 Término: 11/09/2016..

Licitação : Tomada de Preços nº 092/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Valor: Acres: R\$ 7.410,99.

Valor Supr: R\$ 4.796,95.

Objeto : Sexto Termo Aditivo visando a Prorrogação do Prazo de Vigência, acréscimo e supressão de itens do Contrato nº 171/2014, referente à Execução da Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de Wander Pinheiro materiais das Ruas Paraguai - Bairro Gravatá, Rua Osmundo Dutra, Rua Maria Carlota Vieira, Rua José, Rua Comendador Pedro F. dos Santos e Rua Orlandino Formigal - Bairro Meia Praia - Conforme Tomada de Preço nº 092/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

EXTRATO CONTRATUAL PMN 132/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimentos Santa Terezinha Ltda.

Vigência : Início: 04/08/2016 Término: 11/09/2016.

Licitação : Tomada de Preços nº 093/2014.

Valor Acréscimo: R\$ 67.996,21.

Valor Supressão: R\$ 5.646,95.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Sexto Termo Aditivo a Prorrogação do Prazo

de Vigência, o acréscimo e supressão de itens do Contrato nº 172/2014, referente à Execução da Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) da Rua Eraci Santos Couto, Rua José Elpídio Lobo, Rua Alice Hostins, Rua Leocádio Ferreira Barbosa e Rua Félix Geovanela - Centro e Rua Horácio Júlio da Silva - Margina Aeroporto, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 093/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

PORTARIA 1832/2016 LICENÇA ADEMAR

PORTARIA N º 1832 DE 18 DE AGOSTO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença ao servidor Ademar Luiz Provesi, Motorista, 40 horas, para concorrer a cargo eletivo, a partir de 15/08/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito a partir de 15/08/2016

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1833/2016 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICANCIA

PORTARIA N º 1833 DE 8 DE AGOSTO DE 2016
PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1673 DE 7 DE JULHO DE 2016 para Apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007 de 11 de novembro de 2003, por parte da servidora T.B.S.B..

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/8/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE AGOSTO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1834/2016 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICANCIA

PORTARIA N º 1834 DE 18 DE AGOSTO DE 2016
PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 1682 DE 13 DE JULHO DE 2016 para Apurar responsabilidade por cometimento de infração ambiental.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 13/8/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1835/2016 SUSPENSÃO CREUSA

PORTARIA DE N º 1835 DE 18 DE AGOSTO DE 2016
SUSPENDE SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o artigo 60 da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - Lei Complementar n º 7 de 11 de novembro 2.003,

RESOLVE:

I – APLICAR a pena de suspensão por 10 (dez) dias a partir de 18/08/2016 a servidora Creusa Edit Verissimo, matrícula 1997402, efetiva no cargo de PROF. MAG. III, 20 horas, lotada na Secretaria de Educação, por descumprimento do disposto no art. 116, II, III, e 117 XVI, sendo suspensa com base nos artigos 128, II e 131, todos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n º 7 de 11/11/2003, conforme resultado da sindicância 19/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

RESULTADO AMOSTRAS 2º COLOCADO PREGÃO 78 2016 PMN SESAN LAO

ANÁLISE DAS AMOSTRAS

Pregão nº 78/2016

A Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes no uso de suas atribuições legais informa que a empresa LAO Indústria Ltda apesar da convocação para apresentar amostra do item 02 Hidrômetro Multijato Horizontal com diâmetro mínimo de 1" X 260mm não apresentou a amostra em tempo hábil.

Portanto a proponente esta desclassificada devendo a comissão de licitação cancelar o item conforme previsto no item 4.2 do edital:

"A não apresentação e/ou divergência das especificações implicará na desclassificação. A(s) amostra(s) apresentada(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame ficarão sob controle do Município/ Sesan para conferência em futuras entregas."

Devendo ainda a proponente responder pelo presente ato nos termos do Art. 7º da lei 10520/02, caracterizando má fé, fraude ou mesmo intenção de prejudicar o ente público:

"Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais." (Art. 7º, lei 10520/02).

Nesse interim a Secretaria de Saneamento Básico pleiteia o prosseguimento do feito sem prejuízo das sanções legalmente previstas.

Navegantes, 18 de agosto de 2016.

Atenciosamente

Flavio Pretti Técnico Hidráulico	Célio Roberto Francisco Secretário Adjunto de Saneamento Básico
-------------------------------------	--

Wilson Parisoto

Secretario Municipal de Saneamento Básico

RESULTADO AMOSTRAS PREGÃO 82 2016 PMN 2º COLOCADO

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Navegantes
Secretaria de Educação

Navegantes, 18 de Agosto de 2016.

ANÁLISE DAS AMOSTRAS PREGÃO Nº 82/2016

Vimos através deste apresentar a análise final das amostras dos itens do Pregão nº82/2016, referente à aquisição de materiais de

expediente para atendimento às escolas, centros de Educação Infantil e Secretaria de Educação do Município de Navegantes (SC) Segue dados abaixo: ITENS QUE HAVIAM SIDO REPROVADOS

Empresa: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA -EPP

CNPJ: 04.586.694/0001-41

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

27 - COLA BRANCA EXTRA ADESIVO PVA – APROVADO

43 - FITA ADESIVA TRANSPARENTE- APROVADO

44 - FITA ADESIVA TRANSPARENTE- APROVADO

64 – PAPEL CARTOLINA – APROVADO

89 - PISTOLA DE COLA QUENTE 60V- APROVADO

98- COLA BASTÃO 20G - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- EPP

CNPJ: 17.253.233/0001-07

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

1-APAGADOR PARA QUADRO BRANCO- APROVADO

4- BALÃO GIGANTE Nº25 - APROVADO

13- BOBINA PARA FAX- APROVADO

77- PASTA SUSPENSÃO- APROVADO

Empresa: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME

CNPJ: 21.304.312/0001-69

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

19- CANETA MARCA TEXTO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

60 - MOLHA DEDO EM GEL- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

81- PICOTADEIRA DE PAPEL- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

87- PISTOLA DE COLA QUENTE 15V - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

90 - PISTOLA PARA APLICAÇÃO DE COLA QUENTE- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

82 - PILHA ALCALINA A23 - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

99- GUILHOTINA- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME

CNPJ: 12.667.876/0001-75

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

14- CADERNO 48 FOLHAS- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

59- LIVRO PROTOCOLO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

95- TESOURA DE PICOTAR C/21CM - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: COMERCIAL ONIX LTDA -EPP

CNPJ: 25.314.246/0001-69

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

32- ELÁSTICO PARA DINHEIRO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

88- PISTOLA DE COLA QUENTE 60V - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

40- EXTRATOR DE GRAMPOS - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR

AMOSTRA.

93- RÉGUA ESCOLAR- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: VENCOLI DISTRIBUIDORA

CNPJ: 11.414.789/0001-43

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

63- PAPEL CARTÃO- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

76- PASTA SANFONADA - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: FERNANDO DE AVIZ -EPP

CNPJ: 05.3627.370/001-78

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

20- CANETA MARCADORA PARA QUADRO BRANCO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

30- CORRETIVO LÍQUIDO- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA

CNPJ: 00.147.109/0001-56

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

28- COLA BRANCA LÍQUIDA - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

33- ENVELOPE CARTA BRANCO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

35- ENVELOPE SACO BRANCO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

52-GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER - ME

CNPJ: 17.572.035/0001-06

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

56- LÁPIS PRETO - APROVADO

Empresa: OBJETIVA COMÉRCIO DE BRINQUEDOS

CNPJ: 11.910.546/0001-04

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

3 – BALÃO COLORIDO Nº 07 - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

69- PAPEL VERGÊ - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN -ME

CNPJ: 17.765.586/0001-88

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

75- PASTA PAPEL CARTÃO - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: RAFAEL DA SILVA PAPELARIA- ME

CNPJ: 11.664.287/0001-70

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

57- LIVRO ATA - REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Empresa: WRS – SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA-ME

CNPJ: 13.140.107/0001-87

Pregão nº 82/2016

ITENS ANALISADOS:

34- ENVELOPE SACO BRANCO- REPROVADO POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA.

Atenciosamente,

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 021 - 2016 - NOMEIA SERVIDOR

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 021/2016

O Presidenta da Câmara de Vereadores de Navegantes, Alicia Jacob Ricobom Filho no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeada a Senhora, ELIETE DOS SANTOS inscrita no CPF nº 784.796.149-00, para o cargo de Assessor de Gabinete desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 12 de agosto de 2016.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Trento

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

Gabinete do Prefeito

CONVOCAÇÃO

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, Prefeito em Exercício de Nova Trento, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA que fará realizar às 14:00 horas do dia 12 de setembro de 2016, no Auditório da Câmara Municipal, para apresentar, discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal relacionadas a investimentos e geração de despesas a serem incluídas na LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 e extraídas dos objetivos e metas da Administração aprovada em audiência pública, pela Câmara Municipal e constante da Lei do PLANO PLURIANUAL 2014/2017.

A sua participação é muito importante.

Nova Trento, 15 de agosto de 2016.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 562/2016

PORTARIA Nº 562/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 160/2016 "A", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, NALZIR DO PRADO HOFFMANN, matrícula nº 6891, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2016 a 27 de janeiro de 2017, em substituição a Ivone Sdrigotti Ceccato, afastada conforme Portaria nº 561/2016 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora NALZIR DO PRADO HOFFMANN, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Rua Independência, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 426.077.959-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a Ivone Sdrigotti Ceccato, afastada conforme Portaria nº 561/2016 (Readaptação).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de agosto de 2016 a 27 de janeiro de 2017, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi Nalzir do Prado Hoffmann
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2016.

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 566/2016

PORTARIA Nº 566/ 2016
Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 100, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 719/2014, que Concedeu Licença Sem Vencimento ao Servidor Público Municipal JOVANI TAMANINI, matrícula nº 100, concursado, ocupante do cargo de Professor Nível IV, Referência G, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 04 de agosto de 2016 a 03 de agosto de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 566/2016 "A"

PORTARIA Nº 566/ 2016 "A"

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 522/2016, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, de 04/05/2016, convocado conforme Decreto nº 177/2016, NORMA ANZILIERO, matrícula nº 7242, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - História), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 04 de agosto de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), em substituição ao titular Jovani Tamanini, afastado conforme Portaria nº 566/2016 "A" (Licença Sem Vencimento).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora NORMA ANZILIERO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 2028, nº 72, Bairro Centro, Município de Balneário Camboriú, portadora do CPF nº 787.775.859-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II- História), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição ao titular Jovani Tamanini, afastado conforme Portaria nº 566/2016 (Licença Sem Vencimento).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (hum mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 04 de agosto de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi Norma Anziliero
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de agosto de 2016.

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 567/2016

PORTARIA Nº 567/ 2016

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal MARIA PATRÍCIA SCHWAMBACH MARTINS, matrícula nº 6724, concursada no cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 10 (dez) dias, a contar de 27 de julho de 2016 a 05 de agosto de 2016, conforme resultado pericial datado de 04/08/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 568/2016

PORTARIA Nº 568/ 2016

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal CRISTIANE ANDREA PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula nº 7118, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 04 de agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 570/2016

PORTARIA Nº 570/ 2016

Prorroga Readaptação

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 189/2016, que Prorrogou a Concessão de Readaptação à Servidora Pública Municipal NEIDE INÊS BOZO CADORIN, matrícula nº 1093, concursada no cargo de Professora Nível IV, Referência I, (Ensino Fundamental – Ciências), com 15 (quinze) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, pelo período de 141 (cento e quarenta e um) dias, a contar de 02 de agosto de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), conforme resultado pericial datado de 08/08/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 570/2016 "A"

PORTARIA Nº 570/ 2016 "A"

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 189/2016 "A", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015, de 22/09/2015, convocada conforme Decreto nº 006/2016, TELMA GARCIA, matrícula nº 7019, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Ciências), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 02 de agosto de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (Término do ano letivo), em substituição a titular Neide Inês Boso Cadorin, afastada Conforme Portaria nº 570/2016 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de agosto de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO DE CONTRATO SP//2016

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora TELMA GARCIA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Luiz Busnardo, nº 314, Bairro Cascata, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 043.161.329-03, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Nível III, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Ciências), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a titular Neide Inês Boso Cadorin, afastada Conforme Portaria nº 570/2016 (Readaptação).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste coato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 963,15 (novecentos e sessenta e três reais e quinze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 02 de agosto de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (Término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

Nova Trento, em 02 de agosto de 2016.

Luiz Carlos

Orsi Telma Garcia

Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, 02 de agosto de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 572/2016

PORTARIA Nº 572/ 2016

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal CARMEM

VANUSA MACHADO DALASENA, matrícula nº 6804, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 11 de agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de agosto de 2016.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 573/2016

PORTARIA Nº 573/ 2016
Concede Readaptação

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 162/2016, que Concedeu Readaptação ao Servidor Público Municipal NORBERTO CIPRIANI, matrícula nº 10, concursado, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência I, (Ensino Fundamental - Geografia), com 15 (quinze) horas semanais, lotado na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 08 de agosto de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, conforme resultado pericial datado de 12/08/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de agosto de 2016.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2015

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR

Origem: Processo Licitatório nº 108/2015 - Pregão Presencial nº 070/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, estabelecida na Rua Santo Inácio 126, Praça Del Comune - Centro - representado pelo Sr. Prefeito Municipal Josemar Guilherme Franzoi, inscrito no CPF nº 646.832.739-34, doravante denominado de "CONTRATANTE" e, de outro, e FISCOTEC SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA ME, com sede à Rua Adolfo Melo, nº 35, Sala 902, bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-090 e registro no CNPJ- ME. sob o Nº 17.364.742/0001-07, neste ato representada pela sócia Ana Paula Adriano Platt, portadora da cédula de identidade RG Nº 37518097, inscrito no CPF sob o Nº 008.192.849-12, doravante denominado "CONTRATADA" firmam o

presente CONTRATO para execução do objeto abaixo, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 105/2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços técnicos especializados em Administração Tributária com ênfase na capacitação de Recursos Humanos para o aumento da receita municipal e a melhoria do atendimento aos contribuintes, conforme especificação do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Pregão Presencial e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 105/2015, para suprimir 50% (cinquenta por cento) do valor original, passando a ser, a partir desta data, o valor mensal de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

JUSTIFICATIVA: Visando economizar recursos públicos, o município fez acordo com a empresa para que houvesse redução de carga horária e consequente redução de valor a ser pago.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 105/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 16 de agosto de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi Prefeito em Exercício Contratante	Fiscotec Soluções Tecnológicas Para Administração Pública Ltda ME Contratada
---	--

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

1) _____
Aprigio José Botameli

2) _____
Lorena Polli

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2016 – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 086/2016 – Tomada de Preços nº 007/2016
Objeto: Execução de serviços com fornecimento de material, para Pavimentação e Drenagem da Rua Henrique Meschke (extensão total de 534,782 metros), no Distrito de Claraíba, no município de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra e equipamentos necessários, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), planilhas e memorial descritivo em anexo. Julgamento: Menor Preço Global no regime de Empreitada Global por preço Unitário. Entrega e abertura dos envelopes: 06/09/2016 até as 09:30 horas. Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone:48- 3267.3211 - 3267.3213; e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br – site: www.novatrento.sc.gov.br

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito em Exercício

PROCESSO N° 085/2016 - PREGÃO PRESENCIAL N° 061/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 085/2016 – Pregão Presencial nº 061/2016
Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de serviços de telefonia IP (Internet protocol) com sistema de tarifação centralizado na sede da Prefeitura Municipal para ligações oriundas das diversas secretarias municipais, conforme especificações constantes no Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 05/09/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 05/09/2016 as 09:30 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Aprigio José Botameli
Pregoeiro

PROCESSO N° 087/2016 - PREGÃO PRESENCIAL N° 062/2016 - SRP N° 034/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 087/2016 – Pregão Presencial nº 062/2016 – SRP nº 034/2016

Objeto: Registro de Preços para a contratação de serviços de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAÇAMBA, TRATOR DE ESTEIRA e RETROSCAVADEIRA, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, com a prestação de serviço no Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I, que integra este edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 12/09/2016 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3213 / 48 3267.3211 – e-mail: compras@novatreto.sc.gov.br Site: www.novatreto.sc.gov.br

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito em Exercício

PROCESSO N° 088/2016 - PREGÃO PRESENCIAL N° 063/2016 - SRP N° 035/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 088/2016 – Pregão Presencial nº 063/2016 – SRP nº 035/2016

Objeto: O objeto é o Registro de Preços para aquisição parcelada de Equipamentos Hospitalares para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 12/09/2016 até as 14:30 horas. Abertura: 12/09/2016 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito em Exercício

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO 1º TA AO CA Nº 007 E 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 008/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: ANTONIO SIRVAL DOS SANTOS PEREIRA 68831463934

Valor : 280,00 (duzentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 17/08/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015

Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93) Saldo: 24.572,62

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento do quantitativo do item 18 constante da CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Aquisição de combustíveis e prestação de serviço de lavagem, conserto e montagem de pneus e lubrificação, para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, para o exercício de 2016.

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 007/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME

Valor : 1.790,00 (um mil setecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 17/08/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015

Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93), 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento dos quantitativos dos itens 12, 14, 15 e 16 constante da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Aquisição de combustíveis e prestação de serviço de lavagem, conserto e montagem de pneus e lubrificação, para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, para o exercício de 2016.

Novo Horizonte/SC, em 17 de Agosto de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 024/2016 11/08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 12/08/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS

RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATADO: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 396,90 (Trezentos e noventa seis reais e noventa centavos)

DATA: 12/08/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL RP 103/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 103/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 01 de setembro de 2016, às 08:30 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão publica para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza

Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP- Nº. 103/2016, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para instalação de academias ao ar livre no município de Palhoça-SC,. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 18 de Agosto de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIA Nº 049/2016

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora Wilma Maria dos Santos.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Wilma Maria dos Santos, detentora da matrícula funcional nº 800120-01, inscrita no CPF sob o nº 664.897.929-15 e no PIS/PASEP sob o nº 1.701.839.463-3, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de agosto de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Soraya Regina Becker
Técnico Previdenciário
Matrícula 900050

PORTARIA Nº 050/2016

PORTARIA Nº 050/2016.

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01 e declara a vacância do cargo público do servidor Osvaldino de Souza.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, o servidor Osvaldino de Souza, detentor da matrícula funcional nº 500287-02, inscrito no CPF sob o Nº 888.959.209-53 e no PIS/PASEP sob o nº 1.705.561.768-3, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 15 de agosto 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 051/2016

PORTARIA Nº 051/2016.

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter proporcional, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01 e declara a vacância do cargo público da servidora ELIZABETE ALVES DA SILVA.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora ELIZABETE ALVES DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 800573-04, inscrita no CPF sob o Nº 732.539.959-68 e no PIS/PASEP sob o nº 124.838.130-48, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 56,67% (cinquenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de agosto de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

PORTARIA Nº 052/2016

PORTARIA Nº 052/2016.

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter proporcional, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01 e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA ANGERCA MENDES.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88, com redação dada pela EC 41/2003, e alterações promovidas pela EC nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora MARIA ANGERCA MENDES, detentora da matrícula funcional nº 800312-01, inscrita no CPF sob o Nº 753.630.389-00 e no PIS/PASEP sob o nº 123.304.924-82, lotada na Secretaria de Educação, ocupante

do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 86,67% (oitenta e seis vírgula oitenta e sete por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de agosto de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Soraya Regina Becker
Técnico Previdenciário
Matrícula 900050

PORTARIA Nº 053/2016

PORTARIA Nº 053/2016

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei municipal nº 1320/01), autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10887/04, e declara a vacância do cargo público da servidora Darci de Souza.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art.1º Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Darci de Souza, detentora da matrícula funcional nº 800867-02, inscrita no CPF sob o nº 940.371.919-20 e no PIS/PASEP sob o nº 1.704.126.448-1, lotada na Secretaria da Educação da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 53,33% (cinquenta e três vírgula trinta e três por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de calculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar 096/2010

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de agosto de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins	Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal	Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

Palma Sola

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 16/2016.

Tipo: Menor Preço

Objeto: Aquisição de Veículo Novo

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes: Até às 08:45 hs do dia 31/08/2016.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 31/08/2016.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 18 de agosto de 2016.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 17/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 017/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA.

CONTRATADO: EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea "d" do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os preços constantes na Cláusula Quarta do Contrato nº. 017/2016, item de nº. 335 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 03/2016, na modalidade Pregão Presencial de nº. 03/2016 passa ser o seguinte e a partir de 18/08/2016:

· Item nº. 335 - SOLUÇÃO FISIOLÓGICA, 0,9% - C/ 250ML - R\$: 1,298 (um real, duzentos e noventa e oito centavos), por un.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 18 de agosto de 2016.

Prefeito Municipal

Domingos Lirio Locatelli

Contratante

Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Anacleto Ferrari

CPF: 523.140.819-00

Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Ana Caroline Pies

CPF: 024.607.219-94

NOME: Valdemar Gritti

CPF: 296.902.859-04

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 075/2016

DECRETO Nº 073/2016. De 05 de agosto de 2016.	CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE ÁREA DE TERRA SEM BENFEITORIAS A SER DESAPROPRIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
--	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, constituída comissão especial para avaliação de área de terra sem benfeitorias, localizada ao lado do Parque de Exposições e Eventos, na Linha Santa Maria Goretti, a ser composta pelos seguintes membros:

- 1 – Otmar Norbert Resener (Creci nº 16393);
- 2 – Ingmar Baldur Budde (Registro Provisório Creci nº 41687); e,
- 3 – Josias Camello (Creci nº 30.820).

Art. 2º A Comissão Especial terá como finalidade apresentar laudo contendo avaliação da área de terra, de propriedade de JOSÉ CARLOS CHINI, matriculada no Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 10.150, a ser desapropriada pelo Município de Palmitos.

Art. 3º A nomeação de que trata o artigo anterior do presente Decreto é de caráter relevante, não se atribuindo qualquer vínculo empregatício, espécie de remuneração, gratificação ou adicional.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 05 de agosto de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 076/2016

DECRETO Nº 076/2016. De 09 de agosto de 2016.	DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARTE DO IMÓVEL RURAL Nº 262, SEM BENFEITORIAS, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, DESTINADO A INCLUSÃO DE FAIXA DE RUA, DA RUA XV DE NOVEMBRO, NO DISTRITO DE SANTA LÚCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 60, inciso V e VI, da Lei Orgânica Municipal e Decreto-Lei nº 3.365/41, alterada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.
--	---

DECRETA

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, a fim de ser desapropriado pelo Município de Palmitos, por via amigável, pelo preço fixo e irrevogável de R\$ 100,00 (cem reais), parte do imóvel sem benfeitorias, de propriedade de DINEU ROBERTO DECÓL casado com ELENA COPINI DECÓL e RUBIA MARA DECÓL, abaixo caracterizado, destinado a inclusão de faixa de Rua, da Rua XV de novembro, no Distrito de Santa Lúcia, conforme mapa, memorial descritivo e Certidão nº 005/2016 anexo e descrições abaixo, que passam a fazer parte integrante do presente decreto, a saber:

Consiste em uma via pública de circulação com pavimentação de pedras irregulares (calçamento), caixa de rua com largura total de 18m, sendo 2m de calçada e 14m de via. Possui infraestrutura de rede de luz da CELESC com iluminação pública, postes padrões, abastecimento de água, não possui rede de esgoto apenas drenagem pluvial com bocas de lobo e tubulação.

Área atingida pela rua no imóvel: 686,36m² confrontando:

NORTE: Com o Município de Palmitos através da Rua XV de Novembro do Loteamento Santa Lucia partindo do vértice M7 de coordenadas X-280956,5152 e Y-7000626,6997 por uma linha de 18m até o vértice M8 de coordenadas X-280972,6748 e Y-7000618,5909;

LESTE: Com parte do mesmo lote rural nº 262 de Dineu Roberto Decol e Rubia Maria Decol partindo do vértice M8 de coordenadas X-280972,6748 e Y-7000618,5909 por uma linha de 40,88m até o vértice M3 de coordenadas X-280942,1615 e Y-7000591,3678;

SUL: com parte lote rural nº 261 da Fazenda do Estado de Santa Catarina, partindo do vértice M3 de coordenadas X-280942,1615 e Y-7000591,3678 por uma linha de 18m até o vértice M4 de coordenadas X-280926,0459 e Y-7000599,4487;

DECRETO Nº 076/2016.
De 09 de agosto de 2016.

OESTE: com parte do mesmo lote rural nº 262 de Dineu Roberto Decol e Rubia Maria Decol ou quem de direito partindo do vértice M4 de coordenadas X-280926,0459 e Y-7000599,4487 por uma linha de 40,88m até o vértice inicial M7 de coordenadas X-280956,5152 e Y-7000626,6997.

Art. 2º Autorizo a Assessoria Jurídica a proceder por via administrativa, a desapropriação prevista neste Decreto.

Art. 3º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 09 de agosto de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2016. Objeto: Registro de preços para a aquisição de fraldas descartáveis geriátricas. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 31 de agosto de 2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 31/08/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 18 de agosto de 2016

Marli dos Santos da Cunha Ramos.

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 33/2016

DECRETO Nº 33/2016

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 5º da Lei 1.659/2015 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

130- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$60.600,00

10.301.0013.1.065–Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$60.600,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0214.002009–Aplicações Diretas R\$60.600,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais):

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$60.600,00

10.301.0013.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$30.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0214.002009 – Aplicações Diretas R\$20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0214.002009 – Aplicações Diretas R\$10.000,00

10.301.0013.2.058 – Manutenção do Programa Agente Comunit. de Saúde R\$30.600,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0214.002009 – Aplicações Diretas R\$30.600,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de agosto de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

DECRETO Nº 34/2016

DECRETO Nº 34/2016.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 5º da Lei 1.659/2015 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil

reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$140.000,00

26.782.0008.1.035 – Pavimentação de Ruas R\$140.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$140.000,00

1001 – SEC. DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO R\$30.000,00

20.606.0011.2.046 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$30.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais):

0801 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$170.000,00

15.452.0008.2.032 – Manutenção de Limpeza Pública R\$100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$100.000,00

26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$70.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$60.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de agosto de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1672/2016

LEI Nº 1672/2016

Revoga a Lei nº. 1668/2016 que “concede revisão geral anual a Servidores Públicos e Vereadores de Paulo Lopes e dá outras providências.”

Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 22/2016 e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei n.º 1668/2016 que “concede revisão geral anual a Servidores Públicos e Vereadores de Paulo Lopes e dá outras providências.”

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, na data da sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de

agosto de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1673/2016

LEI Nº 1673/2016

Autoriza a Anulação e Suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.659/2015 – LOA,

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$60.600,00
10.301.0013.1.065 – Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$60.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0214.002009 – Aplicações Diretas R\$60.600,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais):

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$60.600,00
10.301.0013.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família R\$30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0214.002009 – Aplicações Diretas R\$20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0214.002009 – Aplicações Diretas R\$10.000,00
10.301.0013.2.058 – Manutenção do Programa Agente Comunit. de Saúde R\$30.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0214.002009 – Aplicações Diretas R\$30.600,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de agosto de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1674/2016

LEI Nº 1674/2016

Autoriza a Anulação e Suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.659/2015 – LOA,

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$140.000,00
26.782.0008.1.035 – Pavimentação de Ruas R\$140.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$140.000,00
1001 – SEC. DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO R\$30.000,00
20.606.0011.2.046 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$30.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais):

0801 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$170.000,00
15.452.0008.2.032 – Manutenção de Limpeza Pública R\$100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$100.000,00
26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$70.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0100.000000 – Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de agosto de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº 419/2016 PMP

CONTRATO Nº 419/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 002/98, alterada pela lei complementar nº 007/03, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ROSENÍ DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 051.906.599-92, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Estrada Geral Santa Lidia, nº 3877, Santa Lidia, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Pedagogia, atividade Professor I, Artes - prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 007/03, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria da Educação e Cultura, na Centro de Educação Infantil "João Batista da Cruz", numa jornada de trabalho de 20 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em horário a ser fixado pelo Estabelecimento de Ensino ou Secretaria da Educação e Cultura.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$ 1.067,83 (um mil e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 18/02/2016 até 16/12/2016, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

10 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino
2.030 -	Funcionamento e Manutenção do Fundef 60% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.0018 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Professor (a), através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 18 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES ROSENÍ DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI

PREFEITURA CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 2787/2016

DECRETO Nº 2787/16

EXONERA CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO I

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. SOLANGE CARDOSO CORREIA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO I, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1766/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 16 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

DECRETO Nº 2788/2016

DECRETO Nº 2788/16

EXONERA – DIRETOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. FERNANDO JOSÉ DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, do Departamento Técnico Administrativo, da Secretaria de Turismo, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2265/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 16 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2789/2016

DECRETO Nº 2789/16
EXONERA – ASSESSOR ESPECIAL

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. CARLOS JOSE SERPA, do cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL, do Gabinete do Prefeito a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1337/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 16 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2790/2016

DECRETO Nº 2790/16
NOMEIA – ASSESSOR DE GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeada, a Sra. SOLANGE CARDOSO CORREIA, para ocupar o cargo em comissão de ASSESSOR DE GABINETE DO PREFEITO, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 17 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2791/2016

DECRETO Nº 2791/16
NOMEIA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado o Sr. FERNANDO JOSÉ DA SILVA, para ocupar o cargo em comissão de Secretária de Turismo, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2792/2016

DECRETO Nº 2792/16
NOMEIA – SECRETÁRIO DE GOVERNO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado o Sr. CARLOS JOSÉ SERPA, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE GOVERNO, do Gabinete do Prefeito a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 17 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2793/2016

DECRETO Nº 2793/16
NOMEIA CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO I

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado o Sr. CELSO LUIZ VERAS, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO I, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ERRATA DE EDITAL 01 PP09/2016 - FMS

ERRATA EDITAL

Onde se Lê:
PREGÃO PRESENCIAL

Nº09/2016-FMS

Processo Administrativo
Nº 25/2016 – FMS

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA SER UTILIZADO NOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE PENHA/SC.

LEIA-SE:
PREGÃO PRESENCIAL

Nº09/2016-FMS

Processo Administrativo
Nº 22/2016 – FMS

Motivo: Erro de digitação.

Penha, 18 de agosto de 2016.
Daniele S. de S. Lunge
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 298/2016

PORTARIA Nº 298/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
NOMEAR: JANAINA ANDRIETTI PINTO, aprovada no Concurso Público, Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 16 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 299/2016

PORTARIA Nº 299/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
BAIXAR: a Portaria nº 248/2016, da Sra. MARI NEUSA DA SILVA STEINHOFF, como membro do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, na condição de 3º suplente.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 300/2016

PORTARIA Nº 300/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
EXONERA: a pedido a Sra. JUREMA CONINK FIEDLER, do cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 29/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 18 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 301/2016

PORTARIA Nº 301/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR: KELEN FABIANA RODRIGUES, aprovada no Concurso Público, Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 18 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

TERMO ADITIVO Nº 418/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 418/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 222/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 418/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 222/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 047.338.559-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Tereza Krause, nº 2955, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Grupo Escolar Municipal "Antônio José Tiago" no período de 17/08/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 17 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RESCISAO 56/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 56/2016.

Fica rescindido o Contrato nº 361/2016 - PMP, firmado entre a Sra. ROSENÍ DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI e esta PREFEITURA, em 01 de junho de 2016, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha, 17 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

ROSENÍ DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

DANIELE S. DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\RESCISÃO\56 - ROSENI DE ANDRADE SI-
QUEIRA MATUZAKI.docx

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 45/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 23/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.
Processo de Licitação 45/2016 – Pregão Presencial 23/2016.

Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes e filtros para veículos e máquinas da frota municipal.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 01/09/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 01/09/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 251/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 251/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE A IMPRESSÃO DE CARNES DE IPTU E ALVARÁ 2016, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI EPP, autorizado através do Processo nº 186/2016, Dispensa de Licitação nº. 0111/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI EPP

CNPJ: 02.089.950/0001-60

Endereço: Rua João Pio Duarte Silva, 42 – Córrego Grande
FLORIANÓPOLIS - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A IMPRESSÃO DE CARNES DE IPTU E ALVARÁ 2016, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.900,50 (um mil e novecentos reais e cinquenta centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj/Atividade...: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a

entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 16 de Agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI EPP

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 4.414, DE 08 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4.414, DE 08 DE JUNHO DE 2016
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 1.875 de 18 de janeiro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação a proceder suplementação no valor de R\$ 297.000,00 (Duzentos e noventa e sete mil reais), vinculada a destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 1.15 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 183 - Operações de Crédito Internas Outros Programas

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 297.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei Municipal nº 1.875 de 18 de janeiro de 2016, destinado à aquisição de britador móvel para a Secretaria de Transportes e Obras do Município de Pinheiro Preto.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 08 DE JUNHO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.415, DE 08 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4.415, DE 08 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Ação: 1.15 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 389 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas

Total Suplementado R\$ 13.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 08 DE JUNHO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AV. ARTHUR COSTA E SILVA FONE 49 3562 1556
Email: besocial@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

Disciplina a Aprovação de Retificação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira dos Sistema Único de Assistência Social – Ano 2014

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Pinheiro Preto, através de seu presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 758/96 de março de 1996 e Decreto Executivo Municipal Nº 4264 de 18 de agosto de 2015.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área de Assistência Social no Município de Pinheiro Preto – SC,

RESOLVE

Art. 1º. Aprovar a retificação de despesa do Piso Básico Variável - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal- SUAS Ano 2014 .
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto – SC, 12 de agosto de 2016
MAURO OSMARIN
Presidente do CMAS

TERMO ADITIVO 046/2016

TERMO ADITIVO 046/2016
CONTRATO ADITADO N.º 117/2016

Primeiro Termo aditivo ao Contrato de FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DELCIR BOESING ME, autorizado através do Processo nº 076/2016, Licitação n. 022/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: DELCIR BOESING ME
CNPJ-MF n.º. 07.515.006/0001-40
Endereço: Rodovia SC 303, km 200,
Bairro Vila Bressan, Pinheiro Preto– SC
CEP: 89570-000
Representada por: DELCIR BOESING

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O contrato tem por objeto o fornecimento de tubos de concreto.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Após solicitação do secretário de Transportes e Obras, verificou-se a necessidade do presente termo aditivo para aquisição de

tubos de concreto de 40, a fim de dar início na Obra de Pavimentação Asfáltica na rua de acesso ao Bairro Tranquilo Guzzi, referente verba do governo estadual.

TUBOS DE 40x1,00 CM – 186 UNIDADES
PREÇO UNITÁRIO: R\$ 33,87
PREÇO TOTAL: R\$ 6.299,82

2.2 Em razão das causas supervenientes que oneraram o contrato, é promovido o aditivo, no valor total de R\$ 6.299,82 (seis mil, duzentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos).

2.3 A mão de obra da parte de tubulação será executada pela Prefeitura e a pavimentação asfáltica, pela empresa Gaia, sem custos para a Administração Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 117/2016 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 16.10 do edital convocatório da licitação e cláusula VII, item 9.1, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 07 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
DELCIR BOESING ME

TESTEMUNHAS:

1)
Nome:
CPF:

2)
Nome:
CPF:

Planalto Alegre

PREFEITURA

CA027_2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato Nº: 027/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Contratada: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA,

Objeto: aquisição de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE-1)

Valor: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)

Vigência: 16/08/2017.

Fonte de Recurso: Transferência Direta FNDE 1022 - Repasse

Alienação de Bens 1089 - Contrapartida

PROCESSO FNDE Nº. 23034.009370/2014-24

Adesão do Registro de Preços FNDE nº 042/2015

PLANALTO ALEGRE, 16 de agosto de 2016

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

CA028_2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Administrativo nº: 028/2016
Contratante: Município de Planalto Alegre.
Contratada: PEDREIRA, EMPREITEIRA E TRANSPORTES DO ALEMÃO LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES TIPO BASALTO, EM PARTE DA RUA DA PAZ E EM PARTE DA RUA PRIMAVERA.
Valor: 48.025,27 (quarenta e oito mil vinte e cinco reais com vinte e sete centavos).
Vigência: 18/10/2016
Licitação – Pregão Presencial nº: 034/2016
PLANALTO ALEGRE-SC, em 18 de Agosto de 2016
Plinio Dallacorte
Prefeito

CA029_2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Administrativo nº: 029/2016
Contratante: Município de Planalto Alegre.
Contratada: OTTO E BECKER INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ESPORTIVO PARA CENTRO COMUNITARIO.
Valor: 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).
Vigência: 12 meses.
Licitação – Pregão Presencial nº: 038/2016
PLANALTO ALEGRE-SC, em 18 de Agosto de 2016
Plinio Dallacorte
Prefeito

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 626/2016

DECRETO Nº 626/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS QUE DEVEM SER ADOTADAS NO PERÍODO ELEITORAL NO MUNICÍPIO PONTE SERRADA EM CONSONÂNCIA COM A LEI 9.504/97.

CONSIDERANDO que a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97) estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos durante o período eleitoral;

CONSIDERANDO que os agentes públicos durante o período eleitoral não podem praticar medidas tendentes a afetar o equilíbrio da disputa;

CONSIDERANDO a Recomendação N. 0002/2016/PJE/063ZE expedida pelo Ministério Público Eleitoral desta Comarca;

CONSIDERANDO que o Poder Público possui como obrigação fundamental a observância da legislação vigente, especialmente da Constituição Federal e legislação eleitoral;

DECRETA:

Art. 1º - As normas deste Decreto se aplicam para qualquer pessoa que ocupe emprego, cargo, mandato, função, transitória ou permanente, com ou sem remuneração, investido através de concurso, contrato, nomeação ou designação na Administração Municipal.

Art. 2º - Fica determinado a todos os setores da Administração Pública que não permitam a cessão ou cedência de bens móveis ou imóveis pertencentes ao município de Ponte Serrada em favor de candidato, partido ou coligação, salvo para a realização de convenção partidária.

Art. 3º Fica proibido a todos os servidores públicos a participação ou auxílio a partidos, candidatos ou coligações durante o período de expediente da prefeitura municipal, bem como a utilização de bens e serviços públicos (telefones, veículos, materiais de escritório, computadores, impressoras, etc.), para fins de campanha eleitoral.

Art. 4º Fica proibida toda e qualquer publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, inclusive no site do Município de Ponte Serrada na internet, de sorte que também restam suspensos os contratos de publicidade celebrados com veículos de comunicação para divulgação de informativos da prefeitura municipal.

Art. 5º Fica determinada a adoção de medidas com vistas a intensificar o controle de frequência dos servidores, alertando-os acerca da necessidade de autorização por escrita do superior hierárquico para ausentar-se de suas atividades, bem como do controle de uso dos veículos públicos, impedindo que permaneçam na posse de servidores ou secretários em horário diverso daquele do expediente, salvo casos excepcionais devidamente autorizados por ato normativo prévio.

Art. 6º Eventuais dúvidas a respeito do procedimento a ser adotado deverão ser esclarecidas, necessariamente, junto aos Setores Jurídico e de Controle Interno, sendo que se porventura houver afronta à legislação eleitoral os fatos serão objeto de investigação (sindicância interna) e comunicação ao Ministério Público para responsabilização dos infratores.

Art. 7º Dê-se ampla divulgação à presente determinação, inclusive

com entrega de cópia a todos os Secretários Municipais e servidores em exercício de cargo comissionado para controle e fiscalização.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE AGOSTO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da Lei.

EXTRATO 17/2016 FMS

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 17/2016 FMS Dispensa de Licitação nº 03/2016 FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO TRANSIT DA SECRETRARIA DE SAÚDE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: RUDIMAR TENUTI

Endereço: PONTE SERRADA – Santa Catarina

CNPJ: 06.322793/0001-41

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

VALOR R\$ 6.487,00 (Seis mil quatrocentos e oitenta e sete reais)

VIGÊNCIA: 30/08/2016

Ponte Serrada/SC, 17 de Agosto de 2016.

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 014/2016

PORTARIA 014/2016, 18 DE AGOSTO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- As disposições da Lei Municipal Complementar nº 22/2003, a qual instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta e deu outras providências, em especial ao art. 119 e seguintes;

- Que a Servidora Sidimara Maciel foi classificada no Processo Seletivo 002/2015 para desempenho das atividades de Professora de Educação Física não habilitada, cujo cargo requer que esteja frequentando curso superior na área respectiva em Universidade devidamente reconhecida;

- Que a Servidora faltou ao serviço nos dias 02 e 03 de agosto de 2016, e quando questionada pela Diretora Marilene da Costa apresentou declaração de comparecimento datada no dia 02 de agosto de 2016, nos seguintes termos: "declaro para os devidos fins que a acadêmica Sidimara compareceu nos dias 03 e 02 de agosto de ser orientada sobre o estágio curricular II, na Escola de Educação Básica Professora Neusa Massolini, nos horários das 7:45 da manhã às 11:45, e no período da tarde das 13:15 às 17:15".

- Que o documento causou estranheza na Diretora e na Secretária de Educação quanto o sua autenticidade;

- Que posteriormente constatou que o documento apresentado ao Setor de Recursos Humanos quando da contratação também é uma cópia, sem o original (documento anexo), gerando dúvidas da autenticidade;

- Considerando que no dia 10 de agosto de 2016, a Servidora apresentou atestado de frequência (original) e acabou gerando novamente desconfiança da veracidade do documento pela Secretária de Educação;

- O teor do e-mail encaminhado pela Secretaria de Educação ao Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI onde é relatado pela Articuladora do Pólo de Xaxim que a servidora “também não realizou os pagamentos das mensalidades, e consequentemente não confirmou matrícula para 2016/2, ou seja, não está em sala... e desta forma não poderia estar atuando, pois, encontra-se sem frequência no momento”.

- Que posteriormente a referida instituição de ensino respondeu ao e-mail do setor jurídico destacando que as declarações/atestados de frequência anexas não são fidedignas;

- Que são aplicadas as disposições do Estatuto do Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta para os servidores contratados por intermédio de Processo Seletivo.

- Que a conduta da servidora, em tese, configura infração aos deveres do servidor público, nos termos no art. 119, da Lei Complementar nº 022/2013, em especial os incisos I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e outras do serviço público; II - ser leal às instituições a que servir; III – observar as normas legais e regulamentares; IX – manter conduta compatível com a moralidade e probidade administrativa;

- Ainda, possível prática de infração prevista no art. 135, I, IV e X, da LC 22/2002;

- Que configura dever de a Administração Pública investigar e punir eventual servidor pela prática de infração disciplinar, desde que mediante processo administrativo disciplinar no qual será observado os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, em obediência ao disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas pela servidora Sidimara Maciel, conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: DILVANE BALBINOT, que a presidirá, JANICE DE FÁTIMA FARIAS e RONI-VALDO DE OLIVEIRA, respectivamente secretária e membro, todos servidores efetivos do Município de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Artigo. 5º. - Comunique-se ao Setor de Recursos Humanos.

Artigo 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 16 de agosto de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

PORTARIA 015/2016

PORTARIA Nº 15, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

CONSIDERANDO a previsão do art. 152 do Estatuto, onde dispõe sobre que a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o afastamento preventivo como medida cautelar;

CONSIDERANDO que os fatos até o momento apurados são graves, ao passo que informam que a servidora Sidimara Maciel supostamente teria falsificado os documentos referente a participação em curso de graduação de Licenciatura em Educação Física, condição necessária para desempenho das funções, conforme Processo Seletivo 002/2015 realizado à época;

CONSIDERANDO que a servidora supostamente está desempenhando as funções sem que tenha preenchido todos os requisitos necessários e que atua diretamente com os alunos, na maior parte crianças, bem como com os demais servidores do Município, podendo prejudicar as atividades realizadas e o bom desempenho das aulas;

CONSIDERANDO as decisões proferida pelos Tribunais Superiores neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. PORTARIA DO ENTE PÚBLICO QUE DETERMINA O AFASTAMENTO PREVENTIVO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ALEGADA VIOLAÇÃO E ILEGALIDADE COM ARBITRÁRIO EXERCÍCIO DO PODER DISCIPLINAR. INOCORRÊNCIA. EGRESSÃO FUNDADA EM LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL (N. 660/2007). GARANTIA DA INSTRUÇÃO JUSTIFICADA. POSSÍVEL VIOLAÇÃO À INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL DE ADOLESCENTES. PROTEÇÃO INTEGRAL DOS ENVOLVIDOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À REMUNERAÇÃO OU CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO. DECISÃO MANTIDA. A medida de afastamento ganha força pelo caráter de preservação da ordem administrativa e do saudável funcionamento da administração, prevalecendo aquilo que melhor diz com o interesse público. Em verdade, a atuação preventiva é um poder-dever da administração, principalmente quando aparente o risco de dano iminente ao interesse coletivo, sendo admitida a análise do afastamento, inclusive, sob a ótica do art. 273 do Código de Processo Civil (TJRS, AI n. 70055383046, rel. Des. Eduardo Uhlein, j. 28-08-2013). (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2014.010993-0, de Blumenau, rel. Des. Edemar Gruber, j. 09-07-2015).

CONSIDERANDO ainda [...] A medida de afastamento ganha força pelo caráter de preservação da ordem administrativa e do saudável funcionamento da administração, prevalecendo aquilo que melhor diz com o interesse público. Em verdade, a atuação preventiva é um poder-dever da administração, principalmente quando aparente o risco de dano iminente ao interesse coletivo, sendo admitida a análise do afastamento, inclusive, sob a ótica do art. 273 do Código de Processo Civil. [...] (Agravo de Instrumento Nº 70055383046, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Uhlein, Julgado em 28/08/2013).

CONSIDERANDO, outrossim que por analogia ao que dispõe o art. 300 do NCPC resta evidente a probabilidade do direito do caso em concreto, bem como o perigo de dano aos alunos que não podem

aguardar o decurso do prazo, que as vezes se prolonga, levando a prejuízos irreparáveis nos estudos;

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições, com fundamento no artigo 152 da Lei nº 022/2002, e tendo em vista as razões apresentadas na Portaria de Instauração do Processo Administrativo nº 14/2016, resolve:

Art. 1º Determinar o afastamento da servidora Sidimara Maciel, professora cargo em extinção, matrícula 6407, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, do exercício do respectivo cargo público, pelo prazo de 60 dias, sem prejuízo da remuneração, a fim de que, como acusado, não venha a influir na apuração dos fatos objeto do processo em referência, bem como o perigo de dano aos alunos que não podem aguardar o decurso do prazo, que às vezes se prolonga, levando a prejuízos irreparáveis nos estudos.

Art. 2º A servidora afastada deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, no período acima consignado, e deverá indicar endereço, telefone e outros meios de contato suficientes para que possa ser encontrada.

Art. 3º - Com o intuito de evitar prejuízos à atividade acadêmica, designar-se-á substituto ao trabalho da docente Sidimara Maciel ficando responsável pela prática dos atos respectivos.

Art 4º. Comunique-se ao Setor de Recursos Humanos e à Secretaria competente.

Art 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL
P.R.I.

Porto Belo

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.415, DE 10 DE JULHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.415, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

"Estabelece Norma de Proteção às Pessoas com Deficiência Física ou Mobilidade Reduzida, Dispondo Sobre a Instalação de Placas Indicativas de Vaga Preferenciais e Mensagens Educativas, no Âmbito do Poder Público Municipal". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Esta lei estabelece norma de Proteção às Pessoas com Deficiência Física ou Mobilidade Reduzida, dispondo autorização de instalações de placas indicativas de vagas preferenciais com mensagens educativas, em estacionamentos e garagem, no âmbito do Poder Público Municipal.

Art. 2º - Deverão ser instaladas, em todas as vagas preferenciais de estacionamento de prédios públicos de responsabilidade da prefeitura, reservadas a veículos de transporte de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, placas com os seguintes dizeres: "ATO DE CIDADANIA-RESPEITE A VAGA PREFERENCIAL".

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar da sua publicação, definido os preceitos pertinentes à fiscalização de sua execução.

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.416, DE 10 DE JULHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.416, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

Cria o Dia Municipal de Sensibilização e Enfrentamento à Fibromialgia em Porto Belo e dá outras providências". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica criado no município de Porto Belo o Dia Municipal de Sensibilização e Enfrentamento à Fibromialgia, a ser celebrado anualmente, no dia 12 de maio.

Art. 2º O Dia Municipal de Sensibilização e Enfrentamento à Fibromialgia tem como objetivo:

I - debater assuntos relacionados à Fibromialgia e suas consequências;

II - promover a troca de experiências e informações sobre o assunto entre profissionais, pacientes, sociedade em geral;

III - abrir espaço para os profissionais ligados à área da saúde apresentar novos estudos e pesquisas sobre a Fibromialgia.

Art. 3º Para o cumprimento do disposto nesta Lei, o Poder Executivo poderá realizar parcerias com outras secretarias, universidades, associações, conselhos representativos, entidades públicas, privadas e entidades não governamentais.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que

couber, no prazo de 90 dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.417, DE 10 DE JULHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.417, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

Cria o Dia do Gari no Município de Porto Belo e dá outras providências. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica criado no município de Porto Belo o Dia do Gari a ser comemorado no dia 16 de maio de cada ano, com o propósito de homenageá-los, defendê-los e divulgar para a sociedade sua importância nos serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá, nas escolas municipais e em outros espaços públicos no que lhe couber, debates sobre a importância da coleta do lixo bem como a relevância deste serviço para a sociedade.

Art. 3º O Dia do Gari será incluído no calendário oficial de eventos do Município.

Parágrafo Único - para o fortalecimento do tema, poderá o Executivo, mediante Lei, formalizar parcerias com outras entidades da sociedade civil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.418, DE 10 DE JULHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.418, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

Cria o Dia Municipal de Combate à Homofobia no município de Porto Belo e dá providências. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica criado no município de Porto Belo o Dia Municipal de Combate à Homofobia, a ser comemorado anualmente, no dia 17 de maio.

Art. 2º. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com organizações da Sociedade Civil, devem promover atividades alusivas ao Dia Municipal de Combate à Homofobia, através da realização de palestras, debates, seminários e outras ações correlatas que também visem à promoção dos Direitos Humanos durante essa data.

Art. 3º. Todas as entidades públicas e privadas, interessadas em participar do Dia Municipal de Combate à Homofobia, podem fazê-lo mediante a realização de palestras, de debates e seminários que enfatizem o espírito de solidariedade, igualdade e fraternidade na erradicação do preconceito e da violência contra a população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (GLBTT), bem

como a construção de políticas públicas que venham a fortalecer esses direitos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.419, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 2.419, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de restituição do pavimento por parte das concessionárias públicas após intervenções nas vias públicas municipais e dá outras providências”. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas prestadoras, contratadas, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos a comunicar a Prefeitura Municipal com antecedência onde e quando procederão a reparos, consertos ou novas instalações em vias públicas.

§ 1º - A comunicação prévia pode se dar por meio de ofício ou correio eletrônico.

§ 2º - Deve ser comunicado antecipadamente o prazo necessário para a realização das obras.

Art. 2º Ficam obrigadas as referidas empresas que por razão de seus serviços necessitem danificar o calçamento, pavimento ou asfaltamento das vias públicas, a promover o calçamento, recapeamento ou asfaltamento do pavimento retirado, em sua devida qualidade, no prazo anteriormente informado à Prefeitura Municipal.

Art. 3º A obrigação de que trata de que trata o artigo 2º deve observar os seguintes aspectos de qualidade:

I - colocação de base adequada antes do pavimento;

II - a recuperação da pista em toda a sua largura;

III - a recuperação do pavimento em proporção ao corte ou perfuração realizada;

IV - o recapeamento no mesmo nível da pavimentação da pista;

V - a utilização de material de qualidade compatível com as condições topográficas e as características do pavimento já existente.

§ 1º - As prestadoras, contratadas, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos, ao realizar o serviço de recuperação das vias, ficam obrigadas a fazê-lo observando a qualidade do material asfáltico utilizado, que deve ser igual ou superior à qualidade do asfalto anterior.

§ 2º - Caso haja destruição de todo o pavimento deve haver requalificação de toda a via.

Art. 4º No caso de descumprimento dos deveres previstos nesta lei haverá imposição de pena de multa às empresas no valor correspondente a 10 (dez) vezes o valor estimado do prejuízo ao patrimônio público municipal com a intervenção, sem prejuízo das sanções civis decorrentes do descumprimento do contrato ou convênio com o poder público.

Art. 5º De modo a assegurar a durabilidade do calçamento, pavimento ou asfaltamento, após os serviços realizados, as prestadoras, contratadas, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos deverão garantir o isolamento e sinalização da área afetada pelo serviço, até sua efetiva finalização.

Art. 6º Fica sob a responsabilidade da concessionária ou permissionária, nos seis meses seguintes à entrega da obra, fiscalizar e comprovar ao Poder Executivo Municipal a boa qualidade de uso da via recapeada.

Art. 7º A regulamentação desta Lei ficará a cargo do Poder Executivo Municipal, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da sua publicação.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 028/2016 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 028/2016 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores para atender as necessidades da frota de veículos, ônibus e maquinários das secretarias, fundos e fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 31/08/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 31/08/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de agosto de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO 01 RGF - 1º SEMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.409.768,86	0,00
Pessoal Ativo	29.998.041,57	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.411.727,29	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.684.072,36	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	272.186,90	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.411.885,46	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	29.725.696,50	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	58.872.543,77	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	29.725.696,50	50,49
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	31.791.173,64	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	30.201.614,95	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	28.612.056,27	48,60

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2016

 EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
 PREFEITO MUNICIPAL

 JOÃO ONEIDES LIRA
 CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

 ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

 RENEU NYLAND
 COORDENADOR DE CONTROLADOR INTEF

ANEXO 01 RREO - 3º BIMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	70.706.940,00	70.706.940,00	10.294.533,63	14,56	34.726.746,90	49,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	59.456.940,00	59.456.940,00	9.578.507,12	16,11	33.445.746,10	56,25
IMPOSTOS	17.924.000,00	17.924.000,00	2.111.802,88	11,78	12.162.637,90	67,86
TAXAS	14.752.000,00	14.752.000,00	1.843.376,65	12,50	10.115.298,61	68,57
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.122.000,00	3.122.000,00	267.509,25	8,57	2.039.101,75	65,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	50.000,00	916,98	1,83	8.237,54	16,48
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.600.000,00	2.600.000,00	476.655,23	18,33	1.443.673,83	55,53
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.150.000,00	1.150.000,00	214.141,16	18,62	617.040,82	53,66
RECEITA PATRIMONIAL	1.450.000,00	1.450.000,00	262.514,07	18,10	826.633,01	57,01
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.419.100,00	1.419.100,00	402.906,99	28,39	1.387.312,11	97,76
RECEITA DE SERVIÇOS	1.419.100,00	1.419.100,00	402.906,99	28,39	1.387.312,11	97,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.000,00	6.000,00	62,07	1,03	15.209,58	253,49
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	35.333.740,00	35.333.740,00	5.617.516,10	15,90	16.381.500,97	46,36
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	35.333.740,00	35.333.740,00	5.617.516,10	15,90	16.381.500,97	46,36
TRANSF. DE PESSOAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	2.174.100,00	2.174.100,00	969.563,85	44,60	2.055.411,71	94,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	734.600,00	734.600,00	768.952,57	104,68	1.227.991,09	167,16
RECEITA DA DIVIDAATIVA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	324,36	16,22
RECEITAS DIVERSAS	936.500,00	936.500,00	200.384,34	21,40	822.148,72	87,79
RECEITAS DE CAPITAL	501.000,00	501.000,00	226,94	0,05	4.947,54	0,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11.250.000,00	11.250.000,00	716.026,51	6,36	1.281.000,80	11,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	321.657,79	64,33
ALIENAÇÃO DE BENS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	321.657,79	64,33
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	29.700,00	59,40
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	29.700,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.000.000,00	8.000.000,00	716.026,51	8,95	929.643,01	11,62
	150.000,00	150.000,00	489.600,00	326,40	489.600,00	326,40
	10.550.000,00	10.550.000,00	226.426,51	2,15	440.043,01	4,17
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.875.200,00	1.875.200,00	313.211,59	16,70	909.042,03	48,48

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.875.200,00	1.875.200,00	313.211,59	16,70	909.042,03	966.157,97
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	72.582.140,00	72.582.140,00	10.607.745,22	14,61	35.635.788,93	36.946.351,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	72.582.140,00	72.582.140,00	10.607.745,22	14,61	35.635.788,93	36.946.351,07
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	72.582.140,00	72.582.140,00	10.607.745,22	14,61	35.635.788,93	36.946.351,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.769.862,74	—	—	634.650,30	—
Superávit Financeiro	—	2.769.862,74	—	—	634.650,30	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	70.641.940,00	77.308.439,54	10.550.901,61	46.379.759,43	30.928.680,11	9.922.301,25	28.337.876,80	48.970.562,74	27.520.104,36
DESPESAS CORRENTES	52.104.291,00	53.747.355,99	7.500.379,30	31.946.285,17	21.301.070,82	8.742.814,93	25.994.660,69	27.752.695,30	25.415.335,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.167.410,00	32.154.674,83	5.083.621,34	14.941.792,57	17.212.882,26	5.090.453,26	14.913.101,54	17.241.573,29	14.689.745,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	410.000,00	410.000,00	0,00	330.000,00	80.000,00	39.063,84	144.371,66	265.628,34	144.371,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.526.881,00	21.182.681,16	2.416.757,96	16.674.492,60	4.508.188,56	3.613.297,83	10.937.187,49	10.245.493,67	10.581.218,16
DESPESAS DE CAPITAL	16.058.649,00	21.082.083,55	3.050.522,31	14.433.474,26	6.648.609,29	1.179.486,32	2.343.216,11	18.738.867,44	2.104.768,62
INVESTIMENTOS	14.708.649,00	19.732.083,55	3.050.522,31	13.241.474,26	6.490.609,29	978.312,83	1.755.010,51	17.977.073,04	1.516.563,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.350.000,00	1.350.000,00	0,00	1.192.000,00	158.000,00	201.173,49	588.205,60	761.794,40	588.205,60

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)							(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	70.641.940,00	77.308.439,54	10.550.901,61	46.379.759,43	30.928.680,11	9.922.301,25	28.337.876,80	48.970.562,74	27.520.104,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.479.000,00	2.479.000,00	0,00	0,00	2.479.000,00	0,00	0,00	2.479.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.479.000,00	2.479.000,00	0,00	0,00	2.479.000,00	0,00	0,00	2.479.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.940.200,00	1.940.200,00	318.301,37	941.115,60	999.084,40	318.301,37	941.115,60	999.084,40	777.502,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	72.582.140,00	79.248.639,54	10.869.202,98	47.320.875,03	31.927.764,51	10.240.602,62	29.278.992,40	49.969.647,14	28.297.606,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	72.582.140,00	79.248.639,54	10.869.202,98	47.320.875,03	31.927.764,51	10.240.602,62	29.278.992,40	49.969.647,14	28.297.606,88
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	6.356.796,53	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	72.582.140,00	79.248.639,54	10.869.202,98	47.320.875,03	—	10.240.602,62	35.635.788,93	—	28.297.606,88
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)									
Receitas (Intra-Orçamentárias) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
			(a)		No Bimestre (b)		Até o Bimestre (c)		(a - c)
					%		%		
					(b/a)		(c/a)		
	1.875.200,00	1.875.200,00	1.875.200,00	1.875.200,00	313.211,59	16,70	909.042,03	48,48	966.157,97
	1.875.200,00	1.875.200,00	1.875.200,00	1.875.200,00	313.211,59	16,70	909.042,03	48,48	966.157,97
	1.875.200,00	1.875.200,00	1.875.200,00	1.875.200,00	313.211,59	16,70	909.042,03	48,48	966.157,97
	1.875.200,00	1.875.200,00	1.875.200,00	1.875.200,00	313.211,59	16,70	909.042,03	48,48	966.157,97

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	1.940.200,00	1.940.200,00	318.301,37	941.115,60	999.084,40	318.301,37	941.115,60	999.084,40	777.502,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.940.200,00	1.940.200,00	318.301,37	941.115,60	999.084,40	318.301,37	941.115,60	999.084,40	777.502,52

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.526.082,85

PORTO BELO, 29/07/2016

JOÃO ONEIDES LIRA

CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND

COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI

SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO 02 RGF - 1º SEMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.024.737,33	4.808.450,71	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	5.012.006,91	4.799.961,95	0,00
Interna	5.012.006,91	4.799.961,95	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	12.730,42	8.488,76	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.247.374,32	11.676.791,85	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.222.742,32	12.753.869,14	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	975.368,00	1.077.077,29	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.222.636,99	-6.868.341,14	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.043.648,56	58.872.543,77	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,30%	8,17%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,81%	-11,67%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	64.852.378,27	70.647.052,52	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	58.367.140,44	63.582.347,27	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.012.006,91	4.799.961,95	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	3.152.632,42	3.008.833,51	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	179.738,81	118.730,76	0,00
Previdenciárias	179.738,81	118.730,76	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	2.972.893,61	2.890.102,75	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.859.374,49	1.791.128,44	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	434.563,84	604.739,64	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.600.487,56	20.100.029,54	0,00

FONTE:

Continua 1/2

29/07/2016 13:19:35 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	4.359.795,20	4.359.795,20	0,00
Passivo Atuarial	4.359.795,20	4.359.795,20	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	8.709.589,87	10.312.284,50	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	42.664,00	10.711,03	0,00
Investimentos	8.668.698,58	10.302.193,93	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	1.772,71	620,46	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	24.564,97	28.571,30	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-4.349.794,67	-5.952.489,30	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

PORTO BELO, 29/07/2016

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTEF

FONTE:

29/07/2016 13:19:35 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 02 RREO - 3º BIMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

PRREO – Anexo 2 (LRF- Art. 52, inciso II, alínea “c”) RS 1,0									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	% Até o Bimestre (b) (b/Total b)		No Bimestre	% Até o Bimestre (d) (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)									
Legislativa	70.641.940,00	77.308.439,54	10.550.901,61	98,01	30.928.680,11	9.922.301,25	28.337.876,80	48.970.562,74	
Ação Legislativa	1.630.000,00	1.630.000,00	299.423,65	1,65	847.025,69	301.410,06	731.850,80	898.149,20	
Judiciária	310.000,00	401.517,76	26.047,44	0,84	3.006,99	301.410,06	731.850,80	898.149,20	
Ação Judiciária	310.000,00	401.517,76	26.047,44	0,84	3.006,99	20.666,80	393.130,13	8.387,63	
Administração	5.063.981,00	5.305.406,82	762.071,08	7,98	1.528.246,07	1.021.305,92	2.983.636,17	2.321.770,65	
Administração Geral	3.739.800,00	3.871.668,19	554.309,83	5,69	1.178.529,29	767.744,57	2.158.285,52	1.713.383,67	
Administração Financeira	1.219.181,00	1.318.737,63	188.272,27	2,16	297.817,93	240.742,73	790.301,13	528.436,50	
Previdência do Regime Estatutário	105.000,00	115.000,00	19.488,98	0,13	51.898,85	12.818,62	35.049,52	79.950,48	
Segurança Pública	682.400,00	1.298.400,00	649.365,81	2,06	322.052,95	68.829,76	250.148,11	1.048.251,89	
Policimento	0,00	28.000,00	1.570,00	0,00	26.430,00	0,00	0,00	28.000,00	
Defesa Civil	682.400,00	1.270.400,00	647.795,81	2,06	295.622,95	68.829,76	250.148,11	1.020.251,89	
Assistência Social	1.911.980,00	2.360.337,49	418.704,71	2,24	1.298.570,94	293.281,39	766.393,80	1.593.943,69	
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	600,00	0,00	19.400,00	600,00	600,00	19.400,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	253.000,00	305.000,00	28.538,79	0,21	207.206,53	28.538,79	97.518,82	207.481,18	
Assistência Comunitária	1.638.980,00	2.035.337,49	389.565,92	2,04	1.071.964,41	264.142,60	668.274,98	1.367.062,51	
Previdência Social	3.865.200,00	3.865.200,00	237.016,94	1,48	3.162.571,97	237.016,94	702.628,03	3.162.571,97	
Previdência do Regime Estatutário	3.865.200,00	3.865.200,00	237.016,94	1,48	3.162.571,97	237.016,94	702.628,03	3.162.571,97	
Saúde	11.201.121,00	12.841.986,19	1.946.257,93	14,10	6.168.453,69	1.943.934,93	5.014.777,35	7.827.208,84	
Atenção Básica	8.402.300,00	9.716.648,52	1.392.189,60	10,25	4.866.948,89	1.417.460,26	3.861.126,14	5.855.522,38	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.240.921,00	2.356.087,67	335.723,59	3,04	917.287,64	388.127,85	939.542,16	1.416.545,51	
Suporte Profilático e Terapêutico	327.800,00	346.950,00	81.127,05	0,33	190.798,48	57.772,13	102.352,23	244.597,77	
Vigilância Sanitária	124.800,00	145.800,00	29.612,08	0,09	103.167,14	26.644,23	36.818,36	108.981,64	
Vigilância Epidemiológica	105.500,00	276.500,00	107.605,61	0,39	90.271,54	52.930,46	74.938,46	201.561,54	
Educação	21.299.029,00	22.934.990,77	4.085.178,35	25,37	10.929.352,11	3.088.800,85	9.181.989,67	13.753.001,10	
Alimentação e Nutrição	1.353.820,00	1.353.820,00	145.530,14	2,45	192.419,78	216.743,01	554.223,93	799.596,07	
Ensino Fundamental	12.343.649,00	12.563.305,39	1.653.849,44	13,12	6.354.158,29	1.832.409,69	5.481.015,81	7.082.289,58	
Ensino Médio	2.760,00	2.760,00	0,00	0,00	2.760,00	0,00	0,00	2.760,00	
Educação Infantil	7.497.800,00	8.902.105,38	2.185.798,77	9,58	4.367.014,04	1.019.648,15	3.126.749,93	5.775.355,45	
Educação de Jovens e Adultos	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	
Educação Especial	88.000,00	100.000,00	100.000,00	0,21	0,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00	
Cultura	682.000,00	709.630,00	235.300,95	0,97	250.994,41	189.444,57	343.054,11	366.575,89	
Difusão Cultural	682.000,00	709.630,00	235.300,95	0,97	250.994,41	189.444,57	343.054,11	366.575,89	

Continua 1/3

29/07/2016 13:30:27 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Direitos da Cidadania	70.641.940,00	77.308.439,54	10.550.901,61	46.379.759,43	98,01	9.922.301,25	28.337.876,80	48.970.562,74
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Urbanismo	14.606.409,00	16.323.409,00	1.300.183,91	12.764.371,73	26,97	1.730.687,37	5.208.398,27	11.115.010,73
Infra-Estrutura Urbana	8.082.109,00	9.604.109,00	517.894,99	7.386.027,91	15,61	285.304,14	831.683,13	8.772.245,87
Serviços Urbanos	6.524.300,00	6.719.300,00	782.328,92	5.378.343,82	11,37	1.445.383,23	4.376.535,14	2.342.764,86
Habitação	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
Habitação Urbana	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
Gestão Ambiental	809.300,00	809.300,00	63.067,52	505.969,27	1,07	133.400,48	364.180,51	445.119,49
Preservação e Conservação Ambiental	807.300,00	807.300,00	63.067,52	505.969,27	1,07	133.400,48	364.180,51	443.119,49
Recuperação de Áreas Degradadas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	746.300,00	849.800,00	243.370,65	467.457,66	0,99	103.721,21	293.896,29	555.903,71
Extensão Rural	746.300,00	849.800,00	243.370,65	467.457,66	0,99	103.721,21	293.896,29	555.903,71
Comércio e Serviços	4.888.600,00	4.803.200,66	183.421,10	3.362.597,88	7,11	413.908,52	916.445,40	3.886.755,26
Turismo	4.888.600,00	4.803.200,66	183.421,10	3.362.597,88	7,11	413.908,52	916.445,40	3.886.755,26
Desporto e Lazer	576.200,00	605.340,85	101.491,57	268.748,68	0,57	42.293,25	163.031,23	442.309,62
Desporto Comunitário	576.200,00	605.340,85	101.491,57	268.748,68	0,57	42.293,25	163.031,23	442.309,62
Encargos Especiais	2.411.420,00	2.411.920,00	0,00	2.173.420,00	4,59	333.599,20	1.024.316,93	1.387.603,07
Serviço da Dívida Interna	1.760.000,00	1.760.000,00	0,00	1.522.000,00	3,22	240.237,33	732.577,26	1.027.422,74
Outras Transferências	651.420,00	651.920,00	0,00	651.420,00	1,38	93.361,87	291.739,67	360.180,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	1.940.200,00	1.940.200,00	318.301,37	941.115,60	1,99	318.301,37	941.115,60	999.084,40
Ação Legislativa	70.000,00	70.000,00	7.722,12	24.605,25	0,05	7.722,12	24.605,25	45.394,75
Administração	215.400,00	215.400,00	37.606,42	110.052,70	0,23	37.606,42	110.052,70	105.347,30
Administração Geral	137.800,00	137.800,00	25.671,14	72.481,39	0,15	25.671,14	72.481,39	65.318,61
Administração Financeira	76.600,00	76.600,00	11.935,28	37.571,31	0,08	11.935,28	37.571,31	39.028,89
Providência do Regime Estatutário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência Social	103.100,00	103.100,00	15.877,77	46.311,20	0,10	15.877,77	46.311,20	56.788,80
Assistência Comunitária	103.100,00	103.100,00	15.877,77	46.311,20	0,10	15.877,77	46.311,20	56.788,80
Saúde	278.200,00	278.200,00	41.391,45	124.827,02	0,26	41.391,45	124.827,02	153.372,98
Atenção Básica	278.200,00	278.200,00	41.391,45	124.827,02	0,26	41.391,45	124.827,02	153.372,98
Educação	1.081.600,00	1.081.600,00	187.041,45	547.036,86	1,16	187.041,45	547.036,86	534.563,14
Ensino Fundamental	742.600,00	742.600,00	126.729,46	369.880,50	0,78	126.729,46	369.880,50	372.719,50

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Educação	1.940.200,00	1.940.200,00	318.301,37	941.115,60	1,99	318.301,37	941.115,60	999.084,40
Educação Infantil	1.081.600,00	1.081.600,00	187.041,45	547.036,86	1,16	187.041,45	547.036,86	534.563,14
Cultura	339.000,00	339.000,00	60.311,99	177.156,36	0,37	60.311,99	177.156,36	161.843,64
Urbanismo	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Infra-Estrutura Urbana	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Serviços Urbanos	135.100,00	135.100,00	22.216,75	66.662,55	0,14	22.216,75	66.662,55	68.437,45
Gestão Ambiental	18.100,00	18.100,00	4.430,66	12.821,87	0,03	4.430,66	12.821,87	5.278,13
Preservação e Conservação Ambiental	117.000,00	117.000,00	17.786,09	53.840,68	0,11	17.786,09	53.840,68	63.159,32
Agricultura	15.400,00	15.400,00	1.808,10	6.632,62	0,01	1.808,10	6.632,62	8.767,38
Extensão Rural	36.200,00	36.200,00	3.759,16	12.858,29	0,03	3.759,16	12.858,29	8.767,38
Comércio e Serviços	36.200,00	36.200,00	3.759,16	12.858,29	0,03	3.759,16	12.858,29	23.341,71
Turismo	3.700,00	3.700,00	878,15	2.129,11	0,00	878,15	2.129,11	1.570,89
Desporto e Lazer	3.700,00	3.700,00	878,15	2.129,11	0,00	878,15	2.129,11	1.570,89
Desporto Comunitário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	72.582.140,00	79.248.639,54	10.869.202,98	47.320.875,03	100,00	10.240.602,62	29.278.992,40	49.969.647,14

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2016

JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	IVALDO JOSE GUERREIRO FILHO PREFEITO MUNICIPAL
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

29/07/2016 13:30:27 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 03 RGF - 1º SEMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	54.054.199,66	58.872.543,77	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	11.891.923,93	12.951.959,63	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	10.702.731,53	11.656.763,67	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2016

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTEF

29/07/2016 13:31:58 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 03 RREO - 1º SEMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													R\$ 100
RECEITAS CORRENTES (I)	4.925.267,88	4.330.142,55	4.375.726,87	4.366.107,56	4.448.863,36	6.163.842,69	4.765.223,72	10.224.079,20	5.586.093,84	4.693.894,42	5.640.687,36	4.694.106,49	64.234.537,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.541.962,90	1.080.148,60	1.379.719,94	961.973,86	910.291,95	1.823.016,54	887.130,12	5.934.036,07	2.116.780,57	1.112.819,28	1.064.612,49	1.047.190,39	19.887.221,69
IPTU	555.663,82	288.324,50	454.803,73	335.840,18	397.438,51	723.063,01	287.382,16	4.458.571,00	1.090.626,60	381.854,34	404.425,33	378.313,07	9.738.711,25
IRRF	24.186,94	26.682,96	105.248,88	190.788,16	51.615,89	130.639,11	7.569,90	10.563,92	147.590,63	138.154,80	107.462,88	41.977,69	994.451,66
I.S.S.	277.519,86	222.628,48	286.489,20	224.307,28	194.306,04	236.660,83	229.469,51	291.100,02	287.382,17	259.082,46	224.593,99	240.946,56	2.865.046,40
Outras Receitas Tributárias	455.224,46	422.471,02	418.002,00	96.100,00	115.594,02	330.480,31	101.111,22	219.682,78	234.592,96	145.227,50	172.425,13	271.890,00	3.590.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	229.362,92	119.841,64	133.966,13	114.837,24	159.317,49	401.783,28	281.596,33	953.196,35	356.628,22	187.480,16	155.366,16	115.061,07	3.292.782,39
RECEITA PATRIMONIAL	224.505,02	211.510,18	205.952,52	209.774,74	209.591,42	327.990,07	227.439,48	238.943,90	249.728,37	250.008,85	235.251,71	241.403,52	3.172.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	170.202,97	37.480,04	74.008,18	182.201,24	159.187,92	208.802,58	250.453,80	237.307,09	250.346,17	246.286,08	176.705,40	226.201,59	2.600.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.418.100,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	492,23	1.548,28	736,17	22.065,77	1.730,07	67,75	413,80	82,76	14.319,93	331,02	62,07	0,00	41.809,85
Cota-Parte do FPM	2.816.371,16	2.848.853,52	2.603.10,84	2.767.337,15	2.960.036,39	3.502.626,84	3.153.545,95	3.415.025,74	2.690.044,53	2.908.222,85	3.359.511,15	3.015.291,88	36.048.275,80
Cota-Parte do ICMS	901.524,86	881.297,62	743.080,54	845.748,79	954.916,78	1.614.701,33	1.043.442,17	1.306.238,76	793.633,72	943.222,29	1.254.257,97	1.036.220,29	12.328.065,32
Cota-Parte do IPVA	539.606,98	516.349,16	541.022,07	556.411,06	479.170,10	549.389,10	670.816,34	547.377,41	569.480,38	569.186,83	560.594,42	543.994,85	6.627.243,50
Cota-Parte do ITR	166.713,53	160.150,94	153.462,11	129.854,01	185.140,96	75.233,60	98.450,48	128.796,12	185.646,48	172.173,59	175.716,02	185.059,67	1.819.597,51
Outras Transferências Correntes	107,35	234,12	768,33	4.557,24	2.094,97	1.247,00	1.840,65	125,63	58,97	203,25	16.072,54	10,81	77.330,66
Transferências da LC 61/1989	412.685,76	480.674,02	384.433,39	411.943,94	505.390,06	420.027,10	385.532,50	566.697,14	330.781,41	385.721,44	466.976,34	385.583,40	5.099.399,50
Transferências da LC 87/1996	7.812,34	8.312,71	8.289,08	9.614,66	8.799,79	9.646,77	10.637,11	8.215,06	8.020,50	8.231,71	9.345,49	5.991,01	101.447,23
Transferências do FUNDEB	2.333,19	2.333,19	2.333,19	2.333,19	2.333,19	2.333,65	2.336,65	2.336,65	2.336,65	2.337,47	2.336,65	2.336,65	28.059,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	785.593,15	807.501,56	770.122,13	803.864,26	810.230,54	831.045,75	940.485,05	855.288,97	820.076,42	857.105,27	883.239,72	843.555,40	10.017.112,22
DEDUÇÕES (II)	403.393,47	403.367,83	379.789,96	402.567,01	418.486,92	553.939,23	453.945,99	496.492,39	418.500,67	445.358,81	505.793,22	460.630,67	5.352.904,17
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	107.587,47	92.732,40	89.969,11	92.261,44	91.453,35	206.829,88	88.445,14	97.874,66	110.291,91	106.287,56	108.134,83	103.006,33	1.297.904,57
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	256.606,00	316.163,43	289.790,85	310.305,57	327.033,57	346.979,25	365.504,85	396.617,73	308.693,76	339.070,66	401.653,39	354.628,54	4.094.189,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.521.874,41	3.926.774,72	3.995.936,91	3.963.540,55	4.031.376,44	5.609.833,46	4.311.277,73	9.737.586,81	5.167.593,17	4.248.535,61	5.130.894,14	4.233.471,82	58.872.543,77

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2016

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU INYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERRERO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO 04 RGF - 1º SEMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	321.657,79	321.657,79
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	321.657,79	321.657,79
Interna	321.657,79	321.657,79
Abertura de Crédito	321.657,79	321.657,79
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	50.261,19	50.261,19
Parcelamentos de Dívidas	50.261,19	50.261,19
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	50.261,19	50.261,19
Previdenciárias	50.261,19	50.261,19
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	58.872.543,77	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	321.657,79	0,55
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	9.419.607,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	8.477.646,30	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.121.078,06	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	371.918,98	0,63

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2016

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/O - 7

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

29/07/2016 13:18:58 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

R\$ 1,00

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
				Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		1.976.000,00	1.976.000,00	1.436.157,27	900.136,16
RECEITAS CORRENTES		1.976.000,00	1.976.000,00	1.436.157,27	900.136,16
Receita de Contribuições dos Segurados		1.150.000,00	1.150.000,00	617.040,82	477.337,80
Pessoal Civil		1.150.000,00	1.150.000,00	617.040,82	477.337,80
Ativo		1.150.000,00	1.150.000,00	617.040,82	477.337,80
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		826.000,00	826.000,00	819.116,45	422.798,36
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		826.000,00	826.000,00	819.116,45	422.798,36
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		1.875.200,00	1.875.200,00	909.042,03	789.673,75
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		3.851.200,00	3.851.200,00	2.345.199,30	1.689.809,91
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		1.541.200,00	1.551.200,00	765.729,18	653.517,64
ADMINISTRAÇÃO		105.000,00	115.000,00	63.101,15	45.587,15
Despesas Correntes		100.000,00	110.000,00	63.101,15	45.587,15
Despesas de Capital		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		1.436.200,00	1.436.200,00	702.628,03	607.930,49

Continua 1/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	702.628,03	607.930,49	702.628,03	607.930,49
Aposentadorias	0,00	0,00	702.628,03	590.198,07	702.628,03	590.198,07
Pensões	0,00	0,00	0,00	17.732,42	0,00	17.732,42
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.436.200,00	1.436.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.436.200,00	1.436.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	1.000,00	1.000,00	0,00	994,61	0,00	994,61
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	1.542.200,00	1.552.200,00	765.729,18	705.810,36	737.677,55	654.512,25
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.309.000,00	2.299.000,00	-	-	1.607.521,75	1.035.297,66
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						2.429.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	10.711,03 10.302.193,93 0,00		15.098,55 7.448.840,57 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.875.200,00	1.875.200,00	909.042,03	789.673,75
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.875.200,00	1.875.200,00	909.042,03	789.673,75
Receita de Contribuições Patronais	1.875.200,00	1.875.200,00	909.042,03	789.673,75
Pessoal Civil	1.875.200,00	1.875.200,00	909.042,03	789.673,75
Ativo	1.875.200,00	1.875.200,00	909.042,03	789.673,75
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.875.200,00	1.875.200,00	909.042,03	789.673,75
(XI) = (VIII + IX + X)				

Continua 3/4

Município de PORTO BELO - SC
 Continuação 4/4
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	1.000,00	1.000,00	0,00	994,61	0,00	994,61
ADMINISTRAÇÃO (XII)	1.000,00	1.000,00	0,00	994,61	0,00	994,61
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	994,61	0,00	994,61
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	1.000,00	1.000,00	0,00	994,61	0,00	994,61

FONTE:

29/07/2016 16:50:10 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 05 RREO - 1º SEMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.024.737,33	5.024.737,33	4.808.450,71
DEDUÇÕES (II)	9.247.374,32	9.247.374,32	11.676.791,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.222.742,32	10.222.742,32	12.753.869,14
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	975.368,00	975.368,00	1.077.077,29
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.222.636,99	-4.222.636,99	-6.868.341,14
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	3.165.362,84	3.165.362,84	3.017.322,27
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-7.387.999,83	-7.387.999,83	-9.885.663,41

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2016 (C - A)
VALOR	-2.497.663,58	-2.497.663,58

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.379.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	4.359.795,20	4.359.795,20	4.359.795,20
Passivo Atuarial	4.359.795,20	4.359.795,20	4.359.795,20
DEDUÇÕES (VIII)	8.709.589,87	8.709.589,87	10.312.284,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	42.664,00	42.664,00	10.711,03
Investimentos	8.668.698,58	8.668.698,58	10.302.193,93
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.772,71	1.772,71	620,46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-4.349.794,67	-4.349.794,67	-5.952.489,30
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-4.349.794,67	-4.349.794,67	-5.952.489,30

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2016

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTE

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO 06 RGF - 1º SEMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		58.872.543,77	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		29.725.696,50	50,49
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		31.791.173,64	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		30.201.614,95	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-778.656,45	-1,32
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		70.647.052,52	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		12.951.959,63	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		321.657,79	0,55
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		9.419.607,00	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		4.121.078,06	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		17.990.759,12	8.906.442,47

FONTE:

ANEXO 06 RREO - 1º SEMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Semestre/ 2016	Até o Semestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	59.913.040,00	32.967.476,02	28.372.918,48
Recosta Tributária	17.924.000,00	12.162.637,90	9.485.993,98
I.P.T.U.	7.695.000,00	6.983.172,50	5.032.850,67
I.S.S.	2.847.000,00	1.532.926,71	1.300.739,30
I.T.B.I.	3.590.000,00	1.144.910,58	1.302.962,04
I.R.R.F.	620.000,00	454.288,82	145.366,11
Outras Receitas Tributárias	3.172.000,00	2.047.339,29	1.704.075,86
Recosta de Contribuição	4.475.200,00	2.352.715,86	1.943.146,68
Receitas Previdenciárias	3.025.200,00	1.526.082,85	1.267.011,55
Outras Contribuições	1.450.000,00	826.633,01	676.135,13
Recosta Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Recosta Patrimonial	1.419.100,00	1.387.312,11	904.454,24
(-) Aplicações Financeiras	1.419.100,00	1.387.312,11	904.454,24
Transferências Correntes	35.333.740,00	16.381.500,97	16.011.553,97
F.P.M.	10.800.000,00	5.101.452,37	5.189.894,54
I.P.V.A	1.680.000,00	756.834,41	688.988,54
I.C.M.S.	5.840.000,00	2.753.294,94	2.711.046,03
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	17.013.740,00	7.769.919,25	7.421.624,86
Demais Receitas Correntes	2.180.100,00	2.070.621,29	932.223,85
Dívida Ativa	936.500,00	822.148,72	463.818,30
Diversas Receitas Correntes	1.243.600,00	1.248.472,57	468.405,55
RECEITAS DE CAPITAL (II)	11.250.000,00	1.281.000,80	1.504.915,02
Operações de Crédito (III)	500.000,00	321.657,79	420.028,32
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	50.000,00	29.700,00	0,00
Transferências de Capital	10.700.000,00	929.643,01	1.084.886,70
Convênios	10.550.000,00	440.043,01	1.084.886,70
Outras Transferências de Capital	150.000,00	489.600,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	10.700.000,00	929.643,01	1.084.886,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	70.613.040,00	33.897.119,03	29.457.805,18

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Semestre/ 2016	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2016	Até o Semestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	55.687.555,99	32.887.400,77	32.393.461,35	26.935.776,29	24.717.120,44
Pessoal e Encargos Sociais	34.094.874,83	15.882.908,17	15.422.165,98	15.854.217,14	14.776.626,64
Juros e Encargos da Dívida (IX)	410.000,00	330.000,00	252.904,78	144.371,66	106.258,85
Outras Despesas Correntes	21.182.681,16	16.674.492,60	16.718.390,59	10.937.187,49	9.834.234,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	55.277.555,99	32.557.400,77	32.140.556,57	26.791.404,63	24.610.861,59
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	21.082.083,55	14.433.474,26	7.372.105,31	2.343.216,11	2.040.009,05
Investimentos	19.732.083,55	13.241.474,26	6.940.849,68	1.755.010,51	1.790.719,32
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.350.000,00	1.192.000,00	431.255,63	588.205,60	249.289,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	19.732.083,55	13.241.474,26	6.940.849,68	1.755.010,51	1.790.719,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.479.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	77.488.639,54	45.798.875,03	39.081.406,25	28.546.415,14	26.401.580,91

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.875.599,54	-11.901.756,00	-9.623.601,07	5.350.703,89	3.056.224,27
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	634.650,30	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	634.650,30	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

PORTO BELO, 29/07/2016

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO 07 RREO - 1º SEMESTRE 2016

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS						R\$ 1,00				
		Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015									Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	40.851,26	803.481,76	7.255,59	205,00	836.872,43	548.050,72	4.025.391,29	2.466.143,19	2.406.267,33	5.219,25	2.159.955,43	2.167.211,02	ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDO M. REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMI FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇAS E DO ADO FUNDO PREVIDENCIA CAPITALIZADO FUNDO PREVIDENCIA FINANCEIRO GABINETE DO PREFEITO SECRETARIA DA FAZENDA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. P SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. FUNDACÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO BE FUNDACÃO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDACÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE PORTO E FUNDACÃO MUNICIPAL DE ESPORTE FUNDACÃO MUNICIPAL DE TURISMO PORTO BELO FUNDACÃO MUNICIPAL DE TURISMO FUNDACÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE POI FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FAMAP	548.050,72	4.025.391,29	2.466.143,19	2.406.267,33	5.219,25	2.159.955,43	2.167.211,02	
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	38.020,32	802.506,94	3.932,03	205,00	836.390,23	540.879,38	3.878.272,05	2.422.842,40	2.336.019,84	5.191,40	2.077.940,20	2.081.872,23									
	FUNDO M. REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMI	38.020,32	727.655,42	3.871,03	205,00	761.599,71	540.879,38	3.720.720,89	2.275.750,62	2.186.928,06	5.191,40	2.067.480,81	2.071.351,84									
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	8.500,78	0,00	0,00	8.500,78	0,00	6.628,40	5.082,20	5.082,20	0,00	1.546,20	1.546,20									
	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	103,32	20.722,02	103,32	0,00	20.722,02	0,00	48.796,35	32.941,00	32.941,00	2.182,95	13.632,40	13.735,72									
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	254,447,63	254,447,63	330,00	0,00	254,447,63	125.328,26	798.405,29	639.669,75	554.951,69	0,00	368.781,86	370.111,86									
	FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇAS E DO ADO	85,00	191.162,76	192,04	0,00	191.055,72	0,00	913.124,18	408.184,01	407.992,01	3.008,45	502.123,72	502.315,76									
	FUNDO PREVIDENCIA CAPITALIZADO	0,00	2.200,00	300,00	205,00	1.695,00	0,00	14.675,00	14,675,00	14,675,00	0,00	0,00	300,00									
	FUNDO PREVIDENCIA FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.848,93	5.700,00	5.412,69	0,00	436,24	436,24									
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.439,56	0,00	0,00	1.439,56	0,00	5.365,06	5.363,34	5.363,34	0,00	1,72	1,72									
	SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	2.583,31	0,00	0,00	2.583,31	0,00	16.020,27	13.990,41	13.990,41	0,00	2.029,86	2.029,86									
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	88.353,83	1.624,36	0,00	86.729,47	42.800,00	135.016,48	112.791,70	112.791,70	0,00	65.024,78	66.649,14									
	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	0,00	24.581,51	71,31	0,00	24.581,51	3.880,00	46.736,19	17.441,56	15.816,37	0,00	34.809,82	34.881,13									
	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	0,00	2.287,59	0,00	0,00	2.287,59	0,00	5.991,23	0,00	5.991,23	0,00	5.991,23	5.991,23									
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	3.289,46	0,00	0,00	3.289,46	0,00	593,40	0,00	593,40	0,00	593,40	593,40									
	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. P	0,00	42.187,87	0,00	0,00	42.187,87	0,00	14.019,91	2.058,31	2.058,31	0,00	11.961,60	11.961,60									
	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	37.832,00	85.827,79	1.250,00	0,00	84.577,79	355.604,03	1.708.570,20	1.017.863,34	1.017.863,34	0,00	1.046.330,89	1.047.570,89									
	FUNDACÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO BE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.257,09	0,00	0,00	0,00	0,00	13.257,09	13.257,09									
	FUNDACÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	10.137,63	0,00	0,00	10.137,63	0,00	5.289,63	2.790,08	2.790,08	0,00	2.498,55	2.498,55									
	FUNDACÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE PORTO E	0,00	10.137,63	0,00	0,00	10.137,63	0,00	5.289,63	2.790,08	2.790,08	0,00	2.498,55	2.498,55									
	FUNDACÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	0,00	4.794,59	0,00	0,00	4.794,59	0,00	3.510,02	957,00	957,00	0,00	2.553,02	2.553,02									
	FUNDACÃO MUNICIPAL DE TURISMO PORTO BELO	0,00	4.794,59	0,00	0,00	4.794,59	0,00	3.510,02	957,00	957,00	0,00	2.553,02	2.553,02									
	FUNDACÃO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	52.973,22	61,00	0,00	52.973,22	0,00	118.754,72	114.827,05	114.827,05	0,00	3.927,67	3.988,67									
	FUNDACÃO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	53.034,22	61,00	0,00	52.973,22	0,00	118.754,72	114.827,05	114.827,05	0,00	3.927,67	3.988,67									
	FUNDACÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE POI	0,00	6.885,08	0,00	0,00	6.885,08	0,00	29.996,80	28.517,65	28.517,65	0,00	1.479,15	1.479,15									
	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FAMAP	0,00	6.885,08	0,00	0,00	6.885,08	0,00	29.996,80	28.517,65	28.517,65	0,00	1.479,15	1.479,15									
	LEGISLATIVO	2.830,94	974,82	3.323,56	0,00	482,20	7.171,34	147.119,23	73.300,79	73.300,79	72.247,49	27,85	82.015,23		85.338,79							
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.830,94	974,82	3.323,56	0,00	482,20	7.171,34	147.119,23	73.300,79	72.247,49	27,85	82.015,23	85.338,79									
	EXECUTIVO	2.830,94	132.807,69	1.180,78	-	131.626,91	0,00	0,00	-	-	-	82.015,23	1.180,78									
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	132.807,69	1.180,78	0,00	131.626,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180,78									
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	130.828,07	333,15	0,00	130.494,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	333,15									
	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	7.815,24	0,00	0,00	7.815,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	74.910,29	0,00	0,00	74.910,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
	FUNDO PREVIDENCIA CAPITALIZADO	0,00	19.322,08	0,00	0,00	19.322,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	333,15	333,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
	SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	4.036,27	0,00	0,00	4.036,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	5.722,32	0,00	0,00	5.722,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	0,00	2.755,59	0,00	0,00	2.755,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	0,00	1.911,86	0,00	0,00	1.911,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	492,55	0,00	0,00	492,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. P	0,00	7.646,33	0,00	0,00	7.646,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
FUNDACÃO MUNICIPAL DE TURISMO PORTO BELO	0,00	5.883,39	0,00	0,00	5.883,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
FUNDACÃO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	260,52	0,00	0,00	260,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
FUNDACÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE POI	0,00	260,52	0,00	0,00	260,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00										
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FAMAP	0,00	1.719,10	847,63	0,00	871,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847,63										
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FAMAP	0,00	1.719,10	847,63	0,00	871,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847,63										

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													RP NÃO PROCESSADOS					RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos				Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015														
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	132.807,69	131.626,91	-	1.180,78	-	-	-	-	-	-	-	1.180,78					
EXECUTIVO	0,00	132.807,69	131.626,91	0,00	1.180,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180,78					
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE POI	0,00	1.719,10	871,47	0,00	847,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847,63					
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FAMAP	0,00	1.719,10	871,47	0,00	847,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	847,63					
TOTAL (III) = (I + II):	40.851,26	936.289,45	968.499,34	205,00	8.436,37	2.496.143,19	2.408.267,33	5.219,25	2.158.955,43	2.168.391,80								

ONTE:

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2016

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.2700 - 7

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 08 RREO - 3º BIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	15.974.100,00	15.974.100,00	11.201.758,31	70,12
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.870.000,00	8.870.000,00	8.016.997,05	90,38
1.1.1- IPTU	7.700.000,00	7.700.000,00	7.012.029,41	91,07
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	45.000,00	45.000,00	18.899,19	42,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	750.000,00	750.000,00	668.779,60	89,17
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	380.000,00	380.000,00	346.145,76	91,09
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(5.000,00)	(5.000,00)	(28.856,91)	577,14
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.590.100,00	3.590.100,00	1.145.080,14	31,89
1.2.1- ITBI	3.600.000,00	3.600.000,00	1.155.410,58	32,09
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	100,00	100,00	149,56	149,56
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(10.000,00)	(10.000,00)	(10.500,00)	105,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.894.000,00	2.894.000,00	1.585.412,30	54,78
1.3.1- ISS	2.850.000,00	2.850.000,00	1.532.926,71	53,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.000,00	12.000,00	6.451,61	53,76
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	35.631,38	142,53
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	10.402,60	104,03
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	620.000,00	620.000,00	454.288,82	73,27
1.4.1- IRRF	620.000,00	620.000,00	454.288,82	73,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.906.000,00	23.906.000,00	10.845.633,84	45,37
2.1- Cota-Parte FPM	14.350.000,00	14.350.000,00	6.376.815,20	44,44
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.500.000,00	13.500.000,00	6.376.815,20	47,24
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	850.000,00	850.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.300.000,00	7.300.000,00	3.440.395,03	47,13
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	14.060,72	46,87
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	115.000,00	115.000,00	50.008,88	43,49
2.5- Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	18.311,65	166,47
2.6- Cota-Parte IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	946.042,36	45,05
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	39.880.100,00	39.880.100,00	22.047.392,15	55,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.223.500,00	1.223.500,00	721.560,53	58,98
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	597.234,09	49,77
5.2- Transferências Diretas - PDCE	1.300,00	1.300,00	600,00	46,15
5.3- Transferências Diretas - FNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - FNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	83.465,94	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	22.200,00	22.200,00	40.260,50	181,35
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	431.500,00	431.500,00	328.996,41	76,24
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.655.000,00	1.655.000,00	1.050.556,94	63,48
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.611.200,00	4.611.200,00	2.168.138,93	47,02
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.700.000,00	2.700.000,00	1.275.362,83	47,24
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.460.000,00	1.460.000,00	687.100,09	47,06
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	2.803,98	46,73
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	10.001,77	43,49
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.200,00	2.200,00	3.662,31	166,47
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	420.000,00	420.000,00	189.207,95	45,05
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	11.030.000,00	11.030.000,00	5.223.630,44	47,36
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.000.000,00	11.000.000,00	5.199.761,83	47,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	23.868,61	79,56
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	6.388.800,00	6.388.800,00	3.031.622,90	47,45
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

18/08/2016 16:11:38 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.375.500,00	9.375.500,00	3.665.525,78	39,10	3.665.525,78	39,10
13.1- Com Educação Infantil	4.398.600,00	4.398.600,00	1.422.461,35	32,34	1.422.461,35	32,34
13.2- Com Ensino Fundamental	4.976.900,00	4.976.900,00	2.243.064,43	45,07	2.243.064,43	45,07
14- OUTRAS DESPESAS	1.654.500,00	1.654.500,00	955.782,66	57,77	955.782,66	57,77
14.1- Com Educação Infantil	987.600,00	987.600,00	491.929,87	49,81	491.929,87	49,81
14.2- Com Ensino Fundamental	666.900,00	666.900,00	463.852,79	69,55	463.852,79	69,55
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	11.030.000,00	11.030.000,00	4.621.308,44	41,90	4.621.308,44	41,90
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.621.308,44	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					70,17	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					18,30	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					11,53	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	9.970.025,00	9.970.025,00	5.511.848,04	55,28		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.380.800,00	7.380.800,00	3.307.789,35	44,82	3.184.784,27	43,15
23.1- Creche	7.380.800,00	7.380.800,00	3.307.789,35	44,82	3.184.784,27	43,15
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.386.200,00	5.386.200,00	1.914.391,22	35,54	1.914.391,22	35,54
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.994.600,00	1.994.600,00	1.393.398,13	69,86	1.270.393,05	63,69
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.608.229,00	10.608.229,00	5.555.457,11	52,37	5.173.154,51	48,77
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.643.800,00	5.643.800,00	2.706.917,22	47,96	2.706.917,22	47,96
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.964.429,00	4.964.429,00	2.848.539,89	57,38	2.466.237,29	49,68
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	17.989.029,00	17.989.029,00	8.863.246,46	49,27	8.357.938,78	46,46
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.031.622,90	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					23.868,61	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.055.491,51	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.302.447,27	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES (38) / (3) x 100) %					24,05	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.220.000,00	1.220.000,00	594.595,30	48,74	457.165,10	37,47
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.326.600,00	4.962.561,77	3.187.993,90	64,24	1.007.082,79	20,29
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.546.600,00	6.182.561,77	3.782.589,20	61,18	1.464.247,89	23,68
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	22.535.629,00	24.171.590,77	12.645.835,66	52,32	9.822.186,67	40,64

18/08/2016 16:11:38 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.514,52	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.199.761,83	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.412.410,29	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	4.412.410,29	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.868,61	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	814.734,67	0,00

PORTO BELO, 18/08/2016

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

ANEXO 12 RREO - 3º BIMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	15.974.100,00	15.974.100,00	11.201.758,31	70,12
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.695.000,00	7.695.000,00	6.983.172,50	90,75
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.590.000,00	3.590.000,00	1.144.910,58	31,89
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.847.000,00	2.847.000,00	1.532.926,71	53,84
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	620.000,00	620.000,00	454.288,82	73,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	57.100,00	57.100,00	25.500,36	44,66
Dívida Ativa dos Impostos	775.000,00	775.000,00	704.410,98	90,89
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	390.000,00	390.000,00	356.548,36	91,42
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.056.000,00	23.056.000,00	10.845.633,84	47,04
Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	6.376.815,20	47,24
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	18.311,65	166,47
Cota-Parte IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	946.042,36	45,05
Cota-Parte ICMS	7.300.000,00	7.300.000,00	3.440.395,03	47,13
Cota-Parte IP-Exportação	115.000,00	115.000,00	50.008,88	43,49
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	14.060,72	46,87
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	14.060,72	46,87
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	39.030.100,00	39.030.100,00	22.047.392,15	56,49

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.000,00	2.000,00	23.728,80	1.186,44
Provenientes da União	2.000,00	2.000,00	23.728,80	1.186,44
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	40.700,00	40.700,00	60.023,25	147,48
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	42.700,00	42.700,00	83.752,05	196,14

**DESPESAS COM SAÚDE
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	11.147.021,00	11.763.488,90	6.054.376,75	51,47	4.873.620,83	41,43
Pessoal e Encargos Sociais	7.132.500,00	7.362.500,00	3.232.504,93	43,90	3.232.504,93	43,90
Outras Despesas Correntes	4.014.521,00	4.400.988,90	2.821.871,82	64,12	1.641.115,90	37,29
DESPESAS DE CAPITAL	318.000,00	1.337.558,75	724.844,23	54,19	256.411,53	19,17
Investimentos	318.000,00	1.337.558,75	724.844,23	54,19	256.411,53	19,17

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	318.000,00	1.337.558,75	724.844,23	54,19	256.411,53	19,17
Investimentos	318.000,00	1.337.558,75	724.844,23	54,19	256.411,53	19,17
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.465.021,00	13.101.047,65	6.779.220,98	51,75	5.130.032,36	39,16
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/ivg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.831.500,00	4.230.865,19	1.613.359,10	23,80	984.448,32	19,19
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.831.500,00	4.230.865,19	1.613.359,10	23,80	984.448,32	19,19
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.831.500,00	4.230.865,19	1.613.359,10	23,80	984.448,32	19,19
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	8.633.521,00	8.870.182,46	5.165.861,88	76,20	4.145.584,04	80,81
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,80
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x VIIb)/100]⁶						838.475,22

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSORITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2015	0,00	14,00	175.984,56	-175.984,56	0,00	
TOTAL	0,00	14,00	175.984,56	-175.984,56	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	14,00	0,00			14,00	
TOTAL (VIII)	14,00	0,00			14,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	8.680.500,00	9.994.848,52	4.974.526,65	73,17	3.985.953,16	77,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.240.921,00	2.356.087,67	1.438.820,03	21,16	939.542,16	18,28
Suporte Profilático e Terapêutico	327.600,00	346.950,00	156.151,52	2,30	102.352,23	1,99
Vigilância Sanitária	124.800,00	145.800,00	42.632,86	0,63	36.818,36	0,72
Vigilância Epidemiológica	105.500,00	276.500,00	186.228,46	2,74	74.938,46	1,46
TOTAL	11.479.321,00	13.120.186,19	6.798.359,52	100,00	5.139.604,37	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

29/07/2016 17:22:41 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 4/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

29/07/2016 17:22:41 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 13 RREO - 1º SEMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PORTO BELO, 29/07/2016

JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTEI

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/07/2016 14:29:37 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 14 RREO - 1º SEMESTRE 2016

Município de PORTO BELO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		72.582.140,00		
Previsão Atualizada		72.582.140,00		
Receitas Realizadas		35.635.788,93		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		634.650,30		
DESPESAS				
Dotação Inicial		72.582.140,00		
Créditos Adicionais		6.696.499,54		
Dotação Atualizada		79.278.639,54		
Despesas Empenhadas		47.320.875,03		
Despesas Liquidadas		29.278.992,40		
Despesas pagas		28.297.606,88		
Superavit Orçamentário		6.356.796,53		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		47.320.875,03		
Despesas Liquidadas		29.278.992,40		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		58.872.543,77		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		2.345.199,30		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		737.677,55		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.607.521,75		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-2.379.000,00	-2.502.612,14	105,20
Resultado Primário		0,00	5.350.703,89	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.573.442,01	5.219,25	2.408.267,33	2.159.955,43
EXECUTIVO	3.878.272,06	5.191,40	2.119.855,86	1.753.224,80
LEGISLATIVO	147.119,23	27,85	65.948,23	81.143,15
EXECUTIVO	540.879,38	0,00	216.163,98	324.715,40
LEGISLATIVO	7.171,34	0,00	6.299,26	872,08
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	977.140,71	205,00	968.499,34	8.436,37
EXECUTIVO	802.591,94	205,00	798.558,23	3.828,71
LEGISLATIVO	3.481,54	0,00	482,20	2.999,34
EXECUTIVO	37.935,32	0,00	37.832,00	103,32
LEGISLATIVO	324,22	0,00	0,00	324,22
EXECUTIVO	132.807,69	0,00	131.626,91	1.180,78
TOTAL:	5.550.582,72	5.424,25	3.376.766,67	2.168.391,80
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.302.447,27	25%	24,05
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.665.525,78	60%	70,17

Continua 1/2

29/07/2016 18:45:08 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito			321.657,79	178.342,21	
Despesa de Capital Líquida			2.343.216,11	18.738.867,44	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			29.700,00	20.300,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		4.145.584,04	15,00	18,80	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Porto União

PREFEITURA

ATA 002/2016 - FUNREBOM

ATA 002/2016 - FUNREBOM

Ao 01 (primeiro) dia do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 124/2016 - CARONA, Pregão Presencial 063/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Mecânica Marjovan Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Mecânica Marjovan Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 79.318.010/0001-20, sito a Rua Manoel Estevão, nº 415 e 406, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3523-3300, representada neste ato pelo Sr. Marcos Cesar Szyminovicz, inscrito no CPF sob o número 561.129.809-59.

Registro de Preços para aquisição de baterias, peças de manutenção elétrica e mão de obra elétrica para manutenção dos veículos do FUNREBOM, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
LOTE 04					
86	04	UN	BATERIA 60 AMPERES	R\$ 337,2549	R\$ 1.349,02
LOTE 05					
87	04	UN	BATERIA 70 AMPERES	R\$ 455,00	R\$ 1.820,00
LOTE 07					
89	06	UN	BATERIA 150 AMPERES	R\$ 748,9130	R\$ 4.493,48
Valor Total: R\$ 7.662,50 (sete mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 124/2016 - CARONA, Pregão Presencial 063/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 063/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 063/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização do FUNREBOM, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pelo FUNREBOM, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue conforme a solicitação do FUNREBOM, nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 063/2016.

2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 124/2016, Pregão Presencial 063/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal

de Porto União e pelo Sr. Marcos Cesar Szyminowicz, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Mecânica Marjovan Ltda - EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 003/2016 - FUNREBOM

ATA 003/2016 - FUNREBOM

Ao 01 (primeiro) dia do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 124/2016 - CARONA, Pregão Presencial 063/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Kozakiewicz Auto Elétrica Ltda - ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Kozakiewicz Auto Elétrica Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 04.606.631/0001-00, sita a Avenida Manoel Ribas, nº 1236, centro, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-0203, representada neste ato pelo Sr. Silverio Kozakiewicz, inscrito no CPF sob o número 611.474.009-20.

Registro de Preços para aquisição de baterias, peças de manutenção elétrica e mão de obra elétrica para manutenção dos veículos do FUNREBOM, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
LOTE 02					
84	100	HORAS	MÃO DE OBRA SCANNER INJEÇÃO, LIMPEZA DE BICOS INJETORES, LIMPEZA DE TBI, INJEÇÃO ELETRÔNICA E SERVIÇOS ELÉ.	R\$ 57,00	R\$ 5.700,00
LOTE 06					
88	08	UN	BATERIA 100 ÂMPERES	R\$ 609,4340	R\$ 4.875,47
Valor Total: R\$ 10.575,47 (dez mil quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 124/2016 - CARONA, Pregão Presencial 063/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 063/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 063/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização do FUNREBOM, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pelo FUNREBOM, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue conforme a solicitação do FUNREBOM, nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 063/2016.

2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 124/2016, Pregão Presencial 063/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Silverio Kozakiewicz, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Kozakiewicz Auto Elétrica Ltda - ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 120/2016

ATA 120/2016

Ao 01 (primeiro) dia do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 124/2016 - CARONA, Pregão Presencial 063/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Mecânica Marjovan Ltda - EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Mecânica Marjovan Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 79.318.010/0001-20, sito a Rua Manoel Estevão, nº 415 e 406, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3523-3300, representada neste ato pelo Sr. Marcos Cesar Szyminovicz, inscrito no CPF sob o número 561.129.809-59.

Registro de Preços para aquisição de baterias, peças de manutenção elétrica e mão de obra elétrica para manutenção dos veículos do município de Porto União, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
LOTE 04					
86	47	UN	BATERIA 60 AMPERES	R\$ 337,2549	R\$ 15.850,98
LOTE 05					
87	14	UN	BATERIA 70 AMPERES	R\$ 455,00	R\$ 6.370,00
LOTE 07					
89	40	UN	BATERIA 150 AMPERES	R\$ 748,9130	R\$ 29.956,52
Valor Total: R\$ 52. 177,50 (cinquenta e dois mil cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 124/2016 - CARONA, Pregão Presencial 063/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 063/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 063/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 063/2016.

2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 124/2016, Pregão Presencial 063/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Marcos Cesar Szyminowicz, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Mecânica Marjovan Ltda - EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 121/2016

ATA 121/2016

Ao 01 (primeiro) dia do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 124/2016 - CARONA, Pregão Presencial 063/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Kozakiewicz Auto Elétrica Ltda - ME.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Kozakiewicz Auto Elétrica Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 04.606.631/0001-00, sita a Avenida Manoel Ribas, nº 1236, centro, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-0203, representada neste ato pelo Sr. Silverio Kozakiewicz, inscrito no CPF sob o número 611.474.009-20.

Registro de Preços para aquisição de baterias, peças de manutenção elétrica e mão de obra elétrica para manutenção dos veículos do município de Porto União, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
LOTE 01					
1	2	UN	INTERRUPTOR LUZ FREIO VW FUSCA/TRATORES/MBB/DIV.	R\$ 36,12	R\$ 72,24
2	2	UN	INTERRUPTOR PRESSÃO OLEO VW FUSCA/KOMBI/BRASILIA	R\$ 28,9779	R\$ 57,96
3	1000	UN	FUSIVEL DE LAMINA HIKARI/DIVERSOS	R\$ 0,4846	R\$ 484,60
4	40	UN	PORTA FUSIVEL LAMINA C/ FIO 1,5MM	R\$ 3,6828	R\$ 147,31
5	6	UN	INDUZIDO AR 120	R\$ 580,5265	R\$ 3.483,16
6	6	UN	INDUZIDO ARE 121	R\$ 379,9105	R\$ 2.279,46
7	6	UN	ESTATOR ALTERNADOR ARE 381	R\$ 209,3385	R\$ 1.256,03
8	100	M	ESPAGUETE CORRUGADO 07MM (METRO)	R\$ 2,0837	R\$ 208,37
9	100	M	ESPAGUETE CORRUGADO 10MM (METRO)	R\$ 2,7136	R\$ 271,36
10	4	UN	BUZINA BERGSON PAQUERINHA 12V 2T	R\$ 125,9907	R\$ 503,96
11	4	UN	BUZINA FIAMM	R\$ 60,0879	R\$ 240,35
12	4	UN	PORTA ESCOVAS BO115	R\$ 61,0570	R\$ 244,23
13	100	M	FIO 0,75MM FLEXIVEL P/ INSTALAÇÃO ELETRICA (METRO)	R\$ 0,8238	R\$ 82,38
14	100	M	FIO 1,0MM FLEXIVEL P/ INSTALAÇÃO ELETRICA (METRO)	R\$ 1,1630	R\$ 116,30
15	100	M	FIO 2,50 FLEXIVEL P/ INSTALAÇÃO ELETRICA (METRO)	R\$ 2,3066	R\$ 230,66
16	100	M	FIO 4,00MM FLEXIVEL P/ INSTALAÇÃO ELETRICA (METRO)	R\$ 4,1868	R\$ 418,68
17	100	M	FIO 6MM FLEXIVEL P/ INSTALAÇÃO ELETRICA (METRO)	R\$ 5,9603	R\$ 596,03
18	60	UN	TERMINAL BATERIA NEGATIVO	R\$ 8,7224	R\$ 523,34
19	12	UN	SINALIZADOR MARCHA RÉ	R\$ 31,9823	R\$ 383,79
20	20	UN	SOQUETE UNIVERSAL BAQUELITE	R\$ 8,1409	R\$ 162,82

21	20	UN	INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA UNIVERSAL USO GERAL	R\$ 12,1145	R\$ 242,29
22	8	UN	REGULADOR VOLTAGEM ALTERNADOR	R\$ 56,2113	R\$ 449,69
23	8	UN	REGULADOR VOLTAGEM ALTERNADOR MB/VW/DIVERSOS	R\$ 44,5813	R\$ 356,65
24	8	UN	REGULADOR VOLTAGEM ALTERNADOR VW/FORD/GM/FIA	R\$ 203,5235	R\$ 1.628,19
25	8	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM GA301	R\$ 106,6075	R\$ 852,86
26	20	UN	DIODO NEGATIVO ALTERNADOR/DIVERSOS	R\$ 12,6960	R\$ 253,92
27	10	UN	LENTE LANTERNA TRASEIRA VW CAMINHÃO/FORD CARGO GF	R\$ 22,2907	R\$ 222,91
28	12	UN	LANTERNA DUPLA FACE UNIVERSA GF	R\$ 25,1981	R\$ 302,38
29	10	UN	LANTERNA DIANTEIRA VM GF	R\$ 127,9291	R\$ 1.279,29
30	20	UN	LANTERNA DELIMITADORA UNIVERSAL GF	R\$ 10,6608	R\$ 213,22
31	10	UN	LANTERNA TRASEIRA MBB/UNIVERSAL GF	R\$ 70,7486	R\$ 707,49
32	10	UN	LANTERNA TRASEIRA MB S/VIGIA>84 GF	R\$ 71,7178	R\$ 717,18
33	50	UN	FITA ISOLANTE	R\$ 4,3612	R\$ 218,06
34	20	UN	RELE AUXILIAR DNI 12V 4T 40A C/S UNIVERSAL	R\$ 12,1145	R\$ 242,29
35	8	UN	RELE AUXILIAR DNI 24V 4T 40A C/S MMB SCANIA UNIVERSAL	R\$ 14,5374	R\$ 116,30
36	8	UN	RELE PISCA DNI 12V 3T VW/FIAT/FORD/GM/UNIVERSAL DNI	R\$ 17,4449	R\$ 139,56
37	10	UN	LANTERNA TRASEIRA MBB>87/UNIVERSAL GF	R\$ 34,1144	R\$ 341,14
38	10	UN	LANTERNA GF	R\$ 56,2113	R\$ 562,11
39	10	UN	LENTE LANTERNA TRASEIRA MBB 1418/1618/DIVERSOS	R\$ 23,2598	R\$ 232,60
40	10	UN	LANTERNA TRASEIRA VW CAMINHÃO/FORD CARGO GF	R\$ 60,0879	R\$ 600,88
41	10	UN	ESCOVAS M.P JF 12V MBB/VW/DIVERSOS	R\$ 27,1365	R\$ 271,37
42	10	UN	ESCOVAS M.P. JF 24V MBB/FIAT/CAT	R\$ 29,0748	R\$ 290,75
43	20	UN	LAMPADA 1141/12V 5W	R\$ 3,1013	R\$ 62,03
44	20	UN	LAMPADA 1034/12V 21,5W LANTERNA/FREIO/DIVERSOS	R\$ 3,9736	R\$ 79,47
45	20	UN	LAMPADA 67 12V	R\$ 3,1013	R\$ 62,03
46	20	UN	LAMPADA 69/12V 4W LANTERNA/PLACA/UNIVERSAL	R\$ 3,1013	R\$ 62,03
47	40	UN	LAMPADA IODO H3 12V 55W FAROL/F.AUXILIAR	R\$ 23,2598	R\$ 930,39
48	40	UN	LAMPADA BI-ODO H4 12V 60/55W FAROL/DIVERSOS	R\$ 23,2598	R\$ 930,39
49	20	UN	LAMPADA BI-ODO H5 12V 60/55W FAROL/DIVERSOS	R\$ 27,1365	R\$ 542,73
50	60	UN	LAMPADA IODO H3 24V 70W FAROL/F. AUXILIAR	R\$ 43,6122	R\$ 2.616,73
51	20	UN	LAMPADA BI-ODO H7 24V 75/70W FAROL/DIVERSOS	R\$ 93,0393	R\$ 1.860,79
52	40	UN	LAMPADA IODO H7 24V 70W FAROL DIVERSOS	R\$ 124,0524	R\$ 4.962,10
53	200	UN	LAMPADA 1141/24V 21W PISCA/DIVERSOS	R\$ 6,5903	R\$ 1.318,06
54	200	UN	LAMPADA 1034/24V 21,5W PISCA/FREIO/DIVERSOS	R\$ 7,3656	R\$ 1.473,12
55	200	UN	LAMPADA 67/24V 5W LANTERNA/DIVERSOS	R\$ 4,3612	R\$ 872,24
56	100	UN	LAMPADA BASE VIDRO 24V 3W PAINEL/DIVERSOS	R\$ 4,3612	R\$ 436,12
57	20	UN	INDICADOR LUMINOSO DE PAINEL UNIVERSAL/DIVERSOS	R\$ 6,1057	R\$ 122,11
58	400	UN	TERMINAL C/FURO 3/16	R\$ 0,3683	R\$ 147,32
59	400	UN	TERMINAL C/FURO 1/4	R\$ 0,7559	R\$ 302,36
60	400	UN	TERMINAL DE ENCAIXE FEMEA C/TRAVA	R\$ 0,3877	R\$ 155,08
61	10	UN	INTERRUPTOR BUZINA	R\$ 14,7312	R\$ 147,31
62	10	UN	PINHÃO IMPULSOR M.P. VW/FORD/GM/FIAT/DIVERSOS	R\$ 49,4271	R\$ 494,27
63	10	UN	PINHÃO IMPULSOR M.P. JF MBB/VW/TOY/CASE/DIVERSOS	R\$ 89,1627	R\$ 891,63

64	10	UN	AUTOMATICO M.P. WAPSA FORD/GM/VW/DIV. C/PERKINS	R\$ 124,0524	R\$ 1.240,52
65	10	UN	AUTOMATICO M.P. VW/FORD/GM/FIAT/DIVERSOS	R\$ 132,7749	R\$ 1.327,75
66	10	UN	AUTOMATICO M.P. MBB/VW/TOY/CBT/DIV.DIV/GM	R\$ 157,0038	R\$ 1.570,04
67	10	UN	AUTOMATICO M.P. KB SCANIA/MB/VOLVO/DIVERSOS	R\$ 228,7216	R\$ 2.287,22
68	10	UN	AUTOMATICO M.P. KB SCANIA/VOLVO/MBB/DIVERSOS	R\$ 244,2282	R\$ 2.442,28
69	10	UN	ROLAMENTO DDU P/ALTERNADOR WAPSA UNIVERSAL	R\$ 23,5506	R\$ 235,51
70	6	UN	ROLAMENTO DDU P/ALTERNADOR WAPSA UNIVERSAL	R\$ 31,0131	R\$ 186,08
71	6	UN	ROLAMENTO DDU P/ALTERNADOR DIVERSOS	R\$ 28,1056	R\$ 168,63
72	20	UN	FAROL AUXILIAR MINI L.A. UNIVERSAL FIAT/FORD/VW	R\$ 44,5813	R\$ 891,63
73	20	UN	FAROL AUXILIAR RED L.A UNIVERSAL	R\$ 68,8103	R\$ 1.376,21
74	6	UN	PINHÃO IMPULSOR M.P WAPSA FORD/VW/CBT/CASE/GM/DIV	R\$ 89,1627	R\$ 534,98
75	6	UN	INDUZIDO A-07	R\$ 360,5273	R\$ 2.163,16
76	6	UN	INDUZIDO DE MOTOR DE PARTIDA 12V A-140	R\$ 978,8511	R\$ 5.873,11
77	6	UN	SUPORTE ESCOVAS CASE,CUMMINS,KENWORTH,VW	R\$ 34,8897	R\$ 209,34
78	6	UN	PORTA ESCOVA MOTOR PARTIDA 4 ESCOVA 1.239/4	R\$ 150,2197	R\$ 901,32
79	8	UN	LENTE LANTERNA TRASEIRA VOLVO VM23/SCANIA S4	R\$ 44,8721	R\$ 358,98
80	8	UN	INDUZIDO M.P. JF 12V MBB/VW/TOY/CASE/MWM	R\$ 591,1873	R\$ 4.729,50
81	6	UN	CHAVE SETAS OSPINA MBB/DIVERSOS ALAVANCA LONGA	R\$ 141,4973	R\$ 848,98
82	4	UN	BOTÃO DE PARTIDA MBB/DIVERSOS	R\$ 13,5682	R\$ 54,27
83	6	UN	CAIXA DE CONTATO MBB/CBT/ONIBUS/FIAT/DIVERSOS	R\$ 104,6692	R\$ 628,02
LOTE 02					
84	400	HORAS	MÃO DE OBRA SCANNER INJEÇÃO, LIMPEZA DE BICOS INJETORES, LIMPEZA DE TBI, INJEÇÃO ELETRÔNICA E SERVIÇOS ELÉ.	R\$ 57,00	R\$ 22.800,00
LOTE 03					
85	24	UN	BATERIA 48 ÂMPERES	R\$ 302,0833	R\$ 7.250,00
LOTE 06					
88	45	UN	BATERIA 100 ÂMPERES	R\$ 609,4340	R\$ 27.424,53
Valor Total: R\$ 125.974,48 (cento e vinte e cinco mil novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 124/2016 - CARONA, Pregão Presencial 063/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 063/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 063/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Transportes, obras e Serviços Públicos, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 063/2016.

2.13. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 124/2016, Pregão Presencial 063/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.14. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Silverio Kozakiewicz, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Kozakiewicz Auto Elétrica Ltda - ME
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 122/2016

ATA 122/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 05.531.725/0001-20, sito a Rua Ary Miguel da Silveira, n.º 391, Jardim Eldorado, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP 88.133-531, Telefone (48) 3348-2629, representado neste ato pelo Sr. Pedro Antônio Lapinski, inscrito no CPF sobre o número 168.237.020-87.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
08	60	Rolo	Algodão hidrófilo; 100% puro algodão: macio e extra-absorvente; formato: rolo; cor: branco; peso: 500g	R\$ 7,39	R\$ 443,40
11	200	Cx.	Fio de sutura catgut simples; diâmetro 3-0; com agulha de 2 cm; caixa c/ 24 envelopes	R\$ 69,98	R\$ 13.996,00
17	100	Rolo	Esparadrapo; tamanho: 10cm x 4,5m; cor branca; composto de tecido 100% algodão que recebe tratamento especial para proporcionar facilidade de rasgo sem desfiamento, resina acrílica impermeabilizante, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas; Apresentam bordas serrilhadas que favorecem o corte orientado em ambos os sentidos; validade de no mínimo 24 meses	R\$ 4,41	R\$ 441,00
24	310	Rolo	Fita microporosa; medidas: 12 mm x 10m; hipoalergênica; cor: branca	R\$ 1,20	R\$ 372,00
26	480	Rolo	Fita microporosa; medidas: 50 mm x 10m; hipoalergênica; cor: branca	R\$ 3,08	R\$ 1.478,40
Valor Total: R\$ 16.730,80 (dezesesseis mil setecentos e trinta reais e oitenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta
- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.
- 2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.
- 2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.
- 2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.
- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.
- 2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.
- 2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Pedro Antônio Lapinski, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
 Prefeito Municipal
 Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda
 Empresa Detentora da Ata
 Testemunhas:

ATA 123/2016

ATA 123/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 00.802.002/0001-02, sito a Estrada Boa Esperança, n.º 2320, Fundo Canoas, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.163-554, Telefone (47) 3520-9000, representado neste ato pelo Sr. Anacleto Ferrari, inscrito no CPF sobre o número 523.140.819-00. Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
21	30	Cx.	Fio de sutura nylon nº 2-0; monofilamento preto; classe II; cuticular; estéril - 45 cm; agulha CTI 3/8 Circ. TRG 2,0 cm; Caixa c/ 24 unidades.	R\$ 27,84	R\$ 835,20
22	70	Cx.	Fio de sutura nylon nº 3-0; monofilamento preto; classe II; plástica; estéril - 45 cm; agulha CTI 3/8 Circ. TRG 1,95 cm; Caixa c/ 24 unidades	R\$ 27,84	R\$ 1.948,80
23	100	Cx.	Fio de sutura nylon nº 4-0; monofilamento preto; classe II; plástica; estéril - 45 cm; agulha CTI 3/8 Circ. TRG 1,95 cm; Caixa c/ 24 unidades	R\$ 27,84	R\$ 2.784,00
43	4.300	Frasco	Soro c/glicose 5%; frasco c/ 500ml	R\$ 3,06	R\$ 13.158,00
59	20	Unid.	Bandeja inox hospitalar; tamanho média	R\$ 55,08	R\$ 1.101,60
69	13	Pct.	Luva plástica descartável estéril; transparente; tamanho único; embaladas individualmente em pacotes c/ 100 unidades	R\$ 6,80	R\$ 88,40

73	10	Unid.	Garrote adulto; fecho de regulagem de tensão, que permite um ajuste fácil e confortável; cor: azul; validade indeterminada	R\$ 5,94	R\$ 59,40
75	10	Unid.	Garrote para punção venosa infantil	R\$ 5,00	R\$ 50,00
78	100	Unid.	Gelo Reutilizável Rígido; Dimensões da embalagem: 12 x 7 x 2,5 cm - 200 ml	R\$ 2,09	R\$ 209,00
79	150	Unid.	Gelo Reutilizável Rígido; Dimensões da embalagem: 17 x 9,7 x 2,5 cm - 400 ml	R\$ 2,50	R\$ 375,00
81	100	Unid.	Gelo Reutilizável Rígido; Dimensões da embalagem: 20 x 12 x 4 cm - 1000 ml	R\$ 3,92	R\$ 392,00
85	50.000	Unid.	Seringa descartável de 1ml com agulha de 13 x 0,45mm; Cilindro translúcido com alto grau de transparência que permite a visualização nítida do fluido e internamente siliconizado; Escala de graduação indelével milimetrada visível em unidades U.I. Insulina); Anel de retenção e flange anatômico; Êmbolo apresenta ponteira de borracha (com látex) lubrificado em formato de ponta que minimiza o espaço morto e obtém doses mais corretas; Agulha removível em aço inoxidável trifacetada ultra afiado; Esterilizadas por Óxido de Etileno, com validade de 5 anos a partir da data de fabricação; Embalagem individual em papel grau cirúrgico e filme plástico transparente, com abertura asséptica, rotulagem em conformidade com a RDC 185/2001, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número do lote e registro no MINISTÉRIO DA SAÚDE;	R\$ 0,14	R\$ 7.000,00

Valor Total: R\$ 28.001,40 (vinte e oito mil e um reais e quarenta centavos)

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Anacleto Ferrari, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 124/2016

ATA 124/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 09.944.371/0001-04, sito a Avenida Santos Dumont, n.º 1335, Santo Antônio, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.218-105, Telefone (47) 3473-8845, representado neste ato pelo Sr. José Paulo Gesser, inscrito no CPF sobre o número 541.063.899-91. Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
41	3.000	Frasco	Soro c/ glicose 5%; frasco c/ 100ml	R\$ 2,02	R\$ 6.060,00
42	3.000	Frasco	Soro c/glicose 5%; frasco c/ 250ml	R\$ 2,30	R\$ 6.900,00
44	1.000	Frasco	Soro c/glicose 5%; frasco c/ 1000ml	R\$ 4,07	R\$ 4.070,00
Valor Total: R\$ 17.030,00 (dezesete mil e trinta reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor José Paulo Gesser, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 125/2016

ATA 125/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Olimed Material Hospitalar Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Olimed Material Hospitalar Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 03.033.589/0001-12, sito a Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, n.º 1515, Itoupava Norte, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.052-381, Telefone (47) 3144-9700, representado neste ato pelo Sr. Marcos Maurilio Pereira, inscrito no CPF sobre o número 808.696.299-72.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
28	250	Rolo	Fita adesiva para autoclave; medidas: 19 mm x 30m; composição: papel crepe à base de fibra de celulose, tinta termorreativa, estireno butadieno, resinas acrílicas e adesivo à base de borracha natural e resina	R\$ 2,75	R\$ 687,50
30	450	Cx.	Luva de procedimento: tamanho M; compostas látex 100% natural; não estéril, ambidestras; lubrificadas com pó bioabsorvível; caixa c/ 100 unid.	R\$ 12,94	R\$ 5.823,00
31	250	Cx.	Luva de procedimento: tamanho G; compostas látex 100% natural; não estéril, ambidestras; lubrificadas com pó bioabsorvível; caixa c/ unid.	R\$ 12,94	R\$ 3.235,00
33	25	Pacote	Sonda uretral nº 8; espessura da sonda: 3mm; estéril; atóxica; apirogênico; descartável (uso único); compostas de tubo de PVC atóxico flexível com modelo de furação específica e conector com tampa; pacote com 20 unidades em embalagem plástica, esterilizado por radiação gama; produto com validade	R\$ 6,50	R\$ 162,50
34	25	Pacote	Sonda uretral nº 10; espessura da sonda: 4mm; estéril; atóxica; apirogênico; descartável (uso único); compostas de tubo de PVC atóxico flexível com modelo de furação específica e conector com tampa; pacote com 20 unidades em embalagem plástica, esterilizado por radiação gama; produto com validade	R\$ 7,20	R\$ 180,00
35	250	Pacote	Sonda uretral nº 12; espessura da sonda: 4,5mm; estéril; atóxica; apirogênico; descartável (uso único); compostas de tubo de PVC atóxico flexível com modelo de furação específica e conector com tampa; pacote com 20 unidades em embalagem PVC atóxico flexível com modelo de furação específica e conector com tampa; pacote com 20 unidades em embalagem	R\$ 7,40	R\$ 1.850,00
37	100	Pacote	Sonda de aspiração traqueal nº 12; espessura da sonda: 4,5mm; estéril; atóxica; apirogênico; descartável (uso único); compostas de tubo de PVC atóxico flexível com modelo de furação específica e conector com tampa; pacote com 20 unidades em embalagem plástica, esterilizado por radiação gama; produto com validade	R\$ 7,60	R\$ 760,00
76	4	Pacote	Tubo de silicone nº 202; cor natural; parede interna lisa de espessura uniforme; parede externa com resistência a tração, suportando várias esterilizações a gás óxido de etileno ou autoclave; Pacote c/ 15 metros	R\$ 81,00	R\$ 324,00
88	200	Pacote	Máscara descartável; tripla com elástico; atóxica; hipoalergênica; 100% polipropileno; não estéril; não inflamável; produto de uso único; pacote c/ 50 unidades	R\$ 4,28	R\$ 856,00
Valor Total: R\$ 13.878,00 (treze mil oitocentos e setenta e oito reais)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.
- 2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.
- 2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.
- 2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.
- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.
- 2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.
- 2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Marcos Maurílio Pereira, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Olimed Material Hospitalar Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 126/2016

ATA 126/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial EIRELI.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial EIRELI, inscrito no CNPJ/MF n.º 09.200.303/0001-22, sito a Avenida Maurício Cardoso, n.º 706, Centro, Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.700-000, Telefone (54) 3519-1224, representado neste ato pelo Sr. Nédio Justino Massochin Junior, inscrito no CPF sobre o número 010.448.960-00.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
09	725	Lt.	Álcool 70%; frasco c/ 1 litro	R\$ 4,03	R\$ 2.921,75
10	60	Lt.	Água oxigenada 10 volumes; princípio ativo:peróxido de hidrogênio 3%; frasco c/ 1 litro	R\$ 3,01	R\$ 180,60
14	500	Pct.	Gaze; estéril; 100% algodão em tecido tipo tela; com 8 camadas e 5 dobras; com dimensão de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas; 13 fios; alvejadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes, corretivos e alvejantes ópticos; com acabamento lateral em toda sua extensão para não soltar fiapos; pacote c/ 500 unidades	R\$ 12,80	R\$ 6.400,00
16	100	Unid.	Coletor de materiais perfurocortantes; capacidade de 13 litros; contendo sacola de revestimento, fundo de papelão e cinta, e bandeja interna	R\$ 3,12	R\$ 312,00

45	2.000	Frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,9%; frasco c/ 100 ml	R\$ 1,40	R\$ 2.800,00
46	2.000	Frasco	Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,9%; frasco c/ 500 ml	R\$ 2,12	R\$ 4.240,00
70	3000	Unid.	Fralda geriátrica descartável; tamanho P; com gel absorvente; anatômicas; com fitas adesivas e elásticos	R\$ 0,93	R\$ 2.790,00
Valor Total: R\$ 19.644,35 (dezenove mil seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Nédio Justino Massochin Junior, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial EIRELI

Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 127/2016

ATA 127/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Delta Shop Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Delta Shop Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 19.316.524/0001-14, sito a Rua Tancredo Neves, n.º 55, Sala 07, Município de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.740-000, Telefone (54) 3523-1104, representado neste ato pelo Sr. Cassiano Tiago Chies, inscrito no CPF sobre o número 007.466.120-52.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
47	10	Unid.	Pinça dente de rato; tamanho:14cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 7,29	R\$ 72,90
48	10	Unid.	Pinça kelly; reta; tamanho: 14 cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 18,50	R\$ 185,00

49	10	Unid.	Piça anatômica; tamanho: 14 cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 6,34	R\$ 63,40
50	10	Unid.	Piça halstead mosquito; reta; tamanho 10 cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 15,59	R\$ 155,90
51	10	Unid.	Piça cheron stark; tamanho: 25 cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 37,99	R\$ 379,90
52	10	Unid.	Porta agulha mayo hegar; tamanho: 14cm; confeccionado em aço inoxidável	R\$ 24,00	R\$ 240,00
53	10	Unid.	Tesoura mayo stille; ponta reta; tamanho: 15 cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 29,99	R\$ 299,90
54	10	Unid.	Tesoura cirúrgica reta; romba/fina; tamanho: 15 cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 23,25	R\$ 232,50
55	10	Unid.	Tesoura metzembraum; curva; tamanho: 15 cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 29,99	R\$ 299,90
56	10	Unid.	Tesoura metzembraum; reta; tamanho: 15 cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 29,99	R\$ 299,90
57	10	Unid.	Tesoura íris ou gengiva; reta; tamanho: 12 cm; confeccionada em aço inoxidável	R\$ 19,50	R\$ 195,00
58	12	Unid.	Bacia inox hospitalar média; capacidade para 4.700 ml; 35 cm de diâmetro	R\$ 97,99	R\$ 1.175,88
61	10	Unid.	Cuba rim; confeccionada em aço inoxidável; capacidade p/ 700ml; dimensões 26x12cm	R\$ 31,72	R\$ 317,20
63	10	Unid.	Comadre tipo pá plástica; capacidade p/ 1 litro; validade indeterminada	R\$ 9,84	R\$ 98,40
67	100	Unid.	Máscara de oxigênio de alta concentração; modelo adulto; com tubo de O2; com reservatório; máscara em pvc (cloreto de polivinila) resistente e não tóxico; validade indeterminada	R\$ 17,80	R\$ 1.780,00
68	50	Unid.	Máscara de oxigênio de alta concentração; modelo infantil; com tubo de O2; com reservatório; máscara em pvc (cloreto de polivinila) resistente e não tóxico; validade indeterminada	R\$ 17,30	R\$ 865,00
77	40	Unid.	Termômetro digital máximo/mínimo para caixa térmica; Comprimento do cabo: mínimo de 1 metro; Faixa de utilização: -50+70°C; Precisão: +/- 1°C (entre -20+50°C) e +/- 2°C (acima de 50°C); Resolução: 1°C ; Alimentação: 1 pilha AA (inclusa); Dimensões: 45 x 67 x 16 (AxLxP); Peso: 30g	R\$ 56,44	R\$ 2.257,60
Valor Total: R\$ 8.918,38 (oito mil novecentos e dezoito reais e trinta e oito centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC,

esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Cassiano Tiago Chies, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Delta Shop Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 128/2016

ATA 128/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: La Dalla Porta Junior – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: La Dalla Porta Junior – EPP, inscrito no CNPJ/MF n.º 11.145.401/0001-56, sito a Rua Pascoal G. Librelotto, n.º 20, Pq. Dom Antônio Reis, Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 97.065-290, Telefone (55) 3025-9900, representado neste ato pelo Sr. Luiz Alberto Dalla Porta Junior, inscrito no CPF sobre o número 016.047.580-58. Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
18	1.000	Unid.	Espéculo ginecológico; tamanho pequeno; estéril; descartável; termicamente confortável; fabricado em poliestireno cristal, que permite uma excelente transparência e transmissão luminosa, com parafuso acoplado pigmentado na cor laranja, atóxico	R\$ 0,75	R\$ 750,00
19	7.000	Unid.	Espéculo ginecológico; tamanho médio; estéril; descartável; termicamente confortável; fabricado em poliestireno cristal, que permite uma excelente transparência e transmissão luminosa, com parafuso acoplado pigmentado na cor laranja, atóxico	R\$ 0,75	R\$ 5.250,00
20	1.000	Unid.	Espéculo ginecológico; tamanho grande; estéril; descartável; termicamente confortável; fabricado em poliestireno cristal, que permite uma excelente transparência e transmissão luminosa, com parafuso acoplado pigmentado na cor laranja, atóxico	R\$ 0,85	R\$ 850,00
27	200	Rolo	Fita adesiva hospitalar; medidas: 16 mm x 50m; cor branca; confeccionada com dorso de papel crepado, tratado com látex de estireno butadieno.	R\$ 2,53	R\$ 506,00
Valor Total: R\$ 7.356,00 (sete mil trezentos e cinquenta e seis reais)					

2. Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

- 2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.
- 2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.
- 2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Luiz Alberto Dalla Porta Junior, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

La Dalla Porta Junior – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 129/2016

ATA 129/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Metromed Com. de Material Médico Hospitalar Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Metromed Com. de Material Médico Hospitalar Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 83.157.032/0001-22, sito a Estrada Boa Esperança, n.º 1918, Fundo Canoas, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.163-920, Telefone (47) 3531-9800, representado neste ato pela Sra. Helena Maria Woitexen, inscrita no CPF sobre o número 684.532.649-53.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
15	700	Pct.	Gaze; estéril; 100% algodão em tecido tipo tela; com 8 camadas e 5 dobras; com dimensão de 10 x 10cm quando fechadas e 20 x 40cm quando abertas; 13 fios; alvejadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes, corretivos e alvejantes ópticos; com acabamento lateral em toda sua extensão para não soltar fiapos; pacote c/ 500 unidades	R\$ 33,31	R\$ 23.317,00
62	10	Unid.	Papagaio plástico com tampa; graduado; capacidade p/ 1 litro; validade indeterminada	R\$ 10,00	R\$ 100,00

Valor Total: R\$ 23.417,00 (vinte e três mil quatrocentos e dezessete reais)

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/ Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso

de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Helena Maria Woitexen, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Metromed Com. de Material Médico Hospitalar Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 130/2016

ATA 130/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Produvale Produtos Hospitalares Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Produvale Produtos Hospitalares Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 03.505.263/0001-40, sito a Rua Colibri, n.º 425, Salto Weissbach, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.032-235, Telefone (47) 3323-5244, representado neste ato pelo Sr. Laerte Borgonovo, inscrito no CPF sobre o número 481.276.399-15.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	60	Pct.	Abaixador de língua; em madeira; descartável; formato liso convencional; superfície e bordas perfeitamente acabadas; espessura e largura uniforme em toda sua extensão; procedência nacional; medindo aproximadamente 14 cm de comprimento, 1,4 cm de largura, 0,5 mm de espessura; produto com validade; embalado em pacote c/ 100 unidades.	R\$ 2,79	R\$ 167,40
60	10	Unid.	Espéculo de inox; tamanho P; confeccionado em Aço Inoxidável; embalagem: plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade;	R\$ 35,64	R\$ 356,40
65	60	Pct.	Cateter de O2 tipo óculos; P.V.C. Atóxico Siliconado; Estéril; Aspirogênico; Descartável; Embalado individualmente em embalagem plástica, esterilizado por radiação gama; pacote c/ 20 unidades	R\$ 16,50	R\$ 990,00
84	500	Unid.	Potes para coleta de catarro; frasco de plástico com boca larga, com tampa, sem aditivo (seco); transparente	R\$ 0,26	R\$ 130,00

Valor Total: R\$ 1.643,80 (um mil seiscentos e quarenta e três reais e oitenta centavos)

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e

determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Laerte Borgonovo, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Produvale Produtos Hospitalares Ltda
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 131/2016

ATA 131/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório n.º 062/2016, Pregão Eletrônico 003/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: J. R. Ehlke & Cia Ltda.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: J. R. Ehlke & Cia Ltda, inscrito no CNPJ/MF n.º 76.730.076/0001-34, sito a Avenida João Gualberto, n.º 1661, Juvevê, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.030-001, Telefone (41) 3352-2144, representado neste ato pelo Sr. José Romeu Ehlke, inscrito no CPF sobre o número 027.853.159-87.

Registro de Preços para aquisição de material médico hospitalar para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
38	25	Cx.	Tubete para coleta de sangue; tampa amarela; seco com gel; capacidade p/ 4 ml; caixa c/ 100 unidades; validade de no mínimo 12 meses	R\$ 68,34	R\$ 1.708,50
39	25	Cx.	Tubete para coleta de sangue; tampa vermelha; seco; capacidade p/ 4 ml; caixa c/ 100 unidades; validade de no mínimo 12 meses	R\$ 47,00	R\$ 1.175,00
40	50	Cx.	Tubete para coleta de sangue; tampa roxa; com EDTA; capacidade p/ 4 ml; caixa c/ 100 unidades; validade de no mínimo 12 meses	R\$ 55,00	R\$ 2.750,00
Valor Total: R\$ 5.633,50 (cinco mil seiscentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Eletrônico 003/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua emissão.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, conforme a necessidade de aquisição.

2.3. O prazo e condições para entrega dos materiais é o estabelecido no item 17 do Edital de Pregão Eletrônico 003/2016, ou seja, sua totalidade em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e requisição da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada, com prazo de entrega de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação.

2.4. Os valores devidos pela Secretaria Municipal de Saúde serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde deverá estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e

determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.8. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico 003/2016.

2.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico 003/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar as presentes disposições.

2.12. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.13. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor José Romeu Ehlke, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

J. R. Ehlke & Cia Ltda
Empresa Detentora da Ata
Testemunhas:

ATA 132/2016

ATA 132/2016

Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 127/2016 – Registro de Preços, Pregão Presencial 064/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 04.489.202/0001-08, sita a Rua Emílio Vescovi, nº 153, Bairro Santa Tereza, município de Videira, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.560-000, Telefone (49) 3566-7093, representado neste ato pelo Sr. Paulo Junior Alves, inscrito no CPF sob o número 387.125.719-20. Registro de Preços para aquisição de uniformes para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Porto União, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
1	1.855	UN	CAMISSETAS: tecido poliviscose, manga curta, cor branca, com decote redondo, com estampa na parte da frente e atrás, sendo as estampas em até 4 cores na frente e 2 cores atrás, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 8,50	R\$ 15.767,50
2	45	UN	CAMISETA POLO MOTORISTAS: tecido piquet, manga curta, na cor azul marinho, com bolso externo na lateral esquerda superior com bordado do logo da Secretaria Municipal da Saúde, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 18,99	R\$ 854,55
11	60	UN	COLETES AGENTE DE SAÚDE: tecido brim leve 100% algodão (tecido fino); cor azul puro; bordado em branco na lateral esquerda superior "AGENTE SAÚDE"; bordado na lateral direita superior logo da Secretaria Municipal da Saúde; nas costas bordado em branco "AGENTE SAÚDE" e embaixo logo SUS, bolso externo nas laterais inferiores com fechamento em velcro, fechamento do colete com zíper na cor preta, cós com elástico.	R\$ 32,50	R\$ 1.950,00

12	06	UN	JAQUETA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: tecido tadel fino, cor verde bandeira, com gola tipo polo, com bolsos transversais nas laterais inferiores – fechamento com zíper, fechamento da jaqueta com zíper cor preto, bordado na lateral esquerda superior o logo da Secretaria Municipal da Saúde, bordado na lateral direita superior o logo da Prefeitura de Porto União, nas costas bordado em branco "VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA", faixa branca no meio do corpo, cós com elástico. OBS: IGUAL COLETE	R\$ 60,00	R\$ 360,00
13	06	UN	COLETE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA: tecido tadel fino, cor verde bandeira, com bolsos transversais nas laterais inferiores – fechamento com zíper cor preto, fechamento do colete com zíper cor preto, bordado na lateral esquerda superior o logo da Secretaria Municipal da Saúde, bordado na lateral direita superior o logo da Prefeitura de Porto União, nas costas bordado em branco "VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA", faixa branca no meio do corpo, cós com elástico, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 30,00	R\$ 180,00
14	09	UN	CAMISETA POLO VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA: tecido piquet, manga curta, na cor branca, bordado o logo da Secretaria Municipal da Saúde na lateral esquerda superior, nas costas bordado "VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA" na cor verde bandeira, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 20,00	R\$ 180,00
15	12	UN	CAMISETA VIGILANCIA AMBIENTAL: tecido poliviscose, manga curta, cor preta, com decote redondo, estampado o logo da bandeira do Brasil na lateral superior esquerda, estampado o logo da bandeira de Santa Catarina na lateral superior direita, nas costas estampado "VIGILÂNCIA AMBIENTAL" na cor branca, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 8,95	R\$ 107,40
16	15	UN	COLETE VIGILANCIA AMBIENTAL: tecido tadel fino, cor preto, com bolsos transversais nas laterais inferiores – fechamento com zíper cor preto, fechamento do colete com zíper cor preto, bordado logo da bandeira do Brasil na lateral superior esquerda, bordado o logo da bandeira de Santa Catarina na lateral superior direita, nas costas bordado em branco "VIGILÂNCIA AMBIENTAL", faixa vermelha e branca no meio do corpo, cós com elástico, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 30,00	R\$ 450,00
17	08	UN	CAMISETA POLO VIGILANCIA SANITÁRIA: tecido piquet, manga curta, na cor branca, bordado o logo da Vigilância Sanitária na lateral esquerda superior, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 20,00	R\$ 160,00
18	04	UN	COLETE VIGILANCIA SANITÁRIA: tecido tadel fino, cor verde bandeira, com bolsos transversais nas laterais inferiores – fechamento com zíper cor preto, fechamento do colete com zíper cor preto, bordado na lateral esquerda superior "VIGILÂNCIA SANITÁRIA" na cor branca, bordado na lateral direita superior o logo da Prefeitura de Porto União e logo abaixo "FISCALIZAÇÃO" na cor branca, nas costas bordado em branco "VIGILÂNCIA SANITÁRIA", cós com elástico, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 30,00	R\$ 120,00
20	36	UN	CAMISETA SAMU: tecido poliviscose, manga curta, cor azul marinho, com decote redondo, com logo do SAMU 192 estampado na lateral esquerda superior, nos tamanhos P, M, G, GG e EXG.	R\$ 15,90	R\$ 572,40
27	06	UN	JAQUETA VIGILANCIA AMBIENTAL: tecido nylon, cor preto, com gola tipo polo, com bolsos transversais nas laterais inferiores – fechamento com zíper cor preto, fechamento da jaqueta com zíper cor preto, bordado logo da bandeira do Brasil no braço esquerdo, bordado o logo da bandeira de Santa Catarina no braço direito, bordado logo da Secretaria de Saúde na lateral direita superior, nas costas bordado em branco "VIGILÂNCIA AMBIENTAL", faixa vermelha e branca no meio do corpo, cós e punho com elástico, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 110,00	R\$ 660,00

Valor Total: R\$ 21.361,85 (vinte e um mil trezentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos)

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 127/2016, Pregão Presencial 064/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.
- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.
- 2.2. O Órgão Gerenciador efetuara seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 064/2016.
- 2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 064/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.
- 2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a execução do serviço, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.
- 2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.
- 2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.
- 2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.
- 2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2.9. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.
- 2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 064/2016.
- 2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 127/2016, Pregão Presencial 064/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.
- 2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.
- 2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Paulo Junior Alves, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 133/2016

ATA 133/2016

Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 127/2016 – Registro de Preços, Pregão Presencial 064/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União, neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA: Backes Confecções Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Backes Confecções Ltda – EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 01.570.669/0001-81, sita a Rua Alwin Wachholz, nº 860, Bloco B, Bairro Itoupava Central, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.069-020, Telefone (47) 3339-4912, representado neste ato pelo Sr. Mario Viro Backes, inscrito no CPF sob o número 551.342.629-34.

Registro de Preços para aquisição de uniformes para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Porto União, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
3	35	UN	COLETE ADMINISTRATIVO: tecido oxford, decote V com gola dobrável, sem manga, cor preto, fechamento com botão cor preto na parte da frente, bordado o logo da Secretaria Municipal da Saúde na lateral esquerda superior, bolso interno nas laterais inferiores, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG, nos modelos masculino e feminino.	R\$ 26,00	R\$ 910,00
4	12	UN	COLETE CAPS: tecido oxford, decote V com gola tipo polo, sem manga, cor preto, fechamento com botão cor preto na parte da frente, bordado o logo da Secretaria Municipal da Saúde na lateral esquerda superior, bordado na cor branca o logo do CAPS na lateral direita superior, bolso interno nas laterais inferiores, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG, nos modelos masculino e feminino.	R\$ 29,00	R\$ 348,00
5	08	UN	COLETE FUNCIONÁRIOS FARMÁCIA: tecido oxford, decote V com gola tipo polo, sem manga, cor azul marinho, fechamento com botão cor azul marinho na parte da frente, bordado o logo da Secretaria Municipal da Saúde na lateral esquerda superior, bolso interno nas laterais inferiores, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG, nos modelos masculino e feminino.	R\$ 29,00	R\$ 232,00
6	02	UN	COLETE FARMACEUTICA: tecido oxford, decote V com gola tipo polo, sem manga, cor branco, fechamento com botão cor branco na parte da frente, bordado o logo da Secretaria Municipal da Saúde na lateral esquerda superior, bolso interno nas laterais inferiores, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG, modelo feminino	R\$ 29,99	R\$ 59,98
7	35	UN	JALECO SERVIÇOS GERAIS: tecido oxford, manga curta, cor cinza chumbo, fechamento com botão cor cinza chumbo na parte da frente, bordado o logo da Secretaria Municipal da Saúde na lateral esquerda superior, bolso externo nas laterais inferiores, detalhe (tarja de aproximadamente 2 cm) em cinza claro na parte superior dos bolsos e na barra da manga, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG.	R\$ 29,90	R\$ 1.046,50
8	16	UN	JALECOS ENFERMEIROS: tecido oxford, cor branca, com gola tipo polo, manga comprida dobrável com regulagem (arregaçador de manga), fechamento com botão branco de pressão na parte da frente, bolso externo na lateral esquerda superior com bordado do logo da Secretaria Municipal da Saúde, bolso externo nas laterais inferiores, detalhe (tarja de aproximadamente 2 cm) na cor verde oliva na parte superior dos bolsos e no punho, gola e cinto inteiro na cor verde oliva, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG, nos modelos masculino e feminino.	R\$ 32,00	R\$ 512,00
9	230	UN	JALECOS MÉDICOS, TÉCNICOS, NASF: tecido oxford, cor branca, com gola tipo polo, manga comprida dobrável com regulagem (arregaçador de manga), fechamento com botão transparente na parte da frente, bolso externo na lateral superior esquerda com bordado do logo da Secretaria Municipal da Saúde, bolso externo nas laterais inferiores, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG, nos modelos masculino e feminino.	R\$ 28,90	R\$ 6.647,00
10	30	UN	JALECOS ODONTOLOGIA: tecido oxford, cor branca, gola padre, manga comprida com ribana no punho, fechamento com botão transparente na parte da frente, bolso externo na lateral esquerda superior com bordado do símbolo da Secretaria Municipal da Saúde, bolso externo nas laterais inferiores, detalhe (tarja de aproximadamente 2 cm) na cor bordo na parte superior dos bolsos, gola e cinto inteiro bordo, nos tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG, nos modelos masculino e feminino.	R\$ 28,90	R\$ 867,00

19	24	UN	MACACÃO SAMU: tecido ripstop; cor azul marinho; na frente lateral esquerda superior bordado logotipo do SAMU 192 no tamanho 9 cm x 12 cm; na manga esquerda bordado bandeira do Brasil no tamanho 9 cm x 12cm; na manga direita bordado bandeira de Santa Catarina no tamanho 9 cm x 12 cm; nas costas bordado do SAMU 192 no tamanho 14 cm x 18 cm, nos tamanhos P, M, G, GG e EXG.	R\$ 199,00	R\$ 4.776,00
21	24	UN	CALÇA SAMU: tecido ripstop, cor azul marinho, 1/2 cós e 1/2 elástico - fechamento com zíper e botão de pressão metálico - passantes para cinto, 2 bolsos traseiros com fechamento em velcro, 2 bolsos frontal para descanso, 2 bolsos nas pernas fechamento em velcro, faixa refletiva de 5 cm, faixas de 1,5 cm nas cores laranja e vermelha, bojo protetor nos joelhos, nos tamanhos P, M, G, GG e EXG.	R\$ 84,50	R\$ 2.028,00
22	24	UN	JAQUETA SAMU: tecido tactel forrada com matelassê; cor azul marinho; bordado logotipo do SAMU 192 na frente lateral superior esquerda no tamanho 9 cm x 12 cm; na manga esquerda bordado bandeira do Brasil no tamanho 9 cm x 12cm; na manga direita bordado bandeira de Santa Catarina no tamanho 9 cm x 12 cm; nas costas bordado do SAMU 192 no tamanho 14 cm x 18 cm; faixa refletiva de 5 cm; faixa vermelha e laranja nas mangas de 2,5 cm; elástico na cintura e nos punhos de 3 cm; gola tipo polo; fechamento em zíper com lapela para proteção do zíper; dois bolsos na transversa, tamanhos P, M, G, GG e EXG. Modelo abaixo:	R\$ 109,50	R\$ 2.628,00
23	12	UN	CAPA DE CHUVA SAMU: confeccionada em nylon emborrachado azul marinho; impermeabilizada; com logo do SAMU 192 bordado nas costas no tamanho 14 cm x 18 cm e bordado na frente lateral superior esquerda no tamanho de 9 cm x 12 cm; capuz ajustável com barbante; tarjas refletivas de 5 cm na frente, nas costas e na manga; bolso com tampa, fechamento em velcro, embaixo dos dois lados; ajuste dos punhos com elástico; calça com elástico na cintura e ajuste com velcro na barra, nos tamanhos P, M, G, GG e EXG.	R\$ 151,00	R\$ 1.812,00
24	24	UN	BOTINA CANO CURTO: *material: couro impermeável *solado: borracha de alta de resistência colado e costurado *forro: acolchoado *cadarço: poliéster de alta resistência a tração, confeccionado com 134 fios *palmilha: EVA de alta resiliência e performance, forrada com tecido atalhado com alto poder de absorção e dessorção do suor numeração do 34 ao 48	R\$ 236,00	R\$ 5.664,00

Valor Total: R\$ 27.530,48 (vinte e sete mil quinhentos e trinta reais e quarenta e oito centavos)

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 127/2016, Pregão Presencial 064/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 064/2016.

2.3. As condições de entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 064/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a execução do serviço, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.8. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada

a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.9. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.10. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.11. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 064/2016.

2.12. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 127/2016, Pregão Presencial 064/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.13. As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Mario Viro Backes, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Backes Confecções Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO 051/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 051/2016 – EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.

Objeto: Aquisição de material escolar.

Valor Total: R\$ 9.717,50 (nove mil setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

Vigência: Até 31/12/2016.

Base legal: Pregão Presencial 009/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 052/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 052/2016 – EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Mercado Koserá Ltda - ME.

Objeto: Aquisição de material escolar.

Valor Total: R\$ 1.025,90 (um mil e vinte e cinco reais e noventa centavos).

Vigência: Até 31/12/2016.

Base legal: Pregão Presencial 009/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Mercado Koserá Ltda - ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 053/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 053/2016 – EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME.

Objeto: Aquisição de material escolar.

Valor Total: R\$ 4.024,20 (quatro mil e vinte e quatro reais e vinte centavos).

Vigência: Até 31/12/2016.

Base legal: Pregão Presencial 009/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 03 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Luis Kaminski - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 054/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 054/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Recier José Gregório - ME.
Objeto: Aquisição de material escolar.
Valor Total: R\$ 17.263,05 (dezesete mil duzentos e sessenta e três reais e cinco centavos).
Vigência: Até 31/12/2016.
Base legal: Pregão Presencial 009/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 03 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Recier José Gregório - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 055/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 055/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI - ME.
Objeto: Aquisição de material escolar.
Valor Total: R\$ 9.062,90 (nove mil e sessenta e dois reais e noventa centavos).
Vigência: Até 31/12/2016.
Base legal: Pregão Presencial 009/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 03 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 056/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 056/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e M Móbile EIRELI - EPP.
Objeto: Aquisição de material escolar.
Valor Total: R\$ 1.740,90 (um mil setecentos e quarenta reais e noventa centavos).
Vigência: Até 31/12/2016.
Base legal: Pregão Presencial 009/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 03 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
M Móbile EIRELI - EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 057/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 057/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Vinicius Guilherme dos Santos Informática - ME.
Objeto: Aquisição de material escolar.
Valor Total: R\$ 5.767,80 (cinco mil setecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).
Vigência: Até 31/12/2016.
Base legal: Pregão Presencial 009/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 03 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Vinicius Guilherme dos Santos Informática - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 058/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 058/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.
Valor Total: R\$ 13.291,13 (treze mil duzentos e noventa e um reais e treze centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 059/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 059/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.
Valor Total: R\$ 6.225,00 (seis mil duzentos e vinte e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Luis Kaminski - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 060/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 060/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Eder Carlos dos Santos Batista - ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.
Valor Total: R\$ 2.766,50 (dois mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 010/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Eder Carlos dos Santos Batista - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 061/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 061/2016 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Luiz Fernando Cunha Grenier – ME.
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e equipamentos elétricos.
Valor Total: R\$ 5.772,25 (cinco mil setecentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Luiz Fernando Cunha Grenier – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 179/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 179/2016
Partes: Município de Porto União e Valmor Ciotta - ME.
Objeto: Fornecimento de 500 (quinhentas) refeições para os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor Total: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 010/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Valmor Ciotta - ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 180/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 180/2016
Partes: Município de Porto União e Linck Máquinas S.A.
Objeto: Aquisição de óleo para eixos e discos de freio para a moto-niveladora marca Volvo, modelo 960G.
Valor Total: R\$ 7.555,74 (sete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).
Vigência: Até 31/12/2016.
Base legal: Dispensa de Licitação 031/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Linck Máquinas S.A.
Contratada.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 062/2016 – Registro de Preços
Pregão Eletrônico 003/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda,
Altermed Material Médico Hospitalar Ltda,
Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda,
Olimed Material Hospitalar Ltda,
Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial EIRELI,
Delta Shop Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda,
La Dalla Porta Junior – EPP,
Metromed Com. de Material Médico Hospitalar Ltda,
Produvale Produtos Hospitalares Ltda e
J. R. Ehlke & Cia Ltda.
Porto União SC, 02 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 021/2016 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 009/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME,
Mercado Kosera Ltda – ME,
Luis Kaminski – ME,
Recier José Gregório – ME,
Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI – ME,
M Móbile EIRELI – EPP e
Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.
Porto União SC, 03 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 022/2016 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 010/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME,
Luis Kaminski – ME,
Eder Carlos dos Santos Batista – ME e
Luiz Fernando Cunha Grenier – ME.
Porto União SC, 05 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 063/2016 - CARONA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 124/2016 - CARONA
Pregão Presencial 063/2016 – Registro de Preços
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Mecânica Marjovan Ltda – EPP e
Kozakiewicz Auto Elétrica Ltda - ME.
Porto União SC, 01 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 064/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 127/2016 – Registro de Preços
Pregão Presencial 064/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda – EPP e
Backes Confecções Ltda – EPP.
Porto União SC, 05 de agosto de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 224/2016

RESOLUÇÃO Nº 224/2016

Ementa: “Dispõe sobre a autorização para doação de veículo pertencente à Câmara de Vereadores ao Município de Porto União, conforme específica.”

A Mesa Diretora, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Porto União/SC, a doar (devolver) ao Município de Porto União/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.541/0001-58, o veículo Marca I/VW BORA, GASOLINA, cor Prata, Placa MGN 2749, Chassi 3VWSH49M59M614290, RENAVAL 119055066, ano de Fabricação 2008, modelo 2009, Categoria Oficial, da Câmara Municipal de Porto União, utilizado pelo Poder Legislativo.

Art. 2º - A entrega do veículo ocorrerá por meio de termo de doação a ser assinado pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º - Promova-se a baixa do mesmo do patrimônio da Câmara Municipal.

Art. 4º - Integra a presente, Minuta de Termo de Doação e entrega de veículo.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 16 de agosto de 2016.

Alceu Jung	Almir Olimpio Borini
Presidente	Vice - Presidente
Osmar Alves Martins	Gildo Luiz Masselai
1º Secretário	2º Secretário

Pouso Redondo

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO 10/2016 - PE MATERIAS ODONTOLOGICOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Pouso Redondo, SC, através de FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 08:30 horas do dia 01/09/2016, o edital para a realização de licitação para AQUISICAO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA CONSUMO NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO/SC, CFE ANEXO I. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 18 de agosto de 2016.

LAERTE DA SILVEIRA

Ordenador de Despesas

Presidente Nereu

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 26/2016

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO 26/2016

O objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS, PLACAS MKC 6285.

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através do 56/2016, Homologo nesta data, a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do - Pregão nº. 26/2016, o participante:

Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
AUTO MECANICA SCHAUFELBERGER LTDA	00001	1,00000	UN	7.800,0000	7.800,00
AUTO MECANICA SCHAUFELBERGER LTDA	00002	1,00000	UN	60,0000	60,00
AUTO MECANICA SCHAUFELBERGER LTDA	00003	1,00000	UN	148,0000	148,00
AUTO MECANICA SCHAUFELBERGER LTDA	00004	1,00000	JOGO	548,0000	548,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, 18 de agosto de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

LEI 1500/2016

LEI Nº 1500/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS COM AS "COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (07 DE SETEMBRO)" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas com as comemorações do "DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL – 07 DE SETEMBRO" no município de Presidente Nereu – SC, até o limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 2º As despesas decorrente da aplicação da presente Lei Municipal correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 18 de agosto de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1501/2016

LEI Nº 1501/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA COMO ESPECIFICA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ANULAR no orçamento do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA, o valor de R\$ 19.441,05 (Dezenove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinco centavos), nas seguintes Modalidades de Aplicação:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA

09.001.008.241.1603.2005 – Manutenção Escola de Esporte

31.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas R\$. 5.000,00

33.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas R\$. 13.441,05

44.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas R\$. 1.000,00

TOTAL R\$ 19.441,05

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a SUPLEMENTAR no orçamento do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA o valor de R\$ 19.441,05 (Dezenove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA

09.001.008.241.1603.2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

31.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas R\$. 5.000,00

33.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas R\$. 13.441,05

44.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas R\$. 1.000,00

TOTAL R\$ 19.441,05

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 18 de agosto de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 108, DE 18/08/2016

PORTARIA Nº. 108, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE BENEFÍCIO À SERVIDORA MUNICIPAL LACTANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, artigo 11, § 2º. da Lei Complementar nº. 021 de 30 de Dezembro de 2014 e demais legislações vigentes:

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária pública municipal, Sirlei Rubin, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, portadora do CPF sob o nº. 086.967.369-66, do quadro de pessoal em caráter temporário do Município, o benefício constante no artigo 11 da Lei Complementar nº. 021 de 30 de Dezembro de 2014, denominado Benefício à Lactante, o qual assegura à servidora ausentar-se do serviço em até 02 (duas) horas diárias até sua filha completar 06 (seis) meses de idade, conforme requerimento em anexo. O benefício será válido até a data de 21.09.2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 18 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 109, DE 18/08/2016

PORTARIA Nº. 109, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA DE FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VI, IX e XX, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal; combinado com a Lei Complementar 21 de 30 de Dezembro de 2014, Art. 18 § Único; mais as orientações do TC/SC, contidas nos prejudgados 1.961, 1.265, 1.138 e 1.432 e ata nº 003, 004 e 005/2016, de 12, 15 e 17 de Agosto de 2016, respectivamente.

RESOLVE

Art. 1º. Fica alterada, temporariamente, a carga horária da Professora de Ensino Fundamental Habilitada Deisi Cristina da Silva Rockenbach, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Mundo Novo, Interior, Município de Dionísio Cerqueira, portadora do CPF nº. 079.270.419-32, classificado em 18º lugar no Edital de Processo Seletivo nº 002/2015, para atuar na Escola Pública Municipal Renascer, turno vespertino, a partir de 18 de Agosto de 2016.

Parágrafo único. Para a execução deste artigo, fica alterada temporariamente a carga horária de 20 horas semanais, estabelecido pelo Decreto nº. 124, de 04 de Julho de 2016, para 40 horas semanais. A nomeação para 5º. matutino perdurará até 28 de Setembro de 2016 e a presente alteração, 4º. ano vespertino perdurará até o final do ano letivo de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de Agosto de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
18 de Agosto de 2016.

Oli do Nascimento,

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 110, DE 18/08/2016

PORTARIA Nº. 110, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, a servidora abaixo relacionada, na data conforme segue:

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Laura Costa Curta	Farmacêutico	07/07/2015 a 06/07/2016	01/09/2016 a 30/09/2016

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.09.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 18 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 111, DE 18/08/2016

PORTARIA Nº. 111, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, ao servidor abaixo relacionado, na data conforme segue:

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Gilberto Fávero	Agente de Apoio Operacional	17/09/2014 a 16/09/2015	05/09/2016 a 04/10/2016

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05.09.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 18 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 13/07/2016

Aos treze dias do mês de julho de 2016, na Sala de Reuniões da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; II – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; III – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; IV – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes; e V – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda: José Luiz do Nascimento. Aberta a audiência, a Secretária fez a leitura da ata da Reunião anterior, a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros. Em ato contínuo, os Relatores iniciaram a leitura dos Processos de Isenção, apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam o voto do Relator, tanto para os Processos DEFERIDOS, quanto para os Processos INDEFERIDOS, vejamos:

Nº DO PROCESSO	BENEFICIADO	PROCURADOR	RELATOR	VOTO
1995/2016	DORVAL VINCENTIN	-	ANA PAULA NUNES	DEFERIDO
2718/2016	OSNI KESKE	-	ANA PAULA NUNES	DEFERIDO
2277/2016	SANTO MARTINHO JACINTO	-	ANA PAULA NUNES	DEFERIDO
1748/2016	BERTOLDO REICH	-	ANA PAULA NUNES	DEFERIDO
2697/2016	RITA DE CASSIA MOREIRA PIETRO	-	ANA PAULA NUNES	DEFERIDO
737/2016	SANTINA SUCATELI	-	ANA PAULA NUNES	DEFERIDO
2158/2016	MILITA SCHLICKMANN	-	ANA PAULA NUNES	DEFERIDO
2134/2016	VENERANDA CONZATTI	-	ANA PAULA NUNES	DEFERIDO
7086/2016	ADOLFO BRUSQUE	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
1200/2016	HAROLD MOHR	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2429/2016	OLIRIO ILDENFONSO PITZ	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
242/2016	WALMOR PERON	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
1214/2016	JACY GOMES DOS SANTOS	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
7001/2016	ZENITA APARECIDA DA ROSA	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
919/2016	OLINDA TOMAZONI	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
586/2016	ALFREDO SALLA	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
996/2016	MARLISE MASSON	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2678/2016	SUSELEIDE DA CUNHA	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2865/2016	WIVIANI ZEFERINO	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2557/2016	SIMONE FIGUEREDO	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2124/2016	MARLI TEREZINHA DA SILVA	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
1262/2016	MADALENA DE SOUZA E MARIA GORETE DE SOUZA	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2598/2016	PEDRO BRAZ LANA	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2083/2016	ALCEBIADES MEIER	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2436/2016	ZILDA MACHADO GAZETI	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2181/2016	MILCA DE SOUZA REINERT	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
385/2016	NORMA SASSE	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
428/2016	ORLANDO SEGUNDO PISETTA	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
609/2016	ELZA ARNOLD	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2162/2016	IRIA BOSS	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
1321/2016	MARIA MONDINI	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
775/2016	UDO WACHHOLZ	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
1950/2016	JOSIMAR MAYER	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2339/2016	ARY ADOLFO FRANCA	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
1618/2016	LUIS CARLOS HILHESHEIM	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
7080/2016	ANELITA ARCENO	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2084/2016	RAIMUNDO LUCHTEMBERG	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
7026/2016	MAXIMILIANO PINCEGHER	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2914/2016	CECILIA DA CRUZ	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
1446/2016	IRIA TERESA HILLESHEIM	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
2151/2016	JOSIANE TOASSI	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
1295/2016	EVALDO MEURER	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
306/2016	ELAINE FRONZA CONZATTI	-	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO

2625/2016	ANA ROPELATO	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
2388/2016	GEMA MEDEIROS PEREIRA	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
3114/2016	JOANA SCHARPF FERNANDES	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
1530/2016	RAISSA GARCIA CENSI	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
7136/2016	VALIRIA DA SILVA HOLZER	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
7006/2016	SIRLENE DE LIZ	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
3010/2016	ARTUR SALLA	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
614/2016	GEREMIAS BALDO	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
579/2016	IVO AMORIM	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
2015/2016	REGINALDO DE ANDRADE	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
1298/2016	IRIO DOS SANTOS BLAU	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
1396/2016	IRLENE MARIA ZEFERINO	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
1379/2016	FRANCISCO DE ASSIS SILVEIRA RAMOS	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
2353/2016	ELENIRCE SALLA	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
2184/2016	ARMANDO LENZI	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
2425/2016	ARGEMIRO RAMPELOTTI	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
2881/2016	FABIANA GOMES	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
938/2016	LUIS AVI	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
808/2016	DOMITILA MACHADO	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
3015/2016	LEONETE FERRARI DOS SANTOS	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
2231/2016	ROSELY HECKMANN	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
2946/2016	EDUARDO JOSE HILLESHEIM	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
321/2016	ALFREDO PANDINI	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
6979/2016	ARNALDO ROBERTO JASPER	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
7070/2016	ELISABETH MARIA FERRARI	-	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
2272/2016	PEDRO HAEINZ	-	ANA PAULA NUNES	INDEFERIDO
2926/2016	VIGOLDO HARBS	-	ANA PAULA NUNES	INDEFERIDO
2058/2016	GUIOMAR MARIA VICENTIM CARPES	-	ANA PAULA NUNES	INDEFERIDO
2051/2016	VILMA MARIA CIMARDI	-	ANA PAULA NUNES	INDEFERIDO
2771/2016	CATIARA DE SOUZA	-	ANA PAULA NUNES	INDEFERIDO
2833/2016	DOMICILIA DA SILVA	-	ANA PAULA NUNES	INDEFERIDO
3134/2016	ETMEA LUNELLI	-	ANA PAULA NUNES	INDEFERIDO
2098/2016	ELIANE CLARICE DOLZAN	-	ANA PAULA NUNES	INDEFERIDO
2451/2016	VANIR CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO	-	ANA PAULA NUNES	INDEFERIDO
2005/2016	MARIA RODRIGUES FANTON	-	JONNY SCHMIDT	INDEFERIDO
5908/2016	MIRIAM BUSCHERMOEHLE	-	JONNY SCHMIDT	INDEFERIDO
736/2016	TEREZINHA ROSALIA FILAGRANA HARTMANN	-	JONNY SCHMIDT	INDEFERIDO
3126/2016	SANDRA REGINA BERLANDA FORMENTIN	-	JONNY SCHMIDT	INDEFERIDO
2040/2016	IVANILDE SCHWAMBACH	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
3125/2016	AROLD BERLANDA	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
7010/2016	SANDRA LUZIA CENSI	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
2432/2016	JOANA PAULA KUHLE DE CAMPOS	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
1942/2016	MARIA LUCIA VOIGT	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
6967/2016	DORINHA PEREIRA	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
354/2016	HAROLDO JOAO GASPAR	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
302/2016	HELIO AMORIM	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
2505/2016	TEREZINHA FRONZA	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
2012/2016	LEONITA GONÇALVES	-	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO

Findo a leitura dos Processos, o Presidente solicitou que a Secretária providencie a Notificação dos Processos Indeferidos. Na sequência, houve a entrega de novos Processos de Isenção, por parte dos Relatores, à Secretária, restando ao Presidente agendar uma Reunião para Julgamento desses novos Processos, ficando a mesma, marcada para o dia 16 de agosto de 2016, às 9h, na Sala da Procuradoria Municipal. Os Processos entregues nesta data foram:

Nº DO PROCESSO	BENEFICIÁRIO	RELATOR
7103/2016	EVA KUBIACK CLAUBERG	ANA PAULA NUNES
7133/2016	ORLANDO ROSA	ANA PAULA NUNES
6992/2016	DALVA SALETE DE SOUZA	ANA PAULA NUNES
6991/2016	TERESINHA PEREIRA	ANA PAULA NUNES
2145/2016	WILMAR KLAUBERG	ANA PAULA NUNES
2593/2016	MANOEL FERNANDES CAMARGO	ANA PAULA NUNES
2585/2016	ELIANE SOARES DOS SANTOS	ANA PAULA NUNES

2409/2016	ROLF ERN	ANA PAULA NUNES
2210/2016	MARIA ANTONIA MOREIRA	ANA PAULA NUNES
2546/2016	TANIA CRISTINA BRUDA	ANA PAULA NUNES
536/2016	DARCI APOLINARIO	ANA PAULA NUNES
767/2016	JANELSON ROMARIO NUNES	ANA PAULA NUNES
6968/2016	MARIA ILICE CAMASSOLA	JONNY SCHMIDT
556/2016	BENTA BATISTA	JONNY SCHMIDT
1086/2016	MARLI PINTO DA SILVA SCOZ	JONNY SCHMIDT
850/2016	ALVINA FERREIRA	JONNY SCHMIDT
818/2016	TEREZINHA WASKIEWICZ	JONNY SCHMIDT
453/2016	IRACY MARCELINO	JONNY SCHMIDT
455/2016	JOSE DOS SANTOS	JONNY SCHMIDT
726/2016	JOSE ODARI VAVASSORI	JONNY SCHMIDT
2410/2016	TERESINHA WESTPHAL	JONNY SCHMIDT
2137/2016	HILDA SCHMIDT	JONNY SCHMIDT
852/2016	INES DA COSTA	JONNY SCHMIDT
2310/2016	DORACI TOBIA	JONNY SCHMIDT
0238/2016	LILIAN REGINA BELINO	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2699/2016	MARIA SALETE RUBO DA SILVA	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
3030/2016	JOSÉ MARIA AMARANTE CONSTANTE	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2116/2016	CLAUDIO JOSÉ DA SILVA	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1754/2016	LEILA DE SOUZA	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1451/2016	DILMA AUGUSTA CORADELLI	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1609/2016	ALVORACI DE ANDRADE	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2216/2016	REINALDO KLAMBERG	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1863/2016	ALBERTINO MARCELINO	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
3022/2016	ELZA FANTON	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1780/2016	MÔNICA MACHADO	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1737/2016	OSMAR MUTSCHLER	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2960/2016	SEVERINO CARDOSO	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2358/2016	JERONIMO SEBERINO DE SOUZA	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1509/2016	EDULINO SCHROEDER	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1686/2016	ELENIR PRIM	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1738/2016	MARLENE HASSI	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
1685/2016	REGINA LEICHT	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2929/2016	BERNARDO JOSÉ NEVES	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2708/2016	LURDES DE FÁTIMA DA SILVA	JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
2440/2016	INDIANARA FRONZA	RONALDO DA ROCHA
3206/2016	MARIA ROSANA DE MELO	RONALDO DA ROCHA
2791/2016	ANTONIO REIS	RONALDO DA ROCHA
2401/2016	NEUSA APARECIDA MIRANDA	RONALDO DA ROCHA
491/2016	NICOLAU PROCOPIO COELHO	RONALDO DA ROCHA
2386/2016	ROSANA TERESINHA DA SILVA PORTO	RONALDO DA ROCHA
1068/2016	SANTO TOME COMPER	RONALDO DA ROCHA
617/2016	OLIVERIO DE SOUZA	RONALDO DA ROCHA
1310/2016	JOSE MACHADO DA SILVA	RONALDO DA ROCHA
507/2016	OSNI JOSE CORREA	RONALDO DA ROCHA
537/2016	ANA MARIA GARCIA NEVES	RONALDO DA ROCHA
650/2016	LUIZ JOSE ANACLETO	RONALDO DA ROCHA
722/2016	ANICE TEIXEIRA SCHWAMBACH	RONALDO DA ROCHA

Após a entrega dos Protocolos à Secretária, com a ausência do membro Jaison, restou por não se saber se o mesmo já havia providenciado o formulário – tipo check list – o qual deverá ser preenchido pelo requerente, quando do ato da solicitação de isenção, assim sendo, o membro Jonny e o membro Ronaldo, se incumbiram de verificar a situação e, se necessário, iniciarem a formulação do documento, para a posterior aprovação dos demais membros. Eis que, assim que o formulário estiver confeccionado, será reunida a equipe de atendentes do Departamento de Arrecadação para devidas orientações. O membro Jonny, lembrou à Secretária, de que todos os processos de isenção cancelados pela Comissão, deverão ter o campo “Indefere Isenção - Comissão de análise e revisão”, do cadastro imobiliário alterado para a situação: “Sim”. Ainda, o Presidente sugeriu que se complementasse o Regimento Interno da Comissão, a fins de se incluir um Inciso ou Parágrafo, que possibilite ao Requerente, solicitar reconsideração ao indeferimento de plano, votado pelo relator e acompanhado pelos demais pares, sugestão esta, que se levará ao Membro Jaison, o qual representa a Procuradoria Jurídica, para análise. Por conseguinte, o Presidente solicitou um relatório dos processos julgados, para apresentação ao Prefeito, dos trabalhos ora efetuados pela Comissão. Encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

Patricia Soares José Luiz do Nascimento Ana Paula Nunes Jonny Schmidt

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 26/07/2016

Aos vinte e seis dias do mês de julho de 2016, na Sala de Reuniões da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda: José Luiz do Nascimento; II – Advogado da Procuradoria Geral do Município: Jaison Fernando de Souza; III – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; IV – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; V – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; VI – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes. Aberta a sessão, o Presidente expôs os motivos da referida Reunião, eis que se necessitavam acertar alguns pontos para os quais se está encontrando dificuldades. O Primeiro ponto, seria a questão do atendimento aos Contribuintes que receberam o Ofício da Comissão, pois os Contribuintes estão se direcionando diretamente ao Membro Jonny e Ronaldo, em horário de expediente normal do Município, o que está atrapalhando os demais trabalhos para os quais os mesmos são designados. Portanto, o Presidente propõe que se estabeleça tipo uma “Central de Atendimento”, designando pessoa, local e horário para o atendimento desses Contribuintes. O Presidente disserta ainda sobre a maneira com a qual está fazendo a abordagem durante as vistorias, onde o mesmo declara que o mais eficiente é conversar diretamente com o Requerente, já o deixando ciente das possíveis obrigações posteriores para a apresentação de documentos ou os caminhos a serem adotados, caso já se tenha consciência do indeferimento do pleito. Assim, diante das dificuldades enfrentadas pelo Presidente para o atendimento dos Requerentes, o Membro Ana Paula Nunes se prontificou a fazer os atendimentos (proceder orientações), em dois dias na semana – terça-feira e quarta-feira – do horário das 9h às 12h, no Centro de Convivência da Terceira Idade, Rua Verde Vale, Nº 77, Bairro Santa Galo. O Membro Luiz colocou que se deveria elaborar um modelo de requerimento, também, para os processos de “Reconsideração”, processos estes que foram indeferidos de plano. Em ato contínuo, o Presidente solicitou à Secretária que, providenciasse uma melhoria no requerimento atual, de forma que o mesmo se adaptasse para o pedido de “Reconsideração”, bem como, que retire seu nome dos Ofícios, mantendo apenas “Presidente da Comissão”, para que não haja direcionamento imediato, de atendimento. Nada mais havendo o Presidente dá por encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

Patricia Soares José Luiz do Nascimento Ana Paula Nunes Jonny Schmidt

Jaison Fernando de Souza

DECRETO Nº 5471, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5471, de 12 de agosto de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2016, DE 21.07.16”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 064/2016 de 21.07.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 5471/2016

Pregão Presencial nº 064/2016, de 21.07.16

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4 E ENVELOPES TIMBRADOS PARA

TODAS AS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE.

Participante:

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP.

DECRETO Nº 5474, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5474, de 12 de agosto de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016 – FMS 12.08.16”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01.12.15 o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2016 FMS, de 18.07.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

NELO SLOMP ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5474/2016

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2016 FMS, de 12.07.16.

Objeto da Licitação: .AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Participante:

NELO SLOMP ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

NELO SLOMP ME.

DECRETO Nº 5475, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5475, de 12 de agosto de 2016.

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Carmela Suzana da Veiga Ferreira, Maristela Regina Balbinot, Marlise Fronza, Rafael Pacher e Sandra Aparecida Dela Justina para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo – Edital nº 002/2016 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Monitor Escolar, em caráter temporário.

Art. 2º - Além de Coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
12 de agosto de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5476, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5476, de 12 de agosto de 2016.

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Carmela Suzana da Veiga Ferreira, Maristela Regina Balbinot Marlise Fronza, Sandra Aparecida Dela Justina e Rafael Pacher para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo – Edital nº 001/2016 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Professor e Pedagogo, em caráter temporário.

Art. 2º - Além de Coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
12 de agosto de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5477, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5477, de 16 de agosto de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016 – FMS, DE 15.08.16”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01.12.15 o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2016 FMS, de 15.08.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME;
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI – ME;
PROHOSPITAL SUL LTDA;
TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP;
ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA – EPP;
IMPÉRIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA;
GILMAR SANI – ME – HENRIQUE DEPARTAMENTOS;
SANDRO VILMAR PIRES ME;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
16 de agosto de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5477/2016

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2016 FMS, de 15.08.16.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Participantes:

FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME;
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI – ME;
PROHOSPITAL SUL LTDA;
TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP;
ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA – EPP;
IMPÉRIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA;
GILMAR SANI – ME – HENRIQUE DEPARTAMENTOS;
SANDRO VILMAR PIRES ME;
LUIZ ANTONIO JUNCKES – ME;
LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI – ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME;
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
LOGITEX BRASIL COMERCIAL EIRELI – ME;
PROHOSPITAL SUL LTDA;
TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP;
ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA – EPP;
IMPÉRIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA;
GILMAR SANI – ME – HENRIQUE DEPARTAMENTOS;
SANDRO VILMAR PIRES ME;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME.

DECRETO Nº 5478, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5478, de 18 de agosto de 2016.

"DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DO FUNREBOM."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei nº 2.118/88 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para compor o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiro Militar – FUNREBOM, os seguintes membros:

a) GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

b) DAVI PEREIRA DE SOUZA
1º Tenente BM – Comandante Interino da 3ª Companhia
5º Batalhão de Bombeiro Militar

c) GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

d) JAMES OCÁCIO PRUST substitui RUBENS S. MENSLIN
Secretário Municipal de Fazenda

e) JEAN DOUGLAS SENEM Substitui FRANCISCO GOETTEN DE LIMA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

f) ALEX DETLEV OHF substitui CIRO JOSÉ CERUTTI
Presidente da ACIRS

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
18 de agosto de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
ROBERTO FREDERICO CAYE	XXX.270.699-XX	OFÍCIO Nº 36 – COMISSÃO IPTU
CORNELIO GALDINO PEDROSO	XXX.699.679-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 43 – COMISSÃO IPTU

Rio do Sul, 18 de agosto de 2016

PATRICIA SOARES
MEMBRO E SECRETÁRIA DA COMISSÃO

RONALDO DA ROCHA
MEMBRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO

Portaria Nº 0984/2016

PORTARIA Nº. 0984/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera a pedido, a servidora ANDREIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, sendo 18/08/2016 o último dia trabalhado, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

PREGÃO PRESENCIAL 005/2016-FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 005/2016 - FMAS

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para os usuários dos serviços da Assistência Social.
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 01/09/2016, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 01/09/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 15 de agosto de 2016
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

SIDO STREY
Secretário de Assistência Social

PREGÃO PRESENCIAL 070/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2016

OBJETO: Aquisição de colchonetes para atender as Unidades Infantis da municipalidade. Secretaria de Educação.
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 01/09/2016, às 12:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:45h do dia 01/09/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 15 de agosto de 2016
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

ELENIR HOLLER
Secretária de Educação.

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2015 - SAYONARA CHIQUETTI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SAYONARA CHIQUETTI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0942/RH de 08/08/2016, publicada em 17/08/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - DAYMA LIZ MACIEL

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DAYMA LIZI MACIEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0959/RH de 12/08/2016, publicada em 17/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - MAILA CRISTINA OTTANI**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MAILA CRISTINA OTTANI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0949/RH de 09/08/2016, publicada em 17/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - NEUSA RODRIGUES GONÇALVES**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) NEUSA RODRIGUES GONÇALVES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0960/RH de 12/08/2016, publicada em 17/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - SABRINA APARECIDA VILOTTI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SABRINA APARECIDA VILOTTI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0946/RH de 08/08/2016, publicada em 17/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CYBELLE DOERDERLEIN SOARES SCHLEMPER**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CYBELLE DOERDERLEIN SOARES SCHLEMPER, nomeado (a) pela Portaria n. 0764/RH, de 29/06/2016, publicada no DOM na data de 06/07/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Física, Nível IV, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 08/08/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0859/RH, de 14/07/2016, publicada no DOM na data de 21/07/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 15/08/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ANGELA CRISTINA COMPANHONI SMANIOTTO**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ANGELA CRISTINA COMPANHONI SMANIOTTO, nomeado (a) pela Portaria n. 0853/RH, de 14/07/2016, publicada no DOM na data de 20/07/2016, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 17/08/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 15 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - JANE APARECIDA DALLEPIANE**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JANE APARECIDA DALLEPIANE, nomeado (a) pela Portaria n. 0793/RH, de 05/07/2016, publicada no DOM na data de 08/07/2016, para exercer o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível F, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 09/08/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 08 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - MARCELA NOGUEIRA MEDEIROS**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARCELA NOGUEIRA MEDEIROS, nomeado (a) pela Portaria n. 0825/RH, de 08/07/2016, publicada no DOM na data de 13/07/2016, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 03/08/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 01 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - ROSIMEIRE DE SOUZA ALVES VITAL**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ROSIMEIRE DE SOUZA ALVES VITAL, nomeado (a) pela Portaria n. 0874/RH, de 25/07/2016, publicada no DOM na data de 01/08/2016, para exercer o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 15/08/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 08 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016

Prefeitura Municipal de Rio do Sul
Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul
Departamento de Licitações e Contratos

Aviso de Licitação

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 29/2016

Objeto: Aquisição parcelada de materiais e equipamentos para atender as necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Tipo: Menor preço por item

Entrega dos envelopes e abertura das propostas: Até o dia 31/08/2016, às 08:30 h.

Credenciamento e abertura da sessão de lances: às 10:00 h do dia 31/08/2016.

Local: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC.

O edital poderá ser obtido em horário comercial na Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul no endereço Rua Tiuti, 154 – Centro, Rio do Sul/SC 07:30 às 11:30 e 13:00 às 16:00 no departamento de licitações, por e – mail através do endereço luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou através do site: www.riodosul.sc.gov.br/

Garibaldi Antonio Ayroso
Prefeito Municipal

Rodrigo Duarte
Secretário Municipal de Saúde

Rio Fortuna

PREFEITURA

LIC 37 CV 06 MATERIAL CONSTRUÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 037/2016

CONVITE N° 06/2016

O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que realizará, no dia 26 de agosto de 2016, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, n° 730, centro, Licitação na modalidade CONVITE, sob a égide da lei sob n° 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo como objeto aquisição de materiais de construção para a Secretaria de Transportes e Obras. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal das 07horas as 13horas ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna, 19 de agosto de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 264/2016

PORTARIA Nº. 264/2016

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. TEREZINHA TERCI DOS SANTOS, pelo período de 17/08/2016 a 15/02/2017, totalizando 183 dias, conforme perícia médica parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 15 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 265/2016

PORTARIA Nº 265/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NONA VERGÍNIA

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 4º da Lei nº 1.282/2008 de 25 de março de 2008:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os representantes da unidade escolar para compor o Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Nona Vergínia, conforme abaixo:

1) Representante da supervisão de ensino ou da orientação educacional;

Titular: Marilde Delmoro Paganini

Suplente: Juliana Basso Ansiliero

2) Representante dos professores;

Titular: Marilda dos Santos Borgia

Suplente: Solange Ferranti

3) Representante dos servidores não docentes;

Titular: Cristiane Petry de Freitas

Suplente: Daniele dos Santos Monteiro

4) Representantes de pais, mães ou responsáveis legais de alunos;

Titular I: Cássio Marques de Valois

Suplente I: Tiago Bruxel

Titular II: Simone Pasin Borgia

Suplente II: Everton de Bastiani

Titular III: Ederson Antônio Barboza

Suplente III: Josimar de Freitas

Titular IV: Leonires Barichello

Suplente IV: Vanessa Vedana

Art. 2º. Os membros do conselho não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 18 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 266/2016

PORTARIA Nº 266/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA VEREADOR AVELINO BISCARO.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 4º da Lei nº 1.282/2008 de 25 de março de 2008:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os representantes da unidade escolar para compor o Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Básica Vereador Avelino Biscaro, conforme abaixo:

1) Representante da supervisão de ensino ou da orientação educacional;

Titular: Mônica Giacomini

Suplente: Elaine Maria Conte Biscaro

2) Representante dos professores;

Titular: Bruno De Paula Barboza

Suplente: Jovilde De Bastiani Fernandes

3) Representante dos servidores não docentes;

Titular: Sebastiana Alves Perão Pedroso

Suplente: Alexandre Debortoli

4) Representantes de pais, mães ou responsáveis legais de alunos;

Titular I: Patrícia Vedana De Bortoli

Suplente I: Marcelo De Bortoli

Titular II: Simônia Suldovski

Suplente II: Júlio César Kammer

5) Representantes dos alunos;

Titular I: Viviane De Bortoli Zancanaro

Suplente I: Beatriz Zamboni

Titular II: Pedro Henrique Cesca Borgia

Suplente II: Klaison Zanella

Art. 2º. Os membros do conselho não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva

nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 18 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO CV Nº 070/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 070/2016 – Carta Convite nº 070/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresas especializadas para locação de estruturas, serviços de sonorização e sistema de iluminação para a realização do III Festival Municipal de Folclore em Santa Rosa do Sul, a ser realizado entre os dias 07/09/2016 à 09/09/2016. Com recebimento da documentação e proposta até às 17h00min do dia 26 de Agosto de 2016, com abertura dos envelopes e julgamento às 16h00min do dia 29 de Agosto de 2016. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 16 de Agosto de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 091/2016 - DE 01 DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 091/2016 - DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal CLEDIANE GROLI MARMENTINI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CLEDIANE GROLI MARMENTINI, ocupante de cargo de PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO, com carga horária de 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 06 (seis) dias, ou seja, no período de 31 de julho de 2016 a 05 de agosto de 2016, conforme atestados médicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de agosto de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana

Assessor Jurídico/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 092/2016 - DE 03 DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 092/2016 - DE 03 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a Servidora Municipal CILDA MATTIA CASANOVA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA a servidora municipal CILDA MATTIA CASANOVA,

ocupante do cargo de Assistente Administrativa, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 03 (três) dias, ou seja, no período de 03 de agosto de 2016 a 05 de agosto de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 03 de agosto de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana

Assessor Jurídico/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 093/2016 - DE 04 DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 093/2016 - DE 04 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal ITACIR TREVISOL e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora ITACIR TREVISOL, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I – TRATOR DE PNEUS, Lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 04 (quatro) dias, ou seja, no período de 04 de agosto de 2016 a 07 de agosto de 2016, conforme atestados médicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de agosto de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana

Assessor Jurídico/Sec. Administração e Finanças

DECRETO Nº243/2016 - DE 08 DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº243/2016 - DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal JAISON LEANDRO LUNARDI, aprovado em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013, de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº002/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data o Servidor JAISON LEANDRO LUNARDI, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 08 de agosto de 2016 a 07 de agosto de 2017 percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador, Fonte 0100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de agosto de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. de Administração e Finanças

DECRETO Nº245/2016 - DE 17 DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº245/2016 - DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Exonera o Servidor Público Municipal RODRIGO MARCOS SIMON e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público, a partir de 17 de agosto de 2016, o SERVIDOR RODRIGO MARCOS SIMON, nomeado através do Decreto Nº067/2013 de 01 de fevereiro de 2013, ocupante do Cargo de ASSESSOR DE SECRETARIA com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, carga horária de 40 Horas Semanais, percebendo vencimento constante em Lei

Municipal vigente.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de Agosto de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson TissianiVedana
Assessor Jurídico / Sec. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 244/2016 – DE 17 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 244/2016 – DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 4.310,00 (Quatro mil trezentos e dez reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Projeto: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.38– Aplicações Diretas
..... R\$ 4.310,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/ União, no valor de R\$ 310,00, referente à Média e Alta Complexidade – MAC - Rede Cegonha, disponível na Conta Corrente BB 25.808-3 e no valor de 4.000,00, referente ao recurso do PAB Variável – Especificidades Regionais, disponível na conta BB 25.807-5.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 17 de Agosto de 2016.

Registrado e Publicado em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal
Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Secr. de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 823/2016 – DE 09 DE AGOSTO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 823/2016 – DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

Declara inservíveis bens móveis do patrimônio do Poder Executivo municipal que especifica e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis os bens móveis do patrimônio do Poder Executivo constantes na relação anexa.

Art. 2º Os bens móveis previstos no artigo anterior serão avaliados pela comissão municipal e, posteriormente, alienados mediante processo licitatório pela via do leilão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de agosto de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL Nº 824/2016 – DE 09 DE AGOSTO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 824/2016 – DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a efetuar o pagamento de despesas com inscrições transporte, alimentação e/ou hospedagem /alojamento dos atletas do Município quando da participação em eventos esportivos e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento das despesas com inscrições, transporte, alimentação e/ou hospedagem/alajamento dos atletas amadores e profissionais, residentes e domiciliados em Santiago do Sul, quando da participação em eventos esportivos promovidos em âmbito regional e fora do território do Município.

Parágrafo único. O pagamento de tais despesas somente será deferido após análise da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes e expressa autorização do Chefe do Executivo Municipal e poderá ser efetuado através do Regime de Adiantamento previsto em Lei, somente podendo ser autorizado de acordo com a disponibilidade orçamentária do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação prevista no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 455/2009, de 26 de agosto de 2009, e Lei Municipal nº 552, de 29 de abril de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de agosto de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 088/2016 - DE 28 DE JULHO DE 2016 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 088/2016 - DE 28 DE JULHO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal EDIVANDRO CARLOS CASAGRANDE.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com os Artigos 60 e 65 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal EDIVANDRO CARLOS CASAGRANDE, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINA I – TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 03 de abril de 2015 à 02 de abril de 2016, a serem gozadas no período de 01 de agosto de 2016 à 30 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 28 de julho de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 089/2016 - DE 28 DE JULHO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 089/2016 - DE 28 DE JULHO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal EDIVANDRO VERO-NESE.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com os Artigos 60 e 65 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal EDIVANDRO VERONESE, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINA I, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deste Município de Santiago do Sul, com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, a serem gozadas no período de 01 de agosto de 2016 à 30 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 28 de julho de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 090/2016 - DE 28 DE JULHO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 090/2016 - DE 28 DE JULHO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal MARILENE PETRICOSKI MENEGAT e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora MARILENE PETRICOSKI MENEGAT, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRAS, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 28 de julho de 2016 a 29 de julho de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 28 de julho de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 094/2016 - DE 04 DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 094/2016 - DE 04 DE AGOSTO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal FABIANO BOTTEGA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor FABIANO BOTTEGA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 04 de agosto de 2016 a 05 de agosto de 2016, conforme atestados médicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de agosto de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 096/2016 - DE 15 DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 096/2016 - DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal ODILEI SOTIL DOS SANTOS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor ODILEI SOTIL DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, no período de 15 de agosto de 2016 a 29 de agosto de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 15 de Agosto de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico/ Sec. Administração

PORTARIA Nº095/2016 - DE 15 DE AGOSTO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº095/2016 - DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Concede falta justificada por motivo de Nascimento de Filho ao Servidor ANDERSON TISSIANI VEDANA e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Inciso III, do Artigo 77 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FALTA JUSTIFICADA POR MOTIVO DE NASCIMENTO DE FILHO ao servidor Público ANDERSON TISSIANI VEDANA, ocupante do Cargo de ASSESSOR JURÍDICO, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária 20 horas semanais, pelo período de 05 (Cinco) Dias Consecutivos, a contar do dia 15 de agosto de 2016 a 19 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 15 de agosto de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico/Sec. Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 55/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, MEDICAMENTOS EXCLUSIVOS DE ORDEM JUDICIAL, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA ESTOQUE DO ALMOXARIFADO, sofreu alterações no Anexo I – Termo de Referência. Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura, www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, tendo em vista as modificações no Edital, alterando a data de abertura para o dia 02 de setembro de 2016 às 09:00 horas, sendo que os envelopes serão recebidos no setor de protocolo até às 08:30 horas.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA Nº 010/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 010/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

“Torna público o resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso 001/2016, e dá outras providências”

A Diretora Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul, no exercício de suas atribuições, em conformidade com a Lei 3.152/2013,

Resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado do Edital de Apoio à Cultura Concurso nº 001/2016 conforme o quadro abaixo.

	Nome do Projeto	Nome do Proponente	Pontuação	Orçamento Aprovado	Parecer da Comissão
I Música					
1	CHORO NA CIDADE VIII	MARIA LUISA NORILLER TASCHEK	111,333	R\$ 10.574,00	Aprovado
2	FARRANCHO – CAMPEIRO E FANDANGUEIRO	JOSÉ HILÁRIO SCHROEDER	103,000	R\$ 12.040,00	Aprovado
3	OFICINA DE VIOLA CAIPIRA	APP ESCOLA DE MÚSICA DONALDO RITZMANN	102,000	R\$ 9.557,20	Aprovado
4	DESPERTANDO TALENTOS	JOSÉ AUGUSTO SLUMINISKI	98,667	R\$ 7.600,00	Aprovado
5	PRODUÇÃO FONOGRÁFICA DO CD DA BANDA RHUS TOX	JEAN CARLO SCHWENDNER	97,000	R\$ 8.815,00	Aprovado
6	MINHAS COMPOSIÇÕES	TIAGO LUIS ZANETTI	88,333		Recursos Insuficientes
7	ACORDEON FESTIVAL 2016 (9ª EDIÇÃO – RICHARD GALLIANO)	LEANDRO PANNEITZ	85,333		Recursos Insuficientes
8	PAZ EM TODOS OS AMBIENTES	VERÔNICA VIEIRA CAMPESTRINI	85,333		Recursos Insuficientes
9	CORAL SANTO ESTANISLAU	SOELI MARIA ZACALUZNE	83,333		Recursos Insuficientes
II Artes Cênicas					
1	CIRCULAÇÃO DO PROJETO “REPERTÓRIOS”	RAFAEL RODRIGUES DA SILVA NAGEL	111,000	R\$ 15.280,00	Aprovado
2	SHOW NACIONAL COM PAULINHO MIXARIA	FELIPE WEILLER	58,000	0,00	Desclassificado

III Literatura

1	PLÁTANO E PÂNTANO	ELVIS CRISTIAN LOZEJKO	110,000	R\$ 4.600,00	Aprovado
2	CONTOS DA VOVÓ LUCI "SETE HISTÓRIAS NATALINAS"	VERA LUCIA HERTZING OLESKOWICZ	107,667	R\$ 7.500,00	Aprovado
3	"SÓCRATES SERÁ JESUS? - UM DESAFIO À FILOSOFIA E ÀS CIÊNCIAS PSÍQUICAS"	FÍDIAS TELLES DE CARVALHO	105,667	R\$ 8.700,00	Aprovado
4	LIVRO COM TÍTULO "INOVANDO PARA O FUTURO – TRAJETÓRIA DE OSVALDO ZIPPERER – O PREFEITO DO 1º CENTENÁRIO DE SÃO BENTO DO SUL"	MAURÍCIO FERNANDES TREVISAN	102,667	R\$ 14.110,00	Aprovado
5	3 TONS DE POESIA	MAURÉLIO MACHADO	100,667	R\$ 3.800,00	Aprovado
6	RECEITAS MÁGICAS PARA O DIA A DIA	CHRISTIANY GROSSL	99,333	R\$ 4.000,00	Aprovado
7	PÁGINAS DE MIM	CINTIA FLAVIANE PRUESS RANK	94,333		Recursos Insuficientes
8	PROFESSORA SE ESCRIVE COM LETRA MAIÚSCULA	IVANILDE KIEM DRANKA	94,333		Recursos Insuficientes
9	CONTA? CONTO!	QUERIANE ARIN RODRIGUES PEREIRA	94,333		Recursos Insuficientes

IV Artes visuais e Audiovisual.

1	DOCUMENTÁRIO BANDA TREML	NEY ODRACIR MAIA	110,000	R\$ 19.385,00	Aprovado
2	SOBREVÔO SOBRE A CIDADE DOS MÓVEIS, DA MÚSICA E DO FOLCLORE	LUIS FABIANO WITT	106,333	R\$ 13.000,00	Aprovado
3	DVD "UM TAL DE SOM DO CLUBE DE MÚSICOS"	ALCEU MILCZEWSKY	105,000	R\$ 19.500,00	Aprovado
4	VOA SÃO BENTO – A CIDADE VISTA DO ALTO	ALESSANDRO BECKER	96,333	R\$ 8.397,18	Aprovado

V Patrimônio Histórico e Acervos culturais.

1	ESTAÇÃO CULTURAL	JOACIR DA SILVA E SOUZA	79,000	R\$ 11.141,62	Aprovado
---	------------------	-------------------------	--------	---------------	----------

VI Manifestações culturais populares

1	ENCONTRO GASTRONÔMICO "HAUSBAU UND RICHTFEST"	LEONARDO VINICIUS CELESKI	74,000	R\$ 20.000,00	Aprovado
---	---	---------------------------	--------	---------------	----------

Art. 2º A execução dos projetos indicados acima como aprovados pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, está condicionada ao atendimento das diligências encaminhadas para os respectivos proponentes pela Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de Agosto de 2016.

CLEUSA PICCOLI VIEIRA

DIRETORA PRESIDENTE

Fundação Cultural de São Bento do sul

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº250/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 250/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/08/2016 a 10/09/2016, concedido a servidora CLEIDE LETÍCIA NEUNDORFF KAUTNICK ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 209/2016 conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/08/2016.

São Bento do Sul, 12/08/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº251/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 251/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/08/2016 a 21/09/2016, a servidora IVETE FURTADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/08/2016 a 22/08/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/08/2016.

São Bento do Sul, 12/08/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº252/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 252/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/08/2016 a 01/11/2016, concedido a servidora ELIANE APARECIDA MATOSO AMANCIO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 022/2016 conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/08/2016.

São Bento do Sul, 12/08/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº253/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 253/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/08/2016 a 20/09/2016, a servidora MARCIA OSMARINA NEUMANN SEIFFERT ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/07/2016 a 03/08/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/08/2016.

São Bento do Sul, 12/08/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº254/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 254/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/07/2016 a 01/10/2016, concedido a servidora MARIA IRIS SANOCKI REICHARDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 097/2016 conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/07/2016.

São Bento do Sul, 12/08/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº255/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 255/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/08/2016 a 29/10/2016, ao servidor RONEI LAERCIO ALVES LOURENÇO ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/07/2016 a 10/08/2016, competem ao SAMAE.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/08/2016.

São Bento do Sul, 12/08/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº256/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 256/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 30/07/2016 a 30/11/2016, concedido a servidora FRANCISCA JULIANA SALES RODRIGUES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 384/2015 conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/07/2016.

São Bento do Sul, 12/08/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.015/2016-FMS

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS – SC

AVISO DE LICITAÇÃO-

Processo Adm. Nº.015/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL-N. 015/2016

Tipo : Menor preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE AMBULANCIA NOVA

Entrega dos Envelopes ;08:00 horas –dia 01 de setembro de 2016

Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 01 de setembro de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Demetrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800

SAO CARLOS, 18 de agosto de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

NA PROC N.014/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19

RUA CONCORDIA N.100 C.E.P.: 89855-000 -São Carlos -SC

NOTA DE ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2016 -PR Processo Administrativo: 14/2016

Data do Processo: 04/08/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA NOVA ZERO KM.

Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 4 / 2016

LICITAÇÃO DESERTA

São Carlos, 18 de Agosto de 2016

Cleomar W Kuhn -Gestor do Fundo

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2400 DE 16 08 16 EXONERA AGEU PAULO PEREIRA

DECRETO Nº 2400, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal Ageu Paulo Pereira, ocupante do cargo de Diretor de Departamento de Transportes, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data;

Art. 2º fica revogada a portaria nº 1445, de 06 de maio de 2013; nº1794, de 15 de junho de 2015 e 2329, de 01 de julho de 2016; todas no que diz respeito ao servidor.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DECRETO Nº 2401 DE 17 DE AGOSTO DE 2016 DECRETA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO EX-VICE-PREFEITO VALDOMIRO BORTOLINI

DECRETO Nº 2401, de 17 de agosto de 2016.

Decreta luto oficial pelo falecimento do Ex-Vice-Prefeito Valdomiro Bortolini.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

- Considerando o falecimento do Ex-Vice-Prefeito Municipal de São Domingos, Senhor Valdomiro Bortolini, ocorrido no dia de hoje, na cidade de Xanxerê - SC;

- Considerando os relevantes serviços prestados ao município;

- Considerando a sua participação na vida pública e comunitária;

- Considerando sua importante contribuição na história do município de São Domingos;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em todo território do município de São Domingos, por 3 (três) dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Ex-Vice-Prefeito Municipal Senhor Valdomiro Bortolini.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DECRETO Nº 2395 DE 11 DE AGOSTO DE 2016. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2395 DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELA MOVIMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional, pela movimentação de dotações, no valor de R\$ 246.614,75 (duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos), nas seguintes programações de despesa:

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33500000	Transf ent priv sem fins luc	7	01.0000	23.099,61
33900000	Aplicações Diretas	8	01.0000	42.257,64

33930000	Aplicações Diretas	9	01.0000	520,00
07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
15.452.1009.2.013 – Man. das Atividades Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	71	01.0000	50.000,00
33900000	Aplicações Diretas	73	01.0008	16.537,50
11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.1007.2.015 – Manut. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	102	01.0000	4.200,00
12.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2.014 – Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	106	01.0000	110.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão anulados parcialmente das dotações a seguir descritas.

04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	10	01.0000	65.877,25
07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
15.452.1009.2.013 – Man. das Atividades Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	70	01.0000	50.000,00
44900000	Aplicações Diretas	76	01.0008	16.537,50
11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.1007.2.015 – Manut. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	93	01.0000	4.200,00
12.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2.014 – Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	104	01.0000	110.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda - Designada

POR 2005 DE 25 07 16 LICENÇA SAUDE MARLI RIBEIRO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2005, DE 27 DE JULHO DE 2016.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora pública municipal Marli Ribeiro dos Santos, ocupante do cargo público de Coordenador de Programa a partir do dia 22 de julho de 2016 até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel

Responsável pelas Publicações Oficiais

POR 2011 DE 04 08 16 CEDENCIA LAERCIO CASTRO DE OLIVEIRA BOMBEIROS

PORTARIA Nº 2011, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre cedência de servidor público municipal ao Corpo de Bombeiros Militar de São Domingos (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; pelos artigos 68 e 74 da Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada; pelo artigo 78 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; pelo artigo 62 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, atualizada; pela Lei Municipal nº 1.440, de 17/04/2006;

· Considerando o Convênio nº 12.760/2006-4, PMSD 011/2006, de 21/06/2006 firmado entre o Município de São Domingos e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC;

· Considerando o ofício nº 130/2016 de 13/07/2016, encaminhado pelo comandante da 1ª/1ª/3ª/14ª BBM, do Corpo de Bombeiros Militar de São Domingos, Rodrigo Moesch Welter, solicitando a cedência do servidor Laercio Castro de Oliveira, uma vez que possui formação na área.

· Considerando a manifestação de concordância do servidor Laercio Castro de Oliveira, para atuar juntos ao corpo de Bombeiros Militar de São Domingos SC. protocolo nº1316 de 01 de agosto de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido ao Corpo de Bombeiros Militar de São Domingos, o servidor Laercio Castro de Oliveira, ocupante do cargo de Vigia, neste Município de São Domingos (SC), nos termos do Convênio nº 12.760/2006-4, PMSD 011/2006, de 21/06/2006, com ônus para o Município de São Domingos.

Art. 2º O Corpo de Bombeiros Militar de São Domingos (SC) compromete-se a manter atualizada a ficha funcional do servidor disponibilizado, bem como comunicar o Município das alterações relacionadas a seu horário, remetendo, mensalmente o cartão ponto devidamente preenchido, para fins de controle, registro e pagamento.

Parágrafo único. Ressalvados os casos de compensação de horário de trabalho, poderão ser pagas até no máximo 40 (quarenta) horas extras mensais a título de serviço extraordinário, conforme estabelece o artigo 60 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 2012 DE 11 08 16 LICENÇA SAUDE JOCIMAR ILHA

PORTARIA Nº 2012, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora pública municipal Jocimar Hilha, ocupante do cargo público de Agente Administrativo a partir do dia 09 de agosto de 2016 até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 2013 DE 15 08 16 AUTORIZA A CONDUZIR VEICULOS DUCLER ORTIZ

PORTARIA Nº 2013, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza servidor a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a conduzir veículos de propriedade deste município, o servidor público municipal Ducler Ortiz, ocupante do cargo de Assistente Pessoal do Prefeito, na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, portador da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 02614656581.

Art. 2º O servidor ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Raquel Eloise Heck- Mei

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016

OBJETO: "Aquisição de roupa de cama para manutenção das Atividades do Departamento da Terceira idade do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 17.490,00

PRAZO: 13.08.2016 até 30.10.2016

São João do Oeste – 13 de Agosto de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Alice Marasca Boufler- Me

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016

OBJETO: "Aquisição de roupa de cama para manutenção das Atividades do Departamento da Terceira idade do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.870,00

PRAZO: 13.08.2016 até 30.10.2016

São João do Oeste – 13 de Agosto de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Relojoaria e Ótica Kroetz- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 63/2016

OBJETO: "Aquisição de troféus e medalhas para premiação dos campeonatos promovidos pela CME do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.375,06

PRAZO: 13.08.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 13 de Agosto de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

PP 64/2016 DESERTO

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016

OBJETO: " Aquisição de motor OM 352 A, completo reformado com turbo kit turbo e freio de motor, para caminhão caçamba do Município de São João do Oeste".

São João do Oeste – 19 de agosto de 2016.

Sérgio Luis Theisen - Prefeito Municipal.

PP 70/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 070/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de motor OM 352 A, completo reformado com turbo kit turbo e freio de motor, para caminhão caçamba do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 31 de agosto de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 31 de agosto de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo email compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 19 de agosto de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

COMUNICADO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

COMUNICADO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

A Câmara Municipal de Vereadores de São João do Sul, por meio de sua comissão de Concurso Público, no uso de suas atribuições legais e em razão do expediente administrativo nº 01.2016.00015009-3 do Ministério Público da Comarca de Santa Rosa do Sul, vem a público informar que, temporariamente, as inscrições do Concurso público nº 001/2016 estão suspensas, haja vista a sugestão exarada pelo órgão ministerial de readequação de alguns itens constantes no Edital do certame público.

Informamos, outrossim, que as inscrições já realizadas e efetivamente pagas até o presente momento já se encontram devidamente validadas, desobrigando, portanto, os candidatos já inscritos de realizarem o processo de validação presencial constante no item 3.2 do Edital. Não obstante a readequação dos itens sugeridos pelo Ministério Público Estadual, a Comissão do Concurso informa que as inscrições do presente certame serão reabertas a partir do dia 01/09 até o dia 30/09/2016, através do site www.processosseletivos.com.br/saojoaodosul/. Por derradeiro, comunicamos desde já que, a partir da reabertura das inscrições não haverá necessidade de comparecimento pessoal por parte do candidato (a) para o processo de validação das inscrições.

Sem mais para o momento, agradecemos a compreensão.

São João do Sul - SC, 18 de agosto de 2016.

CLAUDIA CILENE EMERIM

Presidente da Comissão de Concurso Público.

São José

PREFEITURA

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 15452

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 15452

ÓRGÃO AUTUANTE:

DENOMINAÇÃO: Diretoria de Vigilância Sanitária – São José

ENDEREÇO COMPLETO: Rua Altamiro Di Bernardi, Nº 108, CAMPINAS – São José/SC – (48) 3348-5739

AUTUADO:

NOME DA PESSOA FÍSICA: Sérgio da Rocha

CPF: 041.681.589-85

ENDEREÇO: Rua Álvaro Medeiros Santiago, nº 1.200, Areias, São José

RAMO DA ATIVIDADE: Serviços de borracharia para veículos automotores

AUTO DE INTIMAÇÃO (no caso de obrigação subsistente): 986

DISPOSITIVO LEGAL OU REGULAMENTAR INFRINGIDO E/OU QUE AUTORIZA A MEDIDA: Art 2º caput Art 10, 15, 40 inciso XVIII e XX da Lei Mun 2446/92 c/c Art 2º caput, 12, 18 caput do Dec Mun 2591/93 c/c Art 12, 25 caput, 61 inciso XXX e XXXII da Lei Est 6320/83 c/c art 23 e 24 do Dec Est 24622/84 c/c art 28 do Dec Est 23663/84 c/c Art 1º, 2º da Lei Est 15243/10 c/c art 1º, 2º, 6º do Dec Est 3687/10 c/c Art 6º "a" inciso II da Lei Ordinária Mun 5491/15.

DESCRIÇÃO DAS IRREGULARIDADES: Art 2º caput Art 10, 15, 40 inciso XVIII e XX da Lei Mun 2446/92 c/c Art 2º caput, 12, 18 caput do Dec Mun 2591/93 c/c Art 12, 25 caput, 61 inciso XXX e XXXII da Lei Est 6320/83 c/c art 23 e 24 do Dec Est 24622/84 c/c art 28 do Dec Est 23663/84 c/c Art 1º, 2º da Lei Est 15243/10 c/c art 1º, 2º, 6º do Dec Est 3687/10 c/c Art 6º "a" inciso II da Lei Ordinária Mun 5491/15.

CIÊNCIAS: Ciente de que em virtude da infração caracterizada neste auto responderei a processo administrativo, ficando sujeito às penalidades de advertência, multa, apreensão, inutilização e interdição de produtos ou bens e outras previstas na Lei nº 6.320/83. Estou ciente ainda de que poderei apresentar defesa por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta notificação, ao Diretor de Vigilância Sanitária, no seguinte endereço: Rua Acioni Souza Filho, nº 403 (Beiramar de São José), Centro, São José/SC – CEP: 88.103-790 – Fone: 48-3381-0000, no setor de protocolo da Vigilância Sanitária de São José.

LOCALIDADE: São José

DATA: 30/03/2016

AUTORIDADES DE SAÚDE (fiscais sanitárias): Deise Delorme Pires e Jânia Lúcia de Pinho

CREDENCIAMENTO Nº 004/2016

Credenciamento nº 004/2016 – Secretaria de Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde de São José, através da Comissão de Credenciamento dos Prestadores de Serviço de Saúde, torna público que abrirá credenciamento de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com transtornos mentais, em regime de internação, de caráter voluntário, involuntário ou compulsório e casa de apoio para pessoa vulnerável, para adultos e adolescentes de ambos os sexos. Os documentos para habilitação deverão ser entregues até dia 25/08/2016, no setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, situado no seguinte endereço: Endereço na Rua Domingos Pedro Hermes,14 –Barreiros - São José - SC, ou no site www.pmsj.sc.gov.br;

PRAZO DE ENTREGA DOS ENVELOPES

ATÉ DIA 21 /09/2016

DAS 08:00 HS AS 18:00 HS

Claudete Cazonatti

Presidente da Comissão de Contratualização

Secretaria Municipal de Saúde/São José

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 51/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 51/2016

ANTECIPAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, FOI ANTECIPADO O JULGAMENTO MARCADO PARA O DIA 08 de setembro de 2016, PARA O DIA 30 DE AGOSTO , TERÇA FEIRA, às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	16.530/2015
Recorrente	JUCELI JOSÉ TEIXEIRA
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	SÉRGIO MURILO DA SILVA
NOVA DATA	30/08/2016

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos , e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com , através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 21 de julho de 2016.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:

CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 52/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 52/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, FOI ANTECIPADO O JULGAMENTO QUE SE REALIZARIA no dia 27 DE SETEMBRO De 2016 , terça feira, PARA O DIA 06 DE SETEMBRO DE 2016, TERÇA FEIRA, às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	10.997/2015
Recorrente	NELSO POPINGA
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos , e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com , através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 17 de agosto de 2016

Rodrigo João Machado
Presidente do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

Rozana Maria Kuster
Secretária Geral do CMC
Decreto Municipal n.º 5331/2015

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

EDITAL Nº. 039/2016/FUNDESJ

EDITAL Nº. 039/2016/FUNDESJ

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS POR TEMPO DETERMINADO – EDITAL Nº 036/2016/FUNDESJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e o Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Prof. Dr. Juarez Perfeito, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. A homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 036/2016/FUNDESJ, é o constante no Anexo Único.
2. Este Edital entra em vigor na data da sua publicação.

São José, 16 de agosto de 2016.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Dr. Juarez Perfeito
Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO ÚNICO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 036/2016/FUNDESJ

Área: Ciências da Computação / Análise e Desenvolvimento de Sistemas / Disciplina: Linguagem de Programação II – Vaga: 1.1

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)
002	044.865.329-02

Área: Ciências da Computação / Análise e Desenvolvimento de Sistemas / Disciplina: Qualidade de Software e Governança de TI – Vaga: 1.2

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)
001	014.506.569-35

EDITAL Nº. 040/2016/FUNDESJ

EDITAL Nº. 040/2016/FUNDESJ

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS, EDITAL Nº 036/2016/FUNDESJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e o Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Prof. Dr. Juarez Perfeito, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. A classificação final do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 036/2016/FUNDESJ.

2. Os candidatos classificados deverão aguardar o contato da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, que informará os procedimentos para admissão.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 17 de agosto de 2016.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Dr. Juarez Perfeito
Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ

ANEXO I

Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 036/2016/FUNDESJ

Área: Ciências da Computação / Análise e Desenvolvimento de Sistemas

CÓD. DE VAGA	DISCIPLINA	CURSO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO 1º ETAPA	PONTUAÇÃO 2º ETAPA	PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO
1.1	Linguagem de Programação II	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	044.865.329-02	0,5	8,50	6,10	1º
1.2	Qualidade de Software e Governança de TI	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	014.506.569-35	1,0	8,50	6,25	1º

PORTARIA Nº 020/2016 - SSDST

PORTARIA Nº 20/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão Sindicante para apurar possível conduta típica do Guarda Municipal B.B.A., matrícula 21.496, por extravio de material/carga permanente da instituição, considerada incondizente com a função de Guarda Municipal.

Art. 2º. Ficam nomeados, como membros da Comissão respeitando o Art. 3º, Lei 5215/2013;

I – Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula. 15.714, como presidente;

II – Guarda Municipal, JAQUELINE SOARES, matrícula 21.504, como Secretária;

III – Guarda Municipal, EDERSON DOS SANTOS BORGES, matrícula 15698, como Vogal.

Art. 3º. A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art.4º. Este procedimento tem o escopo de retificar a Portaria nº 014/2016 – SSDST, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nº 1993, fls. 511-512, na data de 11/05/2016, por motivo de afastamento para tratamento médico de integrante da Comissão nomeada naquela data, sem previsão de retorno.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

São Jose, 18 de agosto de 2016.
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de informática, microcomputadores, laptops(notebooks), servidores e correlatos como estabilizadores, teclados, mouse, monitores, periféricos de rede IP e similares de tecnologia da informação, gerenciamento da rede e seus ativos e cabeamento estruturado, instalados na câmara municipal de São José/SC, com profissional nível 1 lotado, nível 2 com disponibilidade em horário comercial e nível 3 em franquias mensais para gerenciar e elaborar projetos em todos os casos que forem necessários suportar e implementar as tecnologias deste certame, dar suporte aos servidores e sistemas.

O Pregoeiro vem por meio desta tornar público aos interessados, em especial, às empresas participantes, da REVOGAÇÃO do PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015, conforme determinação do Presidente da Câmara Municipal de São José, baseado na norma contida no texto do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, visando novo processo licitatório, considerando o provimento do cargo efetivo de Analista de Tecnologia da Informação em maio de 2016 e a necessidade de adequar o edital à nova realidade introduzida pela Lei Complementar nº 068/2015 na Câmara Municipal de São José.

Gabriel Nienhotter
Pregoeiro Câmara Municipal de São José

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 99/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°99/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº99/2016, Edital de Pregão N°99/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto, a AQUISIÇÃO DE ACIDO FLUOSSILICICO PARA USO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA "ETA", bem como AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS DIVERSAS PARA USO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA HIDRÁULICO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 12/09/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 190/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 190/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 102/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 074/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Moda Ivana Ltda. ME, CNPJ nº 07.984.775/0001-98.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, SENDO, CAMISETAS, JAQUETAS E BERMUDAS, PARA ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PARTICIPAM DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS OFERTADO PELO NÚCLEO DE ATENÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE - NACA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016.

Valor: R\$ 2.149,98 (dois mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 124/2016 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.01.0035 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 05/08/2016.

Vigência: de 05/08/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Mauro Perazoli - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 191/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 191/2016, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 034/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 025/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LS MERCADO LTDA. ME, CNPJ nº 07.841.640/0001-73.

Objeto: Reequilíbrio econômico e financeiro, ao valor unitário do item 03 (Banana) do Contrato nº 068/2016, de 08/03/2016, eis que o preço de aquisição do item supramencionado sofreu reajuste Valor: O valor unitário, do item 3, do Contrato nº 068/2016, de 08/03/2016, com a incidência de R\$ 0,78 (setenta e oito centavos), oriundo do reequilíbrio econômico e financeiro, de que trata a Cláusula Primeira, deste termo aditivo, de R\$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos) passa a ser de R\$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos) o quilo.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 126/2016 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 08/08/2016.

Vigência: de 08/08/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Neusa Ana Gabriel - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2016, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2016, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 150/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 108/2015, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 005/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Célio Armando Janczeski EIRELI, CNPJ nº 15.718.568/0001-10.

Objeto: Reajustar o valor do Contrato nº 150/2015, de 30/07/2015, para que seja acrescido o percentual de 8,74% (oito vírgula setenta e quatro por cento), conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, ou seja, no período de julho de 2015 a julho de 2016, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2016.

Valor: O valor mensal de R\$ 7.026,00 (sete mil e vinte e seis reais) passa a ser de R\$ 7.640,07 (sete mil, seiscentos e quarenta reais e sete centavos) mensal, com a incidência de 8,74% (oito vírgula setenta e quatro por cento, oriundo do reajuste do Contrato originário nº 150/2015, de 30/07/2015, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 51/2016 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 10/08/2016.

Vigência: de 10/08/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Célio Armando Janczeski - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 193/2016, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 193/2016, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 098/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 070/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Carlinhos Brinquedos W. V. Ind. e Com. Ltda. ME, CNPJ nº 05.001.955/0001-87.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS NOVOS PARA O PARQUE ESCOLAR INFANTIL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO, VINCULADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos Próprios do Município, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste

Contrato ao edital em epígrafe serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016. Rubrica Orçamentária: D - 077/2016 - 08.01.12.365.4505.1.086.4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Construção, Ampliação, Reforma das Unidades Escolares de Educação Infantil - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 12/08/2016.

Vigência: de 12/08/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Carlos Fonseca da Silva - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 194/2016, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 194/2016, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 073/2016, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Gaia Rodovias Ltda., CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: RUI BARBOSA ENTRE A RUA DOM PEDRO II E A RUA CORONEL BERTASO COM ÁREA TOTAL DE 2.914,92 M2, E CORONEL BERTASO ENTRE A RUA RIO DE JANEIRO E A AVENIDA ERNESTO BEUTER COM ÁREA TOTAL DE 5.611,84M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO E CONTRATO DE FINANCIAMENTO A SER CELEBRADO ENTRE O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE E O MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 602.768,22 (seiscentos e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos oriundos da celebração de financiamento a ser realizado entre o Município e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e de recursos próprios do Município, liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora Contratada, perante os órgãos fazendários.

Recursos Financeiros: Os pagamentos serão realizados com recursos oriundos da celebração de financiamento a ser realizado entre o Município e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 162/2016 - 09.01.15.451.4507.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0083 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 12/08/2016.

Vigência: de 12/08/2016 a 11/01/2017.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 195/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 195/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 189/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 126/2015, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Gaia Rodovias Ltda., CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 189/2015, de 16/10/2015, por 30 (trinta) dias, a fim de viabilizar a conclusão dos aditivos de acréscimo e supressão, bem como a documentação

final relativa a entrega da obra e suas respectivas vistorias.

Data de Assinatura: 15/08/2016.

Vigência: de 15/08/2016 a 14/09/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 087/2016, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 014/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PFG Poços Artesianos Ltda. ME, CNPJ nº 13.250.019/0001-38.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PERFURAÇÃO EM ROCHAS BASÁLTICAS, DE DOIS POÇOS TUBULARES PROFUNDOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM NOS PROJETOS E SEGUNDO NORMAS DA ABNT NBR - 12212, VISANDO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NAS LINHAS: SÃO CAETANO E BELVEDERE, AMBAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 77.980,00 (setenta e sete mil, novecentos e oitenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos próprios do Município, liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora Contratada, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências.

Recursos Financeiros: Os pagamentos serão realizados com recursos Próprios do Município por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: a) D - 110/2016 - 10.01.17.511.4507.1.080.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Instalação de Água nas Comunidades do Interior - Secretaria de Agricultura e Aquicultura; e b)

D - 114/2016 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 16/08/2016.

Vigência: de 16/08/2016 a 14/11/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Vaneila Parisotto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 197/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 126/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 061/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Zeni Terezinha Pontes - Construtora - EIRELI ME, CNPJ nº 18.492.112/0001-72.

Objeto: Prorrogar o prazo de execução do Contrato nº 126/2015, de 17/06/2015, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário devido aos vícios cometidos na execução da obra, bem como em razão do período chuvoso, fatos estes que não permitiram a conclusão da obra, no tempo programado, pela Contratada.

Data de Assinatura: 16/08/2016.

Prazo de Execução: de 22/08/2016 a 21/09/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Zeni Terezinha Pontes - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 110/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 008/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: S.D. SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI ME, CNPJ nº X.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O GRUPO "TCHÊ KAKAREKO" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2016, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, EM COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DO IDOSO.

Valor: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

Pagamento: O valor pactuado será pago por cheque nominal a Contratada no dia 27 de setembro de 2016 logo após o evento, com a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 126/2016 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Data de Assinatura: 18/08/2016.

Vigência: de 18/08/2016 a 30/09/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Selmar Dallagnol - pela Contratada.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMUTA Nº 001, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMUTA Nº 001, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Origem: Lei Municipal nº 2.190, de 11 de dezembro de 2014.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e Alcir José Comunello, CPF sob o nº 716.410.509-00.

Objeto: Prorrogar a vigência do Termo de Permuta nº 001, de 12/12/2014, pelo prazo de 184 (cento e oitenta e quatro) dias, a contar de 30/06/2016 a 31/12/2016.

Data da Assinatura: 17/08/2016.

Vigência: de 30/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Município e Alcir José Comunello - Pelo Permutante.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO Nº. 46/2016.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24 inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, relativo à aquisição de camiseta para distribuição a crianças participantes do Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência (PROERD) no Município de São Miguel da Boa Vista/SC, da empresa TRANÇA DE PANO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÃO LTDA – ME, com um custo total de R\$ 840,00 para aquisição do objeto. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 17 de agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 063/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 063/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita JANAINA FLORES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 046.992.959-67, residente a Rua José Matias Junkes, nº. 969, Vila Junkes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR I, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 19/08/2016, findando no dia 23/09/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº. 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº. 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº. 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº. 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

JANAINA FLORES

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO N.º 124/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 124/2016

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Nomear os servidores Fabiana de Andrade, Alfredo Amorim e Ana Lúcia Hames Petry sob a presidência da primeira, para compor a comissão de avaliação de despesas de exercício anterior.

Art. 2º - A Comissão deverá emitir relatórios no prazo de quinze dias a contar da publicação deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

DECRETO Nº 128/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 128/2016

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 1056/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 59.000,00 (Cinquenta e nove mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

04 –SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 12.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04.01.12.365.0004.2.016 – Func. e Manutenção do Ensino Infantil R\$ 12.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

07.01.15.452.0010.2.077 – Func. e Manutenção da Coordenadoria De Obras R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07.01.15.452.0010.2.078 – Func. e Manutenção da Coordenadoria De Serviços Públicos R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 59.000,00 (Cinquenta e nove mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.0002.2.002 – Func. e Manutenção do Gabinete Do Prefeito e do Vice-Prefeito R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 –SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.0004.1.011 – Ampliação e Reforma de Escola Educação Infantil R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01.27.812.0005.2.025 – Func. e Manutenção do Esporte Amador R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2.044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.451.0010.1067 – Construção de Praças e Parques R\$ 13.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.028 – Realização de Eventos Promocionais R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 17 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal e.e

PORTARIA N.º 266/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 266/2016

Exonera CAMILLI MARQUES DA MATTA do cargo em Comissão de Assessora de Gabinete.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CAMILLI MARQUES DA MATTA do Cargo em Comissão de Assessora de Gabinete.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 267/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 267/2016

Admite em Caráter Temporário JANAINA FLORES para o cargo de Professora I.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JANAINA FLORES para o cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 063/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 268/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 268/2016

Exonera ROSANI APARECIDA STOROCZ MASSANEIRO ALBINO do cargo de Agente de Controle de Endemias.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ROSANI APARECIDA STOROCZ MASSANEIRO ALBINO do cargo de Agente de Controle de Endemias, contrato de trabalho nº. 056/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 269/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 269/2016

Retira Função Gratificada da Servidora CAMILLI MARQUES DA MATTA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Retirar da servidora CAMILLI MARQUES DA MATTA, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Pregoeiro.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 056/2016, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ROSANI APARECIDA STOROCZ MASSANEIRO ALBINO OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 056/2016, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ROSANI APARECIDA STOROCZ MASSANEIRO ALBINO OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ROSANI APARECIDA STOROCZ MASSANEIRO ALBINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 054.855.739-08, residente a Rua Bertoldo Honorato, nº 183, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 056/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica alterado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 056/2016 até 19/08/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 16 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2016-FMS

PROCESSO Nº. 54/2016-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de fórmulas infantis para atender Ordens Judiciais e a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 05 de setembro de 2016 às 08h45min.
Abertura das Propostas: 05 de setembro de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de agosto de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2016-PMS
PROCESSO Nº. 144/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de manutenção preventiva e corretiva das câmeras de vídeo monitoramento instaladas na Rua Marechal Castelo Branco no Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 01 de setembro de 2016 às 08h45min

Abertura do Processo: 01 de setembro de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de agosto de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2016-PMS
PROCESSO Nº. 145/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição pneus para máquinas e caminhão para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 02 de setembro de 2016 às 08h45min
Abertura do Processo: 02 de setembro de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de agosto de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.846/2016 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.846/2016 de 17 de agosto de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0218 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**DECRETO Nº 3.847/2016 DE 17 DE AGOSTO DE 2016**

DECRETO Nº 3.847/2016 de 17 de agosto de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$

1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**DECRETO Nº 3.848/2016 DE 17 DE AGOSTO DE 2016**

DECRETO Nº 3.848/2016 de 17 de agosto de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 539,90 (quinhentos e trinta e nove reais e noventa centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0089 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 539,90

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 40/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 40/2016-FMS

Dispensa de Licitação nº. 28/2016-FMS - Processo nº. 53/2016-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, nº. 127, Galpão K, Bairro Aeroporto, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88705-190.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Aquisição de medicamento para paciente através da Ação Civil Pública nº 026.13.001215-2, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	LYRICA 75mg (caixa com 28caps)	168	caps	3,372	566,50
02	ARTROLIVE (sulf condr+sulfa glico - 500+400mg) caixa com 90 caps	540	caps	1,875	1.012,50
TOTAL R\$					1.579,00

Valor do contrato: 1.579,00 (um mil quinhentos e setenta e nove reais)

Data da Assinatura: 18/08/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 014/2016 – FMS.

Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 014/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 010/2016 - FMS - Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal da Saúde, pelo seu Secretário e Gestor do Fundo Municipal da Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93 estará recebendo até as 08h30min do dia 31/08/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de gás oxigênio medicinal e locação de equipamentos concentradores de oxigênio. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8327.

Seara, SC, 18 de agosto de 2016.

Odair José Felipe

Secretário Municipal de Saúde

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 324/2016

DECRETO Nº 324, DE 02 DE AGOSTO DE 2016.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

2.033 - Conservação e Limpeza de Vias e Lograd. Públicos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
..... R\$ 160.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 80.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 02 de agosto de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº. 043/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 043, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Estabelece Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Sombrio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor ZÊNIO CARDOSO, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar.

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção à saúde da população e à salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas, instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias assim definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de

saneamento básico.

Parágrafo único - A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita à outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, da Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, e suas normas regulamentadoras.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executado por meio de soluções individuais.

Art. 5º Compete ao município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

§ 1º Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I – órgão ou pessoa jurídica pertencente à administração pública municipal, na forma da legislação;

II – pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que atendidos os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Seção II Dos Princípios

Art. 6º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em toda a área urbana, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública, à segurança da vida e ao patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seção III Dos Objetivos

Art. 7º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a autossustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na co-operação com os governos estadual e federal, bem como com as entidades municipais;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações os diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplando as

especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV Das Diretrizes Gerais

Art. 8º A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II – adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações Governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejadas e executadas de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a

fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento
Para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;
X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

Parágrafo Único – A Política Municipal de Saneamento Básico será executada pelo Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto (SAMA E) em parceria com os demais órgãos públicos municipais e com a empresa concessionária dos serviços.

CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I Da Composição

Art. 9º A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 10º O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que, no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 11 O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conferência Municipal de Saneamento Básico

III - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

IV - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 12 Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 13 O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base Em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI – adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 14 O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento

Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como será elaborado em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico engloba integralmente o território do ente do município.

Art. 15 Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município

Art. 16 O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população, através de audiência pública, bem como de outros meios que assegurem o seu acesso.

Parágrafo Único - A divulgação das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu conteúdo a todos os interessados, inclusive por meio da internet e por meio de audiência pública.

Seção III

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 17 A Conferência Municipal de Saneamento Básico contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo, a cada dois (2) anos, para avaliar a situação do saneamento no Município e propor diretrizes para a adequação e atualização da Política Municipal e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º A Primeira Conferência será convocada em até seis meses após a publicação desta Lei Complementar.

§ 2º A sociedade civil organizada poderá convocar a referida Conferência, no caso do Chefe do Poder Executivo não convocá-la no período previsto.

§ 3º A organização e normas de funcionamento da Conferência serão definidas em regimento próprio, aprovada pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Seção IV

Do Conselho Municipal de Saneamento Básico

Art. 18 O Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão colegiado, de caráter consultivo, nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico foi criado pelo art. 11, da Lei Complementar nº 041, de 09 de março de 2016, e tem

como competências:

I - formular a política de saneamento básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;

II - deliberar sobre a proposta orçamentária, sobre as metas anuais e plurianuais e sobre os planos de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, bem como controlar sua aplicação e execução, em consonância com a legislação pertinente;

III - deliberar sobre as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - discutir e aprovar, após a Conferência Municipal de Saneamento, os Planos necessários à implementação da Política Municipal de Saneamento Básico;

V - analisar as propostas de projetos de lei que versem sobre saneamento e sobre a alteração da Política de Saneamento Básico, propondo, quando necessário, alterações, após os trâmites legais;

VI - aprovar os programas, projetos e ações de saneamento financiado com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VII - fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos;

VIII - articular-se com outros conselhos existentes no Município e no Estado com vistas à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

IX - contribuir com o aprimoramento da organização e prestação dos serviços de saneamento básico no Município;

X - elaborar e aprovar o seu regimento interno, bem como o Regimento Interno da Conferência Municipal de Saneamento Básico;

XI - apoiar a organização da Conferência Municipal de Saneamento Básico;

X - deliberar sobre projetos e as prioridades das ações de saneamento básico aprovadas no Plano Municipal de Saneamento Básico;

XI - estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XII - monitorar o cumprimento da Política Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que diz respeito ao fiel cumprimento de seus princípios e objetivos e a adequada prestação dos serviços e utilização dos recursos;

XIII - solicitar sempre que houver interesse de algum dos membros do Conselho os contratos, balancetes, licitações e projetos dos prestadores de

serviço de forma a garantir o controle social.

Art. 19 O Conselho Municipal de Saneamento Básico de Sombrio será composto por representantes dos órgãos públicos e de instituições da sociedade civil organizada, a serem nomeados e designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo, conforme definido no parágrafo único do Art. 11, da lei Complementar nº 041, de 09 de março de 2016.

Parágrafo único. O SAMAE terá assento no Conselho Municipal de Saneamento Básico, como órgão integrante do Poder Público Municipal e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA – Subseção de Sombrio), como instituição da Sociedade Civil.

Art. 20 A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cuja atividade e funcionamento será definida em seu Regimento Interno.

Seção V
Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 21 O Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMS) foi instituído pelo Art. 5º da Lei Complementar nº 041, de 09 de março de 2016, destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico, cujos programas tenham sido aprovados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único O FMS ficará vinculado ao Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto (SAMAE) e terá uma coordenação definida pelo Prefeito Municipal.

Seção VI
Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 22 Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, com os seguintes objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas na página eletrônica

oficial da Prefeitura Municipal.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta lei.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 23 São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração/ revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário;

IX - a participação nas Conferências Municipais de Saneamento Básico e nas reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 24 São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponível;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Público Municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu aproveitamento;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade;

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Primeiro - Nos locais não atendidos por redes públicas de saneamento básico serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

Parágrafo segundo - A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 25 A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 26 Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponível e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes, exceto nos casos e condições previstas em legislação específica.

Art. 27 Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 28 Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão

elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 29 Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único - Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 30 Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas

e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de interação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 31 Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 32 A regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão realizadas por órgão administrativo com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, gozando de independência decisória perante os demais órgãos da Administração Pública.

§1º A regulação e fiscalização será exercida pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), aprovada pela Lei nº 1992, de 20 de março de 2012.

§ 2º A Agência Reguladora fiscalizará e controlará a execução dos programas, projetos e ações de saneamento, de conformidade com a legislação federal vigente.

Art. 33 São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência, eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 34 A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive

racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido, suficientemente, atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 35 Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

**CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 36 O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta) dias, projeto de lei transferindo as atribuições relativas ao saneamento básico e a coordenação do FMS para o SAMAE.

Art. 37 Será instituído por ato do Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico e do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 38 Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reestruturados para atender o disposto nesta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 39. Ficam revogados os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 15, 16, 17, 18, 21, da Lei complementar nº 041, de 09 de março de 2016.

Art. 40 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, Revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio – SC, 16 de agosto de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 199/2016

DECRETO Nº.199, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre a designação de servidores para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade Pregão no Município de Sul Brasil-SC.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei 10.520 de 17.07.2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Servidor Municipal JOÃO PAULO GUBERT, para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º. Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – JOSÉ REZENDE;

II – CLAUDEMIR SAUGO;

III – LORENI LISTON MARTINS.

Art. 3º. As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º.Fica revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 18 de agosto de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 181/2016

PORTARIA Nº. 181/2016. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ESTÁVEL SR. GILSON MARCIO NEU, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – LC 035/2015 de 03/11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO para o Servidor Público Municipal Sr. GILSON MARCIO NEU, Efetivo, Técnico em Agropecuária, com matrícula nº. 409/01, o percentual de 5% (cinco por cento) para Curso Técnico Profissionalizante, tendo como referência o vencimento base, nos termos do Art. 83 e parágrafos, da Lei Municipal Complementar nº 035/2015 de 03/11/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos, conforme requerimento do servidor e seu deferimento pela Comissão de Avaliação designada através do Decreto nº 021/2016.

Art. 83 A Gratificação por Grau de Instrução é a vantagem pecuniária atribuída ao servidor público municipal estável, integrante de graduação escolar, além daquela exigida para desempenhar o cargo provido.

[...]

§ 4º. As Gratificações serão calculadas em percentuais a seguir, tendo como referência o vencimento base:

- a) 05% (cinco por cento) para Ensino Médio ou Curso Técnico Profissionalizante;
- b) 08% (oito por cento) para o Ensino Superior;
- c) 10% (dez por cento) para o nível de Especialização ou Pós-Graduação;
- d) 12% (doze por cento) para o nível de Mestrado ou Doutorado.

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE AGOSTO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de agosto de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 022/16

PORTARIA 022/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA SRA. SOLANGE SIMARA RUSCHEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente do Poder Legislativo do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal Efetiva Sra. SOLANGE SIMARA RUSCHEL, CONTROLE INTERNO, 20 horas semanais, cadastrada sob matrícula nº 041, pelo período de 01 (um) dia, a partir de 18 de agosto de 2016, nos termos do art. 100 da Lei Municipal

Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 100 Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai, da mãe e do filho, mediante comprovação médica.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo;

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES,
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS SC, EM 18 DE AGOSTO DE 2016.
SALETE TERESINHA SAUSEN
Presidente do Legislativo

Timbó

PREFEITURA

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO Nº 98 DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO
Nº 98 DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pela Certidão nº 76/2016 de 21/01/2016.

CONSIDERANDO a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

Fica renovado o DESMEMBRAMENTO denominado "ALIDO BUSCH", situado no lado ímpar da Rua Rodeio, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 305,60 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Doutor Pedrinho, nesta Cidade, com a área de 2.118,92m² (Dois mil, cento e dezoito metros e noventa e dois décimos quadrados), cuja aprovação primeira se deu por força da Certidão nº 76/2016 de 21/01/2016 e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de ALIDO BUSCH E ALIRIA ROSANA BUSCH LUCHTENBERG, conforme matrícula nº 19.002, livro 2.

Esta certidão revalida a Certidão nº 76/2016 de 21 de janeiro de 2016 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 11 de agosto de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA

Arquiteta e Urbanista
CAU A41829-3

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº. 2016.118 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATO Nº. 2016/118
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SVTECHX INFORMÁTICA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº. 20.683.154/0001-32, a comparecer para assinatura do respectivo contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 26/08/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 18 de agosto de 2016.

BRUNA DE ANDRADE
Central de Licitações

EDITAL CMDCA Nº 02/2016

EDITAL CMDCA Nº 02/2016

Objeto: Suspensão do Certame instaurado pelo Edital nº CMDCA Nº 01/2016 e abertura de novas inscrições.

A PRESIDENTE do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso da competência e atribuições legais lhe conferidas, bem como com supedâneo na deliberação do CMDCA através da Resolução nº 03/2016 de 18/08/2016, que suspendeu o certame instaurado pelo Edital CMDCA nº 01/2016, e determinou a instauração de novo período de inscrições, COMUNICA a todos os interessados que encontra-se aberta nova fase de inscrições para candidaturas a Suplente de Conselheiro Tutelar no Município de Timbó no período de 22/08/2016 até 26/08/2016, O registro das candidaturas deverá ser feito, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08h30min às 11h e das 14h30min às 16h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Secretaria de Assistência Social, ao lado da Prefeitura. As eleições acontecerão normalmente na data agendada. Importante salientar que os candidatos que já realizaram a prova, não serão prejudicados, uma vez que já foram aprovados na prova objetiva de caráter eliminatório, restando aos novos candidatos a necessidade de fazê-la. Ficam mantidas as demais regras constantes do edital CMDCA nº 01/2016. Segue abaixo novo cronograma de datas/prazo:

Cronograma

Descrição	Data/Prazo
Inscrições	22/08/2016 – 26/08/2016
Análise das inscrições	29/08/2016
Publicação da relação dos candidatos	30/08/2016
Impugnação de candidatura	01/09/2016
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	01/09/2016
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	02/09/2016 - 05/09/2016
Análise e decisão das impugnações	06/09/2016
Interposição de recurso	08/09/2016
Aplicação da prova	11/09/2016
Divulgação do gabarito da prova e classificação os candidatos	12/09/2016
Prazo para interposição de recurso referentes à prova aplicada	14/09/2016
Publicação dos candidatos aprovados	16/09/2016
Divulgação dos locais de votação	www.timbo.sc.gov.br e www.cmdca.timbo.sc.gov.br
Eleição	25/09/2016
Divulgação do resultado	Após a apuração

Timbó, 18 de agosto de 2016.

ELOISE BETANIN
PRESIDENTE DO CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2016 de 18 de agosto de 2016.

SUSPENDE a eleição para suplente de Conselheiro Tutelar instaurado pelo Edital nº CMDCA Nº 01/2016 e DETERMINA abertura de novas inscrições.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso da competência e atribuições estabelecida pelo art. 23 da Lei 1.375/92 e consubstanciado no que dispõe o item 5.4 do Edital CMDCA nº 01/2016; Considerando que o número de candidatos habilitados na prova objetiva ter sido inferior ao mínimo necessário, RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER o processo eleitoral instaurado pelo edital CMDCA nº 01/2016, na fase em que se encontra, sem prejuízo aos candidatos já habilitados e a data fixada para realização da eleição (25/09/2016).

Art. 2º - DETERMINAR a abertura de nova fase de inscrições para candidaturas a Suplente de Conselheiro Tutelar no Município de Timbó.

Art. 3º - ESTABELECEER novo calendário eleitoral, conforme cronograma abaixo, com INSCRIÇÕES no período de 22/08/2016 até 26/08/2016:

Cronograma

Descrição	Data/Prazo
Inscrições	22/08/2016 – 26/08/2016
Análise das inscrições	29/08/2016
Publicação da relação dos candidatos	30/08/2016
Impugnação de candidatura	01/09/2016
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	01/09/2016
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	02/09/2016 - 05/09/2016
Análise e decisão das impugnações	06/09/2016
Interposição de recurso	08/09/2016
Aplicação da prova	11/09/2016
Divulgação do gabarito da prova e classificação dos candidatos	12/09/2016
Prazo para interposição de recursos referentes à prova aplicada	14/09/2016
Publicação dos candidatos aprovados	16/09/2016
Divulgação dos locais de votação	www.timbo.sc.gov.br e www.cmdca.timbo.sc.gov.br
Eleição	25/09/2016
Divulgação do resultado	Após a apuração

Parágrafo único. O registro das candidaturas deverá ser feito, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08h30min às 11h e das 14h30min às 16h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Secretaria de Assistência Social, ao lado da Prefeitura.

Art. 4º Ficam mantidas as demais regras constantes do edital CMDCA nº 01/2016.

Art. 5º - Caberá a presidente do CMDCA a publicação de edital de suspensão e abertura de novas inscrições nos moldes deliberados nesta resolução.

Timbó, 18 de agosto de 2016.

ELOISE BETANIN

PRESIDENTE DO CMDCA

CLARICE ANA ANDREAZZA

LUCIANO SCHNEIDER

KEREN YURI MURAOKA

GUILHERME AUGUSTO TOMASELLI

RUBIA GRAZIELA TOMASONI

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 64 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 64/2016 PMT
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 64/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS PRAÇAS, PARQUES E JARDINS, CONSERVAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS E ÁREA EXTERNA DO PARQUE CENTRAL, sofreu alteração no descritivo dos itens 2, 3 e 5 constantes do Anexo I, sendo correta a seguinte:

ITEM 2 (Roçadeira Costal) - ROÇADEIRAS COSTAL PROFISSIONAL - CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 0,58 LITROS, CILINDRADA ENTRE 35.2 À 42.7 CC, POTÊNCIA (KW/CV): MÍNIMO 1,25, ROTAÇÃO LENTA (RPM) MÍNIMO 2500, ROTAÇÃO MÁXIMA (RPM) ENTRE 9500 À 12500.

ITEM 3 (Podadeira de Arbustos) - PODADEIRAS DE ARBUSTOS PROFISSIONAL - À GASOLINA, POTÊNCIA NO MÍNIMO DE 1HP, POTÊNCIA (KW/CV) MÍNIMO DE 0.75 / 1.0, ROTAÇÃO MÁXIMA (RPM) DE 7500 À 9500, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL (L): NO MÍNIMO 0,33, COMPRIMENTO DA LÂMINA (MM): MÍNIMO DE 560, GARANTIA DE NO MÍNIMO 06 MESES.

5 (Soprador de Folhas) - SOPRADOR DE FOLHAS COSTAL PROFISSIONAL - À GASOLINA, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL (L) 1.5, CILINDRADA MÍNIMO 33 À 59,2 CC, POTÊNCIA (KW/OS) ATÉ 3.75, VELOCIDADE DE AR (M/S) MÍNIMO 78, VOLUME DE AR MÁXIMO (M³/H) MÍNIMO DE 720 À 1260, ROTAÇÃO MÁXIMA (RPM) MÍNIMA DE 7000 À 12000, GARANTIA DE 12 MESES.

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 01/09/2016 as 08h30min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 08h40min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 18/08/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Central de Licitações

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 10 2015 - SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó
OBJETO: Aquisição de embalagens de Polietileno Reciclado destinadas à coleta seletiva de resíduos sólidos para o ano de 2016.
EMPRESA FORNECEDORA: LED 21 Importadora e Exportadora.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 293.760,00 (duzentos e noventa e três mil setecentos e sessenta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial.
VALIDADE DA ATA: 14/02/2017.

Timbó, 18/02/2016
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 107 2015 PMT- SERVIÇOS EM PNEUS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.
OBJETO: Registro de preço para contratação de serviços em pneus (recauchutagem, recapagem, conserto, balanceamento entre outros serviços) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta do Município.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Paul Nuber & Filhos Ltda Epp; Grando Pneus Ltda; Recauchutadora de Pneus Neri Ltda Epp; e R.B. Truck Center Ltda Me.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 433.888,80 (quatrocentos e trinta e três mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 18/11/2016

Timbó, 19/11/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 64/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2016

Termo Aditivo nº 64/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Mirian Pires de Oliveira Ostrosky - CNPJ sob o nº 11.256.494/0001-96.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 037/2016 prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e da vigência do item 4.2 para até 08 de agosto de 2016, prazo máximo para conclusão das obras.

Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 037/2016, incluindo a aquisição de materiais e mão de obra extra para a conclusão da obra.

Valor: R\$ 3.250,00 (três mil e duzentos e cinquenta reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 17 de agosto de 2016.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 88/2015

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 88/2016 - Edital Pregão nº. 75/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 08 h e 30 min. do dia 31 de agosto de 2016, Propostas para “Registro de Preço de Papel Sulfite A4”, conforme disposições contidas no edital. Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 08 h e 30 min. do dia 31 de agosto de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 89/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 89/2016 - Edital Pregão nº. 76/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 00 min. do dia 31 de agosto de 2016, Propostas para “Registro de Preço de Cimento”, conforme disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 31 de agosto de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 90/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 90/2016 - Edital Pregão nº. 77/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 31 de agosto de 2016, Propostas para “contratação de serviços mecânicos e fornecimento de peças para a manutenção de veículo ambulância Ford Transit do Corpo de Bombeiros de Três Barras”, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 31 de agosto de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 91/2016 - Edital Pregão nº. 78/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 08 h e 30 min. do dia 01 de setembro de 2016, Propostas para “Registro de Preço de Óleo Lubrificantes”, destinados a manutenção da frota veicular da Prefeitura.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 08 h e 30 min. do dia 01 de setembro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 92/2016

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 92/2016 - Edital Pregão nº. 79/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 00 min. do dia 01 de setembro de 2016, Propostas para "Registro de Preço de Cilindros de Oxigênio (Cargas)", destinados a manutenção das Unidades de Saúde do Município.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 01 de setembro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 93/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 93/2016 - Edital nº. 80/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 01 de setembro de 2016, Propostas para "registro de preço de materiais medicos hospitalar" destinados a manutenção da Secretaria de Saúde e dos Postos de Saúde do Município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 08 h e 30 min. do dia 02 de setembro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Trombudo Central

PREFEITURA

136/2016

PORTARIA 136/2016 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE A MULTAS DE TRÂNSITO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: Inúmeras ocorrências, notificações, de multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º- Atribuir responsabilidade referente à multa de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento no mês de agosto e setembro do corrente ano, ao infrator e as respectivas infrações abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
FABIO MACHADO	MLD 0281	880007940 54147567N	R\$ 68,10 R\$ 68,10

Art. 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas a ser descontado, para pagamento da multa.

Art. 3º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 17 de agosto de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde Interina

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1807/2016

Decreto nº 1807/2016 de 28 de julho de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.981,29 (Dez mil novecentos e oitenta e um reais e vinte e nove centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015;

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 10.981,29 (Dez mil novecentos e oitenta e um reais e vinte e nove centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.02	ENISINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ	12.306.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.1132	Aplicações Diretas (36)	480,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
3.3.90.00.00.00.00.00.1111	Aplicações Diretas (205)	10.501,29

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, causado nesta fonte de recurso no valor de R\$ 10.981,29 (Dez mil novecentos e oitenta e um reais e vinte e nove centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 28 de julho de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

DECRETO 1808/2016

Decreto nº 1808/2016 de 28 de julho de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.020,07 (Vinte e quatro mil e vinte reais e sete centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015;

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 24.020,07 (Vinte e quatro mil e vinte reais e sete centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.1223	Aplicações Diretas (49)	14.020,07

3.3.90.00.00.00.00.00.1223	Aplicações Diretas (52)	10.000,00
----------------------------	-------------------------	-----------

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, causado nesta fonte de recurso no valor de R\$ 24.020,07 (Vinte e quatro mil e vinte reais e sete centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 28 de julho de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

LEI 1270/2016

Lei nº 1270/2016 de 17 de agosto de 2016.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 257.000,00 (Duzentos e Cinquenta e sete mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,

FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 257.000,00 (Duzentos e Cinquenta e sete mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicadas para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL**

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Proj./Ativ	04.122.0002.2.009	Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (06)	75.000,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (106)	20.000,00

Entidade: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS**

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.1.003	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanentes para a Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (01)	124.000,00

Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.3.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (09)	38.000,00

TOTAL. R\$ 257.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: **PODER LEGISLATIVO**

Órgão:	01.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade:	01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Proj./Ativ	01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo
3.1.90.00.00.00.00.00.1000	Aplicações Diretas (02)	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1000	Aplicações Diretas (03)	7.000,00
Proj./Ativ	01.031.0001.2.002	Contribuição para UVESC
3.3.50.00.00.00.00.00.1000	Aplicações Diretas (03)	2.130,00

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL**

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS
Unidade:	03.021	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	06.181.0000.2.056	Manutenção do Programa de Videomonitoramento
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (05) 4.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.05	EDUCAÇÃO ESPECIAL
Proj./Ativ	12.367.0007.2.015	Convênios da Educação Especial – APAE e APAS
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (70) 5.000,00
Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	27.812.0016.1.012	Construções/Reformas/Ampliações de Quadras Poliesportivas, Ginásios, Praças Esportivas
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (81) 1.000,00
Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO
Proj./Ativ	13.392.0008.2.019	Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (88) 2.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.608.0013.2.025	Programa de Melhoramento Genético
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (96) 1.260,00
Proj./Ativ	24.722.0013.2.057	Manutenção da Telefonia Fixa e Internet no Meio Rural
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (100) 1.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.1.017	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos Rodoviários
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (102) 137.000,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (111) 10.207,25
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo
3.1.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (114) 44.170,25
Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços do Idoso
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (126) 5.000,00
Proj./Ativ	08.244.0003.1.002	Manutenção e Conservação do Centro de Referência da Assist. Social
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (127) 5.000,00
Proj./Ativ	08.244.0003.1.022	Aquisição de Veículo, Equipamentos e Materiais Permanentes para Assistência Social
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (130) 5.000,00
Órgão:	11.00	FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade:	11.01	FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ	16.482.0010.1.023	Aquisição de Área e Conservação de Unidades Habitacionais
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (146) 3.232,50
Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ	17.512.0011.1.016	Construção, Ampliação, Conservação de Abastecimento de Água Potável

4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (148)	15.000,00
Proj./Ativ	17.512.0011.1.020	Construção, Ampliação, Conservação do Esgotamento Sanitário
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (151)	5.000,00

TOTAL. R\$ 257.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 17 de agosto de 2016.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 237/2016

PORTARIA Nº 237/16, de 15 de Agosto de 2016.

DEMITE A PEDIDO PROFESSOR III, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Professor III, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 004/15 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME CPF MATRICULA

Gizeli Zuchinali Dal Ponte 057.020.099-75 3618

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 238/2016

PORTARIA Nº 238/16, de 15 de Agosto de 2016.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA EM CARATER TEMPORÁRIO, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da Servidora abaixo relacionada, no Cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 15 de Agosto de 2016 e término em 30 de Novembro de 2016, em substituição a servidora Gizeli Zuchinali Dal Ponte por ter pedido demissão.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF

3619 Nalva Rejane da S. Cordeiro 560.132.059-49

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 239/2016

PORTARIA Nº 239/16, de 15 de Agosto de 2016.

NOMEIA PROFESSOR III, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor III, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Gizeli Zuchinali Dal Ponte por ter pedido demissão.

NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO

Cristiane Cardoso Machado 019.433.739-14 Pedagogo E. M. São Braz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciara em 15 de Agosto de 2016 e encerrará em 19 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 240/2016

PORTARIA Nº 240/16, de 16 de Agosto de 2016.

DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 004/15 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME	CPF	MATRICULA
Claudia Gianizella	828.382.679-49	3609

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de agosto de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 241/2016

PORTARIA Nº 241/16, de 16 de Agosto de 2016.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 16.08.2016 a 14.09.2016, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.
MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO
0038 Adílio Severino 01.01.2014 a 31.12.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de agosto de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 242/2016

PORTARIA Nº 242/16, de 16 de Agosto de 2016.
NOMEIA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.
NOME CPF LOCALIDADE
Michele Laurindo Biz 078.010.369-64 Linha Contessi – ESF IV

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 16 de Agosto de 2016 e encerrará em 03 de Agosto de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de agosto de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 243/2016

PORTARIA Nº 243/16, de 16 de Agosto de 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 178/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE

Art. 1º. Fica prorrogado em mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada por meio da Portaria nº 178/16.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de agosto de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 244/2016

PORTARIA Nº 244/16, de 16 de Agosto de 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 179/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE

Art. 1º. Fica prorrogado em mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada por meio da Portaria nº 179/16.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de agosto de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 245/2016

PORTARIA Nº 245/16, de 16 de Agosto de 2016.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. FRANSUELI FABRI DORDETE, CPF nº 078.714.369-37, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PL 64 2016 PMU TP 21 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA – CPLJ

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2016/PMU

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios. Recebimento dos envelopes: até 09h30 do dia 08/09/2016, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 09h30 do dia 08/09/2016. O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados das 07h às 13h, segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser acessado no site desta municipalidade através do item Portal da Transparência. Outras informações no e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

José Vicente Canonica_Presidente CPL Urussanga, 18/08/2016

Vargem Bonita

PREFEITURA

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Melânia Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, convida a todos os Municípios para participarem da Audiência Pública para alteração do Plano Plurianual – PPA 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017 e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, a realizar-se em 08/09/2016, a partir das 09h00min, no Centro de Convivência Elvira Cazela Roman.

Vargem Bonita/SC, 18 de agosto de 2016.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

LEI N.1081/2016

LEI Nº 1.081/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, fica sancionada a seguinte lei:

Artigo 1º - Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal nº 936/2013.

Artigo 2º- O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é parte integrante do Anexo I desta Lei, que está publicado na página 1495 da edição nº 2005 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina(edição de 31 de maio de 2016 - http://edicao.dom.sc.gov.br/1464722232_edicao_dom_2005.pdf).

Artigo 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 16 de agosto de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 17/08/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

Contrato de Consórcio Público do CIGA - com as alterações realizadas até o momento:

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios catarinenses listados no Anexo I, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Penha, no dia 29 de novembro de 2007, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei nº 11.107/05 e legislação municipal pertinente.

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo Único. O CIGA adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º O CIGA é constituído pelos municípios subscritos no Anexo I e demais municípios do território nacional, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público nº 03, de 2014)

§ 1º Somente será considerado consorciado o município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de

dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após dois anos da subscrição do Protocolo de Intenções somente será válida após homologação da Assembleia Geral do CIGA.

§ 3º A ratificação poderá ser realizada com reserva, implicando em consorciamento parcial do ente, após aprovação de cada uma das reservas pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou, caso já constituído o consórcio público, pela Assembleia Geral.

§ 4º O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio se dará mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e homologação da Assembleia Geral do CIGA.

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 4º A área de atuação do CIGA será formada pelo território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CIGA vigorará por tempo indeterminado.

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 6º Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Art. 7º São finalidades do CIGA:

I - prestar, de forma direta ou indireta, serviços especializados em desenvolvimento, atualização, manutenção, suporte e fornecimento de sistemas informatizados "softwares" em gestão pública municipal, nos serviços de processamento de dados e geração das informações, no âmbito de cada município consorciado e que permitam trazer benefícios para a administração e sociedade;

II - promover a implantação de sistemas de gestão pública municipal, treinamento, capacitação e suporte técnico aos municípios e aos usuários dos sistemas, diretamente com seus empregados, colaboradores, por meio da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, das respectivas associações microrregionais de municípios ou por intermédio de terceiros;

III - celebrar convênios ou contratos de parcerias que viabilizem o fornecimento de tecnologias, serviços e sistemas para a gestão pública municipal;

IV - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas para atendimento do objeto do Consórcio;

V - criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados aos municípios consorciados;

VI - viabilizar ações conjuntas, de acordo com a adesão de cada município consorciado, para a aquisição nacional ou internacional de equipamentos, softwares aplicativos, contratação de sistemas e serviços aplicados à gestão pública municipal; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

VII - representar os municípios que integram o CIGA, perante fornecedores, prestadores de serviços, autoridades, órgãos e instituições nos assuntos atinentes ao objeto do Consórcio;

VIII - prestar assessoria e consultoria na aquisição e implantação de sistemas e equipamentos de tecnologia da informação destinados ao desenvolvimento das atividades dos municípios consorciados;

IX - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que por sua localização e peculiaridades possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas em defesa dos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

X - realizar estudos e pesquisas de tecnologias da informação relacionadas à gestão pública municipal, tanto no desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos quanto na inserção tecnológica dos municípios;

XI - promover a articulação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento tecnológico dos municípios, FECAM e associações de municípios catarinenses;

XII - propor políticas de inserção e desenvolvimento tecnológico dos consorciados, bem como a inclusão digital da sociedade;

XIII - desenvolver, contratar, fornecer ou manter sistemas, serviços e equipamentos de geração e transmissão de energia, iluminação pública convencionais ou sistemas inteligentes voltados a eficiência energética e energias renováveis; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XIV - planejar, coordenar, orientar, controlar e executar projetos de pesquisa e implantação de políticas de gestão territorial, geoprocessamento, cartografia e planejamento rural e urbano; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XV - instituir, através de resolução aprovada pelos consorciados, Fundo Intermunicipal para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos provindos do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XVI - receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o CIGA poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados nacionais ou internacionais; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

III - prestar por seus empregados e colaboradores os serviços previstos no presente Protocolo a seus consorciados;

IV - requisitar técnicos de entes públicos, dos consorciados, FECAM e das associações microrregionais de municípios, para integrarem o quadro de profissionais na prestação dos serviços ao CIGA;

V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º

8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
VII – adquirir produtos ou serviços em outros países, quando demonstrada a vantagem técnica do bem ou serviço, ou ainda, quando houver incorporação tecnológica para o CIGA e aos municípios consorciados. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 8º Constituem direitos dos consorciados:

- I - participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II - votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do CIGA;
- IV – compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do CIGA nas condições estabelecidas pelo Protocolo de Intenções.

Art. 9º Constituem deveres dos consorciados:

- I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIGA, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;
- IV - participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do CIGA.

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 10. Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte das finalidades do CIGA dispostas no art. 7º deste Protocolo de Intenções, serão firmados entre o consórcio e cada ente consorciado.

§ 1º O contrato de programa deverá:

- I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;
- II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

§ 2º O CIGA poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei n.º 8.666/93.

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 11. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o CIGA, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros ao consórcio.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIGA, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

DA ESTRUTURA

Art. 12. O CIGA estará organizado a partir da seguinte estrutura:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13. A Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reeleitos por mais um período.

§ 2º A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em no máximo três chapas completas para os dois órgãos.

§ 5º Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 6º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, mediante credencial, sendo vedada a substituição do titular nos cargos do CIGA.

§ 7º Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§ 8º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Primeiro Vice-Presidente.

Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º As convocações da Assembleia Geral serão publicadas no sítio do CIGA com antecedência mínima de 10 dias.

§ 2º A Assembleia Geral reunir-se-á:

- I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§ 3º A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 15. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

Art. 16. Compete à Assembleia Geral:

I - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no CIGA de município subscritor do Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após dois anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;

III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;

IV - aplicar a pena de exclusão ao ente consorciado;

V - deliberar sobre a entrega mensal de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII - autorizar: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;

c) a mudança da sede;

VIII - aprovar a extinção do consórcio;

IX - deliberar sobre assuntos gerais do CIGA;

X - aprovar as alterações do Estatuto; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 17. O quórum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos dos consorciados para as competências dispostas nos incisos III e VIII do artigo anterior;

II - maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea "c", do artigo anterior;

III - maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração do CIGA é formado pelos prefeitos dos municípios consorciados, constituído de:

I - Um Presidente;

II - Um Primeiro Vice-Presidente;

III - Um Segundo Vice-Presidente;

IV - Um Primeiro Secretário;

V - Um Segundo Secretário.

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;

III - prestar contas ao órgão conessor dos auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;

IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;

VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;

VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;

IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;

X - autorizar a celebração de convênios;

XI - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XII - a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XV - aprovar, ad referendum da Assembleia Geral: (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) o Plano de Trabalho;

c) o Relatório Anual de Atividades;

d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;

e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

Art. 20. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

I - convocar e presidir as Assembleias Gerais do CIGA, as reuniões do Conselho de Administração e manifestar o voto de minerva;

II - tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

III - representar o CIGA ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Diretor Executivo;

IV - ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do CIGA, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente ao Diretor Executivo;

Art. 21. Ao Primeiro Secretário compete secretariar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e promover todos os atos relativos à função do CIGA;

Art. 22. Aos demais prefeitos membros do Conselho de Administração compete substituir os titulares e colaborar para o funcionamento adequado do CIGA.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CIGA e será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente a contabilidade do CIGA;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;

III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Conselho de Administração.

Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

I - promover a execução das atividades e gestão do CIGA;

II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do CIGA;

III - elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral do CIGA;

IV - elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do CIGA;

V - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao CIGA para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente;

VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do CIGA;

VII - executar a gestão administrativa e financeira do CIGA dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

VIII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do CIGA;

IX - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

X - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;

XI - autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços;

XII - propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao CIGA;

XIII - instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27. O Regime de Trabalho dos empregados do CIGA é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com ingresso mediante aprovação em concurso público.

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 2º Os empregados do CIGA não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 3º Os empregados incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 1º O emprego de Diretor Executivo do CIGA deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão pública municipal ou em tecnologia da informação, com formação de nível superior, e sua contratação se dará por livre admissão e demissão.

§ 2º Os empregos de Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação deverão ser ocupados por profissionais com comprovada experiência em suas respectivas áreas, com formação de nível superior, e suas contratações se darão por livre admissão e demissão.

§ 3º A remuneração, a qualificação e a descrição dos empregos estão definidas no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 4º Fica autorizado ao Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, a contratação de estagiários nos termos da Lei n.º 6.494/77.

§ 5º Os empregados não terão direito à estabilidade no emprego.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 29. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 30. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o CIGA mantiver

na rede mundial de computadores - internet.

Art. 31. A execução das receitas e das despesas do CIGA obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 32. O patrimônio do CIGA será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 33. Constituem recursos financeiros do CIGA:

I - a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos próprios serviços prestados;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 34. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei n.º 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/00.

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

Art. 37. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação do Conselho de Administração e deverá atender ao disposto no § 4º do art. 2º deste Protocolo de Intenções.

Art. 38. Cada consorciado poderá se retirar do CIGA a qualquer momento, desde que denuncie sua retirada num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 41. A alteração e a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao CIGA.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.

§ 1º Até 31 de Janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo ao Presidente do Conselho de Administração, e este à deliberação da Assembleia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior com o Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 43. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do CIGA depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedado a oferta de incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do CIGA;

III - transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento do CIGA;

IV - eficiência, exigindo que todas as decisões do CIGA tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V - respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo CIGA sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Art. 44. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

Art. 45. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados, considerando-se de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 46. Os municípios consorciados ao CIGA respondem solidariamente pelo Consórcio.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração e o Diretor Executivo do CIGA não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Protocolo.

Art. 47. O CIGA será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 48. O CIGA poderá delegar à Federação Catarinense de Municípios - FECAM a execução de atividades administrativas previstas neste Protocolo de Intenções até estruturação completa do Consórcio.

Art. 49. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 50. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

Antônio Coelho Lopes Junior
Prefeito Municipal de Capão Alto

Wanderley Agostini
Prefeito Municipal de Curitiba

João Romão
Prefeito Municipal de Garuva

Adilson Luis Schmitt
Prefeito Municipal de Gaspar

Nestor Sprícigo
Prefeito Municipal de Lauro Muller

Maria Carlesso Doré
Prefeita Municipal de Luzerna

Davio Leu
Prefeito Municipal de Massaranduba

Antoninho Tibúrcio Gonçalves
Prefeito Municipal de Monte Carlo

Ênio Reckziegel
Prefeito Municipal de Paraíso

Hugo Lembeck
Prefeito Municipal de Salete

Elio Pedro Hoss Godoy
Prefeito Municipal de São Carlos

José Milton Scheffer
Prefeito Municipal de Sombrio

ANEXO II

Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016 - a qual consolidou as alterações do Contrato de Consórcio Público aprovadas na 14ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA e definiu o encaminhamento das alterações do Contrato de Consórcio Público

ao nobre Poder Legislativo para ratificação e consolidação:

Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016.

Dispõe sobre o Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), no uso das competências que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e Regimento Interno do CIGA, notadamente o artigo 16 do Contrato de Consórcio Público e o artigo 37, inciso I, do Regimento Interno;

Faço saber a seguinte Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA, aprovada, de forma unânime, por sua Assembleia Geral, nos termos do artigo 16, inciso III, do Contrato de Consórcio Público do CIGA, reunida na 14ª Assembleia Geral Ordinária, em 28 de janeiro de 2016:

Art. 1º. O Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), formalizado em 29 de novembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º. O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

[...]

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 7º.

[...]

Parágrafo único.

[...]

V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93;

[...]

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

[...]

Art. 9º. Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato;

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA;

[...]

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14.

[...]

§ 3º A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

[...]

Art. 16.

[...]

VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral;

VII - autorizar:

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;

c) a mudança da sede;

[...]

X - aprovar as alterações do Estatuto do CIGA.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[...]

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado por esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público)

I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;

III - prestar contas ao órgão conessor dos auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;

IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;

VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;

VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;

IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;

X - autorizar a celebração de convênios;

XI - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos

empregados do CIGA;

XII – a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA;

XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes;

XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida;

XV – aprovar, ad referendum da Assembleia Geral:

a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) o Plano de Trabalho;

c) o Relatório Anual de Atividades;

d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;

e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

[...]

DA DIRETORIA EXECUTIVA

[...]

Art. 26.

[...]

XII – instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27.

[...]

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA.

[...]

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções.

[...]

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

[...]

Art. 33.

[...]

X – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior.

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal.

[...]

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato.

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato.

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

[...]

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato.

[...]

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato.

[...]

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

[...]

Art. 47.

[...]

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

[...]

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.

[...]

ANEXO I

[...]

Municípios consorciados ao Consórcio Público CIGA:

Abdon Batista/SC

Agrolândia/SC

Agronômica/SC
Água Doce/SC
Águas de Chapecó/SC
Águas Frias/SC
Alfredo Wagner/SC
Alto Bela Vista/SC
Anchieta/SC
Anita Garibaldi/SC
Anitápolis/SC
Antônio Carlos/SC
Arabutã/SC
Araquari/SC
Araranguá/SC
Armazém/SC
Arroio Trinta/SC
Arvoredo/SC
Ascurra/SC
Atalanta/SC
Aurora/SC
Balneário Arroio do Silva/SC
Balneário Barra do Sul/SC
Balneário Camboriú/SC
Balneário Gaivota/SC
Balneário Piçarras/SC
Balneário Rincão/SC
Barra Bonita/SC
Barra Velha/SC
Bela Vista do Toldo/SC
Belmonte/SC
Benedito Novo/SC
Biguaçu/SC
Blumenau/SC
Bocaina do Sul/SC
Bom Jardim da Serra/SC
Bom Jesus do Oeste/SC
Bom Jesus/SC
Bom Retiro/SC
Bombinhas/SC
Botuverá/SC
Braço do Norte/SC
Braço do Trombudo/SC
Brunópolis/SC
Brusque/SC
Caçador/SC
Caibi/SC
Calmon/SC
Camaçari/BA
Camboriú/SC
Campo Alegre/SC
Campo Erê/SC
Campos Novos/SC
Canelinha/SC
Canoinhas/SC
Capão Alto/SC
Capinzal/SC
Capivari de Baixo/SC
Catanduvas/SC
Caxambu do Sul/SC
Celso Ramos/SC
Chapadão do Lageado/SC
Chapecó/SC
Cocal do Sul/SC
Concórdia/SC
Cordilheira Alta/SC
Coronel Freitas/SC
Coronel Martins/SC
Correia Pinto/SC
Corupá/SC
Criciúma/SC

Cunha Porã/SC
Cunhataí/SC
Curitiba/PR
Curitibanos/SC
Descanso/SC
Dionísio Cerqueira/SC
Dona Emma/SC
Doutor Pedrinho/SC
Entre Rios/SC
Ermo/SC
Eral Velho/SC
Faxinal dos Guedes/SC
Flor do Sertão/SC
Formosa do Sul/SC
Forquilha/SC
Fraiburgo/SC
Frei Rogério/SC
Galvão/SC
Garopaba/SC
Garuva/SC
Gaspar/SC
Governador Celso Ramos/SC
Grão Pará/SC
Gravatal/SC
Guabiruba/SC
Guaraciaba/SC
Guaramirim/SC
Guarujá do Sul/SC
Guatambu/SC
Herval d'Oeste/SC
Ibiam/SC
Ibicaré/SC
Ibirama/SC
Içara/SC
Ilhota/SC
Imarú/SC
Imbituba/SC
Imbuia/SC
Indaial/SC
Iomerê/SC
Iporã do Oeste/SC
Ipuçu/SC
Ipumirim/SC
Irati/SC
Irineópolis/SC
Itá/SC
Itaiópolis/SC
Itajaí/SC
Itapema/SC
Itapiranga/SC
Itapoá/SC
Itu/SP
Ituporanga/SC
Jaborá/SC
Jacinto Machado/SC
Jaguaruna/SC
Jaraguá do Sul/SC
Jardinópolis/SC
Joaçaba/SC
João Pessoa/PB
Joinville/SC
José Boiteux/SC
Jupiá/SC
Lacerdópolis/SC
Lages/SC
Laguna/SC
Lajeado Grande/SC
Lauro Muller/SC
Lebon Régis/SC

Leoberto Leal/SC
Lindóia do Sul/SC
Lontras/SC
Luiz Alves/SC
Luzerna/SC
Macleira/SC
Mafra/SC
Major Gercino/SC
Maracajá/SC
Maravilha/SC
Marema/SC
Massaranduba/SC
Meleiro/SC
Mirim Doce/SC
Modelo/SC
Mondaí/SC
Monte Carlo/SC
Monte Castelo/SC
Morro da Fumaça/SC
Morro Grande/SC
Navegantes/SC
Nova Erechim/SC
Nova Itaberaba/SC
Nova Trento/SC
Nova Veneza/SC
Novo Horizonte/SC
Orleans/SC
Otacílio Costa/SC
Ouro Verde/SC
Ouro/SC
Paial/SC
Painel/SC
Palhoça/SC
Palma Sola/SC
Palmeira/SC
Palmitos/SC
Papanduva/SC
Paraíso/SC
Passo de Torres/SC
Passos Maia/SC
Paulo Lopes/SC
Pedras Grandes/SC
Penha/SC
Peritiba/SC
Pescaria Brava/SC
Petrolândia/SC
Pinhalzinho/SC
Pinheiro Preto/SC
Piratuba/SC
Planalto Alegre/SC
Pomerode/SC
Ponte Alta do Norte/SC
Ponte Alta/SC
Ponte Serrada/SC
Porto Alegre/RS
Porto Belo/SC
Porto União/SC
Pouso Redondo/SC
Presidente Castello Branco/SC
Presidente Getúlio/SC
Presidente Nereu/SC
Princesa/SC
Quilombo/SC
Rancho Queimado/SC
Rio Branco/AC
Rio das Antas/SC
Rio do Campo/SC
Rio do Oeste/SC
Rio do Sul/SC

Rio dos Cedros/SC
Rio Fortuna/SC
Rio Negrinho/SC
Rio Rufino/SC
Riqueza/SC
Rodeio/SC
Romelândia/SC
Salete/SC
Salto Veloso/SC
Salvador/BA
Sangão/SC
Santa Cecília/SC
Santa Rosa de Lima/SC
Santa Rosa do Sul/SC
Santa Terezinha do Progresso/SC
Santa Terezinha/SC
Santiago Do Sul/SC
São Bento do Sul/SC
São Bernardino/SC
São Carlos/SC
São Cristóvão do Sul/SC
São Domingos/SC
São Francisco do Sul/SC
São João Batista/SC
São João do Itaperiú/SC
São João do Oeste/SC
São João do Sul/SC
São Joaquim/SC
São José do Cedro/SC
São José do Cerrito/SC
São José/SC
São Lourenço do Oeste/SC
São Ludgero/SC
São Martinho/SC
São Miguel da Boa Vista/SC
São Miguel do Oeste/SC
São Pedro de Alcântara/SC
Saudades/SC
Schroeder/SC
Seara/SC
Serra Alta/SC
Siderópolis/SC
Simões Filho/BA
Sombrio/SC
Sul Brasil/SC
Tangará/SC
Tigrinhos/SC
Tijucas/SC
Timbé do Sul/SC
Timbó Grande/SC
Timbó/SC
Três Barras/SC
Treviso/SC
Treze de Maio/SC
Treze Tílias/SC
Trombudo Central/SC
Tubarão/SC
Tunápolis/SC
Turvo/SC
União do Oeste/SC
Urubici/SC
Urupema/SC
Urussanga/SC
Vargeão/SC
Vargem Bonita/SC
Vargem/SC
Vidal Ramos/SC
Videira/SC
Vitor Meireles/SC

Witmarsum/SC
Xanxerê/SC
Xavantina/SC
Xaxim/SC
Zortéa/SC

[...]

ANEXO II

Empregados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA:

Nome do emprego	Vagas	Forma de contratação	Remuneração	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 11.375,12	40h	Ensino superior completo
Gerente Administrativo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Analista de Sistemas	05	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino superior completo
Programador	10	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Ensino médio completo
Técnico em TI	10	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Contador	01	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Superior completo e registro no órgão competente
Assistente Administrativo	03	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Controlador Interno	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
Assessor Jurídico	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (OAB) (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

[...]

Organograma da estrutura administrativa do CIGA:

Art. 2º. Esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 30 de maio de 2016.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal de Lebon Régis
Presidente do CIGA

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.212/16

DECRETO Nº 13.212/16, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.305 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
02 – Encargos Especiais	
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	175.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	25.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	200.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.213/16

DECRETO Nº 13.213/16, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº 162/1996 e alterações, no Decreto Municipal nº 13.147/16 e à vista do contido nos Processos Administrativos nº 12936/2016 e 13597/2016

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social, os seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

Presidente: ADEMAR GAEDKE

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
TITULAR: FRANCIELI APARECIDA VIZOLLI DE SOUZA;
SUPLENTE: JUSSARA PANCERI BERTOLIN;

b) Representantes da Secretaria de Finanças:
TITULAR: MARIA ALICE VANZ;
SUPLENTE: ILVA FARINA;

c) Representantes do Departamento de Ação Social:
TITULAR: ADEMAR GAEDKE;
SUPLENTE: SONIA RITA GHELLER;

d) Representantes da Secretaria de Administração:

TITULAR: ALVAIR LIRIO BARZOTTO;

SUPLENTE: VANIA URBANO DOS SANTOS;

e) Representantes da Secretaria de Educação:

TITULAR: IEDA CESCO MIOZZO;

SUPLENTE: TANIA REGINA CESCO;

f) Representantes da Procuradoria Jurídica:

TITULAR: FÁBIO DE OLIVEIRA WONZOSKI JÚNIOR;

SUPLENTE: LUCIANE MARIA DOS SANTOS GEMO;

II - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAL:

a) Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira:

TITULAR: JAQUELINE ADAM GRIS

SUPLENTE: DAIANE ROSTIROLA

b) Representantes da Rede Videirense de Combate ao Câncer:

TITULAR: ROSANA DE FATIMA SOMENSI LOCATELLI

SUPLENTE: GLAIMAR FACCIO

c) Representantes dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Videira/SC:

TITULAR: ROSA MARIA DOS SANTOS

SUPLENTE: IVONE OLTRAMARI SAORIN

TITULAR: TEREZA KERBER MARTINS

SUPLENTE: VIVIANE RIBEIRO PONTES

d) Representantes dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de Entidades de Assistência Social de Videira/SC:

TITULAR: ESTIVER DOMER DA SILVA

SUPLENTE: MARIZETE DE BORTOLI ZINNI

TITULAR: CAROLINE ROCHA DE PAULA

SUPLENTE: FRANCISLAINE RIBEIRO DOS SANTOS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.173/16.

Videira, 17 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.215/16

DECRETO Nº 13.215/16, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 112.712,24 (Cento e doze mil, setecentos e doze reais e vinte e quatro centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
03 – Departamento de Ensino Infantil		
1.010 – Construção/Ampliação e Melhoria de Creches		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Aplicações Diretas	112.712,24	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	112.712,24	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação dos recursos vinculados do Programa Brasil Carinhoso do exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0320/2016

Extrato do Contrato n. 0320/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDIMARINA REOLON

CPF: 006.760.259-27

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO NO CONCURSO EM VIGOR E SUA EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0086/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0086/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0295/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANA RAMOS DA CUNHA

CPF: 072.639.859-42

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 09 de agosto de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0087/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0087/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0285/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FABIO MORESCO

CPF: 006.980.349-88

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 15 de agosto de 2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Às nove horas do décimo oitavo dia do mês de agosto de dois mil e dezesseis, no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2.266, centro, município de Vitor Meireles; reuniram-se os senhores JOAO BATISTA MAZOTI - CPF 586.730.679-87- Presidente, CLAUDINEI FELICIANO - CPF 042.800.449-02 – Secretário e VALMIR VENDELINO DERETTI – CPF 774.414.009-53 – Membro, integrantes da Comissão de Avaliação, nomeados pelo DECRETO Nº 041/2016, para avaliarem veículos do patrimônio da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Considerando laudo de avaliação de Júlio Ramos Luz, vistoriador do DETRAN REG nº 2609, considerado que no último leilão não houve interessado devido elevado preço e após vistoria aos veículos, analisando quilometragem em que se encontra, a situação interna e externa necessitando de reformas, sendo que os veículos deterioram, visto que os mesmos ficam expostos ao tempo e que não compensa a reforma aumentando a desvalorização chegou-se à conclusão do preço mínimo de venda dos veículos:

1- VEÍCULO CAVALO MECÂNICO M.BENZ/1938S, PLACAS MDG-3732, ANO/MODELO 2002/2002, RENAVAL 00800757823, CHASSI Nº 9BM6931962B307032, MOTOR Nº 457928739774, COR BRANCA, COMBUSTIVEL DIESEL, avaliado em R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

2- VEÍCULO PEUGEOT/BOXER M330M HDI (Nacional), 16 PASSAGEIRO, PLACA MET3295, ANO/MODELO 2008/2009, RENAVAL 978117760, CHASSI 936ZBPMMB92031578, COR BRANCA, COMBUSTIVEL DIESEL, avaliado em R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Não havendo mais nada a tratar encerrou-se a reunião.

..... JOAO BATISTA MAZOTI Presidente CLAUDINEI FELICIANO Secretário	
 VALMIR VENDELINO DERETTI Membro	

AVISO DE LICITAÇÃO 037/2016

Processo de Licitação 037/2016

Modalidade: Pregão 021/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 31 de agosto de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 19 de agosto de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 042/2016

DECRETO N.º 042/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – CME DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Municipal de nº 0807, de 02/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Municipal de Esportes – CME:

I - Presidente: FRANCISCO FERREIRA

II – Vice-Presidente: MARGARETE DE FÁTIMA FLORIANO

III - Secretária: ROBERTA SCHMITT

IV – Diretor de Esportes: CARLOS JOSÉ FOSSA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE AGOSTO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA
VITOR MEIRELES, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº055/11

PORTARIA Nº 177/2016

PORTARIANº 177/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: AURÉLIA SOETHE

Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, sendo 120 (cento e vinte) pelo período de 17/08/2016 a 14/12/2016, conforme Atestado Médico emitido pela Dra. Iara Michel de Assis Magalhães – CRM/SC 12250, e 60 (sessenta) dias pelo período de 15/12/2016 a 12/02/2017, de acordo com o Art. 63, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13/05/2003.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE AGOSTO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

REGIMENTO INTERNO DA CME DE VITOR MEIRELES

Regimento Interno da CME

Comissão Municipal de Esportes

TÍTULO I

DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do da CME – Comissão Municipal de Esportes de Vitor Meireles

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 2º. A Comissão Municipal de Esportes – C.M.E. é por sua natureza órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política de organização do Desporto Municipal e da Justiça Desportiva do Município de Vitor Meireles.

§ 1º. Como órgão normativo deverá expedir resoluções definindo e disciplinando a política esportiva, atendendo e defendendo os direitos dos atletas em todos os níveis e idades.

§ 2º. Como órgão consultivo emitirá parecer, através de comissões especiais, sobre todas as consultas que lhes forem dirigidas sobre a política dentro do desporto e da justiça desportiva de nosso Município.

§ 3º. Como órgão deliberativo, reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após ampla discussão, e por maioria simples de votos, todas as matérias que lhe forem pertinentes.

§ 4º. Como órgão fiscalizador, acompanhará todas as competições promovidas pela Comissão Municipal de Esportes de Vitor Meireles, receberá comunicações oficiais, representações ou reclamações da entidade que dirige o desporto municipal e suas comissões, deliberando em plenário e dando a solução adequada.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DA C.M.E.

Art 3º A Comissão Municipal de Esporte será constituída por até 20 (vinte) membros titulares, todos de ilibada reputação e competência na área desportiva, de livre nomeação do Prefeito dentre os representantes de entidades ligadas ao esporte no âmbito municipal, entre os

quais os representantes do órgão gestor do esporte e lazer no município são membros natos.

Parágrafo único: Os demais membros serão representantes governamentais e da sociedade civil organizada como segue:

Art 4º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos por uma única vez.

CAPÍTULO IV DA PRESIDÊNCIA E DA VICE-PRESIDÊNCIA DA C.M.E

Art. 4º. São atribuições do PRESIDENTE da Comissão Municipal de Esportes:

- I - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno da CME, bem como as decisões da Comissão Municipal de Esportes;
- II - organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades técnicas necessárias à consecução dos objetivos da CME;
- III - manter contatos com órgãos federal, estaduais e municipais e da área privada visando à integração de programas e projetos, quando delegados pelo Diretor de Esportes;
- IV - coordenar junto com o Secretário Municipal de Esportes, a realização das promoções da CME;
- V - exercer outras atribuições de natureza técnica determinadas pelo Diretor de Esportes, ou que estiverem definidas no Regimento Interno;
- VI - zelar pelo prestígio da CME;

Art. 5º. Compete ao Vice-Presidente da Comissão Municipal de Esportes:

- I – substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimento;
- II – participar das discussões e votações nas sessões plenárias;
- III – participar das comissões especiais quando indicado pelo Diretor de Esportes.

CAPÍTULO V DA SECRETARIA

Art. 6º. A secretaria manterá:

- I – livro ata das sessões e reuniões;
- II – pasta para arquivos de correspondências.

Art. 7º. Ao secretário compete:

- I – secretariar as reuniões da CME e da Comissão Disciplinar;
- II – despachar com o Presidente;
- III – arquivar documentos.

CAPÍTULO VI DO DIRETOR DE ESPORTES

Art. 8º. Ao Diretor de Esportes compete:

- I – auxiliar na organização e andamento das competições;
- II - elaborar e coordenar programas e projetos especiais, de iniciação esportiva, de competição e de alto rendimento, em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes.

TÍTULO II

DAS COMISSÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I DA JUNTA DISCIPLINAR ESPORTIVA

Art. 9º. A Junta Disciplinar Desportiva é órgão delegado e auxiliar da Comissão Municipal de Esportes, a quem compete verificar, vistoriar, fiscalizar julgar e emitir parecer sobre as matérias que lhe forem atribuídas.

Art. 10º. A Junta Disciplinar Desportiva é composta de 06 (seis) membros: sendo Presidente, Vice Presidente, secretário, e 03 (três) membros titulares, todos indicados pela Comissão Municipal de Esportes - C.M.E.

Parágrafo único. A desistência ou a ausência de qualquer membro da Comissão Disciplinar em três reuniões consecutivas, determinará o seu afastamento automático e a sua substituição será determinada pela Comissão Municipal de Esportes - C.M.E..

Art. 11º. São atribuições do Presidente da Junta Disciplinar Desportiva:

- I – decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações ou solicitações do público.
- II – convocar sessões / reuniões.
- III - assinar os ofícios com as decisões da Comissão Disciplinar.
- IV – instaurar sindicância e processo administrativo, disciplinar para apurar eventuais irregularidades no que diz respeito as promoções esportivas promovidas pela C.M.E.

SEÇÃO I DA ESCOLHA

Art. 12º. O processo de escolha dos membros da Junta Disciplinar Desportiva será feito em comum acordo com os membros da Comissão Municipal de Esportes.

Art. 13º. Serão exigidos os seguintes requisitos para exercer as funções de membro da Junta Disciplinar Desportiva:

I – reconhecida idoneidade moral;

II – idade superior a 21 anos;

III – residir no Município.

§ 1º. A Junta Disciplinar Desportiva será composta de um Presidente, um Vice Presidente, um secretário, e três membros titulares § 2º. Os componentes da Junta Disciplinar Desportiva serão nomeados pela Comissão Municipal de Esportes - C.M.E.

§ 3º. Todas as decisões tomadas e aprovadas pela Junta Disciplinar Desportiva, não caberá recurso.

SEÇÃO II DAS SESSÕES

Art. 14º. As sessões serão Extraordinárias e sempre convocadas pela Presidência.

Parágrafo único. As sessões só poderão ter início com a presença de todos os componentes da Junta Disciplinar Desportiva, para só então iniciar as deliberações.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO ÚNICO DAS NORMAS GERAIS

Art. 15º. As reformas estatutárias que se fizerem necessárias, depois de aprovadas pela Comissão Municipal de Esportes, serão encaminhadas para apreciação do Prefeito Municipal para aprovação definitiva.

Art. 16º. Os bens, direitos e recursos da Comissão Municipal de Esportes, serão aplicados exclusivamente, nas operações e na execução de programas compatíveis com os objetivos da entidade.

Art. 17º. O Secretário Municipal de Esportes juntamente com o Presidente da CME, remeterão ao Prefeito (a) Municipal no mês de dezembro de cada exercício, relatório circunstanciado de suas atividades, retratando de forma clara e precisa a execução financeira e orçamentária, que será apreciada e submetida a parecer.

Art. 18º. A Comissão Municipal de Esportes, através da Junta Disciplinar Desportiva, basear-se-á no livro de infrações criado pela Comissão Municipal de Esportes e no Código de Justiça Desportiva do Estado de Santa Catarina, para resolver casos exclusivos de indisciplina nas promoções realizadas pela C.M.E. de Vitor Meireles e no que dispuser este regimento.

Art. 19º. Quando a decisão não puder ser proferida desde logo, mas houver indício veemente contra o denunciado por infração de natureza grave, a Junta Disciplinar Desportiva, através do seu Presidente e fundamentando em sua decisão, poderá suspendê-lo, preventivamente.

Parágrafo único. O prazo da suspensão preventiva, quando for o caso, será compensado na suspensão definitiva.

Art. 20º. Desacato, agressão física ou tentativa de agressão a qualquer funcionário público no desempenho de suas funções, o agressor será denunciado a Delegacia de Polícia para registro de ocorrência.

Art. 21º. Os casos omissos no presente Regimento, não resolvidos pela Comissão Municipal de Esportes, serão submetidos ao Prefeito Municipal para decisão a respeito.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 22º. É finalidade básica da Comissão Municipal de Esportes, a implantação das seguintes políticas públicas:

I - DESPORTO EDUCACIONAL – assim entendido aquele praticado através do sistema de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus participantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;

II - DESPORTO PARTICIPATIVO – assim entendido aquela praticado de modo voluntário, compreendendo as atividades desportivas, físicas e intelectuais praticadas com a finalidade de contribuir para a integração social dos praticantes, na promoção da saúde e da educação;

III - DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO – assim entendido aquele praticado segundo as normas nacionais e internacionais, com o objetivo de obter resultados e integrar pessoas e comunidades;

Art. 23º. Este Regimento foi lido, discutido e reformulado, passando a ter vigência a partir da data de aprovação.

Vitor Meireles SC, 17 de agosto de 2016.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0074/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0074/2016, tendo como objeto a Aquisição de camisetas, destinadas as crianças, adolescentes e adultos dos Programas da Secretária de Assistência Social. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 01/09/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 18/08/2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

DECRETO N AJG 153/2016

DECRETO Nº AJG 153/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.863/2016, de 12.08.2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na seguinte programação de despesa:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER

09.0902.27.812.2701.2056 – Manutenção do desporto comunitário

09.0902.27.812.2701.2056.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anulados total ou parcialmente as seguintes programações de despesas:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1017 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1017.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 16 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO N AJG 154/2016

DECRETO Nº AJG 154/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.864/2016, de 12.08.2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 712.000,00 (setecentos e doze mil reais), na seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.2019 – Manutenção das atividades legislativas

01.0101.01.031.0101.2019.31900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

01.0101.01.031.0101.2019.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 112.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anulados total ou parcialmente as seguintes programações de despesas:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1017 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1017.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 712.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 16 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 277/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 277/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 22.08.2016 a 05.09.2016 ao Servidor Público Municipal, a Sr. WILSON ELEUTERIO TELLES, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 5.458.503-1 e CPF nº 503.629.680-04 nomeado conforme Decreto nº BLB 052/12 no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003150/2016 datado de 18.08.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

02.04.2012 a 01.04.2015: 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH -- AJG 276/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 276/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei Complementar BLB 3.112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 19.08.2016 à 17.09.2016 a servidora pública municipal a Sra. JANETE DOS SANTOS CAVASSINI, nacionalidade brasileira, portadora da CI nº 3.232.008 e do CPF nº 005.560.199-54, residente e domiciliada nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeada conforme Decreto Nº BLB 231/11 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende requerimento protocolado sob o nº 0003143/2016 datado em 18.08.2016

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

03.10.2011 a 02.10.2014: 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**LEI ORDINÁRIA Nº 3862/2016**

LEI Nº 3862 / 2016

(Origem Projeto de Lei Nº 22/2016 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE CARLOS ZEMBRUSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Carlos Zembruski, a "Rua A", localizada no Loteamento Popular Parque Horizonte Azul, matrícula nº 6.441.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

12 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3866/2016

LEI Nº 3866 / 2016

(Origem Projeto de Lei Nº 23/2016 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE JURITTI MARIA BORCHERS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Juritti Maria Borchers, a "Rua D", localizada no Loteamento Popular Parque Horizonte Azul, matrícula nº 6.441.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

12 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 292

DECRETO Nº. 292/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 17 de agosto de 2016, a servidora municipal MARISTELA PAVAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5196, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de agosto de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 294

DECRETO Nº. 294/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 18 de agosto de 2016, o servidor municipal REGINALDO EDSON PERUZZO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portador da matrícula 5376, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de agosto de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Decreto 295

DECRETO Nº. 295/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, REGINALDO EDSON PERUZZO, CPF: 022.901.599-99, para exercer o cargo de OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA, código 089, Categoria AOM (ATIVIDADES OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO), nível 026, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 18 de agosto de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de agosto de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

Consórcios

CIS NORDESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2016

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2016

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 40/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Contratada: OLOS TECNOLOGIA LTDA – EPP (CNPJ: 85.260.354/0001-28)

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de processamento de dados através do uso de ferramentas de software com a utilização do sistema via internet e acesso através de navegador de internet em computadores com sistema operacional Linux ou Windows e conteúdo do banco de dados de propriedade do CISNORDESTE/SC, dos municípios consorciados e dos prestadores de serviço de saúde.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Valor do contrato: R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais).

Vigência: 01/02/2016 a 31/12/2016.

Data do Contrato: 22 de março de 2016.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE